

**UNIVERSIDADE DE GRANADA**

**FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**DEPARTAMENTO DE DIDÁCTICA Y ORGANIZACIÓN  
ESCOLAR**



TESE DOCTORAL

A implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a criação de uma Escola a Tempo Inteiro - sua implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas

*Paula Maria Sequeira Farinho*

Granada 2010

Editor: Editorial de la Universidad de Granada  
Autor: Paula Maria Sequeira Farinho  
D.L.: GR 3596-2010  
ISBN: 978-84-693-4413-2



## Índice

<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>11</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>INTRODUCCIÓN .....</b>	<b>23</b>

### **PRIMEIRA PARTE - Marco Teórico**

---

<b>CAPÍTULO I - O Sistema Educativo Português como Contexto da Investigação .....</b>	<b>33</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>33</b>
1. O Conceito de Sistema Educativo .....	35
2. Evolução do Sistema Educativo em Portugal .....	39
2.1. A Evolução da Educação desde o século X à actualidade .....	39
2.2. Da Centralização à Autonomia .....	42
2.3. Estrutura Orgânica do Ministério da Educação.....	43
2.4. Da Administração Central à Administração Local.....	50
3. Organização do Sistema Educativo em Portugal.....	53
3.1. A Educação Pré-Escolar.....	55
3.1.1. Finalidades da Educação Pré-Escolar.....	56
3.1.2. Condições de Admissão e Escolha da Instituição .....	56
3.1.3. Suporte Financeiro para as Famílias.....	57
3.1.4. Organização das Turmas / Salas .....	58
3.1.5. Horário de Funcionamento .....	58
3.1.6. Objectivos da Educação Pré-Escolar .....	59
3.1.7. Orientações Curriculares.....	60
3.1.8. Avaliação na Educação Pré-Escolar .....	60
3.2. A Educação Escolar ou Formal .....	60
3.2.1. As Finalidades da Educação Escolar .....	60
3.2.2. A escolaridade obrigatória.....	62
3.2.2.1. Objectivos Gerais do Ensino Básico .....	62

3.2.2.2. Ensino Básico - 1 <sup>o</sup> Ciclo .....	63
3.2.2.3. Reorganização Curricular do 1 <sup>o</sup> Ciclo do Ensino Básico e Metodologias de Ensino.....	64
3.2.2.4. Horário Semanal e Diário .....	65
3.2.2.5. O Currículo Nacional do Ensino Básico -1 <sup>o</sup> Ciclo .....	66
3.2.2.6. Condições de Admissão e Escolha da Instituição ....	67
3.2.2.7. Suporte Financeiro para as Famílias.....	68
3.2.2.8. Constituição de Turmas.....	68
3.2.2.9. Avaliação.....	69
3.2.2.10. Progressão dos Alunos .....	70
3.2.3. Ensino Básico - 2 <sup>o</sup> e 3 <sup>o</sup> Ciclos.....	71
3.2.3.1. Horário Semanal e Diário .....	71
3.2.3.2. Currículo e Tipo de Actividades.....	71
3.2.3.3. Constituição de Turmas nos 2 <sup>o</sup> e 3 <sup>o</sup> Ciclos:.....	73
3.2.3.4. Condições de Admissão e Escolha da Instituição ....	74
3.2.3.5. Metodologias de Ensino utilizadas nos 2 <sup>o</sup> e 3 <sup>o</sup> Ciclos.....	75
3.2.3.6. Avaliação dos Alunos dos 2 <sup>o</sup> e 3 <sup>o</sup> Ciclos .....	76
3.2.3.7. Progressão dos Alunos do 2 <sup>o</sup> e 3 <sup>o</sup> Ciclos .....	77
3.2.3.8. Certificação .....	78
3.3. O Ensino Secundário Geral, Profissional e Ensino Pós-Secundário .....	78
3.3.1. Finalidades .....	78
3.3.2. Objectivos Gerais do Ensino Secundário.....	79
3.3.3. Organização escolar .....	80
3.3.4. Constituição de Turmas .....	82
3.3.5. Horário Semanal .....	82
3.3.6. Currículo .....	83
3.3.7. Avaliação .....	85
3.3.8. Certificação.....	87
3.3.9. Progressão dos Alunos do Ensino Secundário.....	87
3.3.10. Suporte Financeiro.....	87
3.4. Ensino Superior.....	88
3.4.1. Tipologia das instituições.....	90
3.4.2. Condições de Acesso .....	90
3.4.3. Suporte Financeiro.....	91
3.4.4. Objectivos da Ensino Superior.....	92
3.4.5. Graus Académicos.....	93

3.4.6. Avaliação/Certificação .....	94
3.5. Educação e Formação Contínua de Adultos .....	95
3.5.1. Enquadramento Legal .....	95
3.5.2. Administração/Organizações envolvidas.....	96
3.5.3. Financiamento.....	98
3.5.4. Organização .....	98
4. Ensino Especial em Portugal .....	103
4.1. Educação inclusiva em Portugal.....	103
4.2. Objectivos da Educação Inclusiva .....	105
4.3. Importância da Educação Inclusiva no contexto nacional .....	106
4.4. Estruturação e Flexibilização Curricular .....	107
4.4.1. Avaliação, Progressão e Certificação.....	110
4.4.2. Família e Comunidade .....	110
4.4.3. Colaboração entre Parceiros.....	111
<b>CAPÍTULO II: Os Tempos Educativos Formais e Não Formais no     Quotidiano das Escolas do 1º Ciclo .....</b>	<b>113</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>113</b>
1. O Conceito de Tempo numa Perspectiva Histórica e Sociológica .....	115
1.1. A divisão do Tempo .....	115
1.2. O Tempo Educativo .....	118
1.2.1. A Organização e Gestão dos Tempos Educativos .....	120
1.2.2. Os Tempos Educativos Curriculares e Extra-Curriculares ..	122
1.3. Ocupação dos Tempos Educativos Extra-Curriculares .....	123
1.3.1. A Importância do Tempo de Recreio .....	127
1.3.2. As Actividades Lúdico - Pedagógicas nos Tempos Educativos Extracurriculares .....	130
<b>CAPÍTULO III: A Implementação das Actividades de Enriquecimento     Curricular e a Escola a Tempo Inteiro .....</b>	<b>133</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>133</b>
1. A Escola de Ontem e a de Hoje.....	137
1.1. A Implementação do Despacho n.º 12591/2006 para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro .....	139
1.2. Caracterização das Actividades de Enriquecimento Curricular, suas especificidades e algumas considerações daí decorrentes	140

1.2.1. O Apoio ao Estudo.....	140
1.2.1.1. Avaliação.....	143
1.2.2. O Ensino do Inglês.....	144
1.2.2.1. Conteúdos Programáticos .....	146
1.2.2.2. Avaliação .....	147
1.2.3. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no 1º Ciclo.....	147
1.2.3.1. Conteúdos Programáticos .....	149
1.2.3.2. Avaliação .....	149
1.2.4. A Actividade Física e Desportiva .....	150
1.2.4.1. Conteúdos programáticos .....	153
1.2.4.2. Avaliação.....	154
1.2.5. Expressão e Educação Musical.....	155
1.2.5.1. Conteúdos programáticos .....	159
1.2.5.2. Avaliação.....	160
1.2.6. Outras Expressões .....	161
1.2.6.1. Expressão Plástica .....	161
1.2.6.1.1. Competências a desenvolver .....	162
1.2.6.2. Expressão Dramática .....	163
1.2.6.2.1. Competências a desenvolver Relacionar-se e comunicar com os outros;.....	165
1.2.6.2.2. Avaliação.....	165
1.3. Planificação das Actividades de Enriquecimento Curricular.....	166
1.3.1. Organização das Turmas.....	166
1.3.2. Frequência e Duração Semanal .....	167
1.3.3. Perfil dos Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular.....	167
1.3.4. Supervisão Pedagógica .....	170
1.3.5. Financiamento .....	171
1.3.6. Apoio às Famílias .....	171
1.4. Alterações ao Despacho n.º 12591/2006.....	171
1.5. A Escola a Tempo Inteiro .....	182

## **SEGUNDA PARTE - Marco Empírico da Investigação**

---

<b>CAPÍTULO IV: O ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....</b>	<b>189</b>
1. Metodologia e Desenho da Investigação .....	189

Introdução.....	189
1.1. Opções Metodológicas .....	190
1.2. O Estudo de Caso .....	195
1.3. Justificação e Pertinência do Estudo da Investigação .....	198
1.4. Problema de Investigação .....	199
1.5. Objectivos da Investigação.....	201
1.3 Justificación y pertinencia de la Investigación .....	203
1.4 Problemática de esta Investigación .....	204
1.5 Objetivos de la Investigación .....	205
1.6. Caracterização da Amostra do Estudo .....	207
1.7. O Planeamento da Recolha de Dados .....	209
1.7.1. Instrumentos de Recolha de Dados .....	211
1.7.1.1. A Observação .....	211
1.7.1.2. A Análise Documental.....	211
1.7.1.3. Inquérito por Questionário.....	212
1.7.1.4. Inquérito por Entrevista.....	214
1.7.1.5. Correlações.....	216
1.7.1.6. Triangulação .....	216
1.7.2. Procedimentos .....	217
1.7.2.1. Técnicas de Observação .....	217
1.7.2.2. Técnica de Análise Documental.....	217
1.7.2.3. Técnicas Quantitativas: Os questionários.....	218
1.7.2.4. Técnicas Qualitativas: As Entrevistas .....	223
1.7.2.5. Justificação da Apresentação e Análise dos Dados Recolhidos .....	226
1.8. Limitações do Estudo .....	226
<b>CAPÍTULO V: CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>229</b>
1. O Agrupamento de Escolas Avelar Brotero .....	229
1.1. Caracterização do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero.....	229
1.1.1. Linhas orientadoras do Agrupamento.....	232
1.1.2. Estratégias utilizadas no Agrupamento .....	233
1.2. Caracterização da Escola D. Dinis de Odivelas.....	241
1.2.1. Espaços.....	241
1.2.2. Recursos Humanos.....	243
1.2.2.1. Órgãos de Gestão.....	243

1.2.2.2. O Corpo Docente.....	243
1.2.2.3. Pessoal Auxiliar .....	244
1.2.3. Caracterização da População Escolar .....	244
1.2.4. Auxílios Económicos.....	245
1.2.5. Distribuição dos alunos no Ensino Especial .....	246
1.2.6. Alunos que usufruem de apoio educativo .....	247
1.2.7. Outros Parceiros.....	247
1.2.8. Parcerias.....	248
1.2.9. Projectos em que participa a E.B.1./J.I.D. Dinis .....	249
<b>CAPÍTULO VI – ANÁLISE DE CONTEÚDO .....</b>	<b>251</b>
1. Apresentação e Análise dos Resultados Quantitativos .....	251
1.1. Alunos .....	251
1.1.1. Género dos intervenientes.....	251
1.1.2. Idade dos intervenientes.....	252
1.1.3. Ano de escolaridade que frequentam .....	253
1.1.4. AEC's que frequentam .....	254
1.1.5. Parte do dia em que os alunos frequentam as AEC's .....	262
1.1.6. Contribuição das AEC's para a aprendizagem .....	270
1.1.7. Frequência das AEC's .....	282
1.1.8. Local da realização dos trabalhos de casa .....	283
1.1.9. A escola como um espaço confortável .....	284
1.1.10. AEC's que mais gosta .....	285
1.1.11. Importância de estar nas AEC's .....	286
1.1.12. Gosto pelo tempo que passa nas AEC's .....	287
1.1.13. Utilização das aprendizagens das AEC's .....	288
1.1.14. Cansaço na chegada a casa .....	289
1.1.15. Preferência em ir mais cedo para casa.....	290
1.1.16. Local onde fica se não frequenta as AEC's.....	291
1.2. Encarregados de Educação .....	292
1.2.1. Género dos intervenientes.....	292
1.2.2. Idade dos Intervenientes.....	293
1.2.3. Habilitações Literárias.....	294
1.2.4. Identificação dos inquiridos.....	295
1.2.5. Profissão dos Encarregados de Educação .....	296
1.2.6. Frequência das AEC's pelos educandos.....	298
1.2.7. Conhecimento dos espaços físicos onde os educandos praticam as AEC's .....	299

1.2.8. Conhecimento da adequação dos espaços existentes na escola para as AEC's .....	300
1.2.9. Tempo disponível para as AEC's .....	301
1.2.10. Satisfação com a frequência de uma Escola a Tempo Inteiro pelo educando .....	302
1.2.11. Factores que considera pertinentes para o desenvolvimento do educando .....	303
1.2.12. Conhecimento dos objectivos das AEC's .....	304
1.2.13. Tomada de conhecimento do Programa das AEC's .....	305
1.2.14. Motivação dos educandos pelas AEC's .....	306
1.2.15. Contacto com os professores das AEC's .....	307
1.2.16. Grau de satisfação em relação ao trabalho desenvolvido pelos professores das AEC's .....	308
1.2.17. Características mais importantes trazidas pela Escola a Tempo Inteiro.....	309
1.3. Professores Titulares de Turma.....	310
1.3.1. Género dos intervenientes .....	310
1.3.2. Idade dos intervenientes .....	311
1.3.3. Tempo de serviço .....	312
1.3.4. Importância da realização das AEC's .....	313
1.3.5. Horário da realização das AEC's.....	314
1.3.6. Importância das AEC's.....	315
1.3.7. Tempo disponibilizado para a realização das AEC's .....	316
1.3.8. Influência das AEC's no comportamento dos alunos em sala de aula .....	317
1.3.9. Influência das AEC's no rendimento escolar dos alunos ....	318
1.3.10. Grau de satisfação sobre aspectos relacionados com o funcionamento das AEC's .....	319
1.3.11. Funcionamento geral das AEC's.....	320
1.3.12. Implicações da frequência das AEC's.....	321
1.4. Professores das AEC's.....	322
1.4.1 Género dos intervenientes .....	322
1.4.2. Idade dos intervenientes.....	323
1.4.3. Tempo de serviço .....	324
1.4.4. Actividade de Enriquecimento Curricular leccionada.....	325
1.4.5. Qualificação para leccionar a Actividade de Enriquecimento Curricular .....	326
1.4.6. Conhecimento do Despacho nº 14460/2008 .....	327
1.4.7. Concordância com o Despacho nº 14460/2008 .....	328

1.4.8. Satisfação com a Entidade Promotora das AEC's .....	329
1.4.9. Grau de satisfação sobre aspectos relacionados com o funcionamento das AEC's.....	330
1.4.10. Funcionamento geral das AEC's .....	331
1.4.11. Implicações da frequência das AEC's .....	331
1.5. Pessoal não Docente .....	332
1.5.1 Género dos intervenientes.....	332
1.5.2. Idade dos intervenientes.....	333
1.5.3. Tempo de serviço .....	334
1.5.4. Importância da realização das AEC's na Escola .....	335
1.5.5. Influência das AEC's no horário de trabalho .....	336
1.5.6. Existência de condições materiais na escola para a realização das AEC's.....	337
1.5.7. Trabalho extra para a arrumação dos espaços .....	338
1.5.8. Motivação dos alunos para a realização das AEC's.....	339
1.5.9. Valor formativo das AEC's.....	340
1.5.10. AEC's mais relevantes na formação geral dos alunos .....	341
2. Análise Comparativa dos Resultados Quantitativos.....	342
2.1. Correlação 1: Alunos e Encarregados de Educação.....	342
2.1.1. Contribuição das AEC's para a aprendizagem .....	342
2.1.2. Gosto pelo tempo que passa nas AEC's .....	344
2.2. Correlação 2: Professores Titulares de Turma e Alunos.....	345
2.2.1. 345	
Influência das AEC's no rendimento escolar dos alunos.....	345
2.2.2. Classificação do tempo disponibilizado para a realização das AEC's .....	346
2.2.3. Considera positivo o funcionamento geral das AEC's .....	347
2.3. Correlação 3: Professores das AEC's e Encarregados de Educação.....	348
2.3.1. Actividade de Enriquecimento Curricular leccionada .....	348
2.3.2. Características mais importantes trazidas pela Escola a Tempo Inteiro .....	349
2.4. Correlação 4: Professores das AEC's e Professores Titulares de Turma .....	351
2.4.1. Considera positivo o funcionamento geral das AEC's .....	351
2.5. Correlação 5: Pessoal não Docente, Pais e Alunos.....	352
2.5.1. Motivação dos alunos na realização das AEC's.....	352

3. Análise dos Resultados Qualitativos.....	354
3.1. Correlação das Entrevistas.....	363
3.2. Triangulação dos Resultados .....	375
<b>CAPÍTULO VII: Conclusões .....</b>	<b>391</b>
7.1. Conclusões Gerais .....	391
7.2. Conclusões por Objectivos .....	393
7.3. Futuras Linhas de Investigação .....	397
<b>CAPÍTULO VII: CONCLUSIONES .....</b>	<b>399</b>
7.1 Conclusiones Generales.....	399
7.2 Conclusiones por Objetivos .....	401
7.3 Líneas de Investigación Futura.....	405
<b>Bibliografia .....</b>	<b>407</b>
Referências Bibliográficas .....	409
Legislação Consultada .....	419
Webgrafia .....	423
<b>ANEXOS .....</b>	<b>425</b>
ANEXO I - Carta de pedido de autorização à Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero- Odivelas .....	427
ANEXO II - Carta de pedido de autorização aos Encarregados de Educação .....	431
ANEXO III - Questionário aos Alunos .....	435
ANEXO IV - Questionário aos Encarregados de Educação .....	443
ANEXO V - Questionário aos Professores Titulares de Turma .....	453
ANEXO VI - Questionário aos Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular.....	461
ANEXO VII - Questionário ao Pessoal não Docente .....	469
ANEXO VIII - Guião da Entrevista à Vice-Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero - E1 .....	475
ANEXO IX - Transcrição da Entrevista à Vice-Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero - E1 .....	481

ANEXO X - Síntese da Entrevista à Vice-Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero - E1 .....	491
ANEXO XI - Guião da Entrevista à Coordenadora da E.B.1. /J.I. D. Dinis – E2 .....	497
ANEXO XII - Transcrição da Entrevista à Coordenadora da E.B.1. /J.I. D. Dinis - E2.....	503
ANEXO XIII - Síntese da Entrevista à Coordenadora da E.B.1. /J.I. D. Dinis – E2.....	527
ANEXO XIV - Guião da Entrevista à Presidente da Associação de Pais da E.B.1. /J.I. D. Dinis – E3 .....	535
ANEXO XV - Transcrição da Entrevista à Presidente da Associação de Pais da E.B.1. /J.I. D. Dinis – E3 .....	541
ANEXO XVI - Síntese da Entrevista à Presidente da Associação de Pais da E.B.1. /J.I. D. Dinis – E3 .....	549
ANEXO XVII - Guião da Entrevista à Responsável da Empresa– E4 ..	555
ANEXO XVIII - Transcrição da Entrevista à Responsável da Empresa - E4.....	561
ANEXO XIX - Síntese da Entrevista à Responsável da Empresa - E4	569
ANEXO XX - Guião da Entrevista ao Técnico do Departamento da Educação da Câmara Municipal de Odivelas - E5.....	575
ANEXO XXI - Transcrição da Entrevista ao Técnico do Departamento da Educação da Câmara Municipal de Odivelas - E5 .....	581
ANEXO XXII - Síntese da Entrevista ao Técnico do Departamento da Educação da Câmara Municipal de Odivelas - E5.....	589
ANEXO XXIII Despacho n.º 12591/2006 (2ª série) de 16 de Junho (Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular).	595
ANEXO XXIV Despacho n.º14460/2008 (2ª série) de 26 de Maio (1ª alteração ao Despacho 12591/2006 - Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular).....	603
Índice de Quadros.....	611
Índice de Figuras.....	613
Índice de Gráficos .....	615
Índice de Tabelas.....	619
Tábua de Abreviaturas.....	625

## ***Dedicatória***

À minha mãe e ao meu marido,  
porque sem eles nenhum sonho  
seria concretizável ou faria sentido.



## **AGRADECIMENTOS**

Após um longo e árduo caminho académico percorrido, é uma enorme satisfação pessoal poder partilhar, com todos aqueles que ao meu lado sempre estiveram, sentindo as mesmas inquietudes, os mesmos anseios, as mesmas preocupações, o culminar de uma grande etapa que é a realização de uma Tese de Doutoramento em Ciências da Educação.

Paraphraseando Aristóteles “A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces”.

E, neste momento, saborear a doce felicidade de poder finalizar um período de trabalho e esforço, é, sem dúvida, algo inexplicável e marcante para qualquer ser humano que não consegue expressar em palavras a enorme gratidão que tem para com todos os que de uma forma ou de outra, tornaram possível esta colheita.

Ao Professor Doutor Manuel Lorenzo Delgado, Catedrático de Didáctica y Orientación Escolar da Universidade de Granada, Orientador Científico desta Tese de Doutoramento, que acompanhou de forma inexcelável todas as fases da investigação, esclarecendo as minhas dúvidas com o seu prestigiante saber científico, profissional e humano, e incentivando-me para que esta progredisse até ao fim, o meu profundo reconhecimento e a minha maior gratidão.

Ao Professor Doutor Tomás Sola Martínez pelo incondicional apoio e estímulo que sempre me deu para que este projecto se tornasse uma realidade, um agradecimento muito especial.

Ao Professor Doutor Juan Antonio López Núñez, o meu sincero obrigado pela disponibilidade em me ajudar e orientar na fase final da realização deste trabalho.

Ao Instituto Superior de Ciências Educativas, que permitiu que esta investigação passasse de um sonho à realidade, um agradecimento muito especial e a minha elevada consideração.

Ao meu colega Ricardo Viseu Ferreira, pelas sugestões e contributos prestados no tratamento estatístico dos dados recolhidos para este estudo.

Ao meu colega Carlos Damião, pela disponibilidade demonstrada, empenhamento e pela sua preciosa colaboração na imagem gráfica deste trabalho de investigação.

Também às minhas alunas do 4º Ano do Curso de Professores de Ensino Básico do 1º Ciclo, que com o seu empenho e perseverança participaram neste estudo, a nível do trabalho de campo, um agradecimento muito especial e a minha amizade.

Ao Agrupamento de Escolas Avelar Brotero, em especial a toda a Comunidade Educativa que constitui a E.B.1./J.I.D.Dinis, o meu reconhecimento pela autorização e receptividade para proceder à minha investigação, facultando documentação e informação diversas sobre o tema em estudo.

À Câmara Municipal de Odivelas, através do seu Departamento de Educação, o meu agradecimento pela forma como aceitou colaborar nesta investigação.

Amizade e gratidão para alguém que me acompanhou desde o primeiro momento com um carinho inestimável, com enorme determinação e sábias sugestões, dando-me sempre força e alento para transpor os momentos mais difíceis, acreditando em mim. Obrigado Nucha !

À minha família que um dia sonhou e hoje compartilha este importante momento comigo, um profundo e sentido obrigada.

Por último, e de um modo muito especial, agradeço ao meu marido a tolerância, o apoio e compreensão para com a minha falta de disponibilidade durante estes anos de elaboração desta tese.

A todos vós uma justa e autêntica Homenagem.

## **INTRODUÇÃO**

A sociedade actual não pode e não deve ser analisada segundo os mesmos parâmetros utilizados há diversos anos atrás. De facto, no tempo dito da ditadura, a escola era muito diferente, pois, para além das turmas não serem mistas, uma das orientações impostas pelo Sistema Educativo de então, era a leccionação das únicas três disciplinas consideradas fundamentais, sendo estas: a Língua Portuguesa, a Matemática e o Meio Físico.

Desta forma, o currículo do primeiro ciclo era restrito, não havendo, por isso, lugar para outras áreas, tais como: a Educação Física ou as Expressões Artísticas.

Todavia, com a Revolução de Abril de 1974, a liberdade instaurou-se em Portugal, transformando toda a sociedade, e por conseguinte, a escola também, tornando-a num espaço sem preconceitos e acolhedor de diferenças. Por outro lado, esta grande instituição fomentou a liberdade de expressão, o que possibilitou aos seus actores, docentes e discentes uma maior autonomia, criatividade, poder crítico, entre outros, contribuindo para viver numa sociedade mais igualitária e mais participativa.

De facto, hoje em dia, exige-se dos cidadãos uma participação activa na construção de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais responsável, melhor, exige-se a construção da sua própria história.

A educação não se pode limitar à transmissão de conhecimentos relativos à Língua Portuguesa, à Matemática ou ao Estudo do Meio. Os alunos do século XXI exigem mais da escola e consequentemente dos professores.

O sentido do conceito de educação é hoje cada vez mais vasto, englobando toda e qualquer actividade experimentada pelo educando e, por isso, naturalmente, as relações sociais que estabelece, fundamentalmente, na escola, incluindo-se nesta as actividades lúdicas e os espaços e tempos de

recreio ou lazer que lhe são proporcionados. Estas actividades, espaços e tempos, enquadram-se, na nossa perspectiva, num conjunto de questões pouco estudadas por, incorrectamente, ainda serem entendidas como secundárias.

É, assim, imprescindível que reflectamos sobre a verdadeira importância dos tempos livres na formação integral das crianças, dos jovens e dos adultos porque é, de facto, nos tempos de lazer que conseguimos, livremente, satisfazer muitos dos nossos desejos e sonhos.

É no tempo de recreio, nomeadamente, que a criança mais liberta as suas energias e as exterioriza, pois é através dos jogos que tem oportunidade de viver as suas vontades, os seus anseios... enfim, os seus desejos.

Para que a criança não se sinta “*saturada*” perante o longo tempo que passa na escola, é essencial que se fomentem, nos tempos de recreio ou nos períodos intercalares entre os dois momentos de aula propriamente dita, actividades lúdicas que visem um maior relacionamento com os colegas, professores e restantes actores da educação, bem como uma melhor qualidade de vida para todos.

Estes tempos devem ser aproveitados de uma forma correcta, quer por parte dos alunos, quer por parte dos docentes, permitindo, inclusive, a aquisição de outros saberes para além do tempo, formalmente, destinado para tal.

Assim, é necessário, desde logo, que os futuros professores interiorizem que a educação não formal é tão importante como a educação formal pois, entre outros aspectos, é na educação não formal que podemos conhecer e descobrir muito do interior de cada um.

Na educação não formal - em que englobamos a educação para e nos tempos livres - as crianças podem reforçar uma formação para os valores, interiorizando atitudes, gestos e manifestando comportamentos adequados

como seres sociais. Tendo em consideração a grande percentagem de tempo que as crianças passam na escola, cabe, sem dúvida, também, aos professores e outros responsáveis pela educação, a tarefa de formar integralmente os cidadãos.

A escola de hoje é muito diferente da escola de ontem; não é mais um espaço de transmissão de conhecimentos, mas sim um espaço onde se aprende a conhecer, aprende a aprender, aprende a fazer, aprende a viver com os outros. Em suma, um espaço onde se aprende a Ser.

Desta forma, todos têm que participar na “*edificação*” de um futuro acolhedor e propício para a sobrevivência das gerações futuras.

Num período que se caracteriza pelas mudanças organizativas, curriculares, tecnológicas, sociais, dos saberes e dos fazeres, pretende-se que o cidadão também ele se transforme e se adeque à imagem desta nova era que denominamos de pós-moderna.

Sendo assim, algo teve que ser feito para que os nossos alunos não se afastassem dos bancos da escola, por se sentirem desmotivados, marginalizados ou inadaptados a um meio que, ao pretender cativá-los, apenas consegue reprimi-los.

A escola tem que ser um espaço aberto ao Saber! E quando toda a Comunidade Educativa trabalha em conjunto, os alunos podem atingir níveis mais elevados de literacia, de aprendizagem, de resolução de problemas e adquirir competências em vários domínios como o das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Para alcançar o sucesso educativo no seu sentido mais lato, foi necessário preparar os nossos alunos para o presente, mas, sobretudo, para o futuro. Deste modo, o primeiro passo consistiu em introduzir algumas alterações no Sistema Educativo Português, de forma a dar resposta a um dos

fenómenos educativos mais preocupantes, considerado como um flagelo nacional, que foi a existência de uma elevada taxa de insucesso e /ou abandono escolar.

Assim, no ano lectivo de 2005/2006, assistiu-se a uma grande mudança, com a Implementação do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular, onde o Ensino do Inglês era obrigatório para o 3º e 4º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Mais tarde, uma vez que este programa foi um sucesso, pois houve uma aderência muito grande por parte dos alunos, o Ministério da Educação decidiu alargar o Ensino do Inglês para os quatro anos do Ensino Básico.

Com esta decisão, o M.E. visa a promoção da igualdade de oportunidades, uma vez que, anteriormente, só os alunos provenientes do ensino particular e cooperativo, tinham acesso a estas ofertas educativas. Desta forma, numa mesma turma do 5º ano, existiam, por exemplo, alunos que já possuíam alguns conhecimentos básicos de inglês e outros que nada sabiam dizer ou escrever nesta língua estrangeira.

Assim, o M.E. iniciou uma grande caminhada, rumo à inovação e à formação significativa dos alunos, ampliando o campo de conhecimento, para além das áreas curriculares definidas na lei.

Todavia, esta medida não foi acolhida por todos com o mesmo entusiasmo, ou seja, se uns a receberam de braços abertos, outros ainda hoje se interrogam acerca dos benefícios deste projecto, reconhecendo-o como uma das fragilidades da política educativa nacional.

É nosso intuito, na realização deste trabalho, realçar alguns dos problemas que surgiram com a implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular.

De facto, a implementação deste projecto trouxe consigo muitas dúvidas, muitos enigmas, muitas incógnitas, muitos receios, especialmente para os mais cépticos, mas também para aqueles que, apesar de abertos à inovação, criaram expectativas que ainda não foram correspondidas com este Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular.

Com efeito, o principal objectivo deste nosso estudo é equacionar algumas problemáticas entretanto surgidas, de forma a contribuir para uma efectiva reflexão que possa resultar num melhor entendimento deste projecto em curso.

A opção pelo tema “A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1 do Concelho de Odivelas”, resulta, sobretudo, como já referimos, da percepção que temos tido acerca da escassa reflexão feita até ao momento, sobre esta área tão importante para todos os que estão preocupados com a educação e formação das crianças e jovens.

Na realidade, os tempos de recreio e lazer têm sido, até ao momento, inúmeras vezes vividos ao acaso, sem que as crianças e os professores os aproveitem de forma pedagogicamente consequente.

Deste modo, e porque entendemos que estes tempos livres devem, antes de mais, contribuir para uma melhoria da qualidade de vida de cada um de nós, propomo-nos elaborar um estudo com o objectivo geral de conhecer os pressupostos dos Projectos de Enriquecimento Curricular e as suas Implicações para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro bem como as suas consequências na Organização e Gestão de uma Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Assim, para dar resposta à nossa Investigação, definimos como objectivos específicos os seguintes:

- Conhecer o impacto da Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular a decorrer na E.B.1. /J.I. D. Dinis do Concelho de Odivelas;
- Verificar a necessidade de Reorganização dos Espaços e Tempos Escolares;
- Compreender os critérios de selecção e de recrutamento quer dos parceiros envolvidos neste programa de Enriquecimento Curricular, quer dos respectivos professores;
- Saber qual o Modelo de Avaliação da Implementação do Programa das AEC`s;
- Identificar as Implicações das AEC`s na Criação de uma Escola a Tempo Inteiro;
- Conhecer algumas propostas de Melhoria do Programa de Implementação das AEC`s .

No decorrer deste trabalho, procurámos obter respostas para estas questões e, simultaneamente, não só reflectir sobre a nossa experiência profissional, como também, sobre as leituras que realizámos acerca desta temática.

Este estudo está estruturado em duas partes distintas: o marco teórico e o marco empírico, em que o campo de investigação é uma escola do ensino básico do 1º ciclo (E.B.1./J.I.D. Dinis), pertencente ao Agrupamento de Escolas Avelar Brotero, situada no Concelho de Odivelas.

Na primeira parte, que está dividida em três capítulos, procedemos a um enquadramento teórico, em que fizemos uma revisão bibliográfica sobre a temática do nosso estudo, abordando a evolução do nosso Sistema Educativo, e os conceitos de tempo, tempo educativo formal e não formal, Actividades de

Enriquecimento Curricular e Escola a Tempo Inteiro, fazendo referência a outros estudos já efectuados neste âmbito.

Assim, no **capítulo I**, contextualizamos o Sistema Educativo Português na Investigação, definindo o seu conceito e fazendo uma breve referência à evolução histórica, desde o séc. X à actualidade.

Apresentamos, igualmente, a actual organização do Sistema Educativo em Portugal.

No **capítulo II**, tentamos clarificar, a noção de tempo, e, a partir de uma pesquisa sobre esta temática, abordamos a divisão do mesmo em tempo de trabalho, ócio, recreação e lazer.

Fazemos, ainda, uma breve referência à organização e gestão dos tempos educativos formais e não formais.

No **capítulo III**, evidenciamos a implementação do Despacho n.º12591/2006, que foi posteriormente revogado pelo Despacho n.º14460/2008, actualmente em vigor, sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular e as respectivas entidades promotoras, fazendo posteriormente uma breve comparação entre ambos.

Por último, fazemos uma breve abordagem à importância de uma Escola a Tempo Inteiro.

A segunda parte, refere-se ao enquadramento empírico, que está dividido em três capítulos, que se referem à metodologia utilizada e ao design da investigação, à caracterização do campo de investigação, recolha de dados, à sua apresentação, análise dos dados quantitativos e qualitativos e à sua correlação e triangulação.

No **capítulo IV**, apresentamos a metodologia utilizada nesta investigação e procedemos à fundamentação do nosso objecto de estudo, através das nossas opções metodológicas, enunciamos o design da

Investigação, justificamos a sua pertinência, definimos os objectivos do estudo, apresentamos a amostra, descrevemos os procedimentos e os instrumentos de recolha de informação.

No **capítulo V**, caracterizamos o campo de investigação, descrevendo o contexto educativo da E.B.1/J.I. D. Dinis do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero, situado no Concelho de Odivelas, objecto do nosso estudo.

No **capítulo VI**, apresentamos a recolha de dados e a respectiva análise dos questionários e entrevistas efectuadas, utilizando-se a abordagem quantitativa e qualitativa. Em seguida, apresentamos as correlações dos questionários e entrevistas e posteriormente a triangulação de todos os dados utilizados na nossa pesquisa.

No **capítulo VII**, expomos as conclusões e apresentamos algumas propostas para futuras linhas de investigação na área e, por último, indicamos a bibliografia utilizada e os respectivos anexos.

## **INTRODUCCIÓN**

La sociedad actual no puede y no debe ser analizada según los mismos parámetros utilizados hace algunos años atrás. De hecho, en los tiempos de la dictadura, la escuela era muy diferente, ya que además de que las clases no eran mixtas, una de las orientaciones impuestas por el Sistema Educativo de entonces, era la enseñanza de tres únicas disciplinas consideradas fundamentales: Lengua Portuguesa, Matemáticas y Medio Físico.

Así, el currículo del primer ciclo era restrictivo, y por lo tanto no había lugar para otras áreas, tales como la Educación Física o las Expresiones Artísticas.

Pero, con la Revolución de Abril de 1974, la libertad se instauró en Portugal, transformando toda la sociedad, y por consiguiente la escuela también, haciéndola un espacio sin prejuicios y acogedora de las diferencias. De otra parte, esta gran institución fomentó la libertad de expresión, dotando a sus actores, docentes y discentes de una mayor autonomía, creatividad, sentido crítico, entre otros, contribuyendo para vivir en una sociedad de mayor igualdad y más participativa.

De hecho, hoy en día, se exige de los ciudadanos una participación activa en la construcción de una sociedad más justa, más solidaria, más responsable, en otras palabras, se exige la construcción de su propia historia.

La educación no se puede limitar a la transmisión de conocimientos relativos a Lengua Portuguesa, Matemáticas o Estudio del Medio. Los alumnos del siglo XXI exigen más de la escuela y consecuentemente de los profesores.

El sentido del concepto de educación cada vez es más amplio, englobando todas las actividades ejercitadas por el educando, y por eso naturalmente, las relaciones sociales que establece, fundamentalmente en la escuela, incluyendo las actividades lúdicas y los espacios y tiempos de recreo

u ocio que le son proporcionadas. Estas actividades, espacios y tiempos se encuadran, de acuerdo a nuestra perspectiva, en un conjunto de cuestiones poco estudiadas por, incorrectamente, ser todavía entendidas como secundarias.

Por eso es imprescindible que reflexionemos sobre la verdadera importancia de los tiempos libres en la formación integral de los niños, los jóvenes y los adultos, porque es en los tiempos libres donde conseguimos, libremente, satisfacer muchos de nuestros deseos y sueños.

Concretamente, es durante el recreo que el niño libera más sus energías y las exterioriza, pues a través de los juegos tiene oportunidad de vivir sus voluntades, sus anhelos... en fin, sus deseos.

Para que un niño no se sienta “*saturado*” durante el largo tiempo que pasa en la escuela, es esencial que se fomenten, en los tiempos de recreo o en los períodos intercalares entre los dos momentos de clase propiamente dichos, actividades lúdicas que busquen un mayor relacionamiento con los colegas, profesores y restantes actores de la educación, así como una mejor calidad de vida para todos.

Estos tiempos deben ser aprovechados de forma correcta, sea por parte de los alumnos o por parte de los docentes, permitiendo incluso la adquisición de otros saberes, además del tiempo formalmente destinado para tal.

De ahí que sea necesario que los futuros profesores interioricen que la educación no formal es tan importante como la educación formal porque, entre otros aspectos, es en la educación no formal que podemos conocer y descubrir buena parte del interior de cada uno.

En la educación no formal - en que englobamos la educación para y en los tiempos libres - los niños pueden reforzar la formación de valores, interiorizando actitudes, gestos y manifestando comportamientos adecuados

con los seres sociales. Teniendo en cuenta el gran porcentaje de tiempo que los niños pasan en la escuela, sin duda cabe también a los profesores y otros responsables de la educación, la tarea de formar integralmente a los ciudadanos.

La escuela de hoy es muy diferente a la escuela de ayer; dejó de ser un espacio de transmisión de conocimientos, y pasó a ser un espacio donde se aprende a conocer, aprender a aprender, aprender a hacer, aprender a vivir con los otros. En suma, un espacio donde se aprende a Ser.

De esta forma, todos tienen que participar en la “*edificación*” de un futuro acogedor y propicio para la sobrevivencia de las generaciones futuras.

En un período que se caracteriza por los cambios organizacionales, curriculares, tecnológicos, sociales, de saberes y prácticas, se pretende que el ciudadano también se transforme y se adecue a la imagen de esta nueva era que denominamos posmoderna.

Por eso, algo tuvo que hacerse para que nuestros alumnos no se alejen de las bancas de la escuela, por sentirse desmotivados, marginalizados o desadaptados al medio que, al tratar de cautivarlos, apenas consigue reprimirlos.

La escuela tiene que ser un espacio abierto al Saber! Y cuando toda la Comunidad Educativa trabaja en conjunto, los alumnos pueden alcanzar niveles más elevados de conocimiento, aprendizaje, resolución de problemas y adquisición de capacidades en varios dominios como los de las Tecnologías de Información y Comunicación (TIC).

Para alcanzar el éxito educativo en su sentido más amplio, fue necesario preparar a nuestros alumnos para el presente, y sobre todo, para el futuro. De este modo, el primer paso constituyó la introducción de algunas alteraciones al Sistema Educativo Portugués, para dar respuesta a uno de los fenómenos

educativos más preocupantes, considerado como un flagelo nacional, que es la existencia de una elevada tasa de fracaso y/o abandono escolar.

Así, en el año lectivo 2005/2006, asistimos a un gran cambio con la Implementación del Programa de Actividades de Enriquecimiento Curricular, donde la enseñanza del Inglés era obligatoria para el 3º y 4º años del 1º Ciclo de Enseñanza Básica.

Más tarde, una vez que el programa fue un éxito, pues hubo una adhesión muy grande por parte de los alumnos, el Ministerio de Educación decidió ampliar la Enseñanza del Inglés para los cuatro años de la Enseñanza Básica.

Con esta decisión, el M.E. prevé la promoción de la igualdad de oportunidades, ya que anteriormente solo los alumnos provenientes de la enseñanza particular y cooperativa, tenían acceso a estas ofertas educativas. De esta forma, en una misma clase de 5º año existían, por ejemplo, alumnos que ya tenían algunos conocimientos básicos de inglés y otros que no sabían decir ni escribir nada en esta lengua extranjera.

Así, el M.E. inició un gran trayecto, rumbo a la innovación y a la formación significativa de los alumnos, ampliando el campo del conocimiento, para más allá de las áreas curriculares definidas en la ley.

Pero esta medida no fue acogida por todos con el mismo entusiasmo, o sea, algunos recibieron de brazos abiertos, otros todavía ahora se interrogan acerca de los beneficios de este proyecto, reconociéndolo como una de las fragilidades de la política educativa nacional.

Consideramos, que en la realización de este trabajo, vamos a realzar algunos de los problemas que surgieron con la implementación de las Actividades de Enriquecimiento Curricular.

De hecho, la implementación de este proyecto trajo consigo muchas dudas, muchos enigmas, muchas incógnitas, muchos recelos, especialmente para los más escépticos, pero también para aquellos que, a pesar de abiertos a la innovación, crearon expectativas que todavía no fueron satisfechas con este Programa de Actividades de Enriquecimiento Curricular.

Por lo tanto, el principal objetivo de nuestro estudio es plantear algunas problemáticas que han surgido, para contribuir con la reflexión efectiva que pueda resultar en un mejor entendimiento de este proyecto en curso.

El haber escogido el tema “La Implementación de las Actividades de Enriquecimiento Curricular para la Creación de una Escuela de Tiempo Completo – su Implicación en la Organización y Gestión de una E.B.1 del Município de Odivelas”, resulta sobre todo, como ya referimos, de la percepción que hemos tenido sobre la poca reflexión hecha hasta este momento sobre esta área tan importante para todos los que están preocupados con la educación y formación de los niños y jóvenes.

En realidad, los tiempos de recreo y ocio han sido, hasta este momento, innumerables veces vividos al azar, sin que los niños y los profesores los aprovechen de forma pedagógica.

De esta forma, y porque entendemos que estos tiempos libres deben contribuir para una mejora de la calidad de vida de cada uno de nosotros, nos proponemos elaborar un estudio con el objetivo general de conocer los presupuestos de los Proyectos de Enriquecimiento Curricular y sus Implicaciones en la Creación de una Escuela de Tiempo Completo, así como sus consecuencias en la Organización y Gestión de una Escuela de 1º Ciclo de Enseñanza Básica.

Para dar respuesta a nuestra investigación, definimos como objetivos específicos los siguientes:

- Conocer el impacto de la Implementación de las Actividades de Enriquecimiento Curricular implementada en la E.B.1. /J.I. D. Dinis del Municipio de Odivelas.
- Verificar la necesidad de Reorganización de los Espacios y Tiempos Escolares.
- Comprender los criterios de selección y de reclutamiento de los socios involucrados en este programa de Enriquecimiento Curricular, como también de sus respectivos profesores.
- Saber cual es el Modelo de Evaluación de la Implementación del Programa de las AECs.
- Identificar las implicaciones de las AECs en la Creación de una Escuela de Tiempo Completo.
- Conocer algunas propuestas de Mejoramiento del Programa de Implementación de las AECs.

En el desarrollo de este trabajo, buscamos obtener respuestas para estas preguntas y, simultáneamente, reflexionar no solamente sobre nuestra experiencia profesional, sino también sobre las lecturas que realizamos acerca de esta temática.

Este estudio está estructurado en dos partes distintas: el marco teórico y el marco empírico, siendo el campo de investigación una escuela de enseñanza básica del 1º Ciclo (E.B.1./J.I.D. Dinis), perteneciente al Agrupamiento de Escuelas Avelar Brotero, situado en el Municipio de Odivelas.

En la Primera Parte, que está dividida en tres capítulos, procedemos a un encuadramiento teórico, en el que hacemos una revisión bibliográfica sobre el tema de nuestro estudio, abordando la evolución de nuestro Sistema Educativo; los conceptos de tiempo, tiempo educativo formal y no formal; y

Actividades de Enriquecimiento Curricular y Escuela de Tiempo Completo; haciendo referencia a otros estudios ya efectuados en este ámbito.

Así, en el **capítulo I**, contextualizamos el Sistema Educativo Portugués en la Investigación, definiendo su concepto y haciendo una breve referencia a la evolución histórica, desde el siglo X hasta la actualidad.

Presentamos de igual forma, la actual organización del Sistema Educativo en Portugal.

En el **capítulo II**, intentamos aclarar la noción del tiempo y a partir de una investigación sobre este tema, abordamos la división del mismo en tiempo de trabajo, reposo, recreación y ocio.

Hacemos también una breve referencia a la organización y gestión de los tiempos educativos formales y no formales.

En el **capítulo III**, ponemos en relieve la implementación del Despacho nº12591/2006 que posteriormente fue revocado por el Despacho nº 14460/2008, actualmente en vigor, sobre las Actividades de Enriquecimiento Curricular y las respectivas entidades promotoras, haciendo posteriormente una breve comparación entre ambos.

Por último, tratamos brevemente sobre la importancia de una Escuela de Tiempo Completo.

La Segunda Parte se refiere al encuadramiento empírico, que está dividido en tres capítulos, que se refieren a la metodología utilizada y al diseño de la investigación, así como a la caracterización del campo de la investigación, recolección de datos, su presentación, análisis de datos cuantitativos y cualitativos y su correlación y triangulación.

En el **capítulo IV**, presentamos la metodología utilizada en esta investigación y procedemos a la fundamentación de nuestro objeto de estudio, a través de nuestras opciones metodológicas, enunciando el diseño de la

investigación, justificamos su pertinencia, definimos los objetivos del estudio, presentamos la muestra, describimos los procedimientos y los instrumentos de recolección de información.

En el **capítulo V**, caracterizamos el campo de investigación, describiendo el contexto educativo de la E.B.1/J.I. D. Dinis del Agrupamiento de Escuelas Avelar Botero, situado en el Municipio de Odivelas, objeto de nuestro estudio.

En el **capítulo VI**, presentamos la recolección de información y el respectivo análisis de los cuestionarios y las entrevistas efectuadas, para lo que utilizamos los enfoques cuantitativo y cualitativo. En seguida, presentamos correlaciones de los cuestionarios y entrevistas y posteriormente la triangulación de todos los datos utilizados en nuestra investigación.

En el **capítulo VII**, exponemos las conclusiones y presentamos algunas propuestas para futuras líneas de investigación en el área, y por último, indicamos la bibliografía utilizada y los respectivos anexos.

**PRIMEIRA PARTE**  
**Marco Teórico**



# **CAPÍTULO I - O Sistema Educativo Português como Contexto da Investigação**

## **INTRODUÇÃO**

Ao abordarmos a escola como um local privilegiado de formação humana, experiência de vida e aquisição de instrumentos essenciais para se viver em sociedade, temos que referenciar as diferentes gerações e estratos socioculturais que nela co-habitam. Por outro lado, é um local de trabalho e simultaneamente de educação e lazer, onde as mais diversas actividades se associam para proporcionar a formação académica de uns e a ocupação profissional de outros.

Os alunos caracterizam manifestamente a grande percentagem de frequentadores deste local, mas devido à sua idade e inexperiência encontram-se sob o domínio protector dos seus educadores, ou seja, de professores, auxiliares de acção educativa e demais funcionários da escola. Para alguns, a escola é o local que pode resolver os problemas sentidos no ambiente familiar, embora, hoje mais do nunca, se assistam a situações de conflito no seio das escolas, não podemos esquecer que alguns alunos enfrentam conjunturas bem mais problemáticas no seu agregado familiar, e por essa razão, a escola ainda representa o espaço físico que melhores meios fornece à formação e educação de certos jovens.

Como a Lei de Bases do Sistema Educativo refere, o direito à educação significa que os meios educativos devem auxiliar o desenvolvimento global da personalidade (Lei n.º 46/86, de 14 Outubro, art.º 1º, n.º 2). Ora, quando a família não consegue munir os jovens de determinadas capacidades, a escola, naturalmente, assume esse papel, substituindo-a.

Podemos então afirmar que o Sistema Educativo é a expressão de uma concepção ideológica estabelecida pelo poder político. Ou, melhor dizendo, é uma Filosofia da Educação que determina toda uma concepção curricular dos vários níveis de ensino, na medida em que indica as finalidades e as grandes metas educacionais que o mesmo ensino visa.

## 1. O Conceito de Sistema Educativo

Existem inúmeras definições de Sistema Educativo. Entendemos que devemos utilizar aquela que se encontra expressa no n.º 1 do artigo 1.º da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, com alterações introduzidas pela Lei n.º 15/97, de 19 de Setembro), de acordo com o qual se deve entender por Sistema Educativo “ *O conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade*”.

Assim, podemos sintetizar, dizendo, que “Sistema Educativo” representa o conjunto de meios humanos, materiais e financeiros que se organizam com vista à concretização do direito à educação.

Chiavenato, (1987) define “Sistema” como “ *(...) conjunto de elementos interagentes; um grupo de unidades combinadas que formam um todo organizado (...)*”.

Deste modo, consideramos que “Sistema” é um conjunto organizado em que cada elemento tem um papel específico e determinado no “jogo do todo”. Assim, é ele que mais forte e directamente condiciona e determina a escola, através da definição dos objectivos, concretização dos programas, distribuição dos docentes, distribuição de verbas....

De entre muitas atribuições, a Lei de Bases do Sistema Educativo, tem como finalidades:

- O alargamento da escolaridade básica e obrigatória, a organização do ensino secundário, contemplando a preparação dos jovens para a vida activa ou para o ensino superior;
- É também da responsabilidade da Lei de Bases do Sistema Educativo, atribuir nos diferentes níveis de escolaridade, significativos

incentivos à educação técnica e tecnológica, prevendo modalidades flexíveis de formação profissional complementar;

- Define os objectivos do Ensino Superior, que integra dois tipos de escolas, as Universidades e os Institutos Politécnicos, os quais organizam os seus cursos, de acordo com o estipulado pelo modelo de Bolonha;
- Valoriza o ensino a distância, no qual se insere a Universidade Aberta, que ministra os seus cursos, recorrendo às novas tecnologias de informação;
- Determina que seja incentivada a criação de escolas portuguesas nos países lusófonos e junto das comunidades de emigrantes portugueses, assegurando a integração e complementaridade relativamente aos sistemas educativos dos países de emigração, promovendo no estrangeiro, a divulgação da língua e cultura portuguesas;
- Engloba no sistema educativo a educação extra-escolar, numa perspectiva global e permanente, dando continuidade à educação formal, através de parcerias estabelecidas com associações culturais, recreativas, desportivas, ou outras, através de protocolos celebrados com as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e outros organismos estatais e não estatais;
- Enuncia um conjunto de actividades e medidas de apoio e complemento educativo, para assegurar as estruturas adequadas, com o objectivo de contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar e aplicar prioritariamente na escolaridade obrigatória o acompanhamento e complementos pedagógicos de alunos com necessidades educativas especiais, o apoio psicológico e a orientação escolar e profissional, a acção social escolar e o apoio especializado de saúde escolar;

- Define ainda, os princípios a que deve obedecer o planeamento da rede escolar e os respectivos edifícios, procurando diminuir as assimetrias locais e regionais ainda existentes, racionalizando os recursos físicos e humanos, assegurando uma dimensão de acordo com a comunidade escolar, garantindo a flexibilidade de utilização dos recursos para a realização de diferentes actividades, dando resposta a toda a comunidade envolvente;
- Determina que a formação profissional de todos os educadores e professores se processa nas Escolas Superiores de Educação, Institutos Politécnicos ou Universidades, de acordo com planos de estudos próprios e que a formação inicial se complementa com a formação contínua, na perspectiva de uma educação ao longo da vida;
- Enuncia os princípios a que devem obedecer a administração educativa, quer a nível central, periférico, local e de agrupamento ou estabelecimento de ensino, no que respeita, sobretudo, aos princípios da democraticidade, participação de todos os implicados e da interligação com a comunidade, e cria departamentos regionais da Educação com o objectivo de coordenar, integrar e acompanhar a acção educativa a nível regional;
- Constitui com funções consultivas o Conselho Nacional de Educação para efeitos da participação dos vários parceiros sociais, culturais e económicos, na busca de consensos em questões relacionadas com as políticas educativas;
- Define normas de organização e gestão curricular, de avaliação do sistema educativo, e fomenta a inovação pedagógica através da investigação em educação;
- Incentiva a importância do ensino particular e cooperativo e define o apoio financeiro dado pelo Estado, sempre que este tipo de ensino

seja de interesse público, integrando-se no plano de desenvolvimento da educação;

- Determina ainda, a elaboração, pelo Governo, de um plano de desenvolvimento do sistema educativo, a médio prazo e prevê o acompanhamento constante e específico da execução desta lei pelo Conselho Nacional de Educação.

## **2. Evolução do Sistema Educativo em Portugal**

### **2.1. A Evolução da Educação desde o século X à actualidade**

A Educação durante muito tempo esteve exclusivamente a cargo da igreja, tendo surgido no século X, a primeira escola de latim e no século XI foi criada a primeira escola junto à Sé de Coimbra.

Alguns colégios muito importantes foram surgindo em mosteiros: Santa Cruz (Coimbra), Alcobaça e outros em Lisboa e Braga. Foi no século XIII, que se fundou a primeira Universidade que veio substituir o ensino nas escolas episcopais e conventuais.

Já no século XVI foi fundado o Colégio das Artes em Coimbra, onde num mesmo estabelecimento de ensino existiam cursos superiores e escolas menores.

Foi no século XVIII, com o grande impulsionador, Marquês de Pombal, que se implementou o ensino primário oficial, criando inúmeras escolas. Em 1759, foram criadas as Escolas Régias que deram origem ao ensino secundário.

Também neste mesmo ano, surgem as aulas de Gramática, Latim, Grego e Retórica, correspondentes ao ensino preparatório. Em 1771, Marquês de Pombal, fundou o Real Colégio dos Nobres, que tinha como objectivo a instrução dos filhos dos nobres que se pretendia que viessem a ocupar altos cargos no Estado Português.

Uma outra reforma efectuada por Marquês de Pombal, foi a introdução de novas matérias, com a aplicação de novas metodologias no ensino superior, nomeadamente na Universidade de Coimbra.

Mais tarde, em 1913 os republicanos criam o Ministério de Instrução Pública com o grande objectivo de combater o analfabetismo, passando em 1936, a designar-se por Ministério da Educação Nacional até ao ano de 1974.

Durante o período do Estado Novo, o currículo escolar implementado era demasiado centralizado. O ensino não era neutro, ou seja, as diferenças acentuavam-se entre os vários estratos sociais. Nesta época, apenas as classes de elite, tinham acesso ao ensino liceal, ficando as classes mais desfavorecidas apenas com acesso ao ensino técnico.

Segundo António de Oliveira Salazar, se todos soubessem ler, escrever e contar, a instrução seria suficiente.

Em 1974, ano politicamente conturbado, em que se deu a Revolução do 25 de Abril, o então Ministério da Educação Nacional passou a denominar-se Ministério da Educação, o que acontece até aos dias de hoje.

No que respeita ao ensino técnico-profissional, este surgiu pela primeira vez em 1852, mantendo-se em vigor este nível de ensino até 1974.

O ensino secundário liceal sofreu a primeira reforma em 1936, passando a ser designado por curso geral de liceus, composto pelo 1º ciclo, dividido por 2 anos e o 2º ciclo dividido em 3 anos. Ao fim destes, havia um 3º ciclo de 2 anos, designado por curso complementar de Ciências e Letras.

O 3º ciclo preparava os alunos para o acesso ao ensino superior e é em 1967 que é criado o ciclo preparatório do ensino secundário, que veio unificar as duas vias de estudo alternativas (1º ciclo dos liceus e ciclo preparatório do ensino técnico), frequentando posteriormente ou o curso geral do ensino liceal ou os cursos gerais do ensino técnico, cada um com a duração de 3 anos.

Em 1974, dá-se a extinção do ensino técnico-profissional (industrial e comercial), dando-se a fusão das escolas técnicas e liceus para dar origem ao ensino unificado.

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro), veio estabelecer que a escolaridade obrigatória tinha a duração de 9 anos, com obrigatoriedade de frequência até aos 15 anos.

O ensino básico é dividido em três ciclos (o 1º ciclo composto por 4 anos, o 2º ciclo composto por 2 anos e o 3º ciclo composto por 3 anos) e o ensino secundário é organizado em três anos (10º, 11º e 12º anos de escolaridade).

Relativamente ao ensino superior, este dividia-se em ensino universitário e em ensino politécnico. O ensino universitário tinha como principal objectivo assegurar uma sólida preparação científica e cultural, enquanto que o ensino politécnico pretendia proporcionar uma sólida formação cultural e técnica, com vista ao exercício de actividades profissionais.

O Governo pretendeu também, através do serviço público de educação e da escola pública, criar uma maior coesão social, bem como uma maior igualdade de direitos. Por outro lado, decidiu apoiar o ensino particular e cooperativo, baseado sobretudo na qualidade do mesmo. E foi neste período que o Governo definiu cinco grandes medidas, que passamos a enumerar:

1. Estender a educação fundamental até aos 18 anos, através de uma maior motivação dos menores.
2. Alargar a educação pré-escolar a todas as crianças em idade adequada.
3. Ter uma atenção especial com todos aqueles que em idade adulta ainda não possuam o 9º ano de escolaridade.
4. Mudar a maneira de conceber e organizar o ensino, tendo sempre como objectivo fazê-lo na perspectiva dos destinatários últimos do serviço público de educação.

5. Implementar um sistema de avaliação a todos os agentes e instituições de ensino.

Esta lei, foi revogada em 2005, com a promulgação de uma nova Lei denominada Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto.

Como todos sabemos, compete ao Estado a função de democratizar o ensino, não o devendo programar segundo quaisquer ideais políticos, religiosos ou filosóficos.

Por outro lado, importa referir que as instituições educativas não são exclusivamente estatais, havendo a possibilidade de serem criadas escolas particulares e cooperativas.

## **2.2. Da Centralização à Autonomia**

Em 1998, o Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 24 de Maio, consagrou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, concedendo às escolas o poder de tomar decisões nos domínios estratégicos, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, no quadro do seu projecto educativo e em função das competências e dos meios que lhe estão consignados.

**O Projecto Educativo, o Regulamento Interno e o Plano Anual de Actividades** são os instrumentos fundamentais no processo de **autonomia das escolas**.

No que respeita ao **Projecto Educativo**, este documento consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão, para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias, segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.

Em relação ao **Regulamento Interno**, este define o regime de funcionamento da escola, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, bem como os direitos e deveres dos membros da comunidade escolar.

O **Plano Anual de Actividades** é o documento de planeamento, elaborado e aprovado pelos órgãos de gestão da escola, que define, em função do projecto educativo, os objectivos, as formas de organização e de programação das actividades e que procede à identificação dos recursos envolvidos.

Importa referir que este Decreto-lei, foi há muito pouco tempo revogado pelo decreto-lei n.º 75/2008 de 22 de Abril.

### **2.3. Estrutura Orgânica do Ministério da Educação**

O Sistema Educativo Português possui um conjunto de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, através da participação de entidades representativas das actividades sociais, económicas, culturais, dos Professores, das autarquias e das famílias.

O Ministério da Educação (ME) é o departamento governamental responsável, nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo, pela política nacional relativa ao sistema educativo, no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

A estrutura administrativa do Ministério da Educação compreende os órgãos e serviços de administração directa, centrais, periféricos e a rede de estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e de ensino não superior, incluindo os respectivos agrupamentos e os centros de formação de associações de escolas.

Compete ao Ministério da Educação (ME):

- a administração, a nível nacional, dos estabelecimentos de educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extra-escolar;

Compete ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES):

- Assegurar a concepção, execução e coordenação das políticas no domínio do ensino superior, já que os estabelecimentos de ensino superior gozam de autonomia científica, pedagógica, disciplinar, financeira e administrativa.

O Ministério da Educação, cuja nova estrutura orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro, define, coordena, executa e avalia a política nacional de educação, através de serviços integrados na administração directa do Estado, quer sejam serviços centrais ou periféricos, de organismos integrados na administração indirecta do Estado, de órgãos consultivos e de outras estruturas.

Assim, de acordo com o Decreto-Lei n.º 213/2006, da Administração directa do Estado dependem:

- A Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular;
- O Gabinete de Avaliação Educacional;
- A Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação;
- O Gabinete de Gestão Financeira;
- O Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação;
- A Inspeção-Geral da Educação;

- A Secretaria-Geral.

À Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC), compete:

- A concretização das políticas relativas à componente pedagógica e didáctica do sistema educativo;
- A definição dos conteúdos e modelo de concretização dos apoios e complementos educativos.

Ao Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE), compete:

- O Planeamento;
- A Coordenação;
- A Elaboração;
- A Validação;
- A Aplicação;
- O Controlo de instrumentos de avaliação externa das aprendizagens.

À Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação (DGRHE) compete:

- A concretização das políticas de desenvolvimento dos recursos humanos docentes e não docentes das escolas (recrutamento, selecção, carreiras, remunerações e formação).

Ao Gabinete de Gestão Financeira (GGF), compete:

- A programação e gestão financeira do Ministério.

No que respeita ao Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), compete:

- A produção e análise estatística da educação;
- A criação de instrumentos de planeamento e avaliação das políticas e programas do ME;
- A coordenação da actividade do Ministério no âmbito internacional.

À Inspeção-Geral da Educação (IGE), compete:

- O controlo, a auditoria e a fiscalização técnico - pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial do sistema educativo.

No que se refere à Secretaria-Geral (SG), compete:

- O apoio técnico, administrativo e logístico aos serviços do Ministério da Educação.

Como serviços periféricos do Ministério da Educação, existem os seguintes no Continente:

- Direcção Regional de Educação do Norte;
- Direcção Regional de Educação do Centro;
- Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo;
- Direcção Regional de Educação do Alentejo;
- Direcção Regional de Educação do Algarve.

As Direcções Regionais de Educação desempenham assim, funções de administração periférica e desconcentrada do sistema educativo, assegurando a orientação, coordenação e acompanhamento das escolas e a articulação com as autarquias locais, enquanto estruturas dotadas de atribuições para a gestão do sistema educativo.

No âmbito de cada Direcção Regional de Educação podem existir, a nível intermunicipal, coordenadores educativos, que exercem as competências delegadas ou subdelegadas pelo Director Regional de Educação e que dispõem dos serviços de apoio indispensáveis.

Compete a cada Direcção Regional de Educação organizar-se, a nível de agrupamentos de estabelecimentos de educação e de ensino e com estes funcionalmente coordenar os centros de apoio social escolar, que exercem, em termos integrados e pluridisciplinares, competências na área dos apoios e complementos educativos.

As Direcções Regionais de Educação também têm competências, no âmbito do ensino particular, cooperativo e solidário, incluindo os ensinos profissionais e artísticos e a educação extra-escolar.

Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, a administração da educação é assegurada pelas Secretarias Regionais de Educação, órgãos dos governos regionais dotados de competências específicas.

Sobre a administração indirecta do Estado, podemos indicar um outro organismo que está sob a tutela conjunta dos Ministérios da Educação e do Emprego e Formação Profissional- a Agência Nacional para a Qualificação, que tem por missão:

- coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos;
- assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências;
- consolidar, no quadro do combate à exclusão, ao abandono escolar e à inserção precoce na vida activa, a diversificação das ofertas de educação e formação de jovens e adultos, tendo em conta as expectativas e necessidades dos diferentes públicos, de modo a

viabilizar o cumprimento da escolaridade e o sucesso educativo, o recurso a diferentes vias de prosseguimento de estudos e o acesso qualificado ao mundo do trabalho.

São órgãos consultivos do Ministério da Educação:

- O Conselho Nacional de Educação que dispõe de uma estrutura de representação ampla que lhe advém da sua própria composição e que garante a integração das múltiplas perspectivas e sensibilidades dos vários parceiros em presença e que incluem representação de instâncias políticas, sociais, económicas e culturais, bem como de pais, professores e estudantes.

A composição do Conselho contempla ainda, membros cooptados que se distinguem pelo seu mérito científico e pedagógico, e faz, além disso, preceder a aprovação das suas tomadas de posição de reflexões e debates aprofundados em sede de Comissões Especializadas e do próprio Plenário do Conselho.

Para apoio de toda a sua actividade, o CNE dispõe também de uma assessoria técnica e administrativa que responde às solicitações dos sessenta e oito Conselheiros.

São competências do CNE:

- garantir a organização de seminários e conferências;
- assegurar o acompanhamento técnico da elaboração de pareceres e recomendações;
- apoiar o desenvolvimento de estudos e trabalhos de investigação;
- preparar material para publicação, incluindo o Relatório de Actividades do Conselho cuja publicação constitui dever estatutário;

- organizar a interacção do Conselho com a sociedade, através dos media ou por meio de iniciativas editoriais próprias ;
- disponibilizar toda a documentação para consulta pública.

O Conselho das Escolas é um órgão consultivo que funciona como uma instância representativa dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

De acordo com a nova lei orgânica do Ministério da Educação, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o Conselho das Escolas tem como missão representar os estabelecimentos de educação e ensino junto do ME, no que diz respeito à definição de políticas relevantes para os respectivos níveis de escolaridade.

No que concerne às atribuições do Conselho das Escolas, podemos referir as seguintes:

- Assegurar a representação das escolas;
- Participar na definição da política educativa para a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário;
- Pronunciar-se sobre os projectos de diplomas legislativos e regulamentares directamente respeitantes à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário;
- Elaborar propostas de legislação ou regulamentação;
- Pronunciar-se sobre todas as demais questões, designadamente de natureza administrativa e financeira, de relevância pública, para atingir os objectivos definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo;
- Contribuir para o desenvolvimento do ensino e da cultura, bem como para a dignificação das funções da escola e do estatuto de todos os membros da comunidade educativa;

- Pronunciar-se sobre a reestruturação da rede pública de estabelecimentos de educação, nomeadamente sobre a sua criação, integração, modificação ou extinção.

Como outras estruturas, no âmbito do ME, funciona ainda o Gabinete Coordenador do Sistema de Informação do Ministério da Educação, que tem por missão:

- criar, manter e garantir o bom funcionamento do sistema integrado de informação do Ministério da Educação.

No que se refere à Administração Geral a nível Local, a Lei de Bases do Sistema Educativo (art. 43.º) estabelece que, na administração e gestão do sistema educativo, deve ser assegurado pleno respeito pelas regras de democraticidade e de participação comunitária.

Desta forma, no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (Decreto-Lei n.º 115- A/98, de 4 de Maio), são incluídos os Conselhos Municipais de Educação, estruturas locais de participação, criados por iniciativa dos municípios.

Os Conselhos Municipais de Educação devem integrar representantes de diversos agentes e parceiros sociais, nomeadamente, representantes dos professores, dos alunos, das famílias, da respectiva autarquia, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais.

## **2.4. Da Administração Central à Administração Local**

Outro decreto importante na administração educativa é o Decreto Regulamentar n.º12/2000 de 29 de Agosto, que veio definir que a proposta de Agrupamento de Escolas é da responsabilidade da respectiva comunidade educativa, através dos órgãos de administração e gestão dos estabelecimentos

interessados ou do município, devendo ser consultadas as Associações de Pais e Encarregados de Educação, bem como outras entidades representativas dos interesses da comunidade educativa.

O Agrupamento de Escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum, com vista à realização de determinadas finalidades:

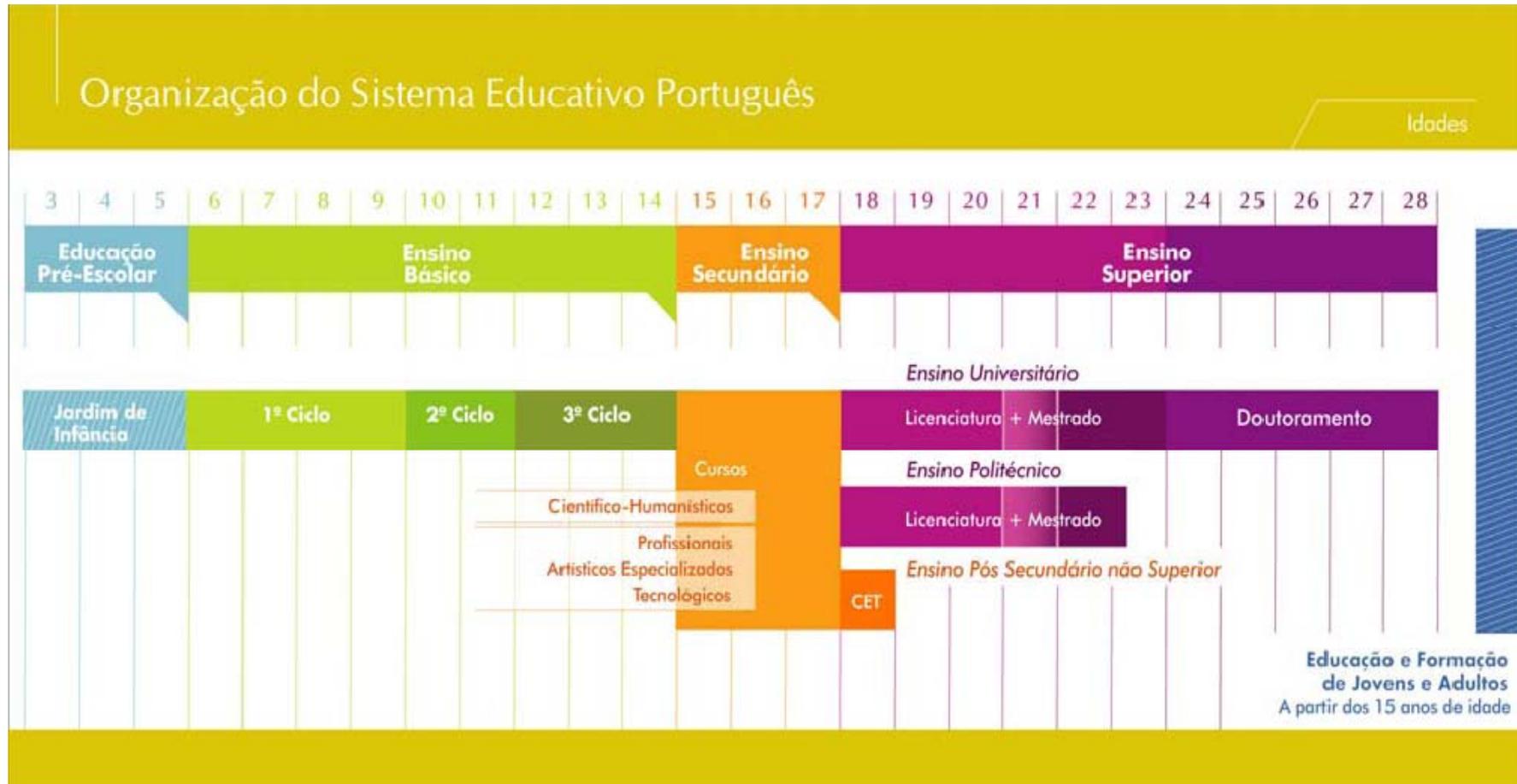
1. Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;
2. Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;
3. Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;
4. Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão das escolas;
5. Valorizar e enquadrar experiências em curso.

A constituição dos Agrupamentos de Escolas faz-se de acordo com a existência de projectos pedagógicos comuns, construção de percursos escolares integrados, articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, proximidade geográfica, expansão da rede pré-escolar e reorganização da rede educativa. Cada um dos estabelecimentos que integra o agrupamento, mantém a sua identidade e denominação própria. O agrupamento de escolas integra estabelecimentos de ensino do mesmo concelho. É fundamental garantir que nenhum estabelecimento de ensino fique isolado dos restantes no concelho de que faz parte. Há dois tipos de Agrupamentos de Escolas, os verticais e os horizontais (neste momento em extinção).

Os agrupamentos verticais envolvem escolas de ciclos diferentes, podendo incluir desde os jardins-de-infância às escolas de Ensino Secundário.

Já os agrupamentos horizontais envolvem várias escolas do mesmo ciclo, como por exemplo, vários jardins-de-infância e várias escolas do 1º ciclo.

### 3. Organização do Sistema Educativo em Portugal



Quadro n.º 1 - Organograma do Sistema Educativo Português

Os princípios básicos da Educação, consagrados na Constituição da República Portuguesa (CRP), artigos 43º, 70º, 73º a 75º e 77º, são os seguintes:

- Ao Estado incumbe a responsabilidade da democratização do ensino, não podendo este atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas. O ensino público não é confessional. É garantido o direito a uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares e à criação de escolas particulares e cooperativas.

Os princípios organizativos determinantes das finalidades do sistema educativo, enunciados na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE): Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, são os seguintes:

- contribuir para a defesa da identidade nacional e respeito pela cultura portuguesa, bem como para a realização do educando;
- assegurar o direito à diferença;
- desenvolver a capacidade para o trabalho com base numa sólida formação geral e específica;
- descentralizar e diversificar as estruturas e acções educativas;
- contribuir para a correcção das assimetrias de desenvolvimento regional e local;
- assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade, bem como a igualdade de oportunidades para ambos os sexos;
- desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e processos participativos.

### **3.1. A Educação Pré-Escolar**

A Educação Pré-escolar surgiu em 1911, tendo vindo a sofrer desde então, profundas alterações ao longo de décadas. Várias reformas foram implementadas constituindo uma necessidade indiscutível, pois como sabemos existem inúmeros benefícios no desenvolvimento cognitivo, psicomotor, afectivo-social das crianças que frequentam o jardim-de-infância.

Estas consequências sentem-se logo nos primeiros anos de escolaridade e o contributo da frequência da educação pré-escolar, expressa-se através do sucesso e realização plena das crianças. Por outro lado, a ausência da mesma, traduz-se muitas vezes, em insucesso que poderá conduzir ao abandono escolar antecipado.

Assim, é imprescindível que se dê oportunidade a todas as crianças de vivenciarem esta experiência, implementando uma rede mais vasta de jardins-de-infância, que corresponda às necessidades efectivas do nosso país. É fundamental que as autarquias e o poder central se empenhem para levar a cabo um plano de cobertura nacional de rede de jardins-de-infância, que consigam dar resposta às necessidades das populações, visando a preparação de crianças para a inserção na vida escolar. Actualmente, a educação pré-escolar destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade e é de frequência facultativa.

A educação pré-escolar, com a publicação da LBSE, passa a ser integrada no quadro geral do sistema educativo.

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, Lei n.º 5/1997 de 10 de Fevereiro, define os princípios gerais, pedagógicos e organizativos.

O novo ordenamento jurídico visa os seguintes objectivos:

- Criar uma rede nacional de educação pré-escolar, integrando uma rede pública e uma rede privada;

- Consagrar o direito de participação das famílias na elaboração dos projectos educativos;
- Definir os instrumentos de cooperação institucional entre os vários departamentos governamentais envolvidos no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar;
- Definir as condições organizativas dos estabelecimentos de educação pré-escolar bem como as condições de enquadramento do apoio financeiro.

### **3.1.1. Finalidades da Educação Pré-Escolar**

- Apoiar as famílias na tarefa de educação dos filhos;
- Desenvolver a autonomia, socialização e desenvolvimento intelectual;
- Promover a integração da criança na sociedade, de uma forma equilibrada;
- Preparar a criança para uma escolaridade bem sucedida, onde vai realizar múltiplas aquisições.

### **3.1.2. Condições de Admissão e Escolha da Instituição**

- Os pais podem inscrever os filhos, na rede pública ou privada, independentemente do seu poder económico;
- Os estabelecimentos públicos, dão preferência às crianças mais velhas;
- Na inscrição das crianças, são observadas as seguintes prioridades:
  - 1) Crianças que frequentaram, no ano anterior, o estabelecimento de educação em que se pretendem matricular;

- 2) Crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE);
- 3) Filhos de pais estudantes menores, até completarem 5 anos de idade;
- 4) Crianças com irmãos já matriculados no estabelecimento pretendido;
- 5) Crianças cuja residência dos encarregados de educação se situa na freguesia do estabelecimento pretendido;
- 6) Crianças cujos encarregados de educação trabalhem na freguesia do estabelecimento pretendido.

A inscrição de crianças que completem 3 anos de idade entre 15 de Setembro e 31 de Dezembro é aceite, a título condicional, e ordenada de acordo com as prioridades definidas anteriormente, sendo a respectiva frequência, garantida, caso exista vaga no estabelecimento à data do início das actividades educacionais.

Se a criança tiver NEE, pode ser recomendada a sua permanência no jardim-de-infância para além dos 6 anos.

### **3.1.3. Suporte Financeiro para as Famílias**

Na rede pública, a componente educativa / lectiva da educação pré-escolar é totalmente gratuita, assim como, a distribuição diária de leite.

Existem 3 modalidades básicas de apoio financeiro às famílias:

1. Em cada ano lectivo, é atribuído pelo Estado uma verba, por criança / mês que se destina apenas ao pagamento de serviços da componente educativa;
2. O Estado destina uma verba à família, que compreende:

- Os serviços da alimentação;
- Actividades de animação socioeducativa;

Esta participação é realizada, de acordo com os seus rendimentos das famílias.

3. No âmbito do desenvolvimento e apoio às instituições particulares de solidariedade social, foi constituído um fundo de compensação socioeconómica que constitui uma compensação complementar à participação das famílias.

#### **3.1.4. Organização das Turmas / Salas**

De acordo com o projecto de cada estabelecimento, pode-se, ou não, formar grupos heterogéneos (idades diferentes).

As actividades das crianças de 3, de 4 ou de 5 anos podem ser as mesmas, sendo que os objectivos definidos e a complexidade das tarefas devem variar.

Cada sala é destinada a um educador de infância e deve ter a frequência mínima de 20 e máxima de 25 crianças.

#### **3.1.5. Horário de Funcionamento**

Os jardins-de-infância estão abertos 10 a 12 horas por dia, 5 dias por semana e a componente educativa tem a duração de 5 horas de trabalho diário, divididos por 2 períodos.

No que respeita ao horário pode ser complementado por actividades de animação socioeducativa.

Os estabelecimentos asseguram um horário flexível e adequado ao desenvolvimento de actividades pedagógicas e de apoio às famílias, sendo os encarregados de educação ouvidos na fixação do horário.

A lei – Quadro n.º 5/97, determina que os objectivos da educação pré – escolar devem contemplar não apenas as áreas do desenvolvimento pessoal e social da criança, mas também o desenvolvimento intelectual, humano e expressivo.

A criança é, já nesta fase da sua vida, considerada como um futuro cidadão e por esse motivo deve experimentar situações de vida democrática.

### **3.1.6. Objectivos da Educação Pré-Escolar**

- Estimular e desenvolver a capacidade de cada criança;
- Contribuir para a estabilidade e a segurança afectiva da criança;
- Promover a sua integração e orientação;
- Desenvolver a formação moral da criança e o seu sentido de responsabilidade;
- Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, garantindo uma maior sociabilidade;
- Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança;
- Desenvolver a imaginação criativa e estimular a actividade lúdica;
- Inculcar hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e colectiva;
- Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.

### **3.1.7. Orientações Curriculares**

O despacho – conjunto n.º 5220/97, de 4 de Agosto – determina as orientações curriculares para a educação pré-escolar, que a partir do ano lectivo de 1998/99, assumiram carácter vinculativo.

#### Áreas do Currículo:

Existe um currículo pré-estabelecido que deve ser cumprido. Assim, distinguem-se três grandes áreas de conteúdos:

- Área de Formação Pessoal e Social;
- Área de Expressão /Comunicação;
- Área de Conhecimento do Mundo.

### **3.1.8. Avaliação na Educação Pré-Escolar**

A avaliação baseia-se na observação da criança e a realização das suas actividades é registada numa ficha individual de carácter informativo, que é entregue trimestralmente aos pais/encarregados de educação.

## **3.2. A Educação Escolar ou Formal**

### **3.2.1. As Finalidades da Educação Escolar**

De acordo com a **Lei de Bases do Sistema Educativo**, a educação escolar tem seis finalidades principais:

- A finalidade cultural, em que compete ao sistema educativo a preservação do património cultural de conhecimentos, técnicas e crenças duma civilização e, mais especificamente, duma nação, de geração em geração;

- A finalidade socializadora, em que o sistema integra os indivíduos na comunidade a que pertencem dando-lhes linguagem, valores e comportamentos comuns. Esta função é imprescindível à vida social, pois torna a comunicação entre as pessoas muito mais enriquecedora. Poderemos dizer que através desta função, o sistema integra, mas também diferencia os indivíduos, veiculando a possibilidade de diferentes grupos sociais, adquirirem hábitos, normas e valores potencialmente diferentes e dando também a oportunidade de acesso ao ensino superior;
- A finalidade personalizadora, em que compete ao sistema educativo, promover o desenvolvimento pessoal de cada educando nos domínios psico-motor, intelectual, social, afectivo, moral, visando o equilíbrio da personalidade e a sua realização pessoal;
- A finalidade produtiva, em que o sistema educativo deve fornecer ao sistema económico, e ao sistema social, indivíduos qualificados, para desempenharem cabalmente as suas funções;
- A finalidade selectiva, em que o sistema educativo escolar tem também a função de seleccionar os alunos que demonstrem sucesso para os níveis seguintes da escolaridade ou para a inserção na vida activa, através da certificação das aprendizagens de cada um, diferenciando as competências;
- A finalidade igualizadora, em que o sistema educativo, contrariando a função anterior, pode e deve assumir a função de diminuir as desigualdades sociais de acesso à escola, criando medidas de educação compensatórias para combater a discriminação social.

### **3.2.2. A escolaridade obrigatória**

De acordo com a lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto, o regime de escolaridade obrigatória é universal e gratuito e destina-se a crianças e jovens dos 6 aos 18 anos de idade, distribuídos da seguinte forma:

- 1º Ciclo - 4anos
- 2º Ciclo - 2 anos
- 3º Ciclo - 3 anos
- Ensino Secundário – 3 anos

Esta lei aplica-se aos alunos que se matriculem, no ano lectivo de 2009/2010, em qualquer dos anos de escolaridade do 1º ou 2º Ciclos ou no 7º ano de escolaridade.

Para os restantes alunos o limite da escolaridade obrigatória continua a ser os 15 anos de idade.

#### **3.2.2.1. Objectivos Gerais do Ensino Básico**

- Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses;
- Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber, o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística;
- Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;

- Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento dos estudos;
- Formar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores portugueses e identidade nacional;
- Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva;
- Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- Assegurar às crianças com NEE, condições adequadas para o seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- Fomentar o gosto por uma constante actualização de conhecimentos;
- Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;
- Proporcionar a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.

### **3.2.2.2. Ensino Básico - 1º Ciclo**

O Ensino Básico -1º Ciclo destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos. É globalizante e ministrado em regime

de monodocência, podendo ser coadjuvado por outros docentes em áreas especializadas.

### **3.2.2.3. Reorganização Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico e Metodologias de Ensino**

- De acordo com o Decreto – Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, define-se Currículo Nacional, como o “ (...) conjunto de aprendizagens e competências consagradas na Lei de Bases do Sistema Educativo, para um determinado nível de ensino aprovados pelo Ministério da Educação (...)”. A concretização do currículo nacional é um processo flexível que deve responder às necessidades e características individuais dos alunos, do grupo de alunos, da escola ou região, tendo em vista o sucesso educativo.
- No ensino básico (1ºciclo), o professor assume-se como um criador de situações de aprendizagem, adaptando estratégias que envolvam o aluno de uma forma cada vez mais independente e pessoal, assegurando as condições que desenvolvam nos alunos as capacidades de organizar, controlar e avaliar a sua própria aprendizagem;
- O professor deve criar um ambiente de trabalho agradável e estimulante, conducente ao sucesso, recorrendo a práticas pedagógicas variadas, compatíveis com a heterogeneidade dos alunos;
- O currículo deve ser adaptado ao contexto de cada escola, através da construção de um projecto curricular de escola, que deverá ser desenvolvido em função de cada turma;

- O professor deve construir currículos de acordo com os seguintes pressupostos: adequação, diferenciação e flexibilização, ao longo de todo o processo ensino-aprendizagem;
- Os professores devem adoptar uma diversificação de materiais pedagógicos para as aprendizagens dos alunos (meios informáticos, manuais escolares, meios audiovisuais...);
- As escolas dispõem de bibliotecas, onde se encontram disponíveis estes diversos materiais;
- A avaliação deve ter em consideração a evolução do aluno ao longo do seu percurso escolar.

#### **3.2.2.4. Horário Semanal e Diário**

- O horário corresponde a 25 horas lectivas semanais para qualquer ano de escolaridade, distribuídas por 5 horas diárias, incluindo os intervalos.
- O estabelecimento mantém-se aberto até as 17h30, com vista à oferta de actividades de enriquecimento curricular e extracurricular de frequência facultativa. A distribuição do tempo lectivo pelas áreas disciplinares não está estabelecida, sendo gerido pelo professor de acordo com as características da turma;
- Existem escolas com horário normal, funcionando das 9h às 12h e das 14h às 16h e horários duplos, quando o número de crianças é superior à capacidade da escola, havendo necessidade de distribuir as turmas em dois turnos, o da manhã entre as 9h e as 13h e o da tarde entre as 13h e as 18h;

- Os intervalos não podem ser alterados no total da sua duração (20 minutos) e são distribuídos de acordo com as necessidades da turma.

### **3.2.2.5. O Currículo Nacional do Ensino Básico -1º Ciclo**

As áreas curriculares são de frequência obrigatória, estando subdivididas em disciplinares e não disciplinares.

#### **Áreas curriculares disciplinares:**

- Língua Portuguesa;
- Matemática;
- Estudo do Meio;
- Expressão Artística;
- Expressão Motora.

#### **Áreas curriculares não disciplinares:**

- Área de Projecto;
- Estudo Acompanhado;
- Formação Cívica.

**Total:** 25 horas

#### **Área curricular de frequência facultativa:**

- Educação Moral e Religiosa

#### **Actividades de Enriquecimento Curricular (facultativo):**

- Actividades de Apoio ao Estudo;
- Ensino do Inglês;
- Ensino de outras línguas estrangeiras;

- Actividade Física e Desportiva;
- Ensino da Música;
- Outras expressões artísticas;
- Outras actividades que incidam nos domínios identificados.

### **3.2.2.6. Condições de Admissão e Escolha da Instituição**

- São condições de admissão obrigatória a matrícula no 1º ano para todas as crianças que completem 6 anos até 6 de Setembro;
- Crianças que completem 6 anos depois de 15 de Setembro, podem matricular-se, mediante pedido apresentado, pelo Encarregado de Educação, na escola da área de residência;
- Os alunos com NEE têm preferência no que diz respeito à escolha da escola, mesmo fora da sua área de residência e estão dispensados dos limites etários do regime educativo comum;
- As crianças que revelem uma precocidade global, podem ingressar na escola um ano mais cedo, desde que completem 5 anos até ao início do ano escolar, sendo necessário um relatório com a avaliação psicopedagógica da criança, efectuado por um psicólogo, estando a matrícula destes alunos dependente de vaga na escola;
- O preenchimento de vagas, será feito a partir da data de nascimento das crianças, dando prioridade aos mais velhos;
- A capacidade em cada estabelecimento de ensino é preenchida de acordo com as seguintes prioridades:
  - 1) Alunos que frequentaram, no ano anterior, o estabelecimento de ensino;
  - 2) Alunos com Necessidades Educativas Especiais;

- 3) Alunos com irmãos já matriculados no estabelecimento de ensino;
- 4) Alunos cuja residência dos Encarregados de Educação se situe na área de influência do estabelecimento de ensino;
- 5) Alunos cujos Encarregados de Educação trabalhem na área do estabelecimento de ensino, com prioridade para os mais novos.

### **3.2.2.7. Suporte Financeiro para as Famílias**

Na rede pública, a distribuição diária de leite é gratuita e as refeições mais económicas e equilibradas.

No que respeita ao material escolar, este é gratuito para crianças oriundas de famílias desfavorecidas.

No sector dos transportes, o serviço de transporte para a escola é gratuito para alunos que residam a mais de 3 km da escola.

### **3.2.2.8. Constituição de Turmas**

- No que se refere à constituição de turmas, o grupo de alunos que iniciou a escolaridade em determinado ano, deve manter-se junto ao longo de todo o ciclo, independentemente do seu aproveitamento, devendo o professor acompanhar o grupo ao longo de 4 anos;
- Não podem ser constituídas turmas apenas com alunos repetentes e as turmas que incluem apenas um ano de escolaridade devem ser constituídas por 24 alunos;
- As turmas que incluem dois anos de escolaridade, devem ser constituídas por 18 alunos se tiverem apenas um professor e por 22 alunos, se tiverem dois professores;

- As combinações, para as turmas que trabalham com dois anos de escolaridade em simultâneo, devem ser constituídas por alunos do 1º com o 2º ano de escolaridade e do 3º com o 4º ano de escolaridade;
- As turmas que integram alunos com NEE de carácter prolongado, não podem incluir mais de 2 alunos nessas condições e são constituídas por 20 alunos no máximo.

### **3.2.2.9. Avaliação**

- A avaliação é qualitativa e incide sobre as aprendizagens e competências definidas no currículo nacional para as diversas áreas;
- Intervêm no processo os órgãos próprios da escola: professores, alunos, encarregados de educação, os serviços especializados de apoio educativo e a administração educativa;
- As formas de participação dos alunos, encarregados de educação e dos serviços de apoio no processo de avaliação são estabelecidas no regulamento interno da escola;
- Cada aluno, possui um dossier individual, que o acompanha ao longo de todo o 1º ciclo, sendo a sua organização da responsabilidade do respectivo professor titular de turma;
- No início do ano lectivo, o conselho pedagógico, de acordo com as orientações curriculares, define os critérios de avaliação;
- A avaliação de aprendizagens compreende as modalidades de avaliação diagnóstica, formativa e sumativa, existindo uma Prova de Aferição no 4º ano de escolaridade;
- Os alunos com NEE, que frequentam um Plano Educativo Individual (PEI), são avaliados nos termos definidos no respectivo plano.

### **3.2.2.10. Progressão dos Alunos**

- No que respeita à progressão dos alunos, estes transitam de ano, desde que tenham realizado as aprendizagens e desenvolvidas as competências definidas em cada ano;
- A avaliação sumativa, é expressa através das menções de “Transitou” ou “Não transitou” no final de cada ano, sendo a progressão ou retenção, da responsabilidade do professor titular de turma;
- No entanto, importa salientar, que a retenção apresenta-se sempre com carácter excepcional e ocorre quando o aluno não desenvolveu as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos;
- Um aluno retido, no 2º ou 3º ano de escolaridade deverá integrar a turma a que pertence até final do 1º ciclo;
- Em situações de retenção, compete ao professor titular de turma, elaborar um relatório analítico, que identifique as competências não adquiridas;
- No final de cada lectivo, ao verificar que um aluno tendo sido já retido em qualquer ano de escolaridade, não reúne condições para transitar de ano, é submetido a uma avaliação extraordinária, podendo posteriormente, ser encaminhado para um percurso curricular alternativo;
- Alunos que revelem capacidades de aprendizagem excepcionais podem concluir o 1º ciclo com 9 anos, feitos até 31 de Dezembro.

### **3.2.3. Ensino Básico - 2º e 3º Ciclos**

#### **3.2.3.1. Horário Semanal e Diário**

O ensino básico (2º Ciclo) tem a duração de 2 anos e é-lhe atribuída uma carga horária semanal de 16 ou 17 períodos lectivos de 90 minutos cada.

Este, encontra-se organizado por áreas pluridisciplinares de formação básica e a docência de cada disciplina é da responsabilidade de um ou vários professores, consoante a área.

Em relação ao ensino básico (3ºciclo), tem uma duração de 3 anos e organiza-se em torno de um conjunto de disciplinas, integrando áreas vocacionais, em 17 ou 18 períodos lectivos de 90 minutos cada, sendo estas leccionadas por um ou vários professores,

#### **3.2.3.2. Currículo e Tipo de Actividades**

##### **Áreas Curriculares Disciplinares (2º Ciclo):**

- Línguas e Estudos Sociais:
  - Língua Portuguesa
  - Língua Estrangeira
  - Historia e Geografia de Portugal
- Matemática e Ciências:
  - Matemática
  - Ciências da Natureza
- Educação Artística e Tecnológica:
  - Educação Visual e Tecnológica
  - Educação Musical

- Educação Física
- Formação Pessoal e Social:
  - Educação Moral e Religiosa (de frequência facultativa)

**Áreas Curriculares não Disciplinares:**

- Área de Projecto
- Estudo Acompanhado
- Formação Cívica

**Actividade a decidir pela escola:**

- Actividades de Enriquecimento Curricular (de carácter facultativo e carga horária a decidir pela escola)

**Áreas Curriculares Disciplinares (3º Ciclo):**

- Língua Portuguesa
- Língua Estrangeira I que corresponde à disciplina, frequentada nos anos anteriores
- Língua Estrangeira II
- História
- Geografia
- Matemática
- Física e Ciências Naturais:
  - Ciências Naturais
  - Física/Química
- Educação Artística:
  - Educação Visual
  - Outra disciplina (a oferecer pela escola, como por exemplo: Educação Musical, Dança, etc.)

- Educação Tecnológica
- Educação Física
- Formação Pessoal e Social
- Educação Moral e Religiosa

**Áreas Curriculares Não Disciplinares:**

- Área de Projecto
- Estudo Acompanhado
- Formação Cívica

**Actividade a decidir pela Escola:**

As Actividades de extra-curriculares são de carácter facultativo e a carga horária é decidida pelos órgãos de gestão da escola.

**3.2.3.3. Constituição de Turmas nos 2º e 3º Ciclos:**

- No 2º ciclo, as turmas estão organizadas com 24 alunos no mínimo e 28 alunos como limite máximo. Se existir alguma criança com Necessidades Educativas Especiais, a turma só poderá ter, no máximo, 20 alunos.
- Deve manter-se a turma do ano lectivo anterior e os alunos retidos deverão ser colocados em turmas de alunos com idades semelhantes. No entanto, poderá constituir-se uma turma apenas com alunos retidos, desde que haja um projecto realizado pelo Órgão de Direcção Executivo, e aprovado pelo Conselho Pedagógico.
- Poderão constituir-se turmas com um número de alunos inferior a 24, caso sejam turmas de anos sequenciais, de modo a assegurar o aproveitamento escolar.

#### **3.2.3.4. Condições de Admissão e Escolha da Instituição**

- O aluno deverá ter completado, com sucesso, o ciclo anterior;
- Deverá ser possuidor de habilitações, que possam ser consideradas equivalentes;
- Os alunos com NEE, independentemente da sua área de residência, poderão escolher a escola que melhor se adapte às suas necessidades;
- Os alunos com NEE, não são enquadrados nos limites de idade, do regime educativo comum;
- A renovação para anos subsequentes é feita pela própria escola, desde que o aluno se mantenha no mesmo estabelecimento de ensino. Assim, a renovação de matrícula é realizada de acordo com as seguintes prioridades:
  1. Alunos que frequentaram, no ano lectivo anterior, a escola;
  2. Alunos, com irmãos a frequentarem o respectivo estabelecimento de ensino;
  3. Alunos em que a área de residência dos pais ou encarregados de educação, se situe na área que engloba o respectivo estabelecimento de ensino;
  4. Alunos cuja actividade profissional dos pais ou encarregados de educação, se situe na zona de influência do estabelecimento de ensino, havendo contudo, prioridade para os mais novos.

### **3.2.3.5. Metodologias de Ensino utilizadas nos 2º e 3º Ciclos**

No que se refere às metodologias de ensino utilizadas nestes ciclos de estudos, podemos apresentar os seguintes pressupostos:

- O desenvolvimento integral do aluno, com vista à formação de cidadãos livres, conscientes, autónomos, críticos e participativos na sociedade;
- A mobilização de saberes, fundamentados nos interesses, experiências e conhecimentos dos alunos, promovendo a pesquisa e tratamento da informação;
- A promoção da relação escola/meio, de modo a que os alunos utilizem os conhecimentos para alterar a comunidade educativa e o meio em que estão inseridos;
- A dinamização do Projecto Curricular de Turma, coordenado pelo director de turma;
- O professor assume-se como criador/mediador/dinamizador de situações de aprendizagem;
- A valorização das actividades e experiências promovidas pelos alunos;
- A capacidade adquirida pelos alunos para organizar, construir e avaliar a sua aprendizagem;
- A implementação de práticas pedagógicas diferenciadas, compatíveis com a heterogeneidade de experiências e situação de aprendizagem dos alunos.

### **3.2.3.6. Avaliação dos Alunos dos 2º e 3º Ciclos**

- A avaliação nos 2º e 3º Ciclos tem carácter sistemático e contínuo, incidindo sobre as aprendizagens e competências definidas no currículo nacional;
- Intervêm também os serviços especializados de Apoio Educativo e a Administração Educativa (além dos professores, alunos, encarregados de educação);
- O aluno deverá ter um dossier individual, de modo a que exista documentação essencial, que comprove o seu desenvolvimento integral, sendo a sua organização da responsabilidade do director de turma;
- O Conselho Pedagógico, de acordo com as orientações do Currículo Nacional, define os critérios de avaliação:
  - **Avaliação Diagnóstica**, que ocorre em qualquer altura do ano, sendo da responsabilidade de cada professor, adoptando estratégias de diferenciação pedagógica;
  - **Avaliação Formativa**, que é a principal modalidade de avaliação, sendo contínua e sistemática, de forma a conceber e gerir o projecto curricular de turma. Este tipo de avaliação proporciona o estabelecimento de metas intermédias, permitindo a adopção de novas metodologias educativas, de modo a colmatar dificuldades e desajustamentos, no processo de ensino-aprendizagem;
  - **Avaliação Sumativa**, que utiliza informação recolhida no âmbito da avaliação formativa e que ocorre no final de cada ano lectivo e de cada ciclo, denominada de avaliação interna. A avaliação externa, que consiste na realização de Provas de Aferição, a nível nacional, de Língua Portuguesa e Matemática, enquadra-se num

processo que contribui para a certificação das aprendizagens e competências adquiridas nos 2º e 3º ciclos.

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou retenção do aluno, expressa através das menções, respectivamente, de Transitou ou Não Transitou, no final de cada ano, e de Aprovado/a ou Não aprovado/a, no final de cada ciclo.

O Despacho Normativo n.º 50/2005, de 20 de Outubro, define, no âmbito da avaliação sumativa interna, princípios de actuação e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação dos planos de recuperação, como estratégia de intervenção com vista ao sucesso educativo dos alunos do ensino básico.

Ao abrigo do Despacho n.º 2351/2007, de 14 de Fevereiro, todos os alunos que frequentam escolas públicas e estabelecimentos de ensino particular e cooperativo realizam, no final do ensino básico, provas de aferição, que se destinam a gerar indicadores que permitam verificar, simultaneamente, a qualidade das aprendizagens, a adequação dos programas e a conformidade das práticas lectivas e pedagógicas, evidenciando os aspectos a alterar para a obtenção de melhorias significativas nos resultados dos alunos.

#### **3.2.3.7. Progressão dos Alunos do 2º e 3º Ciclos**

- Podem progredir para o ciclo seguinte, os alunos que realizem as aprendizagens e adquiram as competências para cada ciclo;
- A tomada de decisão sobre a transição ou não do aluno, é definida através da avaliação sumativa;
- A menção “Aprovado” ou “Não Aprovado” é utilizada no final de cada ciclo;

- A disciplina de Educação Moral e Religiosa, não é considerada para efeitos de progressão dos alunos;
- Nos 2º e 3º Ciclos, os alunos não progridem quando obtiverem classificação inferior a 3, nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, ou em 3 disciplinas, ou em duas e “não satisfaz” na Área de Projecto;
- Os alunos anteriormente retidos, em qualquer ano lectivo, podem ser submetidos a uma avaliação extraordinária, sendo encaminhados para um percurso alternativo ou para cursos de educação e formação.

As avaliações finais poderão ser revistas, após um pedido de revisão, dentro de um prazo de três dias.

#### **3.2.3.8. Certificação**

- Aos alunos que obtenham aproveitamento no final do 3º ciclo, será atribuído o Diploma do Ensino Básico;
- Os alunos que atingiram o limite de idade, sem completarem o 9º Ano de escolaridade, poderão solicitar um certificado de frequência da escolaridade obrigatória.

### **3.3. O Ensino Secundário Geral, Profissional e Ensino Pós-Secundário**

#### **3.1. Finalidades**

A nova versão da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), Lei n.º 49/2005 ao estabelecer os objectivos e organização do ensino secundário, define-o como um ciclo único, com a duração de três anos, organizado

segundo formas diferenciadas, orientadas quer para o prosseguimento de estudos, quer para a vida activa, devendo ser assegurada a permeabilidade entre estas duas vias.

Com o objectivo de combater o abandono escolar, têm vindo a ser adoptadas várias medidas, nomeadamente, a criação de Cursos de Educação e Formação, com dupla certificação, escolar e profissional, preferencialmente a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, tendo por base o Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho.

No ano lectivo de 2004-2005, entraram em vigor novos planos de estudos para o ensino secundário, no quadro de uma Reforma que visa adequar as formações de nível secundário às mudanças sociais e às necessidades de desenvolvimento do país. As alterações curriculares estão, na sua essência, definidas no Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens do nível secundário, aplicáveis aos diferentes percursos neste nível de ensino.

### **3.3.2 Objectivos Gerais do Ensino Secundário**

De acordo com o art.º 9 da LBSE, o ensino secundário tem como objectivos:

- Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa;

- Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;
- Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;
- Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;
- Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida activa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;
- Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;
- Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.

### **3.3.3. Organização escolar**

De acordo com a reestruturação orgânica e funcional do Ministério da Educação, as funções de concepção pedagógica e didáctica do ensino de nível secundário são da responsabilidade de dois organismos: a Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), para o ensino regular, e a

Agência Nacional para a Qualificação I.P., dependente também do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, para o ensino artístico especializado, o ensino profissional e a educação de adultos.

O ensino secundário tem as valências de: ensino secundário regular, profissional, ensino artístico especializado e de especialização tecnológica.

O ensino secundário regular estrutura-se segundo formas distintas considerando a existência de cursos maioritariamente orientados para a progressão de estudos, apelidados de cursos científico-humanísticos e cursos predominantemente dirigidos para a vida activa, os cursos tecnológicos, estando garantida a possibilidade de transferência entre eles.

Ainda neste nível de educação, importa referir o ensino profissional que procura dar resposta às necessidades do mercado de trabalho, a nível local e regional, pelo que se pretende que os cursos leccionados em cada escola estejam realmente relacionados com as características e necessidades da região em que se inserem.

Por outro lado, esta modalidade de formação alternativa ao sistema regular de ensino dirige-se a jovens cujo objectivo mais premente é a inserção no mercado de trabalho.

Os cursos das escolas profissionais também dão acesso ao ensino superior, em particular aos institutos politécnicos, através da realização dos exames nacionais do ensino regular, nas disciplinas específicas de acesso.

O ensino artístico especializado dirige-se a jovens com capacidades ou aptidões específicas e é ministrado, principalmente, em escolas de ensino artístico especializado nas áreas das artes visuais, dos audiovisuais, da dança e da música. Esta modalidade de ensino visa facultar uma elevada formação especializada a futuros executantes, criadores e profissionais nos vários ramos artísticos.

Os cursos de especialização tecnológica permitem percursos de formação específica em distintas áreas tecnológicas e pretendem desenvolver aptidões e competências profissionais, possibilitando a inserção no mundo do trabalho ou o seguimento de estudos de nível superior.

#### **3.3.4. Constituição de Turmas**

Tal como no ensino básico, as turmas no ensino secundário são mistas, organizadas por grupos etários, tendo em conta a necessidade de manter o grupo/turma do ano lectivo anterior, de modo a confirmar um equilíbrio numérico dos sexos e a incluir os alunos com necessidades educativas especiais.

As turmas do ensino secundário são constituídas por um número mínimo de 24 alunos e um máximo de 28 alunos, não podendo as turmas que integram alunos com necessidades educativas especiais ultrapassar os 20 alunos.

Normalmente, os alunos têm a hipótese de optar por um percurso educativo em função dos seus interesses, capacidades e competências, tendo em consideração a oferta formativa da escola. No caso de o aluno pretender frequentar um curso não disponível na escola mais próxima da sua residência, poderá ser transferido para uma outra escola, podendo ter de recorrer a meio de transporte da rede pública ou transporte escolar disponibilizado pela autarquia.

#### **3.3.5. Horário Semanal**

Nas disciplinas de carácter prático ocorre o desdobramento de turmas mediante condições específicas. No que respeita à organização escolar, o horário semanal das turmas dos cursos científico - humanísticos varia entre as 16 e as 20 horas, enquanto que os cursos tecnológicos podem oscilar entre as 20 e as 36,5 horas.

Os cursos artísticos especializados têm uma carga horária de 20,5 a 25 horas.

Os cursos profissionais organizam-se num ciclo de formação global de 3100 horas. A duração do ano lectivo corresponde a um mínimo de 180 dias efectivos de actividades escolares, sendo o seu início e término definido por despacho, publicado anualmente, pelo Ministério da Educação.

### **3.3.6. Currículo**

A estrutura curricular de todos os cursos das várias ofertas educativas e formativas do ensino secundário integra um conjunto de disciplinas ou áreas não disciplinares que se organizam em torno de componentes de formação.

A componente de formação geral, comum aos cursos científico-humanísticos, aos cursos tecnológicos e aos cursos artísticos especializados tem como objectivo, contribuir para a construção da identidade pessoal, social e cultural dos alunos e integra as seguintes disciplinas: Português, Língua Estrangeira, Filosofia, Educação Física e Tecnologias de Informação e Comunicação.

A componente de formação específica, nos cursos científico-humanísticos, visa facultar formação científica consistente, variável de curso para curso, dependendo da área do saber. Com função semelhante, a componente de formação científica, nos cursos tecnológicos, artísticos especializados e profissionais, totaliza um conjunto de disciplinas, variável com a área do saber, referindo-se também à aquisição e ao desenvolvimento de saberes e competências de base de cada curso.

As componentes de formação tecnológica, técnico-artística e técnica, nos cursos tecnológicos, artísticos especializados e profissionais, respectivamente, tendem, a complementar com a componente de formação científica, a aquisição e o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e

aptidões de base do relativo curso, integrando formas específicas de concretização da aprendizagem em contexto de trabalho, nomeadamente um período de estágio.

A matriz curricular dos cursos científico - humanísticos inclui no 12.º ano a Área de Projecto, que pretende mobilizar e integrar competências e conhecimentos adquiridos nas diferentes disciplinas. Por sua vez, a matriz dos cursos tecnológicos inclui, na Área Tecnológica Integrada, o Projecto Tecnológico, facultando o desenvolvimento de um projecto relacionado com a área de formação do curso.

As escolas podem, ainda, organizar actividades de complemento curricular, de carácter facultativo e natureza altamente lúdica e cultural, apontando a utilização criativa e formativa dos tempos livres dos alunos e o desenvolvimento de uma cultura de participação activa na vida cívica.

Os planos de estudo do ensino secundário de todas as vias educativas e formativas integram obrigatoriamente, pelo menos, uma língua estrangeira na componente de formação geral. Todos os alunos de nível secundário podem escolher uma língua estrangeira de iniciação como disciplina de opção.

A utilização das tecnologias de informação e comunicação é fortemente recomendada nos novos programas das várias disciplinas como um recurso a privilegiar.

Pretende-se, assim, acautelar que todos os alunos, independentemente do contexto socioeconómico de que provêm, incrementem a autonomia na utilização de tais recursos, enquanto processo facilitador do acesso à informação e ao conhecimento.

As Escolas Secundárias Artísticas têm os seus próprios planos de estudo e estão vocacionadas para jovens que queiram prosseguir os seus estudos ou obter um emprego neste domínio. Nos campos da dança e da

música, a formação especializada é conferida aos alunos com talento e aptidões reconhecidas nestas áreas.

Estes cursos de formação são ministrados em conservatórios, escolas e academias de música e em escolas de dança, que ofereçam ensino integrado ou articulado com o ensino regular das escolas secundárias.

### **3.3.7.Avaliação**

De acordo com a nova versão da Lei Bases do Sistema Educativo, a avaliação das aprendizagens dos alunos do ensino secundário é encarada como essencial no processo de ensino - aprendizagem, não apenas para avaliar produtos mas como regulador de processos.

Para cada uma das modalidades de educação estão definidos procedimentos de avaliação, no que se refere ao apuramento dos resultados finais do aluno.

Excepto os cursos de ensino recorrente e ensino profissional, que têm uma avaliação com modelos apropriados, na avaliação dos cursos científico-humanísticos, tecnológicos e artísticos, a opção por metodologias norteadas para a acção, dá origem a uma avaliação contínua, formativa e sistemática, bem como uma avaliação sumativa, com recurso a complexos processos de observação e recolha de informação. Uma tal abordagem prevê a utilização de uma variedade de técnicas, instrumentos e estratégias de avaliação adequados às finalidades, de forma a integrar as várias dimensões que estruturam a aprendizagem e evidenciam cabalmente o que os alunos efectivamente sabem e são capazes de fazer.

Consideram-se aprovados nos 10.<sup>o</sup> e 11.<sup>o</sup> anos os alunos que obtiverem uma classificação final igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas curriculares do ano, ou em todas menos uma ou duas, ou seja, os alunos podem transitar de ano com duas disciplinas com classificação negativa, desde

que com classificação não inferior a oito valores. Não é autorizada a matrícula em disciplinas em que o aluno não tenha obtido classificação igual ou superior a 10 valores em dois anos consecutivos em cada disciplina.

A avaliação sumativa externa é da competência do Ministério da Educação e tem por objectivo permitir o acesso ao ensino superior a todos os alunos dos cursos de nível secundário. Este tipo de avaliação é também utilizada obrigatoriamente nos cursos científico - humanísticos para conclusão de curso, conjuntamente com a avaliação sumativa interna, através de uma média ponderada, cujo resultado final tem que ser igual ou superior a dez valores.

Nos cursos tecnológicos para conclusão do ensino secundário, os alunos, para além da aprovação em todas as disciplinas e áreas não disciplinares do plano de estudo do respectivo curso, têm que ser aprovados no Estágio e na Prova de Aptidão Tecnológica (PAT).

Nos cursos artísticos especializados, da mesma forma, concluem o ensino secundário, os alunos que consigam aprovação em todas as disciplinas do plano de estudo do respectivo curso e, ainda, aprovação na Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e na Prova de Aptidão Artística (PAA).

A avaliação dos alunos dos cursos profissionais adopta carácter predominantemente formativo e contínuo e incide sobre as aprendizagens realizadas em cada módulo, conjuntos de módulos ou disciplinas, podendo a direcção técnico - pedagógica da escola estabelecer um regime de progressão anual, bem como os critérios aos quais essa progressão deve obedecer.

Nos cursos pós-secundários, não superiores, de especialização tecnológica (CET), a avaliação compreende as modalidades formativa e sumativa.

A avaliação formativa incide em todas as componentes de formação, possuindo um carácter sistemático e contínuo e é objecto de notação descritiva e qualitativa.

A avaliação sumativa expressa-se, em todas as componentes de formação, na escala de 0 a 20 valores.

Para conclusão de um curso de especialização tecnológica é necessário obter uma classificação igual ou superior a 10 valores em todas as unidades de formação e em todas as componentes de formação que o integram.

### **3.3.8. Certificação**

Aos alunos que concluem o ensino secundário é passado um diploma de estudos secundários que especifica o curso concluído e a classificação final obtida.

### **3.3.9. Progressão dos Alunos do Ensino Secundário**

No 3º período, a avaliação realizada conduzirá à progressão ou retenção do aluno, sendo dada a aprovação se o aluno obtiver classificação igual ou superior a 10 valores a cada uma das disciplinas.

### **3.3.10. Suporte Financeiro**

Os alunos provenientes de famílias com baixo rendimento económico, podem ser isentos do pagamento de propinas, tendo a possibilidade de apoio social para pagamento das refeições na cantina da escola, bem como para o pagamento do passe em transporte público e para aquisição de materiais escolares.

Os alunos que frequentem cursos profissionais podem beneficiar de uma bolsa de formação que lhes permite frequentar um curso profissional em

condições idênticas àquelas em que frequentariam o ensino secundário regular.

Importa referir que todas as despesas de educação são elegíveis para efeitos de benefício fiscal, independentemente do rendimento familiar.

### **3.4. Ensino Superior**

Na sequência da alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, o Governo aprovou o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, que procedeu às alterações relativas ao novo modelo de organização do ensino superior no que respeita aos ciclos de estudos e sua duração, em conformidade com os princípios da Declaração de Bolonha.

Deste modo, foram implementadas as seguintes medidas:

- Criação de condições para que todos os cidadãos possam ter acesso à aprendizagem ao longo da vida, através de novos mecanismos, permitindo que os alunos que não ingressaram no ensino superior na idade de referência, o possam agora fazer. É-lhes, igualmente, dada a possibilidade de creditação de competências adquiridas por via da sua experiência profissional.
- Adopção do modelo de organização do ensino superior em três ciclos (1º Ciclo - Licenciatura; 2º Ciclo – Mestrado e 3º Ciclo – Doutoramento);
- Transição de um sistema de ensino fundamentado na transmissão de conhecimentos para um sistema baseado no desenvolvimento de competências;
- A adopção do sistema europeu de créditos curriculares (ECTS - European Credit Transfer System).

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, introduz algumas alterações ao Decreto-Lei acima referido, nomeadamente:

- a possibilidade dos estudantes se poderem inscrever em disciplinas isoladas, as quais poderão ser certificadas e creditadas quando os alunos se matriculem em cursos dos quais estas façam parte do respectivo plano de estudos;
- a possibilidade dos estudantes se inscreverem em qualquer estabelecimento de ensino superior, em disciplinas que não integrem o seu curso, as quais, após aprovação, serão certificadas e constarão do suplemento ao diploma;
- a possibilidade de inscrição num curso superior em regime de tempo parcial.

O ensino superior português compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

O ensino universitário propõe-se assegurar uma sólida preparação científica e cultural numa perspectiva de investigação e de criação do saber, proporcionando uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais, fomentando o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

O ensino politécnico está orientado para uma perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, direccionada para a compreensão e solução de situações reais e objectivas, visando proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática com vista ao exercício de actividades profissionais.

### **3.4.1. Tipologia das instituições**

O ensino universitário realiza-se em universidades, institutos universitários e em estabelecimentos não integrados em universidades.

As universidades podem ser constituídas por escolas, institutos, faculdades diferenciadas, por departamentos ou outras unidades, podendo, ainda, integrar unidades orgânicas de ensino politécnico. A designação de instituto universitário pode ser adoptada pelos estabelecimentos de ensino superior universitário quando ministram cursos diferentes na mesma área científica. O ensino universitário possui uma forte vertente académica e de investigação não tendo uma ligação tão forte profissionalizante com o ensino politécnico

Os estabelecimentos não integrados em universidades são instituições que desenvolvem actividades no domínio científico ou em áreas de formação previamente definidas.

O ensino politécnico realiza-se em escolas superiores, institutos ou outra designação apropriada nos termos dos respectivos estatutos. Este tipo de ensino possui características profissionalizantes orientadas para o “saber fazer”, através de uma vertente prática muito forte.

Podem, ainda, ser constituídos centros de estudos superiores, que colaboram na realização da educação ao longo da vida e na valorização dos recursos humanos locais, cabendo aos estabelecimentos de ensino superior a certificação das qualificações atribuídas.

### **3.4.2. Condições de Acesso**

O regime de acesso ao ensino superior, previsto no artigo 12.º da LBSE, tem sido alvo de várias mudanças nos regulamentos, quer nos aspectos gerais, quer nos regimes especiais. O acesso e ingresso nos estabelecimentos de

ensino superior público, particular e cooperativo, previsto no Decreto-Lei. N.º 296-A/1998, de 25 de Setembro, alterado em 1999, 2003, 2004 e 2006, assenta na aprovação num curso de ensino secundário ou habilitação legalmente equivalente, na realização das provas de ingresso e na satisfação, quando exigidos, de pré-requisitos.

Para se candidatarem ao ensino superior através do concurso nacional, os estudantes devem satisfazer as seguintes condições:

- Ter aprovação num curso de ensino secundário ou habilitação legalmente equivalente;
- Ter realizado as provas de ingresso exigidas para o curso a que se candidatam com a classificação mínima de 95 pontos;
- Satisfazer os pré-requisitos (quando exigidos), para o curso a que se candidatam. O ingresso em cada instituição de ensino superior está sujeito a *numerus clausus*.

Têm igualmente acesso ao ensino superior, os maiores de 23 anos que, não sendo titulares da habilitação de acesso ao ensino superior, façam prova de capacidade para a sua frequência, através da realização de provas específicas especialmente adequadas, realizadas pelos estabelecimentos de ensino superior, e os titulares de qualificações pós-secundárias apropriadas.

### **3.4.3. Suporte Financeiro**

No quadro da Lei n.º 1/2003, de 6 Janeiro, que aprova o Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior, o Estado, através do sistema de acção social do ensino superior, assegura o direito à igualdade de oportunidades de acesso, frequência e sucesso escolar, pela superação de desigualdades económicas, sociais e culturais. O sistema de acção social em vigor compreende apoios, quer directos quer indirectos.

As bolsas de estudo e o auxílio de emergência são considerados apoios directos, enquanto o acesso a alimentação, alojamento, serviços de saúde e apoio a actividades culturais e desportivas e a outros apoios educativos integram os apoios indirectos.

Posteriormente, a Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, veio acentuar a importância concedida à política de acção social que tem como objectivo permitir que todos os estudantes, independentemente das suas condições económicas, possam frequentar o Ensino Superior.

#### **3.4.4. Objectivos da Ensino Superior**

São objectivos do ensino superior, de entre outros, os seguintes:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade e colaborar na sua formação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e respectiva concretização;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo actual, em particular os nacionais e regionais;
- Promover, e continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos, através da promoção de formas adequadas de extensão cultural;
- Promover o espírito crítico e a liberdade de expressão e de investigação.

### **3.4.5. Graus Académicos**

No ensino superior são conferidos os graus de licenciado, mestre e doutor. Os graus de licenciado e de mestre são conferidos nos ensinos politécnico e universitário, enquanto que o grau de doutor é conferido apenas no ensino universitário.

Com o processo de Bolonha, o grau de licenciado é conferido após um primeiro ciclo de estudos, que corresponde a um determinado número de créditos, com a duração compreendida entre seis e oito semestres curriculares de trabalho.

O grau de mestre é conferido após um ciclo de estudos com um número de créditos que corresponde a uma duração compreendida entre três e quatro semestres curriculares de trabalho.

Após a obtenção do grau de mestre, os alunos poderão prosseguir para pós-graduações ou doutoramentos.

Podem candidatar-se ao ingresso no 3.<sup>o</sup> ciclo de estudos conducentes ao grau de doutor:

- Os titulares de grau de mestre ou equivalente legal;
- Os titulares de grau de licenciado detentores de um currículo escolar ou científico especialmente relevante, que seja reconhecido como atestando a capacidade para a realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico legal e estatutariamente competente da universidade onde pretendem ser admitidos;
- Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional reconhecido, que ateste capacidade para a realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico legal e estatutariamente competente da universidade, onde pretendem ser admitidos.

### **3.4.6. Avaliação/Certificação**

Os graus de licenciado e mestre têm uma classificação final expressa no intervalo de 10 a 20 valores, da escala numérica inteira de 0 a 20, bem como o seu equivalente na escala europeia de comparação de classificações.

A implementação do Processo de Bolonha, veio introduzir um novo paradigma formativo, no qual o trabalho do estudante desempenha um papel fundamental, integrando novas práticas que valorizam o esforço do estudante independentemente da sua presença nos espaços tradicionais em que se realiza a aprendizagem. Deste modo, são igualmente valorizadas as horas de estudo, de pesquisa, de trabalho de campo, entre outras.

No 1.º ciclo de estudos das instituições universitárias ou politécnicas o grau de licenciado é conferido aos que, através da aprovação em todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso de licenciatura, tenham obtido o número de créditos fixado.

No 2.º ciclo de estudos das instituições universitárias ou politécnicas o grau de mestre é conferido aos que, através da aprovação em todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso de mestrado, e da aprovação, no acto público de defesa da dissertação, do trabalho de projecto ou do relatório de estágio, tenham obtido o número de créditos fixado.

O grau de doutor é atribuído aos que tenham obtido aprovação nas unidades curriculares do curso de doutoramento, quando exista, e no acto público de defesa da tese.

Todas as instituições, universitárias ou politécnicas, na sequência do estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, relativamente aos princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu do ensino superior, fazem acompanhar todos os seus diplomas da emissão do suplemento ao diploma, previsto naquele normativo.

Os estabelecimentos de ensino superior podem realizar cursos não conferentes de grau académico, cuja conclusão com aproveitamento conduz à atribuição de um certificado.

### **3.5. Educação e Formação Contínua de Adultos**

#### **3.5.1. Enquadramento Legal**

A história da educação de adultos em Portugal é relativamente recente. Somente nos finais de 1975, com a reestruturação dos serviços da então denominada Direcção-Geral da Educação Permanente de Adultos, se define o quadro do sistema nacional de educação de adultos, que se traduziu no Plano de Educação de Adultos.

Em 1976, o preâmbulo da Portaria n.º 419/76 explicita a nova concepção da educação de adultos: "encorajar um processo de aprendizagem relativamente aos adultos, que faça destes – individualmente ou em grupo – sujeitos da sua própria educação e agentes criadores de uma verdadeira cultura nacional".

Na sequência de legislação publicada em 1979 desenvolveram-se trabalhos preparatórios do Plano Nacional de Alfabetização e Educação Básica de Adultos (PNAEBA), tendo como objectivo fundamental, a diminuição do analfabetismo, documento de referência obrigatória no âmbito da educação de adultos.

Segundo a lei n.º 49/2005, é organizado um sistema de ensino recorrente de adultos, destinado a indivíduos que já não se encontram no regime regular de frequência dos ensinos básicos e secundário. Destina-se igualmente a indivíduos que não tiveram oportunidade de se enquadrar no sistema de educação escolar tendo como objectivo a eliminação do analfabetismo.

Este ensino atribui os mesmos diplomas e certificados conferidos pelo ensino regular, no entanto, as formas de acesso, os planos curriculares e as metodologias utilizadas são distintas, de acordo com os grupos etários, a experiência de vida e o nível de conhecimentos dos indivíduos a que se destinam.

### **3.5.2. Administração/Organizações envolvidas**

As entidades responsáveis pela Educação e Formação de Adultos, são o Ministério da Educação (ME) e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS). E, compete à Agência Nacional para a Qualificação, promover, coordenar e apoiar a maioria das ofertas de educação e formação de jovens e adultos nas seguintes modalidades:

- Ensino Recorrente;
- Cursos de Educação e Formação;
- Cursos de Educação e Formação de Adultos;
- Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Por outro lado, compete às Direcções Regionais de Educação, a execução no terreno educativo, das diferentes acções de educação e formação de adultos, existindo um coordenador por concelho, para dirigir todas estas acções de formação.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, através dos Centros de Emprego e dos Centros de Formação Profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), tem a competência de elaborar e fazer cumprir a execução de medidas e programas de formação de adultos, sendo indicadas como entidades formadoras:

- a) instituições do ensino secundário ou superior, escolas profissionais e outras entidades enquadradoras de estagiários e bolseiros;
- b) associações empresariais, profissionais ou sindicais;
- c) entidades sem fins lucrativos que desenvolvam actividades no domínio da economia social ou do apoio a grupos sociais desfavorecidos e em risco de exclusão social, desde que a formação se integre no objecto da missão social;
- d) entidades públicas, desde que a formação esteja correlacionada com as respectivas atribuições;
- e) empresas ou associações de empresas, desde que realizem formações para o mercado de trabalho e tenham os respectivos centros de formação acreditados.

No quadro geral da educação de adultos destacam-se as seguintes instituições de apoio:

- a) Conselho Económico e Social (CES), a quem cabe pronunciar-se sobre as opções de política económica e social;
- b) Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), órgão que subscreveu o acordo de política de formação profissional;
- c) Conselho Nacional de Educação (CNE), que, integrando representantes de parceiros sociais, tem funções de natureza consultiva sobre questões educativas, entre as quais a da formação profissional;
- d) Agência Nacional para a Qualificação (ANQ) que tem como objectivo, potenciar o quadro de qualificação da população adulta;
- e) Comissão Permanente de Certificação (CPC), órgão que assegura a coordenação do sistema nacional de certificação profissional.

As funções de natureza consultiva, no que respeita a questões de política educativa e de formação profissional, cabem, ainda, quer ao

Observatório do Emprego e Formação Profissional (OEFP), quer à Comissão de Acompanhamento do Acordo de Concertação Estratégica, pacto assinado pelo Governo e pelos parceiros sociais subscritores em finais de 1996.

Para além destas entidades, são também parceiros sociais, as autarquias locais, as empresas e as associações patronais e empresariais, as organizações sindicais e profissionais, as instituições particulares de solidariedade social e as associações culturais de nível local e regional.

### **3.5.3. Financiamento**

A grande maioria das actividades de educação de adultos desenvolvidas no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social são financiadas por verbas do Orçamento Geral do Estado, sendo co-financiadas pelo Fundo Social Europeu (FSE), no âmbito da Qualificação e Classificação de Activos (QCA) III.

### **3.5.4. Organização**

O aumento de uma educação de qualidade e a melhoria da formação profissional são objectivos primordiais do Governo, que se inserem no âmbito da inclusão e coesão social, da mobilidade, empregabilidade, competitividade, empreendedorismo e prevenção de todas as formas de discriminação e exclusão.

O governo implementou uma medida, para a promoção da aprendizagem ao longo da vida, denominada de “Novas Oportunidades” que visa a elevação dos níveis de qualificação de base da população adulta, dirigindo-se a pessoas maiores de 18 anos que não concluíram o 9º ano de escolaridade ou o ensino secundário.

Esta iniciativa desenvolve-se através da organização, a nível nacional, de um sistema articulado de educação e formação, abrangendo várias áreas, com o intuito de desenvolver e modernizar a sociedade do conhecimento.

Importa ainda salientar, a valorização do sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências adquiridas, (que deverá ser considerada como uma via de acesso para a formação de adultos), e a oferta de formação profissionalizante dirigida a adultos pouco escolarizados.

O reconhecimento das competências adquiridas ao longo da vida, em diferentes contextos de aprendizagem, possibilita a estruturação de carreiras de formação complementares adaptadas a cada indivíduo, induzindo ainda o reconhecimento individual da capacidade de aprender, o que por si só, constitui a principal razão para a adopção de atitudes mais convenientes face à procura de novas qualificações.

Quanto às ofertas de educação e formação profissionalizante direccionadas a adultos pouco escolarizados, a grande aposta está em cativar para a aprendizagem, não só adultos desempregados, mas também aqueles que, embora se encontrem a trabalhar, vivem numa situação mais difícil, por não possuírem uma qualificação média ou superior.

A realização dos objectivos atrás referidos, subentende medidas que venham a reflectir-se sobretudo no seguinte:

- Aumento da oferta de Cursos de Educação e Formação de Adultos (CEFA), como forma de colmatar deficiências de formação em adultos com pouca escolarização;
- Alargamento da rede de “Centros Novas Oportunidades” e extensão ao 12.º ano do sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências adquiridas em todos os modos de vida;

- Crescimento da procura de formação de base por parte dos diferentes grupos de adultos;
- Aumento das vias de acesso à formação por parte de trabalhadores activos, através da formação modular e adaptação das ofertas e da criação de mecanismos de organização e divisão de custos de formação que atestem a efectivação do direito individual à formação e que sejam conciliáveis com a competitividade presente e vindoura das empresas;
- Reestruturação do presente modelo de ensino recorrente, com um percurso formativo mais rápido e ajustado, sem afastar os formandos da sua vocação, permitindo-lhes a continuação dos estudos.

De acordo com o despacho n.º 9937/07, de 29 de Maio, as principais vias de estudo em que se organiza a educação de adultos são:

1. Os **Cursos de Educação e Formação (CEF)**, que visam a promoção do sucesso escolar, bem como a prevenção dos diferentes tipos de abandono escolar, designadamente o desqualificado, procurando dar resposta às necessidades educativas e formativas dos jovens, com idade igual ou superior a 15 anos, que, não pretendendo, de imediato, prosseguir estudos no âmbito das restantes alternativas de educação e formação, preferem aceder a uma qualificação profissional mais consentânea com os seus interesses e expectativas.
2. O **Ensino Recorrente**, que constitui a via formal de educação de adultos e que, de uma forma organizada e segundo um plano de estudo, conduz à obtenção de um grau de escolaridade e à atribuição de um diploma ou certificado equivalentes aos conferidos pelo ensino regular.

São objectivos próprios desta modalidade de ensino:

- a) Assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que abandonaram precocemente o sistema educativo e aos que o procuram por razões de promoção cultural ou profissional;
  - b) Atenuar os desequilíbrios existentes entre os diversos grupos etários, no que respeita aos seus níveis educativos.
3. O **Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)**, destina-se a todas as pessoas adultas, maiores de 18 anos, sem a escolaridade básica de 9 anos ou sem o ensino secundário. Esta medida, possibilita aos menos escolarizados e aos activos empregados e desempregados verem reconhecidas, validadas e certificadas as competências e conhecimentos que foram adquirindo ao longo da vida.

Os Centros de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências (RVCC), elaboram o processo de cada adulto baseado em três eixos de intervenção – Reconhecimento, Validação e Certificação, tendo em consideração o estipulado no Referencial de Competências - Chave para a Educação e Formação de Adultos.

4. Os **Cursos de Educação e Formação de Adultos (CEFA)**, estabelecem uma oferta integrada de educação e formação com dupla certificação, escolar e profissional.

Estes cursos têm como destinatários, os adultos maiores de 18 anos que não têm a escolaridade básica de 9 anos ou o ensino secundário, sem qualquer qualificação profissional, empregados ou desempregados, inscritos nos Centros de emprego do IEFP ou referenciados por empresas, ministérios, sindicatos e outros organismos.

5. A **Educação Extra - Escolar** é o conjunto de acções educativas e culturais de carácter contínuo, sequencial ou alternado, que ocorrem fora da escola e se realizam em iniciativas públicas ou privadas.

Estas actividades podem associar-se ao ensino recorrente e à educação escolar e estão estruturadas de um modo flexível, orientando-se pelos princípios específicos da educação de adultos.

Esta modalidade de ensino visa, sobretudo, fomentar o aperfeiçoamento dos conhecimentos e das competências dos adultos, complementando a sua educação escolar, combatendo o analfabetismo e impulsionando a ocupação dos tempos livres.

6. As **acções Saber Mais**, formam um conjunto de várias actividades de pequena duração, sendo estruturada em três módulos (50 horas cada), de um modo flexível e específico, de acordo com as necessidades de cada um.

Estas acções dirigem-se a todas os jovens que atinjam a maioridade, independentemente das suas habilitações académicas ou profissionais, tentando motivá-los para a aquisição e/ou complemento das suas competências pessoais, académicas ou profissionais, conferindo um certificado de formação, desde que tenham frequentado um ou mais módulos com aproveitamento.

## 4. Ensino Especial em Portugal

### 4.1. Educação inclusiva em Portugal

Envolvendo o conceito de educação inclusiva e considerando que todas as crianças, em qualquer momento, podem demonstrar dificuldades ou depararem-se com obstáculos na sua aprendizagem, não podemos falar exclusivamente das crianças consideradas com “necessidades educativas especiais”, mas sim definir estratégias que possam ser adoptadas nos vários contextos educativos, de modo a que seja dada uma igualdade de oportunidades educativas a todos os alunos, incluindo os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

A perspectiva inclusiva enquadra-se num movimento mundialista que tem sido defendida, nos últimos anos, em vários congressos internacionais e apresentada em documentos das Nações Unidas e da UNESCO. Importa referir alguns destes documentos, nomeadamente as Normas das Nações Unidas, sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, garantindo a educação em todas as estruturas educativas e em escolas denominadas de regulares.

Em 1994 a Declaração de Salamanca e o enquadramento para a acção na área das Necessidades Educativas Especiais, veio determinar que:

*“ (...) As escolas devem acolher todas as crianças independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (...).”*

Já em 2000, o Fórum Educacional e o Enquadramento da Acção de Dakar, definiram os objectivos da Escola Para Todos e os grandes objectivos

para o Milénio, tendo como meta no *ano de 2015*, o acesso de todas as crianças a uma educação básica, obrigatória e gratuita.

Em muitos países, este movimento influenciou uma reformulação intensa na área educativa, propondo uma maior capacitação das escolas para acolherem todos alunos.

No nosso país, não se verificou um impacto tão expressivo neste sentido, limitando-se apenas à publicação de escassas medidas normativas, dispersas, que não corresponderam rigorosamente aos desafios definidos nos fóruns internacionais referidos.

Apesar de tudo, entendemos que entre nós, uma abordagem aprofundada nesta área seria inteiramente fundamentada, pois verifica-se um aumento significativo de situações de vulnerabilidade na população escolar derivada da crescente percentagem de alunos oriundos de outros países, da progressão de comportamentos de risco (acarretando infecções do HIV/SIDA, casos de gravidez prematura, delinquência e outros) ou da dificuldade de inserção profissional à saída da escolaridade básica ou secundária. Esta pluralidade de problemas exige uma variedade de respostas que, para serem eficazes, devem obedecer ao princípio comum de uma escola inclusiva para todos, que constitua o vértice das acções a desencadear a nível interdepartamental e inter e transprofissional

Segundo a Declaração de Salamanca, (1994) “ (...) o *princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com*

*as várias comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e serviços para satisfazer as necessidades especiais dentro da escola (...)*”.

*“(...)as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir as crianças deficientes ou sobredotadas, as crianças de rua, e as que trabalham, as de populações remotas ou nómadas; as de minorias étnicas e linguísticas e as que pertencem a áreas ou grupos desfavorecidos ou marginalizados (...)*”.

Nos termos da Declaração de Salamanca: *“(...)Cada criança tem características, interesses e capacidades únicas e, assim, se pretendermos dar algum sentido ao direito à educação, os sistemas devem ser organizados e os programas educativos devem ser planeados de forma a ter em conta a vasta diversidade destas características e destas necessidades (...)*”.

A noção de educação inclusiva inclui-se na transformação da concepção de deficiência há muito conhecida, assente sobretudo, num modelo médico e num pressuposto de que todas as dificuldades destas pessoas, se devem principalmente à sua deficiência e que a sua participação na comunidade, depende, unicamente, do seu esforço de adaptação a um modelo social, em que se destaca como causa definitiva desses problemas, a forma como a sociedade os encara.

## **4.2. Objectivos da Educação Inclusiva**

A Escola Inclusiva tem entre outros, os seguintes objectivos:

1. Procurar atingir uma educação que garanta simultaneamente os princípios da “equidade” e da “qualidade”;

2. Promover o desenvolvimento de projectos educativos e curriculares baseados na inclusão, na equidade e na convivência democrática, envolvendo os professores, os alunos, as famílias e a comunidade social em que a escola se insere;
3. Desenvolver uma escola para todos em que o sistema de apoios, sejam eles internos ou externos à escola, aumente a sua competência para uma resposta eficaz à diversidade dos alunos;
4. Promover a participação de todos os alunos nas actividades da sala de aula e do âmbito extra-escolar, de modo a que se tenha em conta o conhecimento e a experiência por estes adquiridos fora da escola;
5. Potenciar os processos de ensino e de aprendizagem numa perspectiva activa, através da mobilização de todos os recursos da escola e da comunidade assim como as oportunidades oferecidas pelas tecnologias de informação e de comunicação.

### **4.3. Importância da Educação Inclusiva no contexto nacional**

No nosso país, as soluções educativas designadas para encarar os problemas dos alunos com deficiência ou com NEE, tiveram início, a nível nacional, nos anos 70 e, desde essa altura, têm-se aumentado os recursos humanos, os diversos tipos de serviços e de recursos, a oferta de formação especializada e a disponibilização de meios financeiros (essencialmente para escolas especiais).

No entanto, a eficácia destes recursos carece de uma análise aprofundada, realizada à luz dos problemas que actualmente se enfrentam – insucesso e abandono escolar, absentismo, baixa qualificação profissional.

Consideramos que a educação inclusiva deve concretizar-se através de um conjunto de pressupostos: reforçando a acção das escolas regulares e das

respectivas equipas; apontando para a existência de um único sistema educativo e não para uma dualidade de sistemas – regular e especial; salientando por outro lado, a urgência de uma reestruturação da formação/capacitação de todos os docentes para lidarem com a diferença na sala de aula e na escola; propondo uma orientação educativa flexível, centrada nas escolas e coordenada por princípios de política educativa visivelmente estabelecidos. Desta forma poderá contribuir para uma melhoria das respostas a todos alunos, envolvendo sobretudo os que estão em situações mais frágeis.

#### **4.4. Estruturação e Flexibilização Curricular**

As questões relacionadas com o currículo, numa perspectiva de educação inclusiva, merecem uma atenção específica, devendo ser compreendidas num panorama educacional abrangente tendo em consideração a criança total.

O currículo deve ser estruturado e flexível, acessível a todos os alunos, estando assente numa gestão colaborativa e participativa, de modo a facultar a todos, o aperfeiçoamento dos conhecimentos, competências e valores, que a sociedade aguarda que os seus cidadãos adquiram. É importante garantir uma educação de qualidade, quer na participação e envolvimento de todos, quer nos resultados que estes produzem, apoiando-se numa concepção alargada de aprendizagem e em modelos que sejam eles próprios inclusivos.

Deste modo, é essencial conceber a aprendizagem não num sentido restrito e académico, mas num sentido mais amplo de oportunidades de aprendizagem que distingam competências e conhecimentos que sejam, pessoal e culturalmente, relevantes e operantes para os alunos.

A nível nacional, os currículos devem ser definidos de acordo com as competências essenciais, e não tendo em atenção apenas os conteúdos programáticos delineados a nível central, cabendo às organizações escolares

e/ou ao poder local a missão de os definir. Assim, o currículo deve prever diferentes níveis de actividades e de participação, garantindo a acessibilidade curricular a todos os alunos, independentemente dos seus níveis de entrada.

Desta forma, pretende-se evitar a criação de classes especiais, que mais não são do que o isolamento dos alunos considerados com dificuldades de aprendizagem, o que a experiência e inúmeras investigações têm revelado como desadaptados, e que é, em tudo, oposta à orientação da escola inclusiva que defendemos.

Importa assim, garantir estratégias de desenvolvimento tais como:

- As adaptações nos materiais e equipamentos;
- A planificação colaborativa das adaptações;
- A organização e tutorias pedagógicas;
- A reorganização das formas de interdependência social entre alunos;
- A aprendizagem activa e cooperativa;
- A flexibilização dos níveis de participação dos alunos em contexto de sala de aula;
- A alteração dos procedimentos avaliativos;
- As condições de matrícula e frequência;
- A adequação de classes ou turmas;
- A participação dos pais.

Tendo em atenção o grau de complexidade de cada caso, a planificação colaborativa das alterações ou modificações curriculares a implementar devem configurar um Plano/Programa Educativo Individual, documento em relação ao qual se devem prevenir os seguintes pontos:

- Estrutura e medidas;
- Transição entre níveis de ensino e transição para a vida adulta;
- Inserção no Projecto Curricular de Turma;
- Equipa responsável pela sua elaboração;
- Avaliação;
- Revisão.

Uma vez que os alunos devem progredir ao longo do sistema educativo, os obstáculos à transição devem ser identificados e eliminados, para que possam entrar no sistema educativo e prosseguir desde a idade pré-escolar até à fase de transição para a vida adulta, que se pretende seja uma vida de qualidade, por eles construída, nos diferentes contextos e ambientes em que se inserem. No que respeita à transição para a vida adulta, as perspectivas curriculares operantes e os currículos funcionais, o currículo vocacional, o treino laboral, a formação profissional, a articulação de técnicos e serviços (escola, professores de transição, locais de trabalho, empresas, centros de dia, autarquias...), a criação de segundas oportunidades, assumem um papel determinante.

Para além das inúmeras estratégias de desenvolvimento e organização curricular atrás referidas, há também necessidade de repensar e encontrar, de acordo com os propósitos que têm vindo a ser definidos, os enquadramentos normativos considerados mais adequados para situações específicas como:

- A intervenção precoce;
- A transição para a vida activa;
- As problemáticas severas de baixa incidência;
- A problemática das crianças e jovens em risco.

#### **4.4.1. Avaliação, Progressão e Certificação**

A avaliação, sobretudo quando entendida como regulação do próprio sistema, é um dos pilares essenciais do processo educativo pois, sempre que a gestão do currículo envolve adaptações ou modificações, estas reflectem -se no próprio processo avaliativo.

Uma das dificuldades que se coloca diz respeito às conseqüências da avaliação, tão fortemente vinculada aos ajustamentos e reorganizações curriculares, na progressão escolar do aluno. Como todos sabemos, a retenção é a principal causa do abandono escolar, que origina nos alunos retidos o sentimento de serem irradiados da possibilidade de desenvolverem relações normais com os seus pares de idade, contribuindo para a vivência de um sentimento marcante de incapacidade e incompetência.

Só uma avaliação adequada, atenta à diversidade e ao alargamento dos momentos, instrumentos e procedimentos avaliativos, que compreenda uma maior participação de professores e alunos, centrada no processo e no desempenho, contextualizada, participativa e reflexiva e menos normativa, pode possibilitar a cada aluno, a progressão de acordo com o seu ritmo, proporcionando-lhe as condições de aprendizagem e apoio mais ajustadas.

#### **4.4.2. Família e Comunidade**

Na educação inclusiva o envolvimento e contributo das famílias e da comunidade são decisivos, particularmente, nos planos da participação activa das famílias, da cooperação escola - família e no fortalecimento de relações de confiança mútuas e recíprocas.

Auxiliar as famílias na estruturação e aperfeiçoamento das suas próprias competências e autonomias, é algo extraordinariamente relevante, pois sabemos que a diminuição do stress das famílias está amplamente relacionada

com a melhoria da qualidade das interações no contexto familiar e é factor essencial para o sucesso educativo.

Neste âmbito, não podemos também ignorar que as famílias de grupos minoritários, excluídos ou marginalizados, vivenciam, elas mesmas, a discriminação, quer por parte da escola, quer por parte da comunidade em geral. Desta forma é fundamental que se apoie a educação parental, a participação dos pais nos processos de decisão, a partilha de saberes e vivências em relação aos filhos, a dinamização de redes de suporte familiar, a complementaridade da aprendizagem em contextos naturais, os processos de matrícula e frequência, bem como a formação dos agentes educativos da comunidade.

#### **4.4.3. Colaboração entre Parceiros**

Sendo a aprendizagem um acto social, as actividades proporcionadas por outros serviços (religiosos, desportivos, culturais...), assumem vital importância no processo educativo.

Assim, a articulação de serviços e recursos, baseada na preocupação de proporcionar condições e possibilidades para que os alunos com Necessidades Educativas Especiais tenham acesso a outros tipos de apoio, para além dos que a escola proporciona, implica o reforço da articulação escola-família-comunidade e a estreita colaboração com os departamentos estatais e privados que trabalham nas áreas da saúde, segurança social, lazer e cultura.

*“ (...) Deve ser fortalecida, a todos os níveis, a coordenação entre as autoridades educativas e as que são responsáveis pelos serviços de saúde, emprego e acção social, de modo a garantir-se a respectiva convergência e complementaridade (...).”*In *Declaração de Salamanca, UNESCO, 1994*



## CAPÍTULO II: Os Tempos Educativos Formais e não Formais no Quotidiano das Escolas do 1º Ciclo

### INTRODUÇÃO

Explicar sobre o conceito de tempo é, sem dúvida, enfrentar um conceito muito complexo e ambíguo.

Valerá a pena começar por recordar as palavras de N. Elias, sobre este assunto:

*“ (...) O tempo representa um conceito chave para o pensamento e para a vida, uma categoria de alcance simbólico e material que os homens adquirem e utilizam como meio de orientação e saber (...).”* (Caride, G. 1994:n.º4), Revista *Inovación Educativa*.

Sobre a noção de tempo já Thomas Mann se pronunciou afirmando: *“(...)O tempo não é real. Quando nos parece longo é longo, e quando nos parece curto é curto; mas ninguém pode saber que longevidade tem, nem que brevidade (...). Portanto, o que é o tempo?... Nós percebemos o espaço com os nossos sentidos, através da vista e do tacto perfeitamente! Mas quem de nós pode perceber o tempo? (...)”*. (Caride, G. 1994:2)

Também S. Agostinho questionava: *“(...)O que é o tempo? se ninguém me perguntar, eu sei. Mas se alguém me pedir e quiser que eu explique, já não sei mais(...).”* (Ferrer, O. 1996:14).

Para Ferrer, O. S., “(...) *O tempo é a dimensão universal, necessária e mensurável da sucessão irreversível dos fenómenos*(...)”.(1996:14).

Parafraseando Newton, “ (...) *O tempo é universal, independente e único* (...)”, servindo fundamentalmente de “*bitola*” para medir o universo.

Kant, por seu turno, reconhece uma importância significativa à noção temporal, atribuindo-lhe o estatuto de forma a priori da sensibilidade. O tempo condiciona assim, sem dúvida, o nosso eu, repercutindo-se nas nossas atitudes e nas nossas experiências diárias. Ou seja, a vivência do presente afecta a vivência no futuro e modifica a nossa dimensão humana.

O tempo não é, nem pode ser entendido, como algo imutável e fixo. O tempo medeia um período em que se dá o início de determinada situação e o seu término, dando lugar a um outro acontecimento posterior. Assim, poderemos dizer que o tempo limita acontecimentos ou factos, mas dá continuidade a outros factos ou ocorrências, tornando as situações presentes, em vivências passadas, num futuro próximo, sendo-lhes atribuídos significados diferentes de acordo com as experiências humanas sentidas e vividas.

Estas são apenas algumas das inúmeras definições sobre o tempo, que se completam, mas que não se esgotam, porque também o tempo, em si mesmo, não se limita nem se conclui.

# 1. O Conceito de Tempo numa Perspectiva Histórica e Sociológica

## 1.1. A divisão do Tempo

Para nós, é a sucessão de acontecimentos ou os movimentos que nos conduzem à noção de tempo. A ideia de sucessão dos factos implica, conseqüentemente, mudança, diferenciação, irreversibilidade, temporalidade.

Na realidade, a experiência do tempo é comum a todos os indivíduos e, embora de difícil explicação, é, exactamente, essa experiência que nos permite adquirir a própria noção de tempo. Esta desenvolve-se desde a infância e altera-se consoante a idade, as condições e o meio social e cultural de que fazemos parte.

Mas há muito que a sequência, a simultaneidade e a duração dos fenómenos e acontecimentos nos permitiram quantificar o tempo. Esta quantificação foi, desde logo, imbuída da atribuição de significados mágico-religiosos, embora hoje se desenvolva por processos mecânicos completamente distintos, reconhecendo-se a multiplicidade dos tempos, quer dos indivíduos, quer das sociedades.

O ritmo temporal social é, por exemplo, abordado por Gurvitch como sendo “(...) *uma acentuação das durações e dos intervalos, um equilíbrio desejado entre a continuidade e a descontinuidade entre os tempos(...)*” .(Mercure, D. 1979:268).

É impossível separar as nossas experiências de vida do valor atribuído ao tempo como uma realidade física, biológica e social, pois qualquer referência a essa experiência se relaciona, de imediato, com um determinado momento. É o momento do nascimento, com uma data e hora precisa, é o

momento em que se inicia a escolaridade (...) enfim é o somatório de importantes momentos temporais que regem a nossa história pessoal e colectiva e que a marcam de uma forma distinta.

Como todos sabemos, o tempo condiciona as nossas vidas, as nossas atitudes, as nossas tarefas e, cada vez mais, com o acelerado progresso da sociedade, somos forçados a reequilibrar os nossos ritmos em função dos nossos afazeres. Inúmeras vezes nos debatemos com aquelas frases conhecidas: “*Não tenho tempo...*” “*Estou com pressa...*” e, nesses momentos, verificamos que o nosso dia-a-dia atinge ritmos inexplicáveis que nos pressionam e nos tornam ansiosos.

A “*falta de tempo*” é, na verdade, fruto dos ritmos velozes e da multiplicidade de tempos da sociedade contemporânea, até ao ponto em que há razões suficientes para pensar que a qualidade de vida seria hoje melhor se houvesse uma melhor coordenação dos tempos sociais, isto é, dos tempos dos indivíduos, das famílias e das instituições (Caride, G. 1998:2).

Podemos referenciar como exemplos de factos que marcam os ritmos sociais, os fins-de-semana, os feriados, os aniversários, as festas religiosas ou outras de carácter político, social, económico ou cultural. Assim,

*“(...) A multiplicidade dos tempos sociais tem duas vertentes. Por um lado, a multiplicidade de experiências colectivas dos vários grupos sócio-económicos e sócio-profissionais, que correspondem a vários comportamentos e atitudes face ao tempo, e a outras tantas temporalidades próprias. As diferenças manifestam-se nas maneiras de organizar e dominar o tempo, nas expectativas e projectos. (...)*

*Por outro lado, cada grupo social compõe a sua vida de uma multiplicidade de tempos diferentes que deve ajustar continuamente (...)*”. (Mercure, D. 1979:267).

Para um determinado conjunto de indivíduos, ou até para o mesmo indivíduo, é preciso abranger a complexidade de tempos reais relacionados com diferentes experiências vividas: tempo de trabalho, tempo escolar, tempo familiar, tempo livre ..., formando várias situações temporais com significados e conteúdos diferentes.

Balandier descreve três características principais da temporalidade que ajudam a caracterizar o dia-a-dia dos indivíduos, as quais são: “(...) *A repetição contra o acontecimento, a ruptura contra a repetição e o quotidiano contra o tempo(...)*”. (Santos, M. 1995:100).

A primeira característica diz respeito às regularidades, aos ciclos e à repetição e reprodução de acções diárias, como por exemplo os tempos livres que conduzem ao ritmo semanal ou anual.

A segunda, refere-se à ruptura que ajuda a despertar contra a repetitividade: as férias, as viagens, a modificação do meio social.

Em relação ao terceiro aspecto, este aponta para a importância do dia-a-dia com o intuito de dissimular a privação do próprio tempo e o encurtar da vida.

Assim, a noção de tempo deixou de se reportar a “(...) *um tempo uniforme, inadaptável e mecânico*”, para se referir a um “*tempo subjectivo, multiforme e adaptável(...)*”. (Husti, A.1992:272).

A este propósito, será importante destacar o contributo original de Bergson, quando afirma:

*“(...)Duração significa invenção (...). Quanto mais aprofundamos a natureza do tempo, mais compreendemos que a duração significa invenção, criação de formas, elaboração contínua do absolutamente novo (...)*”. (Husti, A.1992:272).

Bergson legou-nos definições célebres, como esta: “(...) *É necessário que o estado psicológico a que eu chamo meu presente seja ao mesmo tempo uma percepção do passado imediato e uma determinação do passado imediato e uma determinação do futuro imediato(...)*”. (Ferrer, O. 1996:16).

Esta noção de tempo obriga-nos a modificar profundamente a noção de tempo educativo, tornando-a, antes de mais, adequada, eficaz, flexível e dinâmica.

## **1.2. O Tempo Educativo**

No campo educativo, importa reforçar o significado do tempo quer enquanto fenómeno físico, quer enquanto fenómeno social. Em relação ao tempo físico, este corresponde à duração de uma determinada transformação e que pode ser medida. Referenciamos, como exemplo, a duração da transformação (ou transformações) numa organização escolar. No que respeita ao tempo social, também aqui significativo, está especialmente relacionado com uma complexidade de outros “*tempos*” que influenciam a sociedade. Ao abordar o tempo físico, relacionamo-lo com continuidade, infinidade, homogeneidade (...) contrariamente ao tempo social em que surgem a heterogeneidade, a descontinuidade e a transitoriedade das situações.

Podemos ainda dizer que o tempo social é entendido como um tempo múltiplo, uma vez que pode sintetizar diversas experiências em simultâneo.

Entretanto, muitas componentes do ensino sofreram profundas alterações, nomeadamente, a nível dos programas e das metodologias, mas a gestão do tempo educativo, propriamente dita, poucas transformações registou ao longo dos anos.

A estruturação do tempo tem resistido, de facto, à inovação, embora se reconheça, cada vez mais, que a transformação do tempo educativo é fundamental para a evolução do processo ensino-aprendizagem.

A organização curricular em função do ano escolar, do trimestre, da semana ou do dia, é a base corrente de uma boa planificação dos conteúdos programáticos. É importante, todavia, não esquecer os diferentes ritmos de aprendizagem das crianças, bem como os diferentes interesses das mesmas por determinados saberes. Assim, torna-se imprescindível a organização do “*tempo móvel*”.

Na realidade, como é possível distribuir um determinado número de horas para a leccionação de uma determinada temática, sem sabermos quais as condicionantes que vamos encontrar?

Sendo a educação uma das actividades fundamentais da sociedade, é importante que o fenómeno do tempo seja objecto de uma profunda reflexão pedagógica, não só pela forma como é gerido nas nossas escolas - nas actividades lectivas ou noutras igualmente fundamentais - como também pela maneira como é encarado pelos diferentes participantes no processo educativo.

É conhecida a importância que é atribuída pelos professores à existência, por exemplo, de um calendário escolar rígido, onde conste a carga horária relativa às actividades curriculares e extra-curriculares, para se poderem estabelecer metas a alcançar no processo de ensino-aprendizagem, conseguindo-se, deste modo, um maior rendimento dos alunos.

Mas, não estaremos a relegar, assim, para segundo plano as necessidades e os interesses de cada criança? Não seria mais benéfico a existência de um calendário escolar que pudesse prever alterações, devidamente justificadas, de modo a responder aos mais diversos anseios, curiosidades e interesses dos alunos?

Pensamos, inclusive, que a gestão do tempo educativo efectuada pelos próprios professores do ensino básico (1º Ciclo) dentro da sua escola, dentro da sua sala de aula, é, sem dúvida alguma, a melhor forma de aumentar os níveis de rendimento e de aprendizagem das crianças, em oposição a calendários escolares pré-definidos, inflexíveis e, por isso mesmo, irreais.

A organização dos tempos educativos deve, em todas as circunstâncias, obedecer a uma metodologia coerente que tenha em consideração as vertentes sociais, culturais e pedagógicas.

### **1.2.1. A Organização e Gestão dos Tempos Educativos**

Em educação, o tempo é fulcral para a actividade de ensinar. Por isso,

*“(...) a organização do dia, da semana e do ano escolar, o ritmo da progressão das matérias estão intimamente relacionados com os princípios pedagógicos, biológicos e sociológicos desse ensino. Existem ligações profundas entre método, projecto pedagógico e gestão do tempo (...)”.* (Gestão Flexível do Tempo Escolar, M. Educação, 1993:15)

A escola planifica e gere pois, os seus espaços e os seus tempos, marca os ritmos de aprendizagem de acordo com os objectivos e os horários programados. Mas, nem sempre esta gestão é pacífica, pois, quando se pretende, por exemplo, introduzir novas matérias respeitantes ao currículo oculto, encontramos ainda hoje uma estrutura rígida e inflexível.

Verifica-se que a uniformidade não pode, de forma nenhuma, ser uma característica do processo ensino-aprendizagem. É fundamental que se criem tempos flexíveis para dar resposta aos fenómenos criativos e inovadores, tendo em vista as naturais diferenças de cada aluno. A escola não pode ser uma organização fechada e vinculada ao sistema tradicional. Compete-lhe acompanhar as modificações sociais, económicas, políticas e científicas.

*A inflexibilidade da gestão burocrática “(...) oferece aos indivíduos uma confortável combinação de independência porque não pede mais do que uma atitude formal, de segurança, porque funciona através da rotina. Tudo aí está codificado e a regra do jogo é conhecida e aceite, as transformações são extremamente lentas e não acontecem alterações inesperadas (...) A função profunda da rigidez burocrática, pode-se analisar em última instância como uma função de protecção(...)”.* (Husti, A.1993:17-18).

Reflectir sobre o tempo educativo implica, necessariamente, uma análise sobre o tempo organizado pela escola enquanto instituição, não desvalorizando o factor de particularidade que cada aluno representa, enquanto sujeito integrado nessa mesma instituição.

Esse tempo rege-se, como vimos, por um calendário escolar - a que corresponde o ano lectivo - que é subdividido, no âmbito do 1º ciclo do ensino básico, em trimestres ou períodos escolares, meses, quinzenas, semanas e dias lectivos. Este calendário escolar é, por sua vez, condicionado ainda por factores sociais, culturais, políticos, religiosos....

Torna-se fundamental gerir o tempo educativo assim estabelecido, tornando-o rendível e flexível embora tendo em consideração, inevitavelmente, os feriados nacionais, regionais, as festas religiosas (Natal e Páscoa) e outras datas marcantes. A boa organização formal e funcional dos tempos educativos contribuirá, certamente, para uma melhor planificação efectivamente pedagógica dos conteúdos programáticos e, por consequência, para uma melhor qualidade de ensino. Importa, isso sim, considerá-la prioritária.

### **1.2.2. Os Tempos Educativos Curriculares e Extra-Curriculares**

Em relação ao 1º Ciclo do Ensino Básico, os dias lectivos englobam, como se sabe, os tempos educativos curriculares e os tempos educativos extra-curriculares que, embora sujeitos a uma calendarização específica, podem ser geridos com alguma flexibilidade.

Por tempos educativos curriculares entendemos o tempo destinado à leccionação de conteúdos programáticos, ou seja, o tempo do processo de ensino-aprendizagem. No que respeita ao 1º Ciclo, o tempo lectivo é de 25 horas semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira.

A cada dia lectivo correspondem cinco horas que poderão ser cumpridas em regime normal ou em regime duplo. Conforme legislação em vigor, o regime normal reparte-se por dois turnos: o período da manhã, que se inicia às 9 horas e termina às 12 horas - com um intervalo a meio da manhã, com a duração de 20 minutos - e o período da tarde, que tem início às 14 horas e termina às 16 horas, com um intervalo de 15 minutos.

O regime duplo corresponde a um período contínuo de cinco horas lectivas, cumprido de manhã ou de tarde e distribuído da seguinte forma: no turno da manhã, as aulas começam às 8 horas e terminam às 13 horas, com um intervalo de 30 minutos. O turno da tarde inicia-se às 13 horas e 15 minutos e termina às 18 horas e 15 minutos, igualmente com um intervalo de 30 minutos.

É importante salientar que o regime duplo poderá sofrer eventuais alterações, sempre que as condições do meio envolvente, incluídos aqui os «horários de Verão» e os «horários de Inverno», o justifiquem.

No decurso das cinco horas previstas para a leccionação das actividades curriculares, estão previstos intervalos ou períodos de lazer a que vulgarmente chamamos tempos de recreio ou tempos de descanso.

Após um período de concentração e atenção, a criança necessita de um tempo de descanso – ou de recreio – para poder libertar todas as suas tensões, ansiedades e recuperar as energias físicas e espirituais, obtendo melhor rendimento escolar. É também um tempo com valor pedagógico e educativo próprio.

### **1.3. Ocupação dos Tempos Educativos Extra-Curriculares**

Desde há muitos anos que se vem fomentando a importância dos tempos livres no quotidiano das sociedades desenvolvidas, com o objectivo, não só de rentabilizar mais a produção laboral, como também de proporcionar aos indivíduos uma maior disponibilidade para a aquisição de outros saberes igualmente fundamentais na construção da sua própria identidade.

Daí que o tempo livre (ou o tempo de lazer) seja, mais do que um direito, uma necessidade para a qualidade de vida dos indivíduos e das sociedades. Por esta razão, consideramos que a utilização deste tempo deve também ser apreendida, para que as pessoas usufruam de momentos que contribuam para a sua satisfação e realização pessoal. De facto, confrontamo-nos, inúmeras vezes, com um conjunto de pessoas que não sabem como ocupar os seus tempos livres, acabando por criar conflitos consigo próprias e com os outros. Daí, afirmarmos que a utilização deste tempo livre deva ser considerada na escola, permitindo uma maior convivência e uma melhor vivência, obtendo um maior prazer da vida.

*“(…) Esta formação ou educação, a que se confere a tripla missão de educar no tempo livre, educar para o tempo livre e educar mediante o tempo livre encontrou na pedagogia do ócio a sua principal via de sistematização: uma pedagogia que tem como cenário o tempo livre das pessoas com o objectivo de construir aprendizagens, favorecer a criação e a diversão, ampliar os projectos culturais, incrementar a*

*participação social e desenvolver a própria personalidade, em relação a cada sujeito e no interior de cada sociedade (...)*  
(Caride, G. 1998: 3).

Vulgarmente, admite-se que lazer e tempo livre não possam ter o mesmo sentido, pois o termo lazer ultrapassa a simples disponibilidade de tempo livre, conduzindo-nos não só para as actividades ou experiências vivenciadas no tempo livre, mas também para a satisfação e significado que estas mesmas actividades ou iniciativas representam para cada um de nós. Ou seja, não é tão importante o número de actividades realizadas ou o género das mesmas, mas o grau de satisfação ou prazer que estas podem dar a quem as pratica. A pedagogia do ócio é decisiva nos meios urbanos, em que há maior necessidade de intervenção de educar para o tempo livre, com recurso a variadíssimas estruturas como sejam as ludotecas, os parques infantis, os clubes e outras instituições concebidas e organizadas para o divertimento e para a socialização das crianças.

Hoje em dia, é cada vez mais perigosa a utilização da rua ou dos passeios públicos para as crianças brincarem livremente, tendo em consideração a redução dos espaços circundantes às urbanizações que se desenvolvem desregradamente, esquecendo os espaços de lazer para os seus moradores.

É importante referenciar a *Carta Internacional para a Educação do Ócio* (1993), quando considera que se trata de uma “(...) *área específica da experiência humana, com os seus benefícios próprios, entre eles a liberdade de eleição, a criatividade, a satisfação, o desfrutar e o prazer e uma maior felicidade; que compreende formas de expressão ou de actividades amplas com elementos que são de natureza física e intelectual, social, artística ou espiritual (...)*”. (Caride, G.1988: 5).

A *Carta Internacional para a Educação do Ócio* (1993), refere as famílias, as comunidades locais e as escolas, como as pioneiras na construção

de espaços para o lazer, de forma a criar estruturas que concorram para uma melhor qualidade de vida, através da satisfação, prazer e felicidade de cada indivíduo.

Este documento, aprovado em 1993, atribui ao ócio um significado especial, considerando-o como um direito humano básico, semelhante a outros direitos do homem, como sejam: o direito ao trabalho, à saúde, à educação.... Propõe ainda que, para o seu desenvolvimento, se deveriam salvaguardar as condições fundamentais da vida, tais como: a alimentação, a segurança, a igualdade social e tantas outras. Aponta algumas estratégias, como por exemplo: identificar os conteúdos programáticos sobre o tema do ócio, nos diferentes planos curriculares e extra-curriculares; introduzir disciplinas que sejam adequadas e significativas para o estudo do ócio e incluir esta temática em todas as actividades educativas e culturais, escolares e não escolares. No que concerne à metodologia utilizada, a *Carta Internacional para a Educação do Ócio* defende que a mesma deve contemplar a criatividade, a animação, a experiência pessoal...

Como todos sabemos, a maior parte das crianças tem as suas primeiras experiências de tempo livre, junto das famílias, particularmente dos pais. Na verdade, o tempo livre das crianças depende, na grande maioria, do tempo livre dos pais. E, é nos fins-de-semana ou nas férias que se desenvolvem, com mais frequência, actividades ou experiências que proporcionam momentos de prazer e satisfação a todos os membros da família. É neste âmbito que a educação do ócio desempenha a sua tarefa, possibilitando a cada membro da família, o desenvolvimento de diferentes actividades, de acordo com os interesses e as vontades de cada um. Ou seja, podendo partilhar o mesmo espaço e a companhia de todos, cada membro da família pode, em princípio, ocupar o seu tempo livre como mais lhe agrada, sem impor ao outro a sua vontade. É fundamental que os pais não imponham aos seus filhos um programa artificial e autoritário, de actividades que não os satisfaçam, correndo o risco de criarem conflitos indesejáveis para ambas as partes.

Verificamos ainda que existem diferentes tipos de ócio, de acordo com as várias experiências, os múltiplos espaços e as diversas actividades preferenciais de cada família. Assim, enquanto determinada família gosta, por exemplo, de passar as suas férias na praia, desenvolvendo actividades desportivas, outras há que preferem ocupar esse mesmo tempo em viagens, conhecendo outras terras, outros povos, outras culturas. Este tempo é igualmente fundamental para que se reencontre o equilíbrio familiar, inúmeras vezes, deteriorado ao longo do ano, com a rotina diária a que todos estamos sujeitos.

No que concerne às comunidades locais, estas poderão também contribuir para uma melhor qualidade de vida das pessoas, promovendo iniciativas colectivas e criando associações ou clubes que visem uma melhor integração das populações no meio em que vivem, tendo em consideração as suas preferências desportivas, culturais, recreativas....

Mas, também à escola compete estimular, nas crianças, a prática destas actividades de forma a possibilitar-lhes uma melhor formação pessoal e social.

A este propósito, (Caride, G.1988:8) afirma:

*“(...) Nas escolas, os objectivos relativos a um tempo de ócio (incluindo os que formam parte da rotina académica: descansos, recreios, actividades complementares, extra-escolares e extra-curriculares) devem conseguir-se através do desenvolvimento de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades, ... que procurem uma integração harmoniosa das dimensões físicas, cognitivas, afectivas, etc., que estão presentes na configuração da personalidade dos alunos (...). Por outro lado, a implementação da educação do ócio nas escolas deve contar com pessoal variado: professores, orientadores, monitores, educadores, animadores... dentro e fora das escolas (...).”*

Paraphrasing Trilla, J.(1997) “ (...) *educar no tempo livre e educar para o tempo livre são conceitos diferentes (...)*”. São conceitos que se complementam e se ajustam perfeitamente.

Também, para Capdevila, M.L. (2008:57), “(...) *As actividades de ócio na escola, escolhidas voluntariamente (sejam ou não induzidas pelos pais,), têm de produzir satisfação, gosto por participar nas mesmas, ao mesmo tempo que têm que ser educativas e adquirir hábitos que possibilitem práticas benéficas para o indivíduo e para a comunidade, a fim de conseguir que sejam um factor essencial da educação integral (...)*”.

É fundamental que os professores e os educadores ensinem os seus alunos a gerir e planificar o seu tempo livre conscientemente, alertando-os para o perigo da vasta propaganda existente sobre a ocupação dos tempos livres.

Sintetizando, podemos afirmar que os princípios gerais de uma intervenção educativa, em situações de ócio, se baseiam principalmente em respeitar o tempo livre de cada indivíduo, favorecer o aparecimento de momentos de ócio e contribuir para a existência de conteúdos lúdico-pedagógicos nos vários tipos de actividades que se desenvolvem ao longo do tempo educativo, otimizando a relação educativa entre os seus intervenientes, valorizando o diálogo e o respeito mútuo.

### **1.3.1. A Importância do Tempo de Recreio**

“ (...) *O recreio profundamente absorvente parece ser essencial a um desenvolvimento mental perfeito. As crianças que são capazes de se entregar assim tão intensamente ao recreio são aquelas que mais provavelmente virão a dar boa conta de si quando forem crescidas (...)*”. (Gesell, A.1977:376).

A necessidade de recreação que os alunos têm, algumas vezes, pode por si só, funcionar como motivação e é razão suficiente para conceder ao recreio a importância pedagógica que parece ainda lhe ser negada.

O tempo de recreio não pode ser visto apenas como o momento de divertimento da criança em que o professor não intervém, nem o utiliza como tempo/espaço pedagógico.

O tempo concedido ao recreio era (e ainda continua a ser) considerado, pela escola tradicional, com um tempo pouco relevante. Neste espaço temporal pouco ou nada se aprendia. Era um momento em que o professor não existia, pois não podia deixar o seu *status* para se integrar num jogo ou brincadeira desenvolvidos no recreio.

Contudo, as aprendizagens das crianças não se restringem ao tempo do professor, porque aprendem também no seu próprio tempo, que é por elas gerido e estruturado, dando, por várias vezes a conhecer competências intrínsecas de liderança, de criatividade e de solidariedade.

Felizmente, hoje em dia, há já uma maior consciencialização da importância do recreio. Compreende-se de uma forma mais coerente, que o recreio não pode ser desprezado, e tem de ser entendido como um espaço pedagogicamente importante, como um espaço e tempo fundamental para se obter um equilíbrio físico e intelectual dos alunos.

Quando questionamos uma criança sobre se gosta de ir ao recreio, na maioria dos casos, responde-nos afirmativamente. Se assim é, por que razão não possibilitar que este espaço e tempo desejados sejam criativamente aproveitados?

Assim, o tempo de recreio permitirá responder melhor aos anseios da criança, quer a nível físico, quer psicológico, impedindo que a escola no seu todo represente para si, enquanto aluno, um peso difícil de suportar.

Actualmente, nos horários em regime normal, uma criança inicia o seu dia escolar cerca das 9 horas da manhã e termina-o às 17 horas e 30 minutos. Como é óbvio, esse tempo não é completamente preenchido com actividades lectivas. Pelo meio, existem três interrupções com finalidades precisas. A maior decorre entre as 12 horas e as 13 horas ou 13 horas e 30 minutos (dependendo do critério da escola em questão que pode preferir conceder um maior ou menor período de tempo aos alunos e professores para almoçarem).

A interrupção a meio da manhã é menor e ocorre normalmente por volta das 10 horas e 30 minutos com a duração de 20 minutos, que corresponde ao tempo do recreio.

No período da tarde, está prevista uma breve pausa de 15 minutos, mas que nem sempre é cumprida, pela maioria dos professores, pelo facto deste período da tarde ter apenas a duração de 2 horas. Após o término das aulas, as crianças preenchem o restante tempo com as denominadas “Actividades de Enriquecimento Curricular”.

Tal como afirma Araújo, M.J. (2009:119) *“(...) Se as diversas actividades que são propostas às crianças no seu “Tempo Livre”- que é o tempo que fica depois das aulas na escola -forem actividades lúdicas, que vão ao encontro da sua vontade e interesse, em que elas podem escolher o que fazer (umas gostarão de pintar, outras de ter música, outras ainda de fazer outras coisa), penso que isso é muito positivo. No entanto, se forem demasiado orientadas, se as crianças forem obrigadas, torna-se muito cansativo. O problema pode não ser só as actividades que se realizam em excesso de orientação, mas sim ser essa metodologia a prevalecente em todas as actividades (...)*”.

A recreação é fundamental como forma de relaxar ou descontrair, pois, quando alguém desempenha uma tarefa que exige um maior esforço físico ou psíquico, precisa de tentar recuperar as forças dispendidas, o que faz com que o tempo livre não possa ser entendido como algo supérfluo, mas sim como uma necessidade, entre outras.

O tempo de recreio, nomeadamente, ao ar livre, é o momento em que a criança pode exteriorizar livremente tudo o que lhe der prazer. Pode gritar, saltar, correr, rir, escorregar... enfim pode fazer tudo o que não lhe é permitido realizar durante o tempo lectivo. É um alívio de tensão nervosa, uma descarga de emoções, é a recuperação de forças psíquicas através da descontração, pelo jogo, pelo diálogo livre, pelo desporto.

Por outro lado, neste tempo de recreio a criança é posta em contacto com situações novas que acontecem espontaneamente e que a conduzem à descoberta. No recreio, a criança aprofunda o desenvolvimento da sua oralidade e desenvolve mecanismos de socialização horizontal.

### **1.3.2. As Actividades Lúdico - Pedagógicas nos Tempos Educativos Extracurriculares**

Ao abordarmos o sentido da palavra *recreio* é implícito falarmos no *jogo*, pois este é fundamental para o desenvolvimento e maturação da criança. O jogo é, por si só, algo altamente social, uma vez que é através da actividade lúdica, que a criança se apercebe de muitos dos aspectos da realidade que a cerca e encontra, também, uma forma dinâmica de aprendizagem. Deste modo, a criança descobre o mundo e integra-se na sociedade experimentando e crescendo por si própria.

É importante referir que se a necessidade de brincar não for satisfeita na infância, poderá vir a condicionar o comportamento em adulto.

Assim, estando de acordo com a *Declaração do Instituto de Apoio à Criança*, sobre a criança e o direito de brincar, referimos que é “*através do universo mágico do brincar, que a criança se inicia na vida social seguindo o seu próprio processo de maturação. No jogo de expressão corporal a criança estrutura a harmonia da sua personalidade única. Contudo, cada vez mais, a vida das crianças é organizada em função dos deveres escolares...*” (Dinello, R. 1997).

Uma personalidade estruturada, implica a vivência de uma infância saudável, em que se brincou “ (...) *uma criança que não sabe jogar, é «um pequeno velho», é um adulto que não saberá pensar (...)*”. (Chateau, J. 1967).

E é precisamente no tempo de recreio que devemos deixar que a criança jogue e experimente um vasto conjunto de sensações que lhe permita confrontar-se com a realidade em que vive, criando mecanismos de relação próprios para se integrar na sociedade.

Ao mesmo tempo que se confronta com o outro, colabora-se com ele. Jogar contra o outro é sempre jogar com o outro e um adversário no jogo significa um parceiro. Podemos dizer que, através do jogo, há uma construção recíproca das personalidades em causa e, conseqüentemente, um acto de socialização. No desempenho de qualquer tipo de jogo, a criança busca uma forma de afirmar o seu *Eu*.

O prazer que a criança sente ao realizar o jogo é idêntico ao de um artista adulto quando cria a sua obra de arte. Mas, há uma diferença entre ambos - o tempo - pois, enquanto o adulto se orgulha da sua obra durante toda a vida, a criança esquece mais depressa o prazer de ter ganho o jogo.

Mas o jogo representa, para a criança, de alguma maneira, o mesmo que o trabalho representa para o adulto. Assim, por exemplo a criança sempre que realiza uma actividade lúdica com sucesso sente-se “*envaidecida*”.

Ao jogar, a criança testa a sua personalidade e impõe-se a si própria. Ao impor-se está a libertar-se e a criar condições propícias para a realização de outras actividades, nomeadamente, as escolares.

Os jogos tradicionais, sobretudo, porque profundamente enraizados na cultura de um povo, têm grande valor educativo. Para além do desenvolvimento psicomotor que proporcionam, transmitem também as normas, as regras e a visão do mundo de uma dada sociedade.

Todo o jogo é um espaço e um tempo de lazer. Mas, se o lazer é frequentemente encarado como uma inactividade, com o jogo isto não acontece. Numa perspectiva educativa, o lazer está mais próximo do descanso do que o jogo.

Podemos, deste modo, concluir que o tempo educativo se estende, naturalmente, para além do trabalho lectivo já regulamentado, e que, por isso mesmo, deverá ser respeitado pelos adultos que teimam em encontrar soluções para os seus próprios problemas / interesses, em detrimento de uma necessidade das crianças que para além de ser um direito fundamental, também se afigura como um factor fulcral para o sucesso escolar.

## **CAPÍTULO III: A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular e a Escola a Tempo Inteiro**

### **INTRODUÇÃO**

Integrada que está na comunidade, a escola pode e deve ser factor de inovação e desenvolvimento, contribuindo de forma inequívoca para a consciencialização da identidade cultural de um povo.

A acção educativa deve ser pensada cuidadosamente, deve interrogar-se sobre os seus resultados, deve mesmo questionar-se para se aperfeiçoar.

Sendo os tempos de lazer tão importantes na vida das pessoas, porque se valoriza tão pouco o tempo de recreio das crianças? Achamos que a formação para ser completa deverá valorizar não só a educação formal, mas também a educação não formal.

Mas, o que é a educação não formal? Existem, como todos sabemos, variadíssimas definições para caracterizar a educação não formal, tal como existem para caracterizar a educação formal e informal. Em nosso entender, a educação não formal corresponde a um processo de intenções, que visam alcançar determinados objectivos com o intuito de uma melhor e mais rica formação pessoal, em todas as dimensões do ser humano.

Segundo Sola, T. y López, N., (1998:253) “(...)Entende-se por educação não formal, aquela que se distribui ou leva a cabo em instituições ou organizações paralelas, as aprendizagens conhecidas como regulamentadas em duas grandes etapas, não universitária e universitária”. (...) A aprendizagem não formal constitui uma esperança um tanto utópica de solução

*para os problemas educativos e a crise pela qual neste momento atravessa o ensino (...)*”.

É pois fundamental que se alargue o campo de intervenção educativa, tendo em consideração os diferentes problemas sociais, culturais, económicos, políticos e religiosos.

De acordo com Martín, Q. y Cerrillo, M. (1998:67), “ (...) *A organização que sobressai dos contextos de educação formal é menos aberta do que a que sobressai dos contextos de educação não formal, enquanto esta não pode ser modificada com a mesma facilidade, sendo possível alternar apenas dentro de determinados parâmetros prefixados, os contextos de educação não formal podem modificar-se facilmente em novos e diversos cenários para uma maior variedade de aprendizagens, geralmente pouco estruturados (...)*”.

Normalmente, atribui-se à educação não formal as actividades que ocorrem fora da escola ou das instituições escolares, cabendo a estas apenas a educação formal.

No entanto, não estamos de acordo, pois, dentro da escola, deverão existir espaços e tempos que consagrem a educação não formal, tais como os clubes, os cursos de teatro, as actividades desportivas, que já atrás referenciámos como fundamentais para o desenvolvimento harmonioso das crianças. Felizmente, nos últimos anos temos vindo a assistir a esta mudança, que julgamos ser crucial, pois é uma forma da escola poder proporcionar a todas as crianças a igualdade de oportunidades, diminuir custos com a utilização de diferentes espaços e equipamentos e simultaneamente melhorar o rendimento escolar dos alunos, tendo em consideração a diversidade dos contextos escolares.

É extremamente difícil senão impossível dissociar a educação formal da educação não formal, pois ambas se complementam e se inter-relacionam, funcionando com formas próprias e distintas, mas não compartimentadas e estanques. Se tentarmos encontrar características comuns entre ambas,

podemos rapidamente verificar que quer numa, quer noutra, existem estruturas e métodos específicos.

De acordo com Sola, T. y López, N. (1998:267) as características comuns entre a educação formal e a não formal, são as que podemos analisar no quadro seguinte:

<b>Educação Formal</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Organização</li><li>- Sistematização</li><li>- Financiamento com fundos públicos</li><li>- Regulamentação estatal ou autónoma</li><li>- Estudos ou títulos prescritivos ou promocionais</li><li>- Intencionalidade clara com objectivos precisos</li><li>- Objectivos referidos a um amplo sector da população, nacional ou local</li></ul>
<b>Educação não Formal</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Organização</li><li>- Sistematização</li><li>- Financiamento de diferentes precedências (pública ou privada)</li><li>- Regulamento de acordo com as normas da organização ou instituição</li><li>- Não prescritiva</li><li>- Intencionalidade em função do contexto</li><li>- Objectivos referidos a um contexto determinado</li></ul>

**Quadro n.º 2 - Características comuns entre a Educação Formal e Não Formal**

Segundo, Belle, T. J. (1980;1982) e partindo do pressuposto que a educação formal, não formal e informal são inseparáveis, este autor defendeu um modelo que nos elucida como todos estes tipos de educação sofrem interferências mútuas. Afirma ainda, que numa escola em que está instituído o modelo educativo formal, podem ser introduzidas variadíssimas actividades com características não formais como, por exemplo, as actividades extra-curriculares, ou ainda actividades informais, que não são organizadas nem planificadas e ocorrem entre o grupo de iguais.

É na educação não formal que podemos preparar as crianças para viverem bem os seus tempos livres, daí falar-se, cada vez mais, numa *pedagogia dos tempos livres*. Mas, para formarmos verdadeiros pedagogos, verdadeiros agentes de educação, é preciso proporcionar-lhes uma prática pedagógica integral, em que adquiram conhecimentos científico-pedagógicos não só para leccionarem dentro de uma sala de aula, como também para serem professores a tempo inteiro, actuando correctamente nas mais diversas situações que ocorrem no quotidiano de uma escola.

## **1. A Escola de Ontem e a de Hoje**

Tendo em conta as carências dos alunos de hoje, a educação dita tradicional e expositiva já não é capaz de acompanhar devidamente os nossos educandos. Sendo assim, é preciso transformar a escola tradicional, onde o professor titular era o único gestor, onde os alunos nada podiam dizer e onde apenas lhes competia ter sucesso sem interromper ou questionar o docente. Desta forma, exige-se um maior envolvimento por parte dos discentes quer a nível de trabalho de grupo quer a nível individual. Numa escola desta natureza, os alunos podem interrogar, questionar, interromper, contactar e manipular o objecto de estudo, entre outros. Em suma, espera-se uma mudança de mentalidades onde o aluno passa a ser o centro das atenções em detrimento do professor.

O projecto “Escola a Tempo Inteiro” tem como princípios fundamentais: sair, observar, criar, imaginar, jogar, divertir, manipular, interrogar, reflectir, formular hipóteses, tirar conclusões, provar, dar alternativas, entre outros. Desta forma, pretende-se que a escola transcenda a sala de aula, não se limitando ao espaço do edifício onde se encontra a instituição escolar e se relacione com o meio envolvente e com a comunidade escolar, ou seja ambiciona-se uma escola inovadora voltada para o futuro e para as necessidades específicas de cada aluno.

No entanto, acreditamos que um dos obstáculos a esta prática é a resistência dos professores à mudança. De facto, muitos docentes recusam-se a ver o mundo de forma clara e objectiva, o que impede a diferenciação pedagógica, aspecto imprescindível para o bom funcionamento do sistema educativo. É importante que vejamos cada aluno de forma distinta para poder ao encontro das suas necessidades educativas. Somente desta forma poderemos conduzir os nossos alunos para o caminho de uma aprendizagem

real, estimulando em cada um deles o gosto pelo conhecimento e pela ambiciosa vontade de saber cada vez mais.

Competirá, assim, a cada docente ser perspicaz ao ponto de cativar os educandos e ser cativado pelos alunos, pois o processo de ensino aprendizagem é, a nosso ver, uma relação recíproca. Cremos que se esta relação for bem conduzida, quer os alunos, quer os professores poderão aprender uns com os outros. No entanto, admitimos que existem bons professores capazes de levar a termo esta tarefa. Caber-nos-á fazer a diferença e ser agentes de mudança. Mudança que deverá ser feita em proveito dos nossos alunos, desenvolvendo todas as competências do ser humano ao mesmo nível.

Assim sendo, em 2006 foram implementadas em Portugal as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC's). No entanto, esta prática, no nosso país, está bastante aquém de outros países membros da União Europeia, e tem sido motivo de alguma instabilidade quer nas escolas e agrupamentos, quer no seio familiar.

Mas a que se deverá esta inquietação? Por que razão pais e professores questionam tanto esta nova directiva? Será que este tem sido um projecto viável? Como é que este projecto está a ser posto em prática? Quais são as condições necessárias para o seu sucesso? O que quererá o Ministério da Educação com este projecto? Que esperarão os pais deste novo Projecto?

Tentaremos responder, entre outras, a estas questões que são, a nosso ver, pertinentes, através da análise dos Despachos n.º 12591/2006 e 14460/2008, procurando entender os seus princípios e objectivos.

Com a implementação deste projecto, o Governo acredita que desta forma, poderá não só melhorar o rendimento escolar dos nossos alunos, como também fazer face ao insucesso e abandono escolar.

### **1.1. A Implementação do Despacho n.º 12591/2006 para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro**

A elaboração deste trabalho científico tem por base o Despacho n.º 12591/2006, de 16 de Junho, que foi efectivamente o primeiro documento oficial a ser produzido sobre esta temática.

Este diploma regula a realização das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC's), para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Assim, segundo este diploma, consideram-se Actividades de Enriquecimento Curricular todas aquelas que incidam sobre domínios desportivos, tecnológicos, científicos, artísticos, tecnologias da informação e comunicação, ligações da escola com o meio, solidariedade e voluntariado e, por fim, sobre a dimensão europeia da educação. Estas actividades são de frequência facultativa e gratuita e não se podem sobrepor à actividade curricular diária.

Dentro destas Actividades, as correspondentes às de Apoio ao Estudo e ao Ensino do Inglês, têm que ser incluídas obrigatoriamente nos planos de actividades dos agrupamentos de escolas.

No entanto, os planos podem integrar outras Actividades de Enriquecimento Curricular, tais como:

- Ensino de outras línguas estrangeiras;
- Ensino da música;
- Actividade física e desportiva;
- Outras expressões artísticas;
- Outras actividades que incidam nos domínios identificados.

## **1.2. Caracterização das Actividades de Enriquecimento Curricular, suas especificidades e algumas considerações daí decorrentes**

### **1.2.1. O Apoio ao Estudo**

Esta área, que é de carácter obrigatório, tem uma duração semanal de 90 minutos, e é orientada pelo professor titular de turma, destinando-se à consolidação dos conteúdos abordados durante o tempo lectivo e à realização dos trabalhos de casa, bem como à aquisição de hábitos de estudo o que pressupõe que os alunos possam beneficiar dos recursos e equipamentos didácticos presentes na escola, assim como do apoio dos professores do agrupamento.

É, através destes princípios, que o Governo afirma que está assegurada a igualdade de oportunidades, pois todos os alunos têm acesso aos computadores, às bibliotecas ou aos dicionários presentes e disponíveis nas instituições.

Todavia, a obrigatoriedade desta área levantou diversas questões e problemas. Entre estes, realça-se o facto dos professores titulares terem de permanecer mais 90 minutos nos estabelecimentos escolares sem remuneração acrescida. Este aspecto diminui o princípio do tempo, estabelecido em lei, destinado à planificação das aulas. Segundo os professores titulares, o tempo disponibilizado para planificar aulas apropriadas, dinâmicas, motivadoras e enriquecedoras passou a ser insuficiente. Assim, os docentes queixam-se da falta de tempo para o que é, segundo eles, realmente importante: a planificação consciente e efectiva das cinco horas diárias de aula.

Por outro lado, na perspectiva dos pais, não poderemos nós dizer que esta medida provoca ainda mais o distanciamento da família?

Para responder a estas questões citaremos Polin, R., (1993) “(...) *A crise no ensino não é senão o reflexo da desordem actual das nossas sociedades: dissolução do sagrado, enfraquecimento dos valores fundamentais da cultura ocidental, desagregação dos valores de autoridade cujas dificuldades na escola encontram já a sua manifestação na família. Cada vez mais os pais recusam assumir a responsabilidade que representa o exercício duma autoridade razoável face aos seus filhos (...)*”.

De facto, se por um lado o relacionamento familiar é importante para o desenvolvimento individual da criança, por outro lado, a inserção da mesma na escola, a mediação entre ela e o conhecimento, o relacionamento com os professores e a convivência com os colegas são factores decisivos para o seu desenvolvimento social. Sendo assim, devemos entender a criança como parte integrante de um largo sistema onde cada elemento influencia e é influenciado por outro. Contudo, é de salientar que quanto melhor for a parceria entre a família e a escola melhores serão os resultados obtidos, tendo em conta a formação global do sujeito. Assim, a interacção família/escola deve ser positiva, proveitosa, constante e consciente, pois a vida familiar e a vida escolar são concomitantes, complementares e imprescindíveis para o bom desenvolvimento da criança.

Assim sendo, tendo em conta o principal objectivo de ambas as partes, ou seja, a felicidade e o sucesso das crianças, porque será que a escola e a família não se entendem?

Segundo Paro (2000) “ (...) *Parece haver, por um lado, uma incapacidade de compreensão por parte dos pais a respeito daquilo que é transmitido pela escola. Por outro lado, há uma falta de habilidade dos professores em promover essa comunicação (...)*”.

De facto, os docentes teimam em afirmar que o novo modelo familiar, no qual os pais permanecem pouco tempo em casa, é a fonte do problema que se instaurou nas escolas. Por outro lado, os pais exigem que a escola

desempenhe um papel mais abrangente do que aquele que lhe era tradicionalmente pedido. No entanto, nós diríamos que o problema reside em ambas as partes que tendem a não compreender a outra e a culpabilizá-la pelos maus resultados obtidos.

Com esta atitude, verifica-se que o único prejudicado é o aluno, pois ele acaba por ser esquecido, apesar da educação ser para ele e apenas existir com ele.

De facto, como disse Perrenoud, P. (1995) “(...) *A criança nesta relação assume um papel de “omnipresente ausente” onde as partes em causa se esquecem que a criança é parte da escola e é parte da família(...)*”. Assim, como disse o mesmo autor “(...) *o papel mais tradicionalmente concedido à criança nesta relação é o de carteiro de serviço, alguém que leva e traz recados (...)*”.

Assim sendo, algo tem de ser feito! Caberá, então, às escolas serem promotoras de políticas que fomentem uma maior aproximação das famílias à escola e aos educandos. De facto, os pais podem ser envolvidos de diferentes formas e cabe à escola proporcionar uma diversidade de modalidades de envolvimento parental na educação da criança.

A nosso ver, uma das formas de aproximarmos os pais dos filhos é a partilha das suas experiências, de modo a entenderem as questões envolvidas no seu dia-a-dia, tentando compreender as atenuantes de cada situação.

Cabe aos encarregados de educação desconstruir a ideia de que a escola é o lugar onde os filhos são “descarregados” para aprenderem algo e onde os docentes acarretam com todas as responsabilidades.

Por outro lado, cabe também aos educadores sentirem a escola como um prolongamento do lar e como algo que faz parte do quotidiano da criança, pois a escola é o local onde o aluno se socializa e partilha a sua rotina pessoal.

Sendo assim, os pais devem dialogar com os educandos, promover experiências de aprendizagem em casa como por exemplo, ajudar nos trabalhos de casa, ensinar os filhos a estudar, proporcionar um ambiente favorável ao estudo, ler um livro, ouvir o filho a ler, assistir a diferentes programas de televisão em conjunto, conversar acerca de diversos temas, ir ao teatro, museus, cinema, entre outros.

Em suma, é função dos pais participar e cooperar em todas as iniciativas promovidas pela escola, inculcar o respeito pelo trabalho próprio e pelo dos outros, incentivar a participação da criança em todas as actividades, proporcionar um ambiente de estudo acolhedor, promover hábitos de estudo, mostrar interesse pelas realizações da criança, favorecer um desenvolvimento equilibrado em todas as áreas do saber, de acordo com as suas capacidades, proporcionar um ambiente positivo e, sobretudo, demonstrar à criança que tem o apoio dos pais em tudo o que faz.

Em conclusão, diríamos que a introdução do Apoio ao Estudo como meio de realização dos trabalhos de casa na escola e de criação de hábitos de estudo é uma faca com dois gumes! Se por um lado, possibilita uma melhor interiorização dos conteúdos com a ajuda do professor titular, por outro lado ele impossibilita os pais de acompanharem a progressão das aprendizagens dos seus educandos. Assim sendo, estamos a afastar os pais da vida escolar dos filhos em prol de “uma suposta igualdade de oportunidades”?

#### **1.2.1.1. Avaliação**

A avaliação desta actividade, como em todas as outras, é meramente informativa. Para proceder à avaliação, o docente deve observar as competências adquiridas pelos alunos. Finalmente, far-se-á uma apreciação global, por escrito, de cada aluno.

### **1.2.2. O Ensino do Inglês**

Segundo a Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI), a generalização do ensino do Inglês a alunos do 1º ciclo do Ensino Básico é uma medida educativa vital que permitirá um acréscimo intelectual e afectivo nos alunos.

De facto, o multiculturalismo reina na nossa sociedade e as salas de aula não são uma excepção.

Assim, pretende-se promover o multilinguismo para formar jovens capazes de viver na sociedade actual. Por outro lado, o inglês é cada vez mais uma língua universal, sem a qual não conseguimos sobreviver e comunicar no mundo global em que se transformou o nosso planeta.

Sendo assim, num momento em que as crianças estão a desenvolver as suas primeiras competências relacionadas com a língua materna, verifica-se uma maior disponibilidade para a aprendizagem de outras línguas. Assim, esta aprendizagem feita em escalões etários mais baixos, desenvolve competências e capacidades facilitadoras de uma posterior aprendizagem formal bem sucedida. Nos primeiros anos, devem ensinar-se as diferentes línguas recorrendo a actividades lúdicas e à comunicação oral.

Desta forma, uma questão se coloca: como ensinar uma língua estrangeira a alunos tão pequenos?

A resposta a esta questão foi dada pela APPI que formulou as orientações programáticas para o Inglês no 1º ciclo. Sendo assim, pretende-se que os temas abordados sejam familiares às crianças e que se avance de um mundo mais próximo para um mais distante. Posto isto, abordar-se-ão em primeiro lugar temas como a casa, a escola, a família, os amigos ou as festividades de países com cultura e expressão inglesas.

Uma vez que as orientações programáticas desta Actividade de Enriquecimento Curricular incentivam a integração da Língua Inglesa nos processos de aprendizagem dos alunos, o ensino desta língua permite reforçar conceitos de outras áreas curriculares.

Segundo a Associação Portuguesa de Professores de Inglês, as finalidades da Língua Inglesa no 1º ciclo do ensino básico são variadas, podendo-se destacar entre outras, as seguintes:

- Sensibilizar para a diversidade linguística e cultural;
- Promover o desenvolvimento da consciência da identidade linguística e cultural através do confronto com a língua estrangeira e a(s) cultura(s) por ela veiculada(s);
- Fomentar uma relação positiva com a aprendizagem da língua;
- Apreciar a língua enquanto veículo de interpretação e comunicação do/com o mundo que nos rodeia;
- Promover a educação para a comunicação, motivando para valores como o respeito pelo outro, a ajuda mútua, a solidariedade e a cidadania;
- Contribuir para o desenvolvimento equilibrado de capacidades cognitivas e sócio-afectivas, culturais e psicomotoras da criança;
- Proporcionar experiências de aprendizagem significativas, diversificadas, integradoras e socializadoras;
- Favorecer atitudes de auto-confiança e de empenhamento no saber-fazer;
- Estimular a capacidade de concentração e de memorização;
- Promover o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem;
- Fomentar outras aprendizagens.

Todavia, a APPI afirma que esta medida só terá sucesso se a necessidade de selecção, de formação, de avaliação e de acompanhamento dos professores for salvaguardada.

De facto, perguntamo-nos porque razão a contratação de professores para o Ensino do Inglês no 1º ciclo, não é feita através de um concurso nacional?

E porque razão os professores do 1º ciclo, com qualificações apropriadas, não poderão ser prioritariamente escolhidos para leccionar esta área?

Ou melhor ainda, porque razão não são seleccionados em primeira prioridade, os Professores do Ensino Básico (2º Ciclo), na variante de Português e Inglês, quando esta é considerada uma área em que existe excesso de docentes?

### **1.2.2.1. Conteúdos Programáticos**

As actividades pedagógicas desta actividade de enriquecimento curricular, estão organizadas de acordo com as orientações programáticas elaboradas pela Associação Portuguesa de Professores de Inglês. Estas incidem, como já foi mencionado anteriormente, em temas do mundo da criança, de uma forma superficial, numa primeira fase, e numa fase posterior, de uma forma mais abrangente.

Nos primeiros anos (1º e 2º anos) esta actividade não deve ser muito rígida, devendo basear-se na oralidade e no visionamento de palavras escritas que os alunos acabarão por memorizar.

### **1.2.2.2. Avaliação**

Numa actividade por vezes complexa, como é o caso do Ensino da Língua Inglesa, o aluno não pode ser levado a sentir-se derrotado. Sendo assim, a avaliação elaborada por parte dos docentes deverá ser exclusivamente formativa.

Desta forma, a avaliação deverá consistir em 3 parâmetros:

- Observação;
- Portefólio;
- Auto-avaliação.

O professor deverá observar a turma no seu todo e cada aluno, por si só. É através da observação que o docente pode analisar a capacidade dos alunos para o desenvolvimento de trabalhos individuais, a par, de grupo e a participação nos mesmos. Para organizar e registar as observações, os docentes devem preencher grelhas de controlo de conhecimentos.

### **1.2.3. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no 1º Ciclo**

As tecnologias são uma realidade cada vez mais presente mesmo nos mais elementares actos do nosso quotidiano. Face às constantes inovações científicas e tecnológicas, beneficiando das muitas vantagens que disponibilizam, as tecnologias são cada vez mais fundamentais na nossa escola. Estas desenvolvem, simultaneamente, uma atitude crítica perante as eventuais consequências do seu uso.

Impõe-se, nesta realidade educativa, aprofundar o conhecimento e aplicações das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo educativo.

Os meios de comunicação são uma fonte de enriquecimento de conhecimentos e de abertura para os outros e para o mundo. Eles são os suportes materiais que tornam possível a comunicação entre pontos distantes.

Ao contrário do que se pensava há uns anos atrás, a educação para os media é muito importante para a criança, que desde sempre, foi uma grande comunicadora.

Ela precisa de mexer, de experimentar, de conviver, de brincar, desenvolver o seu imaginário e aprender a lidar com os outros.

A comunicação está na base de toda a vida em sociedade, pois contactamos todos os dias e a todo o momento. É uma troca de compreensão de ideias, de mensagens e de valores relacionados com a obtenção de um conjunto de objectivos.

No sistema escolar, os meios de comunicação podem permitir que os alunos desenvolvam algumas actividades e processos conhecendo melhor a realidade.

O uso pedagógico dos meios de comunicação contribuem para reforçar, nos alunos, determinados métodos e hábitos intelectuais e pedagógicos, e ao mesmo tempo, pode transformá-los em criadores de informação.

À criança, terá que ser dada a oportunidade de, cada vez mais, tornar significativas as suas aprendizagens, através dos media, de as conectar com os seus reais conteúdos, fundamentando de uma forma mais sólida, o seu saber e, sobretudo, a sua estrutura mental. É necessário que a criança aprenda a conhecer, aprenda a aprender, aprenda a fazer, aprenda a saber ser!

### **1.2.3.1. Conteúdos Programáticos**

Pretende-se, nesta área de enriquecimento curricular, que o aluno, ao longo dos 4 anos (1º, 2º, 3º e 4º anos) desenvolva as suas capacidades atingindo alguns objectivos, sendo eles:

- Conhecer o computador;
- Compreender a importância das TIC;
- Conhecer conceitos básicos de informática;
- Criar e editar imagens (desenho);
- Explorar o software de pintura; Internet Explorer; navegação na Internet; processador de texto;
- Criar e gerir ficheiros;
- Adquirir princípios básicos do MS Paint e MS Word;
- Imprimir documentos;
- Conhecer motores de busca; MS Excel; Correio electrónico;
- Conhecer programas de desenho; Web Quest; Microsoft PowerPoint; programa de apresentações básicas; programa de folha de cálculo; editor de imagem e Megalogo.

### **1.2.3.2. Avaliação**

Nesta Actividade de Enriquecimento Curricular, os alunos são avaliados de acordo com o seguinte:

- atitudes e comportamentos;
- participação e empenho na aula;

- autonomia;
- domínio e competências das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

#### **1.2.4. A Actividade Física e Desportiva**

A Expressão e Educação Físico - Motora já faz parte do currículo do 1º ciclo há bastante tempo, ou seja desde 1873. Todavia, desde 2006 que esta prática foi integrada nas AEC's, embora com outra denominação, para que não se confunda com a do currículo nacional. Já noutros tempos, Aristóteles afirmava que a educação era composta por quatro partes distintas: as letras, a ginástica, a música e, por vezes, o destino. A primeira e a última por serem encaradas de uma utilidade tão válida como diversificada e a segunda para formar o valor. Desta forma, a sociedade não pode nem deve descurar esta área perante outras áreas como a leitura, a Matemática ou o Estudo do Meio.

No entanto, a área da Educação Física e Motora tem sido fortemente penalizada pela falta de reconhecimento e valorização por parte da sociedade. A título de exemplo, basta referir que a grande maioria das escolas do 1º Ciclo do Ensino básico, não dispõe de espaços específicos para a realização desta área: ginásios pavilhões polidesportivos, piscinas, campos de jogos exteriores....

Muitos consideram que a não existência da Educação Física e Motora no 1º ciclo não traz grandes problemas, porque nos ciclos seguintes as crianças podem adquirir os níveis de desenvolvimento físico necessários. Na realidade, é um erro crasso que importa ser consciencializado de modo a ser evitado.

Sendo assim, temos de ter em consideração que a prática regular de desportos contribui para o combate ao sedentarismo e, conseqüentemente, à obesidade. De facto, estes dois factores constituem um dos grandes flagelos

da sociedade actual, pois pensa-se que daqui a alguns anos uma em cada duas crianças portuguesas será obesa. A obesidade provém, muitas vezes, da falta de hábitos alimentares adequados e do sedentarismo.

Assim, numa era onde a Educação Física compete com a televisão, com as consolas de vídeo e com a imprensa juvenil é necessário que a escola proporcione a cada criança o contacto com variadas experiências físicas.

É no 1º ciclo do ensino básico que se encontram os períodos sensíveis ao desenvolvimento das qualidades físicas e das aprendizagens psicomotoras fundamentais. O não aproveitamento destes períodos sensíveis poderá, no futuro, revelar carências frequentemente irremediáveis a nível do desenvolvimento físico.

Na Actividade Física e Desportiva, a criança deve realizar experiências que envolvam o seu corpo, reagindo, assim, com maior facilidade aos estímulos do meio envolvente.

A criança, através dos sentidos (visual, táctil e auditivo), vai recebendo informação útil e imagens que posteriormente se converterão em conceitos.

Esta actividade é também, muito importante a nível social, uma vez que através da mesma, podemos reforçar as noções básicas de organização, de respeito pelos outros e o cumprimento de regras.

Quanto mais nova é a criança mais presente deve estar a ideia de jogo, mais diversificada e menos especializada deve ser a sua prática. Contudo, não devemos fazer uma especialização precoce, pois levará, futuramente, ao abandono da actividade desportiva ou à não obtenção de um desenvolvimento global necessário para uma formação desportiva.

Desta forma, o objectivo principal é que a criança venha a ser um adulto com um estilo de vida activa. Para que isto aconteça, a Actividade Física e Desportiva deve constituir uma experiência positiva, que, efectivamente,

suscite boas recordações. Deve, ainda, fomentar o gosto, o querer e a competência na realização das actividades desportivas. Deste modo, a prática deve ser orientada por princípios pedagógicos visando a inclusão, o sucesso e a autonomia.

A Actividade Física e Desportiva tem, como preocupação, conjugar o movimento, o corpo e o jogo. Desta forma, esta actividade está dividida em duas áreas:

A **Actividade Física** é uma área que se destina aos níveis mais baixos de ensino (1º e 2º anos do ensino básico). Esta, pretende um desenvolvimento mais abrangente das capacidades dos alunos. Sendo assim, trata-se de um conjunto de actividades muito diferenciadas e com dificuldades (níveis) diferentes de execução.

A Actividade Física visa um aumento do gasto de energia por parte da criança. Contudo, este dispêndio de energia deverá ser conseguido recorrendo à execução de diferentes actividades (exercícios).

Esta actividade promove a melhoria da condição física, da saúde, do bem-estar e do desenvolvimento psicológico da criança. Estes, são pilares essenciais a uma vida com qualidade.

A **Actividade Desportiva** depende da actividade física e do exercício físico. Contudo, nesta actividade, já existe a competição, onde os alunos se terão que reger por regras universais e onde existe um maior grau de exigência.

A actividade desportiva é fundamental para a criança, uma vez que tudo é um pretexto para jogar. É através do jogo que elas testam as suas próprias capacidades. Nestas actividades, o aluno é confrontado com diversos elementos, sendo eles: a distância, o tempo, o adversário ou contra si próprio.

Cabe ao professor ensinar jogos aos alunos, que permitam uma verdadeira aprendizagem social para que o aluno se conheça a si próprio, aceite os outros e compreenda o porquê das regras e porque têm estas que ser respeitadas. Esta aprendizagem social fará com que o aluno distinga mais facilmente o conceito de cooperação e de oposição.

O jogo deve funcionar como um instrumento que permite o desenvolvimento das dimensões motoras, cognitivas e relacionais, que são a base da personalidade da criança.

#### **1.2.4.1. Conteúdos programáticos**

As actividades físicas devem ser leccionadas, como foi referido anteriormente, aos 1º e 2º anos. Esta área é composta por temas diversificados, dos quais podemos salientar os seguintes:

1. Exploração da Natureza: Descoberta do meio ambiente através da sua exploração;
2. Deslocamento e equilíbrio: Manutenção de uma postura que permita a realização continuada de novas actividades;
3. Rítmicas e Expressivas: Realização de movimentos locomotores, posturais e criativos, através da expressão corporal;
4. Jogos: Abordagem de práticas lúdico-motoras associadas à cultura popular;
5. Com implementos/ instrumentos: Relacionamento específico e intencional entre o praticante e os objectos;
6. Oposição e Luta: Domínio de comportamentos de oposição e confronto corporal.

As actividades desportivas, por sua vez, deverão ser leccionadas ao 3º e 4º anos. Algumas das componentes desta área são:

1. Jogos pré-desportivos: Aquisição de competências que permitam a facilitação da aprendizagem dos jogos desportivos;
2. Andebol: Desenvolvimento de acções motoras e aquisição de habilidades específicas às acções técnico-tácticas;
3. Basquetebol: Desenvolvimento de acções motoras e aquisição de habilidades específicas às acções técnico-tácticas;
4. Futebol: Desenvolvimento de acções motoras e aquisição de habilidades específicas às acções técnico-tácticas;
5. Voleibol: Desenvolvimento de acções motoras e aquisição de habilidades específicas às acções técnico-tácticas;
6. Atletismo: Desenvolvimento das acções motoras básicas: correr, saltar e lançar;
7. Ginástica: Abordagem de destrezas gímnicas: enrolamentos, deslocamentos e posições de equilíbrio;
8. Natação: Adaptação ao meio aquático e abordagem de acções de imersão, propulsão, respiração e flutuabilidade.

#### **1.2.4.2. Avaliação**

A avaliação desta Actividade de Enriquecimento Curricular deve ser feita em três momentos:

**1º Momento:** Avaliação Diagnóstica, efectuada no início do ano lectivo, com o intuito de conhecer globalmente o nível em que cada aluno se encontra.

**2º Momento:** Avaliação Intermédia, com o objectivo de possibilitar ao professor a verificação da evolução dos alunos e se necessário alterar as estratégias de forma a obter o sucesso por parte dos mesmos.

**3º Momento:** Avaliação Final, que visa efectuar uma retrospectiva de todo o trabalho realizado no decorrer do ano lectivo, bem como a planificação do ano seguinte.

### **1.2.5. Expressão e Educação Musical**

A Expressão e Educação Musical já se encontram implementadas nos sistemas de ensino há muito tempo. No entanto, muitos consideram que a forma como esta disciplina era abordada não se adequava às necessidades das crianças. Mas, por que razão se afirma que esta área é essencial para o crescimento da criança?

Por que razão é que as crianças são naturalmente atraídas para a música? Em que domínio do desenvolvimento da criança, a Expressão Musical a faz crescer?

Como poderá um professor abordar esta área?

Será que os docentes estão preparados para leccionar a Expressão e Educação Musical a crianças de 6 anos?

Todas estas questões são válidas e as suas respostas indispensáveis para futuros e actuais docentes. De facto, se tivermos em consideração a presença da música na nossa vida, como poderá um docente ignorar esta área do saber?

Iremos, de seguida, abordar a temática da importância da música para as crianças e de que forma estas a assimilam. Quando ainda se encontram no ventre materno, as crianças já têm contacto com o mundo auditivo, ou seja, ouvem o coração e a voz das mães (sons que servirão de ponto de referência

quando do início da vida na sociedade), tornando o contacto com a música indispensável após a sua nascença.

Assim, como podemos constatar, não devemos entender música como sendo apenas canções, pois tudo o que nos rodeia está repleto de musicalidade, quer o marchar, o riso, as palavras, o choro, a natureza, entre outros, representam música, ritmos e andamentos diferentes. Deste modo, uma vez que a música nos rodeia, torna-se indispensável a sua compreensão e o desenvolvimento da capacidade musical. No entanto, para que as crianças entendam esse mundo exterior, elas terão de perceber e percepçionar os sons. Mas, para que tal seja possível terá de haver um crescimento comparável ao da aquisição da língua materna, ou seja, as crianças irão adquirir a competência musical através de assimilações progressivas, começando por imitar sons, sendo a sua compreensão mais tardia.

Se por um lado os sons são importantes porque nos rodeiam, por outro lado a expressão musical ajudará na formação pessoal do indivíduo. De facto, ela permite um desenvolvimento em todas as áreas do ser humano, ou seja, nos domínios da audição, da concentração, da memória, da imaginação, da criatividade, da comunicação, da auto-confiança, das interacções sociais, do conhecimento do corpo, do ritmo, da harmonia, entre outros.

A Educação e Expressão Musical permitirá um bom desenvolvimento social, afectivo e cognitivo, capacidades que permitirão à criança entender e interpretar o mundo, exprimir os seus sentimentos e formar a sua personalidade, ou seja, possibilitará a construção da identidade da criança. É através dos sentidos que as crianças percepçionam o meio que as rodeia, pois, será através deles que as crianças entenderão os acontecimentos, os conceitos, as vivências, entre outros.

Está, igualmente, provado cientificamente que é através da música que o sujeito será capaz de exprimir sentimentos e emoções que estão oprimidos e que muitas vezes são impossíveis de expressar através da língua materna.

Dados os argumentos que foram apresentados para justificar a importância da Música no 1º ciclo, ou seja, a criatividade, a imaginação, o sentido rítmico, entre outros, podemos também acrescentar que a Expressão Musical favorece o indivíduo noutros domínios como, por exemplo, na Língua Portuguesa.

Como é do nosso conhecimento, um aluno que tenha adquirido competências musicais escreverá e lerá um texto com mais musicalidade, mais ritmo, mais melodia, mais harmonia, entre outros. Este ponto de vista é igualmente válido para os docentes, pois se estes tivessem essas competências conseguiriam, certamente, transmitir os conteúdos de uma forma diferente, mais agradável, mais atraente e menos monótona.

Seguidamente, focaremos o poder da música enquanto transmissor cultural de épocas passadas e de outras culturas. Com efeito, através das canções ditas populares, as crianças contactarão com o passado do seu povo, passado, esse, que não pode ser ignorado, pois, foi ele que nos possibilitou a aquisição da nossa cultura e identidade. Assim, as crianças através da música conhecerão os feitos do seu povo, abordarão os erros que não poderão ser repetidos, tomarão conhecimento da evolução da nossa sociedade, encontrarão, por último, a razão da nossa existência.

Por outro lado, através desta disciplina os alunos contactarão com outras culturas, ou seja, aperceber-se-ão de que existem outros povos com culturas diferentes tão válidas como a nossa. Deste modo, poderão ser eliminados os preconceitos, o racismo ou a xenofobia, atitudes que muitas vezes acontecem por ignorância.

Após estas palavras poderemos, igualmente, afirmar que a expressão musical é sem dúvida um caminho viável para a inclusão social. Quantos de nós não terão nas suas turmas alunos oriundos de culturas, etnias e nacionalidades diferentes da portuguesa?

Sendo assim, caberá ao docente integrar essas crianças da melhor forma. Em nosso entender, as áreas das expressões poderão ser uma via a seguir, pois, como já foi referido, através delas as crianças conseguem libertar-se dos seus medos e desta forma eliminar preconceitos que poderão existir dentro da sala de aula. No entanto, devemos ter sempre em conta a faixa etária, a aptidão, o local de residência e o conhecimento musical de cada criança com que estamos a trabalhar.

Devemos também privilegiar na área da Educação e Expressão Musical, a música e suas canções, pois como vimos anteriormente elas permitem-nos desenvolver todas as áreas do saber.

Todavia, a área de Educação e Expressão Musical, apesar de servir de apoio para outras aprendizagens, deverá constituir-se numa disciplina enquanto tal, ou seja, deverá ter os seus “momentos”. Em nosso entender, o aluno não só deve apreciar a expressão musical enquanto diversão, mas também deverá encarar esta área como promotora de novas aprendizagens a nível de conceitos musicais.

Pretende-se, assim, com a Actividade de Enriquecimento Curricular de Ensino da Música, proporcionar a todas as crianças um conjunto de aprendizagens que reforçarão os seus currículos, ou seja, propiciar actividades que levarão os alunos à aquisição de um certo número de aprendizagens, conceitos, experiências e vivências que não eram acessíveis antes da implementação desta medida governativa.

Finalmente, alcançou-se o conhecimento de que nem todas as crianças têm as mesmas aptidões, ou seja, não as podemos avaliar apenas pelos níveis de competências adquiridas nas áreas da Matemática, da Língua Portuguesa ou do Estudo do Meio. Na verdade, muitas das nossas crianças têm mais habilidades e aptidões para as expressões e caberá, nestes casos, ao professor promover o seu desenvolvimento e não “castrar” as mesmas.

Quer os docentes, quer os pais devem convencer-se de que o Ensino da Música é essencial para o desenvolvimento da criança, devendo sobretudo entendê-la como uma aliada para a promoção de uma aprendizagem significativa e real.

A falta de professores qualificados disponíveis para preencher estas vagas, levou à contratação de professores de música com um perfil inadequado para esta faixa etária, com falta de formação pedagógica, o que tem prejudicado imenso a implementação desta actividade que julgamos ser tão importante e necessária como as restantes.

#### **1.2.5.1. Conteúdos programáticos**

De acordo com a Associação Portuguesa de Educação Musical (APEM), os princípios orientadores das práticas musicais no 1º ciclo do Ensino Básico são os que a seguir se transcrevem:

- O desenvolvimento da imaginação e da criatividade da criança, através de experiências diversificadas;
- O alargamento do quadro de referências artísticas e culturais da criança;
- O aproveitamento dos conhecimentos e competências da criança realizados em diferentes contextos formativos, formais e não formais;
- A escolha de repertório musical de qualidade abrangendo épocas, estilos, culturas e efectivos instrumentais diversificados;
- A utilização de terminologias adequadas a épocas, estilos e contextos artísticos;
- A programação de actividades inclusivas atendendo à diversidade existente, como por exemplo as questões de género, as questões de

identidade sócio-cultural, a aptidão musical e as necessidades educativas especiais;

- A promoção de um ambiente educativo de conhecimento e de respeito pelo outro;
- A articulação do ensino da música com outras áreas do saber artístico, científico, humanístico e tecnológico.

De acordo com o Currículo Nacional do Ensino Básico, as aprendizagens e as competências que as crianças vão adquirindo e desenvolvendo ao longo do 1º ciclo do Ensino Básico, apresentam-se em torno de quatro temas organizadores:

- Percepção sonora e musical;
- Interpretação e comunicação;
- Experimentação e criação;
- Culturas musicais nos contextos.

As aprendizagens conducentes à construção de qualquer competência devem basear-se em actividades inerentes aos três grandes domínios da prática musical: Audição, Interpretação e Composição.

### **1.2.5.2. Avaliação**

A avaliação desta área de enriquecimento curricular é feita através da avaliação directa e contínua, da motivação e participação demonstradas pelos alunos ao longo das aulas. Por outro lado, esta depende também da assiduidade.

O docente desta área deverá, desta forma, fazer uma apreciação global de cada aluno, baseando-se em cinco parâmetros:

1. Identificação dos diferentes timbres;
2. Identificação e reprodução de ritmos;
3. Identificação de diferentes alturas;
4. Execução de canções com diferentes dinâmicas;
5. Identificação de diferentes formas musicais.

### **1.2.6. Outras Expressões**

As Expressões são um todo que combinam forças opostas: o pré-racional (sentimentos, emoções, etc.) e o racional (matemática, Língua, etc.). Assim, elas dizem respeito tanto à intuição como à compreensão, tanto ao verbal como ao mundo mudo.

Desta forma, as Expressões têm poderes inimagináveis, pois elas promovem o desenvolvimento dos sentidos, agem sobre a mente, impulsionando reacções motoras e aliviando tensões e estimulam a compreensão, a participação e a cooperação. De facto, através das expressões artísticas o aluno poderá exprimir os seus sentimentos de forma livre e espontânea sem ter medo de represálias ou do ridículo.

#### **1.2.6.1. Expressão Plástica**

Modelar, desenhar e pintar representam uma das formas de contarmos a nossa história, imaginando um sem fim de soluções para a nossa vida, pois o acto criativo é ilimitado. De facto, através da Expressão Plástica podemos imaginar tudo, fazer tudo, dizer tudo, contar o que gostamos, o que sabemos, o que sentimos e o que imaginámos e pensámos.

As crianças têm uma necessidade permanente de formar sistemas de significação, quer pessoais, quer colectivos. Tanto as artes visuais como as estruturas que moldam o pensamento têm um papel extremamente importante no desenvolvimento de compreensão das crianças no que concerne ao mundo e a si próprias.

Assim sendo, pretende-se que os professores de Expressão Plástica promovam e incentivem a livre expressão, ampliem a capacidade dos alunos de expressar as suas ideias e sentimentos, desenvolvam a aquisição de competências plásticas, aumentem os conhecimentos técnicos, erradiquem a discriminação, desenvolvam a consciência crítica, entre outros.

Deste modo, através da arte, pretende-se dar aos alunos, novos meios para verem o mundo que os rodeia, ensinando-os a reflectir sobre tudo o que os envolve, desenvolvendo neles o poder criativo e crítico, a sensibilidade, a imaginação, o poder artístico e o sentido estético. Tal como disse um célebre filósofo *“A arte é uma língua que fala e da qual se fala”*.

#### **1.2.6.1.1. Competências a desenvolver**

- Experimentar a leitura de formas visuais em diversos contextos;
- Ilustrar visualmente temas e situações;
- Explorar a relação Imagem/texto na construção de narrativas visuais;
- Identificar e utilizar códigos visuais e sistemas de sinais;
- Reconhecer processos de representação gráfica convencional;
- Reconhecer o seu corpo e explorar a representação da figura humana;
- Identificar vários tipos de espaço;
- Reconhecer e experimentar representações bidimensionais e tridimensionais;

- Expressar graficamente a relatividade de posições dos objectos representados nos registos bidimensionais;
- Compreender que a forma aparente dos objectos varia com o ponto de vista;
- Relacionar as formas naturais e construídas com as suas funções e os materiais que as constituem;
- Perceber que a mistura das cores gera novas cores;
- Reconhecer a existência de pigmentos de origem natural e sintética;
- Conhecer e aplicar os elementos visuais e a sua relação com as imagens disponíveis no património artístico, cultural e natural;
- Criar formas a partir da sua imaginação utilizando intencionalmente os elementos visuais.

#### **1.2.6.2. Expressão Dramática**

A Expressão Dramática pode ser um excelente pólo de desenvolvimento, pois é através de actividades lúdicas que as crianças mais se desenvolvem a nível cognitivo, sensorial, motor, afectivo e estético. Esta partilha das intenções da educação, visam o desenvolvimento global da personalidade da criança.

Sendo assim, a expressão dramática ajuda a criança a conhecer-se, a conhecer o meio circundante e a conhecer os outros, incidindo sobre três planos:

**Plano intelectual**, que provoca e explora as percepções, desenvolve e estimula a imaginação;

**Plano afectivo**, que permite utilizar a energia libertada pelas emoções, e controlar as acções emotivas;

**Plano físico**, que utiliza e coordena a actividade motora, exterioriza e harmoniza as relações sensório-motoras; na prática teatral, através dos jogos de expressão dramática, as aquisições cognitivas, sensoriais, afectivas e motoras são indissociáveis.

Contudo, deve-se ter em consideração que a importância que a Expressão Dramática tem para o desenvolvimento da criança, não invalida que deixemos de lado a pertinência de objectivos operacionais, bem como definir atitudes e competências que se pretendem desenvolver e clarificar nesta faixa etária.

Assim sendo, esta actividade visa praticamente os mesmos objectivos das outras áreas de expressão, ou seja dar à criança meios de expressão pessoal. No entanto, esta área permite que a criança contacte com as próprias emoções, vivenciando-as através do movimento do corpo.

A Expressão Dramática possibilita que as crianças improvisem, experimentem, aprendam, descubram o mundo em que vivem, cresçam de forma saudável e harmoniosa. Desta forma, muitos alunos poderão resolver conflitos interiores que os atormentam.

Na realidade, esta área permite a socialização, a comunicação, o contacto com a diversidade, a percepção de si como pessoa, a percepção do seu próprio corpo, entre outros. Assim, a Expressão Dramática constitui-se como um espaço onde os alunos partem à descoberta do mundo através dos sentidos e das possibilidades do corpo e da voz, estimulando a auto-estima, a auto-consciência, a experimentação e o relacionamento interpessoal.

Para tal, o professor recorrerá a estratégias como a expressão corporal, os jogos dramáticos, as improvisações, dramatizações, entre outros. No entanto, o professor deverá privilegiar, em primeiro lugar, os exercícios que fomentem a autoconfiança para permitir que os alunos se libertem de preconceitos e se aceitem como são.

#### **1.2.6.2.1. Competências a desenvolver Relacionar-se e comunicar com os outros;**

- Explorar diferentes formas e atitudes corporais;
- Explorar maneiras pessoais de desenvolver o movimento;
- Explorar diferentes tipos de emissão sonora;
- Aliar gestos e movimentos ao som;
- Reconhecer e reproduzir sonoridades;
- Explorar, individual e colectivamente, diferentes níveis e direcções no espaço;
- Utilizar, recriar e adaptar o espaço circundante;
- Orientar-se no espaço através de referências visuais, auditivas e tácteis;
- Utilizar e transformar o objecto, através da imaginação;
- Explorar o uso de mascaras, fantoches e marionetas;
- Mimar atitudes, gestos e acções;
- Realizar improvisações e dramatizações a partir de histórias ou situações simples;
- Participar na criação oral de histórias;
- Observar, escutar e apreciar o desempenho dos outros.

#### **1.2.6.2.2. Avaliação**

A avaliação desta actividade, como em todas as outras, é meramente informativa. Para proceder à avaliação, o docente deve observar as competências demonstradas pelos alunos. Finalmente, fará uma apreciação global, por escrito, de cada aluno.

### **1.3. Planificação das Actividades de Enriquecimento Curricular**

As Actividades de Enriquecimento Curricular devem ser planificadas em parceria com as entidades promotoras tais como: Autarquias locais; Associações de Pais; Instituições de Solidariedade Social – IPSS e os respectivos agrupamentos de escolas, com o envolvimento directo dos educadores e professores titulares das turmas. Por outro lado, estas mesmas actividades, devem também ter em consideração os recursos existentes na escola e na comunidade, designadamente: clubes desportivos, clubes de dança, escolas de teatro, associações culturais e recreativas.

#### **1.3.1. Organização das Turmas**

As turmas das Actividades de Enriquecimento Curricular nunca devem exceder o máximo de 25 alunos.

Em relação à constituição das turmas da Actividade do Ensino do Inglês, estas devem ser constituídas com o máximo de 25 alunos, podendo no entanto, estarem integrados alunos dos 3<sup>o</sup> e do 4<sup>o</sup> anos de escolaridade conjuntamente.

No caso da Actividade Física e Desportiva as turmas só podem integrar, em simultâneo, os alunos de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> anos (onde os docentes devem leccionar a área da actividade física) ou dos 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> anos (onde será leccionada a área de actividade desportiva).

As turmas da Actividade do Ensino da Música, são constituídas por um máximo de 25 alunos e podem integrar em simultâneo alunos dos 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> anos ou 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> anos de escolaridade.

As restantes Actividades de Enriquecimento Curricular, deverão ter um número de alunos por turma e actividade, de acordo com as suas

características específicas, bem como tendo em consideração o espaço em que estas irão decorrer, não devendo ser superior a 25 alunos.

### **1.3.2. Frequência e Duração Semanal**

A frequência destas actividades são de natureza facultativa e não podem colidir com o horário lectivo. No entanto, se for estritamente necessário, podem os conselhos executivos flexibilizar horários, tendo em consideração os interesses dos alunos e das famílias, sem prejuízo para a componente curricular.

No que respeita à Actividade do Ensino do Inglês, o Despacho n.º 12591/2006, refere que a duração semanal é de cento e trinta minutos para o 3.º e 4.º ano de escolaridade, podendo ser ministrada em módulos diários de 45 minutos.

Em relação às Actividades Física e Desportiva e do Ensino da Música, a duração semanal é igualmente de cento e trinta minutos, podendo também ser ministradas em módulos diários de 45 minutos.

As restantes Actividades de Enriquecimento Curricular, não deverão ter uma duração superior a 90 minutos semanais.

### **1.3.3. Perfil dos Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular**

Tendo em consideração o referido despacho, para leccionar cada uma destas Actividades de Enriquecimento Curricular, os professores têm que possuir determinadas habilitações.

No caso do Ensino do Inglês, os docentes deverão ter uma das seguintes habilitações:

- Profissionais ou próprias para a docência da disciplina de inglês no ensino básico;
- Cursos de formação especializada na área do ensino do inglês no 1º ciclo do ensino básico, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 95/97;
- Cursos de Estudos Superiores Especializados (CESE) na área do ensino do inglês no 1º ciclo do ensino básico.

Estes professores podem, ainda, leccionar se tiverem os diplomas ou certificados descritos no Despacho n.º12591/2006.

No que concerne ao Ensino da Actividade Física e Desportiva, os docentes deverão possuir uma das seguintes habilitações:

- Profissionais ou próprias para a docência da disciplina de Educação Física no Ensino Básico;
- Licenciados em desporto ou áreas afins.

Quanto ao Ensino de Música, as entidades promotoras devem associar-se a escolas que tenham o Ensino da Música, para que desta forma, essas entidades escolham os melhores professores para leccionarem no 1º ciclo do ensino básico.

Para leccionar música no 1º ciclo, os docentes deverão possuir uma das seguintes habilitações:

- Diplomados com um Curso Profissional na área da Música com equivalência ao 12º ano;
- Detentores do 8º grau do Curso Complementar de Música, frequentado nos regimes supletivos, articulado ou integrado;
- Outros Profissionais com currículo relevante.

No que diz respeito às restantes Actividades de Enriquecimento Curricular, este despacho não especifica as habilitações que os docentes devem possuir.

*“(...)Os profissionais que desenvolvam actividades nas restantes actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente nas áreas das expressões, deverão possuir formação, profissional ou especializada adequada ao desenvolvimento das actividades programadas(...)”.* (Despacho n.º12591/2006 artigo 19º).

Como foi referido anteriormente, os professores têm que reunir habilitações para poderem leccionar cada uma das Actividades de Enriquecimento Curricular.

Para evitar que haja, pelas entidades promotoras, contratações de professores que não reúnam essas habilitações, o ME pensou criar algumas estratégias de verificação e controlo, sendo elas:

- 1º *O processo de recrutamento de professores das AEC implica a estreita articulação entre a entidade promotora e os órgãos de gestão da escola ou agrupamento de escolas com o qual estabeleceu protocolo;*
- 2º *Sempre que possível, e nos termos a decidir pelas partes, a direcção executiva da escola ou agrupamento de escolas far-se-á representar nos processos de selecção dos candidatos a professores das AEC;*
- 3º *Cabe à direcção executiva da escola ou agrupamento de escolas a responsabilidade de reconhecimento da contagem de tempo de serviço dos professores das AEC, que disponham das qualificações profissionais para a docência da actividade, a que estão afectos. Ser-lhe-á atribuída, também, a responsabilidade de verificação e controlo das habilitações académicas e profissionais desses mesmos*

*docentes. Nos casos previstos na alínea c) do artigo 16º do referido Despacho, o currículo do candidato, deve ser remetido à DGIDC para apreciação, via Direcção Regional de Educação;*

*4º Após o processo de selecção, cada entidade promotora deverá apresentar à direcção executiva das escolas ou agrupamentos de escolas com os quais estabeleceu protocolo, a lista de professores que propõem para assegurar as AEC's, com a indicação da actividade a que se destinam e com os documentos necessários para fazerem prova da sua condição profissional, nomeadamente, o curriculum vitae abreviado, do qual deve constar a identificação pessoal, habilitações literárias e profissionais, formação profissional, experiência profissional e quaisquer outros elementos relevantes, bem como os documentos comprovativos das habilitações académicas;*

*5º A lista dos professores contratados deverá ser remetida pela direcção executiva à respectiva Direcção Regional da Educação.” Capucha, L.(2007), Ministério da Educação.*

#### **1.3.4. Supervisão Pedagógica**

As Actividades de Enriquecimento Curricular exigem uma supervisão pedagógica que competirá aos professores titulares de cada escola e deverá ser efectuada no âmbito da componente não lectiva. Estes, devem seguir algumas directrizes, tais como:

- Programação das actividades;
- Observação das Actividades de Enriquecimento Curricular;
- Acompanhamento das actividades através de reuniões com os professores responsáveis pelas mesmas;

- Avaliação das actividades;
- Realização das Actividades de Apoio ao Estudo;
- Realização de reuniões com os encarregados de educação.

### **1.3.5. Financiamento**

No que respeita ao financiamento, o Despacho n.º 12591/2006, determina que o cálculo de comparticipação financeira é efectuado de acordo com o critério do custo anual por aluno. As entidades promotoras devem fixar um valor mínimo por cada 45 minutos de tempo lectivo. Este valor deve ser calculado com base no índice 126, quando os docentes possuem habilitações iguais à licenciatura e com base no índice 89 nos restantes casos.

À excepção do Apoio ao Estudo, todas as outras Actividades de Enriquecimento Curricular são comparticipadas pelo Ministério da Educação.

### **1.3.6. Apoio às Famílias**

Quando as famílias carenciadas necessitarem, pode ser oferecida uma componente de apoio à família, no 1.º ciclo do ensino básico, que será assegurada por entidades que promovam este tipo de resposta social, mediante convenções que se estabeleçam com os respectivos agrupamentos de escolas.

## **1.4. Alterações ao Despacho n.º 12591/2006**

O Despacho n.º 14460/2008, de 26 de Maio, veio introduzir algumas reestruturações ao primeiro Despacho promulgado em 2006, após um processo de experimentação e tendo em consideração a necessidade de continuar a adaptar os tempos de permanência dos alunos na escola às

necessidades das famílias e simultaneamente de garantir que esses mesmos tempos sejam pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas.

Desta forma, iremos em seguida apresentar alguns quadros com as alterações mais significativas registadas, fazendo, de seguida, uma apreciação às mesmas.

Na Introdução dos respectivos despachos verificaram-se as alterações seguintes:

Despacho n.º 12591/2006	Despacho n.º 14460/2008
(6) – “O período de funcionamento de cada estabelecimento deve ser comunicado aos encarregados de educação <b>no início do ano lectivo</b> ”.	(6) – “O período de funcionamento de cada estabelecimento deve ser comunicado aos encarregados de educação <b>no momento da inscrição, devendo também ser confirmado no início do ano lectivo</b> ”.
(7) – “As actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar devem ser objecto de planificação pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas tendo em conta as <b>necessidades das famílias</b> , articulando...”	(7) – “...tendo em conta as <b>necessidades dos alunos e das famílias</b> , articulando...”
(10) – Inglês obrigatório <b>nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo</b> .	(10) – Inglês obrigatório <b>para todo o 1.º ciclo</b> .

**Quadro n.º 3** - Principais diferenças entre os números (6), (7) e (10) da Introdução dos Despachos n.º 12591/2006 e n.º 14460/2008

De acordo com o quadro apresentado, podemos verificar que no número (6) do Despacho 14460/2008, o período de funcionamento do ano lectivo deve ser comunicado aos Encarregados de Educação no momento da inscrição e confirmado no início do mesmo, enquanto que com o Despacho 12591/ 2006, apenas era comunicado e confirmado no início do ano lectivo.

O actual Despacho determina, no número (7), que as Actividades de Animação e de Apoio à Família, no âmbito da Educação Pré-Escolar, devem ter em conta as necessidades das famílias e dos alunos, e não apenas das famílias, como se referia no despacho anterior.

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

No número (10) do Despacho 14460/ 2008 o Ensino do Inglês abrange, actualmente, todo o primeiro ciclo, enquanto que no Despacho 12591/2006 o Ensino de Inglês, destinava-se apenas aos alunos dos 3º e 4º anos.

Despacho n.º 12591/2006	Despacho n.º 14460/2008
(26) – “Quando as necessidades das famílias o justificarem, pode ser oferecida uma componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico, a assegurar por entidades que promovam este tipo de resposta social, mediante acordo com os agrupamentos de escolas”.	(26) – “Quando as necessidades das famílias o justifique, pode ser oferecida uma componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico, a assegurar por entidades, <b>como associações de pais, autarquias ou instituições particulares de solidariedade social</b> , que promovam este tipo de resposta social, mediante acordo com os agrupamentos de escolas.”
(31) – “Aos educadores titulares de grupo e aos professores titulares de turma compete zelar pela supervisão pedagógica e acompanhamento da execução das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.”	(31) – “É da competência dos educadores titulares de grupo e dos professores titulares de turma assegurar a supervisão pedagógica (...), <b>tendo em vista garantir a articulação com as actividades curriculares.</b> ”

**Quadro n.º 4** - Principais diferenças entre os números (26) e (31) da Introdução dos Despachos n.º 12591/2006 e n.º 14460/2008

No que se refere ao número (26) do despacho 12591/ 2006, este indicava de uma forma muito abrangente, que no caso de haver famílias carenciadas, haveria um apoio por parte de entidades não especificadas. No entanto, no actual Despacho, essas entidades são enumeradas: Associações de Pais, Autarquias e IPSS’s.

No que respeita ao número (31), o presente Despacho especifica as competências dos educadores titulares do grupo e dos professores titulares de turma, contemplando a articulação entre as Actividades de Enriquecimento Curricular e as Actividades Curriculares.

Despacho n.º 12591/2006	Despacho n.º 14460/2008
<p>(32) – “Por actividade de supervisão pedagógica deve entender-se a que é realizada no âmbito da componente não lectiva do docente para o desenvolvimento dos seguintes aspectos:</p> <p>(...)</p> <p>b) Acompanhamento das actividades através de reuniões com os respectivos <b>dinamizadores;</b>”</p>	<p>(...)</p> <p>“b) Acompanhamento das actividades através de reuniões com os representantes <b>das entidades promotoras ou parceiras das actividades de enriquecimento curricular;</b></p> <p>(...)</p> <p>f) <b>Observação das actividades de enriquecimento curricular, nos termos a definir no regulamento interno.”</b></p>
<p>(33) – “A planificação das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico deve ser comunicada aos encarregados de educação <b>no início do ano lectivo</b>”</p>	<p>(33) – “... Deve ser comunicada aos encarregados de educação <b>no momento da inscrição e confirma da no início do ano lectivo.</b>”</p>

**Quadro n.º 5 - Principais diferenças entre os números (32) e (33) da Introdução dos Despachos n.º 12591/2006 e n.º 14460/2008**

Em relação à alínea b) do número (32) do despacho 12591/2006, faziam parte da actividade de Supervisão Pedagógica, a realização de reuniões apenas com os respectivos dinamizadores, enquanto que no actual Despacho, estas devem também ser realizadas com os representantes das entidades promotoras ou parceiras das AEC’S.

No número (32) do Despacho 14460/2008 é acrescentada a alínea f) que refere que a Supervisão pedagógica contemplará a “Observação das AEC’s, nos termos a definir no regulamento interno”, dos Agrupamentos de Escola.

O número (34) do Despacho 12591/2006, corresponde ao número (36) do Despacho 14460/ 2008.

**Inserção de novos números na Introdução do despacho n.º 14460/2008**

(34) – “A frequência das actividades de enriquecimento curricular depende da inscrição por parte dos encarregados de educação. Uma vez realizada a inscrição, os encarregados de educação assumem um compromisso de honra de que os seus educandos frequentam as actividades de enriquecimento curricular até ao final do ano lectivo.”

(35) – “Os agrupamentos devem referir em sede de regulamento interno as implicações das faltas às actividades de enriquecimento curricular, conforme o disposto no artigo 22.º da Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro.”

**Quadro n.º 6 - Inserção de novos números na Introdução do despacho n.º 14460/2008**

Em relação a este quadro, importa salientar que com o actual Despacho, o número (34), é acrescentado, indicando a necessidade de uma inscrição por parte dos Encarregados de Educação nas AEC's, que assumem o compromisso dos seus educandos frequentarem as AEC's até final do ano lectivo.

Também é acrescentado o número (35), referente às faltas nas AEC's, indicando-nos que os agrupamentos de escolas devem referir, em sede de Regulamento Interno, as implicações das faltas nas AEC's, tendo por base o artigo 22º da Lei n.º 3/2008. Neste diploma legal pode ler-se que serão aplicadas medidas correctivas que se mostrem adequadas.

No Capítulo I – Âmbito de aplicação, as alterações introduzidas foram as seguintes:

Despacho n.º 12591/2006	Despacho n.º 14460/2008
art. 1.º (2) – “O presente regulamento define ainda o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação, no âmbito do programa de generalização do <b>ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.</b> ”	(2) – “...no âmbito do programa das actividades de enriquecimento curricular <b>no 1.º ciclo do ensino básico.</b> ”
art. 2.º	art. 2.º e) “ <b>«Entidades parceiras» as entidades com quem as entidades promotoras e os agrupamentos de escolas estabelecem parcerias para a concretização das AEC's.</b> ”

**Quadro n.º 7** - Principais diferenças entre os artigos 1º e 2º do Capítulo I dos Despachos n.º 12591/2006 e n.º 14460/2008

No que concerne ao art.º 1, o Despacho n.º 14460/2008, define que o apoio financeiro dado pelo M.E., no âmbito das AEC's, se alarga a todo o primeiro ciclo do Ensino Básico, enquanto que em 2006 este apoio se restringia apenas aos 3º e 4º anos de escolaridade.

No art.º 2.º do Despacho em vigor, surge uma nova alínea e), que define “entidades parceiras” como aquelas com quem as entidades promotoras estabelecem parcerias para a concretização das AEC's.

No Capítulo II – Acesso ao Financiamento, verificou-se a introdução de quatro novas alíneas.

Despacho n.º 12591/2006	Despacho n.º 14460/2008
art. 3.º (3)	(3) – A compartição financeira será concedida de acordo com uma das seguintes hipóteses e montantes:  a) Ensino do inglês, ensino da música e actividade física e desportiva - €262,5  b) Ensino do inglês e mais duas actividades de enriquecimento curricular - €190  c) Ensino do inglês e mais uma actividade de enriquecimento curricular - €135  d) Ensino do inglês - €100

**Quadro n.º 8** - Principais diferenças entre o artigo 3º do Capítulo II dos Despachos n.º 12591/2006 e n.º 14460/2008

No número (3) do art.º 3º, do actual Despacho, o Ensino do Inglês, Ensino da Música, e Actividade Física Desportiva é para todo o 1º ciclo, ao invés de apenas ser para o 3º e 4º anos. Por outro lado, o financiamento em 2008 é superior (passa de 250€ para 262.50€).

Em todas as alíneas do número (3), o Ensino do Inglês é indicado como actividade obrigatória a incluir nas AEC's, e ficará ao critério das entidades promotoras e das escolas a escolha das restantes actividades a leccionar.

Para cada uma das possibilidades, o Estado comparticipará com uma verba para as entidades que as promovem, tendo havido um aumento pouco significativo da verba fixada.

No Capítulo III – Orientações relativas às Actividades de Enriquecimento Curricular, observaram-se as seguintes alterações:

Despacho n.º 12591/2006	Despacho n.º 14460/2008
art. 9.º (1)	(1) – <b>Introdução da seguinte alínea :</b> d) Pós-graduação em ensino de línguas estrangeiras (inglês) na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico.
(5) Eliminado	<b>Substituição do número (5):</b> (5) – Outros profissionais com currículo relevante.
	<b>Introdução do seguinte número:</b> (6) – A contratação de profissionais referidos no n.º 5 carece de autoridade prévia da CAP, a quem compete analisar o currículo respectivo.

**Quadro n.º 9** - Principais diferenças entre o artigo 9º do Capítulo III dos Despachos n.º 12591/2006 e n.º 14460/2008

No número (1) do art.º 9º, é abordado o perfil dos professores do Ensino do Inglês e as habilitações exigidas, tendo-se adicionado mais uma formação possível - Pós-graduação em Ensino de Línguas Estrangeiras (Inglês) na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico.

O número (5) do Despacho n.º 12591/2006, que abordava um perfil de competências para os Professores do Ensino do Inglês, é eliminado e substituído por “Outros profissionais com currículo relevante”. A este artigo é acrescentado o número (6) em que se refere que “A contratação de profissionais referidos no n.º 5 carece de autorização prévia da CAP, a quem compete analisar o currículo respectivo “.

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

Despacho n.º 12591/2006	Despacho n.º 14460/2008
<p>art. 10.º</p> <p>As turmas da actividade ensino de inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade são constituídas por um máximo de 25 alunos e <b>podem integrar em simultâneo alunos dos 3.º e 4.º anos.</b></p>	<p>(1) – As turmas de actividade Ensino de Inglês são constituídas por um máximo de 25 alunos e <b>devem integrar a lunos do mesmo ano de escolaridade.</b></p>
	<p><b>Introdução do seguinte ponto:</b></p> <p>(2) – Excepcionalmente, sempre que se verifique a impossibilidade do cumprimento do referido no número anterior, e desde que devidamente justificado, podem os grupos integrar em simultâneo alunos dos diferentes anos de escolaridade.</p>

**Quadro n.º 10** - Principais diferenças entre o artigo 10º do Capítulo III dos Despachos n.º 12591/2006 e n.º 14460/2008

Este artigo aborda a constituição de turmas das AEC's. E a este nível, existe uma alteração, visto que em 2006 a constituição de turmas tinha um máximo de 25 alunos e podiam integrar alunos dos 3º e 4º anos.

Em 2008 o máximo de 25 alunos mantém-se, contudo as turmas são constituídas apenas por alunos do mesmo ano de escolaridade.

É acrescentado também um número (2) “ *Excepcionalmente e sempre que justificado podem integrar alunos de diferentes anos de escolaridade.*”

Despacho n.º 12591/2006	Despacho n.º 14460/2008
<p>art. 11.º</p> <p>(1) – A duração semanal das actividades do ensino de inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade é fixada em <b>135 minutos.</b></p>	<p>(1) – (...) É fixada em <b>90 minutos para os alunos dos 1.º e 2.º anos e 135 minutos para os alunos dos 3.º e 4.º anos.</b></p>
<p>(3) – A título excepcional, em caso de manifesta dificuldade, designadamente na disponibilização de espaços, podem ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de <b>apenas 120 minutos e uma duração diária de 60 minutos.</b></p>	<p>(3) – (...) Podem ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de <b>apenas 90 minutos.</b></p>

**Quadro n.º 11** - Principais diferenças entre o artigo 11º do Capítulo III dos Despachos n.º 12591/2006 e n.º 14460/2008

No número (1) do artigo 11º, é abordada a duração semanal do Ensino do Inglês enquanto que no Despacho n.º 12591/ 2006, se indicava o Ensino do Inglês para o 3º e 4º anos com uma duração de 135 minutos (90 minutos + 45 minutos), com o Despacho 14460/08, é alargado o Ensino do Inglês aos 1º e 2º anos, com a duração de 90 minutos, e os 3º e 4º anos de escolaridade mantêm a mesma duração.

O número (3) do mesmo artigo, do Despacho n.º 12591/2006, centra-se ainda na duração semanal das outras Actividades, admitindo a título excepcional, propostas que poderiam ser aceites desde que previssem uma duração semanal de apenas cento e vinte minutos e uma duração diária de sessenta minutos.

Com a promulgação do Despacho n.º 14460/2008, esta medida foi alterada, possibilitando, também a título excepcional, propostas que prevejam uma duração semanal de apenas noventa minutos.

Despacho n.º 12591/2006	Despacho n.º 14460/2008
	<b>Introdução do seguinte número:</b> <b>art.º 17º</b>  (2) – Excepcionalmente, sempre que se verifique a impossibilidade do cumprimento do referido no número anterior, e desde que devidamente justificado, podem os grupos integrar em simultâneo alunos dos diferentes anos de escolaridade.

**Quadro n.º 12** - Principais diferenças entre o artigo 17º do Capítulo III dos Despachos n.º 12591/2006 e n.º 14460/2008

No Despacho n.º 14460/2008, no artigo 17º, surge um novo número (2). Este refere que excepcionalmente, e desde que devidamente justificado, os grupos podem integrar em simultâneo alunos dos diferentes anos de escolaridade.

Depois de enumerarmos as alterações entre o Despacho n.º 12591/2006, de 16 de Junho e o Despacho n.º 14460/2008, de Maio de 2008, decidimos salientar quais as mais significativas e pertinentes no âmbito do nosso estudo.

Assim, importa salientar o seguinte:

- ▶ O Ensino do Inglês, abrange actualmente todo o primeiro ciclo, o que não acontecia anteriormente;
- ▶ Foram dados mais poderes às entidades promotoras das AEC's;
- ▶ O financiamento atribuído com o actual Despacho para as AEC's no 1º ciclo do ensino básico é superior ao de 2006.
- ▶ A constituição das turmas passou a ser mais homogénea, uma vez que os alunos são agrupados, preferencialmente, dentro do mesmo ano de escolaridade;
- ▶ A supervisão das AEC's tem actualmente um maior número de parceiros envolvidos, sendo-lhes concedida uma maior autonomia no processo de avaliação, tornando, por isso mesmo, estas actividades mais credíveis.

Consideramos que o grande objectivo deste Despacho é sem dúvida proporcionar as mesmas oportunidades a todos os alunos do sistema educativo português, eliminando as desigualdades sociais.

A escola não pode atender apenas a uma minoria, tendo que se transformar numa causa, onde os conhecimentos ganham sentido, onde os alunos aprendem a aprender, a mobilizar os conhecimentos, a trabalhar em grupo e a respeitar os demais. Somente desta forma é que a escola abrirá a grande porta do conhecimento expressivo.

## **1.5. A Escola a Tempo Inteiro**

Acreditamos que somente através do conhecimento e da educação para a cidadania é que conseguiremos alcançar o grande objectivo da educação mundial: formar futuros cidadãos conscientes, responsáveis, autónomos, críticos e participativos.

Sendo assim, procura-se que sejam formados homens que construam o mundo humano, simbólico e material no qual vivem. Deste modo, é necessário superar a crise de valores à qual assistimos há já algum tempo.

Cabe à escola a missão de educar os seus alunos para alguns dos valores de cidadania, abrindo-lhes os horizontes e vê-los não como uma tábua rasa, mas como seres em expansão que se vão construindo, destruindo e reconstruindo.

Mas, esta mudança, faz com que a escola reveja o seu espaço educativo e o remodele num processo que promova a transformação tanto nos valores éticos, como nas dimensões académica e atitudinal.

Não podemos de todo conceber a educação sem a cidadania, pois o processo educacional só acontecerá se os sujeitos se compreenderem como cidadãos abertos, incompletos e detentores de deveres e direitos. Assim, o processo de ensino-aprendizagem só será integral quando o sujeito reflectir sobre o que lhe é dado, construir o seu próprio saber, a sua própria identidade e o seu próprio mundo.

Desta forma, o Ministério da Educação sentiu a necessidade de implementar a Escola a Tempo Inteiro, que segundo o despacho n.º 16795/2005, de 3 de Agosto, obriga os estabelecimentos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo a manterem-se abertos até às 17h 30m o que representa um acréscimo de 10 horas semanais.

Desta forma, a escola é vista como um espaço aberto onde existe uma componente lectiva que dura 5h e que é da responsabilidade de um professor titular. Este docente tem diversas funções tais como:

- a planificação das actividades;
- a identificação dos ritmos de aprendizagem e das necessidades educativas especiais de cada aluno;
- a adequação do currículo aos seus alunos;
- a concepção de actividades complementares do currículo proposto pelo ministério;
- a participação nas actividades de Apoio ao Estudo;
- a realização de reuniões com os Encarregados de Educação e a Supervisão das AEC`s (programação das actividades);
- o acompanhamento das mesmas através de reuniões com os professores das AEC`s e (avaliação da sua realização).

Por outro lado, a escola tem uma componente de apoio à família que consiste no serviço de refeições e na componente sócio-educativa que funciona em tempo não lectivo.

Para Lorenzo Delgado (2007:15), *"(...) A escola total não só realiza as tradicionais funções de formação como estendeu a sua influência a outras esferas da vida como a custódia, a segurança, a saúde, a alimentação ou a profissionalização(...)"*.

Deste modo, e tal como já o referimos anteriormente, foram introduzidas as AEC's que são uma resposta social às necessidades das famílias, possibilitando que as crianças permaneçam nos estabelecimentos de ensino durante oito horas por dia, mantendo-as ocupadas de forma gratuita. Com estas medidas, tomadas pelo Governo, pretende-se promover o sucesso dos

alunos, aumentando a taxa e a qualidade do sucesso escolar transformando a escola num espaço formativo e acolhedor.

Todavia, o conceito de Escola a Tempo Inteiro não veio somente para ampliar o campo de conhecimentos dos alunos, mas também para ajudar os pais que estão cada vez mais ausentes, por razões de ordem laboral ou outras.

Segundo Lorenzo Delgado (2007:19), “(...)A escola total implica um compromisso evidente com a melhoria e a qualidade da educação, sobretudo se esta se entende como equidade(...)”.

De facto, a realidade do nosso país alterou-se consideravelmente nos últimos tempos. Assim, as mães já não permanecem em casa para se ocupar das tarefas domésticas e dos seus filhos. As mulheres, por carência monetária ou por razões pessoais, sentiram a necessidade de trabalhar e promover as suas carreiras profissionais, tal como os homens.

Perante a implementação destas medidas, muitas questões se nos colocaram. De entre elas, salientamos as seguintes:

Será que a Escola a Tempo Inteiro foi a medida mais adequada para uma sociedade como a nossa?

Este projecto não significará o fracasso de quem representa as famílias?

Esta directiva não será uma forma de apaziguar as famílias que têm empregos precários?

Não contribuirá esta medida para o abuso dos empresários ao aumentarem as horas extraordinárias dos seus colaboradores?

Perguntamos: - Porque não implementar “a Família a Tempo Inteiro” ou pelo menos a meio-tempo?

A conquista não teria sido maior se tivéssemos conseguido fazer com que as famílias pudessem passar mais tempo com os seus filhos?

Será que a implementação da Escola a Tempo Inteiro, terá algumas consequências menos positivas, tais como: desresponsabilização de muitos encarregados de educação, no desempenho da sua função educativa, remetendo esta responsabilidade cada vez mais para a escola?

Será que as crianças continuarão a poder gerir o seu tempo livre como entendem e lhes dá prazer?

Se a Escola a Tempo Inteiro é uma medida que visa, segundo o Governo, a igualdade de oportunidades, por que não incluir as Actividades de Enriquecimento Curricular no Currículo Nacional?

Enfim, todas estas questões são pertinentes, mas sem resposta, pois o Ministério enveredou por um caminho que não nos possibilita obter resultados imediatos. Todavia, no nosso país, a Escola a Tempo Inteiro é vista “com bons olhos”, pois ela representa uma válvula de escape, uma forma de dissimular a vulnerabilidade dos mais oprimidos e de transformar o insuportável em algo tolerável !

Contudo, poderíamos citar exemplos de outros países que investiram nessa via. Por exemplo, nos países do Norte da Europa, a Escola a Tempo Inteiro foi substituída pela protecção da maternidade, ou seja as mães que assim o desejarem podem ficar com os seus filhos durante os seus primeiros anos de vida, sem perderem o seu posto de trabalho e vencimento. Por outro lado, os horários foram flexibilizados para que um dos progenitores possa acompanhar os filhos a partir das 14 ou 15 horas.

Em nosso entender, é fundamental que as crianças se sintam apoiadas para se poderem auto-construir, mas não podemos deixar que os pais se desresponsabilizem da educação dos seus filhos.

Citando Lorenzo Delgado (2007:14-15), “(...) a escola actual é total, não só pela sua extensão, que tem vindo a crescer na sua importância, transformando-se numa agência social facilitadora, devoradora de formação

*cada vez mais insaciável da vida do homem contemporâneo. Do cenário responsável da formação durante um curto período de vida da infância privilegiada exclusivamente, ampliaram a sua influência até aos primeiros anos, incluindo meses, da vida de uma criança, da mesma maneira como a que se vai apoderando paulatinamente também dos anos posteriores da sua existência, com intenção irreversível de fazer coincidir, em toda a sua pessoa, o seu projecto de vida com o seu projecto educativo (...)*”.

Apesar de não conhecermos os resultados da implementação destas medidas, por ainda não terem sido alvo de uma avaliação consistente, por parte das entidades governamentais, iremos, na segunda parte desta investigação, tentar obter respostas para algumas das nossas preocupações atrás mencionadas.

Pretendemos, através de uma reflexão sobre esta temática e enquanto educadores e professores responsáveis, contribuir com o presente estudo, para encontrar soluções que permitam, sobretudo, alcançar o desenvolvimento harmonioso e feliz dos alunos com quem trabalhamos diariamente.

**SEGUNDA PARTE**  
**Marco Empírico da Investigação**



## Capítulo IV: O Enquadramento Metodológico

### 1. METODOLOGIA E DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

#### Introdução

Este primeiro capítulo da segunda parte do Trabalho de Investigação, baseia-se fundamentalmente nas opções metodológicas, na pertinência do estudo, na justificação da problemática a investigar, nos seus objectivos, e nas limitações do mesmo.

A investigação educacional é, em princípio, um auxiliar da planificação e gestão do trabalho pedagógico.

No entanto, uma das enormes dificuldades que surge no planeamento e gestão da educação e nos processos de formação de professores ou das instituições educativas é, sem dúvida, o desajustamento entre os projectos e as realidades a que se destinam. Inúmeras vezes verificamos que os projectos se baseiam em representações mais ou menos estereotipadas e muito pouco no conhecimento efectivo da realidade.

Conhecer melhor os alunos (para quem se preparam as aulas), as instituições onde se constroem os projectos de escola ou de formação e ainda todos os intervenientes envolvidos no processo educativo, são princípios fundamentais para o sucesso da planificação e implementação das acções educativas.

Hoje em dia, a maioria das investigações em educação recorrem à metodologia eclética “(...) *para procurar retirar a maior informação possível do contexto da investigação, procedendo ao cruzamento de diferentes*

*metodologias, independentemente dos seus pressupostos epistemológicos(...)*”. Sousa, A. B. (2009:33).

## **1.1. Opções Metodológicas**

Para se efectuar uma pesquisa é necessário comparar os dados e as informações recolhidas sobre um assunto específico e os conhecimentos teóricos sobre o mesmo. Geralmente, isto faz-se a partir do estudo de um problema que, simultaneamente, desperta o interesse do pesquisador e restringe a sua actividade de pesquisa a um determinado espaço do saber, com o qual se compromete a construir no momento. É encontrada, assim, a melhor ocasião para prosseguir o conhecimento de aspectos da realidade que servirão de base para a composição de soluções propostas aos seus problemas, ou seja é o “(...) *fruto da curiosidade, da inquietação, da inteligência e da actividade investigativa dos indivíduos, a partir e em continuação do que já foi elaborado e sistematizado pelos que trabalharam o assunto anteriormente. Tanto pode ser confirmado como negado pela pesquisa o que se acumulou a respeito desse assunto, mas o que não pode é ser ignorado (...)*” .(Ludke, M. e outros, 1986:2).

*“(...) Todo o conhecimento é, em primeiro lugar abstracção(...)*”  
(Nunes, A.1984: 38).

Ao conhecimento vulgar opõe-se o esforço científico de tentar atingir o conhecimento do real que as aparências escondem. No entanto, tal como no trabalho ideológico, também o trabalho científico é precedido da abstracção.

Elaboram-se esquemas, agrupados em categorias, estabelecem-se relações entre conceitos, formulam-se hipóteses, que servem de instrumentos de trabalho para se fazerem interpretações das realidades observadas.

A elaboração de “*construções científicas*” pressupõe um corte com as “*construções do conhecimento vulgar*”. Pois, se as rupturas com as

“evidências”, “categorias” e “explicações” vulgares não existem, não podem ser criados espaços para novas “construções”.

A ruptura faz-se, essencialmente, ao nível das perguntas. Colocam-se novas questões, criando-se novas problemáticas acerca da realidade.

As questões surgem logo que se inicia o estudo, surgem quando é necessário definir as metodologias adoptadas.

*“(…) Estilos, tradições ou abordagens diferentes recorrem a métodos de recolha de informação igualmente diferentes, mas não há abordagem que preserve ou rejeite automaticamente qualquer método em particular(…)”* .(Bell, 1997:19).

Ainda hoje, os teóricos da educação discutem sobre as diferenças entre a investigação quantitativa e a investigação qualitativa e se estas se podem ou não articular.

Toda a investigação científica se fundamenta em modelos teóricos, pois recolher dados sem um modelo conceptual pré-estabelecido e explícito, pode conduzir a uma interpretação indiscriminada dos mesmos.

No que concerne à investigação educativa podemos integrá-la em dois paradigmas distintos:

- o positivista ou racionalista
- o naturalista ou etnográfico.

A selecção de um destes paradigmas de investigação não é, como sabemos, uma mera questão metodológica, mas, sobretudo, a escolha de critérios de uma abordagem do real.

O paradigma racionalista prevaleceu durante muito tempo na maioria das ciências sociais, incluindo a educação, fundamentando-se nos métodos

quantitativos. Mas, hoje em dia, a investigação educativa centra-se, sobretudo, no paradigma naturalista, baseando-se nos métodos qualitativos.

Os fenómenos estudados na área da educação surgem profundamente relacionados com processos muito complexos, tornando-se extremamente difícil subdividi-los em variáveis que possam ser analisadas e quantificadas.

Só um paradigma mais qualitativo, interpretativo, hermenêutico e naturalista poderia colmatar algumas das “lacunas” do paradigma positivista.

Bogdan e Biklen (1994, p. 47 a 51) partilham dessa opinião e referem cinco aspectos principais, que caracterizam a investigação qualitativa, nomeadamente:

1. Na investigação qualitativa a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal, uma vez que é ele o instrumento-chave da análise. Para compreender melhor o fenómeno, o investigador qualitativo tem em consideração o contexto em que este ocorre e é significativamente influenciado por ele;
2. A investigação qualitativa é descritiva. Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não em números. O investigador qualitativo analisa os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto possível, a forma em que estes foram registados ou transcritos. Nesta perspectiva, nada deve ser descurado, pois o mais insignificante dos elementos pode contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno em estudo;
3. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos. O investigador procura compreender o fenómeno, observando a forma como ele ocorre em diferentes situações;

4. Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva, isto é, não partem de uma teoria preexistente, para explicar o fenómeno em estudo. Mesmo que o investigador pretenda elaborar uma teoria, esta nunca poderá surgir antes da recolha e análise dos dados. O processo de análise dos dados é como um funil: as coisas estão abertas de início (ou no topo) e vão-se tornando mais fechadas e específicas no extremo. Por isso, inicialmente, o plano do trabalho é muito flexível e vai evoluindo, à medida que a investigação avança e é ao longo deste processo que as questões essenciais começam a surgir;
  
5. O significado é de importância vital na abordagem qualitativa. Através de frequentes contactos com os participantes na investigação, o investigador vai-se apercebendo das percepções destes, sobre o fenómeno em estudo, mas é essencial certificar-se de que estão a fazê-lo de forma correcta. Para isso, são utilizadas várias estratégias, que permitem confrontar as interpretações do investigador com as dos autores da informação, nomeadamente, mostrar as gravações feitas em vídeo, ou os rascunhos das entrevistas, ou simplesmente através do diálogo entre o entrevistador e o participante-informador. Como escreveu Psathas (1973), citado em Bogdan e Biklen (1994), o objectivo do investigador, ao questionar os sujeitos, é compreender aquilo que “eles” experimentam, o modo como “eles” interpretam as suas experiências e o modo como “eles” próprios estruturam o mundo social em que vivem (p. 51).

No nosso estudo, optámos pela metodologia eclética ou mista em que tivemos a preocupação de recolher um vasto número de informações, utilizando as técnicas de observação, de análise documental, instrumentos de natureza quantitativa (questionários) e qualitativa (entrevistas).

Iniciámos com a observação do local da investigação, das pessoas, das actividades, dos comportamentos, dos acontecimentos.

Esta abordagem assenta, principalmente, na disponibilidade total do investigador em visitar e observar o local de estudo, na descrição dos dados recolhidos, na compreensão do senso comum, na análise indutiva dos dados e no significado do estudo para os participantes. O investigador estabelece um diálogo e empatia com os sujeitos baseando-se na mútua confiança.

*“(...) O objectivo não é o juízo de valor; mas, antes o de compreender o mundo dos sujeitos e determinar como e com que critério eles o julgam (...)”* .(Bogdan, e outros, 1994:287).

O tema fulcral deste estudo consiste na Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro-sua Implicação na Organização e Gestão na E.B.1. /J.I. D. Dinis, do Concelho de Odivelas.

A investigação fundamenta-se na abordagem do *estudo de caso*, pois limita-se ao estudo de uma organização, sobre a qual se pretende analisar uma determinada questão e num período de tempo específico.

Tomando em consideração as características deste estudo, não é nosso objectivo generalizar as conclusões, mas sim aprofundar os conhecimentos nesta área de investigação.

Propomo-nos estudar “*um caso*” de Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular numa determinada Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, e num contexto organizacional específico, procurando fazer uma interpretação dos resultados de uma forma expressiva.

## 1.2. O Estudo de Caso

O estudo de caso tem sido denominado como sendo um “(...) *termo global para uma família de métodos de investigação que têm em comum o facto de se concentrarem deliberadamente sobre o estudo de um determinado caso(...)*”. (Bell, 1997: 23).

Também neste, a recolha de dados é feita sistematicamente e há uma grande preocupação em relacionar os factos e os acontecimentos, obedecendo a um estudo planeado metodicamente. Para além da observação e das entrevistas, também podem ser utilizados outros métodos, que possam contribuir para o sucesso da investigação.

A grande vantagem deste método prende-se com o facto de possibilitar ao investigador uma maior dedicação a uma situação específica e tentar “(...) *identificar os diferentes processos interactivos em curso(...)*”. (Bell, 1977: 23).

Outra vantagem expressiva deste método, tal como afirmam vários autores, é a de ter a qualidade de corresponder, realmente a situações concretas, descrevendo-as quer no seu todo, quer minuciosamente, isto é, de uma forma “holística” ou “sistemática”, respectivamente.

Por outro lado, essas mesmas situações podem, também, ser analisadas individualmente, o que permitirá, aos leitores, a sua comparação com outras experiências.

Estes processos podem ter pouco significado em estudos mais vastos, mas podem ser fundamentais para o sucesso ou fracasso de uma determinada organização.

Cada organização tem as suas próprias características e cabe ao investigador identificá-las e estudar a influência das mesmas no seu funcionamento.

Nestas circunstâncias, é uma forma de investigação extremamente útil para a abordagem de contextos restritos, mas com mais aprofundamento. Tendo em consideração a recolha e intensa análise da informação sobre o objecto de estudo, torna-se fundamental efectuar uma selecção mais cuidada das dimensões sobre as quais a pesquisa pretende incidir.

Tal como afirmam Bogdan e Biklen (1994), existe uma grande diversidade de estudos de caso. Uma das diferenças a apontar refere-se ao interesse que o investigador demonstra em chegar a conclusões substantivas ou conclusões teóricas.

Por vezes, considera-se o estudo de caso, como uma primeira etapa para o prosseguimento de determinadas pesquisas.

Uma das limitações mais frequentes do estudo de caso é a não generalização dos resultados obtidos, pois o investigador preocupa-se mais com os sujeitos e com os contextos em que é efectuada a pesquisa, do que com a generalização dos resultados; o estudo é restrito a um determinado grupo de indivíduos; não há representatividade da amostra como acontece no método quantitativo e a recolha de informação pode ser passível de alguma subjectividade na sua interpretação, em função dos critérios do investigador.

Podemos igualmente dizer que os estudos de caso ajudam a complementar as investigações baseadas nas metodologias quantitativas, sendo utilizados para aprofundar ou confirmar resultados obtidos através das análises estatísticas.

Segundo Ludke e André (1986), “ (...) o estudo de caso pode ser considerado como o estudo qualitativo típico e é caracterizado pela descoberta, (em que o investigador se baseia inicialmente em alguns princípios teóricos, mas continuamente acrescenta novos dados que vão surgindo, conferindo-lhe uma dinâmica flexível e adaptável ao seu plano de trabalho); pela interpretação contextual (em que existe a preocupação de estudar a organização tendo em consideração o meio em que está inserida); pela visão da realidade de uma

*forma aprofundada (destacando as inter-relações entre as diferentes situações existentes num determinado problema ou numa determinada organização); pela utilização de várias fontes de informação (recolhendo dados quer a nível escrito, quer a nível oral, de diferentes pessoas ou diversas situações, utilizando entrevistas e questionários e observando directa ou indirectamente) (...)*”.

A compilação de todos estes dados poderá ser comparada, credibilizando ainda mais todo o processo de investigação.

*“(...) O método de estudo de caso vem sendo cada vez mais utilizado no âmbito das ciências humanas e sociais como procedimento de análise da realidade(...)”.* (Yin, 2005). Está igualmente comprovado, também, que o estudo de caso oferece diversas possibilidades de estudo, permitindo uma melhor compreensão da realidade social e profissional, razão pela qual é utilizado cada vez mais no campo da investigação em educação.

Este, baseia-se na importância dos diversos pontos de vista existentes numa organização (destacando as possíveis contradições e os aspectos mais conflituosos que vão ocorrendo conforme a investigação avança), na forma como o estudo é apresentado (devendo ser informal, directo e narrativo, recorrendo ao maior número de dados recolhidos) e ainda na possibilidade de ser o leitor a generalizar o estudo, não cabendo ao investigador as generalizações explícitas.

Segundo Carmo e Ferreira M. M.(1998:217), o estudo de caso desenvolve-se em três fases:

*(...) Primeiramente o investigador deverá definir o problema de investigação, o qual será, com frequência, proveniente da sua própria experiência (...). Seguidamente formulará as questões de investigação (...), acerca de processos (porque é que algo acontece e como) e da tentativa de compreensão dos acontecimentos (...).*

Tal como afirma Afonso (2005), (...) *a especificidade das situações e das problemáticas envolvidas implica a adopção de uma perspectiva holística que tem na devida conta a complexidade das situações concretas, não se cingindo ao estabelecimento simplista de relações de causalidade linear... esta mesma complexidade impõe uma perspectiva interdisciplinar onde é difícil respeitar fronteiras e se torna indispensável o recurso a modelos ou esquemas conceptuais oriundos das várias ciências sociais (...)*”.

O modelo de investigação foi delineado como um estudo de caso organizacional em profundidade, baseado numa escola do 1º ciclo do ensino básico e elaborado de acordo com os princípios da metodologia do trabalho de campo. Por outras palavras, podemos dizer que a recolha de dados foi conseguida através da observação directa e de entrevistas com os sujeitos, bem como através de questionários e da análise de documentos da própria organização escolar.

Assim, o decurso desta pesquisa centra-se em actividades e procedimentos próprios da metodologia naturalista como a observação, a entrevista, a análise de documentos e os questionários com fim essencialmente descritivo.

### **1.3. Justificação e Pertinência do Estudo da Investigação**

Dada a grande discussão que se encontra instalada na nossa sociedade acerca das AEC's, acreditamos ser essencial abordar este tema, quer pela sua actualidade e pertinência quer para, assim poder contribuir para um melhor esclarecimento de muitos dos equívocos ainda existentes.

Entendemos, assim, ser determinante reflectir sobre esta problemática, uma vez que a vida de todos os actores deste processo está diariamente a

sofrer alterações que podem ou não trazer benefícios para aqueles que serão em breve os cidadãos activos e conscientes que o nosso país necessita.

Deste modo, a escola seleccionada para este estudo é idêntica a muitas outras escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, mas, simultaneamente, diferente. É uma escola que tem características próprias que a tornam um caso entre muitas e não uma amostra com representatividade estatística. Ela só é representativa porque descreve uma realidade concreta e possível no contexto do sistema escolar.

Segundo Bassey,

*“(...) Um critério para avaliar o mérito de um estudo de caso é considerar até que ponto os pormenores são suficientes e apropriados para um professor que trabalhe numa situação semelhante, de forma a poder relacionar a sua tomada de decisão com a descrita no estudo. O facto de um estudo poder ser relatado é mais importante do que a possibilidade de ser generalizado. (...) Se os Estudos de Caso forem prosseguidos sistemática e criticamente, se visarem o melhoramento da educação, se forem relatáveis e se, através da publicação das suas conclusões, alargarem os limites do conhecimento existente, então podem ser consideradas formas válidas de pesquisa educacional (...)”.* (Bell, 1997: 24).

## **1.4. Problema de Investigação**

Enquanto professores, a nossa grande preocupação prende-se, sobretudo, com a capacidade de resposta que as AEC's estão actualmente a dar aos alunos e encarregados de educação, para colmatar a falta de tempo destes, pois ainda existe muita ambiguidade sobre as metodologias e

estratégias a adequar para responder à efectiva criação de uma Escola a Tempo Inteiro.

Também verificamos que, infelizmente, as condições sócio-económicas dos pais/encarregados de educação têm vindo a diminuir e as AEC's que poderiam, de alguma forma, minorar esta problemática, tendo em consideração a igualdade de oportunidades que o nosso Governo pretendeu implementar com este Programa, não está, de todo, a ser bem entendida e articulada.

Consideramos que os professores titulares de turma possuem formação académica adequada para a sua leccionação, pois como todos sabemos a grande maioria dos professores das AEC'S são professores do ensino básico, que não conseguiram ingressar na carreira docente.

Desta forma, questionamo-nos, principalmente, sobre a pertinência desta iniciativa e, sobretudo, quais as implicações da mesma no quotidiano dos seus actores, bem como quais as perspectivas de melhoramento do funcionamento da mesma.

Consideramos que existe ainda um grande desfasamento entre as orientações emanadas pelos diplomas legais e a sua interpretação e execução, conduzindo a uma desorganização das instituições escolares e, por consequência, a um menor rendimento escolar dos alunos.

Neste sentido, importa reflectir se esta medida é ou não a mais adequada para ser implementada no Sistema Educativo Português. Várias problemáticas se colocam, das quais destacamos as seguintes:

- Como articular os deveres laborais dos pais/encarregados de educação com os deveres e obrigações de educarem os seus filhos/educandos?
- Não poderiam as designadas AEC's dar a oportunidade às crianças mais desfavorecidas de frequentar outras actividades como: a dança,

a prática de um instrumento musical, a patinagem, a natação, o judo, de entre outras?

- Como articular os conteúdos programáticos do currículo do 1º Ciclo do Ensino Básico com os conteúdos das Actividades de Enriquecimento Curricular?
- Quando, como e onde podem as nossas crianças brincar livremente?

## **1.5. Objectivos da Investigação**

Tendo consciência das inúmeras questões que se colocam diariamente na escola e que, de uma forma ou de outra, condicionam as práticas pedagógicas, a escolha de um determinado tema, neste caso, “A implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas”, é sempre um “*iceberg*” num oceano tão vasto como o da educação.

As questões anteriormente colocadas na problemática da nossa investigação constituem-se **num grande Objectivo Geral**:

- Conhecer os pressupostos dos Projectos de Enriquecimento Curricular e as suas implicações para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro, bem como as suas consequências na Organização e Gestão de uma Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Como **objectivos específicos** pretendemos:

- Conhecer o impacto da Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular a decorrer na E.B.1. /J.I. D. Dinis do Concelho de Odivelas;

- Verificar a necessidade de Reorganização dos Espaços e Tempos Escolares;
- Compreender os critérios de selecção e de recrutamento quer dos parceiros envolvidos neste programa de Enriquecimento Curricular, quer dos respectivos professores;
- Saber qual o Modelo de Avaliação da Implementação do Programa das AEC`s;
- Identificar as Implicações das AEC`s na Criação de uma Escola a Tempo Inteiro;
- Conhecer algumas propostas de Melhoria do Programa de Implementação das AEC`s.

Estes objectivos que nos propomos alcançar visam compreender melhor toda a problemática em causa, com o intuito de se poderem apresentar algumas propostas de melhoria para todos os actores que sentem e vivem a escola.

### 1.3 Justificación y pertinencia de la Investigación

En vista del gran debate suscitado en nuestra sociedad alrededor de las AECs, creemos que es esencial abordar este tema, tanto por su actualidad y pertinencia, así como para contribuir con el esclarecimiento de algunos equívocos que todavía existen.

Se considera fundamental reflexionar sobre esta problemática, ya que la vida de todos los actores de este proceso está diariamente sufriendo alteraciones que pueden afectar, de forma beneficiosa o no, a los que en breve serán los ciudadanos activos y conscientes que nuestro país necesita.

La escuela seleccionada para este estudio es idéntica a muchas otras escuelas del 1º Ciclo de Enseñanza Básica, y simultáneamente diferente. Es una escuela que tiene características propias que la hacen un caso entre muchas y no solamente una muestra con representatividad estadística. Es representativa porque describe una realidad concreta y posible en el contexto del sistema escolar.

Según Bassey,

*“(...) Un criterio para evaluar el mérito de un estudio de caso es considerar hasta que punto los pormenores son suficientes y apropiados para un profesor que trabaje en una situación semejante, de tal forma que se pueda relacionar su toma de decisión con la descrita en el estudio. El hecho de relatar un estudio es más importante que la posibilidad de ser generalizado. (...) Si los estudios de caso son acompañados sistemática y críticamente, si ponen atención en lo mejor de la educación, si son expresados claramente y si, a través de la publicación de sus conclusiones, aumentan los límites del conocimiento existente, entonces pueden ser consideradas formas válidas de investigación educativa (...)”.* (Bell, 1997:24).

## **1.4 Problemática de esta Investigación**

Al ser profesores, nuestra mayor preocupación está relacionada con la capacidad de respuesta que actualmente dan las AECs a los alumnos y encargados de educación, que interfieren con la limitada disponibilidad de tiempo de estos, ya que todavía existen muchas ambigüedades sobre las metodologías y estrategias que requieren ser adecuadas para responder a una efectiva creación de una Escuela de Tiempo Completo.

También verificamos que, lamentablemente, las condiciones socioeconómicas de los padres/encargados de educación han ido disminuyendo y las AEC, que podrían de alguna forma mitigar esta problemática, teniendo en consideración la igualdad de oportunidades que nuestro Gobierno pretendió implementar con este Programa, no está siendo bien entendida ni articulada.

Consideramos que los profesores titulares tienen formación académica adecuada para impartir sus clases, ya que todos conocemos que la gran mayoría de los profesores de las AEC son profesores de enseñanza básica, que no consiguieron ingresar en la carrera docente.

Por lo tanto, nos cuestionamos principalmente sobre la pertinencia de esta iniciativa y, sobretudo, cuales son las implicaciones de la misma en el cotidiano de sus actores, así como cuáles son las perspectivas de mejoramiento del funcionamiento de la misma.

Consideramos que todavía existe un gran desfase entre las orientaciones emitidas en el marco legal vigente y su interpretación y ejecución, conduciendo a una desorganización de las instituciones escolares y, como consecuencia, a un menor rendimiento escolar de los alumnos.

En este sentido, se torna relevante reflexionar si esta medida es o no, la más adecuada para ser implementada en el Sistema Educativo Portugués.

Varias problemáticas pueden ser identificadas, de las cuales se explicitan las siguientes:

- ¿Cómo articular los deberes laborales de los padres/encargados de educación con los deberes y obligaciones de educar a sus hijos/educandos?
- ¿Sería posible que las AECs puedan dar oportunidad a los niños con dificultades para que frecuenten otras actividades como danza, aprendizaje de un instrumento musical, patinaje, natación o judo, entre otras?
- ¿Cómo se pueden articular los contenidos programáticos del currículo del 1º Ciclo de la Enseñanza Básica con los contenidos de las Actividades de Enriquecimiento Curricular?
- ¿Cuándo, cómo y dónde pueden jugar libremente nuestros niños?

## **1.5 Objetivos de la Investigación**

Siendo consciente de las innumerables cuestiones que se presentan diariamente en la escuela, y que de una forma u otra, condicionan las prácticas pedagógicas, la selección del tema propuesto “La Implementación de Actividades de Enriquecimiento Curricular para la Creación de una Escuela de Tiempo Completo — su Implicación en la Organización y Gestión de una E.B.1. del Municipio de Odivelas”, es apenas la punta del “iceberg” en el océano de la problemática educativa.

Las cuestiones anteriormente colocadas como problemas identificados en nuestra investigación, nos llevan a plantear el siguiente **Objetivo General**:

- Conocer los presupuestos de los Proyectos de Enriquecimiento Curricular y sus implicaciones en la Creación de una Escuela de

Tiempo Completo, así como sus consecuencias en la Organización y Gestión de una Escuela de 1º Ciclo de Enseñanza Básica.

Los **objetivos específicos** que se desprenden son:

- Conocer el impacto de la implementación de las Actividades de Enriquecimiento Curricular que están siendo implementadas en la E.B.1. /J.I. D. Dinis del Municipio de Odivelas.
- Comprender los criterios de selección y de reclutamiento de los socios de este programa de Enriquecimiento Curricular y de los respectivos profesores.
- Saber cuál es el Modelo de Evaluación del proceso de Implementación del Programa de las AECs.
- Identificar las implicaciones de las AECs en la Creación de una Escuela de Tiempo Completo.
- Conocer algunas propuestas para Mejorar el Programa de Implementación de las AECs.

Estos objetivos que nos proponemos alcanzar buscan comprender mejor toda la problemática presentada, con la intención de poder presentar algunas propuestas para los actores que sienten y viven la escuela.

## 1.6. Caracterização da Amostra do Estudo

Para a elaboração do presente estudo de investigação sobre a temática da Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro, foram inquiridos, através da aplicação de questionários, indivíduos pertencentes à comunidade escolar do Concelho de Odivelas, nomeadamente: Alunos, Encarregados de Educação, Professores Titulares de Turma, Professores responsáveis pela dinamização das Actividades de Enriquecimento Curricular e Pessoal não Docente, constituindo uma amostra válida representativa de 50%.

Os dados aqui apresentados e as respectivas interpretações são baseados numa análise da informação recolhida junto de 11 turmas do 1.º Ciclo da Escola E.B.1/J.I. D. Dinis, pertencente ao Agrupamento de Escolas Avelar Brotero.

Ano de escolaridade	Número de Turmas
1º	3
2º	4
3º	2
4º	2

Quadro n.º 13– Número de turmas por ano de escolaridade

Questionários aplicados	Questionários recolhidos
378	175

Quadro n.º 14 – Número de Alunos inquiridos

Assim, do total de alunos que frequentam a E.B.1./J.I. D. Dinis, e a quem foram distribuídos os inquéritos por questionário, apenas 175 responderam.

Esta é uma taxa aceitável, dado que o inquérito foi aplicado a crianças de uma faixa etária baixa – dos 6 aos 11 anos.

Aliás, também pela mesma razão, tivemos a preocupação de elaborar um inquérito simples e objectivo que pudesse ser por todos entendido. Esta opção, justifica o facto de não termos aplicado em todas as questões a escala de Likert

<b>Questionários aplicados</b>	<b>Questionários recolhidos</b>
320	186

**Quadro n.º 15** – Número de Encarregados de Educação inquiridos

Relativamente aos encarregados de educação dos alunos e, embora o estudo tivesse como objectivo o envolvimento de todos, participaram no mesmo, 58,1% dos inquiridos.

<b>Área que leccionam</b>	<b>Número de Professores</b>
Música	3
Educação Física	1
Inglês	2

**Quadro n.º 16** – Número de Professores das AEC's por Actividade

Todos os professores responsáveis pelas AEC's na E.B.1./J.I. D. Dinis, participaram no estudo, o que contribuiu significativamente, para a melhor compreensão da problemática.

Foi ainda, contemplada a informação recolhida, através de entrevistas presenciais, nomeadamente, à Vice-presidente do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero, à Coordenadora da E. B. 1: /J.I. D. Dinis, à representante da Associação de Pais, à representante da Empresa parceira e ao Técnico do Departamento de Educação da Câmara Municipal de Odivelas,

Enquanto entidade promotora do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero.

No total, participaram neste estudo, para além dos cinco entrevistados, 378 indivíduos, dos quais 175 são alunos, 186 são encarregados de educação, 8 professores titulares de turma, 6 professores das AEC`s e 3 elementos pertencentes ao pessoal não docente, através da aplicação de questionários.

## **1.7. O Planeamento da Recolha de Dados**

Este estudo de caso decorreu entre Fevereiro e Julho de 2009, tendo-se realizado em três momentos distintos, respeitando o seguinte esquema de planificação:

O 1º momento, correspondeu aos primeiros contactos com a escola objecto de estudo, recolhendo toda a informação possível e imprescindível ao prosseguimento da nossa pesquisa.

O 2º momento, correspondeu à elaboração e passagem dos questionários e à elaboração das entrevistas, com o intuito de seleccionar dados sobre o tema em estudo.

Optámos essencialmente pelos inquéritos por questionário porque nos parece ser um dos instrumentos mais eficazes na recolha de informação.

As entrevistas tiveram como principal objectivo complementar os dados recolhidos, quer através da observação, quer através dos inquéritos e também nos permitiu recolher informações, para uma reflexão mais aprofundada sobre a problemática em estudo.

O 3º momento correspondeu à análise dos resultados obtidos durante o 2º momento do nosso trabalho de campo.

De seguida, ilustram-se as várias Fases do Desenho da Investigação e tecem-se algumas considerações sobre cada uma delas.

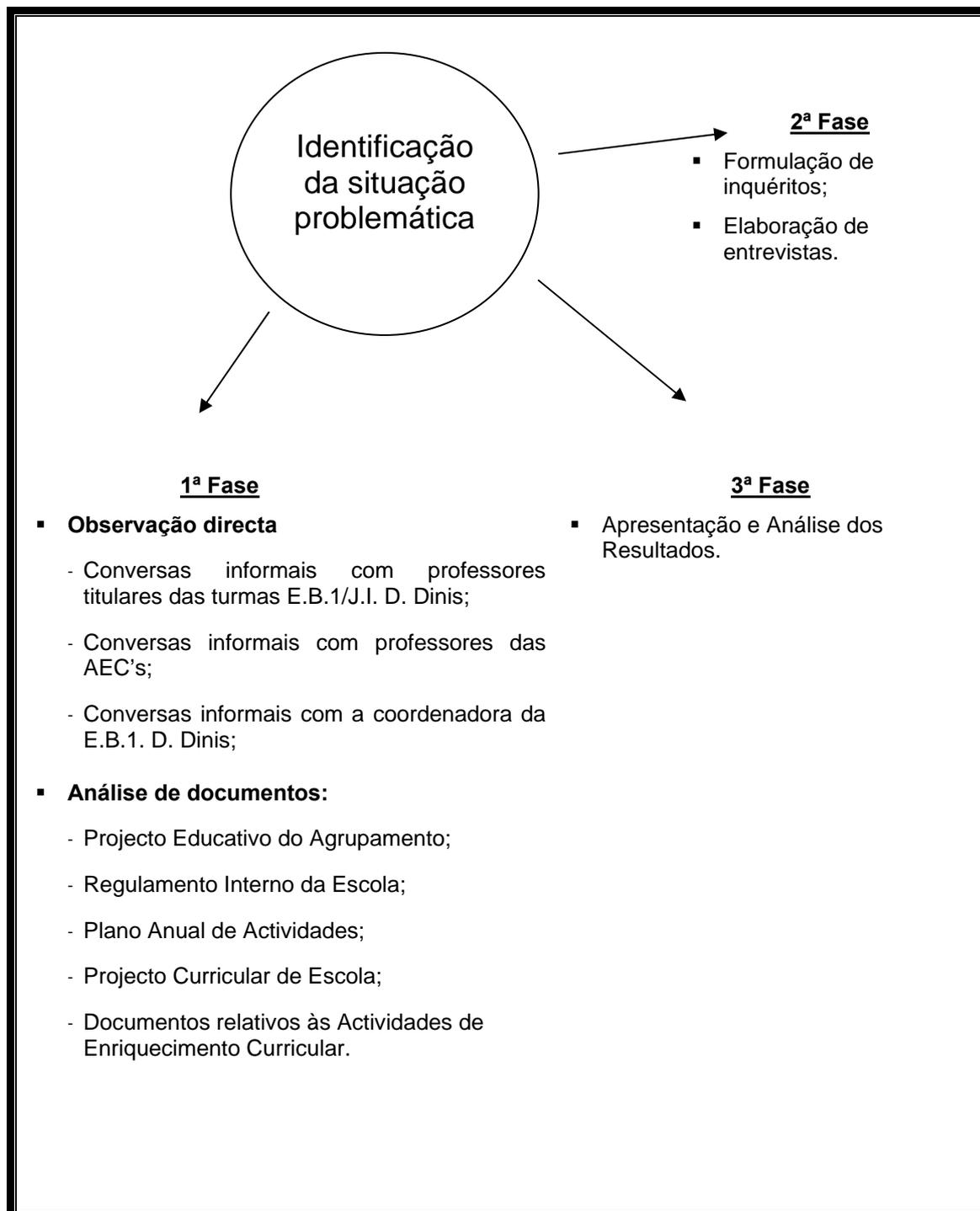


Figura n.º 1 - Fases do Desenho da Investigação

## 1.7.1. Instrumentos de Recolha de Dados

### 1.7.1.1. A Observação

A Observação deve ser feita pelo investigador de uma forma disciplinada, convicta, hábil, alicerçada em pressupostos fundamentados e planeada, possibilitando a recolha de dados relevantes, tendo em conta que observar determina comparar indicadores com a experiência anterior para posteriormente os poder analisar.

Segundo Flick (2005: 137), a observação permite ao investigador descobrir como as coisas de facto acontecem ou funcionam.

A nossa Observação foi directa, mas efectuada de um modo discreto, tentando não influenciar os resultados, mas sim obter mais informações que pudessem enriquecer a investigação.

Para Sousa, A.B. (2009:109) “(...)A observação em educação destina-se essencialmente a pesquisar problemas a procurar respostas para questões que se levantem e a ajudar na compreensão do processo pedagógico(...)”.

### 1.7.1.2. A Análise Documental

A análise documental é, sem dúvida alguma, fundamental para completar as investigações em educação. Este instrumento de análise de conteúdo exige que o investigador faça inferências sobre a problemática em estudo.

Segundo Sousa, A.B. (2009:262), “(...) a Análise Documental tem por objectivo dar forma conveniente e apresentar de outro modo a informação, facilitando a compreensão e a aquisição do máximo de informação com a maior pertinência(...)”.

### **1.7.1.3. Inquérito por Questionário**

A concepção de um questionário requer algum cuidado na elaboração das questões, uma vez que não há qualquer esclarecimento por parte do investigador.

Tal como afirma Sousa (2009), “ (...) a metodologia de inquérito consiste em formular uma série de perguntas directamente aos sujeitos, utilizando como instrumentos entrevistas, questionários ou testes. Utiliza-se esta metodologia quando a investigação procura estudar opiniões, atitudes e pensamentos de uma dada população e expressa-se geralmente em percentagens (...)”.

Assim, o método de interrogações deverá ser preparado de modo a que este tenha uma coesão intrínseca, representando-se de forma lógica para quem a ele responde. As questões devem ser curtas, objectivas e fechadas, de forma a não permitir ambiguidades.

*Citando Ferreira (1986:165), “ (...) Toda a acção de pesquisa se traduz no acto de perguntar. Isto é válido para todo o questionamento científico. Por isso todas as regras metodológicas têm como objectivo exclusivo o de esclarecer o modo de obtenção de respostas. Tudo se resume a saber fazer perguntas e a identificar os elementos constituintes da resposta. E isto não é nada pouco, contrariamente ao que possa parecer à primeira vista. Em primeiro lugar, obriga ao controlo da inteligibilidade da pergunta em toda a sua extensão e multiplicidade de dimensões e, em segundo lugar, exige a fixação de critérios para distinguir o que é ruído do que é sinal de resposta à pergunta formulada. Assim, a ‘arte de bem perguntar’ reside na capacidade de controlar as implicações dos enunciados das perguntas e das condições por estas criadas, no seio das quais emergem os enunciados classificados de respostas (...)”.*

Por não haver muito contacto com o inquirido, deve-se ter o cuidado de elaborar uma pequena introdução no início do inquérito, na qual se solicita a participação do inquirido e se indica o tema em estudo.

Este instrumento de recolha de informação tem algumas vantagens, tais como: maior facilidade de análise e interpretação dos dados, maior rapidez na recolha obtida, economicamente é mais acessível e possibilita a comparação de respostas de um modo mais fiável, permitindo a generalização dos resultados da amostra ao todo da população.

Por outro lado, as suas desvantagens, são as seguintes: dificuldade na sua concepção e testagem, destina-se a um número, de certa forma, limitado de pessoas e poderá obter um número reduzido de respostas, o que origina por vezes situações que podem colocar em risco o próprio estudo.

A elaboração do questionário passa por várias fases, tendo em consideração um conjunto de procedimentos, pois a grande maioria das vezes os inquiridos não têm acesso directo ao investigador e respondem sozinhos ao inquérito. Assim, há que ter a preocupação, como já atrás foi referido, de se elaborar um questionário com perguntas claras, simples, objectivas, directas e bem estruturadas, não induzindo em erro o inquirido.

Uma outra preocupação do investigador é a de não conceber questionários muito longos, para que os inquiridos não se neguem a responder.

Segundo Carmo & Ferreira (1998:140-147), a elaboração e aplicação de um questionário passa por três fases: “fase preliminar (antes); o decorrer (durante); fase subsequente (depois)”.

Na fase preliminar, o investigador constrói o questionário de acordo com a problemática que pretende investigar, adequando o número de inquéritos à amostra que pretende obter e tendo em consideração a disponibilidade de tempo que os inquiridos têm para responder. Normalmente o Investigador recorre a escalas de atitudes para melhor medir as opiniões dos inquiridos. As escalas mais utilizadas são a escala de Likert (1-5) e a escala-tipo (Sim/Não).

Na segunda fase, denominada, a do decorrer, o investigador deve começar por aplicar o questionário de validação, para tentar verificar a clareza,

objectividade e rigor do questionário, fazendo um pré-teste a um número restrito de pessoas, para proceder de imediato a alguns reajustes no mesmo e posteriormente aplicá-lo devidamente corrigido à amostra.

Na fase subsequente, a última deste processo, o investigador deverá fazer uma leitura atenta das respostas e verificar a fiabilidade das mesmas. Posteriormente, passa-se à análise dos dados, utilizando técnicas estatísticas e estabelecendo correlações entre variáveis.

Comparando com a técnica de entrevista, o questionário abarca uma amostra maior e mais representativa e um ganho em termos de tempo, mas perde por não haver um contacto mais directo e a informação ser mais restrita.

#### **1.7.1.4. Inquérito por Entrevista**

Segundo Carmo & Ferreira (1998), “(...) *Uma entrevista é uma conversa intencional, dirigida por uma pessoa com o objectivo de obter informações sobre outra(...)*”.

Esta técnica consiste na recolha de dados de opinião (Cohen, L. e Manion, L. (1985) que permitirão a caracterização do processo em estudo, conhecer os intervenientes no processo, testar hipóteses ou sugerir novas hipóteses, aprofundar determinadas respostas dadas através doutro processo de recolha de informação e também validar as respostas aos inquéritos realizados.

A utilização desta técnica é recomendável nos casos em que o investigador tem questões relevantes cujas respostas não encontra na documentação disponível, ou mesmo que as encontre, nos casos em que necessita de as aprofundar ou comprovar.

Como sabemos existem vários tipos de entrevista, mas a nossa escolha recaiu nas entrevistas semi-estruturadas, tendo o entrevistador que decidir quais as questões ou temas que pretende aprofundar, elaborando assim um

guião, mas simultaneamente tem que se encontrar disponível para aceitar abordar outras questões que possam decorrer da conversa.

Compete também ao entrevistador ter sensibilidade para a criação de um bom clima relacional com o entrevistado. No entanto, podem existir alguns constrangimentos que condicionarão a entrevista, os quais deverão sempre que possível ser rodeados.

A entrevista poder-se-á dividir em três fases distintas que passamos a enumerar:

1. parte inicial que decorre nos primeiros 10 a 15 minutos, em que se faz uma abordagem geral do tema, utilizando a terminologia comum dos sujeitos inquiridos.
2. a segunda parte que corresponde ao corpo da entrevista, em que o entrevistado é questionado de uma forma mais pertinente, ajudando-o a clarificar bem as suas ideias.
3. a última parte é aquela em que o tema tratado já foi todo explorado, surgindo por vezes algumas repetições. Nesta fase poderá o entrevistador colocar questões secundárias, aprofundando outros conhecimentos que possam enriquecer a entrevista e o tema objecto de estudo.

É importante que o entrevistador termine a sua missão no mesmo ambiente de cordialidade e simpatia como a iniciou e sempre que possível dar o feed-back da mesma.

### 1.7.1.5. Correlações

Após a recolha dos dados obtidos por questionário, deve proceder-se à correlação das variáveis encontradas, com vista a tentar perceber se existe ou não qualquer tipo de relação entre os resultados recolhidos, ou seja tal como afirma Sousa, A. B. (2009:303) “(...) Correlacionar é procurar relações(...)”.

### 1.7.1.6. Triangulação

A triangulação mais não é do que a combinação de um conjunto de dados recolhidos pelo método quantitativo e qualitativo com o objectivo de se complementar a informação de um determinado estudo caso.

Para Sousa, A. B. (2009:173) “(...) A Triangulação possui o mérito de conferir um certo robustecimento à validade de uma investigação de carácter qualitativo(...)”.

Flik (2005:271) diz-nos que a triangulação se baseia nas respostas aos questionários que deverão ser examinadas tendo em consideração a sua frequência e distribuição na amostra, bem como as respostas das entrevistas que deverão ser comparadas, desenvolvendo-se uma determinada tipologia.

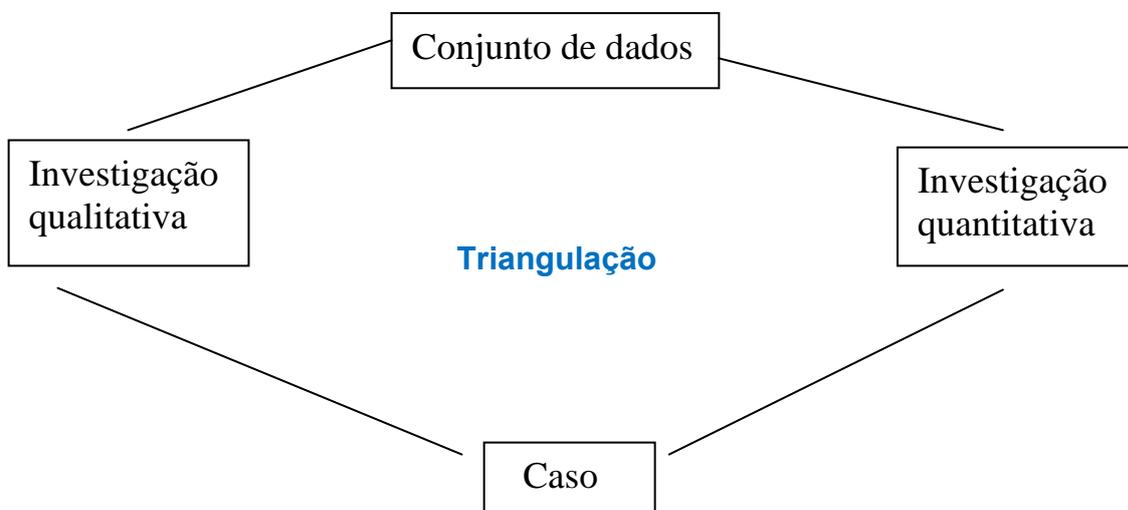


Figura nº 2 - Níveis de Triangulação da Investigação qualitativa e quantitativa Flik (2005:271)

Segundo Flick. U. (2005:231) “(...) *A triangulação dos dados pode ser um processo de enraizar melhor o conhecimento obtido com os métodos qualitativos. Enraizar não significa, aqui, testar resultados, mas ampliar e completar sistematicamente as possibilidades de produção do conhecimento. A triangulação é mais uma alternativa à validação que uma estratégia de validação de resultados e procedimentos (...)*”.

## **1.7.2. Procedimentos**

### **1.7.2.1. Técnicas de Observação**

A escola objecto de estudo facultou a observação directa da mesma sem colocar qualquer obstáculo ou entrave.

Numa primeira fase, procedeu-se à observação do seu funcionamento diário em que se tentou através de conversas informais, obter dados importantes para o decurso da investigação, tornando-a mais rica e completa.

A observação teve como finalidade o registo das características físicas da escola, das interacções sociais e dos factos ou situações visionadas durante a nossa permanência na mesma.

Tendo como referência Bogdan e Biklen (1994:90), a observação centrou-se fundamentalmente na descrição dos sujeitos e num contexto restrito como o espaço e o tempo do decurso das Actividades de Enriquecimento Curricular.

### **1.7.2.2. Técnica de Análise Documental**

A análise documental baseou-se fundamentalmente no acesso a documentos produzidos pelo Agrupamento de Escolas Avelar Brotero, tais como: o Projecto Educativo do Agrupamento, o Regulamento Interno da Escola, o Plano Anual de Actividades, o Projecto Curricular de Escola, e os

Conteúdos Programáticos das Actividades de Enriquecimento Curricular Implementadas para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro.

### **1.7.2.3. Técnicas Quantitativas: Os questionários**

Para a análise dos dados quantitativos, utilizámos o Programa SPSS - Statistical Package for the Social Sciences, versão 16.0, para a construção da base de dados e tratamento dos mesmos.

O mesmo programa, foi igualmente empregue para a elaboração dos gráficos, assim como o programa Microsoft Excel.

Por forma a verificar a fiabilidade dos questionários, procedeu-se à análise de consistência interna, apenas, para as questões que o permitiram.

<b>Questionário</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Itens</b>	<b>Alpha de Cronbach</b>
Alunos	Q6	10	0,801
Encarregados Educação	Q8	7	0,835
	Q13	7	0,868
	Q14	7	0,886
	Q15	7	0,881

**Tabela I – Consistência Interna**

Foi analisado o grau de fiabilidade das respostas, através do valor de Alpha de Cronbach, tendo-se verificado que todas as variáveis, possíveis de verificar neste estudo, apresentam um grau de consistência bastante elevado, sendo os mesmos superiores a 0,70, valor a partir do qual as escalas se consideram fiáveis (Cronbach, 2004). De entre as escalas, é de destacar a que se refere à Questão 14 do grupo dos Encarregados de Educação, uma vez que dispõe de um valor de 0,886, bastante perto de 1 (valor máximo de consistência).

No que respeita à elaboração dos nossos questionários, estes foram concebidos de forma a obter informações sobre determinadas categorias temáticas.

Numa primeira fase foi elaborado um pré-teste, a um grupo restrito de 17 inquiridos.

Estes inquiridos foram divididos da seguinte forma:

- cinco, alunos de outra escola E.B.1., do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero;
- cinco encarregados de educação dos alunos da referida escola;
- três professores titulares de turma dos alunos acima referidos,;
- três são professores das Actividades de Enriquecimento Curricular da mesma escola;
- uma inquirida , auxiliar de educação, representante do pessoal não docente do respectivo agrupamento de escolas.

Após as respostas ao pré-teste, verificámos se todas as questões estavam de acordo com os objectivos inicialmente formulados e se estas foram interpretadas e entendidas do mesmo modo por todos os inquiridos. Retiraram-se algumas questões consideradas inúteis ou desnecessárias, e acrescentaram-se outras questões que nos pareceram ser relevantes para o estudo. Tentámos também, perceber a opinião dos inquiridos sobre o grau de dificuldade do inquérito e sobre a sua dimensão.

O questionário aplicado aos alunos da escola objecto de estudo, foi concebido com o intuito de recolher informações sobre três categorias temáticas:

- Identificação;

- Implementação das AEC`s na E. B. 1. / J.I. D. Dinis;
- Implicações das AEC`S para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro.

Na categoria I que corresponde à “*Identificação*” foram colocadas três questões sobre: a idade, o sexo e o ano de escolaridade.

Relativamente à categoria II, que respeita à “*Implementação das AEC`S na E.B.1./J.I. D.Dinis*”, questionámos as crianças sobre as actividades realizadas nas várias áreas.

Por último, na categoria III, tentámos compreender quais as “*Implicações das AEC`s para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro*”, elaborando algumas questões, que nos ajudaram a conhecer qual a actividade preferida dos alunos, questionando as crianças sobre o contributo das AEC`s para a sua aprendizagem, interrogando-as sobre a motivação pelas referidas actividades, sobre o seu cansaço e tentámos também perceber com quem ficavam se não frequentassem as AEC`s .

No que respeita ao questionário aplicado aos Encarregados de Educação /Pais da escola objecto de estudo, o mesmo foi estruturado em quatro categorias temáticas:

- Identificação;
- Implementação das AEC`S na E.B.1./J.I. D.Dinis;
- Reorganização dos Espaços e Tempos Escolares;
- Implicações das AEC`s para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro.

No que concerne à categoria I que corresponde à “*Identificação*” dos inquiridos englobámos quatro variáveis: género, idade, habilitações literárias e actividade profissional.

No que concerne à categoria II, *“Implementação das AEC`S na E.B.1./J.I. D. Dinis”*, efectuámos algumas perguntas tais como: Frequência das AEC`s por parte dos seus educandos, nível de conhecimento dos objectivos das AEC`s, como tomaram conhecimento desses objectivos e forma de contacto com os diferentes professores das AEC`s.

Em relação à categoria III, que engloba a *“Reorganização dos Espaços e Tempos Escolares”*, colocaram-se questões sobre o conhecimento dos espaços físicos e a sua adequação para a leccionação destas actividades e também sobre o tempo que é disponibilizado para a realização das mesmas.

Relativamente à categoria III que corresponde às *“Implicações das AEC`s para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro”*, colocámos algumas questões que nos permitiram compreender o grau de satisfação dos encarregados de educação em relação ao trabalho desenvolvido pelos professores das AEC`S, perceber a sua opinião sobre as implicações deste programa, saber se estavam satisfeitos pelo facto dos seus educandos frequentarem uma escola a tempo inteiro, verificar quais os factores que consideram mais pertinentes para o desenvolvimento global dos seus educandos.

O questionário que aplicámos aos professores titulares das turmas, baseou-se em três categorias temáticas:

- Identificação;
- Implementação das AEC`S na E.B.1./J.I. D.Dinis;
- Implicações das AEC`S para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro.

Na categoria I que corresponde à *“Identificação”* dos inquiridos englobámos três variáveis: género, idade e tempo de serviço docente.

Relativamente à categoria II, que compreende à *“Implementação das AEC`S na E.B.1./J.I. D.Dinis”*, colocaram-se questões sobre a sua realização, sobre o tempo disponibilizado para a realização destas actividades bem como grau de importância de cada uma delas.

No que respeita à categoria III, em que se abordam as *“Implicações das AEC`S para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro”*, formularam-se questões sobre a influência das AEC`s no comportamento dos alunos e as suas repercussões no rendimento escolar, bem como sobre o funcionamento geral das AEC`s.

No que concerne ao questionário aplicado aos Professores das Actividades e Enriquecimento Curricular (AEC`s) da escola objecto de estudo, este foi organizado em três categorias temáticas:

- Identificação;
- Implementação das AEC`S na E.B.1./J.I. D.Dinis;
- Implicações das AEC`S para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro.

Assim, em relação à categoria I, que corresponde à *“Identificação”* dos inquiridos, esta foi dividida em três itens: género, idade e tempo de serviço docente.

Relativamente à categoria II, que engloba as *“ Implementação das AEC`S na E.B.1./J.I. D.Dinis”*, colocaram-se duas questões sobre a A.E.C. que cada um dos inquiridos ministra e a sua qualificação profissional para a leccionação dessa mesma actividade.

No que concerne à categoria III, *“Implicações das AEC`S para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro”* foram efectuadas perguntas sobre o grau de satisfação para com a entidade promotora, sobre o seu funcionamento geral e uma última sobre as características que a Escola a Tempo Inteiro pode trazer.

No que respeita ao questionário aplicado aos Auxiliares de Educação da respectiva escola, este foi organizado em três categorias temáticas:

- Identificação;
- Implementação das AEC`S na E.B.1./J.I. D.Dinis;
- Implicações das AEC`S para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro.

Na categoria I que corresponde à “*Identificação*” foram colocadas três questões sobre: o género, a idade e o tempo de serviço.

Relativamente à categoria II, que engloba a “*Implementação das AEC`S na E.B.1./J.I. D.Dinis*” colocaram-se três questões que abordaram a importância da realização de AEC`s , a influência no seu horário de trabalho e as condições materiais para a realização destas actividades.

No que respeita à categoria III em que focámos as “*Implicações das AEC`S para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro*”, tentámos perceber se as AEC`s exigem um acréscimo de trabalho na arrumação dos espaços, se na opinião das inquiridas, os alunos se encontram motivados para a realização destas actividades, qual a sua percepção sobre o valor formativo das AEC`s e também qual a AEC, mais relevante para a formação geral dos alunos.

#### **1.7.2.4. Técnicas Qualitativas: As Entrevistas**

No que concerne à elaboração das entrevistas, estas foram dirigidas:

- à Vice-Presidente do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero;
- à Coordenadora da E.B.1/J.I. D. Dinis;
- à Presidente da Associação de Pais da E.B.1/J.I. D. Dinis;
- à Responsável pela empresa parceira ;

- ao Técnico do Departamento de Educação, da Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora na implementação destas actividades.

As entrevistas foram previamente marcadas através de um contacto pessoal e foram posteriormente realizadas com o intuito de “(...) *retirar informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados(...)*” .(Quiy e Campenhoudt, 1992:193).

Assim, foi utilizada uma orientação semi-estruturada, em que se enquadraram questões temáticas que foram abordadas livremente, sem obedecerem a uma sequência rígida.

Tentámos intervir o menos possível, permitindo uma maior autenticidade em todo o processo. As entrevistas foram gravadas com autorização prévia dos interlocutores e posteriormente foram-lhes entregues as respectivas transcrições para uma possível leitura e confirmação.

De acordo com Bardin (1979:96), “(...)A *pré-análise e a leitura flutuante(...)*”, das entrevistas efectuadas, possibilitarão a identificação de alguns indicadores que contribuirão para a elaboração do sistema de caracterização temática. Esta categorização está implícita no guião que obedeceu a uma estrutura específica.

As entrevistas foram organizadas em seis metacategorias:

- Identificação;
- Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular na E.B.1./ J.I. D. Dinis;
- Reorganização dos Espaços e Tempos Escolares;
- Avaliação da Implementação do Programa das AEC`s;

- Implicações das AEC`S para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro;
- Sugestões de melhoria do Programa de Implementação das AEC`s.

Para cada uma destas metacategorias foram definidos os seguintes objectivos:

- Conhecer o Projecto das Actividades de Enriquecimento Curricular a decorrer na E.B.1./J.I. D. Dinis;
- Perceber como foram reorganizados Espaços e Tempos Escolares na escola objecto de estudo;
- Compreender o sistema de avaliação do Programa das AEC`s;
- Verificar as Implicações decorrentes da Implementação das AEC`s na Criação de uma Escola a Tempo Inteiro;
- Conhecer as sugestões apresentadas pelos diversos intervenientes para a melhoria do Programa de implementação das AEC`S.

Por sua vez, cada uma das metacategorias, anteriormente mencionadas, foi subdividida em várias categorias, de forma a possibilitar uma análise mais específica e detalhada de cada um dos itens.

A análise das entrevistas teve como objectivo principal a identificação de indicadores que visaram complementar os dados recolhidos nos inquéritos por questionário, efectuados aos alunos, encarregados de educação, professores titulares, professores das AEC`s e pessoal não docente.

Após a apresentação dos resultados das entrevistas, elaborámos sínteses das transcrições das mesmas, de acordo com o sistema de categorização que foi construído, que se encontram em anexo, conjuntamente com as suas transcrições na íntegra.

### **1.7.2.5. Justificação da Apresentação e Análise dos Dados Recolhidos**

Tal como referimos anteriormente, as escalas mais utilizadas, na metodologia quantitativa, são a escala de Likert (1-5) e a escala-tipo (Sim/Não).

Tendo em consideração o público-alvo do nosso estudo, optámos por não utilizar, em todas as questões, a escala de Likert, pois a nossa grande preocupação foi conhecer o funcionamento das AEC`s e debruçarmo-nos sobre a qualidade das mesmas e não verificar apenas a frequência da ocorrência das respostas.

Deste modo, foram efectuados cruzamentos e correlações entre os inquiridos dos cinco tipos de inquéritos e triangulações entre estes e os cinco inquiridos por entrevista.

## **1.8. Limitações do Estudo**

Em qualquer trabalho desta natureza, o investigador depara-se, mesmo tentando minimizar o seu efeito, com um conjunto de limitações, que vão, naturalmente, influenciar o estudo efectuado. De entre aquelas que ocorrem com maior frequência, destacamos a limitação de tempo disponível para a sua concretização, nomeadamente nas componentes da pesquisa documental, da revisão bibliográfica e da recolha de dados, pois, conciliar a actividade profissional com a académica, nem sempre é tarefa fácil.

Por outro lado, esta temática, por ser muito actual, reveste-se de uma enorme carência bibliográfica o que nos impede de fazer leituras convincentes e bem fundamentadas.

Uma outra limitação, prende-se com a objectividade do estudo, pois apesar de se tentar a máxima imparcialidade, por vezes, deparamo-nos com a dificuldade em distanciarmo-nos dos sujeitos e das observações efectuadas, embora tivéssemos partido para este estudo sem ideias pré- concebidas. Pelo

contrário, o espírito de curiosidade e o da procura da verdade dos factos esteve sempre presente, por conhecermos, à partida, um conjunto de opiniões divergentes sobre a importância da implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular.

Igualmente apresentamos como uma limitação da presente investigação, aquela que decorre da própria natureza do estudo, porque ao tratar-se de um estudo de caso, não podem ser generalizadas as suas conclusões a todas as escolas do país, podendo em outros contextos distintos, obterem-se outros resultados.

Não obstante o que atrás foi referido estas limitações não constituíram impedimento para validar os resultados da nossa investigação e as conclusões que se retiraram a partir da análise dos mesmos.



## **CAPÍTULO V: Caracterização do Campo de Investigação**

### **1. O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS AVELAR BROTERO**

#### **1.1. Caracterização do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero**

O Agrupamento de Escolas Avelar Brotero encontra-se sediado no concelho de Odivelas, que por sua vez é um dos mais novos concelhos de Portugal, tendo sido criado no dia 19 de Novembro de 1998.

A localização geográfica do Concelho de Odivelas, na sua condição de território periférico da capital, influenciou durante muitos anos, a evolução do sector empresarial, pois era reconhecido, por muitos, como um “dormitório”. No entanto, nos últimos anos, tem-se verificado uma tendência positiva na evolução do crescimento económico do concelho.

A população odivelense é tão numerosa como diversificada, não só no que diz respeito ao aspecto étnico e cultural como também ao socioeconómico. O sector terciário é de longe o que mais predomina no concelho, seguindo-se o sector secundário e depois o sector primário.

As escolas que constituem o agrupamento em análise são diferenciadas em relação ao tipo de edificação, época de construção e estado de conservação.

Neste agrupamento encontram-se as seguintes escolas:

- Escola do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico Avelar Brotero, situada em Odivelas e com um anexo situado no Olival de Basto;
- Escola Básica do 1º Ciclo António Maria Bravo (edifício da antiga E.B. 1 n.º 2 de Odivelas);
- Escola Básica do 1º Ciclo Bernardim Ribeiro (edifício da antiga E.B. 1 n.º 5 de Odivelas);
- Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância do Olival de Basto;
- Jardim de Infância Álvaro de Campos (edifício do antigo J.I. n.º 1 do Bairro da Codivel);
- Jardim de Infância Roque Gameiro (antigo J.I. n.º 3 do Bairro E.D.E.C.);
- Escola Básica do 1º Ciclo/Jardim de Infância D. Dinis (edifício da antiga E.B. 1/J.I. n.º 2 de Odivelas), escola que constitui o nosso objecto de estudo.

No que diz respeito aos alunos, estima-se que serão cerca de 1700 os que frequentam as escolas deste Agrupamento, com idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos em regime diurno. Importa ainda referir que 58 alunos que se encontram a frequentar o Ensino Recorrente Nocturno.

	Total de alunos	Abrangidos pelo SASE	Com NEE
<b>Pré-escolar</b>	199	28 (14%)	6 (3%)
<b>1º Ciclo</b>	831	188 (23%)	42 (5%)
<b>2º Ciclo</b>	466	103 (22%)	47 (8%)
<b>3º Ciclo</b>	120	30 (25%)	

**Quadro n.º 17**– Número de Alunos que frequentam o Agrupamento de Escolas Avelar Brotero

No que concerne ao corpo docente do Agrupamento, este é composto por cerca de 185 professores, sendo 60% do quadro de nomeação definitiva, com experiência profissional e que possuem, em média, 18 anos de serviço.

Existe ainda uma equipa de Apoios Educativos, constituída por 11 professores repartidos pelas sete escolas do Agrupamento.

Relativamente ao pessoal não docente, o mesmo é composto por 68 elementos que constituem o Pessoal Técnico e Administrativo (10 elementos) e o Pessoal Auxiliar de Acção Educativa (56 elementos) e 2 guardas-nocturnos. Dos 56 elementos do Pessoal Auxiliar de Acção Educativa, 10 trabalham em Jardins de Infância, 22 em Escolas do 1º Ciclo do Ensino básico e 24 em Escolas dos 2º e 3º Ciclos.

Os Encarregados de Educação apresentam uma grande diversidade económica, social, profissional, cultural e étnica. Existem Associações de Pais nas várias escolas do Agrupamento, pertencendo ao Conselho Pedagógico, três elementos representativos dos ciclos existentes.

O Conselho Pedagógico, em parceria com pais, encarregados de educação, pessoal não docente, pessoal docente, alunos e equipa de Saúde Escolar definem princípios, valores e políticas educativas que visam, com base no Projecto Educativo do Agrupamento:

- Melhorar a qualidade de ensino;
- Combater a indisciplina e a violência;
- Praticar a tolerância e o respeito;
- Desenvolver um clima de satisfação;
- Optimizar os espaços existentes;
- Desenvolver uma cultura de escola promotora da saúde.

Para esse efeito pretende-se:

- Fomentar estratégias que despertem nos alunos uma maior consciência para os factores determinantes do seu bem-estar físico, mental, social e ambiental;
- Promover uma educação para a cidadania na comunidade educativa, valorizando a aquisição de competências e atitudes democráticas de entreajuda e cooperação, de apreço pela diversidade, reconhecendo-a como um princípio enriquecedor na construção da personalidade;
- Conduzir as actividades para a melhoria da qualidade das aprendizagens;
- Aprofundar as relações entre todos os intervenientes da comunidade escolar tendo como base os valores da tolerância, igualdade e o respeito pela individualidade;
- Estreitar a colaboração entre o Agrupamento, o Poder Local, a equipa de Saúde Escolar e demais forças vivas numa concepção da Escola como parte integrante da comunidade onde se insere.

### **1.1.1. Linhas orientadoras do Agrupamento**

Este agrupamento de escolas, rege-se por um conjunto de linhas orientadoras, das quais destacamos as seguintes:

- Activar os mecanismos necessários para fazer cumprir o Regulamento Interno e o Plano Anual de Actividades;
- Aumentar o controlo do cumprimento das normas definidas no Regulamento Interno no que diz respeito aos docentes, aos não docentes e aos alunos, para melhorar comportamentos e atitudes;

- Incentivar a participação dos alunos na vida escolar responsabilizando-os na melhoria de condições e funcionamento da escola;
- Estimular a realização de iniciativas que proporcionem melhores condições de trabalho e um bom clima de relacionamento;
- Valorizar a diversidade cultural, como forma de integrar e enriquecer o convívio;
- Investir fortemente nos apoios educativos;
- Implicar, cada vez mais, os Encarregados de Educação e os Parceiros Sociais na vida escolar;
- Contribuir para a aplicação do Programa Nacional de Saúde Escolar.

### **1.1.2. Estratégias utilizadas no Agrupamento**

No âmbito das estratégias de desenvolvimento curricular encontram-se: a carga horária que é gerida pela escola, a opção das disciplinas dos 2º e 3º ciclos que beneficiam do meio bloco, os critérios de constituição das turmas, os critérios de elaboração de horários, os critérios de distribuição de serviço docente e de pessoal de acção educativa e a avaliação, que são, anualmente, estabelecidas em Conselho Pedagógico.

A constituição das turmas é da competência de cada escola do agrupamento, cumprindo os seguintes critérios:

- Sempre que solicitado por escrito, no acto de matrícula, pelos Encarregados de Educação, e desde que o Conselho Executivo não tenha conhecimento de qualquer inconveniente pedagógico, os grupos-turma do 4º ano serão mantidos no 5º ano de escolaridade;

- Deverá ser tido em conta a existência de irmãos a frequentar o estabelecimento e as turmas devem ser equilibradas no respeitante ao sexo e às etnias;
- Os alunos estrangeiros que não dominem a língua portuguesa, poderão ser agrupados por nacionalidade, tendo em vista uma maior facilidade de integração escolar e social;
- Na educação pré-escolar, e desde que o número de crianças o permita, os grupos serão homogéneos por idades. Só serão heterogéneos quando o número de alunos em cada nível etário não for suficiente para a constituição de um grupo;
- Na educação pré-escolar, depois de organizados os grupos-turma será elaborada a lista de espera ordenada por idades;
- Nos 1º, 2º e 3º ciclos deverá, sempre que possível, manter-se o grupo turma, através da aplicação de critérios pedagógicos devidamente explicitados em acta de conselho de turma;
- O grupo-turma deverá ser, sempre que possível, homogéneo quanto ao nível etário e, se tal for conveniente, deverá haver uma distribuição equitativa das retenções pelas turmas;
- Serão tidas em conta as limitações dos alunos com Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente, nomeadamente em questões de acessibilidade aos vários espaços onde se desenvolvem as actividades lectivas;
- Relativamente à constituição de turmas do 7º ano de escolaridade, os critérios aplicados são de natureza administrativa, uma vez que o número de turmas depende da procura no 5º ano, a quem, por imposição da tutela, é dada prioridade. Assim sendo, os alunos que constituem as turmas de 7º ano, serão seleccionados em função da proximidade da sua residência à escola.

Por sua vez, os critérios de constituição de horários são seguintes:

- Ao longo de cada ciclo, os alunos deverão manter-se nos mesmos turnos, no entanto, por necessidade de equilíbrio do número de turmas, da manhã e da tarde, os alunos do 3º ciclo poderão ter de mudar de turno;
- A educação pré-escolar funcionará sempre em regime normal;
- No 1º ciclo, funcionarão turmas em regime duplo apenas quando o número de turmas for superior ao número de salas disponíveis, sempre que possível, atribui-se o regime normal ao maior número de turmas;
- No 1º ciclo, sempre que a continuidade pedagógica venha a implicar mudança de turno, os pais / encarregados de educação deverão ser consultados no sentido de manifestarem a sua preferência (manutenção do horário ou manutenção do professor);
- Para a implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular e nas escolas onde não haja salas disponíveis, será necessário reservar uma sala para esse efeito;
- As coordenações pedagógicas de ciclo e as direcções de turma deverão ser atribuídas a docentes com reconhecida capacidade e perfil adequados, tendo em conta a legislação em vigor;
- A cada professor não deverão ser atribuídas mais de três disciplinas;
- A nenhum professor deverão ser dadas mais do que cinco turmas, exceptuando-se o caso de professor único na disciplina ou professor de disciplina cuja carga horária semanal não o permita;

- A atribuição de turmas nos anos sequenciais deverá obedecer ao princípio da continuidade pedagógica, salvo se, razões objectivas do desempenho do professor, não o recomendem;
- A distribuição de anos e níveis deverá obedecer, em 1.º lugar, ao critério da habilitação profissional do professor, seguindo-se o da habilitação própria, caso não haja serviço lectivo suficiente dentro da habilitação profissional;
- A atribuição de apoios educativos, em muitas situações, serve de complemento da componente lectiva, em função da carga horária semanal das disciplinas e também como componente lectiva dos docentes da área do Conselho Executivo;
- A cada educador de infância / professor do 1º ciclo, deverão ser atribuídos dois tempos de componente não lectiva para trabalho de escola, para além das vinte e cinco horas de componente lectiva e de três horas reservadas a reuniões;
- A cada professor do ensino especial e dos 2º e 3º ciclos, deverão ser atribuídos dois tempos de componente não lectiva para trabalho de escola, para além das vinte e duas horas de componente lectiva e de três horas reservadas a reuniões;
- A componente de trabalho individual deverá ser de cinco horas para os educadores de infância e professores do 1.º ciclo e de oito horas para os professores do ensino especial e dos 2.º e 3.º ciclos;
- Nas horas correspondentes à redução da componente lectiva, ao abrigo do art.º 79º do Decreto-Lei nº 14460/2008, serão desempenhados cargos de coordenação de departamento e coordenação pedagógica, serão também desempenhadas as actividades de acompanhamento aos alunos na sala de estudo, sala de informática e biblioteca, aulas de substituição e projectos.

Relativamente à elaboração dos horários das turmas dos 2º e 3º ciclos, sempre que possível, tentar-se-á cumprir o seguinte:

- Destinar as salas dos pisos inferiores aos alunos do 2º ciclo e dos pisos superiores aos do 3º;
- Fixar as turmas às salas, apenas rodando em disciplinas com espaços próprios;
- Elaborar os horários de modo a que os alunos dos 2º e 3º ciclos só tenham aulas dois dias por semana, no turno inverso.

Os critérios de distribuição de serviço passam em 1º lugar pela continuidade pedagógica e em 2º lugar pelos anos de serviço. O Conselho Executivo reserva-se o direito de não cumprir os critérios de continuidade pedagógica, sempre que daí resulte prejuízo para a aprendizagem dos alunos.

Sempre que se verifique alteração do número de turmas (aumento ou diminuição) no 1.º ciclo, o critério da escolha de horários deverá ser o tempo de serviço.

Na escola sede desenvolvem-se actividades curriculares específicas para aprendizagem da língua portuguesa como 2ª língua aos alunos cuja língua materna não seja o português.

Os alunos que não concluem o 2º Ciclo dentro do nível etário estabelecido, podem frequentar o Ensino Recorrente Nocturno, na Escola Secundária de Odivelas, que funciona sob a dependência administrativa e pedagógica da Escola Sede.

As Actividades de Enriquecimento Curricular, diferenciação das aprendizagens e projectos podem revestir-se de um carácter científico, literário, artístico, desportivo, de formação cultural e/ou cívica, sendo a participação dos alunos de escolha livremente assumida e facultativa.

Deste leque de actividades fazem parte a iniciação de uma língua estrangeira. Todas as escolas do 1º ciclo terão em funcionamento a actividade de Ensino do Inglês, com carácter extra-curricular e de frequência facultativa.

Com o Desporto Escolar, iniciativa do Ministério da Educação, pretende-se promover o gosto pela actividade física, o espírito de equipa, hábitos de vida saudável e motivar a comunidade escolar para a prática desportiva.

Como meio privilegiado de comunicação existem os Jornais de Escola, que envolvem toda a comunidade escolar do Agrupamento, indo ao encontro dos interesses dos alunos, criando espaços específicos para as áreas curriculares e/ou turmas e divulgando actividades que se vão realizando no Agrupamento.

As actividades de natureza lúdica, cultural e formativa pretendem ocupar os alunos nos seus tempos livres em áreas diversificadas e contribuir para a formação integral do aluno, tornando-o mais interessado pelo mundo que o rodeia nas várias vertentes, quer sejam do domínio humanístico, social ou tecnológico.

A Escola Sede tem vindo a aumentar a oferta de acesso às tecnologias de informação e Comunicação, colocando ao serviço dos alunos um número crescente de computadores. Deste modo, tem-se promovido a pesquisa, recolha e tratamento de informação para a realização de trabalhos das diferentes disciplinas e áreas curriculares, bem como o acesso livre, com carácter lúdico, para ocupação de tempos livres.

Para o acompanhamento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) existe uma equipa de Apoios Educativos, constituída por 11 professores distribuídos pelas 7 escolas do Agrupamento.

O número de alunos que exige um acompanhamento específico adequado e que beneficiam deste serviço, tem vindo gradualmente a aumentar, sendo da ordem dos 3% no Pré-Escolar, 5% no 1º Ciclo e 8% nos 2º e 3º Ciclos.

No que diz respeito à formação do corpo docente, pessoal de acção educativa e encarregados de educação, a mesma, deverá ser realizada quer nas escolas quer em centros de formação de acordo com as necessidades manifestadas. Cabe a cada elemento do grupo a contínua autoformação tão necessária ao trabalho a desempenhar.

Em relação aos encarregados de educação procurar-se-á realizar acções de formação, a concretizar preferencialmente pela Associação de Pais, que propõe criar uma “Escola de Pais”, impulsionando acções de carácter voluntário ao longo do ano.

O Agrupamento de escolas define que uma avaliação participativa significa a intervenção dos diferentes actores na tomada de decisão e leva a promover o desenvolvimento de uma cultura de cooperação e democracia na escola.

Deverá ser constituída uma Comissão de Avaliação e Acompanhamento formada por um elemento da Secção de Formação do Conselho Pedagógico, um Subcoordenador de Departamento, o Coordenador de Directores de Turma e um representante dos Encarregados de Educação.

A comissão deve ter como objectivos:

- Acompanhar o desenvolvimento das actividades que se desenvolvam no quadro do Projecto;
- Avaliar os efeitos que este Projecto produz ao nível do sucesso escolar e pessoal dos alunos;
- Avaliar o desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular;
- Recolher e analisar as representações que os professores fazem do desenvolvimento do Projecto e dos efeitos por ele gerados;

- Avaliar as actividades de formação para professores e outros elementos da comunidade no âmbito do Projecto.

Os parâmetros de avaliação a considerar serão:

- Eficácia – relativo à consecução de objectivos;
- Coerência – articulação entre as orientações enunciadas e os objectivos;
- Conformidade – relacionado com a implementação do próprio sucesso;
- Pertinência – associado à validade das acções planeadas e desenvolvidas.

A avaliação será orientada por cada um destes parâmetros, consoante as componentes que o projecto privilegia, as questões a que pretende responder e a natureza das decisões a tomar.

Após a conclusão do processo de avaliação, o grupo responsável divulgará os resultados à comunidade educativa, solicitando o seu apoio e sugestões para a melhoria do Projecto.

Para que a avaliação tenha uma função reguladora, não pode limitar-se a tirar conclusões, mas deve apoiar a tomada de decisões e elaborar recomendações, sempre que necessário.

A partir das recomendações elaboradas pelo grupo de avaliação, inicia-se um processo de informação e negociação junto dos elementos ligados aos itens avaliados para que a tomada de decisões seja participada por todos os interessados.

## **1.2. Caracterização da Escola D. Dinis de Odivelas**

### **1.2.1. Espaços**

A Escola E.B.1/J.I. D. Dinis de Odivelas está situada no coração da cidade de Odivelas, numa zona considerada “histórica”, por nela existirem alguns monumentos bastante antigos e seculares, considerados património local e nacional, sendo apontados como referências da cidade de Odivelas, como por exemplo a Igreja Paroquial, o Cruzeiro, o Convento de Odivelas e o antigo Mosteiro de S. Dinis.

Esta escola localiza-se na Rua Professor Doutor Francisco Gentil. É constituída por dois edifícios, embora integrados, quer no que toca ao funcionamento pedagógico, quer administrativo. A Norte identifica-se a Escola do 1.º ciclo e a Sul o Jardim-de-Infância.

O edifício é do tipo urbano Novo Plano, construído entre os anos de 1967/68. No ano lectivo de 2000/2001 iniciaram-se obras de melhoramento que consistiram na construção de:

- Um refeitório
- Uma sala polivalente
- Uma sala de repouso no Jardim-de-infância
- Um gabinete de serviços administrativos e coordenação.

O edifício é composto por 14 salas, ocupadas por 14 turmas do 1.º ciclo e 2 salas destinadas ao Jardim de Infância.

No edifício onde se localiza o Jardim de Infância existem:

- Hall de entrada;
- 2 Salas de actividades;
- 1 Sala de apoio (Polivalente);

- 2 WC de adultos (que servem todo o Corpo Docente do edifício);
- 3 Lavatórios de adultos;
- 8 WC's de criança;
- 7 Lavatórios de criança;
- 1 Banca para mudança de fraldas;
- 1 Vestiário para criança;
- 1 Duche;
- 1 Despensa;
- 1 Pequeno gabinete (onde está instalado o telefone/fax, documentação).

No exterior há um espaço bastante amplo, um parque infantil com escorrega e uma horta pedagógica.

Tem 5 espaços cobertos, mas que são insuficientes para dar resposta ao número de alunos existentes neste estabelecimento, sobretudo em dias de chuva.

No final do ano lectivo de 2007/2008, o edifício voltou a ser contemplado com mais obras de beneficiação nas salas de aula (reparação do chão e colocação de janelas de alumínio) e na cozinha (com a construção de uma zona de lavagens, e despensa, para um mais adequado armazenamento de produtos).

A Escola E.B.1/J.I. D. Dinis de Odivelas, possui ainda os seguintes espaços:

<b>Espaços</b>	<b>Funções</b>
<b>Biblioteca / Mediateca</b>	<b>Espaço de apoio às AEC</b>
A. T. L. Sala Polivalente do Jardim de Infância	Sala para a prática de actividades de desenvolvimento motor para as crianças do Jardim de Infância
Sala de Professores	Espaço para algumas reuniões de departamento
Gabinete administrativo (antiga secretaria)	Espaço para todos os docentes receberem os encarregados de educação sempre que necessário

**Quadro n.º 18 – Outros Espaços da E.B.1./ J.I. D. Dinis**

## **1.2.2. Recursos Humanos**

### **1.2.2.1. Órgãos de Gestão**

A E.B.1./J.I. D. Dinis de Odivelas pertence ao Agrupamento de Escolas Avelar Brotero, onde se encontra o Órgão de Gestão que, para além da escola objecto de estudo, emana as mesmas directrizes para as restantes escolas pertencentes ao referido agrupamento. Todas se regem pela mesma orgânica e respectivas “políticas” de funcionamento, quer ao nível administrativo, quer pedagógico.

Assim, o Conselho Executivo é constituído actualmente, devido ao novo modelo de gestão, por uma Directora e duas adjuntas.

A Escola E.B.1./J.I. D. Dinis é coordenada por uma docente que acumula esta função com a do apoio educativo.

### **1.2.2.2. O Corpo Docente**

Neste estabelecimento de ensino existe um corpo docente constituído por vinte e dois docentes, entre Professores e Educadoras.

### **1.2.2.3. Pessoal Auxiliar**

Nesta escola existem cinco Auxiliares de Acção Educativa, sendo que duas são efectivas e três estão a contrato a termo certo.

As tarefas atribuídas consistem na recepção diária das crianças, para além do apoio às salas de aula, a vigilância dos espaços exteriores e interiores da escola, o acompanhamento das crianças com Necessidades Educativas Especiais, o acompanhamento e apoio às visitas de estudo, o acompanhamento e apoio no refeitório e a higienização dos espaços, vigilância do portão e acompanhamento das crianças em caso de acidente a unidades de cuidados de saúde.

No que diz respeito ao Jardim de Infância, existem duas colaboradoras em que uma desempenha a função de Assistente Educativa e outra tem a função de Auxiliar de Acção Educativa.

### **1.2.3. Caracterização da População Escolar**

A população escolar é heterogénea, relativamente ao contexto socioeconómico, pois existem crianças oriundas de famílias pertencentes a uma dita "classe média" e alguns casos de crianças provenientes de agregados familiares que beneficiam do rendimento mínimo. Por outro lado, estão também presentes casos de crianças vindas de lares onde estão identificadas situações de toxicodependência e de famílias desestruturadas.

Os alunos são 323 do 1.º ciclo e 45 do pré-escolar. Distribuem-se por catorze turmas do 1.º ciclo e duas da educação pré-escolar. A distribuição dos alunos por ano de escolaridade e por sexo é a seguinte:

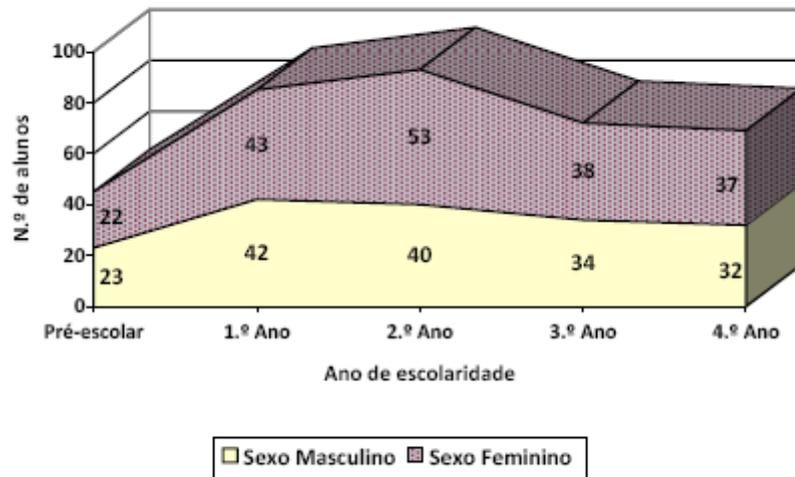


Gráfico I – Sexo dos alunos da Escola EB1/JI D. Dinis

Como se pode verificar o número de rapazes e raparigas é equilibrado, havendo uma diferença mais significativa apenas no 2.º ano de escolaridade, com mais 13 raparigas do que rapazes.

#### 1.2.4. Auxílios Económicos

O número de alunos abrangidos pelos Auxílios Económicos é de 56 até ao mês de Outubro de 2008, a sua distribuição verifica-se da seguinte forma:

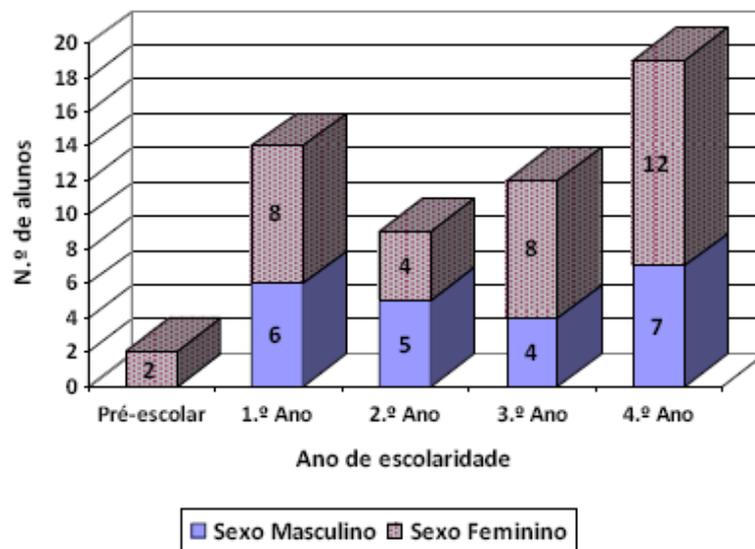
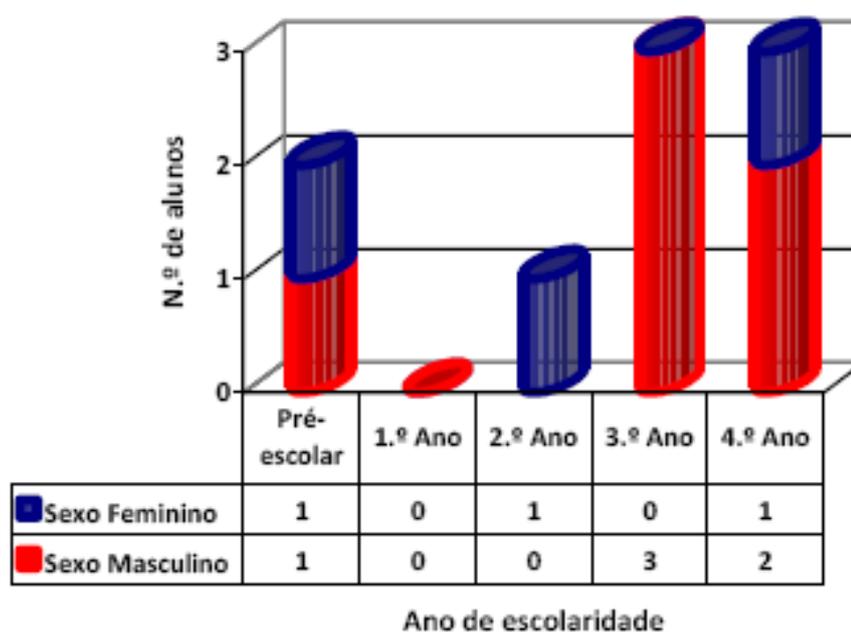


Gráfico II – Alunos abrangidos pelos Auxílios Económicos

Os pedidos de auxílio económico são em maior número no 4.º ano de escolaridade e menos evidentes na educação pré-escolar. Um dos factores que mais influência esta tendência prende-se com a aquisição dos manuais escolares, apesar de no presente ano lectivo a Câmara Municipal de Odivelas ter dado um grande contributo na atribuição dos mesmos, sobretudo nas áreas de Língua Portuguesa, Estudo do Meio e Matemática.

### **1.2.5. Distribuição dos alunos no Ensino Especial**

O ensino especial é da responsabilidade de dois docentes, devidamente credenciados para o efeito.



**Gráfico III – Distribuição dos alunos no Ensino Especial**

Pela observação do gráfico, verifica-se que há mais crianças a necessitarem de apoio especializado nos 3.º e 4.º anos de escolaridade, seguido do número de crianças a frequentarem o Jardim de Infância.

### 1.2.6. Alunos que usufruem de apoio educativo

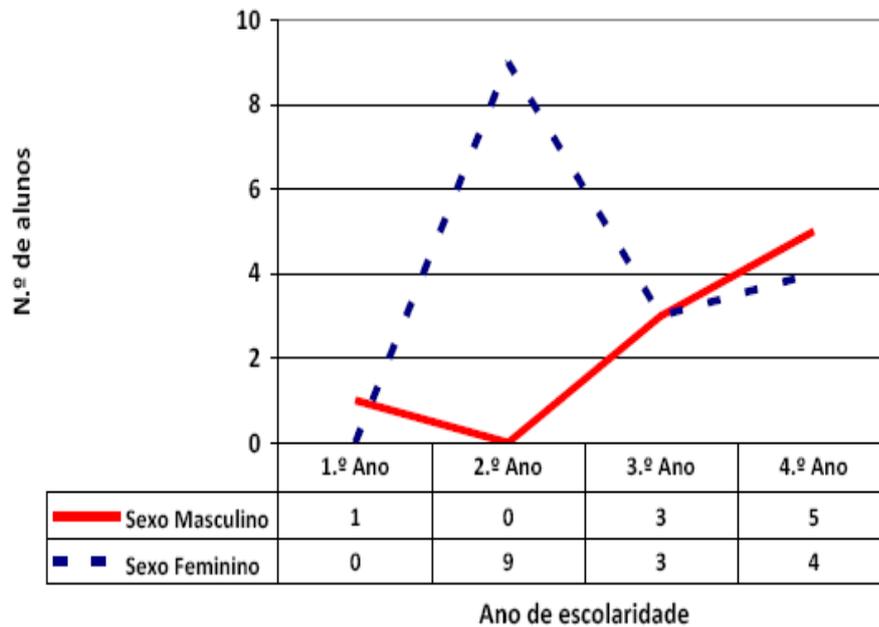


Gráfico IV – Alunos que usufruem de apoio educativo

O apoio educativo é leccionado por duas docentes. As crianças têm em média duas sessões de trabalho por semana. As dificuldades são mais evidentes ao nível dos 2.º e 4.º ano de escolaridade, daí o número de crianças que usufruem desta modalidade ser mais elevado por comparação com os restantes anos de escolaridade.

### 1.2.7. Outros Parceiros

A E.B.1./J.I. D. Dinis conta com o apoio de uma equipa de Saúde Escolar, sob coordenação da Senhora Delegada de Saúde de Odivelas.

A escola possui, para além do corpo docente permanente, uma outra equipa que trabalha directamente com os alunos.

Para além dos já mencionados docentes, existe ainda a equipa que compõe o Centro de Actividades de Tempos Livres, da responsabilidade da Associação de Pais que, anualmente, dinamiza esta valência.

Em regra, e por acordo celebrado em Assembleia de Pais e Encarregados de Educação, é estabelecido um Protocolo de cedência e utilização de espaço, entre a Associação de Pais, Empresa a contratar, Coordenação de estabelecimento, Conselho Executivo, e com o conhecimento da Câmara Municipal de Odivelas, como entidade proprietária das instalações escolares.

A equipa tem várias monitoras que ocupam as crianças, com as suas actividades dos tempos livres no início do dia e após horário de funcionamento do estabelecimento.

### **1.2.8. Parcerias**

O trabalho desenvolvido na Escola é suportado por parcerias estabelecidas com as seguintes instituições/organismos:

- D.R.E.L.
- Câmara Municipal de Odivelas
- Junta de Freguesia de Odivelas
- Centro de Saúde de Odivelas
- Associação de Pais da Escola E.B.1/J.I. D.Dinis
- PSP de Odivelas - «Escola Segura»
- Escola Secundária de Odivelas
- Federação de Karaté – Shotocan
- Centro Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Odivelas (CURPIO)

- Instituto de Formação e Apoio ao Estudante (IFAPES)
- Biblioteca Municipal D. Dinis

### **1.2.9. Projectos em que participa a E.B.1./J.I.D. Dinis**

Importa mencionar, ainda, os vários projectos em que esta instituição tem estado envolvida, quer pela sua diversidade, quer pela sua pertinência:

- “Ler + – Plano Nacional de Leitura”
- “Projecto – Educação Sociedade e Cidadania – Educar... Aprender, fazer... e Partilhar”
- “Ser Seguro” – Educação Rodoviária
- “À procura do conhecimento”
- “Desenvolvendo qualidade e parcerias”
- “Crescer a brincar”



## CAPÍTULO VI – Análise de Conteúdo

### 1. Apresentação e Análise dos Resultados Quantitativos

#### 1.1 Alunos

##### 1.1.1. Género dos intervenientes

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Masculino	78	44,6	44,6	44,6
	Feminino	97	55,4	55,4	100,0
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela II – Género dos Alunos da E.B.1. /J.I. D. Dinis

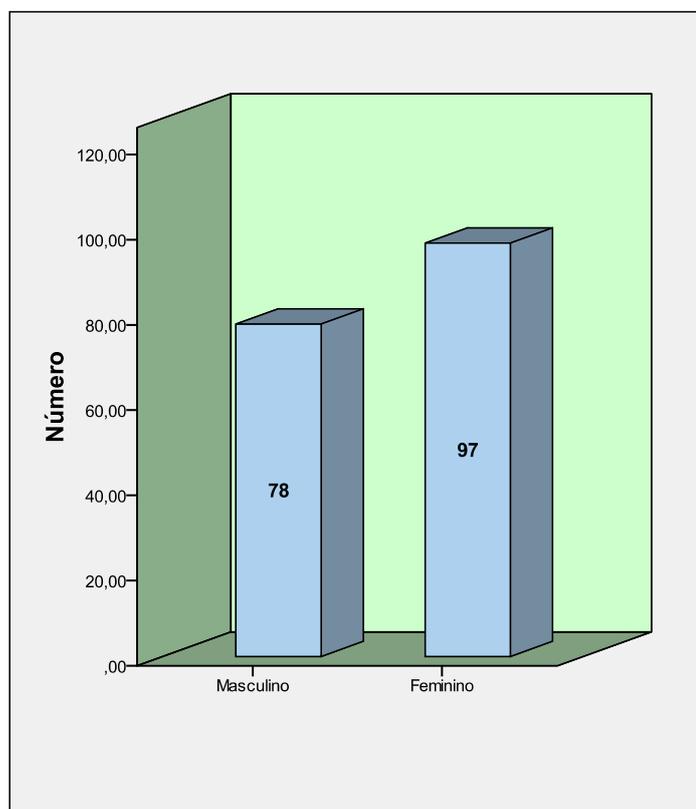


Gráfico V – Género dos alunos da E.B.1. /J.I. D. Dinis

### 1.1.2. Idade dos intervenientes

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	6	32	18,3	18,3	18,3
	7	53	30,3	30,3	48,6
	8	41	23,4	23,4	72,0
	9	32	18,3	18,3	90,3
	10	13	7,4	7,4	97,7
	11	4	2,3	2,3	100,0
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela III – Idade dos alunos da E.B.1./ J.I. D. Dinis

Em relação ao género dos alunos inquiridos, 55,4% é do género feminino e 44,6% é do género masculino.

A idade dos alunos inquiridos varia entre os 6 e os 11 anos. As percentagens repartem-se, sobretudo, entre os 7 anos, 30,3% com uma frequência de 53 alunos, os 8 anos, 23,4% com uma frequência de 41 alunos. Com 6 e 9 anos a percentagem dos alunos é mesma, 18,3% com uma frequência de 32 alunos.

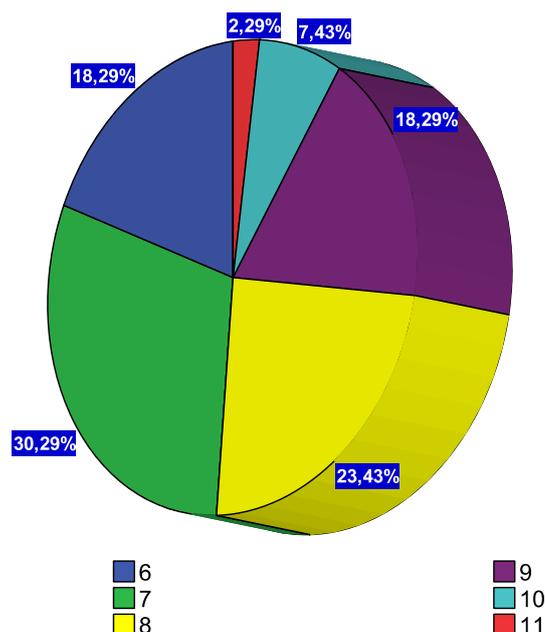
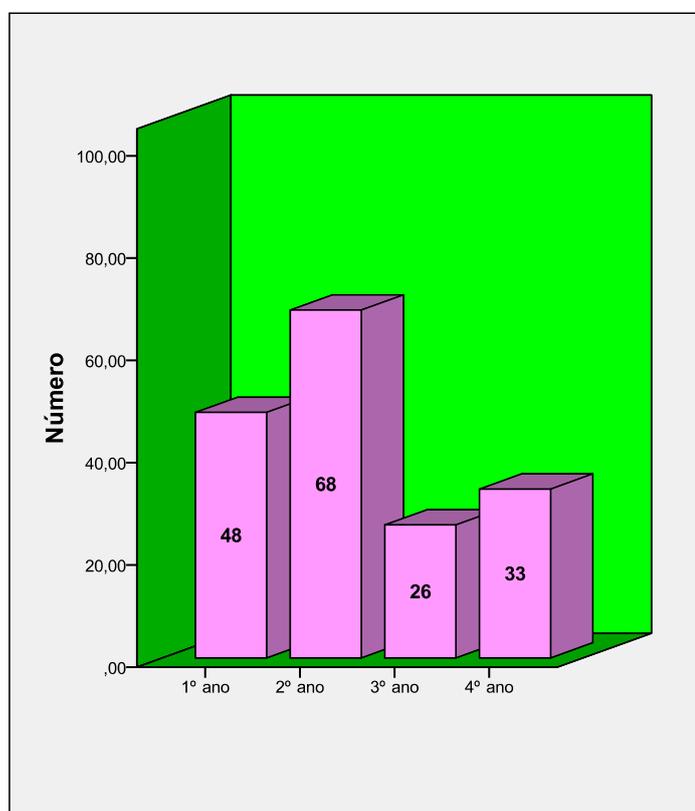


Gráfico VI – Idade dos alunos da E.B.1./ J.I. D. Dinis

### 1.1.3. Ano de escolaridade que frequentam

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	1º ano	48	27,4	27,4	27,4
	2º ano	68	38,9	38,9	66,3
	3º ano	26	14,9	14,9	81,1
	4º ano	33	18,9	18,9	100,0
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

**Tabela IV – Distribuição dos alunos por ano de escolaridade**



**Gráfico VII – Distribuição dos alunos por ano de escolaridade**

Foram aplicados questionários aos alunos que frequentam os vários anos de escolaridade do 1º ciclo do ensino básico, em que o ano com maior incidência foi o 2º ano, com 38,9% e uma frequência de 68 alunos. Por seu turno, o ano de escolaridade com menor frequência é o 3º ano, com uma percentagem de 14,9%, representando 26 alunos.

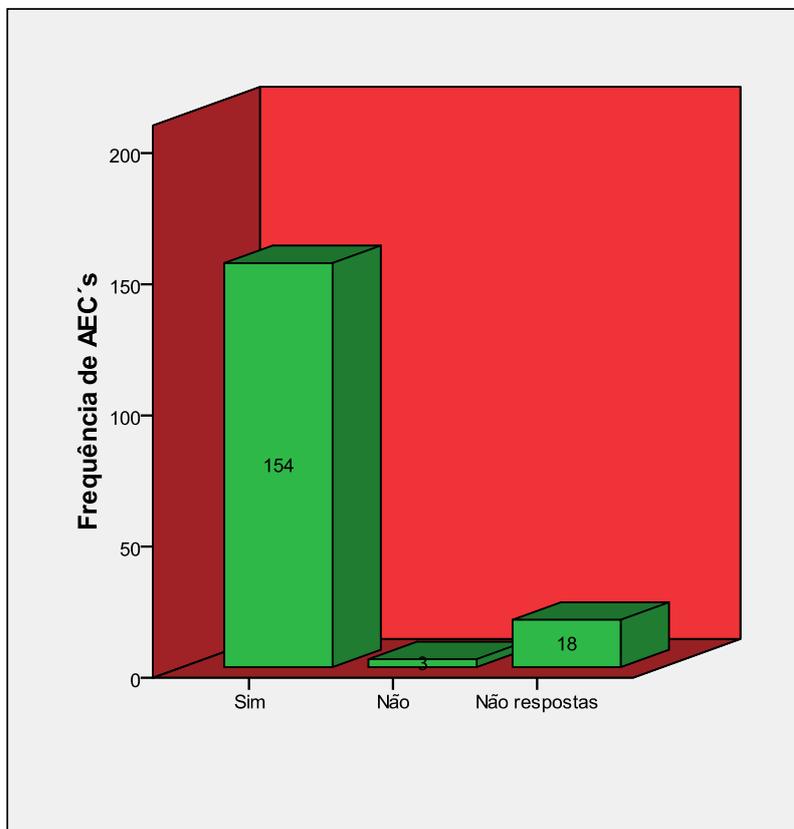
#### 1.1.4. AEC's que frequentam

	Sim		Não		Não Respostas	
	Freq.	Percent.	Freq.	Percent.	Freq.	Percent.
Actividade Física e Desportiva	154	88,0	3	1,7	18	10,3
Ensino da Música	155	88,6	2	1,1	18	10,3
Expressão Plástica	4	2,3	78	44,6	93	53,1
Expressão Dramática	1	0,6	79	45,1	95	54,3
Ensino do Inglês	155	88,6	2	1,1	18	10,3
Apoio ao Estudo	149	85,1	4	2,3	22	12,6
Tecnologias da Informação e Comunicação	---	---	76	43,4	99	56,6

**Tabela V** – Frequência das AEC's pelos alunos

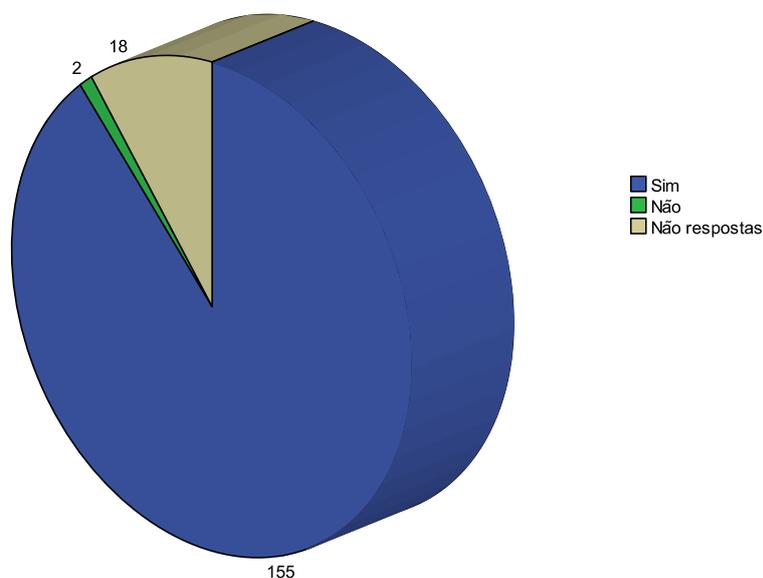
Dos 175 alunos inquiridos, podemos verificar que 155 alunos frequentam actividades de enriquecimento curricular, o que corresponde a uma percentagem de 88,6%. Apenas de entre 2 a 4 alunos, 2,3%, afirmam não frequentar estas actividades.

De seguida serão analisadas as frequências de cada uma das AEC's oferecidas por esta escola.



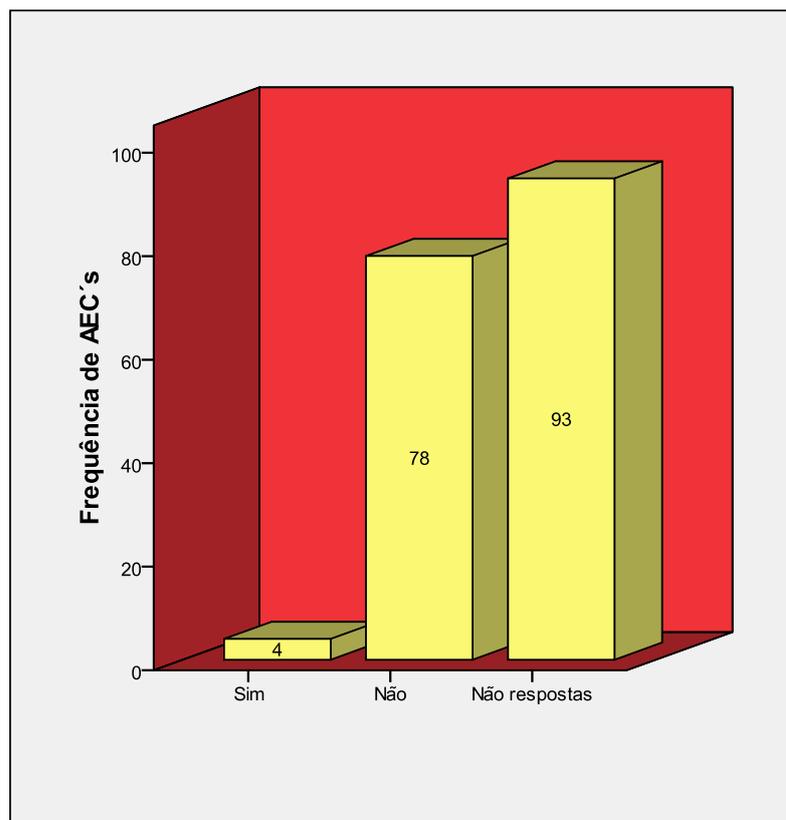
**Gráfico VIII – Número de alunos que frequentam a Actividade Física e Desportiva**

Relativamente à frequência da Actividade Física e Desportiva, importa registar que 154 alunos frequentam esta actividade, o que corresponde a uma larga maioria de alunos, 88% da amostra. Somente 3 alunos afirmam não frequentar esta actividade e 18 alunos não responderam a esta questão.



**Gráfico IX – Número de alunos que frequentam o Ensino da Música**

No que diz respeito à frequência da actividade de Expressão Musical, 155 alunos afirmam frequentar esta actividade, o que corresponde a 88,6% da amostra. Apenas 2 alunos não a frequentam e 18 alunos não responderam.

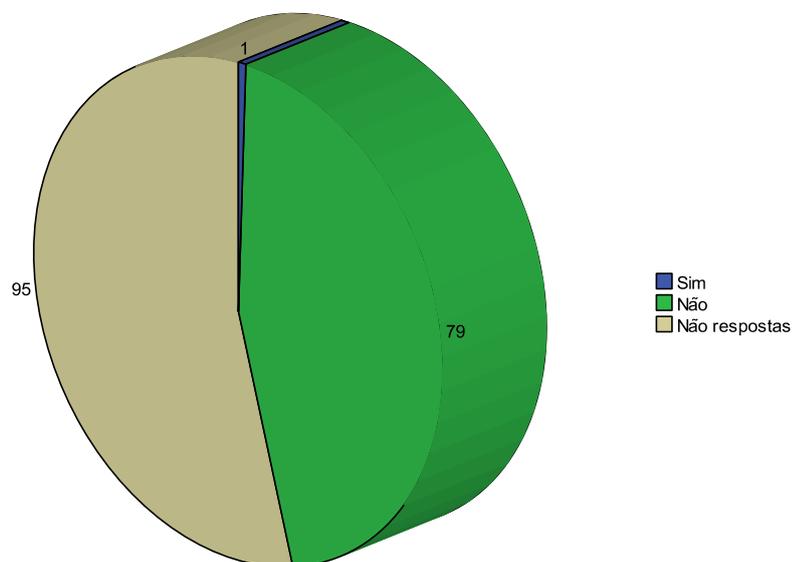


**Gráfico X – Número de alunos que frequentam a Expressão Plástica**

A actividade de Expressão Plástica é frequentada por apenas 4 alunos, 2,3%. Dos restantes, 78 alunos dizem que não a frequentam e 93 alunos não respondem, ou seja 53,1% dos inquiridos.

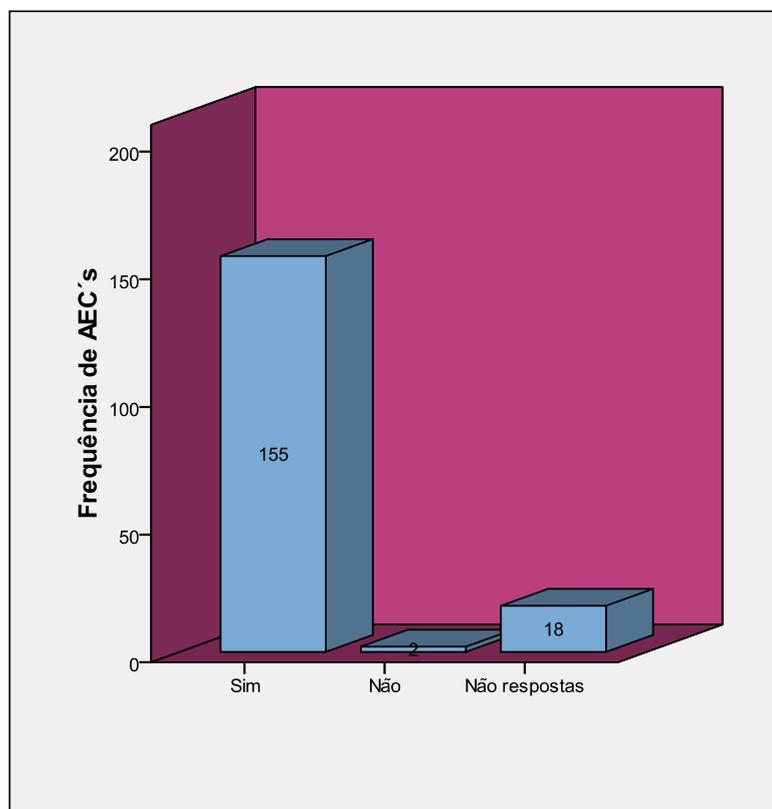
De facto, esta actividade não é oferecida pela escola objecto de estudo, tal como já atrás referenciámos anteriormente.

Trata-se na nossa opinião, de um equívoco resultante da não distinção entre a Actividade de Enriquecimento Curricular denominada Expressão Plástica, e a área curricular com a mesma designação.



**Gráfico XI** – Número de alunos que frequentam a Expressão Dramática

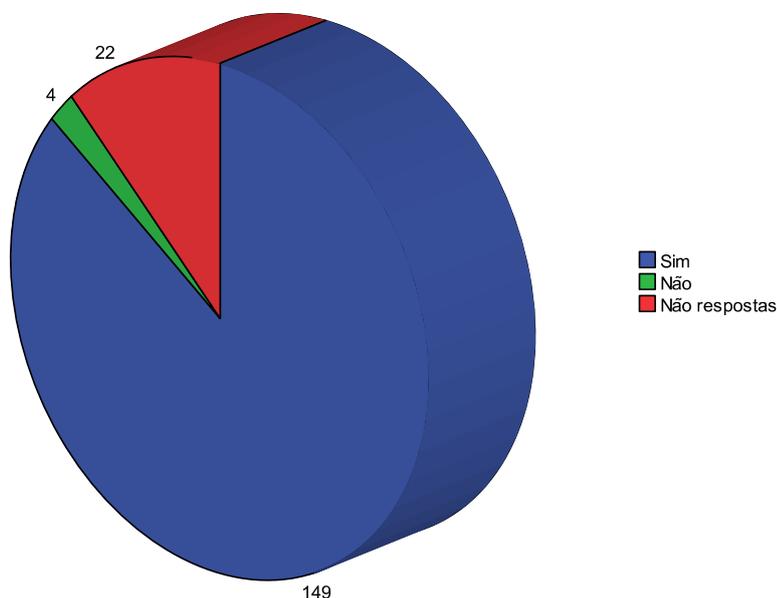
As mesmas observações feitas sobre a actividade anterior, ou seja o seu não funcionamento na escola, aplicam-se à Expressão Dramática, apenas referida por um aluno – 0,6% e não respondida por 95 alunos – 54,3%.



**Gráfico XII – Número de alunos que frequentam o Ensino do Inglês**

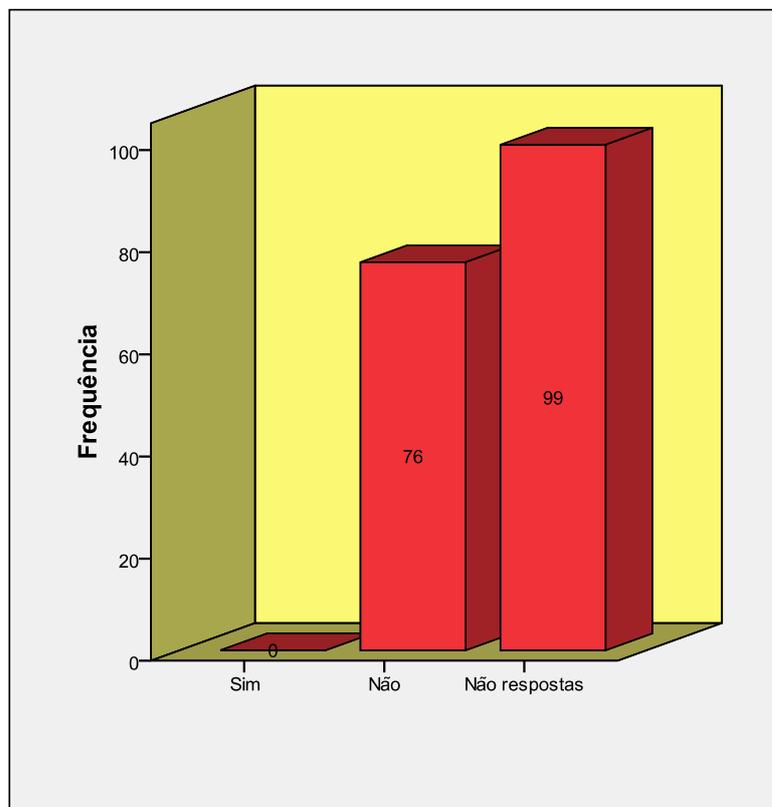
A frequência do Ensino do Inglês obteve 155 respostas, a que corresponde uma percentagem de 88,6% dos alunos inquiridos. Apenas 2 alunos afirmam não frequentá-la e 18 não responderam.

Esta actividade tal como a do Ensino da Música é a que regista uma maior frequência.



**Gráfico XIII – Número de alunos que frequentam o Apoio ao Estudo**

Apoio ao estudo é outra das actividades de enriquecimento curricular que é frequentada pela maioria dos alunos inquiridos -149, correspondendo a uma percentagem de 85,1%. Dos restantes alunos, 4 afirmam não frequentar esta actividade e 22 alunos não responderam.



**Gráfico XIV** – Número de alunos que frequentam as Tecnologias da Informação e Comunicação

Da análise deste gráfico, e tal como já tínhamos constatado anteriormente, pode afirmar-se que a actividade de Tecnologias de Informação e Comunicação não funciona nesta escola, pois nenhum aluno a frequenta.

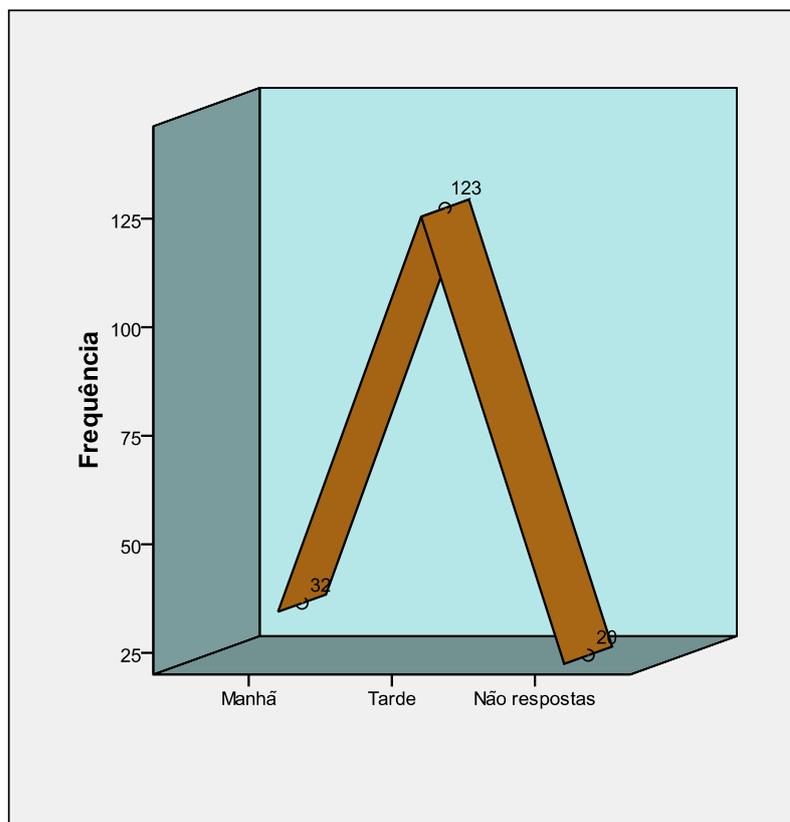
### 1.1.5. Parte do dia em que os alunos frequentam as AEC's

	Sim		Não		Não Respostas	
	Freq.	Percent.	Freq.	Percent.	Freq.	Percent.
Actividade Física e Desportiva	32	18,3	123	70,3	20	11,4
Ensino da Música	31	17,7	126	72,0	18	10,3
Expressão Plástica	---	---	2	1,1	173	98,9
Expressão Dramática	1	0,6	---	---	174	99,4
Ensino do Inglês	31	17,7	124	70,9	20	11,9
Apoio ao Estudo	34	19,4	120	68,6	21	12
Tecnologias da Informação e Comunicação	---	---	---	---	175	100

**Tabela VI – Período do dia em que os alunos frequentam as AEC's**

Esta tabela indica-nos como estão distribuídas as AEC's pelos períodos da manhã ou da tarde.

Analisaremos, de seguida, os horários de funcionamento de cada uma das actividades

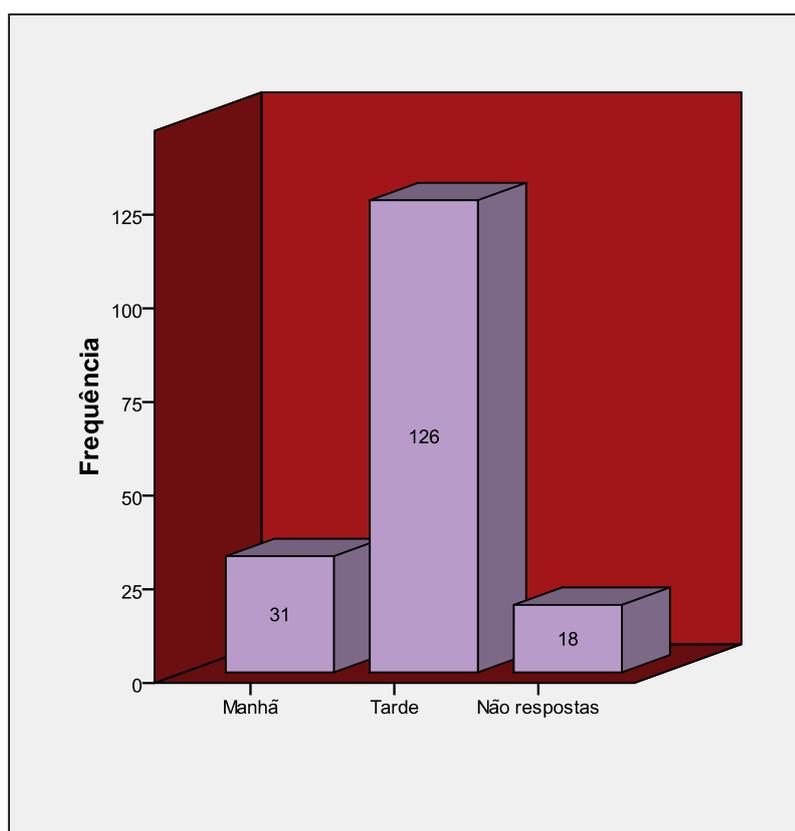


**Gráfico XV** – Período do dia em que os alunos frequentam a Actividade Física e Desportiva

A Actividade Física e Desportiva é frequentada por 32 alunos no período da manhã e por 123 no período da tarde.

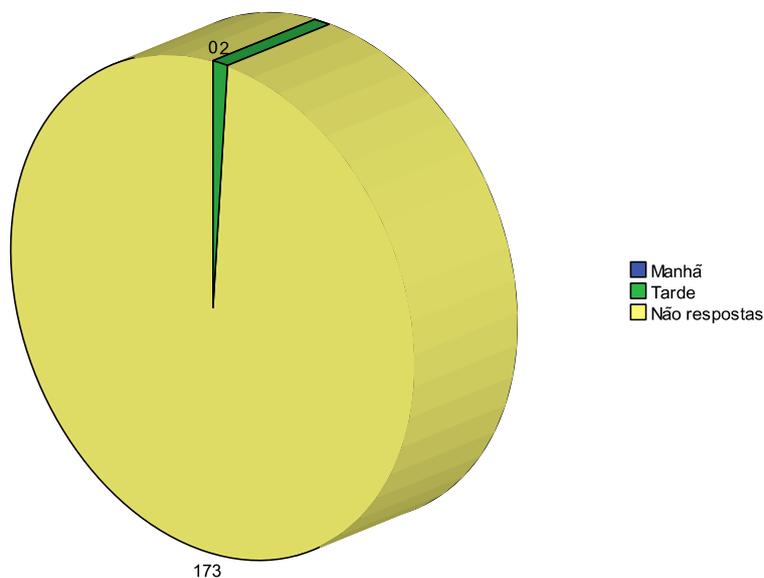
Consideramos que esta elevada diferença de 18,3% para 70,3% se deve à necessidade sentida pelos pais na existência de um prolongamento de horário, funcionando a escola a tempo inteiro. Podemos afirmar que a grande maioria dos pais trabalha em Lisboa e pretende que a escola dê uma resposta efectiva às suas limitações de horários.

Aliás, em todas as outras actividades, tal como poderemos verificar de seguida, mantém-se esta tendência de uma maior procura pelos períodos da tarde.



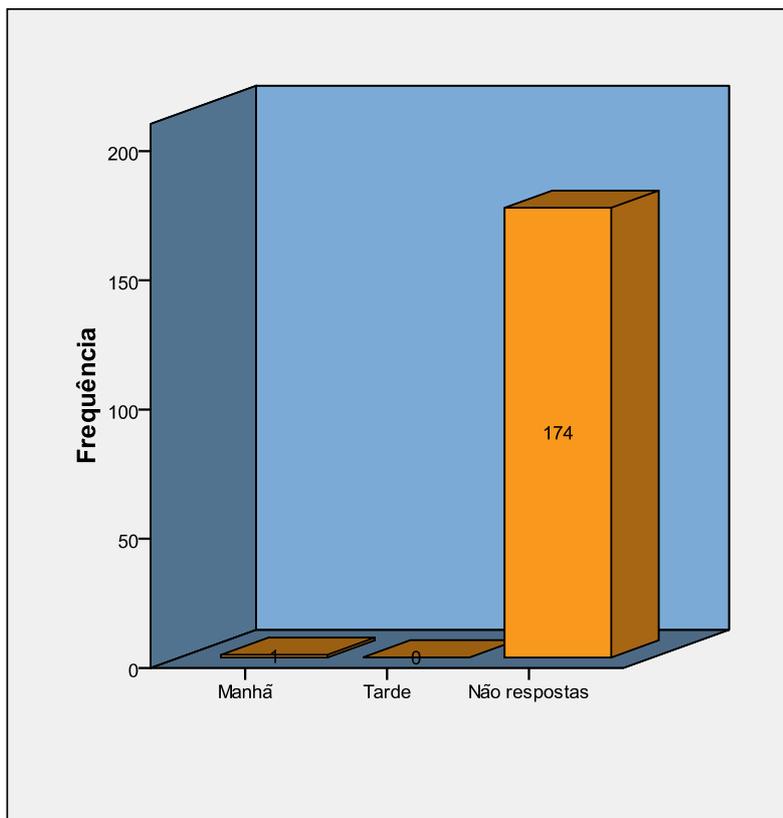
**Gráfico XVI** – Período do dia em que os alunos frequentam o Ensino da Música

O Ensino da Música é frequentado por 31 alunos no período da manhã – 17,7% e por 126 alunos no período da tarde – 72%.



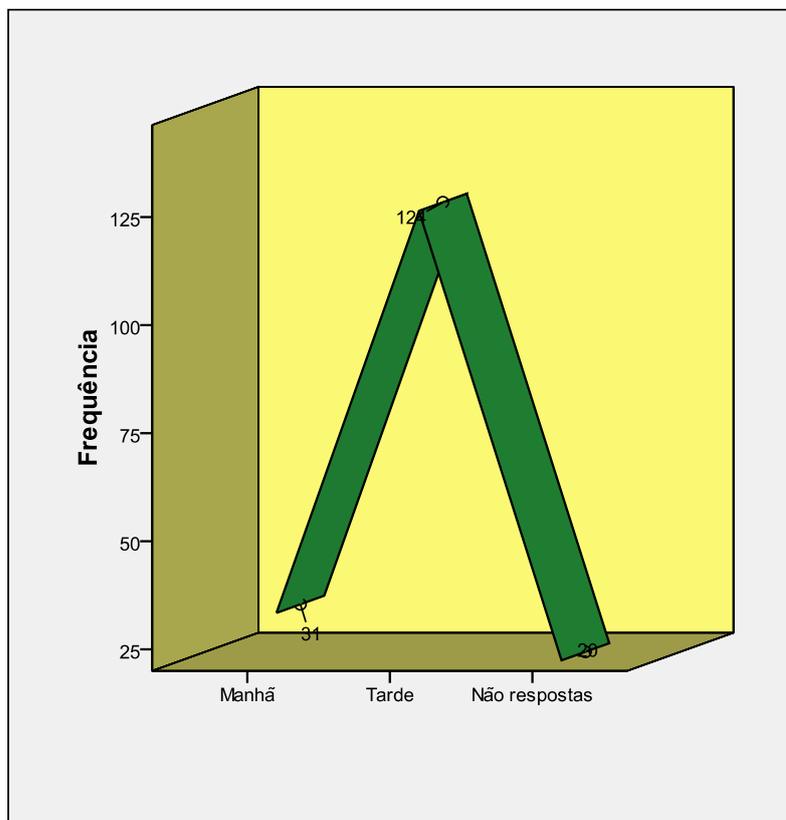
**Gráfico XVII** – Período do dia em que os alunos frequentam a Expressão Plástica

Mais uma vez, e pelas razões atrás mencionadas, podemos constatar que Actividade de Expressão Plástica não funciona nesta escola, pois apenas 2 alunos – 1,1% - responderam a esta questão enquanto que 98,9% dos alunos não respondeu.



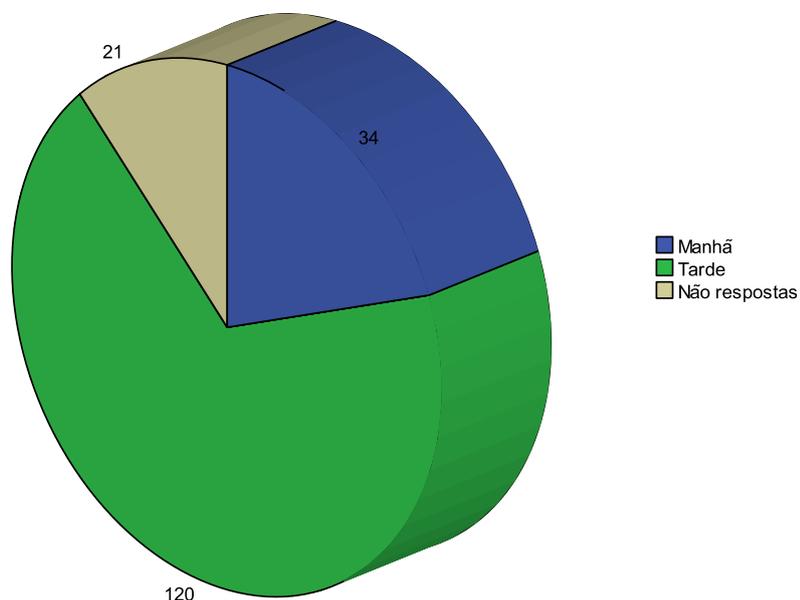
**Gráfico XVIII – Período do dia em que os alunos frequentam a Expressão Dramática**

A Expressão Dramática foi referida por apenas 1 aluno, e 99,4% não respondeu a esta questão.



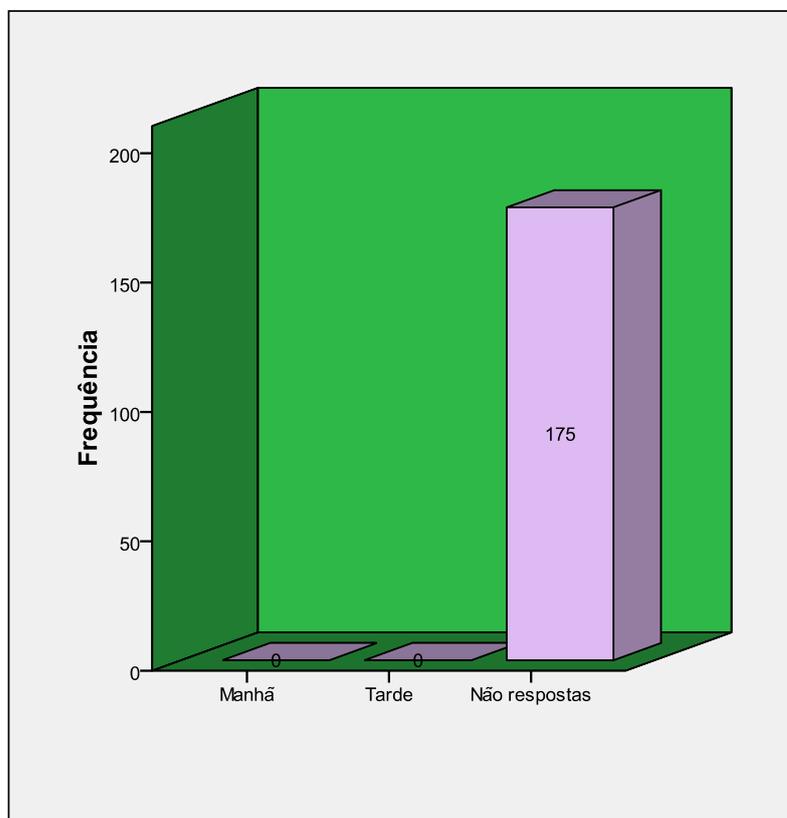
**Gráfico XIX – Ensino do inglês**

O Ensino do Inglês apresenta sensivelmente a mesma distribuição já verificada em anteriores actividades, com 70,9% dos alunos a frequentar o período da tarde.



**Gráfico XX** – Período do dia em que os alunos frequentam o Apoio ao Estudo

No Apoio ao Estudo, também a maioria dos alunos frequenta o período da tarde – 68,6%, existindo 34 alunos – 19,4% que frequentam o período da manhã.



**Gráfico XXI** – Período do dia em que os alunos frequentam as Tecnologias de Informação e Comunicação

Nenhum aluno frequenta a actividade de Tecnologias de Informação e Comunicação, tal como já foi verificado anteriormente.

### 1.1.6. Contribuição das AEC's para a aprendizagem

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Sim	155	88,6	95,7	95,7
	Não	7	4,0	4,3	100,0
	<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>92,6</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		13	7,4		
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>		

Tabela VII – Contribuição das AEC's para a aprendizagem dos alunos

No que diz respeito ao facto das AEC's contribuírem para a sua formação, a grande maioria dos alunos, 88,6% afirma que sim, apenas 4% responderam que não e 7,4% dos alunos não respondeu à questão.

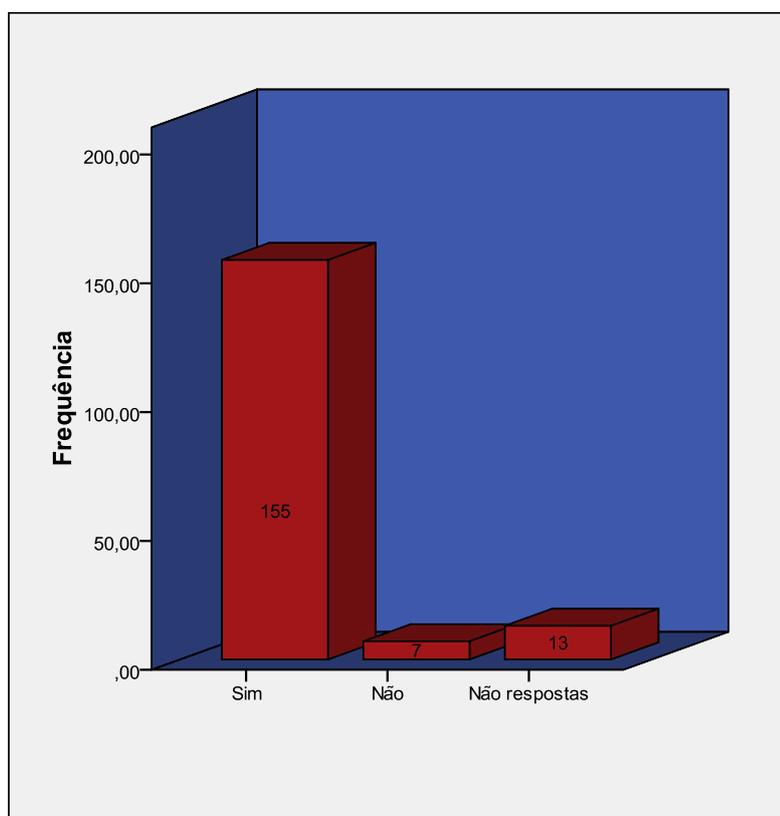


Gráfico XXII – Contribuição das AEC's para a aprendizagem dos alunos

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

	Nada		Pouco		Bastante		Muito		Não Respostas	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Partilho mais com os meus colegas	4	2,3	36	20,6	56	32	63	36,0	16	9,1
Convivo mais com os meus colegas	4	2,3	12	6,9	77	44,0	67	38,3	5	8,6
Respeito mais os meus colegas	4	2,3	27	15,4	71	40,6	57	32,6	16	9,1
Sinto que aprendo melhor	1	0,6	15	8,6	65	37,1	78	41,6	16	9,1
Relaciono-me melhor com os professores	3	1,7	17	9,7	64	36,6	75	42,7	16	9,1
Participo mais nas aulas	4	2,3	30	17,1	56	32,0	68	38,9	17	9,7
Estou mais atento às aulas	11	6,3	36	20,6	60	34,3	52	29,7	16	9,1
Respeito mais as regras de sala de aula	10	5,7	33	18,9	61	34,9	56	32,0	15	8,6
Sinto-me mais responsável	14	8,0	24	13,7	63	36,0	58	33,1	16	9,1
Comporto-me melhor na escola	5	2,9	25	14,3	69	39,4	59	33,7	17	9,7

**Tabela VIII – Contribuição das AEC's para a aprendizagem (alunos que responderam afirmativamente)**

Com a análise desta tabela pretende-se conhecer de que forma as AEC's contribuem para a aprendizagem dos alunos.

De seguida, apresentam-se os resultados desta questão, distribuídos pelas diferentes categorias.

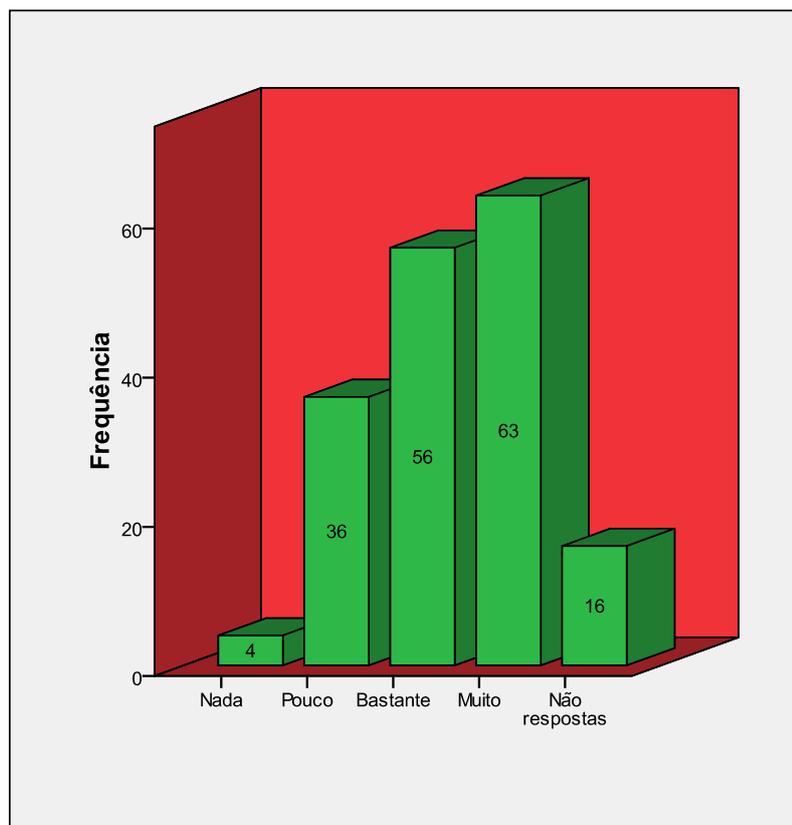


Gráfico XXIII – Partilha com os colegas

“Partilho mais com os meus colegas” mereceu a maioria das respostas dadas pelos alunos com 68% no total (32% bastante – 56 alunos e 36% muito – 63 alunos), enquanto que 22,9% – 40 alunos, responderam que pouco ou nada as AEC’S contribuem para “partilhar mais com os colegas”. Os restantes 16 alunos - 9,1%, não responderam a esta questão.

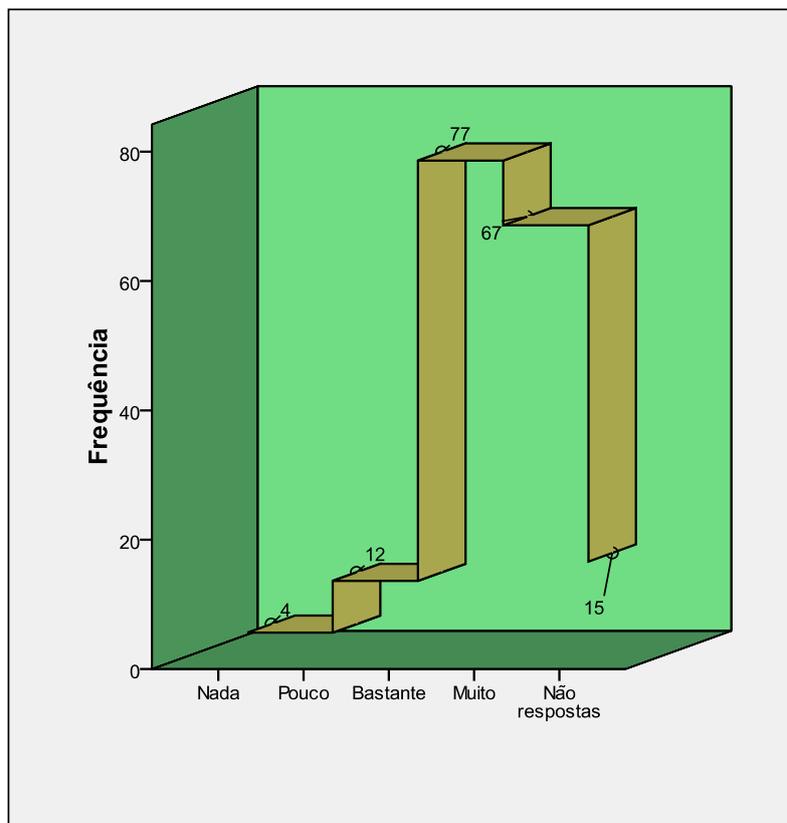
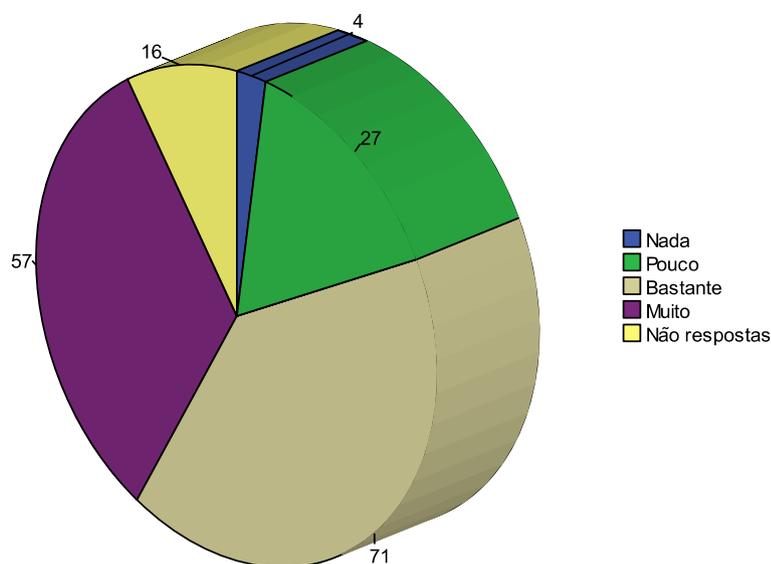


Gráfico XXIV – Convívio com os colegas

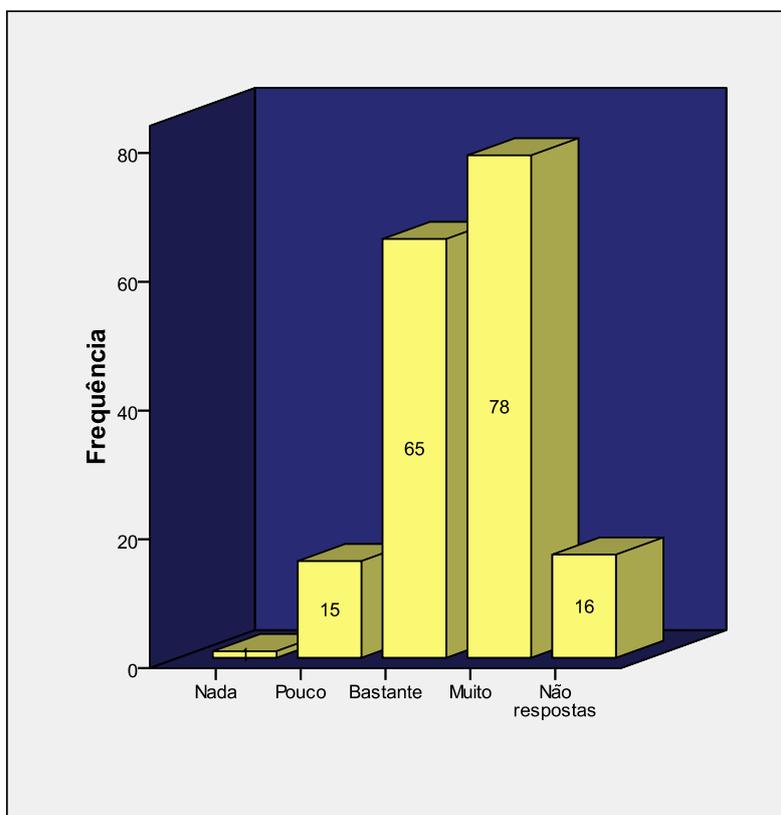
Na questão “Convivo mais com os meus colegas” a percentagem aumenta nos itens “muito” e bastante” para 82,3% - 144 alunos, existindo apenas 9,2% dos alunos que consideram que a frequência destas actividades, pouco ou nada melhora o convívio com os colegas, com a frequência destas actividades.



**Gráfico XXV – Respeito pelos colegas**

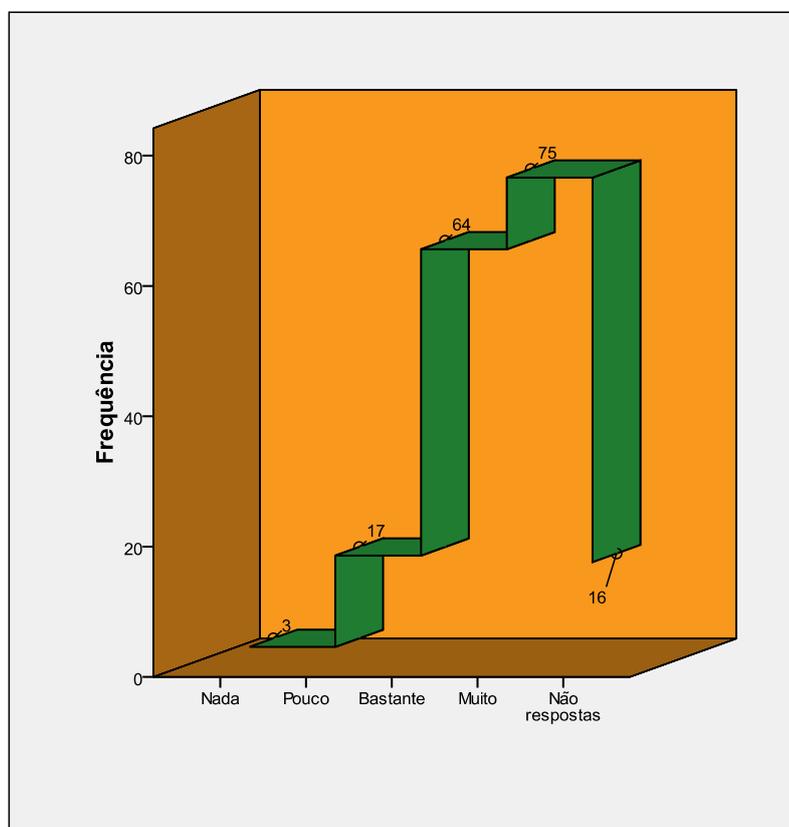
Relativamente à questão de conhecer se a frequência das AEC's aumenta ou não o respeito pelos colegas, as respostas dividiram-se por: 2,3% - 4 alunos afirmam "nada", 15,4% - 27 alunos dizem "pouco", 40,6% - 71 alunos consideram que "bastante" e 32,6% - 57 alunos referem "muito".

É curioso verificar que para 73,2% destes alunos o respeito pelos colegas é um valor de assinalável importância.



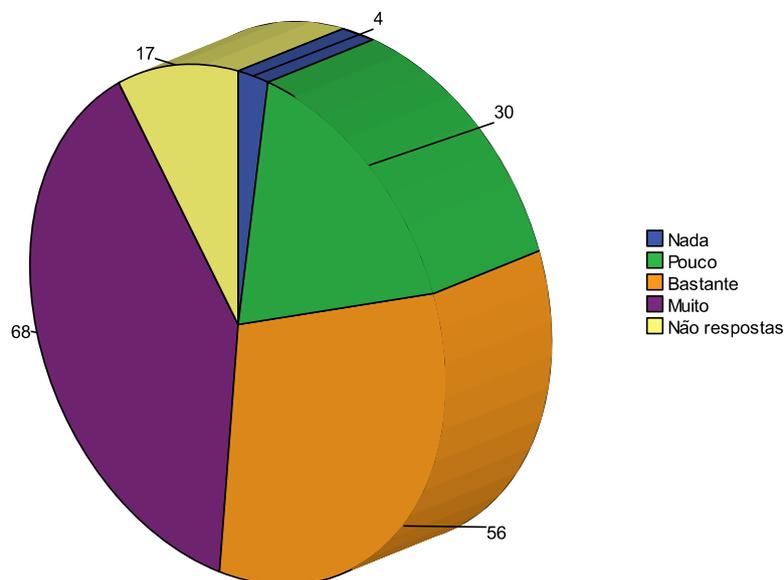
**Gráfico XXVI – Contributo para a aprendizagem**

Apenas 1 aluno considera que a frequência destas actividades não contribui nada para que aprenda melhor (0,6%), 15 alunos afirmam que pouco contribui (8,6%), 65 alunos afirmam que contribui bastante (37,1%), 78 alunos registam que contribui muito (41,6%) e 16 não respondem (9,1%).



**Gráfico XXVII – Relacionamento com os professores**

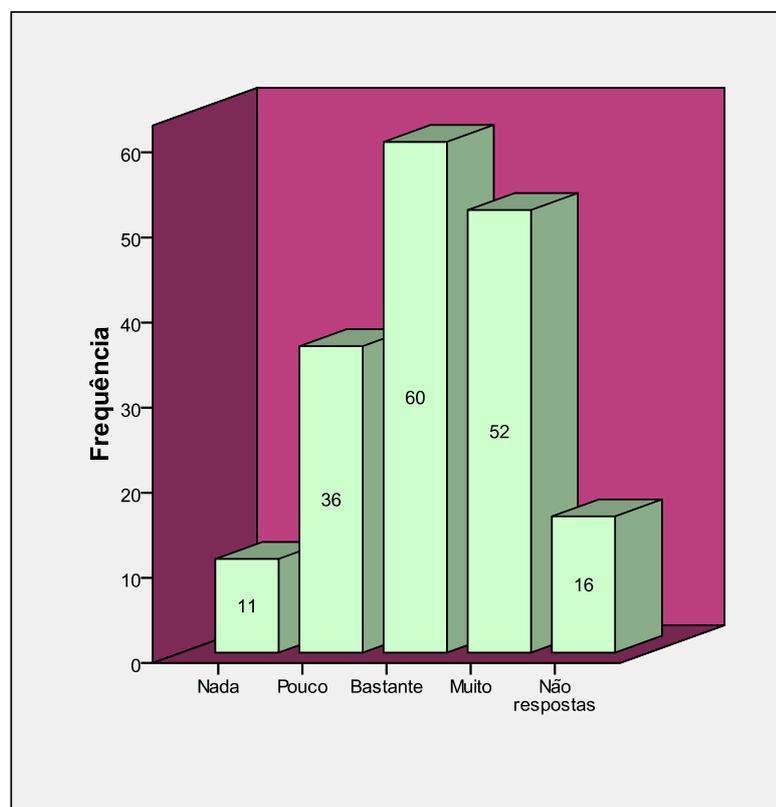
Da análise deste gráfico, verifica-se que 79,3% - 139 - alunos inquiridos considera que a frequência das AEC's contribui para que se relacionem melhor com os professores, existindo apenas 11,4% de alunos que sentem que esse relacionamento não melhora nada (1,7% - 3 alunos) ou melhora pouco (9,7% - 17 alunos).



**Gráfico XXVIII – Participação nas aulas**

Neste gráfico é também possível verificar que a maioria dos alunos respondeu que as AEC's contribuem para uma maior participação nas aulas (70,9% - 124 alunos). Dos restantes, 19,4% - 34 alunos - diz que pouco ou nada melhora a sua participação e 9,7% - 17 alunos - não respondeu à questão.

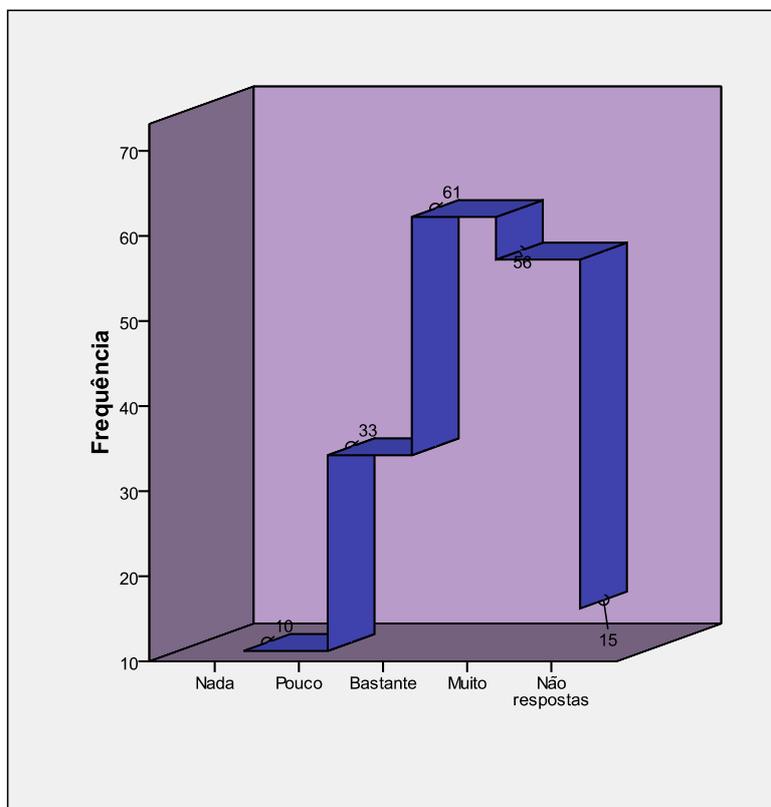
Mais uma vantagem a registar, tal como já verificado nas anteriores questões, da implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular.



**Gráfico XXIX – Atenção às aulas**

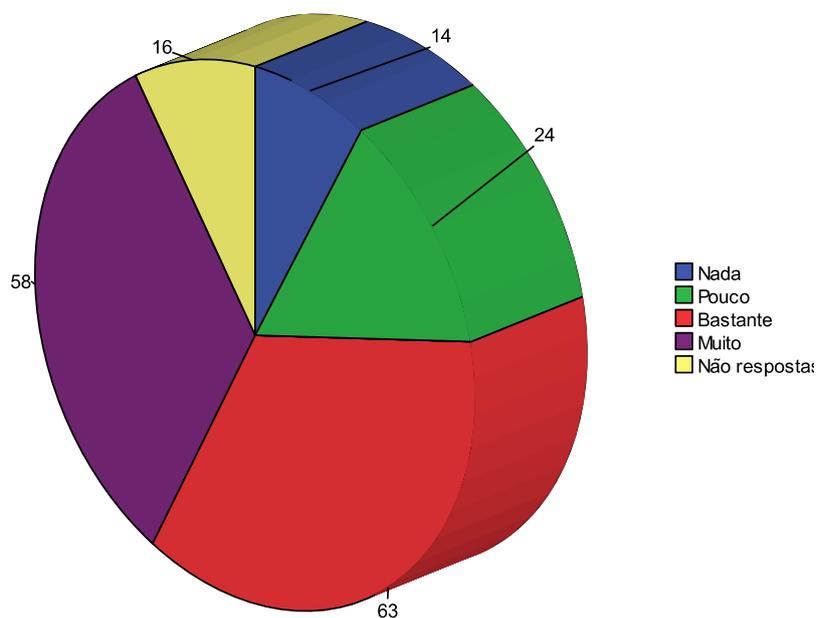
A tendência mantém-se, mostrando, uma vez mais, que a maioria dos inquiridos (64% -112 alunos), considera que a frequência das AEC's permite uma maior atenção nas aulas.

Respondem que pouco ou nada melhora o estar atento às aulas 26,9% - 47 alunos, enquanto que 9,1% - 16 alunos não responde a esta questão.



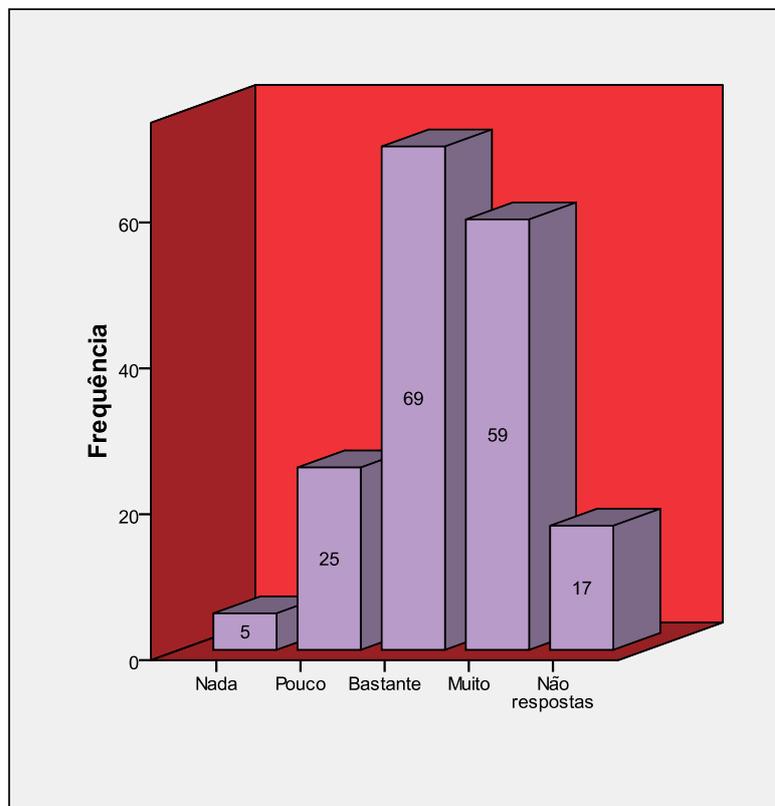
**Gráfico XXX – Respeito pelas regras da sala de aula**

Semelhantes respostas foram dadas à questão do respeitar mais as regras de sala de aula, merecendo 66,9% - 117 alunos as respostas positivas (bastante e muito) e 24,6% - 43 alunos as respostas negativas (nada e pouco).



**Gráfico XXXI – Sentido de responsabilidade**

Relativamente à influência das AEC`s na responsabilidade de cada um, 69,1% - 121 alunos afirma que melhorou bastante ou muito com a frequência das AEC`s, enquanto que 21,7% - 38 alunos responde que pouco ou nada melhorou.



**Gráfico XXXII – Comportamento na escola**

Sobre a questão de um melhor comportamento na escola, devido à frequência das AEC's, 73,1%-128 alunos respondeu positivamente e 17,2% - 30 alunos respondeu negativamente. Esta diferença tão acentuada nas respostas obtidas, revela, uma vez mais, a importância do alargamento do horário de permanência das crianças na escola.

### 1.1.7. Frequência das AEC's

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Não frequente	8	4,6	4,8
	1 a 2 vezes por semana	4	2,3	7,3
	3 a 4 vezes por semana	2	1,1	8,5
	Todos os dias	151	86,3	100,0
	<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>94,3</b>	<b>100,0</b>
Não respostas	10	5,7		
<b>Total</b>	<b>175</b>	<b>100,0</b>		

Tabela IX – Frequência Semanal das AEC's

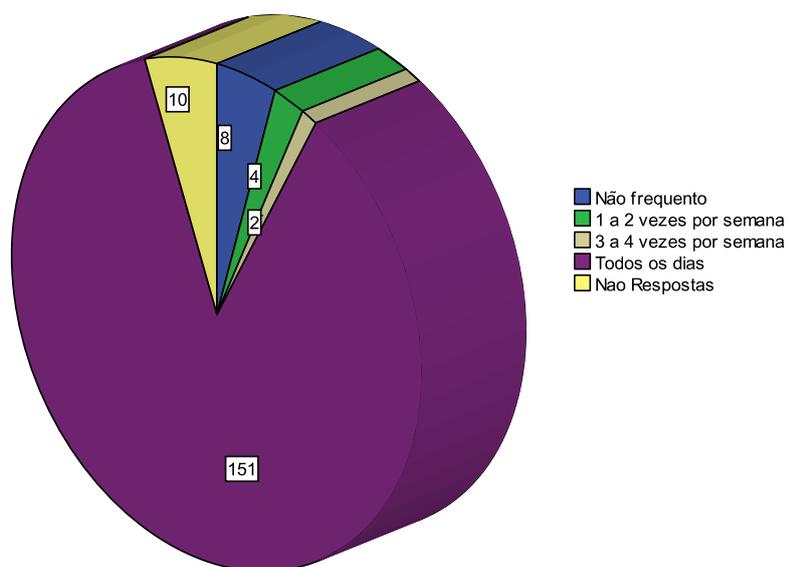


Gráfico XXXIII – Frequência Semanal das AEC's

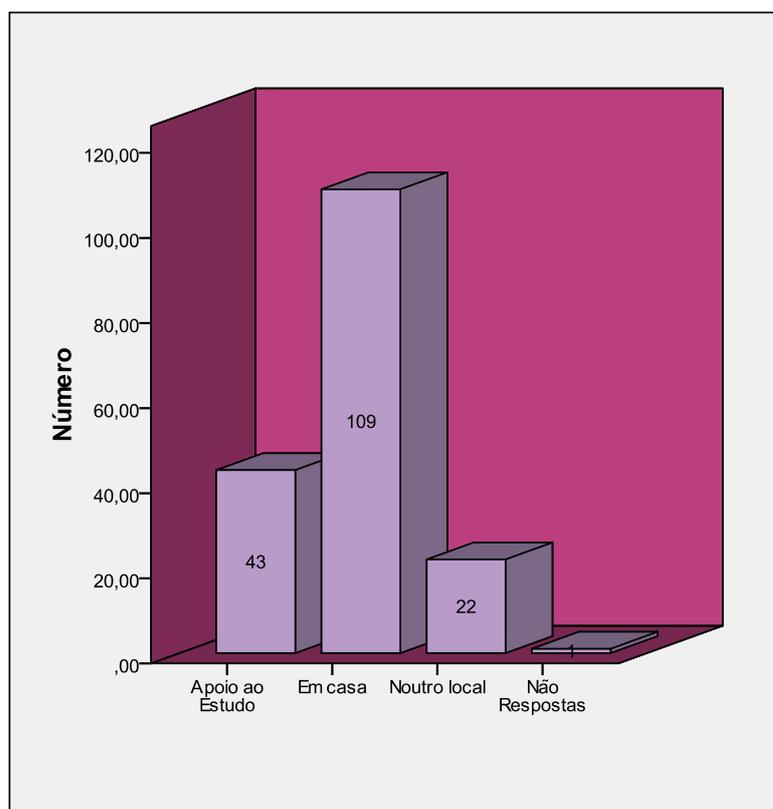
De acordo com o quadro VIII, a maioria dos alunos, 86,3%, com uma frequência de 151 alunos, afirma que frequenta as AEC's todos os dias.

### 1.1.8. Local da realização dos trabalhos de casa

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Apoio ao Estudo	43	24,6	24,7	24,7
	Em casa	109	62,3	62,6	87,4
	Noutro local	22	12,6	12,6	100,0
	<b>Total</b>	<b>174</b>	<b>99,4</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		1	,6		
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela X – Local da realização dos trabalhos de casa**

No que diz respeito aos trabalhos de casa, à tabela IX mostra-nos que 109 alunos, 62,3%, afirmam que fazem os trabalhos de casa, em casa, 24,6% - 43 alunos faz os trabalhos de casa na Actividade do Apoio ao Estudo.



**Gráfico XXXIV – Local da realização dos trabalhos de casa**

### 1.1.9. A escola como um espaço confortável

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Nada	7	4,0	4,0	4,0
	Pouco	21	12,0	12,1	16,2
	Bastante	58	33,1	33,5	49,7
	Muito	87	49,7	50,3	100,0
	<b>Total</b>	<b>173</b>	<b>98,9</b>	<b>100,0</b>	
	Não Respostas	2	1,1		
	<b>Total</b>	<b>175</b>	<b>100,0</b>		

Tabela XI – A escola como um espaço confortável

Através da tabela XI, verificamos que para uma larga maioria dos alunos da amostra – 82,8%, a escola é um espaço confortável. Apenas 4% referem que a escola não é nada confortável.

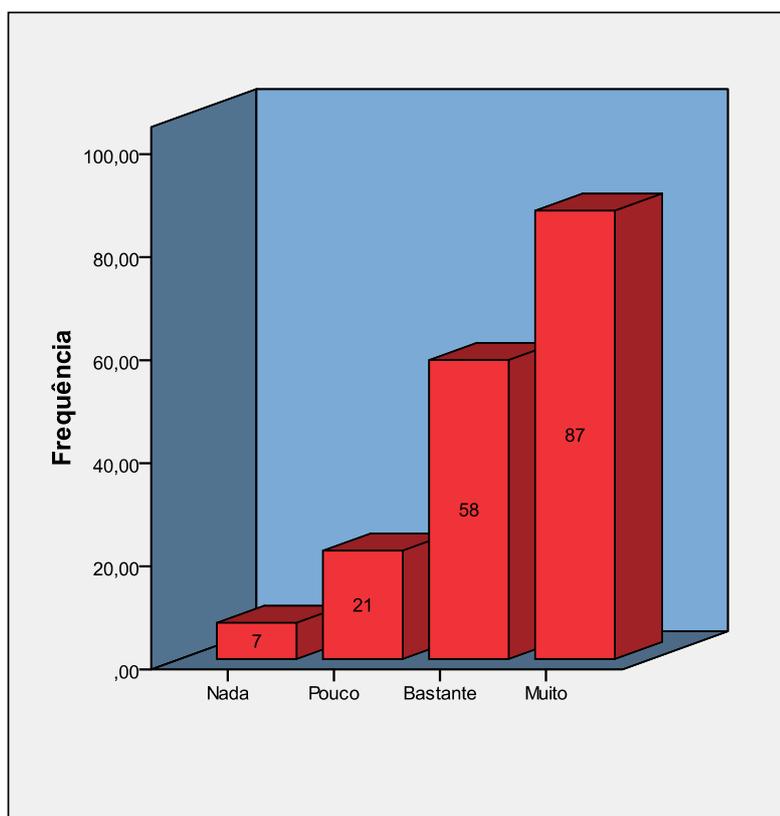


Gráfico XXXV – A escola como um espaço confortável

### **1.1.10. AEC's que mais gosta**

	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Actividade Física e Desportiva	69	39,6%
Ensino da Música	57	32,7%
Expressão Plástica	1	0,3%
Expressão Dramática	0	0%
Ensino do Inglês	20	11,3%
Apoio ao Estudo	28	16,1%
Tecnologias da Informação e Comunicação	0	0%

**Tabela XII – AEC's que mais gosta**

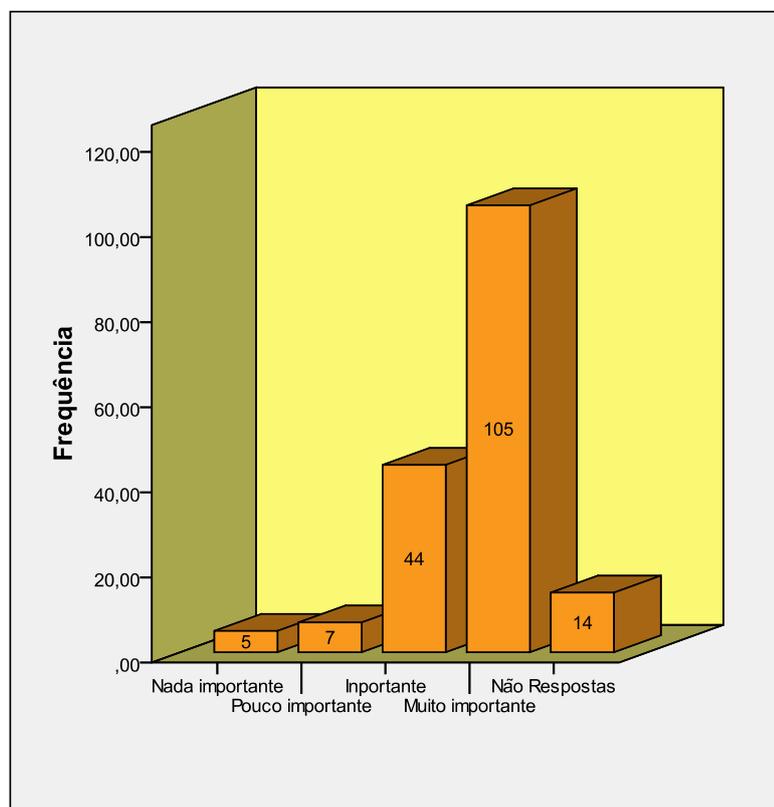
Foi solicitado aos alunos que indicassem a AEC que mais gostavam. Dos resultados obtidos, constata-se que a Actividade de Enriquecimento Curricular preferida é a de Actividade Física e Desportiva, ou seja, 69 alunos seleccionaram esta AEC. Em seguida, foi destacado, por 57 alunos, o Ensino da Música, por 28 alunos o Apoio ao Estudo e por 20 alunos o Ensino do Inglês. Já seria de esperar que a Expressão Dramática e as Tecnologias de Informação e Comunicação não seriam alvo de escolha, por parte dos alunos, pelas razões apontadas anteriormente, ou seja por não funcionarem nesta escola.

### 1.1.11. Importância de estar nas AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Nada importante	5	2,9	3,1	3,1
	Pouco importante	7	4,0	4,3	7,5
	Importante	44	25,1	27,3	34,8
	Muito importante	105	60,0	65,2	100,0
	<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>92,0</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		14	8,0		
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela XIII – Importância de estar nas AEC's**

Na tabela XIII, constata-se que 60% dos inquiridos são da opinião que estar nas AEC's é muito importante, 25,1% consideram que é importante, sendo que apenas 2,9% acham não ter nenhuma importância.



**Gráfico XXXVI – Importância de estar nas AEC's**

### 1.1.12. Gosto pelo tempo que passa nas AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Não gosto nada	5	2,9	3,1	3,1
	Gosto pouco	11	6,3	6,9	10,1
	Gosto	42	24,0	26,4	36,5
	Adoro	101	57,7	63,5	100,0
	<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>90,9</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		16	9,1		
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>		

Tabela XIV – Gosto pelo tempo que passa nas AEC's

Nesta tabela é possível verificar que 57,7% dos alunos adoram o tempo que passam nas AEC's, 24% gostam, sendo muito reduzido o número dos que não gostam nada de estar nas AEC's – 2,9% que corresponde a 5 alunos.

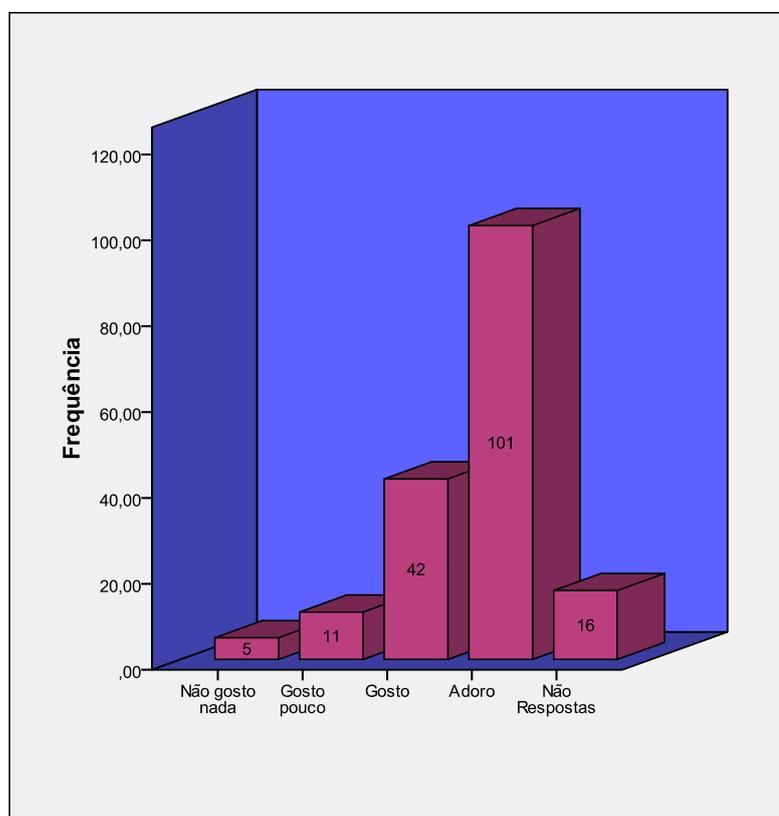


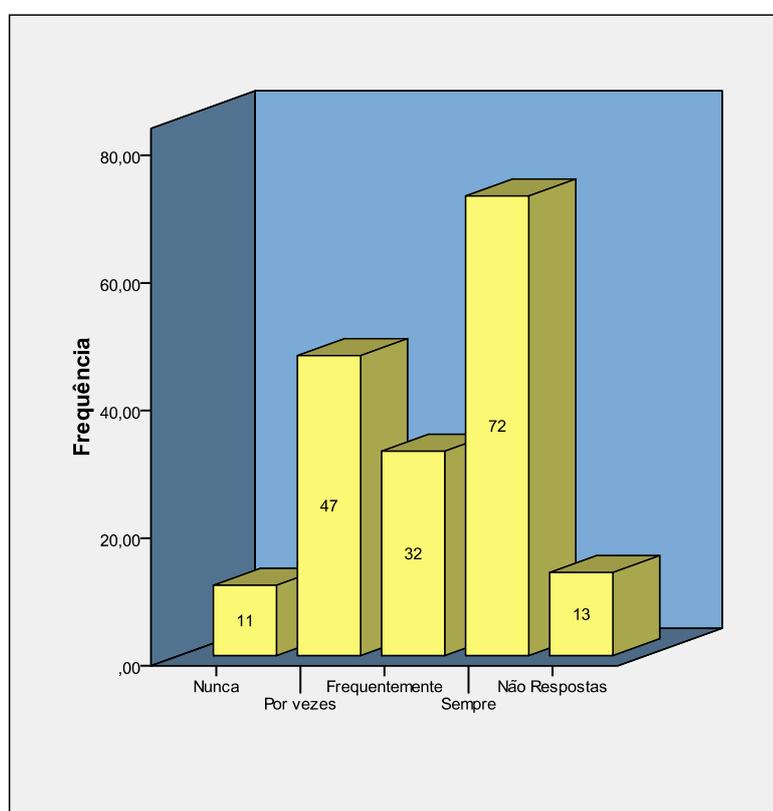
Gráfico XXXVII – Gosto pelo tempo que passa nas AEC's

### 1.1.13. Utilização das aprendizagens das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Nunca	11	6,3	6,8	6,8
	Por vezes	47	26,9	29,0	35,8
	Frequentemente	32	18,3	19,8	55,6
	Sempre	72	41,1	44,4	100,0
	<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>92,6</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		13	7,4		
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela XV – Utilização das aprendizagens das AEC's**

No que respeita à aplicação, no dia-a-dia, dos conhecimentos adquiridos nas AEC's, 41,1% com uma frequência de 72 alunos afirma que aplica “sempre” os conhecimentos aprendidos. Ainda segundo a tabela XV, 18,3% utiliza “frequentemente” essas aprendizagens, 26,9%, com uma frequência de 47 inquiridos, afirma que apenas “por vezes” aplica esses conhecimentos. Com uma frequência de 11 inquiridos a que corresponde uma percentagem de 6,3% surgem os alunos que referem “nunca” aplicar o que aprendem nas AEC's.



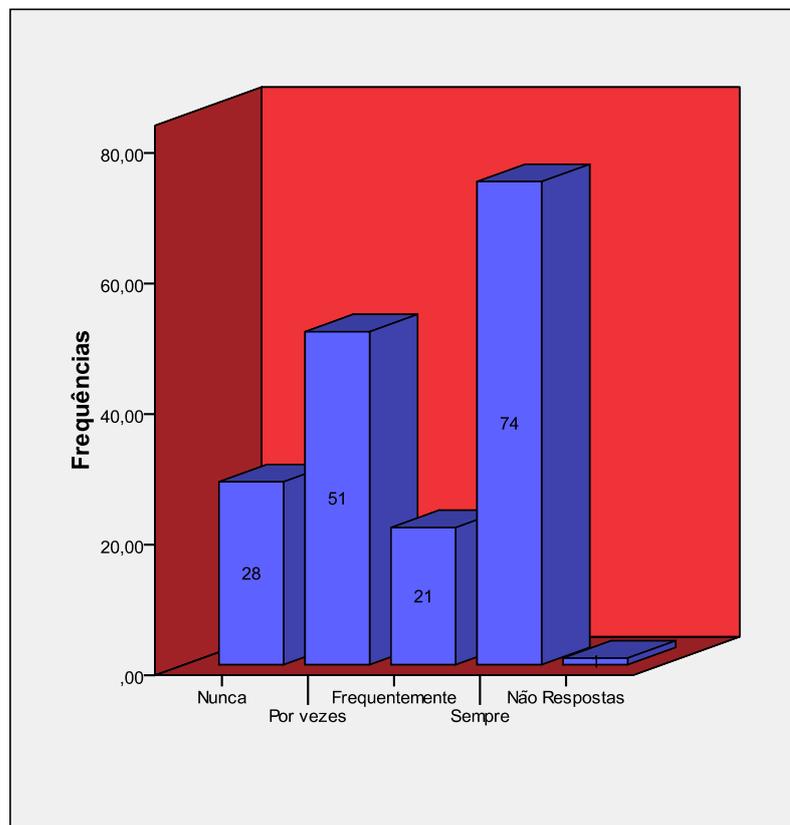
**Gráfico XXXVIII – Utilização das aprendizagens das AEC's**

**1.1.14. Cansaço na chegada a casa**

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Nunca	28	16,0	16,1	16,1
	Por vezes	51	29,1	29,3	45,4
	Frequentemente	21	12,0	12,1	57,5
	Sempre	74	42,3	42,5	100,0
	<b>Total</b>	<b>174</b>	<b>99,4</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		1	,6		
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela XVI – Cansaço na chegada a casa**

Cerca de 42,3% dos alunos afirma chegar sempre cansados a casa depois das aulas, 12% dizem que frequentemente chegam cansados a casa e 29,1% afirmam que por vezes. Apenas 16% referem que nunca chegam cansados a casa.



**Gráfico XXXIX – Cansaço na chegada a casa**

### 1.1.15. Preferência em ir mais cedo para casa

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Sim	112	64,0	64,0	64,0
	Não	63	36,0	36,0	100,0
	<b>Total</b>	<b>175</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela XVII – Preferência em ir mais cedo para casa

Da análise da tabela XVII, verifica-se que 64% dos alunos gostaria de ir para casa mais cedo, contudo, 36% não manifesta essa mesma vontade.

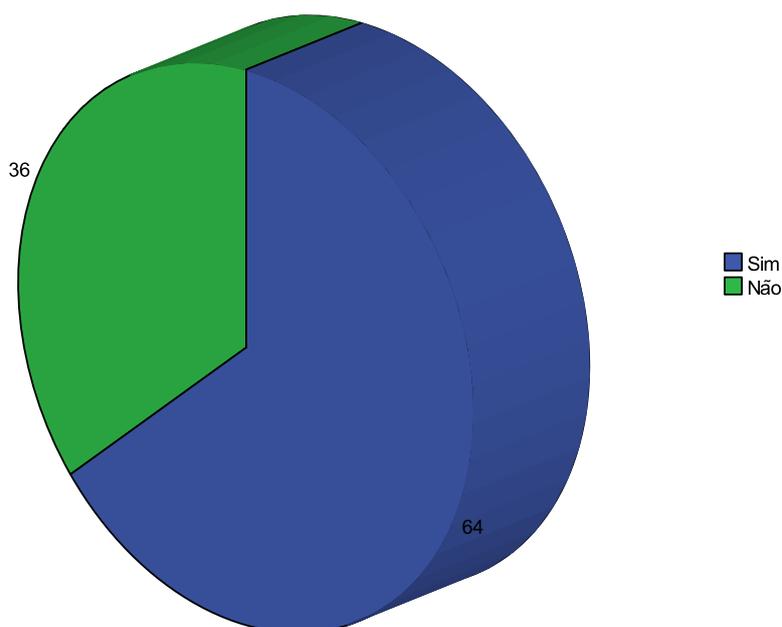


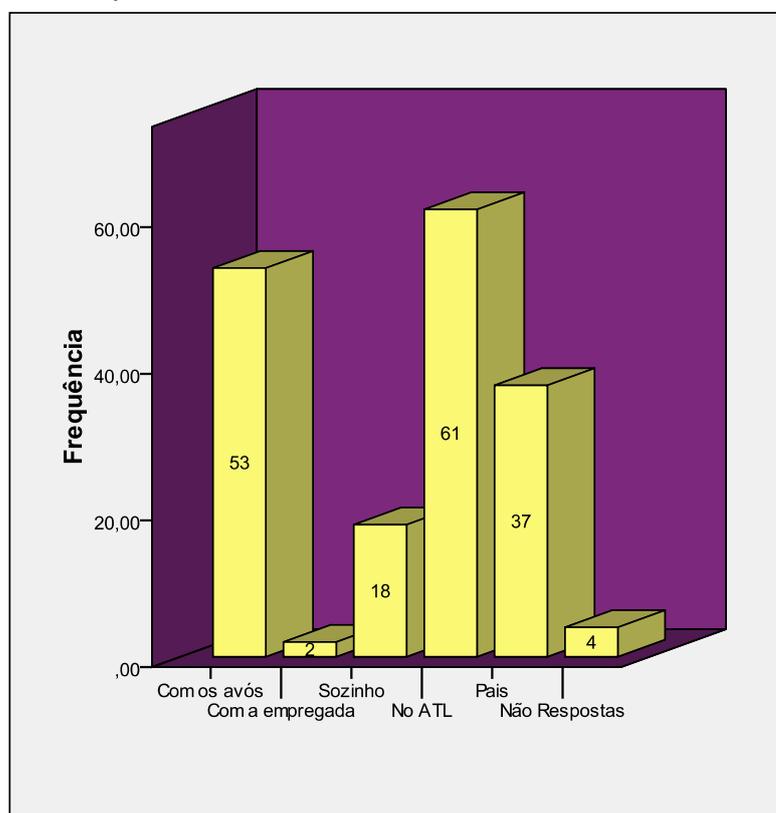
Gráfico XL – Preferência em ir mais cedo para casa

**1.1.16. Local onde fica se não frequenta as AEC's**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Com os avós	53	30,3	31,0	31,0
	Com a empregada	2	1,1	1,2	32,2
	Sozinho	18	10,3	10,5	42,7
	No ATL	61	34,9	35,7	78,4
	Pais	37	21,1	21,6	100,0
	<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>97,7</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		4	2,3		
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela XVIII – Acompanhamento dos alunos quando não frequentam as AEC's**

Uma percentagem de 34,9% dos alunos afirma que frequenta o ATL, quando não frequenta as AEC's. Verificamos que 30,3% refere que fica com os avós. Existe ainda uma percentagem significativa que menciona que fica com os pais – 21,1% e 10,3% ficam sozinhos. Esta heterogeneidade, já anteriormente detectada, mostra bem a necessidade de considerar que cada criança é um caso e que, como tal, assim deve ser entendido.



**Gráfico XLI – Local onde fica se não frequenta as AEC's**

## 1.2. Encarregados de Educação

### 1.2.1. Género dos intervenientes

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Masculino	36	19,4	19,5	19,5
	Feminino	149	80,1	80,5	100,0
	<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>99,5</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		1	,5		
<b>Total</b>		<b>186</b>	<b>100,0</b>		

Tabela XIX – Género dos Encarregados de Educação

No que concerne ao género dos inquiridos, a maioria é do género feminino, 80,1%.

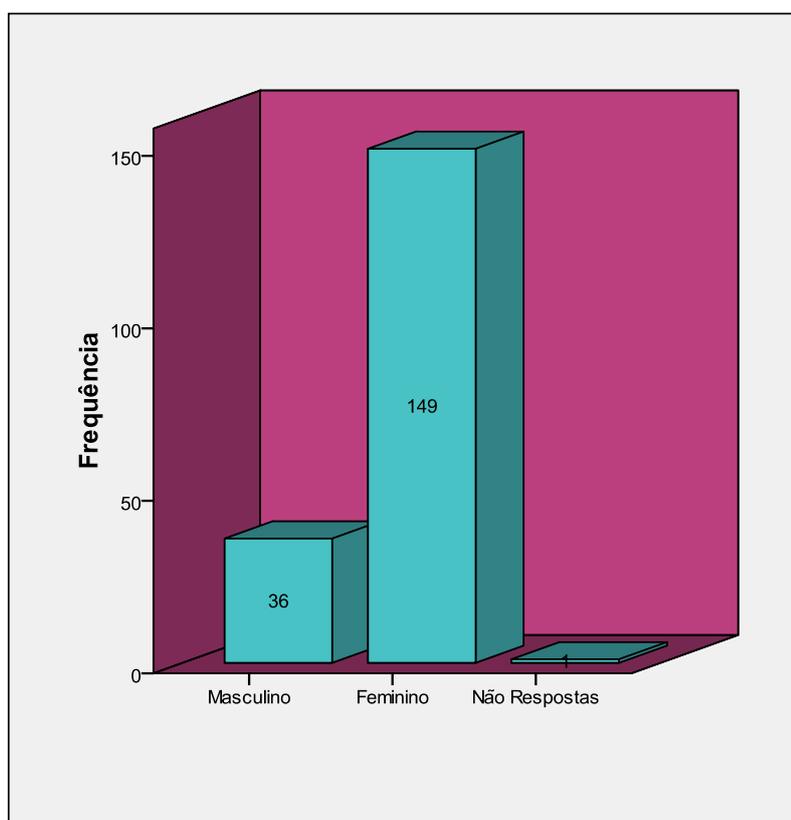


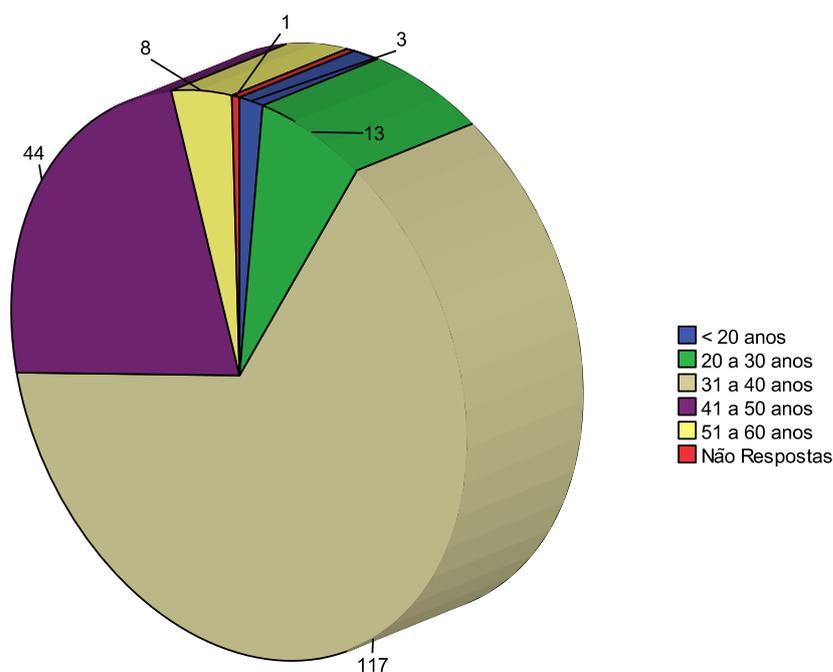
Gráfico XLII – Género dos Encarregados de Educação

### 1.2.2. Idade dos Intervenientes

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	< 20 anos	3	1,6	1,6	1,6
	20 a 30 anos	13	7,0	7,0	8,6
	31 a 40 anos	117	62,9	63,2	71,9
	41 a 50 anos	44	23,7	23,8	95,7
	51 a 60 anos	8	4,3	4,3	100,0
	<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>99,5</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		1	,5		
<b>Total</b>		<b>186</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela XX – Idade dos Encarregados de Educação**

Através da análise das tabelas XIX e XX podemos concluir, que dos 186 inquiridos, 149 são do sexo feminino. A idade da maioria dos inquiridos encontra-se na faixa etária dos 31 aos 40 anos.



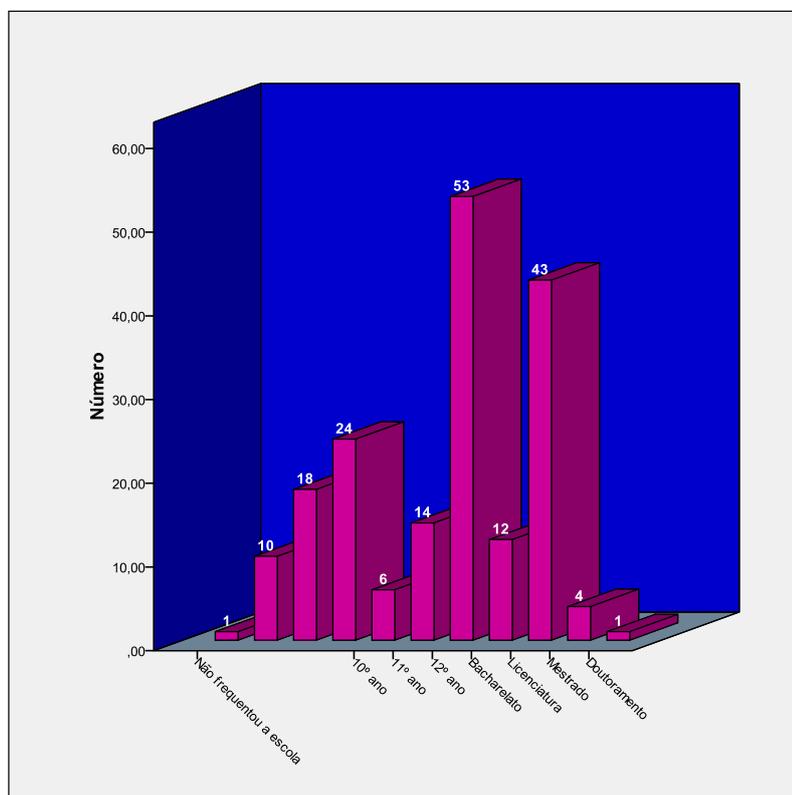
**Gráfico XLIII – Idade dos Encarregados de Educação**

### 1.2.3. Habilitações Literárias

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Não frequentou a escola	1	,5	,5	,5
	1º Ciclo de Ensino Básico (4º ano escolaridade)	10	5,4	5,4	5,9
	2º Ciclo de Ensino Básico (6º ano de escolaridade)	18	9,7	9,7	15,6
	3º Ciclo de Ensino Básico (9º ano de escolaridade)	24	12,9	12,9	28,5
	10º ano	6	3,2	3,2	31,7
	11º ano	14	7,5	7,5	39,2
	12º ano	53	28,5	28,5	67,7
	Bacharelato	12	6,5	6,5	74,2
	Licenciatura	43	23,1	23,1	97,3
	Mestrado	4	2,2	2,2	99,5
	Doutoramento	1	,5	,5	100,0
	<b>Total 186</b>			<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

**Tabela XXI – Habilitações literárias dos Encarregados de Educação**

Em função da tabela XXI, verifica-se que a maioria das habilitações literárias dos inquiridos encontra-se entre o 12º ano de escolaridade com 28,5%, seguindo-se a licenciatura com 23,1%.



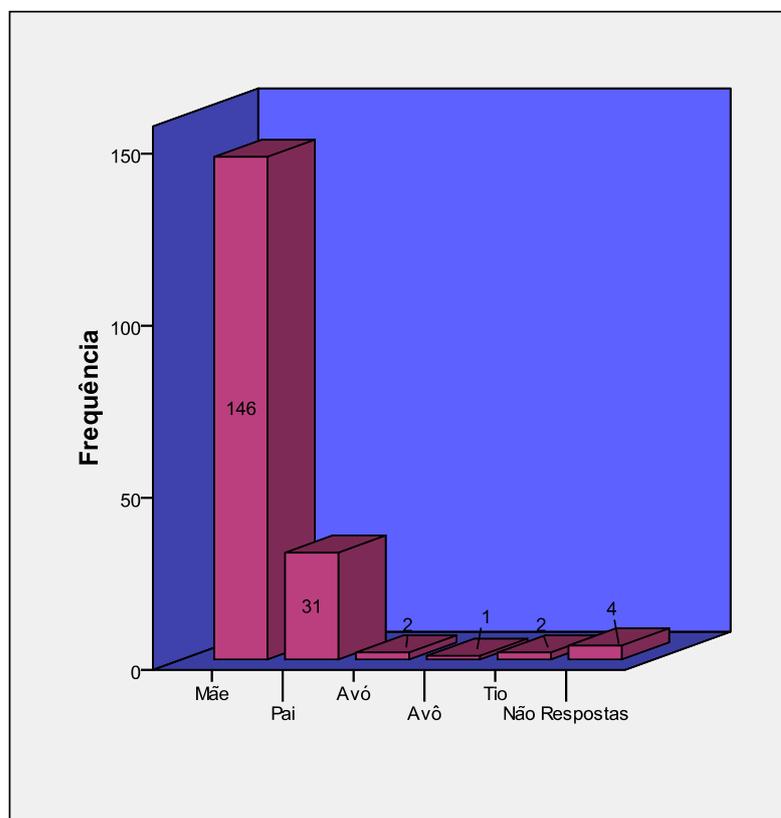
**Gráfico XLIV – Habilitações literárias dos Encarregados de Educação**

### 1.2.4. Identificação dos inquiridos

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Mãe	146	78,5	80,2	80,2
	Pai	31	16,7	17,0	97,3
	Avó	2	1,1	1,1	98,4
	Avô	1	,5	,5	98,9
	Tio	2	1,1	1,1	100,0
	<b>Total</b>	<b>182</b>	<b>97,8</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		4	2,2		
<b>Total</b>		<b>186</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela XXII – Identificação dos Inquiridos**

As respostas ao questionário formulado, são, na sua grande maioria, realizadas pela mãe (78,5%) e em seguida pelo pai (16,7%).



**Gráfico XLV – Identificação dos inquiridos**

### 1.2.5. Profissão dos Encarregados de Educação

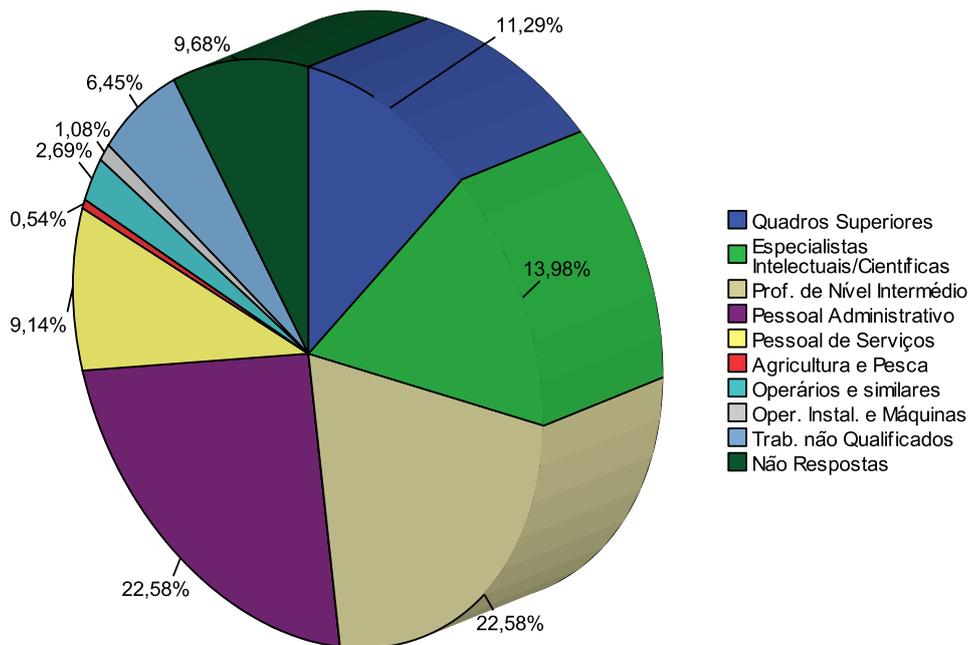
		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Quadros Superiores Públicos e Privados	21	11,3	12,5	12,5
	Especialistas Profissões Intelectuais e Científicas	26	14,0	15,5	28,0
	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	42	22,6	25,0	53,0
	Pessoal Administrativo e Similar	42	22,6	25,0	78,0
	Pessoal dos Serviços e Vendedores	17	9,1	10,1	88,1
	Agricultura e Pesca	1	,5	,6	88,7
	Operários, Artífices e similares	5	2,7	3,0	91,7
	Operadores Instal. e Máquinas	2	1,1	1,2	92,9
	Trabalhadores Não Qualificados	12	6,5	7,1	100,0
	<b>Total</b>	<b>168</b>	<b>90,3</b>	<b>100,0</b>	
	Não Respostas	18	9,7		
<b>Total</b>	<b>186</b>	<b>100,0</b>			

**Tabela XXIII – Profissão dos Encarregados de Educação**

Dos 186 Encarregados de Educação inquiridos, 42 são Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio, 42 pertencem ao Pessoal Administrativo e Similar e 26 são Especialistas de Profissões Intelectuais e Científicas. De salientar, que apenas 1 Encarregado de Educação se encontra no sector da Agricultura e Pesca.

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---



**Gráfico XLVI – Profissão dos Encarregados de Educação**

### 1.2.6. Frequência das AEC's pelos educandos

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Não frequenta	20	10,8	10,8
	1 a 2 vezes por semana	9	4,8	15,7
	3 a 4 vezes por semana	12	6,5	22,2
	Todos os dias	144	77,4	100,0
	<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>99,5</b>	<b>100,0</b>
Não Respostas	1	,5		
<b>Total</b>	<b>186</b>	<b>100,0</b>		

Tabela XXIV – Frequência das AEC's pelos educandos

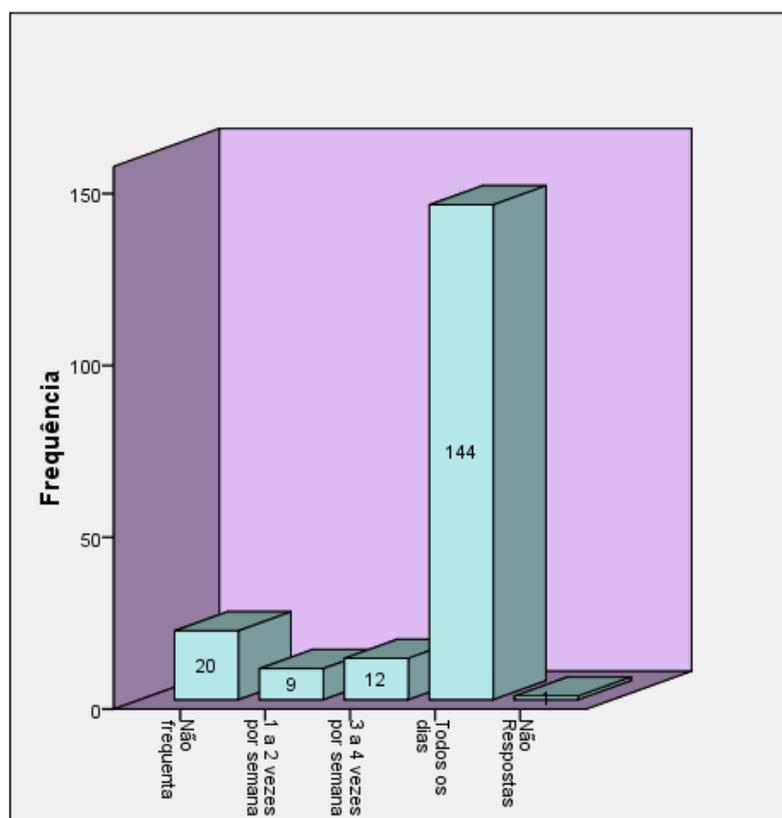


Gráfico XLVII – Frequência das AEC's pelos educandos

É afirmado por 77,4% - 144 Encarregados de Educação, que os seus educandos frequentam as AEC's todos os dias. Refira-se que apenas 10,8% (20 em 186), encarregados de educação diz que os seus educandos não frequentam as AEC's.

### 1.2.7. Conhecimento dos espaços físicos onde os educandos praticam as AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Não conheço	16	8,6	8,9	8,9
	Conheço pouco	49	26,3	27,4	36,3
	Conheço	85	45,7	47,5	83,8
	Conheço bem	29	15,6	16,2	100,0
	<b>Total</b>	<b>179</b>	<b>96,2</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		7	3,8		
<b>Total</b>		<b>186</b>	<b>100,0</b>		

Tabela XXV – Conhecimento dos espaços físicos das AEC's

Constatámos que 61,3% dos Encarregados de Educação, conhece ou conhece bem os espaços físicos onde os seus educandos praticam as AEC's. Apenas 8,6% afirmam não conhecer os referidos espaços.

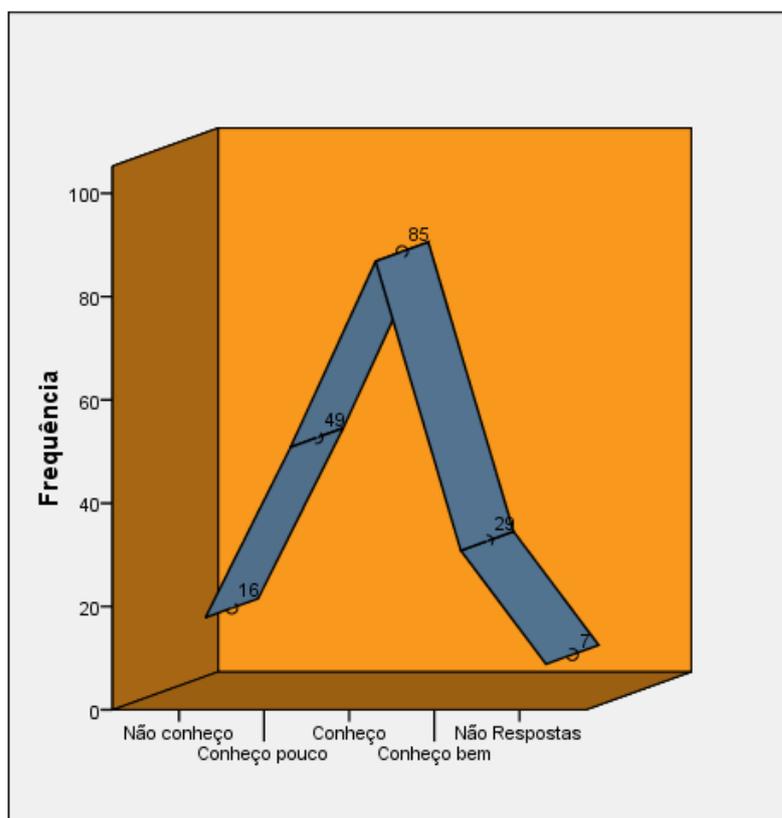


Gráfico XLVIII – Conhecimento dos espaços físicos das AEC's

### **1.2.8. Conhecimento da adequação dos espaços existentes na escola para as AEC's**

	Nada		Pouco		Suficiente		Muito		Não Respostas	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Actividade Física e Desportiva	15	8,1	48	25,8	83	44,6	12	6,5	28	15,1
Ensino da Música	8	4,3	35	18,8	102	54,8	5	2,7	36	19,4
Expressão Plástica	5	2,7	25	13,4	71	38,2	7	3,8	78	41,9
Expressão Dramática	12	6,5	25	13,4	60	32,3	4	2,2	85	45,7
Ensino do Inglês	4	2,2	20	10,8	114	61,3	16	8,6	32	17,2
Apoio ao Estudo	4	2,2	12	6,5	117	62,9	17	9,1	36	19,4
Tecnologias da Informação e Comunicação	28	15,1	30	16,1	37	19,9	4	2,2	87	46,8

**Tabela XXVI – Grau de adequação dos espaços das AEC's**

Os Encarregados de Educação detêm uma opinião satisfatória dos espaços existentes na escola para a realização das AEC's. Analisando a tabela XXVI, concluímos que a maioria classifica como suficiente quer a existência, quer a adequação destes mesmos espaços, sendo de destacar o Ensino do Inglês e o Apoio ao Estudo, que deverão ser concretizadas em salas de aula comuns e não exigem espaços específicos.

### 1.2.9. Tempo disponível para as AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Muito pouco	3	1,6	1,7	1,7
	Pouco	16	8,6	9,2	11,0
	Suficiente	115	61,8	66,5	77,5
	Bom	39	21,0	22,5	100,0
	<b>Total</b>	<b>173</b>	<b>93,0</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		13	7,0		
<b>Total</b>		<b>186</b>	<b>100,0</b>		

Tabela XXVII – Tempo disponível para as AEC's

No que respeita ao tempo disponível para as AEC's, 61,8% dos Encarregados de Educação é da opinião que o mesmo é suficiente e apenas 1,6% afirma que o tempo é muito pouco.

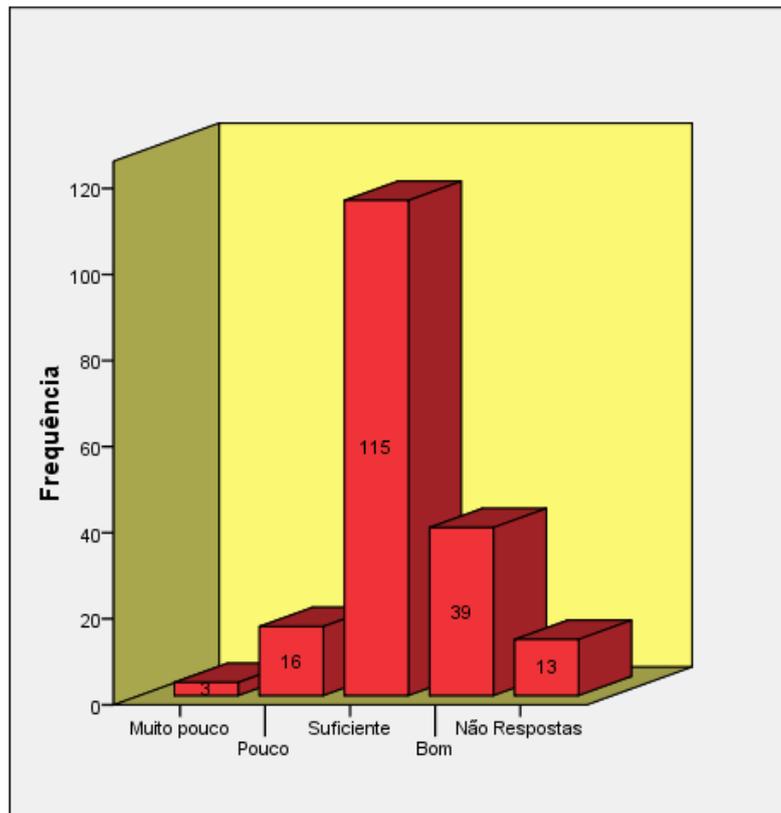
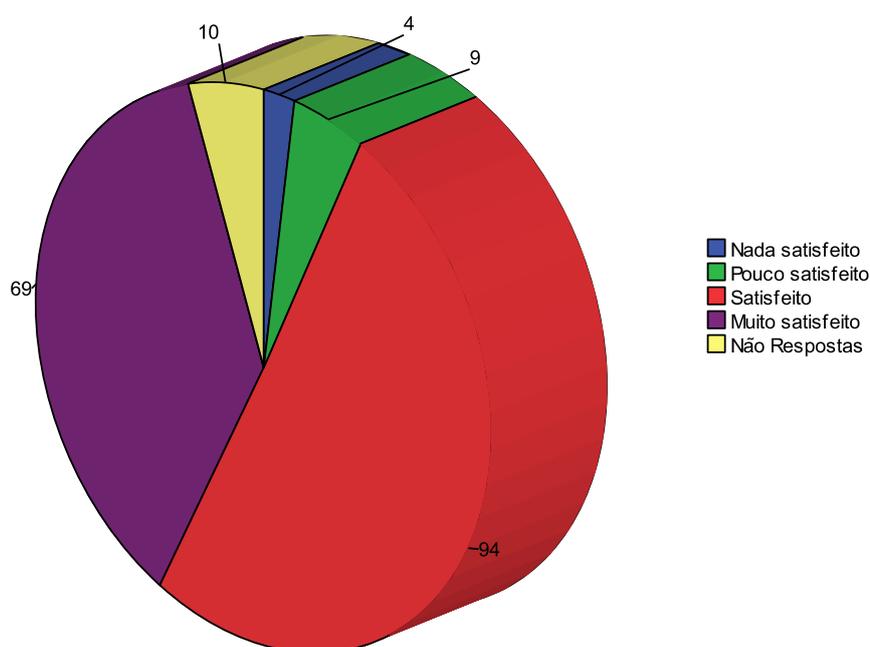


Gráfico XLIX – Tempo disponível para as AEC's

**1.2.10. Satisfação com a frequência de uma Escola a Tempo Inteiro pelo educando**

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Nada satisfeito	4	2,2	2,3	2,3
	Pouco satisfeito	9	4,8	5,1	7,4
	Satisfeito	94	50,5	53,4	60,8
	Muito satisfeito	69	37,1	39,2	100,0
	<b>Total</b>	<b>176</b>	<b>94,6</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		10	5,4		
<b>Total</b>		<b>186</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela XXVIII – Grau de satisfação com a frequência da Escola a Tempo Inteiro**



**Gráfico L – Grau de satisfação com a frequência da Escola a Tempo Inteiro**

Através da análise deste gráfico, podemos afirmar que 50,5% - 94 Encarregados de Educação afirma estar satisfeitos com a frequência dos educandos na escola, 37,1% - 69 - afirma estarem muito satisfeitos, enquanto que apenas 2,2% - 4 encarregados de educação diz não se encontrarem nada satisfeitos.

### 1.2.11. Factores que considera pertinentes para o desenvolvimento do educando

	Frequência	Porcentagem
Faz actividade mais tempo na escola	32	17,1
Completa o seu currículo como aluno	38	20,5
Faz actividades orientadas	41	22,2
É economicamente mais acessível	32	17,3
Fica mais tempo para brincar	11	6,1
Passa demasiado tempo na escola	10	5,6
Chega muito cansado a casa	16	8,6
Sou impedido de passar mais tempo com o meu educando	6	2,6

**Tabela XXIX** – Implicações da frequência das AEC`S para os Encarregados de Educação

Da análise da tabela XXIX, podemos constatar que 22,2% dos encarregados de educação, afirmou que o principal factor para o desenvolvimento do educando era as “actividades orientadas”. O facto de “completar o seu currículo”, foi a opinião de 20,5% dos inquiridos, seguida de “ser economicamente mais acessível”, com 17,3% das respostas e “fazer actividade mais tempo na escola”, com 17,1%.

Por outro lado, verifica-se que 32 encarregados de educação – 16,8%, não concordam com a existência desta oferta de escola, pois consideram que os seus educandos ou “passam demasiado tempo na escola”, ou “chegam muito cansados a casa” ou os próprios encarregados de educação sentem que “são impedidos de passar mais tempo com os seus educandos”.

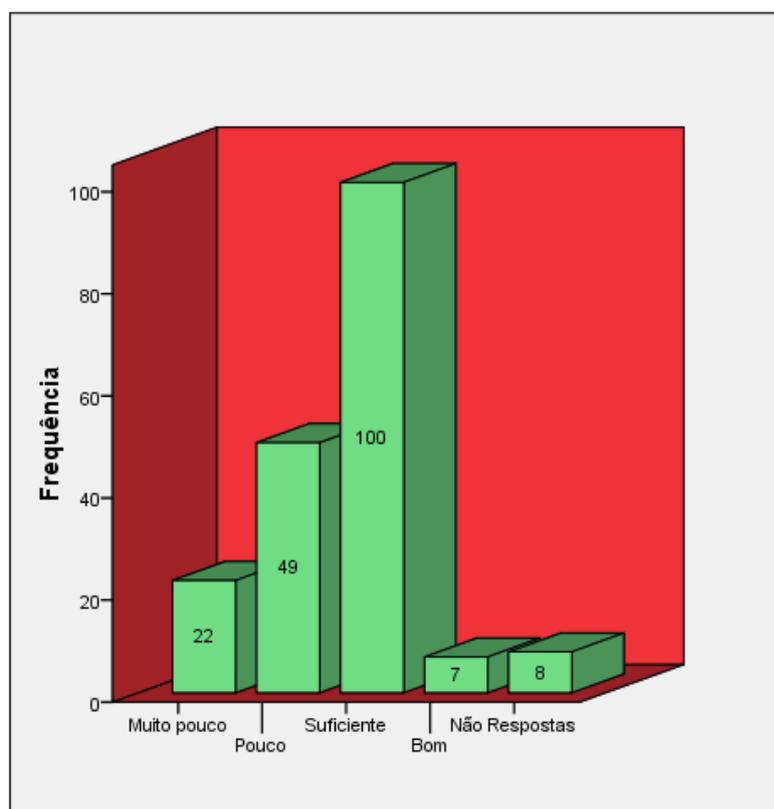
### 1.2.12. Conhecimento dos objectivos das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Muito pouco	22	11,8	12,4	12,4
	Pouco	49	26,3	27,5	39,9
	Suficiente	100	53,8	56,2	96,1
	Bom	7	3,8	3,9	100,0
	<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>95,7</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		8	4,3		
<b>Total</b>		<b>186</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela XXX – Conhecimento dos objectivos das AEC's**

No que diz respeito ao conhecimento dos objectivos das AEC'S, a maioria dos inquiridos afirma ter um conhecimento suficiente - 53,8%.

Existe ainda uma larga percentagem, 26,3% que manifesta possuir pouco conhecimento sobre os objectivos das AEC's e 11,8% afirma conhecer muito pouco.

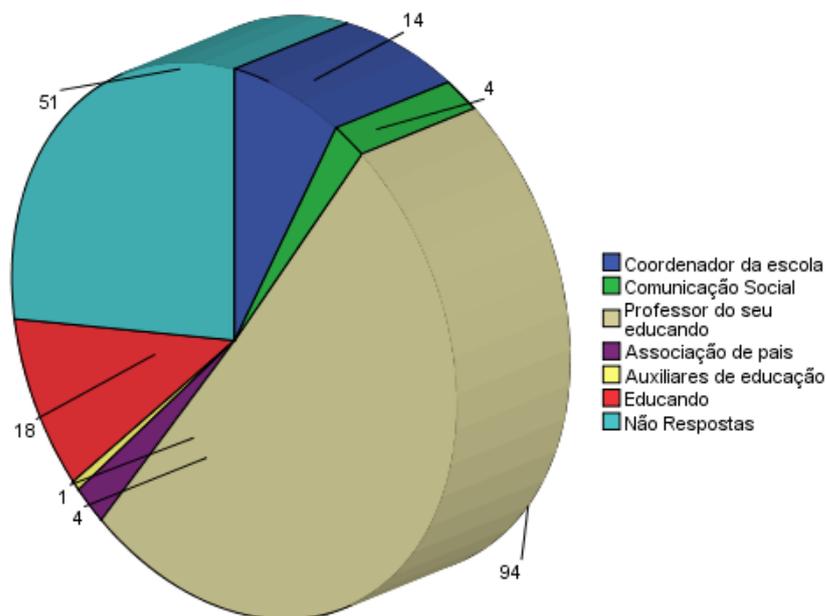


**Gráfico LI – Conhecimento dos objectivos das AEC's**

**1.2.13. Tomada de conhecimento do Programa das AEC's**

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Coordenador da escola	14	7,5	10,4	10,4
	Comunicação Social	4	2,2	3,0	13,3
	Professor do seu educando	94	50,5	69,6	83,0
	Associação de pais	4	2,2	3,0	85,9
	Auxiliares de educação	1	,5	,7	86,7
	Educando	18	9,7	13,3	100,0
	<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>72,6</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		51	27,4		
<b>Total</b>		<b>186</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela XXXI – Tomada de conhecimento do Programa das AEC's**



**Gráfico LII – Tomada de conhecimento do Programa das AEC's**

A maioria dos inquiridos, 50,5%, afirma que tomou conhecimento dos objectivos das AEC'S através do professor do seu educando, 27,4% não respondeu à questão.

### 1.2.14. Motivação dos educandos pelas AEC's

	Nada		Pouco		Suficiente		Muito		Não Respostas	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Actividade Física e Desportiva	5	2,7	22	11,8	67	36	71	38,2	21	11,3
Ensino da Música	6	3,2	19	10,2	64	34,4	76	40,9	21	11,3
Expressão Plástica	5	2,7	19	10,2	46	24,7	29	15,6	87	46,8
Expressão Dramática	13	7,0	16	8,6	47	25,6	20	10,8	90	48,4
Ensino do Inglês	6	3,2	33	17,7	68	36,6	62	33,3	17	9,1
Apoio ao Estudo	7	3,8	13	7,0	77	41,4	57	30,6	32	17,2
Tecnologias da Informação e Comunicação	21	11,3	16	8,6	36	19,4	19	10,2	94	50,5

**Tabela XXXII – Motivação dos educandos pelas AEC's**

Nas AEC's Actividade Física e Desportiva e Expressão Musical, a maioria dos Encarregados de Educação são de opinião de que os seus educandos têm muita motivação. Quanto ao Ensino do Inglês e ao Apoio ao Estudo a maioria dos encarregados de educação afirma que a motivação dos seus educandos é suficiente.

As actividades de Expressão Plástica, Expressão Dramática e Tecnologias de Informação e Comunicação obtém uma maioria de “não respostas”, por não constituírem oferta de escola, tal como já foi verificado anteriormente.

A média das respostas reveladoras de que não foi encontrada nenhuma motivação ou essa foi pouca situa-se entre 10,8% - para o Apoio ao Estudo – e 20,9% para o Ensino do Inglês.

### 1.2.15. Contacto com os professores das AEC's

	Nada		Pouco		Suficiente		Muito		Não Respostas	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Actividade Física e Desportiva	107	57,5	43	23,1	17	9,1	3	1,6	16	8,6
Ensino da Música	101	54,3	44	23,7	22	11,8	3	1,6	16	8,6
Expressão Plástica	61	32,8	22	11,8	13	7,0	9	4,8	81	43,5
Expressão Dramática	66	35,5	21	11,3	9	4,8	4	2,2	86	46,2
Ensino do Inglês	116	62,4	36	19,4	16	8,6	2	1,1	16	8,6
Apoio ao Estudo	46	24,7	20	10,8	60	32,3	30	16,1	30	16,1
Tecnologias da Informação e Comunicação	70	37,6	20	10,8	4	2,2	3	1,6	89	47,8

**Tabela XXXIII – Contacto com os professores das AEC's**

O Apoio ao Estudo é considerado pelos Encarregados de Educação como a AEC com um maior contacto com os professores – 48,4%. Este resultado é devido ao facto de ser o professor titular de turma, o responsável por esta actividade. Nas restantes AEC's, a maioria afirma ter pouco ou nenhum contacto com os professores: 80,6% na Actividade Física e Desportiva; 78% no Ensino da Música e 81,8% no Ensino do Inglês.

### **1.2.16. Grau de satisfação em relação ao trabalho desenvolvido pelos professores das AEC's**

	Não Satisfaz		Satisfaz Pouco		Satisfaz		Satisfaz Bastante		Não Respostas	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Actividade Física e Desportiva	3	1,6	13	7,0	104	55,9	32	17,2	34	18,3
Ensino da Música	6	3,2	19	10,2	89	47,8	48	25,8	24	12,9
Expressão Plástica	4	2,2	12	6,5	62	33,3	23	12,4	85	45,7
Expressão Dramática	7	3,8	15	8,1	54	29,0	14	7,5	96	51,6
Ensino do Inglês	9	4,8	29	15,6	97	52,2	30	16,1	21	11,3
Apoio ao Estudo	4	2,2	8	4,3	75	40,3	72	38,7	27	14,5
Tecnologias da Informação e Comunicação	17	9,1	15	8,1	39	21,0	14	7,5	101	54,3

**Tabela XXXIV – Grau de Satisfação em relação ao trabalho desenvolvido pelos professores das AEC's**

Analisando a tabela XXXIV, verificamos que a maioria dos Encarregados de Educação, que responderam a esta questão, se encontra satisfeita em relação ao trabalho desenvolvido pelos professores das AEC's, com maior incidência para o Apoio ao Estudo (79%), o Ensino da Música (73,6%), a Actividade Física e Desportiva (73,1%) e o Ensino do Inglês (68,3%).

### **1.2.17. Características mais importantes trazidas pela Escola a Tempo Inteiro**

	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Apoio prestado à família no seu período laboral	54	29,8
Os educandos estão mais indisciplinados	2	1,1
A escola oferece recursos de apoio	22	12,0
Conflito entre pais/filhos sobre os trabalhos de casa	4	2,0
A escola oferece AEC´s	52	28,1
A escola oferece almoço	18	8,5
A escola oferece condições de segurança	22	12,0
Os educandos ficam mais cansados	8	4,7
Redução do convívio com a família	4	2,3
Mais gastos financeiros	0	0,0

**Tabela XXXV** – Características mais importantes trazidas pela Escola a Tempo Inteiro

Dentro das características mais importantes trazidas pela Escola a Tempo Inteiro, a maioria dos Encarregados de Educação destaca, sem dúvida, o apoio prestado à família no seu período laboral, pelo facto da escola oferecer Actividades de Enriquecimento Curricular. Em segundo lugar surgem, com igual frequência, os recursos de apoio e as condições de segurança que a escola oferece.

### 1.3. Professores Titulares de Turma

#### 1.3.1. Género dos intervenientes

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válidos	Masculino	1	12,5	12,5	12,5
	Feminino	7	87,5	87,5	100,0
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela XXXVI – Género dos Professores Titulares de Turma

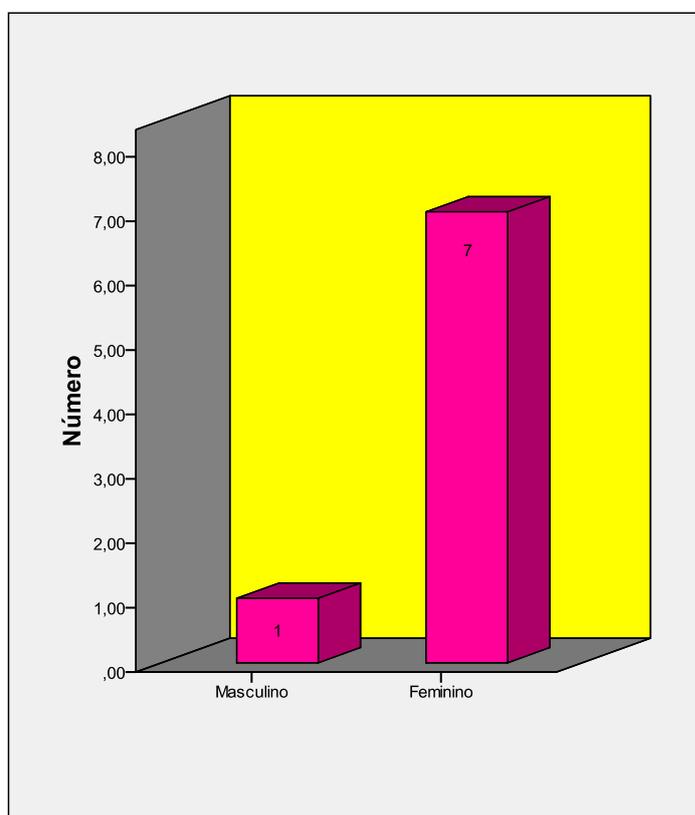


Gráfico LIII – Género dos Professores Titulares de Turma

Relativamente ao género dos inquiridos, observamos de acordo com o gráfico LIII, que apenas um é do género masculino, enquanto que os restantes sete são do sexo feminino.

### 1.3.2. Idade dos intervenientes

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válidos	26 a 30 anos	3	37,5	37,5	37,5
	31 a 35 anos	4	50,0	50,0	87,5
	40 a 50 anos	1	12,5	12,5	100,0
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela XXXVII – Idade dos professores titulares de turma

Num total de oito inquiridos, três têm idades compreendidas entre os 26 e 30 anos, quatro dos inquiridos encontram-se no intervalo dos 31 aos 35 anos e, por fim, apenas um deles se encontra entre os 41 e os 50 anos, podendo-se concluir que estamos em presença de um grupo de docentes bastante jovem.

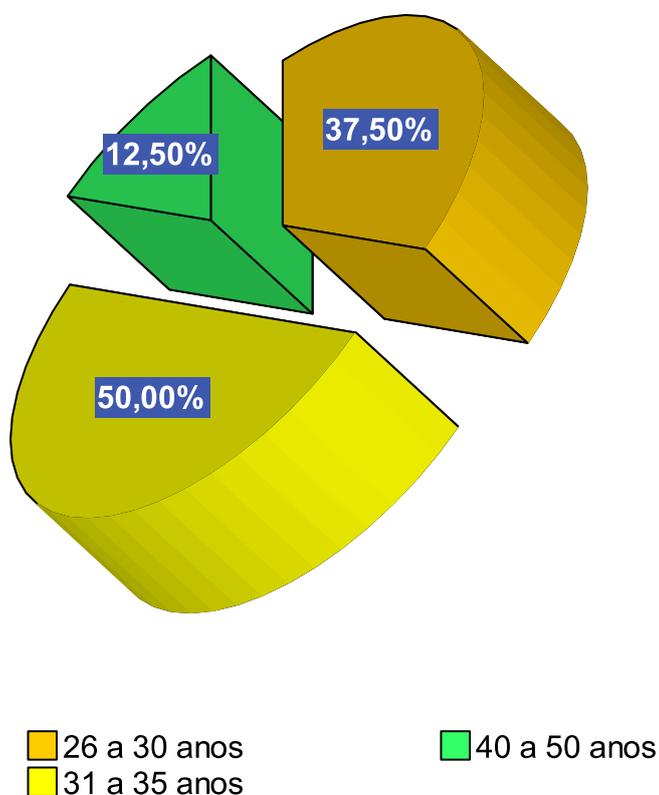


Gráfico LIV – Idade dos professores titulares de turma

### 1.3.3. Tempo de serviço

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válidos	1 a 5 anos	2	25,0	25,0	25,0
	6 a 10 anos	4	50,0	50,0	75,0
	10 a 15 anos	1	12,5	12,5	87,5
	+ 15 anos	1	12,5	12,5	100,0
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela XXXVIII – Tempo de serviço dos Professores Titulares de Turma

Quanto ao tempo de serviço dos Professores Titulares de Turma, verificamos que 4 possuem entre 6 a 10 anos de serviço e dois professores têm entre 1 a 5 anos de serviço. Dos restantes dois inquiridos, um tem entre 10 a 15 anos de serviço e outro tem mais de 15 anos de serviço.

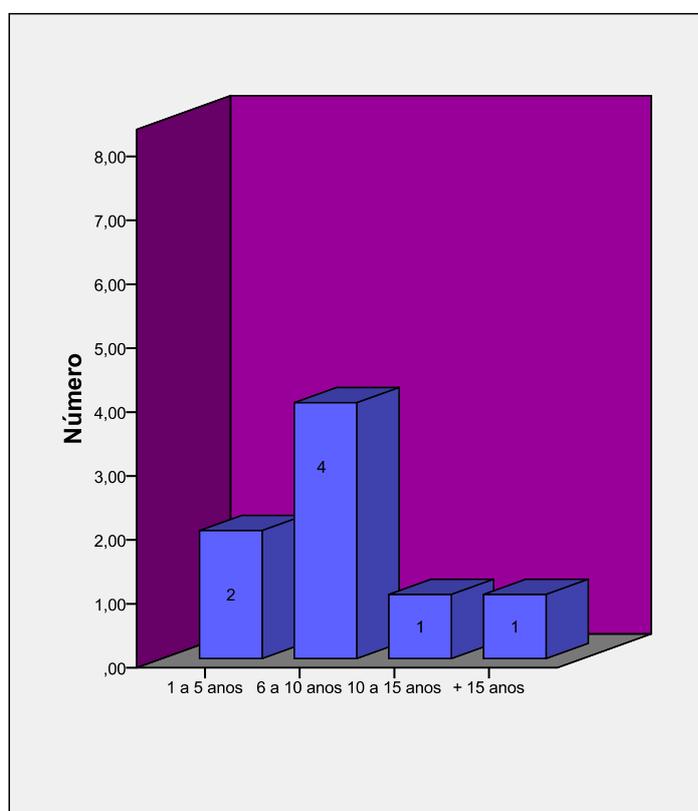


Gráfico LV – Tempo de serviço dos Professores Titulares de Turma

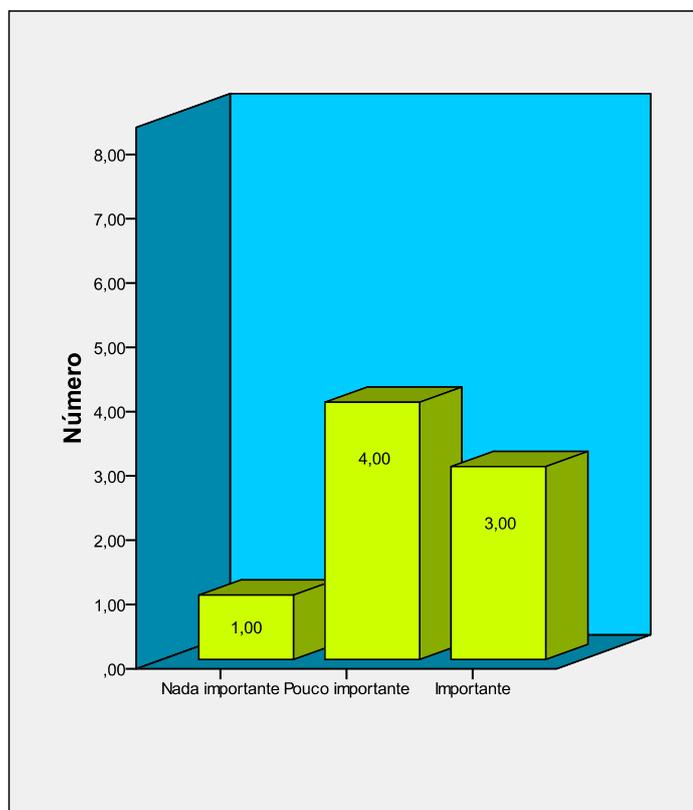
### 1.3.4. Importância da realização das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válidos	Nada importante	1	12,5	12,5	12,5
	Pouco importante	4	50,0	50,0	62,5
	Importante	3	37,5	37,5	100,0
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

**Tabela XXXIX – Grau de Importância da realização das AEC's**

Da totalidade dos sujeitos que participaram neste estudo, 50% afirma que a realização das AEC's na escola é pouco importante e 12,5% revela que é nada importante.

Por outro lado, 3 dos inquiridos, correspondendo a 37,5% desta amostra, consideram que a realização destas actividades é importante.



**Gráfico LVI – Grau de importância da realização das AEC's**

### 1.3.5. Horário da realização das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válidos	Antes das actividades lectivas	2	25,0	25,0	25,0
	Depois das actividades lectivas	6	75,0	75,0	100,0
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela XL – Horário da realização das AEC's

Dos 100% dos inquiridos, a grande maioria (75%), confirma que as AEC's são realizadas após as actividades lectivas. Por outro lado, 25% afirma que as mesmas são realizadas antes das actividades lectivas.

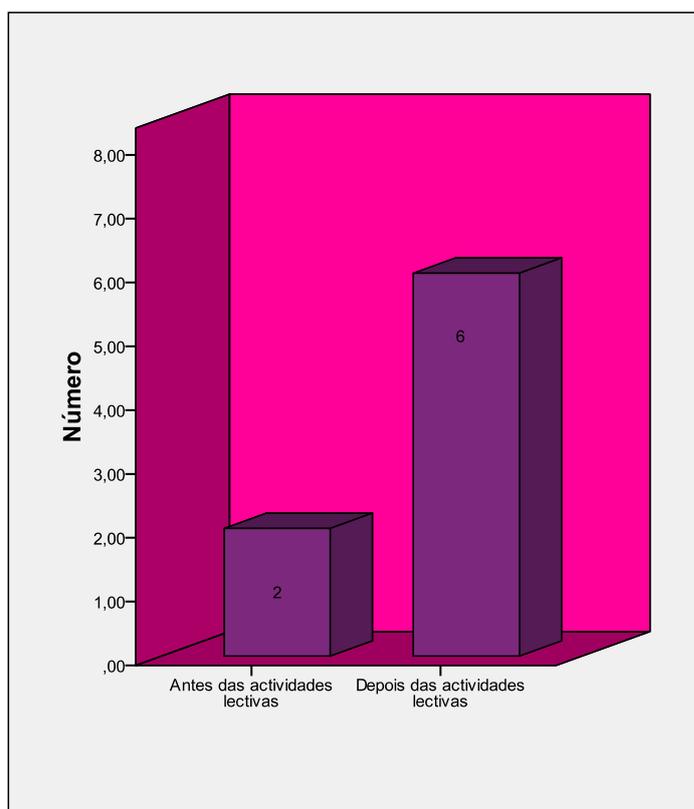


Gráfico LVII – Horário da realização das AEC's

### 1.3.6. Importância das AEC's

	Frequência	Percentagem
Ensino da Música	1	12,5
Actividade Física e Desportiva	1	12,5
Expressão Dramática	1	12,5
Ensino do Inglês	1	12,5
Expressão Plástica	1	12,5
Tecnologias da Informação e Comunicação	1	12,5
Apoio ao Estudo	2	25,0

**Tabela XLI** – AEC considerada mais importante pelos Professores Titulares de Turma

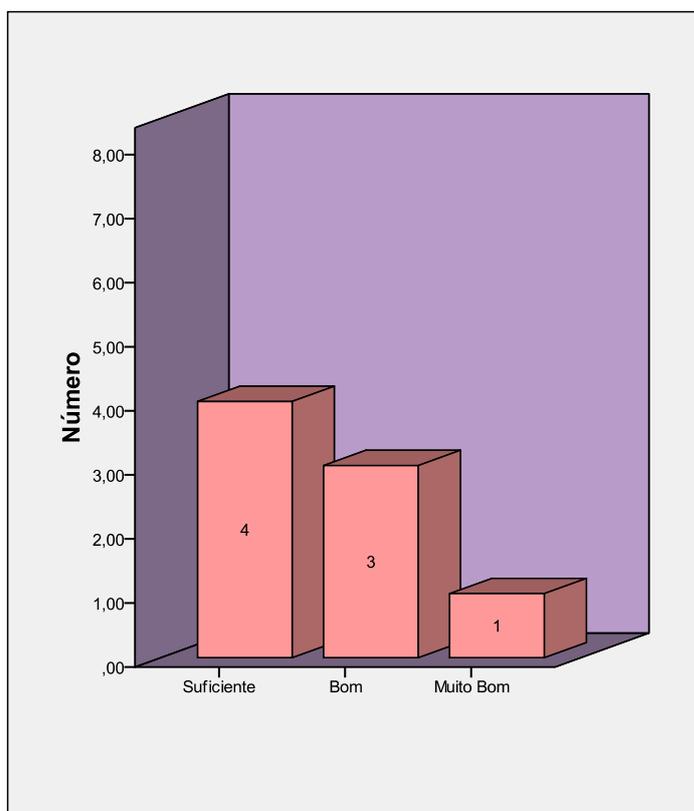
Inquiridos os 8 Professores Titulares de Turma acerca da importância das AEC's, foi referido que o Apoio ao Estudo é o mais importante, com 25,0% de respostas. As restantes AEC's foram classificadas equitativamente.

### 1.3.7. Tempo disponibilizado para a realização das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válidos	Suficiente	4	50,0	50,0	50,0
	Bom	3	37,5	37,5	87,5
	Muito Bom	1	12,5	12,5	100,0
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

**Tabela XLII – Tempo disponibilizado para a realização das AEC's**

Acerca da classificação relativa ao tempo disponibilizado para a realização das AEC's, 50% dos inquiridos considera que o mesmo é "Suficiente", 37,5% classificou-o de "Bom" e 12,5%, correspondente a um inquirido, atribuiu a classificação de "Muito Bom".



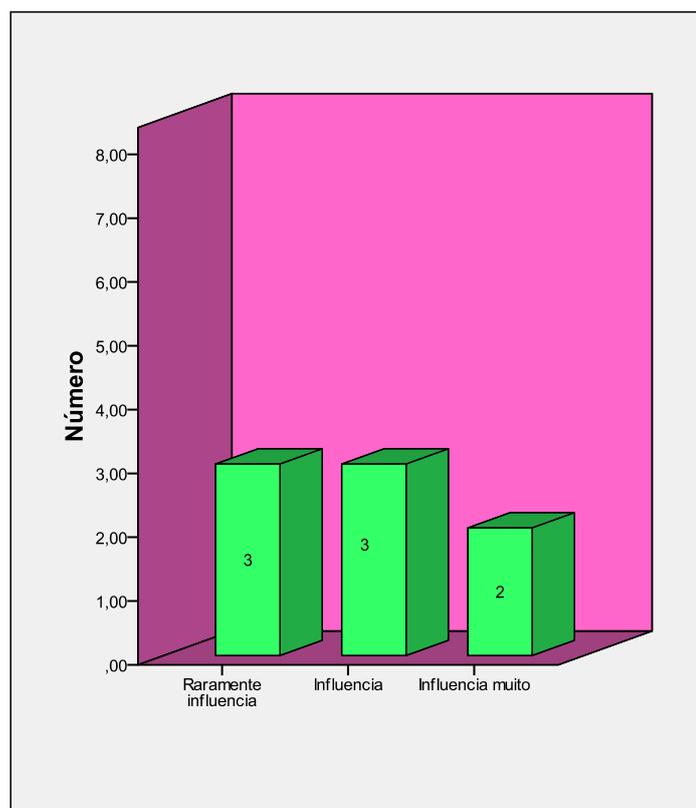
**Gráfico LVIII – Tempo disponibilizado para a realização das AEC's**

### 1.3.8. Influência das AEC's no comportamento dos alunos em sala de aula

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válidos	Raramente influencia	3	37,5	37,5	37,5
	Influencia	3	37,5	37,5	75,0
	Influencia muito	2	25,0	25,0	100,0
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

**Tabela XLIII – Influência das AEC's no comportamento dos alunos em sala de aula**

Analisando a tabela XLIII, verificamos que a grande maioria dos professores considera que as AEC's influenciam ou influenciam muito o comportamento dos alunos. Os restantes três inquiridos, com uma percentagem de 37,5%, consideram que este tipo de actividades raramente influencia o comportamento dos mesmos.



**Gráfico LIX – Influência das AEC's no comportamento dos alunos em sala de aula**

### 1.3.9. Influência das AEC's no rendimento escolar dos alunos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válidos	Nenhum	1	37,5	37,5	37,5
	Pouco	5	62,5	62,5	100,0
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela XLIV – Influência das AEC'S no rendimento escolar dos alunos

À semelhança da tabela anterior, também 37,5% dos professores respondeu que não há nenhuma influência das AEC's para um melhor rendimento escolar dos alunos. Os restantes cinco professores - 62,5% - consideram que os alunos apresentam poucas melhorias a nível do rendimento escolar.

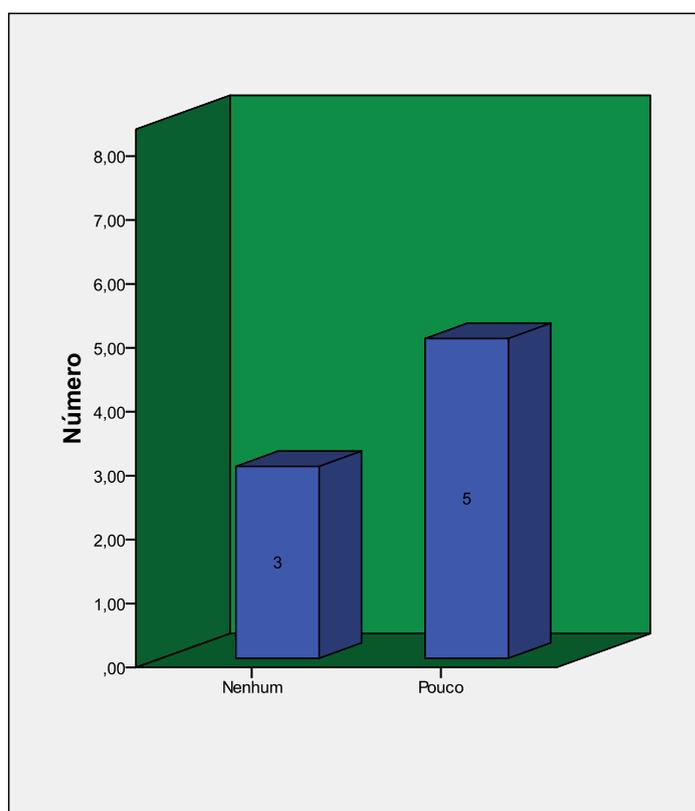


Gráfico LX – Influência das AEC's no rendimento escolar dos alunos

### **1.3.10. Grau de satisfação sobre aspectos relacionados com o funcionamento das AEC's**

	Muito baixo		Baixo		Alto		Muito alto		Não Respostas	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Equipamentos e materiais disponíveis	2	25	2	25	4	50	0	0	0	0
Motivação dos alunos em relação às AEC's	0	0	2	25	6	75	0	0	0	0
Número de alunos por turma	2	25	3	37,5	3	37,5	0	0	0	0
Relação com o Conselho Executivo	1	12,5	2	25	3	37,5	1	12,5	1	12,5
Relação com os alunos	0	0	1	12,5	5	62,5	2	25	0	0
Relação com os colegas das AEC's	0	0	1	12,5	6	75	1	12,5	0	0
Relação com os Encarregados de Educação	1	12,5	2	25	4	50	0	0	1	12,5
Infra-estruturas da Escola	0	0	5	62,5	2	25	0	0	1	12,5

**Tabela XLV – Grau de satisfação sobre o funcionamento das AEC's**

No que se refere ao Grau de Satisfação dos Professores Titulares de turma sobre alguns aspectos relacionados com o funcionamento geral das AEC's, 62,5% dos mesmos têm um baixo grau de satisfação, no que se relaciona com o número de alunos por turma e com as infra-estruturas da escola.

Com um alto grau de satisfação (87,5%) estão os inquiridos que referem a relação com os alunos e a relação com os colegas das AEC's.

Com 75% encontramos a motivação dos alunos em relação às AEC's.

### 1.3.11. Funcionamento geral das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Sim	4	50,0	57,1	57,1
	Não	3	37,5	42,9	100,0
	Total	7	87,5	100,0	
Não Respostas		1	12,5		
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>100,0</b>		

Tabela XLVI – Funcionamento geral das AEC's

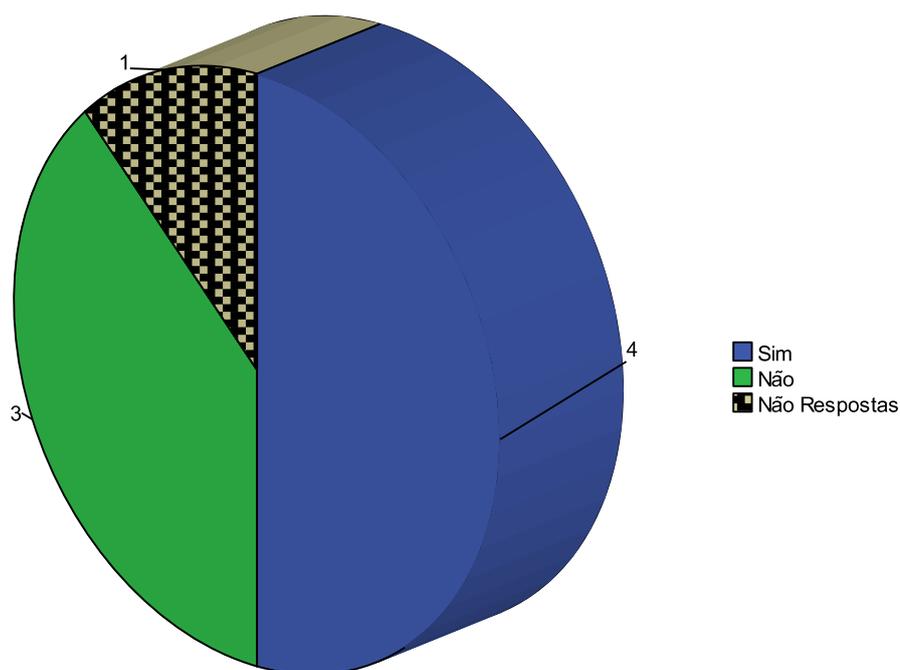


Gráfico LXXI – Funcionamento geral das AEC's

Analisando o gráfico LXXI, verifica-se que 50% dos Professores Titulares de Turma, são de opinião que as AEC's têm um funcionamento positivo, ou seja, 4 num total de 8 professores.

### 1.3.12. Implicações da frequência das AEC's

	Nada		Pouco		Suficiente		Muito		Não Respostas	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Apoio prestado à família no seu período laboral	0	0	0	0	7	87,5	0	0	1	12,5
Os educandos estão mais indisciplinados	0	0	4	50	4	50	0	0	0	0
A escola oferece recursos de apoio	1	12,5	5	62,5	2	25	0	0	0	0
Conflito entre pais/filhos sobre os trabalhos de casa	3	37,5	3	37,5	2	25	0	0	0	0
A escola oferece AEC's	0	0	4	50	4	50	0	0	0	0
Almoço gratuito concedido pela escola	3	37,5	2	25	2	25	0	0	1	12,5
A escola oferece condições de segurança	1	12,5	4	50	3	37,5	0	0	0	0
Os alunos ficam mais cansados	0	0	2	25	0	0	6	75	0	0
Redução do convívio com a família	0	0	2	25	1	12,5	4	50	1	12,5
Mais gastos financeiros	1	12,5	3	37,5	3	37,5	0	0	1	12,5

**Tabela XLVII** – Implicações da frequência das AEC's para os Professores Titulares de Turma

Da tabela acima apresentada, poderemos afirmar que 7 em 8 professores titulares de turma consideram suficientemente positivo o apoio prestado à família no seu período laboral., sendo este o único aspecto que merece maior consenso.

É também de registar que 75% dos Professores Titulares de Turma, tem a opinião de que a escola não oferece recursos de apoio suficientes e que 75% dos inquiridos são de opinião de que os alunos ficam mais cansados.

## 1.4. Professores das AEC's

### 1.4.1 Género dos intervenientes

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Masculino	3	50,0	50,0	50,0
	Feminino	3	50,0	50,0	100,0
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela XLVIII – Género dos Professores das AEC's

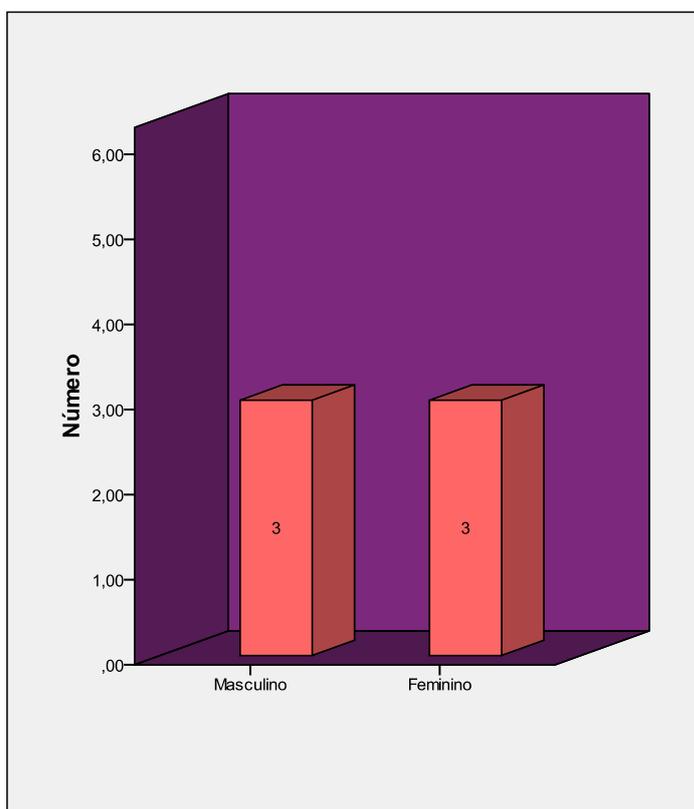


Gráfico LXII – Género dos Professores das AEC's

### 1.4.2. Idade dos intervenientes

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	- 30 anos	6	100,0	100,0	100,0

Tabela XLIX – Idade dos professores das AEC's

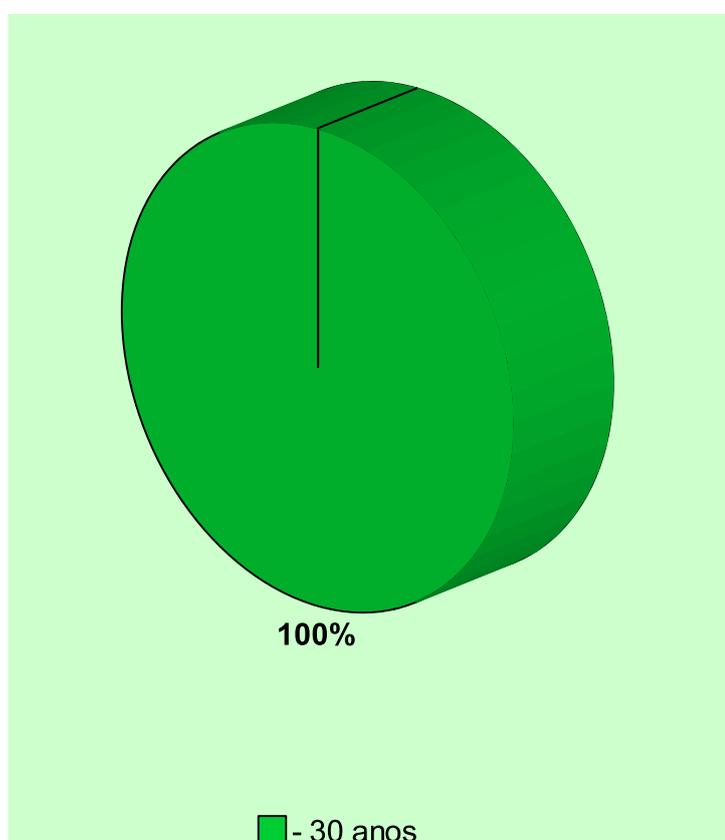


Gráfico LXIII – Idade dos Professores das AEC's

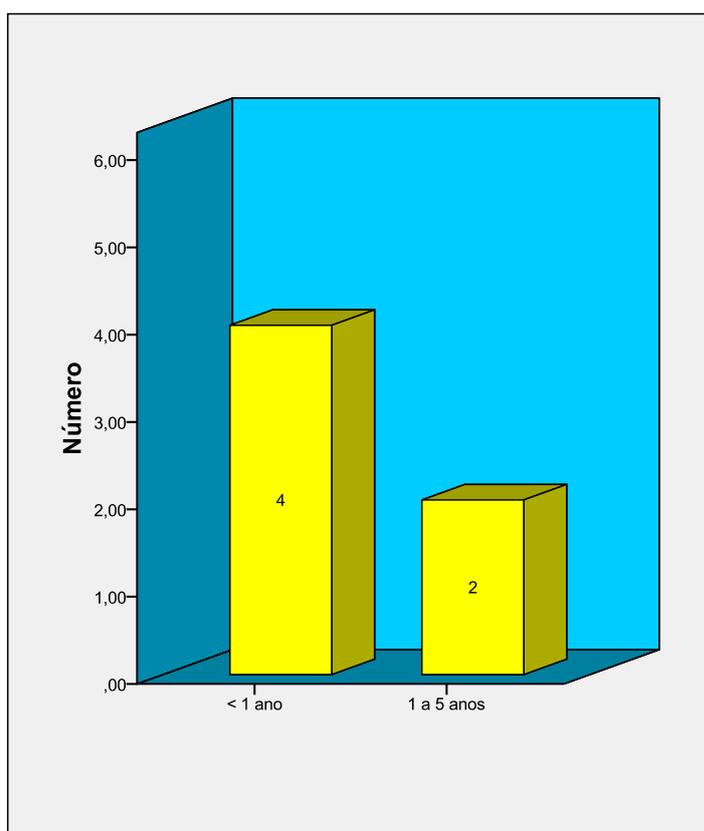
Foram distribuídos inquéritos por doze Professores de Actividades de Enriquecimento Curricular, mas apenas seis responderam. Dos seis, três são do sexo feminino e outros três do sexo masculino. Todos os inquiridos têm idade inferior a trinta anos.

### 1.4.3. Tempo de serviço

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	< 1 ano	4	66,7	66,7	66,7
	1 a 5 anos	2	33,3	33,3	100,0
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

**Tabela L –** Tempo de serviço dos Professores das AEC's

Através da análise da tabela L, constatamos que quatro dos inquiridos têm tempo de serviço inferior a um ano e os outros dois, possuem, como tempo de serviço, de um a cinco anos.



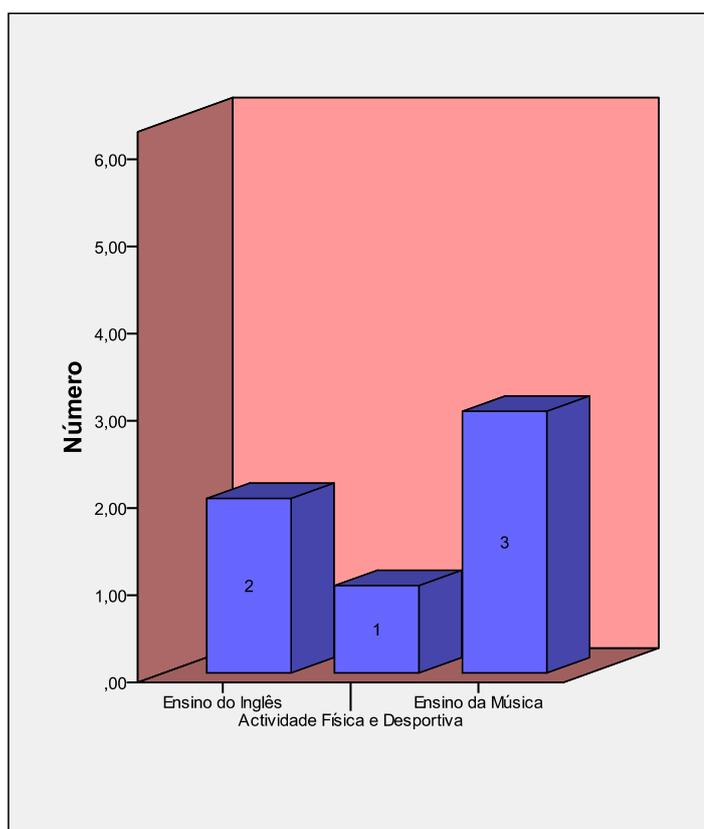
**Gráfico LXIV –** Tempo de serviço dos Professores das AEC's

#### **1.4.4. Actividade de Enriquecimento Curricular leccionada**

		<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>	<b>Percentagem Válida</b>	<b>Percentagem acumulada</b>
Válidos	Ensino do Inglês	2	33,3	33,3	33,3
	Actividade Física e Desportiva	1	16,7	16,7	50,0
	Ensino da Música	3	50,0	50,0	100,0
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

**Tabela LI – Actividade de Enriquecimento Curricular leccionada**

No quadro LI, podemos observar que dois dos inquiridos leccionam a actividade do Ensino de Inglês, um lecciona a Actividade Física e Desportiva e os três restantes a actividade do Ensino da Música.



**Gráfico LXV – Actividade de Enriquecimento Curricular leccionada**

### 1.4.5. Qualificação para leccionar a Actividade de Enriquecimento Curricular

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Sim	6	100,0	100,0	100,0

Tabela LII – Qualificação para leccionar a Actividade

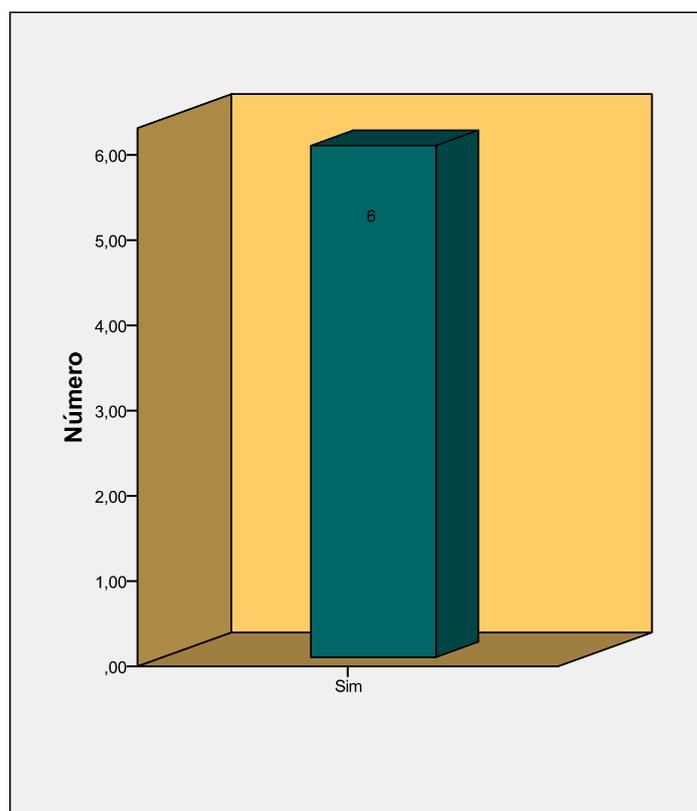


Gráfico LXVI – Qualificação para leccionar a Actividade

Todos os inquiridos afirmam ter qualificação para leccionar a respectiva Actividade de Enriquecimento Curricular.

#### 1.4.6. Conhecimento do Despacho nº 14460/2008

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Sim	1	16,7	16,7	16,7
	Não	5	83,3	83,3	100,0
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela LIII – Conhecimento do Despacho n.º 14460/2008

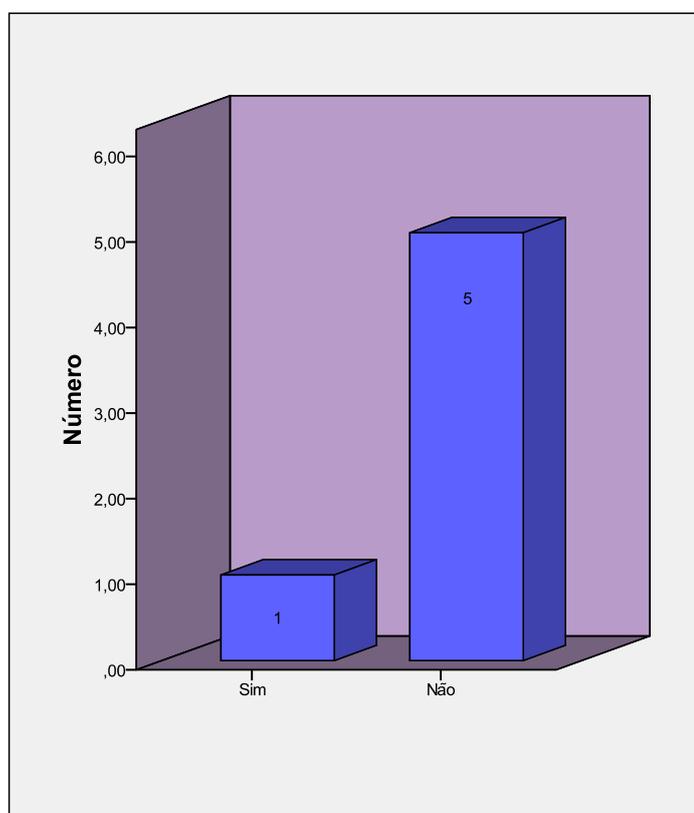


Gráfico LXVII -Conhecimento do Despacho n.º 14460/2008

Cinco dos seis Professores das AEC's afirmam que não tiveram conhecimento do Despacho nº 14460/2008.

#### 1.4.7. Concordância com o Despacho nº 14460/2008

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Não	1	16,7	100,0	100,0
Não Respostas		5	83,3		
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>100,0</b>		

Tabela LIV – Concordância com o Despacho n.º 14460/2008

Apenas o docente que afirma ter conhecimento do referido despacho, respondeu que não concordava com o mesmo. Os restantes cinco docentes, por não conhecerem o despacho, não responderam à questão.

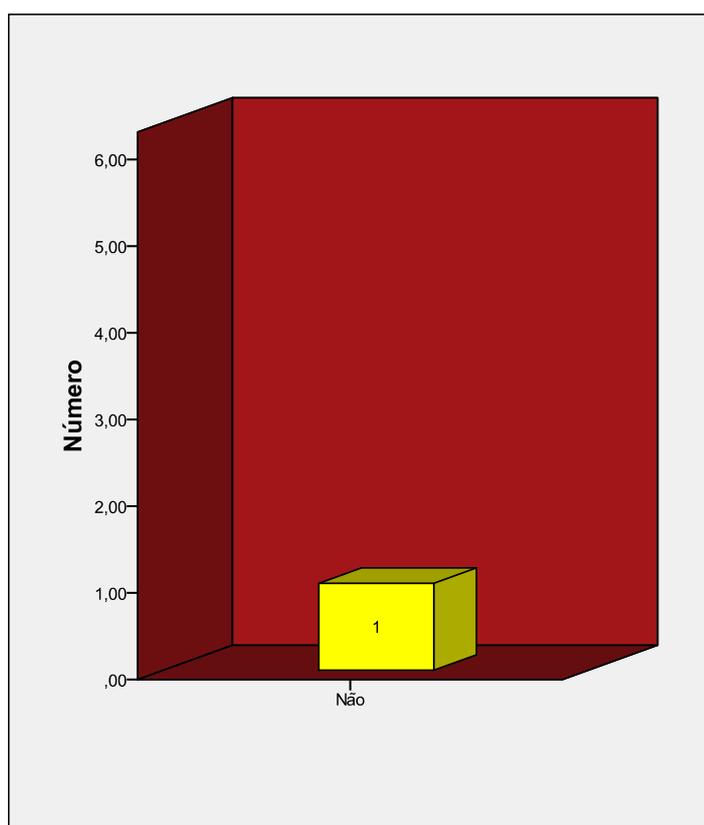


Gráfico LXVIII – Concordância com o Despacho n.º 14460/2008

#### 1.4.8. Satisfação com a Entidade Promotora das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Pouco satisfeito	1	16,7	16,7	16,7
	Satisfeito	5	83,3	83,3	100,0
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela LV – Satisfação com a Entidade Promotora das AEC's

Num total de seis professores das AEC's, cinco responderam que estão satisfeitos com a Entidade Promotora das AEC's e somente um considera que está pouco satisfeito.

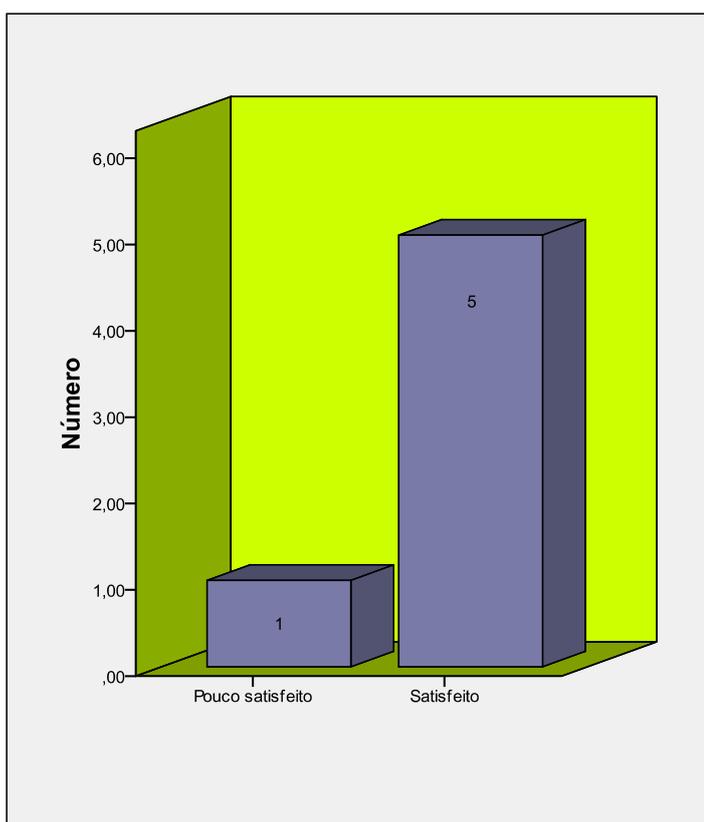


Gráfico LXIX – Satisfação com a Entidade Promotora das AEC's

#### **1.4.9. Grau de satisfação sobre aspectos relacionados com o funcionamento das AEC's**

	Muito baixo		Baixo		Alto		Muito alto		Não Respostas	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Equipamentos e materiais disponíveis	0	0	1	16,7	3	50	2	33,3	0	0
Horário disponibilizado para a realização das AEC's	2	33,3	0	0	4	66,7	0	0	0	0
Número de horas semanais atribuídas	1	16,7	2	33,3	3	50	0	0	0	0
Motivação dos alunos em relação às AEC's	0	0	0	0	4	66,7	2	33,3	0	0
Número de alunos por turma	0	0	1	16,7	5	83,3	0	0	0	0
Remuneração auferida	2	33,3	3	50	1	16,7	0	0	0	0
Relação com o Conselho Executivo	0	0	0	0	5	83,3	0	0	1	16,7
Relação com os alunos	0	0	0	0	3	50	3	50	0	0
Relação com os colegas das restantes AEC's	0	0	0	0	2	33,3	4	66,7	0	0
Relação com os colegas	0	0	0	0	5	83,3	1	16,7	0	0
Relação com os Encarregados de Educação	0	0	2	33,3	4	66,7	0	0	0	0
Condições físicas da Escola	0	0	1	16,7	5	83,3	0	0	0	0

**Tabela LVI – Grau de Satisfação dos Professores das AEC's sobre o funcionamento das mesmas**

Verifica-se que 100% dos inquiridos estão muito satisfeitos com a motivação dos alunos em relação às AEC's, com a relação com os colegas das restantes AEC's e com a relação com os restantes colegas. Existe ainda 83,3% dos inquiridos, que afirma ter um alto grau de satisfação, no que respeita ao número de alunos da turma, à relação com o Conselho Executivo e às condições físicas da Escola. Também 83,3% dos inquiridos considera muito baixa ou baixa a remuneração auferida.

#### 1.4.10. Funcionamento geral das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Sim	6	100,0	100,0	100,0

**Tabela LVII** – Opinião dos Professores das AEC's sobre o seu funcionamento geral das AEC's

Todos os professores das actividades de enriquecimento curricular consideram positivo, o funcionamento geral das AEC's.

#### 1.4.11. Implicações da frequência das AEC's

	Frequência	Percentagem
Apoio prestado à família no seu período laboral	1	16,7
Os educandos estão mais indisciplinados	0	0
A escola oferece recursos de apoio	0	0
Conflito entre pais/filhos sobre os trabalhos de casa	0	0
A escola oferece AEC's	2	33,3
A escola oferece almoço	0	0
A escola oferece condições de segurança	1	16,7
Os educandos ficam mais cansados	1	16,7
Redução do convívio com a família	1	16,7
Mais gastos financeiros	0	0

**Tabela LVIII** – Implicações da frequência das AEC's para os respectivos Professores

Dos aspectos referidos na tabela acima apresentada, o que se destaca mais, como implicação da frequência das AEC's, é o facto das mesmas serem oferecidas pela escola. O apoio prestado à família no seu período laboral, a oferta de condições de segurança por parte da escola, o facto dos educandos ficarem mais cansados e a redução do convívio com a família, foram outras implicações, realçadas pelos professores destas Actividades.

## 1.5. Pessoal não Docente

### 1.5.1 Género dos intervenientes

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Feminino	3	100,0	100,0	100,0

Tabela LIX – Género do Pessoal não Docente

Verifica-se que dos três indivíduos pertencentes ao pessoal não docente inquiridos, a totalidade pertence ao sexo feminino.

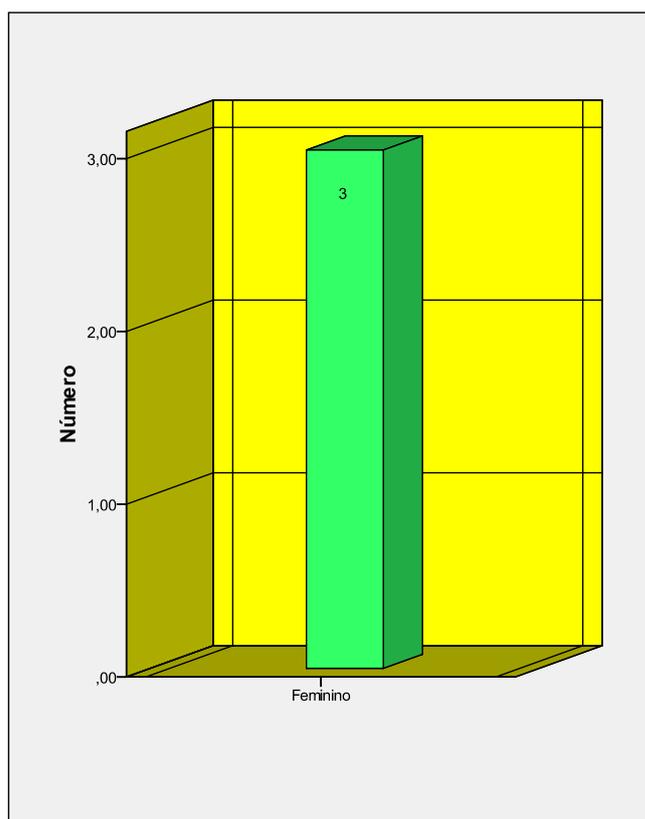


Gráfico LXX – Género do pessoal não docente

### 1.5.2. Idade dos intervenientes

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	41 a 45 anos	2	66,7	66,7	66,7
	+ 50 anos	1	33,3	33,3	100,0
<b>Total</b>		<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela LX – Idade do Pessoal não Docente

Em relação às idades dos inquiridos, verificou-se uma percentagem de 66,7% (com uma frequência de duas respostas) entre 41 a 45 anos e 33,3% (com frequência de apenas uma resposta) com mais de 50 anos de idade.

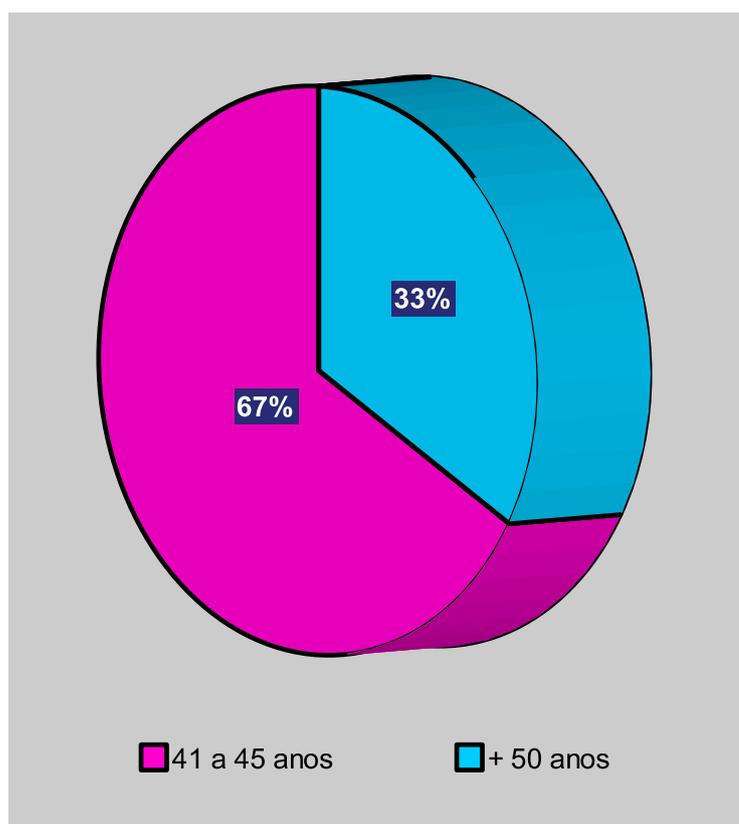


Gráfico LXXI – Idade do Pessoal não Docente

### 1.5.3. Tempo de serviço

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válido	1 a 5 anos	1	33,3	33,3	33,3
	6 a 10 anos	1	33,3	33,3	66,7
	10 a 15 anos	1	33,3	33,3	100,0
<b>Total</b>		<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela LXI – Tempo de serviço do Pessoal não Docente

Podemos constatar, através da análise da tabela LXI, uma heterogeneidade nas respostas dos inquiridos. Temos então um inquirido com 1 a 5 anos de serviço, outro com 6 a 10 anos de serviço e ainda outro entre os 10 e os 15 anos de serviço.

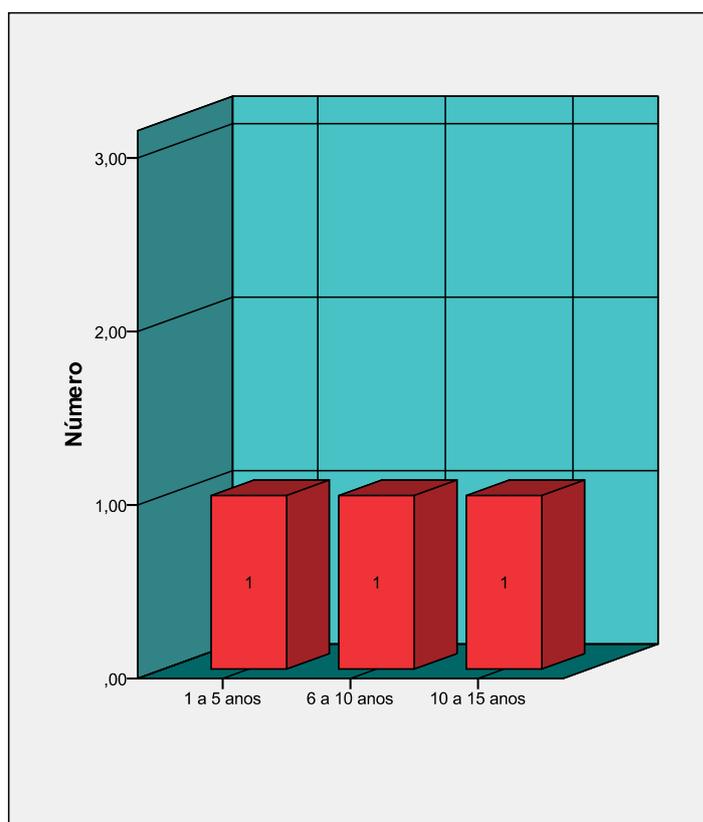


Gráfico LXXII – Tempo de serviço do Pessoal não Docente

#### 1.5.4. Importância da realização das AEC's na Escola

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Nada importante	1	33,3	33,3	33,3
	Pouco importante	2	66,7	66,7	100,0
<b>Total</b>		<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela LXII – Importância da realização das AEC's para o Pessoal não Docente

Podemos verificar através da tabela LXII, que o Pessoal não Docente desvaloriza a importância das AEC's na escola, visto que 66,7% dos inquiridos respondeu que acha pouco importante e 33,3% afirmou que considera nada importante.

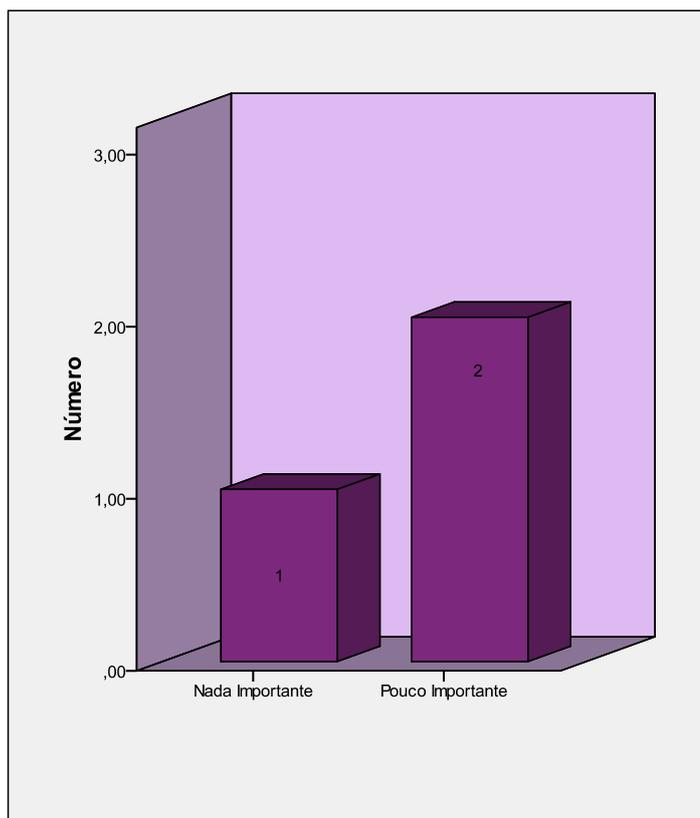


Gráfico LXXIII – Importância da realização das AEC's para o Pessoal não Docente

### 1.5.5. Influência das AEC's no horário de trabalho

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Sim	3	100,0	100,0	100,0

Tabela LXIII – Influência das AEC's no horário de trabalho

Observando a tabela LXIII, podemos verificar que há uma unanimidade nas respostas dos inquiridos, respondendo positivamente quanto ao facto das AEC's influenciarem o horário de trabalho.

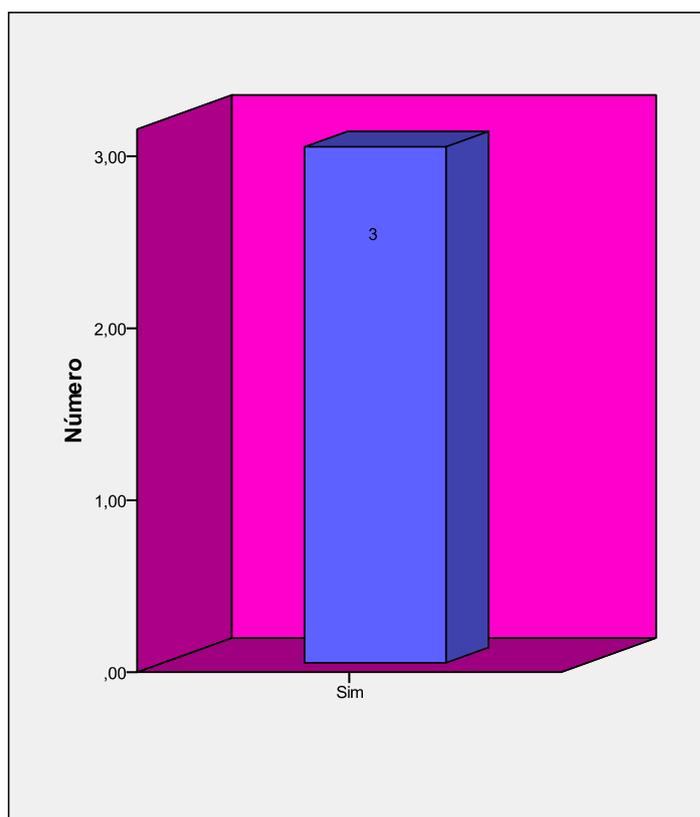


Gráfico LXXIV – Influência das AEC's no horário de trabalho

### 1.5.6. Existência de condições materiais na escola para a realização das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Algumas condições	3	100,0	100,0	100,0

Tabela LXIV – Condições materiais para a realização das AEC's

Mais uma vez verifica-se uma unanimidade nas respostas, dado que a totalidade dos inquiridos afirma que existem algumas condições materiais para a realização das AEC's.

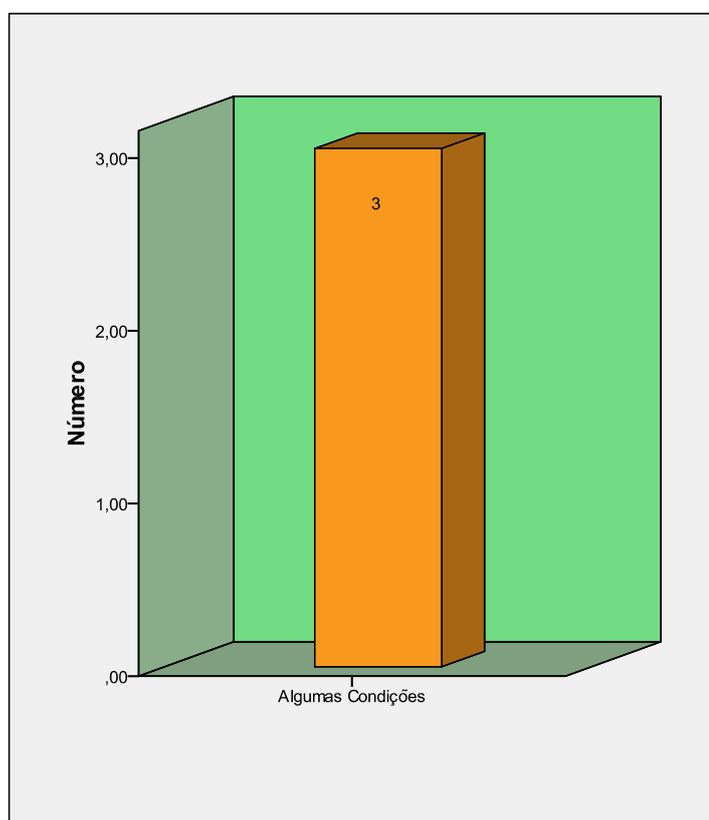


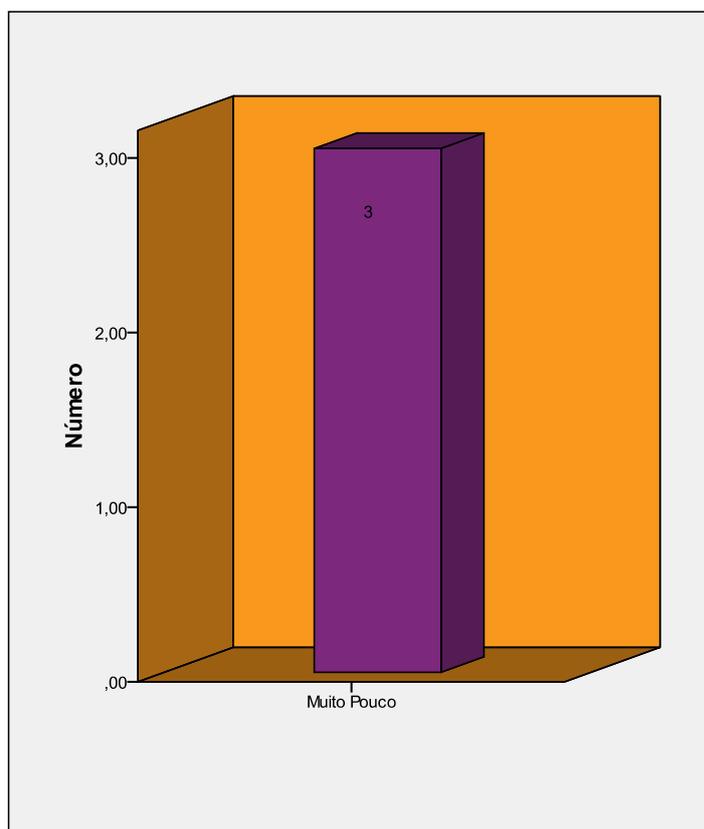
Gráfico LXXV – Condições materiais para a realização das AEC's

### 1.5.7. Trabalho extra para a arrumação dos espaços

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Muito pouco	3	100,0	100,0	100,0

**Tabela LXV** – Existência de trabalho extra para a arrumação dos espaços

Através da análise da tabela LXV, verifica-se que a totalidade dos inquiridos afirma que tem muito pouco trabalho extra na arrumação dos espaços utilizados nas AEC's.



**Gráfico LXXVI** – Existência de trabalho extra para a arrumação dos espaços

### 1.5.8. Motivação dos alunos para a realização das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Pouco	3	100,0	100,0	100,0

Tabela LXVI – Motivação dos alunos para a realização das AEC's

Em relação à motivação dos alunos para a realização das AEC's, a totalidade dos inquiridos afirma que os considera pouco motivados para estas actividades.

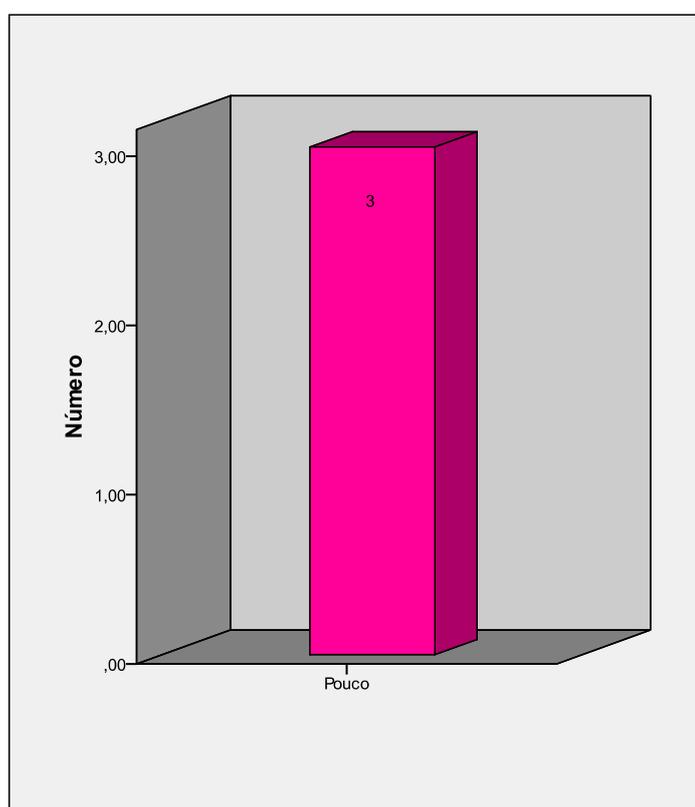


Gráfico LXXVII – Motivação dos alunos para a realização das AEC's

### 1.5.9. Valor formativo das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Pouco	2	66,7	66,7	66,7
	Suficiente	1	33,3	33,3	100,0
<b>Total</b>		<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela LXVII – Valor formativo das AEC's

Na tabela LXVII, podemos verificar que a maioria dos inquiridos com 66,7% das respostas, considera “pouco” o valor formativo das AEC's. Os restantes 33,3% consideram que o valor formativo destas actividades é “suficiente”.

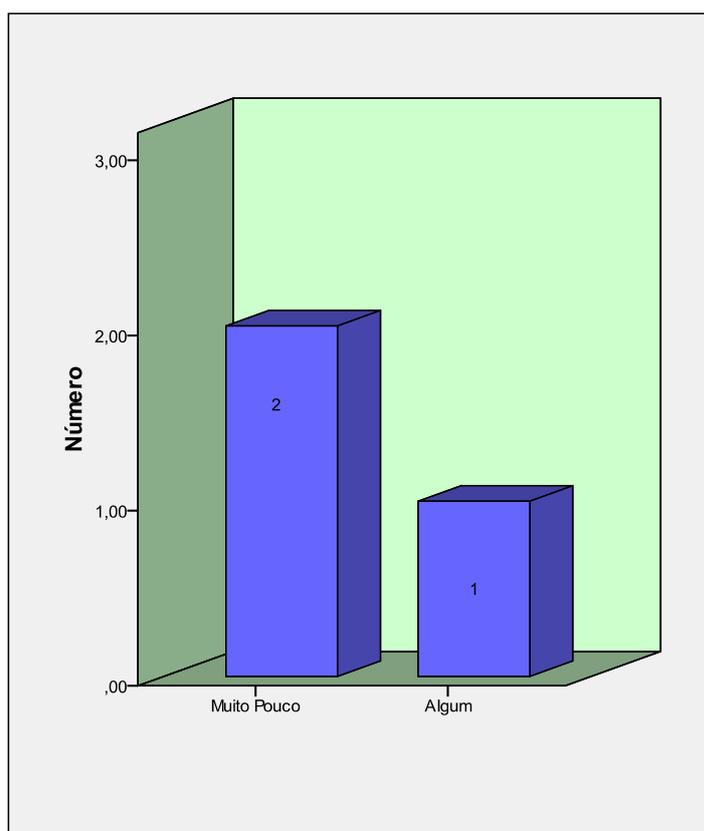


Gráfico LXXVIII – Valor formativo das AEC's

### 1.5.10. AEC's mais relevantes na formação geral dos alunos

	Nada		Pouco		Suficiente		Muito		Não Respostas	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Actividade Física e Desportiva	--	--	1	33,3	1	33,3	--	--	1	33,3
Ensino da Música	--	--	--	--	2	66,7	--	--	1	33,3
Expressão Plástica	--	--	1	33,3	--	--	--	--	2	66,7
Expressão Dramática	1	33,3	--	--	--	--	--	--	2	66,7
Ensino do Inglês	--	--	1	33,3	1	33,3	--	--	1	33,3
Apoio ao Estudo	--	--	1	33,3	2	66,7	--	--	--	--
Tecnologias da Informação e Comunicação	--	--	--	--	--	--	--	--	3	100,0

**Tabela LXVIII – AEC's mais relevantes na formação geral dos alunos**

Na opinião do Pessoal não Docente inquirido, as AEC's mais relevantes para a formação geral dos alunos, com um grau de suficiente, são o Ensino da Música e o Apoio ao Estudo. Nenhuma actividade merece a menção de ser muito formativa.

## 2. Análise Comparativa dos Resultados Quantitativos

### 2.1. Correlação 1: Alunos e Encarregados de Educação

#### 2.1.1. Contribuição das AEC's para a aprendizagem

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Sim	155	88,6	95,7	95,7
	Não	7	4,0	4,3	100,0
	<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>92,6</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		13	7,4		
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>		

Tabela LXIX – Contribuição das AEC's para a aprendizagem (respondido pelos Alunos – Questão 6)

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Nunca	11	6,3	6,8	6,8
	Por vezes	47	26,9	29,0	35,8
	Frequentemente	32	18,3	19,8	55,6
	Sempre	72	41,1	44,4	100,0
	<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>92,6</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		13	7,4		
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>		

Tabela LXX – Utilização das aprendizagens das AEC's (respondido pelos Alunos - Questão 13)

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

	Frequência	Percentagem
Faz actividade mais tempo na escola	32	17,1
Completa o seu currículo como aluno	38	20,5
Faz actividades orientadas	41	22,2
É economicamente mais acessível	32	17,3
Fica mais tempo para brincar	11	6,1
Passa demasiado tempo na escola	10	5,6
Chega muito cansado a casa	16	8,6
Sou impedido de passar mais tempo como o meu educando	6	2,6

**Tabela LXXI** – Factores para o desenvolvimento do educando (respondido pelos Encarregados de Educação - Questão 11)

No que respeita ao facto das AEC's contribuírem para a sua formação, a grande maioria dos alunos, 88,6% afirmou que “sim”, 4,0 % dos alunos respondeu “não” à questão. Os mesmos foram inquiridos acerca da aplicação no dia-a-dia dos conhecimentos aprendidos nas AEC's, tendo 41,1% afirmado que aplica “sempre” os conhecimentos aprendidos, 26,9%, que apenas “por vezes” aplica esses conhecimentos e apenas 6,3% referiu “nunca” aplicar o que aprende nas AEC's.

Para 22,2% dos Encarregados de Educação, foi indicado como principal factor para o desenvolvimento do educando a realização de “actividades orientadas”. O facto de “completar o seu currículo”, foi a opinião de 20,5% dos inquiridos. Com 17,3% dec respostas encontramos o factor de ser “economicamente “mais acessível”. Outro factor mencionado para o desenvolvimento dos seus educandos foi o de efectuarem “actividade mais tempo na escola”, com 17,1%.

### 2.1.2. Gosto pelo tempo que passa nas AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Não gosto nada	5	2,9	3,1	3,1
	Gosto pouco	11	6,3	6,9	10,1
	Gosto	42	24,0	26,4	36,5
	Adoro	101	57,7	63,5	100,0
	<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>90,9</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		16	9,1		
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela LXXII – Gosto pelo tempo que passa nas AEC's (respondido pelos - Questão 12)**

	Nada		Pouco		Suficiente		Muito		Não Respostas	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Actividade Física e Desportiva	5	2,7	22	11,8	67	36	71	38,2	21	11,3
Ensino da Música	6	3,2	19	10,2	64	34,4	76	40,9	21	11,3
Expressão Plástica	5	2,7	19	10,2	46	24,7	29	15,6	87	46,8
Expressão Dramática	13	7,0	16	8,6	47	25,6	20	10,8	90	48,4
Ensino do Inglês	6	3,2	33	17,7	68	36,6	62	33,3	17	9,1
Apoio ao Estudo	7	3,8	13	7,0	77	41,4	57	30,6	32	17,2
Tecnologias da Informação e Comunicação	21	11,3	16	8,6	36	19,4	19	10,2	94	50,5

**Tabela LXXIII – Motivação dos alunos nas AEC's (respondido pelos Encarregados de Educação - Questão 13)**

Na primeira tabela verificamos que 57,7% - 101 alunos “adoram” o tempo que passam nas AEC's, sendo muito reduzido o número dos que “não gostam nada” de estar nas AEC's, apenas 5 alunos. Quando questionados acerca da motivação, os Encarregados de Educação são da opinião de que os seus educandos têm “muita” motivação, nas AEC's de Actividade Física e Desportiva e Ensino da Música. Quanto ao Ensino do Inglês e ao Apoio ao Estudo, afirmam que a motivação dos seus educandos é “Suficiente”.

## 2.2. Correlação 2: Professores Titulares de Turma e Alunos

### 2.2.1. Influência das AEC's no rendimento escolar dos alunos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válidos	Nenhum	3	37,5	37,5	37,5
	Pouco	5	62,5	62,5	100,0
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Tabela LXXIV – Rendimento escolar (respondido pelos Professores Titulares de Turma - Questão 9)

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Sim	155	88,6	95,7	95,7
	Não	7	4,0	4,3	100,0
	<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>92,6</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		13	7,4		
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>		

Tabela LXXV – Contribuição das AEC's para a aprendizagem (respondido pelos Alunos – Questão 6)

Quando inquiridos acerca da influência das Actividades de Enriquecimento Curricular, no rendimento escolar dos alunos, 62,5% dos Professores Titulares de Turma afirmou haver pouca melhoria a nível do rendimento escolar, embora por outro lado, 88,6% dos alunos diga que essas Actividades contribuem para a sua formação e aprendizagem.

### 2.2.2. Classificação do tempo disponibilizado para a realização das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válidos	Suficiente	4	50,0	50,0	50,0
	Bom	3	37,5	37,5	87,5
	Muito Bom	1	12,5	12,5	100,0
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

**Tabela LXXVI – Tempo disponibilizado para as AEC's (respondido pelos Professores Titulares de Turma – Questão 7)**

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Não gosto nada	5	2,9	3,1	3,1
	Gosto pouco	11	6,3	6,9	10,1
	Gosto	42	24,0	26,4	36,5
	Adoro	101	57,7	63,5	100,0
	<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>90,9</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		16	9,1		
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela LXXVII – Gosto pelo tempo que passa nas AEC's (respondido pelos Alunos - Questão 12)**

No que respeita à classificação relativa ao tempo disponibilizado para as AEC's, 50% dos inquiridos considera que o mesmo é "Suficiente". Apenas um dos professores titulares de turma, classificou o tempo disponibilizado para as AEC's como sendo "Muito Bom" e a classificação de "Bom" foi atribuída por três dos inquiridos.

Relativamente aos alunos, verifica-se que 57,7% dos mesmos "adoram" o tempo que passam nas AEC's, sendo muito reduzido, apenas 5 alunos, o número dos que afirmam que "não gostam nada" de estar nas AEC's.

### 2.2.3. Considera positivo o funcionamento geral das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Sim	4	50,0	57,1	57,1
	Não	3	37,5	42,9	100,0
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>87,5</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		1	12,5		
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela LXXVIII – Funcionamento geral das AEC's (respondido pelos Professores Titulares de Turma - Questão 11)**

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Nunca	11	6,3	6,8	6,8
	Por vezes	47	26,9	29,0	35,8
	Frequentemente	32	18,3	19,8	55,6
	Sempre	72	41,1	44,4	100,0
	<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>92,6</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		13	7,4		
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela LXXIX – Utilização das aprendizagens das AEC's (respondido pelos Alunos - Questão 13)**

Dos Professores Titulares de Turma inquiridos, 50% são da opinião que as AEC's têm um funcionamento positivo, ou seja, 4 num total de 8 professores.

Relativamente à aplicação no dia-a-dia dos conhecimentos aprendidos nas AEC's, 41,1%, com uma frequência de 72 alunos, afirma que aplica "sempre" os conhecimentos aprendidos. Por outro lado, 26,9%, com uma frequência de 47 inquiridos, afirma que apenas "por vezes" aplica esses conhecimentos. Com uma frequência de 11 inquiridos e 6,3% temos os alunos que referem "nunca" aplicar o que aprendem nas AEC's.

## **2.3. Correlação 3: Professores das AEC´s e Encarregados de Educação**

### **2.3.1. Actividade de Enriquecimento Curricular leccionada**

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Ensino do Inglês	2	33,3	33,3	33,3
	Actividade Física e Desportiva	1	16,7	16,7	50,0
	Ensino da Música	3	50,0	50,0	100,0
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

**Tabela LXXX –** Actividades leccionadas (respondido pelos Professores das AEC´s–Questão 4

	Nada		Pouco		Suficiente		Muito		Não Respostas	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Actividade Física e Desportiva	107	57,5	43	23,1	17	9,1	3	1,6	16	8,6
Ensino da Música	101	54,3	44	23,7	22	11,8	3	1,6	16	8,6
Expressão Plástica	61	32,8	22	11,8	13	7,0	9	4,8	81	43,5
Expressão Dramática	66	35,5	21	11,3	9	4,8	4	2,2	86	46,2
Ensino do Inglês	116	62,4	36	19,4	16	8,6	2	1,1	16	8,6
Apoio ao Estudo	46	24,7	20	10,8	60	32,3	30	16,1	30	16,1
Tecnologias da Informação e Comunicação	70	37,6	20	10,8	4	2,2	3	1,6	89	47,8

**Tabela LXXXI –** Contacto com os professores das AEC´s (respondido pelos Encarregados de Educação - Questão 14)

Dois dos 6 Professores das AEC´s inquiridos, leccionam a actividade do Ensino de Inglês, ao passo que apenas um lecciona a Actividade Física e Desportiva. Os três restantes leccionam a actividade do Ensino da Música.

O Apoio ao Estudo é a AEC com que os Encarregados de Educação têm mais contacto com os professores. Nas restantes AEC´s, afirmam terem pouco ou nenhum contacto com os professores.

### 2.3.2. Características mais importantes trazidas pela Escola a Tempo Inteiro

	Frequência	Percentagem
Apoio prestado à família no seu período laboral	1	16,7
Os educandos estão mais indisciplinados	0	0
A escola oferece recursos de apoio	0	0
Conflito entre pais/filhos sobre os trabalhos de casa	0	0
A escola oferece AEC's	2	33,3
A escola oferece almoço	0	0
A escola oferece condições de segurança	1	16,7
Os educandos ficam mais cansados	1	16,7
Redução do convívio com a família	1	16,7
Mais gastos financeiros	0	0

**Tabela LXXXII – Características mais importantes trazidas pela Escola a Tempo Inteiro**  
(respondido pelos Professores das AEC's – Questão 10)

	Frequência	Percentagem
Apoio prestado à família no seu período laboral	54	29,8
Os educandos estão mais indisciplinados	2	1,1
A escola oferece recursos de apoio	22	12,0
Conflito entre pais/filhos sobre os trabalhos de casa	4	2,0
A escola oferece AEC's	52	28,1
A escola oferece almoço	18	8,5
A escola oferece condições de segurança	22	12,0
Os educandos ficam mais cansados	8	4,7
Redução do convívio com a família	4	2,3
Mais gastos financeiros	0	0,0

**Tabela LXXXIII – Características mais importantes trazidas pela Escola a Tempo Inteiro**  
(respondido pelos Encarregados de Educação – Questão 16)

De todas as características das Actividades de Enriquecimento Curricular, a que se destaca mais é o facto de serem oferecidas pela escola. O apoio prestado à família no seu período laboral, a oferta de condições de segurança por parte da escola, o facto dos educandos ficarem mais cansados e a redução do convívio com a família, são outras características das AEC's, realçadas pelos professores das Actividades de Enriquecimento Curricular.

Dentro das características mais importantes, trazidas pela Escola a Tempo Inteiro, os Encarregados de Educação destacam, o apoio prestado à família no seu período laboral (29,8%), o facto da escola oferecer a Actividade de Enriquecimento Curricular (28,1%), assim como os recursos de apoio (12,0%) e as condições de segurança que a escola oferece (12,0%).

## 2.4. Correlação 4: Professores das AEC's e Professores Titulares de Turma

### 2.4.1. Considera positivo o funcionamento geral das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Sim	6	100,0	100,0	100,0

**Tabela LXXXIV** – Funcionamento geral das AEC's (respondido pelos Professores das AEC's - Questão 9)

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Sim	4	50,0	57,1	57,1
	Não	3	37,5	42,9	100,0
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>87,5</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		1	12,5		
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela LXXXV** – Funcionamento geral das AEC's (respondido pelos Professores Titulares de Turma - Questão 11)

Todos os professores das Actividades de Enriquecimento Curricular consideram positivo o funcionamento geral destas actividades, enquanto que 50% dos Professores Titulares de Turma, são de opinião que as AEC's têm um funcionamento positivo, ou seja, 4 num total de 8 professores.

## 2.5. Correlação 5: Pessoal não Docente, Pais e Alunos

### 2.5.1. Motivação dos alunos na realização das AEC's

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Válidos	Pouco	3	100,0	100,0	100,0

**Tabela LXXXVI –** Motivação dos alunos na realização das AEC's (respondido pelo Pessoal Não Docente - Questão 8)

	Nada		Pouco		Suficiente		Muito		Não Respostas	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Actividade Física e Desportiva	5	2,7	22	11,8	67	36	71	38,2	21	11,3
Ensino da Música	6	3,2	19	10,2	64	34,4	76	40,9	21	11,3
Expressão Plástica	5	2,7	19	10,2	46	24,7	29	15,6	87	46,8
Expressão Dramática	13	7,0	16	8,6	47	25,6	20	10,8	90	48,4
Ensino do Inglês	6	3,2	33	17,7	68	36,6	62	33,3	17	9,1
Apoio ao Estudo	7	3,8	13	7,0	77	41,4	57	30,6	32	17,2
Tecnologias da Informação e Comunicação	21	11,3	16	8,6	36	19,4	19	10,2	94	50,5

**Tabela LXXXVII –** Motivação dos alunos na realização das AEC's (respondido pelos Encarregados de Educação – Questão13)

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válidos	Não gosto nada	5	2,9	3,1	3,1
	Gosto pouco	11	6,3	6,9	10,1
	Gosto	42	24,0	26,4	36,5
	Adoro	101	57,7	63,5	100,0
	<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>90,9</b>	<b>100,0</b>	
Não Respostas		16	9,1		
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>100,0</b>		

**Tabela LXXXVIII –** Gosto pelo tempo que passa nas AEC's (respondido pelos Alunos – Questão 12)

Em relação à motivação dos alunos para as AEC's, a totalidade do pessoal não docente inquirido afirma que os considera pouco motivados para estas actividades.

Nas AEC's de Actividade Física e Desportiva (38,2%) e do Ensino da Música (40,9%), os Encarregados de Educação são de opinião de que os seus educandos têm “muita” motivação. Quanto ao Ensino do Inglês (36,6%) e Apoio ao Estudo (41,4), afirma que a motivação dos seus educandos é “Suficiente”.

Finalmente, verificamos que 57,7% dos alunos “adoram o tempo” que passam nas AEC's, sendo muito reduzido o número dos que “não gostam nada” de estar nas AEC's, apenas 5 alunos.

### **3. Análise dos Resultados Qualitativos**

De seguida apresentaremos os resultados obtidos nas cinco entrevistas efectuadas, que tal como referimos anteriormente, se encontram divididos em metacategorias e correspondentes categorias, de acordo com as tabelas que sintetizam toda a informação relevante.

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

Metacategoria	Identificação				
CATEGORIA	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4	Entrevista 5
		Vice-Presidente Agrupamento de Escolas Avelar Brotero	Coordenadora da EB1/JI D. Dinis	Presidente da Associação de Pais	Responsável pela Empresa
<b>Idade</b>	49 Anos	39 Anos	40 Anos	29 Anos	35 Anos
<b>Género</b>	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino
<b>Tempo de serviço</b>	26 Anos	15 Anos	_____	_____	10 Anos
<b>Formação Académica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educadora de Infância</li> <li>• Mestrado em Ciências da Educação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professora do 1º Ciclo</li> <li>• Licenciada em Administração e Gestão Escolar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciada em Direito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciada em Educação de Infância</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciado em Sociologia</li> </ul>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

Metacategoria	Implementação das AEC'S na E.B.1./J.I. D. DINIS				
CATEGORIA	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4	Entrevista 5
	Vice-Presidente do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero	Coordenadora da E.B.1./J.I.D. Dinis	Presidente da Associação de Pais E.B.1./J.I. D. Dinis	Responsável pela Empresa	Técnico do Departamento da Educação da Câmara Municipal de Odivelas
<b>Funcionamento das AEC's</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No agrupamento existem quatro escolas.</li> <li>Em duas é a Associação de Pais que faz a selecção das empresas responsáveis pela dinamização das AEC's.</li> <li>Nas outra duas é a Câmara que contrata as empresas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de um Protocolo entre a Associação de Pais e a Entidade Responsável pela colocação dos professores, com a anuência da Coordenação de Escola e do Conselho Executivo.</li> <li>Este Protocolo é dado a conhecer à Câmara Municipal de Odivelas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Associação de Pais contrata a empresa que gere as AEC's e o A.T.L.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Associação de Pais é a entidade promotora.</li> <li>A empresa é a entidade gestora que gere e desenvolve as actividades e tudo o que tenha a ver com os professores, conteúdos programáticos, e plano de aulas.</li> <li>As AEC'S são uma parceria tripartida:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>* Escola;</li> <li>* Associação de Pais;</li> <li>* Empresa</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cabe à Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora, a gestão financeira do programa em 28 das 30 escolas.</li> <li>Quanto às duas restantes, as respectivas Associações de Pais constituíram-se elas próprias como entidades promotoras.</li> </ul>
<b>Recrutamento e selecção dos Professores das AEC's</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Deveria ser o Ministério da Educação a colocar os Professores das AEC'S.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O papel da escola está muito bem dividido, cabendo a cada entidade uma determinada função.</li> <li>A Câmara delega e a Associação de Pais, faz uma proposta para escolher uma empresa, mediante determinadas condições da escola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>É da responsabilidade da empresa.</li> <li>É feito através de entrevistas e análise dos currículos dos Professores e dos Programas das AEC's .</li> <li>Todos os Professores das AEC'S possuem uma licenciatura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de várias entrevistas, seguidas de uma selecção.</li> <li>Experiência profissional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Despacho 14460/2008, regula todo o planeamento e funcionamento do Programa das AEC's, inclusive no que diz respeito às qualificações dos docentes.</li> </ul>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

<p><b>Desempenho das entidades responsáveis pelas AEC's</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De uma maneira geral, satisfeita.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De uma maneira geral, satisfeita.</li> <li>• A empresa solicita o Plano Anual de Actividades e o Projecto Curricular da Escola.</li> <li>• Tem uma planificação que se enquadra na planificação curricular do 1º ciclo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considero-o positivo.</li> <li>• A relação entre a Associação de Pais e a empresa é muito cordial, existindo uma grande cooperação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Boa articulação com o Agrupamento e com a própria escola.</li> </ul>	<p align="center">_____</p>
<p><b>AEC's que funcionam no Agrupamento de Escolas Avelar Brotero</b></p>	<p>Nas quatro escolas existem as seguintes AEC's:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Actividade Física e Desportiva;</li> <li>* Ensino do Inglês;</li> <li>* Apoio ao Estudo;</li> <li>* Ensino da Música.</li> </ul>	<p>Na escola existem as seguintes AEC's:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Actividade Física e Desportiva;</li> <li>* Ensino do Inglês;</li> <li>* Apoio ao Estudo;</li> <li>* Ensino da Música.</li> </ul>	<p align="center">_____</p>	<p>A escolha das AEC's cabe a cada estabelecimento de ensino e ao respectivo órgão de gestão do Agrupamento de Escolas em que se insere.</p>	<p align="center">_____</p>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

Metacategoria	Reorganização dos Espaços e Tempos Escolares				
CATEGORIA	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4	Entrevista 5
	Vice-Presidente Agrupamento de Escolas Avelar Brotero	Coordenadora da E.B.1./J.I. D. Dinis	Presidente da Associação de Pais E.B.1./J.I. D. Dinis	Responsável pela Empresa	Técnico do Departamento da Educação da Câmara Municipal de Odivelas.
<b>Espaços Físicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É mau.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Muito problemático.</li> <li>• Existência de poucas salas.</li> <li>• Muitas turmas (algumas com 24 crianças).</li> <li>• Inexistência de balneários para a prática da Actividade Física e Desportiva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há muitas condições para a prática da Actividade Física e Desportiva, aguardando – se a construção de um ginásio.</li> </ul>	_____	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São critérios fundamentais no planeamento da oferta das AEC`s.</li> </ul>
<b>Recursos Materiais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Têm-se adquirido materiais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de muito material para a escola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Foram adquiridos os materiais necessários.</li> </ul>	_____	_____
<b>Tempos Escolares</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Houve alteração de horários.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As turmas em regime normal têm mais dificuldade em frequentar as actividades devido à pouca disponibilidade dos professores das AEC`s para leccionar das 15h30m às 17h30m.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Associação de Pais é que é responsável pela elaboração dos horários, com algumas directivas da Coordenação e do agrupamento de Escolas.</li> </ul>	_____	_____

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

Metacategoria	Avaliação da Implementação do Programa das AEC`S				
CATEGORIA	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4	Entrevista 5
	Vice-Presidente Agrupamento de Escolas Avelar Brotero	Coordenadora da E.B.1./J.I. D. Dinis	Presidente da Associação de Pais E.B.1./J.I. D. Dinis	Responsável pela Empresa	Técnico do Departamento da Educação da Câmara Municipal de Odivelas
<b>Rendimento Escolar e Igualdade de Oportunidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de novas competências.</li> <li>• É dada oportunidade a todos os alunos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De uma certa forma sim, devendo existir no caso do Ensino do Inglês, um Programa devidamente estruturado e diferenciado.</li> <li>• A igualdade de oportunidades existe, pois permite a todos os alunos a frequência destas actividades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de novos conhecimentos.</li> <li>• Existência de alunos muito carenciados que têm oportunidade de ter o Ensino do Inglês ou da Música.</li> </ul>	_____	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento de conhecimentos e competências nos alunos.</li> <li>• Existência de igualdade de oportunidades, através da gratuidade.</li> </ul>
<b>Modelo de Avaliação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ficha de Avaliação que é preenchida pelo corpo docente em cada período escolar.</li> <li>• A coordenadora de Escola é o elo de ligação entre os Encarregados de Educação e o Conselho Executivo.</li> <li>• Reunião entre a Câmara e todas as entidades parceiras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visitas às salas.</li> <li>• Afere junto da empresa: <ul style="list-style-type: none"> <li>- o que e como está a ser leccionado;</li> <li>- o tipo de materiais utilizados;</li> <li>- quais os objectivos a atingir.</li> </ul> </li> <li>• Supervisiona as AEC`s.</li> <li>• Preenche a Ficha de Avaliação que é fornecida pela Câmara Municipal de Odivelas</li> </ul>	_____	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visita às escolas, às turmas e observação do decurso das AEC`S.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A supervisão das actividades é da responsabilidade dos docentes titulares de turma e pode incluir diversas estratégias: programação das actividades, realização de reuniões de avaliação conjuntas com os docentes das AEC`s, observação das actividades, articulação com os Projectos Curriculares, Plano Anual de Actividades e Projecto Educativo, entre outras.</li> </ul>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

Metacategoria	Implicações das AEC'S para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro				
	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4	Entrevista 5
	Vice-Presidente Agrupamento de Escolas Avelar Brotero	Coordenadora da E.B.1./J.I. D. Dinis	Presidente da Associação de Pais da E.B.1./J.I. D. Dinis	Responsável pela Empresa	Técnico do Departamento da Educação da Câmara Municipal de Odivelas.
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Feedback por parte das coordenadoras, que por sua vez, as professoras titulares me transmitem.</li> <li>• Há actividades que eles gostam muito, por exemplo a Iniciação à Música.</li> <li>• Gostam muito também da Actividade Física e Desportiva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sentimos que a nível dos professores mais antigos, não têm encarado com muito bons olhos as Actividades de Enriquecimento Curricular, porque sentem que os miúdos ficam mais cansados, porque há mais burburinho e mais confusão na escola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eu acho que sim. Se calhar, não estão ainda implementadas de forma adequada, mas também não sei qual seria a forma adequada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem dúvida. Acho que é uma mais-valia, mas de facto devem ser encaradas como actividades lúdicas</li> </ul>	<p align="center">_____</p>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

Metacategoria	Implicações das AEC`S para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro				
	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4	Entrevista 5
	Vice-Presidente Agrupamento de Escolas Avelar Brotero	Coordenadora da E.B.1./J.I. D. Dinis	Presidente da Associação de Pais da E.B.1./J.I. D. Dinis	Responsável pela Empresa	Técnico do Departamento da Educação da Câmara Municipal de Odivelas.
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nos tempos que correm, tem que ser.</li> <li>• Eles às vezes chegam cansados.</li> <li>• É sempre o mesmo espaço, mas não há dúvidas que temos que dar resposta à sociedade que temos.</li> <li>• As pessoas trabalham mais horas e devemos dar essa resposta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• uma mais-valia, é positivo, nós temos é infelizmente poucas condições.</li> </ul>	_____	_____	_____

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

Metacategoria	Sugestões de Melhoria do Programa de Implementação das AEC's				
	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4	Entrevista 5
	Vice-Presidente Agrupamento de Escolas Avelar Brotero	Coordenadora da E.B.1./J.I. D. Dinis	Presidente da Associação de Pais da E.B.1./J.I. D. Dinis	Responsável pela Empresa	Técnico do Departamento da Educação da Câmara Municipal de Odivelas.
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Colocação dos Professores das AEC's pelo Ministério da Educação.</li> <li>Maior articulação entre os Professores das AEC's e os Professores Titulares de Turma e os vários departamentos.</li> <li>Melhorar espaços físicos.</li> <li>Aumentar o número de Auxiliares de Acção Educativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Privilégio às AEC's.</li> <li>Dar a conhecer à população a importância das mesmas.</li> <li>Dotar as escolas de materiais fundamentais.</li> <li>Dotar as escolas de recursos humanos e infra-estruturas, para que a escola possa responder com qualidade à sua população escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de Programas para a leccionação das AEC's .</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inovar estas Actividades.</li> <li>Criação de uma quarta Actividade, na área das TIC, designada por "Armário Tecnológico".</li> <li>Dar um carácter mais lúdico a estas actividades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de desenvolver algumas melhorias ao nível da articulação e supervisão pedagógica.</li> <li>Maior estabilidade no corpo docente das AEC's.</li> </ul>

### 3.1. Correlação das Entrevistas

Segundo Carmo & Ferreira (1998:220), “(...)O propósito de um estudo correlacional consiste em averiguar se existe ou não relação entre duas ou mais variáveis quantificáveis(...)”.

Assim, relativamente às respostas obtidas para a Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular na E.B.1./J.I.D. Dinis de Odivelas e no que diz respeito ao **Funcionamento das AEC`S**, as opiniões de todos os entrevistados retratam a mesma realidade.

*“ (...) nós temos quatro escolas e o sistema não é igual em todas, ou seja, em duas das escolas foi feita uma parceria entre a Associação de Pais, o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal de Odivelas (...) Nas outras duas escolas, o protocolo é feito entre a Câmara e o Agrupamento e aí é a Câmara que contrata as Empresas (...)”.* (Entrevistada I)

*“(...) No caso da E.B./J.I. D. Dinis, em particular, cabe à Associação de Pais escolher através de um concurso público a empresa responsável. Neste momento temos uma nova empresa que coloca os professores das AEC's e com quem nós fazemos uma avaliação periódica em conjunto com a Associação de Pais no sentido de verificar se há alterações a implementar ou não, o que é que está a correr bem e o que é que está a correr menos bem (...) E, fundamentalmente, quando se faz o protocolo para o funcionamento destas actividades, esse protocolo é sempre com a anuência da Coordenação de Estabelecimento e do Conselho Executivo, a Associação de Pais, a entidade da empresa responsável pela colocação dos professores e dado*

*conhecimento à Câmara Municipal de Odivelas (...)*.  
(Entrevistada II)

*“(...) A Associação de Pais contrata a empresa que gere as AEC’s e o ATL (...)”.* (Entrevistada III)

*“(...) a Associação de Pais é a entidade promotora. E nós somos a entidade, digamos, gestora que desenvolve as actividades e tudo o que tenha a ver com os professores, conteúdos programáticos, o programa de cada actividade, se aulas estão a ser dadas ou não de acordo com o que está estabelecido, o plano das aulas, tudo isto lá está, é feito e avaliado por nós. (...) eu encaro as AEC’s como de facto uma parceria tripartida, e acho que em tudo quer a Escola, quer a Associação de Pais, quer nós empresa devemos trabalhar sempre em pé de igualdade(...)”.*  
(Entrevistada IV)

*(...) Enquanto entidade promotora, cabe à Câmara Municipal de Odivelas a gestão financeira do Programa em 28 das 30 escolas do ensino básico 1º Ciclo, sendo que no ano lectivo transacto foram estabelecidas parcerias tripartidas que permitem que essa gestão seja partilhada com uma Associação de Pais ou IPSS em 11 estabelecimentos de ensino.*

*Quanto às restantes duas EB1, as respectivas associações de pais constituíram-se elas próprias como entidades promotoras da candidatura junto do Ministério da Educação, cabendo-lhes por isso a gestão das actividades de enriquecimento curricular.*

*Prevê-se que ambas se integrem numa parceria com a Câmara Municipal de Odivelas no ano lectivo de 2009/2010 (...)*.  
(Entrevistada V)

No que concerne ao **Recrutamento e Selecção dos Professores das AEC`S**, também existe alguma uniformidade nas respostas dadas, havendo, no entanto, uma particularidade que foi salientada pela entrevistada I (Vice-Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento).

*“(...) Na minha opinião, os professores das AEC´s deveriam ser colocados no Agrupamento pelo Ministério da Educação (...) Até porque muitos poderiam ser os mesmos, poderiam ter horário curricular na escola e ter horário nas AEC´s.(...) Eu não defendo que seja o Agrupamento a contactar as Empresas, mas deveriam ser professores colocados para o Agrupamento todo, uma vez que o Agrupamento tem a oferta das AEC´s, então porque não o Ministério colocar também os professores para as AEC´s? (...)”.*  
(Entrevistada I)

*“(...) Eu acho que o papel da escola nesta situação e, em particular, na D. Dinis, está muito bem dividido, cada entidade tem a sua função. A Câmara delega e a Associação de Pais, como associação que tem de ser participativa e conhecedora da comunidade educativa e das necessidades da escola, faz uma proposta, mas essa proposta quando a faz para escolher uma empresa, faz mediante determinadas condições da escola(...)”.*  
(Entrevistada II)

*“(...) É da responsabilidade da empresa, portanto, a empresa é que contrata os professores, faz as entrevistas. Nós depois solicitamos uma cópia das habilitações dos professores e do seu currículo. A empresa também nos fornece os programas, nós pedimos os programas de todas as actividades (...)”.*  
(Entrevistada III)

*“(...) Através da realização de várias entrevistas e depois há um período de selecção. (...) nós somos a entidade, digamos, gestora*

*que desenvolve as actividades e tudo o que tenha a ver com os professores, conteúdos programáticos, o programa de cada actividade, se aulas estão a ser dadas ou não de acordo com o que está estabelecido, o plano das aulas, tudo isto lá está, é feito e avaliado por nós(...)*. (Entrevistada IV)

*(...) A Câmara Municipal de Odivelas não interfere no recrutamento e selecção dos docentes. Esta função cabe às entidades contratadas (...)*. (Entrevistado V)

Na categoria **Desempenho das entidades responsáveis pelas AEC's**, verificámos que todos os entrevistados se encontravam satisfeitos com esse desempenho.

*“(...) Sim, de uma maneira geral(...)*”. Entrevistada I

*“(...) Estou muito satisfeita com esta entidade, porque assumiu todos os professores que já leccionavam na escola, não havendo consequências pedagógicas para os alunos e ninguém ficou desempregado. (...) De qualquer das maneiras e relativamente a esta entidade umas das coisas que me parece muito importante tem a ver com o seguinte: quer que nós quando tivermos o nosso plano anual de actividades feito, o façamos chegar para que os professores das AEC's consigam perceber que tipo de actividades a escola vai desenvolver e como é que em termos de AEC's poderão integrar o seu programa de trabalho nas actividades da escola.*

*Por outro lado, pede-nos também uma coisa, que eu acho que é muito importante, que é o projecto curricular da escola, onde constam: o projecto que vai ser trabalhado, com que finalidade, quem é o público-alvo, quem são os intervenientes, quais são os nossos objectivos para que haja, digamos, um entrosamento do trabalho entre as AEC's e a escola.*

*Esta empresa elabora uma planificação para o Ensino do Inglês, para o Ensino da Música, para a Actividade Física e Desportiva, é uma planificação que se enquadra muito naquilo que é exigível a nível do 1º Ciclo, enquanto parte curricular, mas simultaneamente quer articular essa planificação com o nosso plano anual de actividades (... )”. (Entrevistada II)*

*“(...) Considero-a positiva. É uma relação muito cordial existindo uma grande cooperação entre a Associação de Pais e a empresa (...)”. (Entrevistada III)*

*“(...) Dada a boa articulação que nós temos com o agrupamento e com a própria escola, (...) nós vamos tendo um feedback, porque são eles, de facto, que fazem os relatórios para depois serem enviados às entidades, seja para a Câmara Municipal, seja para a DREL. A melhoria que a própria escola já sentiu é a relação, a íntima relação entre a Associação de Pais e a escola (...)”. (Entrevistada IV)*

Relativamente à **Reorganização dos Espaços e Tempos Escolares** e nas categorias de **espaços físicos, recursos materiais e tempos escolares**, as respostas dos entrevistados, são igualmente muito idênticas. Todos são unânimes em referir que os espaços físicos são insuficientes e inadequados.

*“(...) Espaço físico é que é o caos. É mau (...)”. (Entrevistada I)*

*“(...) Relativamente às consequências posso afirmar que foi extremamente problemático implementar estas actividades atendendo aos espaços físicos do estabelecimento. (...) Foi quase que fazer omeletas sem ovos, poucas salas, muitas turmas (...) não tenho uma escola dotada com balneários para a prática de Educação Física como se pretende, portanto, começou-se a implementar estas actividades, sem que estivessem reunidas todas as condições necessárias (...)”. (Entrevistada II)*

*“(…) Relativamente aos espaços aqui na escola e à prática da educação física, de facto não há muitas condições. Estamos à espera, agora que vão começar as nossas obras, de haver um ginásio novo, pois de facto não há muitas condições para a educação física, sobretudo no Inverno, quando está a chover (…).”* (Entrevistada III)

*“(…) a disponibilidade e características dos espaços físicos são critérios fundamentais no planeamento da oferta das actividades de enriquecimento curricular(…)”*. (Entrevistado V)

No que se refere aos **Recursos Materiais**, há a salientar que os entrevistados se encontram satisfeitos com o esforço que foi feito, no sentido de adquirir o material essencial para a concretização destas actividades.

*“(…) A nível de materiais, a Câmara até fez o esforço de pedir, fez-se um levantamento das necessidades e tem-se vindo a adquirir. Por outro lado, existem os materiais da escola que também são utilizados e houve materiais da Câmara comprados mesmo para as actividades. De certeza que também não é o ideal, o que nós queremos é sempre mais, não é? Mas têm-se adquirido materiais (…).”* (Entrevistada I)

*“(…) houve uma coisa que eu achei muito importante, que foi a aquisição de muito material para a escola, quer a nível da Actividade Física e Desportiva, quer a nível dos manuais que são dados pela empresa. Por exemplo, quer a nível da Actividade Física e Desportiva, quer a nível do Ensino da Música, nós conseguimos adquirir material através das actividades de enriquecimento curricular que se calhar nos próximos anos nunca conseguiríamos fazê-lo.*

*A nível de instrumentos musicais, até a própria autarquia ficou muito mais sensibilizada para a situação e tentou no fundo ir*

*arranjar instrumentos musicais noutras escolas que tinham o antigo projecto da música para ir colocar nas escolas maiores com estas actividades de enriquecimento curricular em funcionamento.*

*Portanto conseguimos arranjar de facto esse material, conseguimos adquirir uma aparelhagem para a escola através das actividades com a candidatura da Associação de Pais. Conseguimos material de Educação Física que temos o maior número de material possível para uma turma e o mais diversificado, desde pinos, a bolas, a cordas, a vários tipos de bolas, para várias tipos de modalidades, balizas que são sempre bem conservadas e são sempre verificadas anualmente, as tabelas de basquete, um conjunto de coletes, temos muito material e isso foi uma grande mais-valia para a escola (...).”*  
(Entrevistada II)

*“(...) a associação está sempre muito cooperante em relação a materiais, manuais. Nós temos comprado os manuais para o Ensino do Inglês, o material para o Ensino da Música, para a Actividade Física e Desportiva. Material nós temos, o espaço é que de facto mais complicado (...).”* (Entrevistada III)

No que concerne aos **Tempos Escolares**, importa salientar que todos os entrevistados manifestaram ter havido necessidade de reorganizar os horários, considerando ter sido este um processo complicado.

*“(...) Foi difícil, principalmente numa escola que tinha horário normal e é o que a lei manda e é o que o Ministério quer que venha a acontecer, mas foi a escola que teve mais problemas. Porquê? O que acontecia, como tinha 14 turmas e estavam todas no horário normal, das 9H às 15H, era que todas as actividades se desenvolviam das 15.30 às 17.30 e isso fazia com que houvesse*

*quatro turmas a ter Inglês, quatro turmas a ter Educação Física e a escola não tinha condições para isso. Portanto aí foi muito difícil! Quando mudámos para regime duplo, as coisas melhoraram (...)*. (Entrevistada I)

*“(...) Por outro lado, é extremamente complicado em termos de organização de horários, a nível da gestão dos recursos humanos das próprias empresas principalmente quando há muitas turmas em regime normal, é muito difícil arranjar professores para, por exemplo, dois tempos, das 15h30H às 17h30H (...)*”. (Entrevistada II)

*“(...) a Associação de Pais é que é responsável pela elaboração dos horários, com algumas directivas da coordenação e do agrupamento. Questionada sobre se concordava ou não, com essa distribuição horária, respondeu (...) sim, quando cheguei já era assim, portanto não questioneei, fiz do mesmo modo (...)*”. (Entrevistada III)

A **Avaliação do Programa da Implementação das AEC`s**, também mereceu o consenso de todos os entrevistados, no que diz respeito ao **Rendimento Escolar** e à **Igualdade de Oportunidades** oferecidas aos alunos, bem como no **Modelo de Avaliação** adoptado.

*“(...) As professoras dizem que sim. É sempre uma experiência que os meninos têm adquirido novas competências que não tinham e a igualdade sim porque nós damos oportunidade a todos (...)*”. (Entrevistada I)

*“(...) Eu considero, que de certa forma sim. Relativamente à existência de igualdade de oportunidades, ela existe, sem dúvida, pois permite a todos os alunos a frequência destas actividades (...)*”. (Entrevistada II)

*(...) Eu penso que sim, pois os alunos adquirem novos conhecimentos. Eu noto isso a nível do Ensino do Inglês (...)*”.

(Entrevistada IV)

*(...) o principal impacto positivo identificado pelos estabelecimentos de ensino prende-se com algum aumento de conhecimentos e competências nos alunos, pelo facto de estas actividades serem leccionadas por docentes especialistas nas respectivas áreas. Relativamente à igualdade de oportunidades, sem dúvida que as AEC's permitem uma oferta gratuita a todos os alunos (...)*”.

(Entrevistado V)

Sobre o **Modelo de Avaliação**, importa salientar o seguinte:

*“(...) Há uma ficha de avaliação que é preenchida pelo corpo docente dentro de cada escola e depois a avaliação vem para o Executivo e é enviada para a Câmara e depois faz-se uma reunião com as entidades parceiras e vê-se os pontos fracos, pontos fortes, o que é que há a melhorar, o documento é feito todos os período (...)*”.

(Entrevistada I)

*“(...) A entidade responsável é a Coordenação de Estabelecimento. Tenho o cuidado de aferir junto da empresa o que é que está a ser leccionado, como é que está a ser trabalhado, que materiais é que estão a ser utilizados, quais são os objectivos a atingir para o desenvolvimento de determinado tipo de temas. Faço com frequência visitas às salas. Eu faço a supervisão, faço a avaliação a nível do trabalho que a entidade faz com a escola, dos programas, da falta dos professores, verifico se há substituições, quem fez a substituição e como é que foi feita.*

*Depois nós temos uma ficha que nos é dada pela Câmara Municipal, onde é feita a avaliação com um conjunto de perguntas (...)*. (Entrevistada II)

*“(...) Dada a boa articulação que nós temos com o agrupamento e com a própria escola, porque compete à escola e ao agrupamento fazer a supervisão pedagógica das actividades, nós vamos tendo um feedback, porque são eles, de facto, que fazem os relatórios para depois serem enviados às entidades, seja para a Câmara Municipal, seja para a DREL. Mas nós obviamente vamos ao terreno, supervisionamos (...)*”. (Entrevistada IV)

*“(...) A supervisão das actividades é da responsabilidade dos docentes titulares de turma e pode incluir diversas estratégias: programação das actividades, realização de reuniões de avaliação conjuntas com os docentes das AEC’s, observação das actividades, articulação com os Projectos Curriculares, Plano Anual de Actividades e Projecto Educativo, entre outras (...)*”. (Entrevistado V)

No que respeita à Metacategoria sobre as **Implicações das AEC’s na Criação de uma Escola a Tempo Inteiro**, podemos verificar que os entrevistados também têm demonstram opiniões coincidentes.

*“(...) Dos alunos tenho o feedback também por parte das coordenadoras, que por sua vez, as professoras titulares lhe transmitem. Mas há actividades que eles gostam muito, por exemplo a Iniciação à Música. Gostam muito também da Actividade Física e Desportiva. (...) Nos tempos que correm, tem que ser. Às vezes é demais. Eles às vezes chegam cansados. É porque é sempre o mesmo espaço, mas não há dúvida que temos que dar resposta à sociedade que temos. E as pessoas trabalham mais horas e por isso devemos dar essa resposta porque senão*

*qualquer dia a escola pública, se não tiver essa oferta, não tem razão de ser, não é? (...)*. (Entrevistada I)

*“(...) E nós sentimos que a nível dos professores mais antigos, (...) não têm encarado com muito bons olhos as Actividades de Enriquecimento, porque sentem que os miúdos ficam mais cansados, porque há mais burburinho e mais confusão na escola, (...) Eu considero que foi uma mais-valia, é positivo, nós temos é infelizmente poucas condições, ou melhor, poderíamos brilhar mais, ter mais sucesso se houvesse aqui uma compreensão de toda a comunidade educativa, dos pais perceberem que as AEC’s não são para brincar, nem passar tempo, nem são ATL, dos pais perceberem que têm de responsabilizar os seus filhos a respeitar mais aquele professor porque ele, quer queiramos quer não, enriquece o aluno e isso é indiscutível (...)*.”(Entrevistada II)

*“(...) Eu acho que sim. Se calhar, não estão ainda implementadas de forma adequada, mas também não sei qual seria a forma adequada (...)*”.. (Entrevistada III)

*“(...) Sem dúvida. Acho que é uma mais-valia, mas de facto devem ser encaradas como actividades lúdicas (...)*”.  
(Entrevistada IV)

*“ (...) O modelo de planeamento e organização do Programa das AEC’s é um modelo que se adequa às condicionantes inerentes à aplicação das Actividades de Enriquecimento Curricular, o que não quer dizer que seja o único possível (...)*” . (Entrevistado V)

Relativamente à última metacategoria **Sugestões de Melhoria do Programa de Implementação das AEC’s** , apresentamos em seguida, as opiniões dos entrevistados.

*“(...) seria melhor que os professores das AEC’s fossem colocados pelo Ministério da Educação, pois haveria uma maior articulação, porque, por exemplo, o Inglês, reuniam também com o Departamento de Inglês aqui. Era muito mais fácil haver essa articulação (...)”.* (Entrevistada I)

*“(...) Em primeiro lugar pensar o que é que é mais importante na escola. São as Actividades de Enriquecimento Curricular, porque são a bandeira de um determinado momento governativo, ou o que é mais importante são as actividades curriculares?”*

*Temos de dar privilégio às actividades curriculares e se isto é com o objectivo de dotar a criança de mais conhecimentos e mais rica no seu percurso escolar, então é necessário encarar isto com uma seriedade diferente.*

*Dar a conhecer à população a existência destas actividades e qual a sua importância.*

*Dotar as escolas de materiais fundamentais, de recursos humanos e infra-estruturas para que a escola possa responder com qualidade à sua população escolar (...)”.* (Entrevistada II)

*“(...) Criação de programas para as AEC’s que permitam a existência de algumas directrizes e de orientações para os professores. Eu penso sobretudo que a escolha do programa e das orientações, apesar dos alunos aprenderem com muitas dinâmicas, se fosse uma coisa agradável, uma hora agradável para os alunos e no fundo que eles também aprendessem (...)”.* (Entrevistada III)

*“(...) Inovar um bocado estas actividades, sobretudo na criação de uma quarta actividade, na área das TIC’s. designada, por Armário Tecnológico Os meninos vão trabalhar com uns blocos da Ficha*

*Tecnik, uns legos e vão trabalhar conceitos científicos e conceitos matemáticos, mas a brincar, lá está. (...) eu considero ser uma mais-valia, e que criássemos um programa específico de acordo com as idades dos alunos, saber o que é que já existia no mercado e pedirmos a um engenheiro que neste momento nos está a tratar do programa, e que nos fará a coordenação dos nossos professores para eles próprios depois também poderem ser monitores destas actividades. Acho que todos vão brincar e todos vão aprender (...)*. (Entrevistada IV)

*“(...) no que diz respeito ao funcionamento do Programa existe a convicção de que será possível desenvolver algumas melhorias ao nível da articulação e supervisão pedagógica, desde que se assista a uma maior estabilidade no corpo docente das AEC’s. A ser conseguido este objectivo, tanto o funcionamento das escolas como os resultados para os alunos poderão ter um salto qualitativo bastante evidente (...)*”. (Entrevistado V)

### **3.2. Triangulação dos Resultados**

Como já anteriormente foi referido, a triangulação tem a função de validar os diferentes resultados obtidos. Segundo Flick (2005: 231), Denzin“(…) salienta, então que a triangulação do método, do investigador, da teoria e dos dados, continua a ser a mais sólida estratégia de construção da teoria(…)”.

No que se refere à nossa Investigação, procurámos triangular os dados quantitativos (cinco questionários) e qualitativos (cinco entrevistas), o que nem sempre foi fácil devido à enorme quantidade de instrumentos utilizados.

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

<b>Categoria</b>	<b>Identificação</b>
<b>Inquéritos por questionário</b>	
<b>Alunos</b>	<p>Em relação ao género dos alunos inquiridos, 55,4% é do género feminino e 44,6% é do género masculino.</p> <p>A idade dos alunos inquiridos varia entre os 6 e os 11 anos. A maioria tem entre os 7 e os 8 anos.</p>
<b>Encarregados de Educação</b>	<p>A maioria dos Encarregados de Educação é do género feminino, 80,1%.</p> <p>A idade da maioria dos inquiridos encontra-se na faixa etária dos 31 aos 40 anos.</p> <p>A maioria das habilitações literárias dos inquiridos encontra-se entre o 12º ano de escolaridade com 28,5%, seguindo-se a licenciatura com 23,1%.</p>
<b>Professores Titulares de Turma</b>	<p>Apenas um é do género masculino, enquanto que os restantes sete são do sexo feminino.</p> <p>Num total de oito inquiridos, três têm idades compreendidas entre os 26 e 30 anos, quatro dos inquiridos encontram-se no intervalo dos 31 aos 35 anos e, por fim, apenas um deles se encontra entre os 41 e os 50 anos, podendo-se concluir que estamos em presença de um grupo de docentes bastante jovem.</p> <p>Quatro professores possuem entre 6 a 10 anos de serviço e dois professores têm entre 1 a 5 anos. Dos restantes dois inquiridos, um tem entre 10 a 15 anos de serviço e outro tem mais de 15 anos de serviço</p>
<b>Professores responsáveis pela leccionação das AEC's</b>	<p>Dos seis, três são do sexo feminino e outros três do sexo masculino. Todos os inquiridos têm idade inferior a 30 anos.</p> <p>Também estes docentes pertencem a um nível etário que consideramos ser muito jovem.</p>
<b>Pessoal não Docente</b>	<p>Dos três indivíduos pertencentes ao pessoal não docente, a totalidade pertence ao sexo feminino.</p> <p>Em relação às idades dos inquiridos, verificou-se uma percentagem de 66,7% (com uma frequência de duas respostas) entre 41 a 45 anos e 33,3% (com frequência de apenas uma resposta) com mais de 50 anos de idade.</p> <p>Podemos constatar uma heterogeneidade nas respostas dos inquiridos. Temos então um inquirido com 1 a 5 anos de serviço, outro com 6 a 10 anos de serviço e ainda outro entre os 10 e os 15 anos de serviço.</p>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

Inquéritos por entrevista	
<b>Vice- Presidente do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero</b>	<p>Idade: 49 Anos</p> <p>Género: Feminino</p> <p>Tempo de Serviço: 26 Anos</p> <p>Habilitações Académicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Curso de Educadora de Infância</li> <li>- -Mestrado em Ciências da Educação</li> </ul>
<b>Coordenadora da Escola E.B.1./J.I. D. Dinis</b>	<p>Idade: 39 Anos</p> <p>Género: Feminino</p> <p>Tempo de Serviço: 15 Anos</p> <p>Habilitações Académicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Curso de Professores do 1º Ciclo</li> <li>- Licenciada em Administração e Gestão Escolar</li> </ul>
<b>Presidente da Associação de Pais</b>	<p>Idade: 40 Anos</p> <p>Género: Feminino</p> <p>Habilitações Académicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Licenciada em Direito</li> </ul>
<b>Responsável pela empresa</b>	<p>Idade: 29 Anos</p> <p>Género: Feminino</p> <p>Habilitações Académicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Licenciada em Educação de Infância</li> </ul>
<b>Técnico responsável pelo Departamento de Educação da Câmara Municipal de Odivelas</b>	<p>Idade: 35 Anos</p> <p>Género: Masculino</p> <p>Tempo de Serviço: 10 Anos</p> <p>Habilitações Académicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Licenciado em Sociologia</li> </ul>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

<b>Inquéritos por questionário</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Implementação das AEC's na E.B.1./J.I. D. Dinis</b>
<b>Alunos</b>	<p>Dos 175 alunos inquiridos, 155 frequentam Actividades de Enriquecimento Curricular, o que corresponde a uma percentagem de 88,6%.</p> <p>As AEC's mais frequentadas nesta escola são: o Ensino da Música e o Ensino do Inglês com 155 alunos, seguidas da Actividade Física e Desportiva, com 154 alunos e do Apoio ao Estudo com 149 alunos.</p> <p>No que diz respeito aos trabalhos de casa, 62,3%, afirma que fazem os trabalhos de casa, em casa. Apenas 24,6% faz os trabalhos de casa no Apoio ao Estudo.</p> <p>A AEC preferida é a Actividade Física e Desportiva, ou seja, 69 alunos seleccionaram esta actividade. Em seguida, foi destacado, por 57 alunos, o Ensino da Música, por 28 alunos o Apoio ao Estudo e por 20 alunos o Ensino do Inglês.</p> <p>No que diz respeito à aplicação, no dia-a-dia, dos conhecimentos adquiridos nas AEC's, 72 alunos, afirmam que aplicam sempre os conhecimentos aprendidos e 32 utilizam frequentemente essas aprendizagens.</p>
<b>Encarregados de Educação</b>	<p>É afirmado, por 77,4% dos Encarregados de Educação, que os seus educandos frequentam as AEC's todos os dias.</p> <p>No que diz respeito ao conhecimento dos objectivos das AEC'S, a maioria dos inquiridos afirma ter um conhecimento "suficiente" - 53,8%, existindo ainda uma larga percentagem, 26,3% que manifesta possuir "pouco" conhecimento sobre os objectivos das AEC's e 11,8% afirma conhecer "muito pouco".</p> <p>A maioria dos inquiridos, 50,5%, afirma que tomou conhecimento dos objectivos das AEC'S através do professor do seu educando.</p> <p>O Apoio ao Estudo é considerado pelos Encarregados de Educação como a AEC com um maior contacto com os professores – 48,4%. Nas restantes AEC's, a maioria afirma ter pouco ou nenhum contacto com os professores.</p>
<b>Professores Titulares de Turma</b>	<p>Da totalidade dos sujeitos que participaram neste estudo, 50% afirma que a realização das AEC's na escola é pouco importante e 12,5% revela que é nada importante.</p> <p>Por outro lado, 37,5% consideram que a realização destas actividades é importante.</p> <p>A grande maioria dos inquiridos (75%), afirma que as AEC's são realizadas após as actividades lectivas.</p> <p>Inquiridos os 8 Professores Titulares de Turma acerca da importância das AEC's, foi referido que o Apoio ao Estudo é o mais importante, com 25,0% de respostas. As restantes AEC's foram classificadas equitativamente.</p> <p>Acerca da classificação relativa ao tempo disponibilizado para a realização das AEC's, 50% dos inquiridos considera que o mesmo é "Suficiente", 37,5% classificou-o de "Bom" e 12,5%, atribuiu a classificação de "Muito Bom".</p> <p>Sobre alguns aspectos relacionados com o funcionamento geral das AEC's, 62,5% têm um baixo grau de satisfação, no que se relaciona com o número de alunos por turma e com as infra-estruturas da escola. Com um alto grau de satisfação (87,5%) estão os inquiridos que referem a relação com os alunos e a relação com os colegas das AEC's.</p>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

	<p>Com 75% encontramos a motivação dos alunos em relação às AEC's.</p> <p>Verifica-se que 50% dos Professores Titulares de Turma, são de opinião que as AEC's têm um funcionamento positivo, ou seja, 4 num total de 8 professores.</p>
<b>Professores responsáveis pela leccionação das AEC's</b>	<p>Todos os inquiridos afirmam ter qualificação para leccionar a respectiva Actividade de Enriquecimento Curricular.</p> <p>Cinco dos seis Professores das AEC's afirmam que não tiveram conhecimento do Despacho nº 14460/2008.</p>
<b>Pessoal não Docente</b>	<p>O Pessoal não Docente desvaloriza a importância das AEC's na escola, visto que 66,7% dos inquiridos respondeu que acha "pouco importante" e 33,3% afirmou que considera "nada importante". É curioso verificar que nenhum inquirido referiu ser "importante ou "muito importante" a Implementação das AEC's na escola.</p> <p>Na opinião do Pessoal não Docente inquirido, as AEC's mais relevantes para a formação geral dos alunos, com um grau de suficiente, são o Ensino da Música e o Apoio ao Estudo. Nenhuma actividade merece a menção de ser muito formativa.</p>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

Inquéritos por entrevista	
<b>Vice-Presidente do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero</b>	<p>No agrupamento existem quatro escolas. Em duas é a Associação de Pais que faz a selecção das empresas responsáveis pela dinamização das AEC's, nas outra duas é a Câmara que contrata as empresas.</p> <p>Deveria ser o Ministério da Educação a colocar os professores das AEC's.</p> <p>De uma maneira geral, está satisfeita com o desempenho das entidades responsáveis pelas AEC's.</p>
<b>Coordenadora da Escola E.B.1./J.I. D. Dinis</b>	<p>O papel da escola está muito bem dividido, cabendo a cada entidade uma determinada função. A Câmara delega e a Associação de Pais, faz uma proposta para escolher uma empresa, mediante determinadas condições da escola.</p> <p>A empresa solicita o Plano Anual de Actividades, o Projecto Curricular da Escola. Tem uma planificação que se enquadra na planificação curricular do 1º ciclo.</p>
<b>Presidente da Associação de Pais</b>	<p>A Associação de Pais contrata a empresa que gere as AEC's e o ATL.</p> <p>Um dos critérios utilizados é o dos professores terem a habilitação adequada e terem programas adequados.</p> <p>É uma relação muito cordial existindo uma grande cooperação entre a Associação de Pais e a empresa.</p>
<b>Responsável pela Empresa</b>	<p>A Associação de Pais é a entidade promotora. A empresa é a entidade gestora que gere e desenvolve as actividades e tudo o que tenha a ver com os professores, conteúdos programáticos, o plano de aulas.</p> <p>As AEC'S são uma parceria tripartida:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Escola;</li> <li>* Associação de Pais;</li> <li>* Empresa.</li> </ul> <p>Existe uma boa articulação com o Agrupamento e com a própria escola.</p>
<b>Técnico responsável pelo Departamento de Educação da Câmara Municipal de Odivelas</b>	<p>Cabe à Câmara Municipal de Odivelas enquanto entidade promotora, a gestão financeira do programa em 28 das 30 escolas. Quanto às duas restantes, as respectivas Associações de Pais constituíram-se elas próprias como entidades promotoras.</p> <p>O Despacho 14460/2008, regula todo o planeamento e funcionamento do Programa das AEC's, inclusive no que diz respeito `as qualificações dos docentes.</p>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

<b>Categoria</b>	<b>Reorganização dos Espaços e Tempos Escolares</b>
<b>Inquéritos por questionário</b>	
<b>Alunos</b>	<p>A maioria dos alunos frequenta as AEC's no período da tarde.</p> <p>A maioria dos alunos, 151, afirma que frequenta as AEC's todos os dias.</p>
<b>Encarregados de Educação</b>	<p>Cerca de 61,3% dos Encarregados de Educação, “conhece” ou “conhece bem” os espaços físicos onde os seus educandos praticam as AEC's.</p> <p>Os Encarregados de Educação detêm uma opinião satisfatória dos espaços existentes na escola para a realização das AEC's., classificando como suficiente quer a existência, quer a adequação destes mesmos espaços.</p>
<b>Professores Titulares de Turma</b>	_____
<b>Professores responsáveis pela leccionação das AEC's</b>	_____
<b>Pessoal não Docente</b>	<p>Há uma unanimidade nas respostas dos inquiridos, respondendo positivamente quanto ao facto das AEC's influenciarem o horário de trabalho.</p> <p>A totalidade dos inquiridos afirma que existem algumas condições materiais para a realização das AEC's.</p>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

<b>Inquéritos por entrevista</b>	
<b>Vice-Presidente do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero</b>	<p>Os espaços físicos são maus.</p> <p>Têm-se adquirido materiais.</p> <p>Houve alteração de horários.</p>
<b>Coordenadora da Escola E.B.1./J.I. D. Dinis</b>	<p>Muito problemático.</p> <p>Existência de poucas salas e de muitas turmas.</p> <p>Inexistência de balneários para a prática da Actividade Física e Desportiva.</p> <p>Aquisição de muito material para a escola.</p> <p>As turmas em regime normal têm mais dificuldade em frequentar as actividades devido à pouca disponibilidade dos professores das AEC`s para leccionar das 15h30m às 17h30m.</p>
<b>Presidente da Associação de Pais</b>	<p>Relativamente aos espaços aqui na escola e à prática da educação física, de facto não há muitas condições. Estamos à espera, agora que vão começar as nossas obras, de haver um ginásio novo, pois de facto não há muitas condições para a educação física, sobretudo no Inverno, quando está a chover.</p> <p>Material nós temos, o espaço é que de facto mais complicado.</p> <p>A Associação de Pais é que é responsável pela elaboração dos horários, com algumas directivas da coordenação e do agrupamento</p>
<b>Responsável pela Empresa</b>	_____
<b>Técnico responsável pelo Departamento de Educação da Câmara Municipal de Odivelas</b>	<p>Os espaços físicos são critérios fundamentais no planeamento da oferta das AEC`s.</p>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

<b>Categoria</b>	<b>Avaliação da Implementação do Programa das AEC's</b>
<b>Inquéritos por questionário</b>	
<b>Alunos</b>	_____
<b>Encarregados de Educação</b>	_____
<b>Professores Titulares de Turma</b>	_____
<b>Professores Responsáveis pela leccionação das AEC's</b>	_____
<b>Pessoal não Docente</b>	_____

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

Inquéritos por entrevista	
<b>Vice-Presidente do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero</b>	<p>Aquisição de novas competências.</p> <p>É dada oportunidade a todos os alunos.</p> <p>Ficha de Avaliação que é preenchida pelo corpo docente em cada período escolar.</p> <p>A coordenadora de Escola é o elo de ligação entre os encarregados de Educação e o Conselho Executivo.</p> <p>Reunião entre a Câmara e todas as entidades parceiras.</p>
<b>Coordenadora da Escola E.B.1./J.I. D. Dinis</b>	<p>Existência de igualdade de oportunidades.</p> <p>Aferição junto da empresa do que está a ser leccionado, como é que está a ser trabalhado, que materiais é que estão a ser utilizados, quais são os objectivos a atingir para o desenvolvimento de determinado tipo de temas.</p> <p>Supervisão e avaliação a nível do trabalho que a entidade faz com a escola, dos programas, da falta dos professores, verificação de substituições de professores.</p>
<b>Presidente da Associação de Pais</b>	<p>Aquisição de novos conhecimentos.</p> <p>Existência de alunos muito carenciados que têm oportunidade de ter o Ensino do Inglês ou da Música.</p>
<b>Responsável pela empresa</b>	_____
<b>Técnico responsável pelo Departamento de Educação da Câmara Municipal de Odivelas</b>	<p>Aumento de conhecimentos e competências nos alunos.</p> <p>Existência de igualdade de oportunidades, através da gratuitidade.</p> <p>A supervisão das actividades é da responsabilidade dos docentes titulares de turma e pode incluir diversas estratégias: programação das actividades, realização de reuniões de avaliação conjuntas com os docentes das AEC's, observação das actividades, articulação com os Projectos Curriculares, Plano Anual de Actividades e Projecto Educativo, entre outras.</p>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

Categoria	Implicações das AEC's para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro
<b>Inquiridos por questionário</b>	
<b>Alunos</b>	<p>A maioria dos alunos (60%) é da opinião que estar nas AEC's é "muito importante", 25,1% considera que é "importante" e apenas 2,9% acha não ter "nenhuma importância".</p> <p>A maioria dos alunos (57,7%) "adora" o tempo que passa nas AEC's, 24% "gosta" e apenas 2,9% afirma "não gostar nada".</p> <p>No que diz respeito ao facto das AEC's contribuírem para a sua formação, a grande maioria dos alunos, 88,6% afirma que sim.</p> <p>Quanto à contribuição das AEC's para a aprendizagem, "Partilho mais com os meus colegas" mereceu a maioria das respostas dadas pelos alunos com 68% no total.</p> <p>Na questão "Convivo mais com os meus colegas" a percentagem aumenta nos itens "muito" e "bastante" para 82,3%.</p> <p>Relativamente à questão de conhecer se a frequência das AEC's aumenta ou não o respeito pelos colegas, verifica-se que 73,2% afirma que "sim".</p> <p>Na questão "Sinto que aprendo melhor" 78,7% dos alunos respondeu "muito" ou "bastante".</p> <p>A maioria dos alunos considera que a frequência das AEC's contribui para: que se "relacionem melhor com os professores" (79,3%); uma "maior participação nas aulas" (70,9%); uma "maior atenção nas aulas" (64%); "respeitar mais as regras de sala de aula" (66,9%); "sentirem-se mais responsáveis" (69,1%); um "melhor comportamento na escola" (73,1%).</p> <p>Dos alunos inquiridos, 74 afirmam "chegar sempre cansados" a casa depois das aulas, 21 dizem que "frequentemente" chegam cansados e 51 afirmam que "por vezes" chegam cansados. Apenas 28 alunos referem que "nunca" chegam cansados.</p> <p>Existem 112 alunos que gostariam de ir para casa mais cedo.</p>
<b>Encarregados de Educação</b>	<p>Dos Encarregados de Educação inquiridos, 50,5% afirma estar "satisfeito" com a frequência dos educandos numa escola a tempo inteiro, 37,1% afirma estar "muito satisfeito" e apenas 2,2% diz não se encontrar "nada satisfeito".</p> <p>22,2% afirmou que o principal factor para o desenvolvimento do educando eram as actividades orientadas. O facto de completar o seu currículo, foi a opinião de 20,5% dos inquiridos, seguida de ser economicamente mais acessível, com 17,3% das respostas e fazer actividade mais tempo na escola, com 17,1%.</p> <p>Por outro lado, verifica-se que 32 Encarregados de Educação – 16,8%, não concordam com a existência desta oferta de escola, pois consideram que os seus educandos ou passam demasiado tempo na escola, ou chegam muito cansados a casa ou os próprios encarregados de educação sentem que são impedidos de</p>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

	<p>passar mais tempo com os seus educandos.</p> <p>A maioria dos Encarregados de Educação encontra-se satisfeita em relação ao trabalho desenvolvido pelos professores das AEC's, com maior incidência para o Apoio ao Estudo (79%), o Ensino da Música (73,6%), a Actividade Física e Desportiva (73,1%) e o Ensino do Inglês (68,3%).</p> <p>Dentro das características mais importantes, trazidas pela Escola a Tempo Inteiro, a maioria dos Encarregados de Educação destaca, sem dúvida, o apoio prestado à família no seu período laboral, pelo facto da escola oferecer Actividades de Enriquecimento Curricular. Em segundo lugar surgem, com igual frequência, os recursos de apoio e as condições de segurança que a escola oferece.</p>
<p><b>Professores Titulares de Turma</b></p>	<p>A grande maioria dos professores considera que as AEC's "influenciam" ou "influenciam muito" o comportamento dos alunos. Os restantes três, com uma percentagem de 37,5%, consideram que este tipo de actividades "raramente influencia" o comportamento dos mesmos.</p> <p>Também 37,5% dos Professores Titulares de Turma responderam que não há "nenhuma" influência das AEC's para um melhor rendimento escolar dos alunos. Os restantes cinco professores - 62,5% - consideram que os alunos apresentam "poucas" melhorias a nível do rendimento escolar.</p> <p>Existem 7 em 8 Professores Titulares de Turma que consideram suficientemente positivo o apoio prestado à família no seu período laboral.</p> <p>Por outro lado, 80% dos Professores Titulares de Turma, tem a opinião de que a escola não oferece recursos de apoio suficientes e que 75% é da opinião de que os alunos ficam mais cansados.</p>
<p><b>Professores responsáveis pela leccionação das AEC's</b></p>	<p>Num total de seis professores das AEC's, cinco responderam que estão "satisfeitos" com a entidade promotora e somente um considera que está "pouco satisfeito".</p> <p>Verifica-se que 100% dos inquiridos está "muito satisfeito" com a motivação dos alunos em relação às AEC's, com a relação com os colegas das restantes AEC's e com a relação com os restantes colegas.</p> <p>83,3% dos inquiridos, afirma ter um alto grau de satisfação, no que respeita ao número de alunos da turma, à relação com o Conselho Executivo e às condições físicas da escola. Também 83,3% dos inquiridos considera "muito baixa" ou "baixa" a remuneração auferida.</p>
<p><b>Pessoal não Docente</b></p>	<p>Em relação à motivação dos alunos para a realização das AEC's, a totalidade dos inquiridos afirma que os considera "pouco" motivados para estas actividades.</p> <p>A maioria com 66,7% considera "pouco" o valor formativo das AEC's. Os restantes 33,3% consideram que o valor formativo destas actividades é "suficiente".</p>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

Inquéritos por entrevista	
<b>Vice-Presidente do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero</b>	<p>Feedback por parte das coordenadoras, que por sua vez, as professoras titulares lhes transmite.</p> <p>Há actividades que eles gostam muito, por exemplo a Iniciação à Música e a Actividade Física e Desportiva.</p> <p>Eles às vezes chegam cansados.</p> <p>É sempre o mesmo espaço, mas não há dúvida que temos que dar resposta à sociedade que temos.</p> <p>As pessoas trabalham mais horas e devemos dar essa resposta.</p>
<b>Coordenadora da Escola E.B.1./J.I. D. Dinis</b>	<p>Sentimos que a nível dos professores mais antigos, não têm encarado com muito bons olhos as Actividades de Enriquecimento Curricular, porque sentem que os miúdos ficam mais cansados, porque há mais burburinho e mais confusão na escola.</p>
<b>Presidente da Associação de Pais</b>	<p>Os alunos adquirem novos conhecimentos. Eu noto isso a nível do Ensino do Inglês.</p> <p>As crianças estão mais tempo ocupadas.</p> <p>As AEC's contribuem para que eles aprendam e desenvolvam várias actividades.</p>
<b>Responsável pela empresa</b>	<p>Sem dúvida. Acho que é uma mais-valia, mas de facto devem ser encaradas como actividades lúdicas.</p>
<b>Técnico responsável pelo Departamento de Educação da Câmara Municipal de Odivelas</b>	<p align="center">_____</p>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

<b>Categoria</b>	<b>Sugestões de melhoria do Programa de Implementação das AEC's</b>
<b>Inquéritos por questionário</b>	
<b>Alunos</b>	_____
<b>Encarregados de Educação</b>	_____
<b>Professores Titulares de Turma</b>	_____
<b>Professores responsáveis pela leccionação das AEC's</b>	_____
<b>Pessoal não docente</b>	_____

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

Inquéritos por entrevista	
<b>Vice-Presidente do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero</b>	<p>Colocação dos Professores das AEC`s pelo Ministério da Educação.</p> <p>Maior articulação entre os Professores das AEC`s e os Professores Titulares de Turma e os vários departamentos.</p> <p>Melhorar os espaços físicos.</p> <p>Aumentar o número de Auxiliares de Acção Educativa.</p>
<b>Coordenadora da Escola E.B.1./J.I. D. Dinis</b>	<p>Dar a conhecer à população a existência destas actividades e qual a sua importância.</p> <p>Dotar as escolas de materiais fundamentais, de recursos humanos e infra-estruturas para que a escola possa responder com qualidade à sua população escolar.</p>
<b>Presidente da Associação de Pais</b>	<p>Criação de programas para as AEC`s que permitam a existência de algumas directrizes e de orientações para os professores.</p>
<b>Responsável pela empresa</b>	<p>Inovar estas Actividades.</p> <p>Criação de uma quarta Actividade, na área das TIC, designada por “Armário Tecnológico”.</p> <p>Dar um carácter mais lúdico a estas actividades.</p>
<b>Técnico responsável pelo Departamento de Educação da Câmara Municipal de Odivelas</b>	<p>Possibilidade de desenvolver algumas melhorias ao nível da articulação e supervisão pedagógica.</p> <p>Maior estabilidade no corpo docente das AEC`s.</p>

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

## **CAPÍTULO VII: Conclusões**

### **7.1. Conclusões Gerais**

Para finalizar esta investigação, iremos apresentar as conclusões gerais do nosso estudo que, embora sendo um tema da actualidade, ainda tem sido alvo de pouca reflexão, apesar de, em nosso entender, ser uma preocupação no dia-a-dia, quer das instituições, quer da comunidade educativa.

Como sabemos, actualmente, as escolas têm que necessariamente assumir tarefas mais vastas na nossa sociedade. A educação não formal, para além de promover novas aprendizagens e aquisição de competências, propõe-se também a desenvolver projectos que contribuam para o exercício da inteligência e concretização de anseios e sonhos.

Por outro lado, encontrámos algumas convergências de opinião no que se refere à forma como estão a ser dinamizadas estas actividades, bem como no que diz respeito às condições físicas e humanas que não são, de todo, as melhores.

No que concerne à avaliação destas actividades, concluímos que no universo do nosso estudo, os actores do processo conseguem uma boa articulação entre si. Consideramos este facto de relevante importância, pois sem essa articulação seria muito mais difícil a implementação deste programa.

Uma conclusão a que também chegámos foi o facto de compreendermos que existe uma hiperescolarização da vida dos alunos, estando esta suportada nas afirmações dos inquiridos, que referem que as crianças se encontram cada vez mais cansadas.

Podemos assim, concluir, que os alunos, cada vez mais dispõem de menos tempo livre para poderem brincar ou utilizarem o seu tempo de ócio

para satisfazerem os seus próprios direitos, consignados na Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Podemos igualmente concluir que o Projecto de Escola a Tempo Inteiro, está a cumprir os seus objectivos, no que respeita ao apoio dado às famílias no seu período laboral, que tal como afirmam é positivo.

No nosso entender e agora que o estudo está concluído, gostaríamos de deixar em aberto algumas questões, que nos preocupam, enquanto agentes de educação.

Por que razão o Ministério da Educação propõe como Actividades de Enriquecimento Curricular, áreas que integram o plano curricular do 1º ciclo do ensino básico, como sejam: a Expressão Artística e a Expressão Físico - Motora?

Não seria preferível optar por outras áreas que não constam do currículo formal no 1º ciclo do ensino básico, para de facto contribuírem para o enriquecimento do currículo e permitir por esta via que as crianças mais desfavorecidas pudessem ter acesso a outras vivências?

Constatamos que a tão proclamada igualdade de oportunidade para todos os alunos, só se aplica, efectivamente, ao Ensino do Inglês, pois esta actividade é, de facto, a única que até ao presente momento não integra o plano curricular do 1º ciclo do ensino básico.

Será que este leque de actividades não vai contribuir para que assistamos à demissão do papel do professor titular de turma que neste caso aposta apenas nas disciplinas consideradas nobres em prejuízo das áreas de expressão?

Não estaremos a voltar ao passado em que apenas formámos professores do 1º ciclo para as áreas denominadas nobres?

E que dizer das Tecnologias de Informação e Comunicação? Não deveria ser esta uma oferta de escola obrigatória? Qual o sentido da implementação do Programa “e-escolinha”- que visa facilitar as condições de acesso dos alunos e suas famílias a computadores e à Internet, quando a maioria das escolas do 1º ciclo do ensino básico portuguesas não dispõe de recursos para a sua experimentação?

Justifica-se que os actuais planos de estudos das escolas superiores de educação contemplem na sua formação geral, as áreas das expressões, quando na prática não estão a ser leccionadas pelos professores titulares de turma?

Cumpridos que estão os nossos objectivos sobre a temática investigada, entendemos que o projecto de escola a tempo inteiro não pode, de forma alguma, dar resposta às insuficiências que a escola não é capaz de gerir ou aos problemas que essa mesma escola acaba por criar.

## **7.2. Conclusões por Objectivos**

**Objectivo 1** - Conhecer o impacto da Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular a decorrer na E.B.1./J.I. D. Dinis do Concelho de Odivelas.

Verificou-se que para os alunos e para os encarregados de educação a implementação das AEC’s teve um grande impacto, já que dos 175 alunos inquiridos, 155 frequentam estas actividades. Dos encarregados de educação, 77,4% afirma que os seus educandos frequentam as AEC’s “todos os dias”.

Por outro lado, a maioria dos professores titulares de turma, considera que a realização das AEC’s na escola é pouco ou mesmo nada importante. Assinalam como factores negativos o elevado número de alunos por turma e a insuficiência ou

inadequação das infra-estruturas da escola. Contudo, referem como indicadores positivos a relação com os alunos e com os colegas das AEC's, bem como a motivação dos alunos para a realização destas actividades.

Todos os professores responsáveis pela leccionação das AEC's afirmam ter qualificação para leccionar a respectiva Actividade de Enriquecimento Curricular, no entanto é preocupante que cinco dos seis professores inquiridos, afirmam que não tiveram conhecimento do Despacho nº 14460/2008.

O pessoal não docente desvaloriza, por completo, a importância das AEC's na escola, visto que a totalidade dos inquiridos respondeu que acha pouco ou nada importante.

Para todos os entrevistados, existe uma boa articulação e distribuição de responsabilidades dos vários actores: Agrupamento de escolas, Associação de Pais, Empresa Responsável e Câmara Municipal de Odivelas.

**Objectivo 2** - Verificar a necessidade de Reorganização dos Espaços e Tempos Escolares.

A maioria dos inquiridos por questionário detém uma opinião satisfatória dos espaços existentes na escola para a realização das AEC's., classificando como suficiente quer a existência, quer a adequação destes mesmos espaços.

Os entrevistados, por seu turno, consideram que os espaços físicos são maus, dando como exemplo a inexistência de balneários para a prática da Actividade Física e Desportiva.

Relativamente aos tempos escolares, existe uma certa unanimidade nas respostas de todos os inquiridos, respondendo

positivamente quanto ao facto das AEC's influenciarem o horário de trabalho, quer dos docentes, quer do pessoal não docente.

**Objectivo 3** - Compreender os critérios de selecção e de recrutamento quer dos parceiros envolvidos neste programa de Enriquecimento Curricular, quer dos respectivos professores.

No agrupamento existem quatro escolas. Em duas, é a Associação de Pais que faz a selecção das empresas responsáveis pela dinamização das AEC's. Nas outras duas é a Câmara que contrata as empresas.

Um dos critérios utilizados no recrutamento dos professores das AEC`S, é possuírem habilitação legalmente exigida e disporem de programas adequados.

**Objectivo 4** - Saber qual o Modelo de Avaliação da Implementação do Programa das AEC`s.

Todos os entrevistados foram de opinião de que a frequência das actividades de enriquecimento curricular contribui para a aquisição de novas competências, existindo uma igualdade de oportunidades para todos os alunos.

É preenchida uma Ficha de Avaliação pelo corpo docente, em cada período escolar, que é fornecida pela Câmara Municipal de Odivelas.

**Objectivo 5** - Identificar as Implicações das AEC`s na Criação de uma Escola a Tempo Inteiro.

A maioria dos alunos é de opinião que estar nas AEC's é muito importante e adora o tempo que lá passa, considerando que contribuem para a sua formação.

A maioria dos Encarregados de Educação encontra-se satisfeita em relação ao trabalho desenvolvido pelos professores das AEC's, considerando como características mais importantes trazidas pela Escola a Tempo Inteiro, o apoio prestado à família no seu período laboral e as condições de segurança que a escola oferece.

Verifica-se que 32 Encarregados de Educação – 16,8%, não concordam com a existência desta oferta de escola, pois consideram que os seus educandos ou passam demasiado tempo na escola, ou chegam muito cansados a casa, ou os próprios encarregados de educação sentem que são impedidos de passar mais tempo com os seus educandos.

Para a maioria dos Professores Titulares de Turma, a frequência das AEC's não influencia o rendimento escolar dos alunos, embora considere suficientemente positivo o apoio prestado à família no seu período laboral. Têm ainda a opinião de que a escola não oferece recursos de apoio suficientes e de que os alunos ficam mais cansados.

Os professores responsáveis pela leccionação das AEC's estão muito satisfeitos com a motivação dos alunos, com a relação com os colegas e com o Conselho Executivo bem como com as condições físicas da escola. Consideram muito baixa ou baixa a remuneração auferida.

Para os entrevistados as opiniões são muito semelhantes, considerando como mais importantes as seguintes implicações: os alunos chegam cansados a casa, mas é necessário dar uma resposta aos pais que trabalham cada vez mais horas; as AEC's contribuem para que eles aprendam e desenvolvam várias actividades que devem ser encaradas como actividades lúdicas.

**Objectivo 6** - Conhecer algumas propostas de Melhoria do Programa de Implementação das AEC's .

Como sugestões para a melhoria deste Programa, foram apresentadas, pelos entrevistados, as seguintes propostas: colocação dos Professores das AEC's pelo Ministério da Educação; maior articulação entre os Professores das AEC's, os Professores Titulares de Turma e os vários departamentos; melhores espaços físicos; aumento do número de Auxiliares de Acção Educativa; dar a conhecer à população a existência destas actividades e qual a sua importância; criação de programas para as AEC's que permitam a existência de algumas directrizes e de orientações para os professores; dar um carácter mais lúdico a estas actividades; possibilitar uma maior estabilidade no corpo docente das AEC's.

### **7.3. Futuras Linhas de Investigação**

Após a realização deste estudo, entendemos ser possível propor um leque de sugestões para futuros estudos ou investigações, bem como indicar algumas estratégias de melhoria para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro, tentando conciliar as intenções do Ministério da Educação, com as reais expectativas dos professores, necessidades e aspirações dos pais e dos alunos, com vista a melhorar a qualidade de vida de todos os intervenientes da Comunidade Educativa, especialmente, aqueles que são a razão da nossa existência e, em última análise, justificam o trabalho que nos propusemos desenvolver.

Por outro lado, poderemos também sugerir que se estabeleçam protocolos de colaboração entre os Agrupamentos de Escolas e as Escolas Superiores de Educação, com o objectivo de serem efectuadas Acções de Formação para todos os professores que se encontram a leccionar as AEC'S e

que necessitam de uma formação especializada em determinadas áreas de enriquecimento curricular.

Outra sugestão que apresentamos é a elaboração de uma pesquisa sobre a criação de projectos de intervenção exequíveis, junto das empresas e diferentes serviços públicos ou locais de trabalho dos encarregados de educação/pais, para darem resposta às famílias, que cada vez mais se vêm privadas das relações familiares. No entanto, em nossa opinião, este estudo só terá validade se houver uma acção concertada das várias políticas educativas e sociais, de modo a permitir uma melhoria da qualidade de vida das crianças e dos seus pais.

Uma outra linha de investigação poderá ser o estudo da importância da concepção de materiais lúdico-pedagógicos adequados às Actividades de Enriquecimento Curricular vigentes, sobretudo, para crianças com necessidades educativas especiais, bem como em presença de situações de multiculturalidade.

Poderão também ser efectuados novos estudos, com a utilização da metodologia quantitativa, como por exemplo, a escala de Likert, de modo a complementar esta investigação, dando-lhe um carácter mais mensurável, pois a nossa intenção, no presente momento, foi essencialmente preocuparmo-nos com os sujeitos e não com a análise estatística dos factos.

## Capítulo VII: Conclusiones

### 7.1 Conclusiones Generales

Para finalizar esta investigación presentaremos las conclusiones generales de nuestro estudio, que aunque siendo un tema de actualidad, todavía no ha sido albo de suficiente atención, a pesar de ser a nuestro entender, una preocupación del día a día, tanto de las instituciones como de la comunidad educativa.

Como sabemos, actualmente las escuelas tienen que asumir necesariamente las tareas más variadas de nuestra sociedad. La educación no formal, además de promover nuevos aprendizajes y adquisición de capacidades, se propone también desarrollar proyectos que contribuyan al ejercicio de la inteligencia y concretización de anhelos y sueños.

Por otro lado, encontramos algunas convergencias de opinión en lo que respecta a la forma como están a ser dinamizadas estas actividades, como también en lo concerniente a las condiciones físicas y humanas que no son las mejores.

En lo que concierne a la evaluación de estas actividades, concluimos que en el universo de nuestro estudio, los actores del proceso consiguen una buena articulación entre sí. Consideramos este hecho relevante porque sin esa articulación sería mucho más difícil la implementación de este programa.

También hemos concluido que existe una hiper-escolarización de la vida de los alumnos, basada en los cuestionarios aplicados, que refieren que los niños se encuentran cada vez más cansados.

Por lo tanto, concluimos que los alumnos, disponen cada vez más de menos tiempo libre para poder jugar o utilizar su tiempo de ocio para satisfacer

sus propios derechos, consignados en la Declaración Universal de los Derechos de los Niños.

Igualmente, podemos concluir que el Proyecto de Escuela de Tiempo Completo, está cumpliendo sus objetivos, en lo que se refiere al apoyo dado a las familias en su período laboral, que como afirman, es positivo.

Ahora que el estudio está concluido, nos parece pertinente plantear algunas preguntas que nos preocupan, en nuestra calidad de agentes de la educación.

¿Por qué razón el Ministerio de Educación propone como Actividades de Enriquecimiento Curricular, áreas que integran el plan curricular de 1º Ciclo de Enseñanza Básica, como la Expresión Artística y la Expresión Físico-Motora?

¿Sería preferible optar por otras áreas que no constan en el currículo formal del 1º Ciclo de Enseñanza Básica, para contribuir efectivamente al enriquecimiento curricular y permitir, por esta vía, que los niños más desfavorecidos puedan tener acceso a otras vivencias?

Constatamos que tanto la tan proclamada igualdad de oportunidades para todos los alumnos, solamente se aplica efectivamente a la enseñanza del Inglés, pues esta actividad es, de hecho, la única que hasta el presente momento no integra el plan curricular de 1º Ciclo de Enseñanza Básica.

¿Será que este conjunto de actividades va a contribuir para que asistamos a la renuncia del papel de profesor titular que en este caso atiende apenas las disciplinas consideradas nobles en perjuicio de las áreas de expresión?

¿Qué podemos decir sobre las Tecnologías de Información y Comunicación? ¿Debería ser ésta una oferta de la escuela obligatoria? ¿Cuál es el sentido de implementar el Programa “e-escolinha” que se propone facilitar las condiciones de acceso de los alumnos y sus familias a

computadores y a Internet, cuando la mayoría de las escuelas de 1º Ciclo de Enseñanza Básica portuguesas no dispone de recursos para su utilización?

¿Se justifica que los actuales planes de estudio de las escuelas superiores de educación contemplen en su formación general, las áreas de expresión, cuando en la práctica no están siendo enseñadas por los profesores titulares?

Luego de cumplidos nuestros objetivos sobre la temática investigada, entendemos que el proyecto de Escuela de Tiempo Completo no puede, de ninguna forma, dar respuesta a las insuficiencias que la escuela no es capaz de dar o a los problemas que esa misma escuela puede crear.

## **7.2 Conclusiones por Objetivos**

**Objetivo 1 –** Conocer el impacto de la Implementación de las Actividades de Enriquecimiento Curricular desarrolladas en la E.B.1./J.I. D. Dinis del Municipio de Odivelas.

Se comprobó que para los alumnos y los encargados de educación, la implementación de las AECs tuvo un gran impacto, ya que de los 175 alumnos consultados, 155 frecuentan estas actividades. De los encargados de educación, 77,4% afirma que sus educandos frecuentan las AECs “todos los días”.

Por otro lado, la mayoría de los profesores titulares considera que la realización de las AECs en la escuela no tiene ninguna relevancia. Afirman como factores negativos el elevado número de alumnos por curso y la insuficiente o inadecuada infraestructura de la escuela. Sin embargo, refieren como indicadores positivos la relación con los alumnos y con los

colegas de las AECs, así como la motivación de los alumnos para realizar estas actividades.

Todos los profesores responsables por la enseñanza en las AECs afirman tener calificaciones para enseñar la respectiva Actividad de Enriquecimiento Curricular, sin embargo es preocupante que cinco de los seis profesores consultados afirmen que no tenían conocimiento del Despacho nº14460/2008.

El personal no docente no da ningún valor a la importancia de las AECs en la escuela, ya que la totalidad de los consultados respondió que cree que es poco o nada importante.

Todos los entrevistados consideran que existe una buena articulación y distribución de responsabilidades entre los varios actores: Agrupamiento de escuelas, Asociación de Padres de Familia, Empresa Responsable y Cámara Municipal de Odivelas.

**Objetivo 2 –** Verificar la necesidad de Reorganizar los Espacios y Tiempos Escolares.

La mayoría de las personas a las que se les aplicó el cuestionario tienen una opinión satisfactoria de los espacios existentes en la escuela para la realización de las AECs, clasificando de suficiente su existencia como la adecuación de estos mismos espacios.

Sin embargo, a quienes se les entrevistó, consideran que los espacios físicos son malos, dando como ejemplo la inexistencia de balnearios para la práctica de Actividades Físicas y Deportivas.

Relativamente a los tiempos escolares, existe una cierta unanimidad en las respuestas de todos los consultados,

respondiendo positivamente al hecho de que las AECs influyen el horario de trabajo, tanto de los docentes como del personal no docente.

**Objetivo 3 –** Comprender los criterios de selección y de reclutamiento tanto de los socios involucrados en este programa de Enriquecimiento Curricular, como de los respectivos profesores.

En el agrupamiento existen cuatro escuelas. En dos de ellas, la Asociación de Padres de Familia hace la selección de las empresas responsables por la dinamización de las AECs. En las otras dos es el Ayuntamiento que contrata las empresas.

Uno de los criterios utilizados en el reclutamiento de los profesores de las AECs es que estén legalmente habilitados y dispongan de programas adecuados.

**Objetivo 4 –** Saber cuál es el Modelo de Evaluación de la Implementación del Programa de las AECs.

Todos los entrevistados opinaron que la asistencia a las actividades de enriquecimiento curricular contribuyen para la adquisición de nuevas capacidades, existiendo una igualdad de oportunidades para todos los alumnos.

Cada período escolar, el personal docente cumplimenta una ficha entregada por el Ayuntamiento del Municipio de Odivelas.

**Objetivo 5 –** Identificar las Implicaciones de las AECs en la Creación de una Escuela de Tiempo Completo.

La mayoría de los alumnos opina que estar en las AECs es muy importante y les gusta mucho asistir, considerando que contribuye para su formación.

La mayoría de los Encargados de Educación se encuentra satisfecho con el trabajo desarrollado por los profesores de las AECs, considerando que uno de los aportes más importantes de la Escuela de Tiempo Completo, es el apoyo prestado a la familia en su tiempo laboral y las condiciones de seguridad que la escuela ofrece.

Se constata que 32 Encargados de Educación –16%, no concuerdan con la existencia de esta propuesta de escuela, porque consideran que sus educandos pasan demasiado tiempo en la escuela o llegan muy cansados a casa, o los propios Encargados de Educación sienten que son impedidos de pasar más tiempo con sus educandos.

Para la mayoría de los profesores titulares, la asistencia a las AECs no tiene influencia en el rendimiento escolar del alumno. Sin embargo, consideran suficientemente positivo el apoyo prestado a la familia en su período laboral. También consideran que la escuela no ofrece recursos de apoyo suficientes y que los alumnos quedan más cansados.

Los profesores responsables por la enseñanza en las AECs están muy satisfechos con la motivación de los alumnos, con la relación con los colegas y con el Consejo Educativo, así como con las condiciones físicas de la escuela. Consideran muy baja o baja la remuneración recibida.

Para los entrevistados, las opiniones son muy parecidas. Consideran más importante que los alumnos lleguen a casa cansados, pero reconocen la necesidad de dar una respuesta a los padres que trabajan cada vez más horas; las AECs contribuyen para que los alumnos aprendan y desarrollen varias actividades que deben ser asumidas como actividades lúdicas.

**Objetivo 6 –** Conocer algunas propuestas para el Mejoramiento del Programa de Implementación de las AECs.

Como sugerencias para el mejoramiento de este Programa, los entrevistados presentaron las siguientes propuestas: que los profesores sean asignados por el Ministerio de Educación; mayor articulación entre los Profesores de las AECs, los Profesores Titulares y los varios departamentos; mejores espacios físicos; aumento del número de Auxiliares de Acción Educativa; dar a conocer a la población, la existencia de estas actividades y su importancia; creación de programas para las AECs que incluyan la existencia de algunas directrices y orientaciones para los profesores; dar un carácter más lúdico a estas actividades; garantizar una mayor estabilidad al cuerpo docente de las AECs.

### **7.3 Líneas de Investigación Futura**

Después de la realización del estudio, entendemos que es posible proponer una gama de recomendaciones para futuros estudios o investigaciones, así como indicar algunas estrategias de mejoramiento para la Creación de una Escuela de Tiempo Completo, de tal forma que se concilien las intenciones del Ministerio de Educación con las expectativas reales de los profesores, necesidades y aspiraciones de los padres y de los alumnos, con el fin de mejorar la calidad de vida de todos los intervinientes de la Comunidad Educativa, especialmente, aquellos que son la razón de nuestra existencia, y en último caso, justifiquen el trabajo que nos propusimos desarrollar.

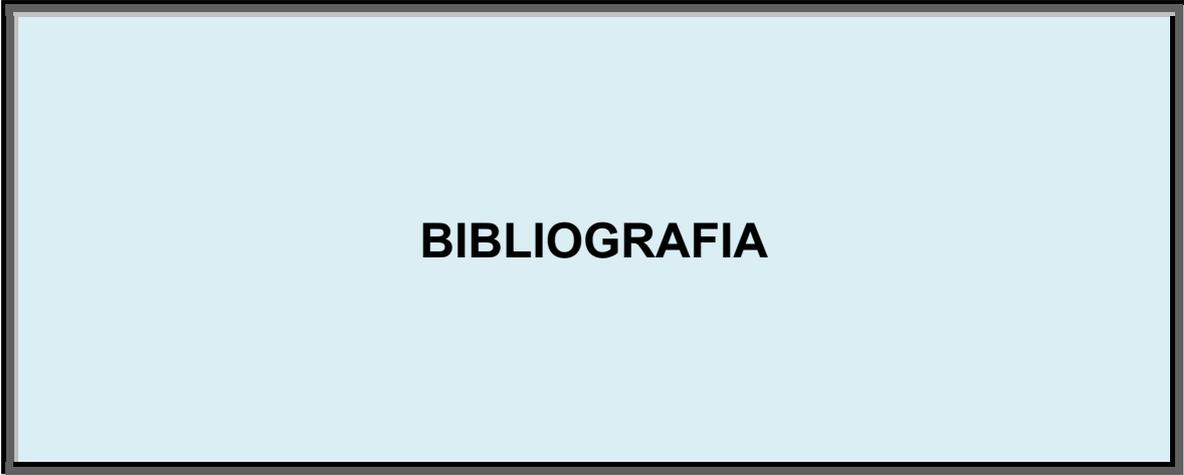
De otra parte, podemos también sugerir que se establezcan protocolos de colaboración entre los Agrupamientos de las Escuelas y las Escuelas Superiores de Educación, con el objetivo de que sean efectuadas Acciones de Formación para todos los profesores que se encuentran a cargo de las AECs y

que necesiten de una formación especializada en determinadas áreas de enriquecimiento curricular.

Otra sugerencia que presentamos es la elaboración de una investigación sobre la creación de proyectos de intervención viables, con empresas y diversos servicios públicos o locales de trabajo de los encargados de educación/padres, para que den respuesta a las familias que cada vez más se ven privadas de las relaciones familiares. Sin embargo, en nuestra opinión, este estudio solamente tendrá valor si hay una acción concertada de las varias políticas educativas y sociales, que permitan una mejoría de la calidad de vida de los niños y de sus padres.

Otra línea de investigación puede ser el estudio sobre la importancia de la concepción de materiales lúdico-pedagógicos adecuados a las Actividades de Enriquecimiento Curricular vigentes, sobretudo para los niños con necesidades educativas especiales, y para los casos de existencia de situaciones de multiculturalidad.

También podrían ser efectuados nuevos estudios, con el uso de la metodología cuantitativa, como por ejemplo, la escala de Likert, para que se complemente esta investigación, dándole un carácter más mensurable, porque nuestra intención con el alcance de este trabajo, fue esencialmente preocuparnos con los sujetos y no con el análisis estadístico de los hechos.



**BIBLIOGRAFIA**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

## Referências Bibliográficas

Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação. Um guia prático e crítico*. Porto : ASA Editores.

Almeida, M. E.(1981). *Valor Educativo dos Tempos Livres*. Lisboa: Direcção Geral da Família, Colecção Pensar a Família.

Alves, J.M. (1993). *Organização, Gestão e Projecto Educativo das Escolas*. Porto: Edições Asa.

Ambrósio, T. et al (1992). *Decisões nas Políticas e Práticas Educativas*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Araújo, M.J. (2009). *Crianças Ocupadas*. Lisboa: Primebooks

Asensio A., Josep M. (1993). Cronologia e Educacion”, in *El Tiempo Educativo y Escolar. Estudio Interdisciplinar*. Barcelona: Promociones y Publicaciones

Associação Mundial de Ócio e Recriação (WLRA). (1993). *Carta Internacional para a Educação do Ócio*.

Balandier, G. (1988). *Le Désordre. Eloge du Mouvement*, Paris : Fayard.

Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barroso, J. et al. (Org.) (1998). *A evolução do sistema educativo e o PRODEP: A construção de uma cultura escolar de sobrevivência. Estudo de caso*. (1.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Departamento de Avaliação, prospectiva e planeamento do Ministério da Educação.

Bascolo, L. y Bertrando, P. (1996). *Los Tiempos del Tiempo. Una Nueva Perspectiva para la Consulta y la Terapia Sistémicas*, Barcelona: Paidós.

Bassegy, M. (1984). *Organizacion de la Classe en la Escuela Primaria*. Madrid: Editora Anaya.

Bell, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação: Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação* (1.ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Benavente, A.(1990). *Professores e Processos de Mudança*. Lisboa: Livros Horizonte.

Bisquerra, R. (1989).*Métodos de Investigación educativa*. Guía práctica. Sabadell.

Blázquez E. F. (1993). *El Espacio y el Tiempo en los Centros Educativos, in Organización Escolar - Una Perspectiva Ecológica*. Alcoy: Editorial Marfil. S. A.

Bogdan, R., Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação; uma Introdução à Teoria e aos Métodos*, Trad. Maria João Alvarez et al. Porto: Porto Editora (Colecção Ciências da Educação).

Brito, C. (1991). *Gestão Escolar Participada - na Escola Todos Somos Gestores*. Porto:Texto Editora.

Canário, R. (2005). *O que é a escola? Um olhar sociológico* (1.ª ed.). Porto: Porto Editora.

Canário, R. (1992). *Inovação e Projecto Educativo da Escola*. Lisboa: Educa.

Capdevila, M.L. (2008). *Ocio y Tiempo Libre en Los Centros Educativos*, in *Bordon* nº60 (4) P.51-61.

Capucha, L. (2007). *Planeamento e avaliação de projectos: guião prático*. (1.ª ed.). Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular. Ministério da Educação.

Caride Gómez, J. A. (2000): *Ocio e tempo libre: perspectivas sociais e pedagógicas* (Serie:Pais Galegos de Cidadáns Europeos, nº 20). Xunta de Galicia, Santiago de Compostela.

Caride Gomez. J. A. (1998). *Actas das VIII Jornadas LOGSE*, Universidade de Granada: Granada, 23-26 Março.

Caride, G. (1994) Revista. "Los tiempos de la escuela: del discurso al cambio". "Innovación Educativa" N.º4. Universidade de Santiago de Compostela.

Caride Gómez, J. A. (1991). Educacion e Tempo Libre, in *Cuadernos de Psicología*. n.º 11. P. 8-11.

Caride Gomez. J. A. (1991). La Jornada Única. in *Cuadernos de Pedagogía*. n.º 191, Barcelona.

Carmo, H. e Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação - Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carvalho, A. D. (org.) (1995). *Novas Metodologias em Educação*. Porto: Porto Editora.

Carvalho, A. D.(1992). *A Educação como Projecto Antropológico*. Porto: Edições Afrontamento.

Carvalho, A. D. et all (1993). *A Construção do Projecto de Escola*. Porto: Porto Editora.

Carvalho, A. D. (org.) (1995). *Novas Metodologias em Educação*. Porto: Porto Editora.

Ceia, C. (1995). *Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos*. Lisboa: Editorial Presença.

Cerrillo, M. M. (1998). *Contextos de educación formal y no formal en los centros educativos. ¿Separación o integración organizativa?* Lorenzo, M., Ortega, J.A. y Sola, T. (Coords.) Enfoques en la organización y dirección de instituciones educativas formales y no formales. Granada: Grupo Editorial Universitario/Comedes.

Chateau, J. (1967). *L'Enfant et le Jeu*. Col. Faits et Doctrines Pédagogiques. Paris: Les Edition du Scarabée.

Cohen, L. e Manion, L.(1985). *Research methods in education*. London: Routledge.

Cosme, A. e Trindade, R. (2007), *Escola a Tempo Inteiro, Escola para que te quero*. Porto: Edições Profedições, Lda /Jornal a Página da Educação.

Costa, F. A., Peralta, H., & Viseu, S. (Org.) (2008). *As TIC na educação em Portugal: Concepções e práticas* (1.ª ed.). Porto: Porto Editora.

Costa, J. A. et al. (org.) (2000). *Liderança e estratégia nas organizações escolares*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Costa, R. A. (1985). *Administración e Organización da Educación. Fundamentos*. Santiago de Compostela: Tórculo.

Cronbach, L. J. (2004): "*My current thoughts on coefficient alpha and successors procedures*", Educational and Psychological Measurement, vol. 64, n.o 3, pp. 391-418.

Davies,D. et al. (1993).*Os Professores e as Famílias - a colaboração possível*.Lisboa: Livros Horizonte.

Delgado, P. (2006). *Os direitos da criança: Da participação à responsabilidade - o sistema de protecção e educação das crianças e jovens* (1.ª ed.). Porto: Profedições.

Dinello, R. (1997). *Expression y Creatividad*. Montevideo: Ediciones Nuevos Horizontes.

Elias, N. (1989). *Sobre el tiempo*. Madrid: F.C.E.

Escolano, A. (1992). *Tiempo e Educacion. Notas para una Genealogia del Almanaque Escolar*, in *Revista de Educación*, n. º 298, Tiempo y Espacio. Madrid: Mayo-Agosto.

Estáun, S. (1993). “Cronopsicología y Educación”, in *El Tiempo Educativo y Escolar, Estudio Interdisciplinar*. Barcelona: Promociones e Publicaciones Universitaires, S.A.

Estrela, A. (1992). *Pedagogia, Ciência da Educação?* Col. Ciências da Educação. Porto: Porto Editora.

Estrela, A. et al (1991). *Formação de Professores por Competências – Projecto FOCO (uma experiência de Formação Contínua)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Serviço de Educação.

Fermoso, P. (Ed.) (1993). “Teoria Pedagógica y Tiempo”, in *El Tiempo Educativo Y Escolar. Estudio Interdisciplina*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, S. A.

Fermoso, P. (Ed.) (1993). *El Tiempo Educativo y Escolar. Estudio Interdisciplinar*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, S.A.

Fernandes, A. J. (1994). *Métodos e Regras para a Elaboração de Trabalhos Académicos e Científicos*. Porto: Porto Editora.

Fernandes, R., Mignot, A.(org.) *O Tempo na Escola*. Porto: Edições Profedições, Lda.

Ferrer, O. S. (1996). *Le Temps, la Perception, l’Espace, la Mémoire*. Paris: Elipses / Édition Marketing.

Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Edição Monitor.

Frada, J. J. C. (1991). *Guia Prático para a Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos*. 2ª Ed. Lisboa: Cosmos.

Gesell, A. (1977). *A Criança dos 5 aos 10 Anos*. col. O Mundo da Criança. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Ghiglione, R., Matalon, B. (1992). *O Inquérito Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.

*Guia da Reforma Curricular - Documentos de Trabalho* (1992). Lisboa: Texto Editora.

Husti, A. (1985). “Temps Mobile”, in *Rencontres Pédagogiques*. Paris: Instituto National de Recherches Pédagogiques.

Husti, A. (1985). *L'Organizacion du Temps à l'École*. Paris: Institut National de Recherches Pédagogiques.

Husti, A. (1992). “Del Tiempo Escolar Uniforme a la Planificación Móvil del Tiempo”, in *Revista Educación*, n.º 298. Tiempo y Espacio. May – Agosto. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministério de Educación y Ciência.

Husti, A. (1993). *Gestão Flexível do Tempo Escolar - Biblioteca de Apoio à Reforma do Sistema de Ensino*. Lisboa. Ministério da Educação. Departamento de Programação e Gestão Financeira.

La Belle, Thomas J. (1982). *An Introduction to the nonformal education...* In Thomas J. La Belle (Ed.), *Educational alternatives in Latin America* (pp. ... Paulo Freire, movimentos sociais e reforma educativa. Lisboa: Edições Universitárias.

Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2001). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.

Leite, C. & Fernandes, P. (2002). *Avaliação das aprendizagens dos alunos: Novos contextos, novas práticas*. (Colecção Guias Práticos) (1.ª ed.). Porto: Edições ASA.

Lima, J.(2002). *Pais e professores, um desafio à cooperação*. Porto: Edições ASA.

Lorenzo Delgado, M. (2007). *La organizacional y gestión del centro educativo: Análisis de casos Prácticos* (6ª ed.). Madrid: Editorial Universitas, S. A.

Lorenzo Delgado, M. (2007). La escuela como devoradora de formación: construyendo la escuela total. Comunicação apresentada nas X Jornadas Andaluzas de Organizacional y Dirección de Instituciones Educativas, Granada, 17 de Dezembro de 2007. Reproduzido em Lorenzo Delgado, M., Sánchez López, M., Lucena Hinojo, F.J., Núñez López, J.A., Díaz Aznar, I., Reche Cáceres, M<sup>a</sup>.P., Ramos Guerrero, D. (Coordinadores).(2007). *Gestionando los Nuevos Actores y Escenarios de la Formación en la Sociedad del Conocimiento*, animación y gestión del centro educativo). Granada: Ediciones Adhara, S.L.

Ludke, M., André, M. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Pedagogia Universitária.

Marques, R. (1983). *Mudar a Escola - Novas Práticas de Ensino*. Lisboa: Livros Horizonte.

Marques, R.(1993). *A Escola e os Pais. Como Colaborar? Educação Hoje*. Lisboa: Texto Editora.

Mercure, D. (1979). “L’Étude des Temporalités Sociales. Quelques Orientations”. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. LXVII. Paris: Presses Universitaires de France.

Mialaret, G. (1992). “Le Temps des ses Relations avec la Vie Scolaire”, in *Le Temps en education et en Formation*. Actes du Colloque de L’Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique en Education, Mai, Lyon: (L’Afirse).

- Nunes, A. S. (1984). *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Pacheco, J. A. (1996). *Currículo: Teoria e Práxis*. Porto: Porto Editora (Colecção Ciências da Educação).
- Paro, V.H. (2000). *Qualidade de ensino: a contribuição dos pais*. São Paulo: Xamã
- Perrenoud, P. (1995). *Ofício de Aluno e Sentido do Trabalho Escolar*, Porto: Porto Editora.
- Pires, E. L. (1987). *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Porto: Edições Asa.
- Pires, E. L. et al. (1989). *O Ensino Básico em Portugal*. Porto: Edições Asa.
- Polin R. (1993). *A Educação desenvolve as Desigualdades*, in KECHIKIAN, A., *Os filósofos e a Educação*, Lisboa: Ed. Colibri, pp. 20-24.
- Puig, J. M. y Trilla, J. (1987). *Pedagogia del Ocio*. Barcelona: Laertes.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, T. R. (1992). *Tiempo y Sociedad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Ribeiro, A. C. (1989). *Formar Professores, Elementos para uma Teoria e Prática de Formação*. Lisboa: Texto Editora.
- Ribeiro, A. C. (1995). *Desenvolvimento Curricular*. 5ª Ed. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, A., Esteves, M. (1993). *A Análise de Necessidades na Formação de Professores*. Porto: Porto Editora.

Roldão, M. C. (Coord.) (2005). *Estudos de práticas de gestão do currículo - que qualidade de ensino e de aprendizagem?* (1.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Universidade Católica Editora.

Santos, M. A. (1995). *A Vida Quotidiana das Professoras*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).

Sarramona, J. (ED) (1992). *La educacion no formal*. Barcelona: Colección Educacion y Enseñanza, Ediciones Ceac.

Silva, A. S., Pinto, J. M. (orgs) (1987). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

Sola Martinez, T. y Carrillo Ortega, J.A. Y Delgado Lorenzo, M. (1998). Enfoques en la Organización y Dirección de Instituciones Educativas Formales y no Formales. *In Actas de las II Jornadas andaluzas sobre Organización y Dirección de Centros Educativos*. Universidad de Granada: Grupo Editorial Universitario.

Sola Martinez, T. y López Urquizar, N. (1998). Enfoques en la Organización y Dirección de Instituciones Educativas Formales y no Formales. *In Actas de las II Jornadas andaluzas sobre Organización y Dirección de Centros Educativos*. Universidade de Granada: Grupo Editorial Universitario.

Sousa, A.B. (2009). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.

Teodoro, A. (1982). *O Sistema Educativo Português - Situações e Perspectivas*. Lisboa: Livros Horizonte.

Teodoro, A. (2006). *Professores para quê? Mudanças e desafios na profissão docente*. Lisboa: profedições, Lda.

Trilla, J. y Colaboradores (1997). *Animación Sociocultural. Teorías, programas y ámbitos*. Barcelona: Ariel.

Tuckman, B. W. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Unesco (1994). *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Paris

Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

## **Legislação Consultada**

- Constituição da República Portuguesa
- Portaria n.º 419/76, de 13 de Julho (explicita a nova concepção da educação de adultos)
- Lei n.º 46/ 86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)
- Decreto - Lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro (Regime Jurídico da Autonomia da Escola)
- Decreto-Lei n.º172/91, de 10 de Maio (Novo Modelo de Administração e Gestão Escolar)
- Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro (Lei Quadro da Educação Pré - Escolar)
- Despacho Normativo n.º 27/97, de 2 de Junho (Constituição dos Agrupamentos de Escolas)
- Lei n.º 115/ 97,de 19 de Setembro (1ª alteração à LBSE)
- Decreto - Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio (Regime de Autonomia, Administração e Gestão)
- Decreto-Lei n.º 296-A/1998, de 25 de Setembro (acesso e ingresso nos estabelecimentos de ensino superior público e particular e cooperativo)
- Lei n.º 24 /99, de 22 de Abril (alteração do Decreto – Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio)
- Decreto Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de Agosto (Constituição de Agrupamentos de Escolas)
- Decreto-Lei n.º 6/2001, de 6 de Janeiro de 2001 (Princípios Orientadores da Organização e Gestão do Currículo e Avaliação do Ensino Básico)

- Decreto - Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro (Lei Orgânica do Ministério da Educação)
- Lei n.º 1/2003, de 6 Janeiro (aprova o Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior)
- Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro (Competências, composição e funcionamento dos conselhos municipais de educação)
- Despacho Normativo n.º 13313/2003 (2.ª Série) de 13 de Junho (Ordenamento da Rede Educativa)
- Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto (estabelece as bases do financiamento do ensino superior)
- Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março (estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação)
- Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho (regulamenta a criação de Cursos de Educação e Formação com dupla certificação escolar e profissional, destinados preferencialmente a jovens com idade igual ou superior a 15 anos)
- Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro (aprova os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de Ensino Superior)
- Despacho n.º 16795/2005, de 3 de Agosto (define as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de Educação Pré - Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico)
- Lei n.º 49/ 2005, de 30 de Agosto (2ª alteração à LBSE)
- Despacho Normativo n.º 50/2005, de 20 de Outubro (determina a reorganização do trabalho escolar de forma a otimizar as situações de aprendizagem)

- Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, (aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior)
- Despachon.º12591/2006 (2ª série), de 16 de Junho (Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular).
- Despacho n.º 2351/2007, de 14 de Fevereiro (define o estabelecimento de um sistema de avaliação de desempenho capaz de gerar indicadores que permitam verificar, simultaneamente, a qualidade das aprendizagens, a adequação dos programas e a conformidade das práticas lectivas e pedagógicas)
- Despacho n.º 9937/07, de 29 de Maio (regulamenta as acções de formação de curta duração, ajustadas às características de cada aluno, no âmbito do processo)
- Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro (aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário).
- Despacho n.º 14460/2008 (2ª série), de 26 de Maio (1ª alteração ao Despacho 12591/2006 -Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular).
- Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de Junho (alteração do Decreto -Lei n.º 74/2006, de 24 de Março)
- Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto (Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré -escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade)

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

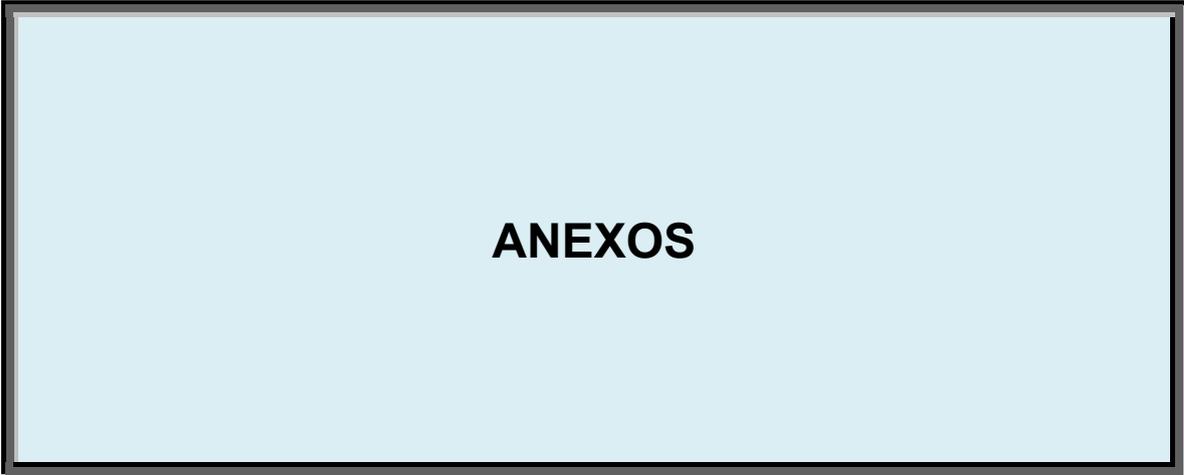
---

## **Webgrafia**

- <http://sitio.dgidc.min-edu.pt/Search/Results.aspx?k=actividades%20de%20enriquecimento%20curricular>
- [Http://min-edu.pt/np3content/?newsId=2098&fileName=despcho\\_14460\\_2008.pdf](Http://min-edu.pt/np3content/?newsId=2098&fileName=despcho_14460_2008.pdf)

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---



**ANEXOS**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**ANEXO I**

**Carta de pedido de autorização à Presidente do Conselho  
Executivo do Agrupamento de Escolas  
Avelar Brotero- Odivelas**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

Paula Maria Sequeira Farinho  
Odivelas  
Email: paula.farinho@gmail.com

À  
Senhora Presidente do  
Conselho Executivo do Agrupamento  
de Escolas Avelar Brotero

Odivelas, 8 de Fevereiro de 2009

Eu, Paula Maria Sequeira Farinho, Professora no Instituto Superior de Ciências Educativas, em Odivelas, encontro-me a efectuar o meu doutoramento em Ciências da Educação, pela Faculdade de Ciências da Educação, da Universidade de Granada.

Tendo a Instituição em que lecciono um Protocolo com o vosso Agrupamento, venho por este meio, solicitar a V. Exa., autorização para proceder à realização da Investigação da parte empírica do meu Estudo subordinado ao Tema “Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro - um Estudo Caso”, orientada pelo Senhor Professor Doutor Manuel Lorenzo Delgado, director do Departamento de Didáctica y Organización Escolar da Universidade de Granada.

Agradeço antecipadamente a vossa atenção e fico a aguardar a vossa resposta.

Com conhecimento



Professor Doutor Manuel Lorenzo Delgado

Com os melhores cumprimentos



Paula Farinho

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**ANEXO II**

**Carta de pedido de autorização aos Encarregados de Educação**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

Odivelas, Abril de 2009

Exm<sup>o</sup>(a) Sr (a)

Encarregado(a) de Educação

No âmbito de um Trabalho de Investigação Académica de Doutoramento em Ciências da Educação da Universidade de Granada, subordinado ao tema “ A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro - Um Estudo Caso, solicitamos a S. Exa., a autorização para efectuar um questionário ao seu educando, comprometendo-nos, desde já, a garantir o anonimato e a confidencialidade dos dados obtidos, que serão apenas utilizados no âmbito do estudo acima mencionado. O questionário será realizado nos meses de Maio e Junho de 2009, sendo que qualquer outra recolha de dados fora deste período de tempo não se insere neste estudo.

Desde já, disponibilizamo-nos a ceder os resultados do estudo, se assim o entender.

Agradecendo a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup>, solicitamos que assine a seguinte autorização.

A Doutoranda

Paula Farinho

---

Eu, Encarregado de Educação do aluno \_\_\_\_\_, autorizo/não autorizo (riscar o que não interessa) a aplicação do questionário ao meu educando.

O Encarregado de Educação

---

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**ANEXO III**

**Questionário aos Alunos**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

### **Actividades de Enriquecimento Curricular**

*Este questionário enquadra-se num trabalho de investigação académica no âmbito do Doutoramento em Ciências da Educação da Universidade de Granada.*

*Para o efeito, é importante conhecermos as tuas opiniões acerca do funcionamento e grau de satisfação relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico.*

*Não existem respostas correctas ou erradas, interessa-nos a recolha de opiniões, e, por essa razão, pedimos que sejas o mais sincero possível. É importante que não deixes nenhuma questão em branco.*

*Os dados a obter serão usados apenas para o estudo e são anónimos e confidenciais.*

*Agradecemos desde já, a tua colaboração!*

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**1. Género**

Masculino

Feminino

**2. Idade: \_\_\_\_\_ anos**

**3. Ano escolar:**

1.º ano

2.º ano

3.º ano

4.º ano

**4. Da seguinte lista assinala as AEC's que frequentas:**

	Sim	Não
Actividade Física e Desportiva		
Ensino da Música		
Expressão Plástica		
Expressão Dramática		
Ensino do Inglês		
Apoio ao Estudo		
Tecnologias da Informação e Comunicação		

**5. Em que parte do dia frequentas as AEC's?**

	Manhã	Tarde
Actividade Física e Desportiva		
Ensino da Música		
Expressão Plástica		
Expressão Dramática		
Ensino do Inglês		
Apoio ao Estudo		
Tecnologias da Informação e Comunicação		

**6. As AEC's têm contribuído para melhorares a tua aprendizagem?**

Sim

Não

**Se respondeste sim, assinala em que aspectos.**

	Nada	Pouco	Bastante	Muito
Partilho mais com os meus colegas				
Convivo mais com os meus colegas				
Respeito mais os meus colegas				
Sinto que aprendo melhor				
Relaciono-me melhor com os professores				
Participo mais nas aulas				
Estou mais atento às aulas				
Respeito mais as regras de sala de aula				
Sinto-me mais responsável				
Comporto-me melhor na escola				

**7. Quantas vezes por semana frequentas as AEC's?**

Não  
frequento

1 a 2  
vezes por  
semana

3 a 4  
vezes por  
semana

Todos os  
dias

**8. Onde fazes os trabalhos de casa?**

Apoio ao  
Estudo

Em casa

Noutro  
local

Não faço

**9. Achas a tua escola um espaço confortável?**

Nada  Pouco  Bastante  Muito

**10. Das AEC's que frequentas assinala, com uma  a que mais gostas.**

Actividade Física e Desportiva	
Ensino da Música	
Expressão Plástica	
Expressão Dramática	
Ensino do Inglês	
Apoio ao Estudo	
Tecnologias da Informação e Comunicação	

**11. Achas importante estar nas AEC's?**

Nada  
Importante

Pouco  
Importante

Importante

Muito  
Importante

**12. Gostas do tempo que passas nas AEC's?  (faz uma cruz no quadrado que for a tua resposta)**

Não gosto  
nada

Gosto  
Pouco

Gosto

Adoro

**13. Utilizas no teu dia-a-dia o que aprendes nas AEC's?**

Nunca

Por vezes

Frequen-  
tamente

Sempre

**14. Quando chegas a casa estás cansado?**

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

Nunca

Por vezes

Frequen-  
temente

Sempre

**15. Gostavas de ir para casa mais cedo?**

Sim

Não

**16. Se não frequentares as AEC's, com quem ficas?**

Com os avós  Com a empregada

Sozinho  No A.T.L.

***Obrigado pela tua colaboração!***

**ANEXO IV**

**Questionário aos Encarregados de Educação**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

Actividades de Enriquecimento Curricular

*Este questionário enquadra-se num Trabalho de Investigação do Curso de Doutoramento da Universidade de Granada. Para o efeito, é importante conhecermos as suas opiniões acerca do funcionamento e grau de satisfação relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico.*

*Não existem respostas correctas ou erradas, interessa-nos a recolha de opiniões, e, por essa razão, solicitamos que seja o mais espontâneo(a) possível. É importante que não deixe nenhuma questão em branco.*

*Os dados a obter serão tratados estatisticamente e são, por isso, estritamente anónimos e confidenciais. Responda a todas as questões atentamente.*

*Agradecemos, desde já a sua colaboração!*

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**1. Género**

Masculino

Feminino

**2. Idade**

<20

20-30

31-40

41-50

51- 60

61-70

> 70

**3. Habilitações Literárias:**

Não frequentou a escola .....

1º Ciclo de ensino básico (4º ano de escolaridade) .....

2º Ciclo de ensino básico (6º ano de escolaridade) .....

3º Ciclo de ensino básico (9º ano de escolaridade) .....

10º Ano  11º Ano  12º Ano

Bacharelato  Licenciatura  Mestrado  Doutoramento

**4. Quem responde ao inquérito?**

Mãe

Pai

Avó

Avô

Tia

Tio

Outro: \_\_\_\_\_

**5. Qual é a sua profissão?**

Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e  
Quadros Superiores de Empresa .....

Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas .....

Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio .....

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

- Pessoal Administrativo e Similares .....
- Pessoal dos Serviços e Vendedores .....
- Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas .....
- Operários, Artífices e Trabalhadores Similares .....
- Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem .....
- Trabalhadores não Qualificados .....

**6. O seu educando frequenta as AEC's?**

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não frequenta	1 a 2 vezes por semana	3 a 4 vezes por semana	Todos os dias

**7. Conhece os espaços físicos onde o seu educando pratica as AEC's?**

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não conheço	Conheço pouco	Conheço	Conheço bem

**8. Se conhece, considera adequados os espaços existentes na escola para as AEC's?**

	Nada	Pouco	Suficiente	Muito
Actividade Física e Desportiva				
Ensino da Música				
Expressão Plástica				
Expressão Dramática				
Ensino do Inglês				
Apoio ao Estudo				
Tecnologias da Informação e Comunicação				

9. Considera que o tempo disponível para as AEC's é:

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

Muito pouco

Pouco

Suficiente

Bom

10. Está satisfeito por o seu educando estar a frequentar uma Escola a Tempo inteiro?

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

Nada satisfeito

Pouco satisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

11. Assinale o factor que considera mais pertinente para o desenvolvimento do seu educando com o aparecimento das AEC's no 1.º ciclo:

- Faz actividade mais tempo na escola .....
- Completa o seu currículo como aluno .....
- Faz actividades orientadas .....
- É economicamente mais acessível .....
- Fica sem tempo para brincar .....
- Passa demasiado tempo na escola .....
- Chega muito cansado a casa .....
- Sou impedido de passar mais tempo com o meu educando .....

Outra: \_\_\_\_\_

12. Tem conhecimento dos objectivos das AEC's no currículo do seu educando?

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

Muito pouco

Pouco

Suficiente

Muito

**13.** Se respondeu **Sim**, diga através de quem tomou esse conhecimento:

- |                                       |                          |                                 |                          |
|---------------------------------------|--------------------------|---------------------------------|--------------------------|
| <b>Coordenador da escola</b> .....    | <input type="checkbox"/> | <b>Comunicação Social</b> ..... | <input type="checkbox"/> |
| <b>Professor do seu educando</b> .... | <input type="checkbox"/> | <b>Associação de Pais</b> ..... | <input type="checkbox"/> |
| <b>Auxiliares de Educação</b> .....   | <input type="checkbox"/> | <b>Educando</b> .....           | <input type="checkbox"/> |
| <b>Outro</b> .....                    | <input type="checkbox"/> | <b>Qual?</b> _____              |                          |

**14.** Encontrou no seu educando, alguma motivação em relação as AEC'S?

	Nada	Pouco	Suficiente	Muito
Actividade Física e Desportiva				
Ensino da Música				
Expressão Plástica				
Expressão Dramática				
Ensino do Inglês				
Apoio ao Estudo				
Tecnologias da Informação e Comunicação				

**15.** Tem contacto com os professores das AEC's que trabalham com o seu educando?

	Nada	Pouco	Suficiente	Muito
Actividade Física e Desportiva				
Ensino da Música				
Expressão Plástica				
Expressão Dramática				
Ensino do Inglês				
Apoio ao Estudo				
Tecnologias da Informação e Comunicação				

**16. Qual o seu grau de satisfação em relação ao trabalho desenvolvido por esses profissionais:**

	<b>Não Satisfaz</b>	<b>Satisfaz Pouco</b>	<b>Satisfaz</b>	<b>Satisfaz Bastante</b>
Expressão Motora				
Ensino da Música				
Expressão Plástica				
Expressão Dramática				
Ensino do Inglês				
Apoio ao Estudo				
Tecnologias da Informação e Comunicação				

**17. Das características abaixo mencionadas, dê a sua opinião sobre as implicações da frequência das AEC's.**

Apoio prestado à família no seu período laboral	
Os educandos estão mais indisciplinados	
A escola oferece recursos de apoio	
Conflito entre pais \ filhos sobre os trabalhos de casa	
A escola oferece AEC's	
A escola oferece almoço	
A escola oferece condições de segurança	
Os educandos ficam mais cansados	
Redução do convívio com a família	
Mais gastos financeiros	

***Obrigada pela sua colaboração!***

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**ANEXO V**

**Questionário aos Professores Titulares de Turma**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

## Actividades de Enriquecimento Curricular

*Este questionário enquadra-se num trabalho de investigação académica no âmbito do Doutoramento em Ciências da Educação da Universidade de Granada.*

*Para o efeito, é importante conhecermos as suas opiniões acerca do funcionamento e grau de satisfação relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico.*

*Não existem respostas correctas ou erradas, interessa-nos a recolha de opiniões, e, por essa razão, solicitamos que seja o mais espontâneo(a) possível. É importante que não deixe nenhuma questão em branco.*

*Os dados a obter serão tratados estatisticamente e são, por isso, estritamente anónimos e confidenciais. Responda a todas as questões atentamente.*

*Agradecemos, desde já a sua colaboração!*

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**1. Género**

Masculino

Feminino

**2. Idade**

20-25

26-30

31-35

36-40

40- 50

+ 50

**3. Tempo de serviço docente**

< 1 ano

1 ano

1 a 5

6 a 10

10 a 15

+15 anos

**4. Considera importante a realização de AEC´s na sua escola?**

Nada  
Importante

Pouco  
Importante

Importante

Muito  
Importante

**5. As AEC´s, com os seus alunos, realizam-se:**

Antes das Actividades Lectivas .....

Depois das Actividades Lectivas .....

**6. Das AEC`S abaixo mencionadas, Indique a que considera mais importante**

Ensino  
da  
Música

Actividade  
Física e  
Desportiva

Expressão  
Dramática

Ensino  
do Inglês

Expressão  
Plástica

Tecnologias  
da  
informação e  
comunicação

Apoio  
ao  
Estudo

**7. Considera o tempo disponibilizado para as AEC's:**

<input style="width: 60px; height: 25px;" type="text"/>			
Pouco	Suficiente	Bom	Muito Bom

**8. As AEC's influenciam o comportamento dos alunos em sala de aula?**

<input style="width: 60px; height: 25px;" type="text"/>			
Nunca influencia	Raramente influencia	Influencia	Influencia muito

**9. Considera que os alunos que frequentam as AEC's têm melhor rendimento escolar?**

<input style="width: 60px; height: 25px;" type="text"/>			
Nenhum	Pouco	Algum	Muito

**10. Assinale com um X o grau de satisfação sobre as seguintes questões, significando:**

- |                                    |                                   |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| 1- Muito baixo grau de satisfação; | 2- Baixo grau de satisfação;      |
| 3- Alto grau de satisfação;        | 4- Muito alto grau de satisfação. |

Grau de satisfação	1	2	3	4
Equipamentos e materiais disponíveis				
Motivação dos alunos em relação às AEC's				
Número de alunos por turma				
Relação com o Conselho Executivo				
Relação com os alunos				
Relação com os colegas das AEC's				
Relação com os Encarregados de Educação				
Infra-estruturas da Escola				

**1. Considera positivo o funcionamento geral das Actividades de Enriquecimento Curricular?**

Sim

Não

**2. Das características abaixo mencionadas, dê a sua opinião sobre o grau das implicações da frequência das AEC's**

	Nada	Pouco	Suficiente	Muito
Apoio prestado à família no seu período laboral				
Os educandos estão mais indisciplinados				
A escola oferece recursos de apoio				
Conflito entre pais / filhos sobre os trabalhos de casa				
A escola oferece AEC's				
Almoço gratuito concedido pela escola				
A escola oferece condições de segurança				
Os alunos ficam mais cansados				
Redução do convívio com a família				
Mais gastos financeiros				

***Obrigado pela Colaboração!***

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**ANEXO VI**

**Questionário aos Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

### Actividades de Enriquecimento Curricular

*Este questionário enquadra-se num trabalho de investigação académica no âmbito do Doutoramento em Ciências da Educação da Universidade de Granada.*

*Para o efeito, é importante conhecermos as suas opiniões acerca do funcionamento e grau de satisfação relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico.*

*Não existem respostas correctas ou erradas, interessa-nos a recolha de opiniões, e, por essa razão, solicitamos que seja o mais espontâneo(a) possível. É importante que não deixe nenhuma questão em branco.*

*Os dados a obter serão tratados estatisticamente e são, por isso, estritamente anónimos e confidenciais. Responda a todas as questões atentamente.*

*Agradecemos, desde já a sua colaboração!*

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**1. Género**

Masculino

Feminino

**2. Idade**

- 30

31-35

36-40

41-45

46-50

+50

**3. Tempo de serviço docente**

< 1 ano

1 ano

1 a 5

6 a 10

10 a 15

+15 anos

**4. Qual a Actividade de Enriquecimento Curricular que lecciona?**

Ensino do Inglês .....

Ensino de outras línguas estrangeiras .....

Actividade Física e Desportiva .....

Ensino da Música .....

Expressão Dramática .....

Expressão Plástica .....

Tecnologias da Informação e Comunicação .....

**5. Tem qualificação para leccionar esta Actividade de Enriquecimento Curricular?**

Sim

Não

**6. Conhece o despacho nº14460/2008?**

Sim

Não

7. Se respondeu afirmativamente, diga se concorda com o seu teor?

Sim  Não

8. Está satisfeito(a) com a entidade promotora das AEC's que o contratou?

1-Nada Satisfeito  2- Pouco Satisfeito   
3- Satisfeito  4- Totalmente Satisfeito

9. Assinale com um  grau de satisfação sobre as seguintes questões, significando:

1- Muito baixo grau de satisfação 2- Baixo grau de satisfação  
3- Alto grau de satisfação 4- Muito alto grau de satisfação

Grau de satisfação	1	2	3	4
Equipamentos e materiais disponíveis				
Horário disponibilizado para a realização das AEC's				
Número de horas semanais atribuídas				
Motivação dos alunos em relação às AEC's				
Número de alunos por turma				
Remuneração auferida				
Relação com o Conselho Executivo				
Relação com os alunos				
Relação com os colegas das restantes AEC's				
Relação com os colegas (Professores Titulares das Turmas)				
Relação com os Encarregados de Educação				
Condições físicas da Escola				

10. Considera positivo o funcionamento geral das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Sim  Não

**11. Das implicações da frequência das AEC`s, abaixo mencionadas, indique aquela que considera mais pertinente**

Apoio prestado à família no seu período laboral	
Os educandos estão mais indisciplinados	
A escola oferece recursos de apoio	
Conflito entre pais \ filhos sobre os trabalhos de casa	
A escola oferece AEC's	
A escola oferece almoço	
A escola oferece condições de segurança	
Os educandos ficam mais cansados	
Redução do convívio com a família	
Mais gastos financeiros	

**Obrigado pela Colaboração!**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**ANEXO VII**

**Questionário ao Pessoal não Docente**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

## Actividades de Enriquecimento Curricular

*Este questionário enquadra-se num trabalho de investigação académica no âmbito do Doutoramento em Ciências da Educação da Universidade de Granada.*

*Para o efeito, é importante conhecermos as suas opiniões acerca do funcionamento e grau de satisfação relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico.*

*Não existem respostas correctas ou erradas, interessa-nos a recolha de opiniões, e, por essa razão, solicitamos que seja o mais espontâneo(a) possível. É importante que não deixe nenhuma questão em branco.*

*Os dados a obter serão tratados estatisticamente e são, por isso, estritamente anónimos e confidenciais. Responda a todas as questões atentamente.*

*Agradecemos, desde já a sua colaboração!*

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**1. Género**

Masculino

Feminino

**2. Idade**

- 30

31-35

36-40

41-45

46-50

+50

**3. Tempo de serviço**

<1 Ano

1 Ano

1 a 5

6 a 10

10 a 15

+15 Anos

**4. Considera importante a realização de AEC's na sua escola?**

Nada  
Importante

Pouco  
Importante

Importante

Muito  
Importante

**5. As AEC's influenciaram o seu horário de trabalho?**

Sim

Não

**6. Considera que a sua escola tem condições materiais para a realização das AEC's?**

Nenhumas  
condições

Poucas  
condições

Algumas  
condições

Muitas  
condições

7. As AEC's obrigam-no a um trabalho extra na arrumação dos espaços?

Nenhum      Muito pouco      Algum      Muito

8. Ao conviver com os alunos, considera que estes se encontram motivados para a realização destas actividades?

Nada      Pouco      Suficiente      Muito

9. Que valor formativo encontra nas AEC's?

Nenhum      Pouco      Suficiente      Muito

10. Da seguinte lista assinale a Actividade de Enriquecimento Curricular, que em seu entender, é mais relevante para a formação geral dos alunos

	Nada	Pouco	Suficiente	Muito
Actividade Física e Desportiva				
Ensino da Música				
Expressão Plástica				
Expressão Dramática				
Ensino do Inglês				
Apoio ao Estudo				
Tecnologias da Informação e Comunicação				

**Obrigado pela atenção!**

**ANEXO VIII**

**Guião da Entrevista à Vice-Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero - E1**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**Guião da Entrevista à Vice-Presidente do Conselho Executivo do  
Agrupamento de Escolas Avelar Brotero - E1**

**Guião da Entrevista**

**Tema:** Critérios de selecção das Escolas para a contratação de Empresas de Actividades de Enriquecimento Curricular.

**Objectivos:**

- Perceber quais são os critérios de selecção para a escolha de determinada entidade parceira;
- Conhecer como foram realizadas essas parcerias;
- Saber se as parcerias estão ou não a ter sucesso.

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

### **Questões**

1. Que idade tem e quantos anos de serviço?
2. Qual a sua formação académica?
3. Conhece a forma como se processa a selecção das empresas responsáveis pela dinamização das AEC's nas escolas do agrupamento?
4. No caso em que as escolas não são responsáveis pela selecção das empresas, até que ponto é que deveriam ter um papel activo na selecção das mesmas?
5. Está satisfeita com o desempenho das entidades responsáveis pela dinamização das AEC's?
6. Como qualifica a relação entre os professores titulares e os professores das AEC's?
7. Quais as Actividades de Enriquecimento Curricular existentes nas várias escolas pertencentes ao Agrupamento?
8. Tem algum feedback por parte dos Pais, Alunos, Professores e Auxiliares da Acção Educativa sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular? Quais?
9. Quais as consequências que estas AEC's trouxeram para a organização e gestão das escolas?
10. Considera que estas Actividades contribuem para a melhoria do rendimento escolar dos alunos e para a igualdade de oportunidades por parte destas crianças?
11. Quem é a entidade responsável pela avaliação do trabalho desenvolvido nas AEC's? Que tipo de instrumentos são utilizados nessa avaliação?

12. Qual a sua avaliação relativamente à implementação das AECs nas escolas?
13. Na sua opinião, concorda com o tempo de permanência dos alunos no espaço escolar?
14. Considera que o actual modelo de Actividades de Enriquecimento Curricular é o melhor modelo? Porquê?
15. Que sugestões gostaria de apresentar para melhorar a implementação destas actividades?

**ANEXO IX**

**Transcrição da Entrevista à Vice-Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero - E1**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**Transcrição da entrevista à Vice-Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero - E1**

**Entrevistadora:** Queríamos então saber que idade tem e quantos anos de serviço?

**Entrevistada:** Tenho 49 anos e 26 anos de serviço.

**Entrevistadora:** E a sua formação académica qual é que é?

**Entrevistada:** Como formação inicial tenho o Curso de Educadora de Infância e depois em 1991 obtive a licenciatura em Administração e Gestão Escolar e, mais tarde, fiz o mestrado em Ciências da Educação.

**Entrevistadora:** E conhece a forma como se processa a selecção das empresas responsáveis pela dinamização das AEC's nas escolas do Agrupamento?

**Entrevistada:** Sim, quer dizer, nós temos quatro escolas e o sistema não é igual em todas, ou seja, em duas das escolas foi feita uma parceria entre a Associação de Pais, o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal de Odivelas, porque a Câmara tem que entrar sempre, não é? E aí são as Associações de Pais dessas duas Escolas que contratam a Empresa. Era a mesma, tem sido a mesma, só agora é que mudou. Nas outras duas escolas, o protocolo é feito entre a Câmara e o Agrupamento e aí é a Câmara que contrata as Empresas que curiosamente não tem sido a mesma, contrata as várias empresas de acordo com as actividades que são desenvolvidas nas Escolas.

**Entrevistadora:** Muito bem e nos casos em que as escolas não são responsáveis pela selecção das empresas, até que ponto é que acha

que as Escolas deviam ter um papel mais activo na selecção das Empresas? Se acha que deveriam ter e até que ponto?

**Entrevistada:** As Escolas não têm um papel muito activo na selecção das empresas, mas têm acesso e consultam os currículos dos docentes que são colocados, não é? Na minha opinião, os professores das AEC's deveriam ser colocados no Agrupamento pelo Ministério da Educação e deveriam também ser colocados professores pela DREL, para mim era assim também para as AEC's. Até porque muitos poderiam ser os mesmos, poderiam ter horário curricular na escola e ter horário nas AEC's. Aí sim, era muito mais fácil porque nós não temos tempo para contratar empresas. As empresas mudam, depois saem os professores, os professores não estão seguros porque é assim, as empresas contratam os professores, mas se o professor é chamado para o Estado, deixa a Empresa e vai-se embora. Ao passo que se fosse no caso do Estado haveria também uma maior articulação porque eram todos professores do Agrupamento e assim não. Nós lidamos com professores do Agrupamento e lidamos com professores contratados pelas empresas. Eu não defendo que seja o Agrupamento a contactar as Empresas, mas deveriam ser professores colocados para o Agrupamento todo, uma vez que o Agrupamento tem a oferta das AEC's, então porque não o Ministério colocar também os professores para as AEC's.

**Entrevistadora:** Está satisfeita com o desempenho das entidades responsáveis pela dinamização das AEC's?

**Entrevistada:** Sim, de uma maneira geral. Já estamos há cinco anos em Agrupamento, as AEC's só começaram há três, penso que há três, pois, no 1.º ano, ainda estávamos constituídos como Comissão Executiva e não tivemos. No 2.º ano, houve só Ensino do Inglês e depois então é que tem havido mais actividades. De uma maneira geral, sim, os

primeiros anos foram difíceis. O primeiro ano foi muito difícil porque nem o Agrupamento estava habituado, nem a Câmara estava e os outros professores também nunca tinham trabalhado nesses moldes, nem conheciam as AEC's e faltavam muito. Foi difícil, principalmente numa escola que tinha horário normal e é o que a lei manda e é o que o Ministério quer que venha a acontecer, mas foi a escola que teve mais problemas. Porquê? O que acontecia, como tinha 14 turmas e estavam todas no horário normal, das 9H às 15H, era que todas as actividades se desenvolviam das 15.30 às 17.30 e isso fazia com que houvesse quatro turmas a ter Inglês, quatro turmas a ter Educação Física e a escola não tinha condições para isso. Portanto aí foi muito difícil! Quando mudámos para regime duplo, as coisas melhoraram.

**Entrevistadora:** E como é que qualifica a relação entre os professores titulares e os professores das AECs?

**Entrevistada:** No início também foi difícil, porque foi numa altura em que houve muita mudança de legislação e os professores titulares consideraram que estavam muito sobrecarregados, e de facto estavam. Têm-se limado algumas arestas e temos conseguido já uma melhor articulação. Os professores já são convidados para assistirem às reuniões e depois são tratados os problemas das AEC's. Já nas festas ou nas actividades há também um envolvimento dos professores das AEC's com os professores titulares. Agora, claro que há sempre um pouco a melhorar, nós achamos que essa articulação tem que ser maior, mas já existe.

**Entrevistadora:** E quais são essas Actividades de Enriquecimento Curricular que existem nas várias Escolas do Agrupamento?

**Entrevistada:** Nós temos quatro escolas. Vou falar deste ano. Houve algumas alterações, como por exemplo, na Escola Máxima Vaz em que tínhamos quatro Actividades, e este ano só funcionam três. Temos Actividade Física e Desportiva, Inglês e Apoio ao Estudo que é obrigatório. A E.B.1./J.I D. Dinis é que tem mais actividades a funcionar: Actividade Física e Desportiva, o Ensino do Inglês, o Apoio ao Estudo e Ensino da Música. Depois a E.B.1. António Maria Bravo, como é uma escola muito pequena não tem espaço nenhum, por isso só funciona o Ensino do Inglês e Apoio ao Estudo. Já teve Ensino da Música só para 3.º e 4.º ano, mas as turmas aumentaram e não temos mais espaços disponíveis. A E.B.1. n.º 5, que se situa na Codivel, como é também uma escola pequena e tem pouco espaço, só tem Ensino do Inglês, Apoio ao Estudo e Actividade Física e Desportiva.

**Entrevistadora:** E costuma ter algum feedback por parte dos Pais ou dos Alunos, dos Professores ou mesmo dos Auxiliares da Acção Educativa sobre as AEC's? E que feedback é que costuma ter?

**Entrevistada:** Sim, os professores fazem sempre um relatório de avaliação no fim de cada período. O maior contacto que eu tenho é através das coordenadoras. Essa informação passa através das coordenadoras, em que sabemos se os pais não estão satisfeitos ou se existe algum problema. As coordenadoras é que contactam com o Conselho Executivo e portanto a Coordenadora do Estabelecimento é o elo de ligação. Em relação às Auxiliares também, claro que elas se queixam porque o trabalho aumentou. Os meninos estão muito mais tempo nas escolas. É necessário haver muito mais limpeza e muito mais higiene, eles estão mais tempo e, portanto, elas queixam-se um bocadinho da sobrecarga porque o funcionamento das AEC's não implica que se coloquem mais auxiliares, o que, na nossa opinião, deveria acontecer.

**Entrevistadora:** E os alunos, acha que eles gostam?

**Entrevistada:** Dos alunos tenho o feedback também por parte das coordenadoras, que por sua vez, as professoras titulares lhe transmitem. Mas há actividades que eles gostam muito, por exemplo a Iniciação à Música. Gostam muito também da Actividade Física e Desportiva. No Inglês nós esperamos que venha a haver mais resultados porque até agora o que se pretendia era que houvesse uma articulação entre os programas que são dados nas AEC's e entre os programas que são dados aqui e vamos ver se este ano conseguimos fazer essa articulação. Porque como há um programa para as AEC's, o programa não foi mudado e como não foi mudado às vezes eles já ouviram nas AEC's, mas aqui têm que ouvir outra vez porque há meninos que vêm para aqui, nem todos tiveram AEC's. Mas também o que as professoras dizem aqui de Inglês é que eles aprendem palavras soltas e aqui o que se pretende é diferente, como sejam a construção de frases, portanto as bases e as regras não estão presentes. Não há assim aquela ligação que deveria haver.

**Entrevistadora:** Já percebemos que aqui as auxiliares por vezes se mostram descontentes...

**Entrevistada:** Mas colaboram!

**Entrevistadora:** Sim, mas colaboram. Quais as consequências que estas AEC's trouxeram para a organização e gestão das escolas?

**Entrevistada:** Quais as consequências? Quer dizer, conseguimos dar respostas aos encarregados de educação. Os alunos estão mais tempo nas escolas.

**Entrevistadora:** Tiveram de se organizar de outra forma ou...?

**Entrevistada:** Oh, sim! Isso foi complicado.

**Entrevistador:** Tiveram de estar mais tempo?

**Entrevistada:** Sim. Houve alteração de horários porque isso teve que ser feito.

**Entrevistadora:** Espaço físico?

**Entrevistada:** Espaço físico é que é o caos. É mau.

**Entrevistadora:** E a nível dos materiais?

**Entrevistada:** A nível de materiais, no 1.º ano, mesmo assim a Câmara até fez o esforço de pedir, fez-se um levantamento das necessidades e tem-se vindo a adquirir. Por outro lado, existem os materiais da escola que também são utilizados e houve materiais da Câmara comprados mesmo para as actividades. De certeza que também não é o ideal, o que nós queremos é sempre mais, não é? Mas têm-se adquirido materiais.

**Entrevistadora:** Considera que estas Actividades contribuem para a melhoria do rendimento escolar dos alunos e para a igualdade de oportunidades para estas crianças?

**Entrevistada:** As professoras dizem que sim. É sempre uma experiência que os meninos têm adquirido novas competências que não tinham e a igualdade sim porque nós damos oportunidade a todos, mas nem todos frequentam ou por opção dos pais ou porque os têm em A.T.L. e não lhes dá jeito porque as actividades às vezes têm que arriscar, não é, porque a actividade, por exemplo, acabou às quatro e vinte e nem sempre os pais podem, mas há meninos que se não fosse assim nunca teriam Inglês, nunca teriam Música, nunca teriam Actividade Física.

Assim, têm essa oportunidade. Agora o que nós precisávamos era de ter realmente espaços para ter uma certa qualidade.

**Entrevistadora:** Quem é a entidade responsável pela avaliação do trabalho desenvolvido nas AEC's? E que tipo de instrumentos é que utilizam?

**Entrevistada:** Há uma ficha de avaliação que é preenchida pelo corpo docente dentro de cada escola e depois a avaliação vem para o Executivo e é enviada para a Câmara e depois faz-se uma reunião com as entidades parceiras e vê-se os pontos fracos, pontos fortes, o que é que há a melhorar, o documento é feito todos os períodos.

**Entrevistadora:** Em conjunto com a Câmara também?

**Entrevistada:** Sim, também.

**Entrevistadora:** E qual é a sua avaliação relativamente à implementação das AEC's nas escolas?

**Entrevistada:** Quer dizer, eu já fui respondendo. Pronto, é importante, mas agora precisávamos que a E.B.1. “António Maria Bravo” fizesse uma maior oferta só que não temos espaços físicos para essa concretização. Para os encarregados de Educação, acho que foi bom. Para os alunos também, porque conseguem adquirir outras competências que não tinham. Agora, nem sempre são dadas as melhores condições, não é? As actividades nem sempre são dadas nas melhores condições.

**Entrevistadora:** E na sua opinião, concorda com o tempo de permanência dos alunos no espaço escolar para a promoção de uma escola a tempo inteiro para eles permanecerem mais tempo?

**Entrevistada:** Nos tempos que correm, tem que ser. Às vezes é demais. Eles às vezes chegam cansados. É porque é sempre o mesmo espaço, mas

não há dúvidas que temos que dar resposta à sociedade que temos. E as pessoas trabalham mais horas e por isso devemos dar essa resposta porque senão qualquer dia a escola pública, se não tiver essa oferta, não tem razão de ser, não é?

**Entrevistadora:** E considera que o actual modelo de Actividades de Enriquecimento Curricular é o melhor modelo? E Porquê?

**Entrevistada:** Eu não sei se, se é o melhor modelo. Pronto, é um modelo que se tem vindo, que nós temos vindo a aferir e a melhorar. Este ano a Câmara propôs-nos que fossem as Associações de Pais a gerir ou a contactar as empresas, a contratar as empresas. Normalmente, eles têm professores substitutos porque têm só uma empresa, é o caso da E.B.1./J.I.D. Dinis.

**Entrevistadora:** Que sugestões é que apresenta para melhorar a implementação destas actividades e melhorar as AEC's?

**Entrevistada:** Tal como já referi anteriormente, seria melhor que os professores das AEC's fossem colocados pelo Ministério da Educação, pois haveria uma maior articulação, porque, por exemplo, o Inglês, reuniam também com o Departamento de Inglês aqui. Era muito mais fácil haver essa articulação.

**Entrevistadora:** Bem, agora que terminámos a nossa conversa, resta-me agradecer a sua disponibilidade para responder a todas as questões que lhe coloquei, o que muito contribuíram para a minha investigação. Obrigada!

**ANEXO X**

**Síntese da Entrevista à Vice-Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero - E1**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**Síntese da Entrevista à Vice-Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero - E1**

<b>Qual a entidade responsável pela selecção da (s) empresa (s) dinamizadoras das AEC's?</b>
Neste Agrupamento, em duas escolas é a Associação de Pais que contrata a Empresa. Nas outras duas escolas é celebrado um protocolo entre Câmara Municipal de Odivelas e o Agrupamento.
<b>Nos casos em que a escola não é responsável pela selecção das empresas, até que ponto é que deveria ter um papel activo na selecção das mesmas?</b>
As escolas não têm um papel muito activo na selecção das empresas, mas têm acesso ao currículo dos docentes que são colocados. O que se podia mudar, era o facto de os professores das AEC's passarem a ser colocados pelo Ministério da Educação e assim pertencerem ao Agrupamento. O que se passa é que muitas vezes os professores desistem das AEC's a meio do ano, porque são colocados no ensino público, o que não dá estabilidade a nenhuma das partes. Se fossem todos professores do agrupamento teriam uma maior estabilidade profissional e não aconteceriam estas situações.
<b>Está satisfeita com o desempenho das entidades responsáveis pela dinamização das AEC's?</b>
Sim, estou satisfeita, apesar de ter sido difícil nos primeiros anos. Ninguém sabia ao certo o que eram as Actividades de Enriquecimento Curricular nem as condições que implicavam. De início houve problemas de várias ordens, mas tinham a ver com os tempos lectivos. Nas escolas que tinham o horário normal foi muito complicado porque estas actividades tinham que decorrer entre as 15:30 e as 17:30, o que fazia com que, por vezes, estivessem quatro turmas a ter Inglês ao mesmo tempo. Depois mudámos para o regime duplo e foi mais fácil.

**Como qualifica a relação entre os professores titulares e os professores das AEC's?**

De início foi difícil porque houve muita mudança e uma sobrecarga horária nos professores titulares. Todos os professores começaram a ficar mais tempo nas escolas. Agora há mais articulação entre professores titulares e os professores das Actividades de Enriquecimento Curricular, o que leva a um maior envolvimento, embora essa articulação tenha ainda que ser maior.

**Quais são as Actividades de Enriquecimento Curricular que existem nas várias Escolas do Agrupamento?**

São quatro escolas no Agrupamento e, por falta de espaço, só funcionam as Actividades de Actividade Física e Desportiva, Ensino do Inglês, Apoio ao Estudo e Ensino da Música.

**Costuma ter algum feedback por parte dos Pais, dos Alunos, dos Professores ou mesmo dos Auxiliares da Acção Educativa sobre as AEC's? E que feedback é que costuma ter?**

Sim, os professores entregam um relatório em cada período. Através das coordenadoras, obtemos o grau de satisfação dos pais e são elas o elo de ligação entre o Agrupamento e os pais. Em relação às auxiliares verifica-se que têm agora uma sobrecarga de trabalho, visto terem que passar mais tempo na escola. Na minha opinião deveriam ser colocadas mais auxiliares.

**Os alunos, acha que eles gostam das Actividades de Enriquecimento Curricular?**

Dos alunos tenho o feedback através das coordenadoras. Há actividades que gostam muito, como o Ensino da Música e Actividade Física e Desportiva. No que diz respeito ao Ensino do Inglês, ainda não conseguimos fazer uma articulação entre o programa das AEC's e o programa curricular do 2.º ciclo. Por vezes quando chegam ao 2.º ciclo já ouviram a matéria, apesar de todos os alunos frequentarem as AEC's.

**Quais as consequências que estas AEC's trouxeram para a organização e gestão das escolas?**

Conseguimos dar resposta aos Encarregados de Educação, e desta forma os alunos estão agora mais tempo nas escolas. Teve que haver alteração de horários e do espaço físico. A nível de materiais, a Câmara fez o levantamento das necessidades e tem-se vindo a adquirir material.

**Considera que estas Actividades contribuem para a melhoria do rendimento escolar dos alunos e para a igualdade de oportunidades por parte destas crianças?**

As professoras dizem que sim. É sempre uma experiência e os meninos adquiriram competências que não tinham. Na igualdade também damos oportunidade a todos. Há alunos que não têm Actividades de Enriquecimento Curricular por opção dos pais.

**Quem é a entidade responsável pela avaliação do trabalho desenvolvido nas AEC's? E que tipo de instrumentos é que utilizam?**

Existe uma ficha que é preenchida pelo corpo docente. Essa avaliação vai para o Conselho Executivo e depois para a Câmara. Aí é feita uma reunião e são avaliados todos os pontos, tanto os negativos como os positivos. Essa avaliação é elaborada todos os períodos.

**Qual é a sua avaliação relativamente à implementação das AEC's nas escolas?**

É importante, mas agora o que precisávamos é que as escolas do agrupamento tivessem uma maior oferta, no entanto, não temos espaços físicos para essa concretização. É bom para todos, para os Encarregados de Educação e para os alunos que desta forma adquirem outras competências.

**Na sua opinião, concorda com o tempo de permanência dos alunos no espaço escolar para a promoção de uma escola a tempo inteiro?**

Nos dias que correm, a sociedade assim o exige porque os pais também trabalham mais horas. A Escola Pública tem como obrigação dar resposta a essas necessidades. No entanto, considero que por vezes os alunos ficam cansados porque estão muitas horas no mesmo espaço.

**Considera que o actual modelo de Actividades de Enriquecimento Curricular é o melhor modelo? E Porquê?**

Eu não sei se é o melhor modelo. É um modelo que se tem vindo a aferir e a melhorar. Se a escola tiver condições para ter uma oferta de qualidade é para continuar com este modelo. A Câmara tem feito um esforço, no sentido de fazer a ligação com as empresas, as escolas e os professores. Agora, naturalmente, que poderá chegar-se, com a experiência, a um melhor modelo. No entanto, penso que os professores das AEC's deveriam ser colocados pelo Ministério da Educação.

**Gostaríamos de saber que sugestão apresenta para melhorar a implementação destas actividades e melhorar as AEC's?**

Penso que uma melhoria possível seria os professores das AEC's serem colocados pelo Ministério da Educação. Por exemplo, os professores do Ensino do Inglês das AEC's reunir-se-iam com o Departamento de Inglês para haver uma melhor articulação dos programas.

**ANEXO XI**

**Guião da Entrevista à Coordenadora da E.B.1. /J.I. D. Dinis – E2**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**Guião da entrevista à Coordenadora da Escola E.B.1/J.I. D. Dinis de Odivelas - E2**

**Tema:** Quais os critérios de selecção das Escolas para a contratação de Empresas de Actividades de Enriquecimento Curricular.

**Objectivos:**

1. Perceber quais os critérios de selecção para a escolha de determinada entidade;
2. Conhecer como foram realizadas essas parcerias;
3. Saber se as parcerias estão ou não a ter sucesso.

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

### **Questões**

1. Que idade tem e quantos anos de serviço?
2. Qual a sua formação académica?
3. Qual a entidade responsável pela selecção da (s) empresa(s) dinamizadoras das AEC's?
4. Esta escolha foi da exclusiva competência da Escola, da Câmara Municipal ou de outra Entidade?
5. Nos casos em que a escola não é responsável pela selecção das empresas, até que ponto é que deveria ter um papel activo na selecção das mesmas?
6. Qual a (s) entidade(s) responsáveis pelas Actividades de Enriquecimento Curricular no presente ano lectivo 2008/2009 nesta escola?
7. Nos casos em que existe mais do que uma empresa, como é realizada a articulação das mesmas para que haja sucesso?
8. Está satisfeita com o desempenho desta (s) entidade (s)?
9. Quais as razões para a satisfação ou insatisfação com o desempenho da (s) entidade (s)?
10. Como qualifica a relação entre os professores titulares e os professores das AEC's?
11. Quais as Actividades de Enriquecimento Curricular existentes na Escola?
12. Tem algum feedback por parte dos Pais, Alunos, Professores e Auxiliares da Acção Educativa sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular? Quais?

13. Quais as consequências que estas AEC's trouxeram para a organização e gestão desta instituição de ensino?
14. Considera que estas Actividades contribuem para a melhoria do rendimento escolar dos alunos e para a igualdade de oportunidades oferecida a estas crianças?
15. Quem é a entidade responsável pela avaliação do trabalho desenvolvido nas AEC's? Que tipo de instrumentos são utilizados nessa avaliação?
16. Qual a sua avaliação relativamente à implementação das AEC's nesta escola?
17. Na sua opinião, concorda com o tempo de permanência dos alunos no espaço escolar?
18. Considera que o actual modelo de Actividades de Enriquecimento Curricular é o melhor modelo? Porquê?
19. Que sugestões gostaria de dar para melhorar a implementação destas actividades de enriquecimento curricular?

**ANEXO XII**

**Transcrição da Entrevista à Coordenadora da  
E.B.1. /J.I. D. Dinis - E2**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**Transcrição da entrevista à Coordenadora da Escola E.B.1/J.I. D. Dinis de Odivelas - E2**

**Entrevistadora:** Que idade tem e quantos anos de serviço?

**Entrevistada:** Tenho 39 anos e tenho 14 anos e meio de serviço.

**Entrevistadora:** Qual a sua formação académica?

**Entrevistada:** Sou formada em professores de 1º Ciclo do Ensino Básico e depois fiz uma formação em Administração e Gestão Escolar.

**Entrevistadora:** Qual a entidade responsável pela selecção da (s) empresa (s) dinamizadoras das AEC's?

**Entrevistada:** A nível do funcionamento das AEC's é uma entidade tripartida, ou seja, é a Câmara Municipal, que de certa forma delegou nas associações de pais, convidou as Associações de Pais a participar neste processo.

E por sua vez as Associações de Pais em conjunto com as coordenações de estabelecimento de conselhos executivos decidiram de facto implementar de acordo com as condições humanas e cívicas de cada estabelecimento.

No caso da E.B./J.I. D. Dinis, em particular, cabe à Associação de Pais escolher através de um concurso público a empresa responsável. Neste momento temos uma nova empresa que coloca os professores das AEC's e com quem nós fazemos uma avaliação periódica em conjunto

com a associação de pais no sentido de verificar se há alterações a implementar ou não, o que é que está a correr bem o que é que está a correr menos bem.

E, fundamentalmente, quando se faz o protocolo para o funcionamento destas actividades, esse protocolo é sempre com a anuência da Coordenação de Estabelecimento e do Conselho Executivo, a Associação de Pais, a entidade da empresa responsável pela colocação dos professores e dado conhecimento à Câmara Municipal de Odivelas, porque acaba por ser uma actividade da escola que envolve verbas, pagamento aos professores, e portanto, é preciso que todas as entidades tenham a noção do que é que está a acontecer, quais são o número de alunos por turma, por ano, que estão a frequentar estas actividades e mediante esse número de alunos e o número de actividades que a escola tem é feito esse pagamento. Portanto tem de haver aqui uma co-responsabilização de todos os elementos.

**Entrevistadora:** Esta escolha foi da exclusiva competência da Escola, da Câmara Municipal ou de outra Entidade?

**Entrevistada:** É assim, inicialmente quando as actividades de enriquecimento curricular foram implementadas na E.B./J.I. D. Dinis era à Câmara que competia a escolha das actividades, tanto que na altura havia o Conservatório D. Dinis, havia uma outra entidade que colocava os professores de Educação Física e havia uma outra entidade que colocava os professores de Inglês.

Atendendo ao facto de a escola nesse ano estar toda em regime normal e ser absolutamente impossível conseguir arranjar professores para dois tempos, para 14 turmas na altura, e como correu tudo muito mal então a Câmara chamou as Associações de Pais e convidou-as a participar neste processo.

Daí que as Associações de Pais em vez de contratarem directamente os professores, optaram por ver quais as empresas que lhes ofereciam melhores condições no sentido de num só pacote ter todas as actividades incluídas e, portanto, é neste momento a Associação de Pais que tem essa competência.

**Entrevistadora:** No caso em que a escola não é responsável pela selecção das empresas, até que ponto deveria ter um papel activo na selecção das mesmas?

**Entrevistada:** A escola acaba sempre por ter um papel activo, porque cabe à escola a potenciação das actividades, quer a nível pedagógico, quer a nível de recursos humanos, se falta algum professor, se não falta, etc.

Eu acho que o papel da escola nesta situação e, em particular, na D. Dinis está muito bem dividido, cada entidade tem a sua função. A Câmara delega e a Associação de Pais, como associação que tem de ser participativa e conhecedora da comunidade educativa e das necessidades da escola, faz uma proposta, mas essa proposta quando a faz para escolher uma empresa, faz mediante determinadas condições da escola.

Ou seja, se há espaços ou não para implementar as actividades, que espaços é que há, que tipo de actividades é que é possível ter, porque depende muito da disponibilidade de salas, e depois depende também se temos espaços que sirvam à prática da Educação Física, que é hoje um dos grandes flagelos, é que as escolas estão dotadas de uma sala para essa situação, mas é uma sala que tem de ser dividida entre 14, 15, 16 turmas.

E portanto, cabe à escola a gestão dos espaços e dos recursos humanos. Este aspecto, criou algumas dificuldades porque o Ministério

da Educação determinou a implementação das AEC's, propôs às Câmaras Municipais e elas aceitaram, a escola considerou que seria uma mais-valia para a comunidade educativa, mas nunca ninguém se lembrou que para implementar actividades é preciso recursos humanos e é preciso perceber se a escola tem ou não tem funcionárias que permitam a higienização dos espaços, o acompanhamento das crianças, no caso de faltar um professor de poderem colmatar essa situação com a vigilância mais adequada e mais correcta das crianças.

Portanto, há ainda muitas falhas, essas falhas neste momento, e à medida que o programa está a ser implementado, vão sendo sempre um motivo de alerta por parte das escolas e que eu estou em crer que no próximo ano haverá naturalmente alterações, nomeadamente, em relação à D. Dinis, porquê? Por vários motivos, em primeiro lugar porque vamos ter mais turmas do que tivemos este ano, em segundo lugar os horários vão ter de ser alguns deles alterados, mais os horários duplos, logo as salas estarão ocupadas, não sei até que ponto poderá haver Actividades de Enriquecimento Curricular e em que moldes e em que horários e em que locais.

Por outro lado, temos aqui também a situação da implementação do Ensino do Inglês que é obrigatório como sabem, não é, de acordo com o novo despacho.

Vamos ver se eventualmente este ano com o protocolo de delegação de competências a nível do Ministério com as Câmaras, nomeadamente, com a Câmara Municipal de Odivelas, se os recursos humanos vão ser aumentados, porque se nós continuarmos com três funcionárias como este ano lectivo certamente será muito difícil implementar qualquer tipo de actividade.

Mas são alertas que nós vamos fazendo, são falhas que nós entendemos como factores a melhorar.

Portanto, as actividades têm um impacto muito positivo se forem estruturadas, se forem planificadas, se houver articulação entre os professores das AEC's com os professores titulares de turma, se os professores titulares de turma, ou mesmo a escola no seu todo, explicar qual é o seu verdadeiro projecto educativo da escola, para haver aqui um entrosamento de todas as partes, mas isso são situações que nós vamos limando à medida que os anos vão passando e que vamos implementando.

**Entrevistadora:** Qual a(s) entidade(s) responsáveis pelas Actividades de Enriquecimento Curricular no presente ano lectivo 2008/2009 nesta escola?

**Entrevistada:** A entidade responsável é a Associação de Pais antes de mais, sempre. A Associação de Pais é a entidade a quem eu reporto qualquer situação, mesmo a nível da contabilização dos alunos para a transferência de verbas, a coordenação de estabelecimento reporta-se sempre à Associação de Pais.

A Associação de Pais passa o conhecimento à empresa. Neste momento temos uma empresa que é a responsável pela colocação de todos os professores de todas as actividades, mas no fundo a entidade que escolhe, que selecciona as empresas é a Associação de Pais.

**Entrevistadora:** Nos casos em que existe mais do que uma empresa, como é realizada a articulação das mesmas para que haja sucesso?

**Entrevistada:** Nós já passámos por essa experiência, pelo menos no primeiro ano e foi uma experiência bastante traumática não só para os alunos,

mas para todos os professores, quer a nível dos professores residentes do D. Dinis, quer a nível dos professores das AEC's.

Porque foi muito difícil arranjar o número de professores suficientes, a escola estava toda em regime normal, chegou a acontecer haver 4,5,6 professores a faltar ao mesmo tempo, o número de auxiliares manteve-se ou diminuiu de alguns anos a esta parte.

E, portanto, foi muito complicado conseguirmos articular, porque depois vinham professores substituir, depois vinham outros que já substituíam o que vinha substituir e portanto houve aqui uma grande confusão.

Pesa embora houvesse periodicamente reuniões, entre o conselho executivo, as coordenações de estabelecimento e as entidades dos representantes das empresas para aferir o que é que estava a acontecer, quantas faltas havia, mas isso por si só não resolvia a situação.

Por essa razão é que é preferível, e eu defendo essa ideia, haver uma entidade responsável por todas as áreas curriculares e por todos os professores.

Por outro lado, a situação foi de tal maneira caótica que nós tivemos de alertar a DREL, os pais também o fizeram, a Associação de Pais também o fez, o nosso Conselho Executivo também o fez e portanto tivemos uma reunião onde conseguimos juntar a Câmara Municipal de Odivelas, as várias entidades envolvidas na altura, o Conselho Executivo e dois representantes da DREL, que foram ver o estabelecimento, foram perceber como é que nós estávamos a fazer e felizmente todas as sugestões que deram para colmatar os problemas que encontrámos, todas elas já tinham sido implementadas na escola e, portanto, não houve solução para a situação.

Eram trezentas e tal crianças a almoçar ao mesmo tempo, eram trezentas e tal crianças a ter actividades ao mesmo tempo e eram sensivelmente 7 ou 8 turmas a frequentarem a Actividade Física e Desportiva ao mesmo tempo, numa sala com uma capacidade de apenas para uma turma. E, portanto, em dias de chuva era caótico.

O ideal é uma entidade responsável por tudo isto, pesa embora eu entenda que quer o conservatório, quer outros institutos a nível do Ensino do Inglês possam dar um contributo importante para as Actividades de Enriquecimento.

Mas é muito difícil porque a maior parte dos colegas que estão a leccionar estas actividades estão colocados em várias escolas ao mesmo tempo e às vezes com um horário extremamente reduzido para se poderem deslocar de umas escolas para as outras e depois há os atrasos e depois há os imprevistos. O ideal é uma entidade só que resolva todos os problemas.

**Entrevistadora:** Então deduzo que tenho sido positiva essa mudança. O facto de passar a haver apenas uma entidade.

**Entrevistada:** Foi extremamente positivo. Nós tivemos de facto que proceder a essa mudança pelo caos que criou, também, vamos lá ver foi o primeiro ano de implementação das AEC's e nesse primeiro ano a D. Dinis implementou três áreas diferentes: a Iniciação à Música, o Ensino do Inglês e a Filosofia para a Criança.

E, de facto, a oferta era variada, o problema estava na necessidade de arranjar professores em quantidade, o que não se conseguia e nenhuma das entidades tinha essa capacidade.

Mas, desde sempre tivemos essas três ofertas além do Apoio aos Estudos, mas esse é sempre dado pelo professor titular de turma.

**Entrevistadora:** Está satisfeita com o desempenho desta (s) entidade (s)?

**Entrevistada:** Esta entidade está há muito pouco tempo na nossa escola, porque houve necessidade de se proceder a uma alteração, porque com a entidade que estava no ano passado, as coisas não correram muito bem, porque acho que não dava grandes condições aos professores.

Por outro lado, para a implementação das AEC's é necessário estabelecer um protocolo e nesse protocolo são delineadas determinadas regras que têm que ser cumpridas por todos: Entidades responsáveis pelas AEC's, Coordenação de Estabelecimento, Escola, Professores titulares de turma, Conselho Executivo e Câmara Municipal.

E, de facto, uma das situações que nós achamos muito importante é que haja, que seja contemplado no horário dos professores um tempo obrigatório para reunir com o corpo docente da escola onde estão a leccionar. Até porque a envolvimento é maior, o conhecimento do estabelecimento é maior, o conhecimento da turma será com certeza mais pormenorizado e, portanto, isso não estava contemplado.

Para além de uma série de situações que os professores realmente reclamaram junto da Associação de Pais. E a Associação de Pais teve de facto a coragem, e que eu admiro muito por isso, de mudar a empresa a dois meses do ano lectivo terminar.

Estou muito satisfeita com esta entidade, porque assumiu todos os professores que já leccionavam na escola, não havendo consequências pedagógicas para os alunos e ninguém ficou desempregado.

A Associação de Pais tem estado a dar um grande apoio nesse sentido e eu estou em crer que no próximo ano as coisas vão com certeza ainda ser melhores, não sei é como é que serão implementadas porque está muito complicado em termos de número de alunos, estamos com a escola absolutamente cheia, neste momento já temos 15 turmas para o próximo ano, mais duas de pré-escolar, mas não sabemos se vamos ter ainda mais, portanto a escola, o edifício não estica, mas vamos ver como é que vamos implementar.

**Entrevistadora:** Quais as razões para a satisfação ou insatisfação com o desempenho da (s) entidade (s)?

**Entrevistada:** Relativamente à satisfação, eu acho que é mais importante, nós dar mais ênfase aos aspectos positivos, porque os aspectos negativos qualquer entidade, seja ela privada ou pública, tem sempre coisas menos positivas a funcionar.

De qualquer das maneiras e relativamente a esta entidade umas das coisas que me parece muito importante tem a ver com o seguinte: quer que nós quando tivermos o nosso plano anual de actividades feito, o façamos chegar para que os professores das AEC's consigam perceber que tipo de actividades a escola vai desenvolver e como é que em termos de AEC's poderão integrar o seu programa de trabalho nas actividades da escola.

Por outro lado, pede-nos também uma coisa, que eu acho que é muito importante, que é o projecto curricular da escola, onde constam: o projecto que vai ser trabalhado, com que finalidade, quem é o público-alvo, quem são os intervenientes, quais são os nossos objectivos para que haja, digamos, um entrosamento do trabalho entre as AEC's e a escola.

Porque as AEC's, ao contrário do que muita gente pensa, têm de ser encaradas como mais um factor de enriquecimento.

Esta empresa elabora uma planificação para o Ensino do Inglês, para o Ensino da Música, para a Actividade Física e Desportiva, é uma planificação que se enquadra muito naquilo que é exigível a nível do 1º Ciclo, enquanto parte curricular, mas simultaneamente quer articular essa planificação com o nosso plano anual de actividades.

Ou seja se hoje é o dia da criança todos vamos trabalhar para o dia da criança, seja o professor titular de turma, seja o professor do Ensino da Música, seja o professor do Ensino do Inglês, estão todos na escola e estamos todos a fazer actividades em prol daquele tema em particular.

**Entrevistadora:** Isso também permite que na própria instituição, a entidade acabe por ter um papel mais activo na formação das crianças?

**Entrevistada:** Mas isso é fundamental, não pode ser de outra forma. Nós não podemos encarar as Actividades de Enriquecimento Curricular como situações isoladas, independentemente, de a criança as não frequentar, e nós temos casos desses, em que não frequentam as actividades por opção da família, quando chegamos ao final do ano fazemos uma festa que é comum, não há a festa das AEC's e a festa da escola e a festa do jardim-de-infância.

O professor titular prepara um conteúdo em conjunto com o professor de Ensino da Música e de Ensino do Inglês do seu grupo, é um trabalho global, é um trabalho de grupo entre todos os professores daquela turma, porque independentemente de ser professor de AEC's não é menos válido, não é menos profissional do que um professor titular que está o dia todo com a criança.

**Entrevistadora:** Como qualifica a relação entre os professores titulares e os professores das AEC's?

**Entrevistada:** Vamos lá ver, aqui há uma dualidade e eu explico porquê, as Actividades de Enriquecimento Curricular, aliás como algumas coisas nos últimos anos na educação têm sido dadas para a escola resolver em catadupa, e há de certa forma alguma resistência, até porque o ser humano é propenso à resistência e à mudança de qualquer coisa, não interessa se é para melhor ou se é para pior, é para mudar não interessa, é contra.

E nós sentimos que a nível dos professores mais antigos, não estou a dizer que é a generalidade, mas eu sinto que no corpo docente da Escola D. Dinis alguns dos professores, alguns dos mais antigos não têm encarado com muito bons olhos as Actividades de Enriquecimento, porque sentem que os miúdos ficam mais cansados, porque há mais burburinho e mais confusão na escola, porque os alunos da tarde e que têm actividades de manhã vão tocar à campainha constantemente, portanto perturba as aulas dos outros colegas.

Portanto, não é fácil encarar como um dos elementos do grupo as AEC's, por parte de alguns titulares. Hoje os professores mais novos encaram as coisas de outra forma, é mais um colega, é mais um parceiro para trabalhar comigo.

Cabe ao professor titular de turma resolver e assumir qualquer situação da turma, independentemente dessa situação ocorrer no âmbito da Actividade Física e Desportiva, ou no âmbito do Ensino do Inglês ou no do Ensino da Música.

Obviamente que se há algum acidente na Actividade Física e Desportiva e o professor titular não está, o professor de Actividade Física e Desportiva resolve, contacta o Encarregado de Educação, encaminha a criança à unidade hospitalar, faz o que entende que tem de ser feito, juntamente com a coordenação ou com o funcionário.

E às vezes há uma certa resistência de alguns colegas porque entendem que é nas AEC's, então se é nas AEC's não é no meu tempo, vou-me embora fechei a porta e acabou.

Ainda há essa filosofia, infelizmente. Outros professores mais novos encaram com muita naturalidade o trabalho conjunto, têm o cuidado de tentar enquadrar o colega das AEC's. de o integrar na turma.

Portanto, há aqui duas situações uma é que vindo o professor das AEC's dá mais trabalho, e às vezes, infelizmente, há muito essa tendência para pensar assim, por outro lado cabe também ao titular de turma supervisionar as Actividades de Enriquecimento da sua turma.

É difícil, trata-se de um processo ainda muito recente, que já passou da fase embrionária, está a crescer, está a começar a dar os primeiros passos e nós estamos a sentir alguma resistência até porque, o facto de haver Actividades de Enriquecimento Curricular pode implicar nos horários dos titulares, ou seja, o professor titular vem dar, por exemplo, duas horas de manhã, pausa, essa pausa é para as actividades de enriquecimento e depois retoma à tarde.

Ora isto para um professor que está com 30 anos de serviço, ou 25 anos de serviço, habituado a fazer a manhã ir embora para casa, porque acha que a escola funciona assim, de um momento para outro mudar-lhes isto tudo, não é fácil, há sempre resistência.

Portanto, há aqui sempre dois pesos e duas medidas, há aqui quem consiga perceber e quem consiga acompanhar a evolução dos tempos e há quem não consiga, mas isso é a natureza humana.

**Entrevistadora:** Então poderemos dizer que se inicia um caminho na partilha entre os professores?

**Entrevistada:** Tem que se iniciar esse caminho e é fundamental que essa partilha seja feita, é muito importante que isso aconteça, pois é necessário tentar perceber que a minha colega da sala da frente pode precisar de um conselho, qualquer troca de ideias, qualquer troca de experiências é sempre importante.

Um colega mais novo poder-me-á ensinar coisas que eu não sei apesar de ter 30 anos de serviço, e eu se calhar também lhe posso dar a ele algumas coisas que são mais-valias para a sua carreira profissional.

Portanto, a partilha é fundamental, mas é preciso que não só os titulares de turma estejam dispostos a essa partilha, mas que os colegas que vêm de novo estejam dispostos a recebê-la e também a dar um pouco de si, os dois têm de dar de si e os dois têm de receber do outro.

**Entrevistadora:** Tem que ser uma troca recíproca entre os professores?

**Entrevistada:** É fundamental, a escola é uma troca recíproca hoje em dia, pois dar aulas, estar com uma turma, não é já só uma questão de vocação é uma questão de missão. A pessoa tem que gostar, tem que sentir e tem de olhar para aquelas crianças que tem à sua frente como se fossem os seus próprios filhos, não são, mas pensar que se calhar não gostaria que fizesse aos seus filhos aquilo que eventualmente um professor pode fazer aos seus alunos.

**Entrevistadora:** Quais as Actividades de Enriquecimento Curricular existentes na Escola?

**Entrevistada:** Neste momento estão em funcionamentos as actividades de Ensino do Inglês, para todos os anos de escolaridade, assim como o Ensino da Música, a Actividade Física e Desportiva e o Apoio ao Estudo.

**Entrevistadora:** Tem algum feedback por parte dos Pais, Alunos, Professores e Auxiliares da Acção Educativa sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular? Quais?

**Entrevistada:** Tenho, geralmente é assim, em relação aos Auxiliares de Acção Educativa o feedback não é muito positivo, porque atendendo ao número de turma que temos, ao espaço físico que temos e se percebermos que temos três auxiliares para 15 turmas a funcionar, com certeza que o feedback não é muito positivo.

Porque ao fim do dia ter 14 ou 15 salas para limpar, mais casas de banho, mais corredores, mais ginásio a distribuir por três funcionárias, certamente que nenhuma funcionária poderá falar muito bem ou pelos menos sentir-se muito motivada, apesar de eu achar que elas são extraordinárias.

No que diz respeito aos pais, temos as duas vertentes, há pais que acham que é extremamente importante, e eu acho que sim, nomeadamente a questão da generalização do Ensino do Inglês, até porque nós já vemos na comunicação social, noutros povos, outras crianças, outros países, cuja língua é completamente diferente, mas que quando entrevistados em inglês respondem perfeitamente. Portanto o inglês é universal, para o domínio das informáticas e acho que é uma mais-valia para os miúdos.

No que diz respeito aos pais devo dizer também, que há pais que ainda não encaram com muita seriedade as AEC's por duas questões. Em primeiro lugar porque é gratuito e eu continuo a achar que não se deve dar nada a ninguém, tem que haver contrapartidas.

Em segundo lugar, porque é uma forma de ter os meninos na escola sem eles se estarem a preocupar com eles em casa. E muitas vezes encaram as Actividades de Enriquecimento Curricular como um prolongamento do ATL.

Felizmente também temos aqueles pais que têm consciência e estão muito mais ligados ao processo educativo dos seus filhos e encaram, de facto, as Actividades de Enriquecimento Curricular com seriedade, justificando sempre que possível as faltas dos seus filhos, dando uma satisfação ao professor e, portanto, isso é muito importante.

Temos aqueles pais que acham que os meninos ficam muito cansados e que estão horas a mais na escola, portanto aqui há opiniões muito díspares.

Em relação aos alunos eles gostam das actividades, é evidente que quando o professor é mais ríspido com eles, eles não gostam tanto, mas isso faz parte do sistema educativo, mas eu penso que na generalidade é enriquecedor para todas as partes.

**Entrevistadora:** Quais as consequências que estas AEC's trouxeram para a organização e gestão desta instituição de ensino?

**Entrevistada:** Relativamente às consequências posso afirmar que foi extremamente problemático implementar estas actividades atendendo aos espaços físicos do estabelecimento.

Foi quase que fazer omeletas sem ovos, poucas salas, muitas turmas e depois porque na generalidade, numa turma de 24 crianças, em regra, as 24 frequentam as actividades, ou seja, são poucos os casos em que só frequentam 15, porque, inicialmente, isto era para frequentar por exemplo 2 ou 3 em cada turma e, inicialmente, poder-se-ia ter pensado nisso, mas infelizmente não, porque os pais trabalham e portanto precisam de ter os seus filhos nalgum lado, e enquanto os têm nas actividades de enriquecimento, porque são actividades gratuitas, não estão a pagar um ATL fora, ou não estão a pagar a uma ama. E portanto aqui é uma forma de eles estarem ocupados e os pais estarem descansados.

Por outro lado, é extremamente complicado em termos de organização de horários, a nível da gestão dos recursos humanos das próprias empresas principalmente quando há muitas turmas em regime normal, é muito difícil arranjar professores para, por exemplo, dois tempos, das 15h30H às 17h30H. São dois tempos em que se eu tiver 15 turmas, quantos professores de Educação Física é que eu vou ter de ter, para dar resposta a essa situação?

Mas por outro lado, também não tenho uma escola dotada com balneários para a prática de Educação Física como se pretende, portanto, começou-se a implementar estas actividades, sem que estivessem reunidas todas as condições necessárias.

Porque depois há que gerir a questão dos apoios ao estudo, que são feitos pelos professores titulares, mas que são titulares que muitos deles estão a fazer a avaliação de docentes do próprio agrupamento e portanto, se estão a fazer isso têm dispensa do Apoio ao Estudo, mas por outro lado, os alunos têm de que estar ocupados com o Apoio ao Estudo, então vai-se buscar os professores de apoio, mas os professores de apoio são só dois, as turmas são 15, portanto há aqui um

conjunto de situações que a pouco e pouco vamos desbravando e vamos percebendo que é de extrema dificuldade dar resposta aos problemas que se vão encontrando.

De qualquer das formas, houve uma coisa que eu achei muito importante que foi a aquisição de muito material para a escola, quer a nível da Actividade Física e Desportiva, quer a nível dos manuais que são dados pela empresa. Por exemplo, quer a nível da Actividade Física e Desportiva, quer a nível do Ensino da Música, nós conseguimos adquirir material através das actividades de enriquecimento curricular que se calhar nos próximos anos nunca conseguiríamos fazê-lo.

A nível de instrumentos musicais, até a própria autarquia ficou muito mais sensibilizada para a situação e tentou no fundo ir arranjar instrumentos musicais noutras escolas que tinham o antigo projecto da música para ir colocar nas escolas maiores com esta actividade de enriquecimento curricular em funcionamento.

Portanto conseguimos arranjar de facto esse material, conseguimos adquirir uma aparelhagem para a escola através das actividades com a candidatura da Associação de Pais, conseguimos material de Educação Física que temos o maior número de material possível para uma turma e o mais diversificado possível desde pinos, a bolas, a cordas, a vários tipos de bolas, para várias tipos de modalidades, balizas que são sempre bem conservadas e são sempre verificadas anualmente, as tabelas de basquete, um conjunto de coletes, temos muito material e isso foi uma grande mais-valia para a escola.

**Entrevistadora:** Então e a quem se poderá atribuir a responsabilidades da aquisição desse material?

**Entrevistada:** Aos professores das AEC's foi-lhes pedido, não só pela Coordenação de Estabelecimento, mas pela entidade, neste caso pela Associação de Pais que fizessem um levantamento do material necessário, porque a escola tinha muito pouco material e então eles fizeram uma listagem bastante completa. Essa listagem passou pela coordenação, nós acrescentámos mais material e solicitamos à Associação de Pais a sua aquisição. Da verba que é transferida via Câmara Municipal para as Associações de Pais para pagar aos professores, uma parte dessa verba foi destinada à aquisição de material, logo, por isso é que os professores não ganham os tais 15 euros por aluno, mas ganham um pouco menos.

**Entrevistadora:** Considera que estas Actividades contribuem para a melhoria do rendimento escolar dos alunos e para a igualdade de oportunidades oferecida a estas crianças?

**Entrevistada:** Eu considero, que de certa forma sim. Contudo, relativamente ao Ensino do Inglês não se adaptaram os programas de 2º ciclo, ou seja, tudo bem temos crianças que se calhar a nível do 1º Ciclo não têm inglês, porque os pais optaram por eles não frequentarem o inglês. No entanto, se nós fomos ver numa turma de 24, 23 alunos frequentam o inglês, ora se eles já vão com conhecimentos de Inglês desde que, e devidamente supervisionado, haja um programa de Inglês devidamente estruturado, com determinado tipo de conteúdos, conteúdos que são básicos, os alunos que chegam ao 5º ano quando começam a trabalhar os conteúdos vão repeti-los. Deste modo, poder-se-á encontrar alguma desmotivação e curiosamente nós estamos a sentir no nosso agrupamento que a nível do Inglês os alunos estão a ter notas mais fracas.

Se se parar um bocadinho para estruturar todas estas situações e percebermos que se calhar se o Inglês começa a ser dado no 1º Ciclo, não vamos no 5º e 6º anos repetir tudo o que foi trabalhado no 1º Ciclo.

Portanto tem que haver aqui uma reestruturação, constituir turmas de alunos que nunca tiveram contacto com o Inglês e turmas de alunos que já tiveram a actividade de enriquecimento curricular de Ensino do Inglês um ano ou dois. Porque é necessário fazer-se uma diferenciação a nível dos programas, ser mais exigente nuns e menos exigente noutros e utilizar estratégias mais diversificadas para que depois não haja o que está a acontecer connosco a nível do 2º e 3º ciclo, onde a desmotivação dos alunos em relação ao Inglês é enorme.

Relativamente à existência de igualdade de oportunidades, ela existe, sem dúvida, pois permite a todos os alunos a frequência destas actividades.

**Entrevistadora:** Talvez e a confirmar-se essa situação os pais dos próprios alunos passassem a dar uma maior importância às actividades.

**Entrevistada:** Sem dúvida nenhuma, nomeadamente ao Ensino do Inglês, à Actividade Física, ao Ensino da Música e isso é uma das situações que ainda hoje nós tivemos a falar na reunião de departamento.

Há agora um projecto do Ministério da Educação que é “*Mais Sucesso, Sucesso Mais*”, ao qual nós nos vamos candidatar, enquanto agrupamento, com o Ensino do Inglês porque realmente o nível de insucesso é bastante elevado. Todos os anos vamos aprendendo e todos os anos vamos mudando. Dentro de pouco tempo iremos realizar uma reunião de Associação de Pais, onde fazemos a assembleia geral de pais e onde gostamos de ouvir o que os pais têm para nos dizer,

sobre o Ensino do Inglês, sobre o funcionamento da escola, sobre as restantes actividades de enriquecimento curricular, queremos aferir tudo.

Mas estas actividades são positivas se num futuro muito próximo conseguirmos olhar para as actividades como uma iniciação, mas se alterarmos o programa, não digo na totalidade, mas a nível dos 5º e 6º anos, isso é fundamental.

**Entrevistadora:** Quem é a entidade responsável pela avaliação do trabalho desenvolvido nas AEC's? Que tipo de instrumentos são utilizados nessa avaliação?

**Entrevistada:** A entidade responsável é a Coordenação de Estabelecimento. Tenho o cuidado de aferir junto da empresa o que é que está a ser leccionado, como é que está a ser trabalhado, que materiais é que estão a ser utilizados, quais são os objectivos a atingir para o desenvolvimento de determinado tipo de temas. Faço com frequência visitas às salas. Eu faço a supervisão, faço a avaliação a nível do trabalho que a entidade faz com a escola, dos programas, da falta dos professores, verifico se há substituições, quem fez a substituição e como é que foi feita.

Depois nós temos uma ficha que nos é dada pela Câmara Municipal, onde é feita a avaliação com um conjunto de perguntas.

**Entrevistadora:** Qual a sua avaliação relativamente à implementação das AEC's nesta escola?

**Entrevistada:** Eu considero que foi uma mais-valia, é positivo, nós temos é infelizmente poucas condições, ou melhor, poderíamos brilhar mais, ter mais sucesso se houvesse aqui uma compreensão de toda a comunidade educativa, dos pais perceberem que as AEC's não são para brincar, nem passar tempo, nem são ATL, dos pais perceberem que têm

de responsabilizar os seus filhos a respeitar mais aquele professor porque ele, quer queiramos quer não, enriquece o aluno e isso é indiscutível.

**Entrevistadora:** Na sua opinião, concorda com o tempo de permanência dos alunos no espaço escolar?

**Entrevistada:** Eu concordo com o tempo de permanência dos alunos no espaço escolar desde que haja condições para que os alunos lá permaneçam, e desde que haja condições para os alunos estarem no espaço escolar ocupados a fazer alguma coisa de útil.

E acho que é importante que os alunos comecem desde muito cedo a terem um determinado ritmo, a ter rotinas e regras.

**Entrevistadora:** Considera que o actual modelo de Actividades de Enriquecimento Curricular é o melhor modelo? Porquê?

**Entrevistada:** Eu acho que não há situações ideais, eu acho que não há modelos ideais, é um modelo.

É sempre bom criticar, mas fazem sempre uma crítica destrutiva e infelizmente não construtiva. Temos que olhar como um modelo construtivo e temos que olhar para as actividades de enriquecimento curricular como a implementação de algo que está a começar a dar os seus primeiros passos, no sentido de melhorar o enriquecimento académico da nossa população e destes futuros adultos do amanhã.

Estou convicta que mais cedo ou mais tarde o professor titular de turma, o professor de 1º ciclo, que é o detentor do saber do Estudo do Meio da Matemática e da Língua Portuguesa vá deixar de ser generalista, nós não sabemos tudo a nível do primeiro ciclo apesar dos programas serem

rudimentares, não sabemos tudo, tem que haver como em qualquer área, como há na saúde, como há no direito, como há noutras áreas profissionais, na educação tem que haver situações de especificidade de conhecimento e de conteúdos.

**Entrevistadora:** Que sugestões gostaria de dar para melhorar a implementação destas actividades de enriquecimento curricular?

**Entrevistada:** Em primeiro lugar pensar o que é que é mais importante na escola. São as Actividades de Enriquecimento Curricular, porque são a bandeira de um determinado momento governativo, ou o que é mais importante são as actividades curriculares?

Temos de dar privilégio às actividades curriculares e se isto é com o objectivo de dotar a criança de mais conhecimentos e mais rica no seu percurso escolar, então é necessário encarar isto com uma seriedade diferente.

Dar a conhecer à população a existência destas actividades e qual a sua importância.

Dotar as escolas de materiais fundamentais, de recursos humanos e infra-estruturas para que a escola possa responder com qualidade à sua população escolar.

**Entrevistadora:** Terminada que está a nossa entrevista, resta-me agradecer-lhe a sua total disponibilidade e o seu contributo para a realização desta investigação. Muito Obrigada!

**ANEXO XIII**

**Síntese da Entrevista à Coordenadora da  
E.B.1. /J.I. D. Dinis – E2**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**Síntese da entrevista à Coordenadora da Escola E.B.1/J.I. D. Dinis de Odivelas – E2**

**Qual a entidade responsável pela selecção da (s) empresa (s) dinamizadoras das AEC's?**

É uma entidade tripartida, ou seja, é a Câmara Municipal, a Associação de Pais e as Coordenações de Estabelecimentos de Conselhos Executivos.

No caso da E.B.1./J.I. D. Dinis, cabe à Associação de Pais escolher em concurso público a empresa responsável pelas AEC's.

**Esta escolha foi da exclusiva competência da Escola, da Câmara Municipal ou de outra Entidade?**

Inicialmente era a Câmara quem seleccionava as empresas, depois a responsabilidade passou a ser da exclusiva competência da Associação de Pais.

**Nos casos em que a escola não é responsável pela selecção das empresas, até que ponto é que deveria ter um papel activo na selecção das mesmas?**

Apesar de a escola não ser a entidade responsável pela selecção das empresas, a mesma acaba por ter sempre um papel activo, pois é a escola quem potencia as actividades.

A escola é responsável, também, pela gestão pedagógica e dos recursos humanos.

**Nos casos em que existe mais do que uma empresa, como é realizada a articulação das mesmas para que haja sucesso?**

A escola D. Dinis já passou por essa experiência e considerou-a bastante traumática. Foi complicado articular as situações entre as duas empresas. Foi uma situação caótica. O ideal é a existência de uma única entidade.

**Está satisfeita com o desempenho desta (s) entidade (s)?**

Apesar do pouco tempo de permanência da entidade na escola, o grau de satisfação é bastante elevado.

**Quais as razões para a satisfação ou insatisfação com o desempenho da(s) entidade(s)?**

A empresa promotora das AEC's faz questão de articular o planeamento das suas actividades com o plano anual de actividades da escola, demonstrando uma preocupação com os conteúdos a trabalhar.

Solicita ainda o projecto de escola e apresenta uma planificação para cada uma das actividades propostas, sempre de uma forma articulada.

**Como qualifica a relação entre os professores titulares e os professores das AEC's?**

Existe uma dualidade, em relação aos professores mais antigos, alguns demonstram uma maior resistência à implementação das AEC's. Por outro lado, os professores mais novos encaram o professor das AEC's como mais um colega e um parceiro para trabalhar.

É importante que se promova entre os professores uma troca recíproca, no sentido de desenvolver um trabalho profícuo com os alunos.

**Quais as Actividades de Enriquecimento Curricular existentes na Escola?**

Neste momento existe o Ensino do Inglês, para todos os anos de escolaridade, assim como a Iniciação à Música, a Actividade Física e Desportiva e o Apoio ao Estudo.

**Tem algum feedback por parte dos Pais, Alunos, Professores e Auxiliares da Acção Educativa sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular? Quais?**

Em relação às auxiliares de acção educativa o feedback não é muito positivo, pois o trabalho é muito para apenas três funcionárias. Em relação aos pais existem duas vertentes, os que consideram as actividades importantes e os que desvalorizam as actividades, dizendo que os meninos ficam muito cansados. Os alunos gostam das actividades.

**Quais as consequências que estas AEC's trouxeram para a organização e gestão desta instituição de ensino?**

Foi bastante problemático implementar estas actividades, atendendo aos espaços físicos do estabelecimento. A organização dos horários e dos recursos humanos, também foi extremamente complicado, por exemplo, em relação à Actividade Física e Desportiva não existem balneários.

No entanto, um dado positivo foi a aquisição de muito material escolar.

**Considera que estas Actividades contribuem para a melhoria do rendimento escolar dos alunos e para a igualdade de oportunidades oferecida a estas crianças?**

De uma certa forma sim, mas existem ainda alguns ajustes a fazer. Na questão do Ensino do Inglês seria importante uma adaptação dos programas do 2º ciclo. É importante que exista um programa devidamente estruturado e diferenciado, sendo o mesmo supervisionado para não promover a desmotivação dos alunos.

Relativamente à igualdade de oportunidades, ela existe, sem dúvida, pois permite a todos os alunos a frequência destas actividades.

**Quem é a entidade responsável pela avaliação do trabalho desenvolvido nas AEC's? Que tipo de instrumentos são utilizados nessa avaliação?**

A entidade é a Coordenação do Estabelecimento, que para além da coordenação pedagógica, com alguma frequência visita as salas de aula.

Existe ainda o cuidado de aferir junto da empresa o que está a ser trabalhado, os objectivos e o material utilizado. É feita uma supervisão do trabalho, dos programas, da falta dos professores e das substituições.

Existe também uma ficha que é fornecida pela Câmara Municipal onde é feita essa avaliação.

**Qual a sua avaliação relativamente à implementação das AEC's nesta escola?**

Foi uma mais-valia, no entanto, com melhores condições e com uma maior compreensão por parte de toda a comunidade educativa. Seria importante que os pais responsabilizassem mais os seus filhos e percebessem que as AEC's não são um ATL.

**Na sua opinião, concorda com o tempo de permanência dos alunos no espaço escolar?**

Eu concordo, desde que haja condições para os alunos lá permanecerem a fazer alguma coisa de útil. É importante que os miúdos adquiram ritmo, rotinas e regras de trabalho.

**Considera que o actual modelo de Actividades de Enriquecimento Curricular é o melhor modelo? Porquê?**

Não existem situações ideais, mas temos de olhar o modelo actual como um modelo construtivo e encarar as AEC's como algo que está a começar a dar os seus primeiros passos, no sentido de promover o enriquecimento académico dos alunos.

Estas mudanças são o primeiro passo para melhorar o Sistema Educativo em Portugal.

**Que sugestões gostaria de dar para melhorar a implementação destas actividades de enriquecimento curricular?**

Tem de se dar privilégio às actividades curriculares, no sentido de dotar a criança de mais conhecimento em termos de formação académica e de currículo.

Encarar as actividades como obrigatórias contemplando um horário para os alunos e para os professores de acordo com o seu ritmo e o seu grau de afectividade. É importante dotar as escolas de materiais, infra-estruturas e recursos humanos.

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**ANEXO XIV**

**Guião da Entrevista à Presidente da Associação de Pais da E.B.1. /J.I. D. Dinis – E3**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**Guião da Entrevista à Presidente da Associação de Pais da Escola  
E.B.1/J.I. D. Dinis de Odivelas – E3**

**Tema:** Quais os critérios de selecção da Associação de Pais para a contratação de Empresas de Actividades de Enriquecimento Curricular.

**Objectivos:**

- Perceber quais os critérios de selecção para a escolha de determinada entidade;
- Conhecer como foram realizadas essas parcerias;
- Saber se as parcerias estão ou não a ter sucesso.

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

## **Questões**

1. Há quanto tempo exerce o cargo de Presidente da Associação de Pais?
2. As suas habilitações literárias estão ligadas à Educação ou a profissão que exerce é completamente distinta do cargo?
3. A Associação de Pais recebe apoios financeiros de outras instituições?
4. Como é gerido pela Associação de Pais, o orçamento disponibilizado para as AEC's?
5. Quais os critérios que a Associação de Pais tem em consideração, na selecção da empresa ou empresas parceiras?
6. Como são recrutados os professores das AEC's, pela empresa (s) /parceira (s)? Concorda com esse recrutamento?
7. A Associação de Pais participa na selecção dos professores das AEC's, em conjunto com as empresas?
8. Como define a relação entre a Associação de Pais e as empresas parceiras?
9. Considera que a escola está apta a responder às necessidades das AEC's, tais como materiais e espaços, de forma a garantir um bom funcionamento das mesmas?
10. Como é definida a distribuição horária das AEC's na Escola?
11. Concorda com essa distribuição?
12. Qual a sua opinião sobre a forma como estão a ser desenvolvidas e aplicadas as AEC's?

13. A Associação de Pais está satisfeita com o trabalho desenvolvido pelos professores das AEC's?
14. Acredita que as AEC's trazem benefícios para os alunos nas suas aprendizagens escolares?
15. Na sua opinião, quais são as vantagens e desvantagens das AEC's?
16. Que sugestões gostaria de dar para melhorar a implementação destas Actividades de Enriquecimento Curricular?

**ANEXO XV**

**Transcrição da Entrevista à Presidente da  
Associação de Pais da E.B.1. /J.I. D. Dinis – E3**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**Transcrição da Entrevista à Presidente da Associação de Pais da Escola E.B.1/J.I. D. Dinis – E3**

**Entrevistadora:** Queria então começar por lhe perguntar a idade e as suas habilitações literárias.

**Entrevistada:** Tenho 40 anos e possuo uma licenciatura.

**Entrevistadora:** Nesta área, na educação?

**Entrevistada:** Não, licenciatura em Direito.

**Entrevistadora:** As suas habilitações literárias estão ligadas à Educação ou a profissão que exerce é completamente distinta do cargo? E há quanto tempo exerce o cargo de Presidente da Associação de Pais?

**Entrevistada:** Há um ano.

**Entrevistadora:** E um pequeno à parte... tem filhos no primeiro ciclo?

**Entrevistada:** Sim, um menino e uma menina.

**Entrevistadora:** A Associação de Pais recebe apoios financeiros de outras instituições?

**Entrevistada:** Não, só recebe da Câmara Municipal, de resto é o único apoio que tem.

**Entrevistadora:** Então e como é gerido pela Associação de Pais o orçamento disponibilizado para as AEC's?

**Entrevistada:** A Associação de Pais contrata a empresa que gere as AEC's e o ATL.

**Entrevistadora:** Quais os critérios que a Associação de Pais tem em consideração, na selecção da empresa ou empresas parceiras?

**Entrevistada:** Este ano tivemos que mudar de empresa! Já quase no final do ano, já em Maio. Nós fomos fazendo entrevistas, de todas nós tínhamos de facto alguns critérios, mas depois é assim, só mesmo na prática, vendo na prática, Porque a empresa antiga que nós tínhamos aqui também obedecia, em princípio, a todos os critérios, mas depois na prática não correspondia. Os professores faltavam, os professores não eram substituídos. Havia muitas falhas e tínhamos muitas queixas dos pais, por isso, nós agora tentámos, de facto, que o nosso protocolo suprimisse todas essas falhas já anteriormente verificadas, mas depois só na prática é que conseguimos perceber. Esta empresa está aqui há pouco tempo, nas AEC's está há um mês, portanto até agora tudo bem, mas com um mês é muito pouco para nós vermos se de facto está bem ou não. Um dos critérios utilizado é o dos professores terem a habilitação adequada e terem programas adequados. Porque já tivemos aqui algumas empresas em que não havia programa sequer, o professor chegava e dava o que lhe apetecia na aula e fazia o que lhe apetecia, portanto, nós achámos que isso não podia continuar. Por outro lado é igualmente importante garantir que os professores venham e não falem muito. Estes são alguns dos requisitos que nós exigimos. Há outros mas depois só mesmo com a prática é que se consegue ver.

**Entrevistadora:** E como são recrutados os professores das AEC's, pela empresa?

**Entrevistada:** É da responsabilidade da empresa, portanto, a empresa é que contrata os professores, faz as entrevistas. Nós depois solicitamos uma cópia das habilitações dos professores e do seu currículo. A empresa também nos fornece os programas, nós pedimos os programas de todas as actividades.

**Entrevistadora:** Então à partida concorda com esse recrutamento?

**Entrevistada:** Sim, sim.

**Entrevistadora:** A Associação de Pais participa na selecção dos professores das AEC's, em conjunto com as empresas?

**Entrevistada:** É assim, propriamente na selecção, no recrutamento não, portanto a empresa recruta. Depois há certos professores que com a continuidade nós dizemos que não achamos adequado o seu trabalho e pedimos que seja substituído, mas são casos pontuais.

**Entrevistadora:** Como define a relação entre a Associação de Pais e a empresa?

**Entrevistada:** Considero-a positiva. É uma relação muito cordial existindo uma grande cooperação entre a Associação de Pais e a empresa.

**Entrevistadora:** E considera que a escola está apta a responder às necessidades das AEC'S, tais como os materiais e os espaços, de forma a garantir um bom funcionamento das mesmas?

**Entrevistada:** Relativamente aos espaços aqui na escola e à prática da educação física, de facto não há muitas condições. Estamos à espera, agora que vão começar as nossas obras, de haver um ginásio novo, pois de facto não há muitas condições para a educação física, sobretudo no Inverno, quando está a chover. Quanto às outras actividades, a

associação está sempre muito cooperante em relação a materiais, manuais. Nós temos comprado os manuais para o Ensino do Inglês, o material para o Ensino da Música, para a Actividade Física e Desportiva. Material nós temos, o espaço é que de facto mais complicado.

**Entrevistadora:** E como é que é definida a distribuição horária das AEC'S na escola, a Associação de Pais participa, não participa?

**Entrevistada:** Sim, a Associação de Pais é que é responsável pela elaboração dos horários, com algumas directivas da coordenação e do agrupamento

**Entrevistadora:** E concorda com essa distribuição?

**Entrevistada:** Sim, quando cheguei já era assim, portanto não questioneei, fiz do mesmo modo.

**Entrevistadora:** Qual é a sua opinião sobre a forma como estão a ser desenvolvidas e aplicadas as AEC'S?

**Entrevistada:** Acho que é positivo. Acho que é bastante positivo o facto de haver as AEC'S. Tem-se revelado positivo, temos aqui miúdos muito carenciados, que de outra maneira nunca iriam ter oportunidade de ter o Inglês, ou a Música, portanto por esse lado acho que tem sido muito positivo e muito bom.

**Entrevistadora:** Concorda com a realização destas actividades para a promoção de uma escola a tempo inteiro?

**Entrevistada:** Eu acho que sim. Se calhar, não estão ainda implementadas de forma adequada, mas também não sei qual seria a forma adequada.

**Entrevistadora:** Então a Associação de Pais está satisfeita com o trabalho desenvolvido pelos professores das AEC'S?

**Entrevistada:** Sim, nós estamos satisfeitos.

**Entrevistadora:** Acredita que as AEC'S trazem benefícios para os alunos nas suas aprendizagens escolares?

**Entrevistada:** Eu penso que sim, pois os alunos adquirem novos conhecimentos. Eu noto isso a nível do Ensino do Inglês.

**Entrevistadora:** Na sua opinião quais são as vantagens e desvantagens das AEC'S?

**Entrevistada:** Ora isso é uma pergunta difícil de responder. Como vantagens, as crianças estão mais tempo ocupadas. É verdade que também lhes faz falta o brincar, mas as AEC's contribuem para que eles aprendam e desenvolvam várias actividades. Desvantagens, se calhar quando, não existe um programa como nós tínhamos na escola, um programa adequado, que o professor sabe o que vem dar para a aula, se calhar isso será a desvantagem maior. Porque quando existe um programa, quando eles sabem o que vêm fazer, se vêm por vir, para ocupar mais uma hora aí se calhar os alunos não vão aprender nada, e para o professor também é muito motivador. Agora aquilo que nós temos visto é que aqui na escola tem sido muito bom e tem sido muito positivo.

**Entrevistadora:** Então uma última questão, que sugestões gostaria de dar para melhorar a implementação destas actividades?

**Entrevistada:** Criação de programas para as AEC's que permitam a existência de algumas directrizes e de orientações para os professores. Eu penso sobretudo que a escolha do programa e das orientações, apesar dos

alunos aprenderem com muitas dinâmicas, se fosse uma coisa agradável, uma hora agradável para os alunos e no fundo que eles também aprendessem.

**Entrevistadora:** Terminámos a nossa entrevista e quero agradecer-lhe a sua disponibilidade e o seu contributo para a realização deste estudo. Obrigada!

**ANEXO XVI**

**Síntese da Entrevista à Presidente da Associação de Pais da E.B.1. /J.I. D. Dinis – E3**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**Síntese da Entrevista à Presidente da Associação de Pais da Escola  
E.B.1/J.I. D. Dinis – E3**

<b>A Associação de Pais recebe apoios financeiros de outras instituições?</b>
A Associação de Pais só recebe apoio financeiro da Câmara Municipal de Odivelas.
<b>Como é gerido pela Associação de Pais, o orçamento disponibilizado para as AEC's?</b>
A Associação de Pais contrata uma empresa que gere tanto o ATL como as AEC's.
<b>Quais os critérios que a Associação de Pais tem em consideração, na selecção da empresa ou empresas parceiras?</b>
Temos alguns requisitos dos quais não prescindimos, no entanto, muitas vezes só com a prática é que percebemos se a empresa preenche esses requisitos ou não. Este ano verificou-se isso mesmo, a empresa com o passar do tempo deixou de preencher esses requisitos, pelo que mudámos de empresa. Os requisitos fundamentais consistem no facto de os professores não faltarem e de terem um programa definido. Com esta empresa estamos há pouco mais de um mês, ainda não é tempo suficiente para fazer uma avaliação real, mas até agora estamos satisfeitos. Um outro critério é que os professores tenham habilitações adequadas.

**Como são recrutados os professores das AEC's, pela empresa parceira?**

Nós deixamos essa área a cargo da empresa, a empresa é que entrevista e selecciona. Aquilo que nós pedimos é uma cópia do currículo dos professores e uma cópia do programa de todas as actividades.

**A Associação de Pais participa na selecção dos professores das AEC's, em conjunto com as empresas?**

No recrutamento propriamente dito não. Se no decorrer do ano lectivo não gostamos do trabalho de um professor, alertamos a empresa para que no ano seguinte esse professor seja substituído. No entanto são casos pontuais.

**Como define a relação entre a Associação de Pais e a empresa parceira?**

È uma relação que se caracteriza pela cordialidade, pela cooperação e por uma boa comunicação.

**Considera que a escola está apta a responder às necessidades das AEC's, tais como materiais e espaços, de forma a garantir um bom funcionamento das mesmas?**

Em relação aos espaços e mais particularmente no que toca à Actividade Física e Desportiva, a escola não oferece grandes condições. Faz falta um ginásio com balneário, cuja construção já está planeada. Em relação aos materiais a Associação preocupa-se bastante para que não falem, temos comprado os manuais para o Ensino do Inglês, para o Ensino da Música e para a Actividade Física e Desportiva.

**Como é definida a distribuição horária das AEC's na Escola?**

È a Associação que faz o horário seguindo algumas directivas da coordenação e do agrupamento.

**Qual a sua opinião sobre a forma como estão a ser desenvolvidas e aplicadas as AEC's?**

Falando apenas do caso desta escola penso que o facto de terem as AEC's tem sido positivo. Senão veja-se, temos aqui algumas crianças carenciadas que de outra forma não teriam Inglês ou Música.

**Concorda com a realização destas actividades para a promoção de uma Escola a Tempo Inteiro?**

Na minha opinião, sim. Não sei se foram implantadas da forma mais adequada, no entanto também não sei qual será a melhor forma.

**A Associação de Pais está satisfeita com o trabalho desenvolvido pelos professores das AEC's?**

A nossa insatisfação anterior não era tanto com os professores, mas sim com a empresa em si. A própria relação dos professores com a empresa não era das melhores, daí que até eles se sentissem desmotivados. Se nós contratamos uma empresa para gerir e orientar, é para que ela faça isso mesmo, visto que nós, Associação, não temos a competência necessária para tal. Esta empresa que entrou agora tem sabido gerir e orientar os mesmos professores, o que já se reflectiu no seu trabalho. Acho que o facto de haver um programa definido ajudou bastante e neste momento estamos muito satisfeitos.

**Acredita que as AEC'S trazem benefícios para os alunos nas suas aprendizagens escolares?**

Penso que sim. Desperta-os para a aprendizagem e pela curiosidade do saber, como é o caso do Ensino do Inglês.

**Na sua opinião, quais são as vantagens e desvantagens das AEC's?**

Embora as crianças precisem de tempo para brincar, isso não ocupa o tempo todo. O facto de terem as AEC's faz com que estejam ocupadas de uma forma lúdica, e que, ainda assim retirem aprendizagens desse tempo. A única desvantagem é quando não existe um programa definido, os professores dão o que lhes apetece verificando-se por vezes que nem é o adequado.

**Que sugestões gostaria de dar para melhorar a implementação destas Actividades de Enriquecimento Curricular?**

Nunca reflecti sobre o assunto, mas se calhar a sugestão que deixava, é que se criassem alguns programas ou directrizes sobre o que trabalhar. Sem dúvida que o objectivo das AEC's é que sejam actividades lúdicas, no entanto, quando assumi o cargo achei que todos andavam um pouco perdidos neste aspecto.

**ANEXO XVII**

**Guião da Entrevista à Responsável da Empresa– E4**



**Guião da Entrevista à Responsável pela Empresa – E4**

**Tema:** Quais os critérios de selecção dos docentes e organização das AEC's na Escola utilizados pela Empresa Parceira

**Objectivos:**

- Perceber quais os critérios de selecção para a escolha de determinada entidade; - Conhecer como foram realizadas essas parcerias;
- Saber se as parcerias estão ou não a ter sucesso.



### **Questões**

1. Idade
2. Profissão
3. Como faz o recrutamento dos Docentes para a Leccionação das Actividades de Enriquecimento Curricular?
4. A Associação de Pais participa na selecção dos professores das AEC's, em conjunto com as empresas?
5. Qual a importância da apreciação do currículo do professor na selecção deste para a leccionação das Actividades de Enriquecimento Curricular?
6. Segundo o Despacho nº 14460/08, é obrigatório os professores das Actividades de Enriquecimento Curricular possuírem uma licenciatura na sua área de ensino. Este aspecto é analisado na altura da selecção dos professores?
7. Em seu entender, a sua empresa dá resposta a este decreto-lei?
8. Os anos de experiência dos professores são relevantes para a escolha dos professores das Actividades de Enriquecimento Curricular?
9. Aquando dessa selecção, é tido em conta o estabelecimento de ensino superior no qual o professor se licenciou?
10. Considera que estas Actividades estão bem estruturadas?
11. Como é feita a supervisão das AEC's por parte da sua Entidade?
12. No que respeita à remuneração auferida pelos Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular, consegue que a sua empresa cumpra o determinado pela lei?

13. Concorda com essa remuneração?
14. O que acha da comunicação existente entre esta Entidade e a Associação de Pais e a Escola? Há aspectos a melhorar? Quais?
15. Como considera a relação existente entre os professores das AEC's e os professores titulares de turma?
16. Na sua opinião, quais as consequências que as AEC's trouxeram para a organização e gestão da escola?
17. Que sugestões gostaria de dar para melhorar a implementação destas Actividades de Enriquecimento Curricular?

**ANEXO XVIII**

**Transcrição da Entrevista à Responsável da Empresa - E4**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

### **Transcrição da entrevista à responsável pela empresa – E4**

**Entrevistadora:** Para começar gostaríamos de saber a sua idade e a sua profissão.

**Entrevistada:** Tenho 29 anos e sou Educadora de Infância.

**Entrevistadora:** Como faz o recrutamento dos Docentes para a Leccionação das AEC's?

**Entrevistada:** Através da realização de várias entrevistas e depois há um período de selecção.

Há professores que a meio do ano acabam por ser colocados e nós temos que os substituir Em termos de contratação, e falo pela nossa empresa e por todas as outras que eu também sei como é que funcionam, os professores também sentem que é um trabalho que não lhes dá segurança. Pronto, passa muito pelos recibos verdes. Por isso nós ficamos também um pouco inseguros, tal como eles também ficam um pouco inseguros e depois acabamos por se calhar ter bons professores mas depois, em termos de responsabilidade e profissionalismo ficam um pouco aquém daquilo que nós estamos à espera. Neste momento, estamos a coordenar 70 professores a nível de AEC's, por isso já é um volume bastante elevado. Estamos a pensar para o próximo ano lectivo celebrar contratos com estes professores, de forma a dar a cada um uma estabilidade mas também dar-lhes possibilidade de evoluir um pouco mais também em termos profissionais. Porque muitas vezes quem concorre para as AEC's é porque de facto não vai conseguir colocação no ensino público. Pronto, ou então

consegue no público, mas uma carga horária reduzida e quer complementar. Acaba sempre por ser um bocadinho encarado como um trabalho de uma segunda hipótese. Quem trabalha connosco tem que o fazer com a mesma dedicação da de um professor titular. Se calhar até têm que se empenhar um pouco mais porque o professor titular é aquele que os meninos conhecem desde o primeiro ano, e o que acontece é que quando chegam ao professor das AEC's, como por exemplo o de Ensino do Inglês, que só aparece três vezes por semana ou duas vezes por semana, não é encarado como um professor, é encarado como quase um monitor que pode brincar um bocadinho, por isso têm então que se empenhar ainda um pouco mais.

**Entrevistadora:** Relativamente à Associação de Pais, esta entidade participa na selecção dos professores das AEC's, em conjunto com a empresa?

**Entrevistada:** Neste caso não, e por norma também não. Neste caso, e quando falo neste caso, é porque esta escola passou por uma substituição em Maio de uma empresa para outra, a nossa preocupação era garantir as actividades, a continuidade dos conteúdos programáticos, a continuidade do trabalho que os professores já tinham vindo a fazer. Logo, se fossemos trocar de professor ia ser mau, seria começar do zero. Era voltar a Setembro e não faria sentido nenhum quando estávamos a dois meses de terminar as aulas. Por isso o que fizemos neste caso foi sondar quer a Associação de Pais quer a Escola, se todos os professores de facto eram uma mais-valia, se não eram, se valeria a pena mantê-los todos. Porque a meu ver, faria todo o sentido continuar.

**Entrevistadora:** E para o próximo ano lectivo está a pensar pedir a colaboração da Associação de Pais para o desempenho desta tarefa?

**Entrevistada:** Por norma as Associações de Pais não interferem porque a Associação de Pais é a entidade promotora. E nós somos a entidade,

digamos, gestora que desenvolve as actividades e tudo o que tenha a ver com os professores, conteúdos programáticos, o programa de cada actividade, se aulas estão a ser dadas ou não de acordo com o que está estabelecido, o plano das aulas, tudo isto lá está, é feito e avaliado por nós. A Associação de Pais tem outro tipo de funções. Mas por norma é assim, eu encaro as AEC's como de facto uma parceria tripartida, e acho que em tudo quer a Escola, quer a Associação de Pais, quer nós empresa devemos trabalhar sempre em pé de igualdade.

**Entrevistadora:** E qual é a importância da apreciação do currículo do professor na selecção para a leccionação das Actividades de Enriquecimento Curricular? Qual é a importância que a empresa dá ao currículo do professor na selecção, se tem em conta o currículo para seleccionarem o professor?

**Entrevistada:** Tanto o currículo como a experiência e isso porquê? Já trabalhei com professores que em termos de currículo eram detentores de uma licenciatura. No entanto, em termos de experiência não a têm. Por exemplo, o que eu verifiquei este ano por causa do Ensino da Música, contratei professores em Julho e Agosto e consegui, chegando a Setembro, Outubro já se tornou mais complicado e tivemos que pensar nos currículos relevantes. Neste caso, eu já tenho que olhar mais para a experiência do professor do que propriamente para o seu currículo. Por isso, nesta área específica, o professor do primeiro ciclo que leccione música, não o vai fazer com a mesma qualidade pedagógica que um professor de facto licenciado em Música, ou até que estudou no conservatório.

**Entrevistadora:** Mas no Decreto-Lei nº 14460/2008 diz que é obrigatórios os professores das AEC's terem uma licenciatura na sua área de ensino. Esse aspecto é considerado na altura da selecção?

**Entrevistada:** Sim, sim, sem dúvida. Todos eles são licenciados, aqui o que está em causa é o currículo relevante ou então mesmo possuírem formação na área específica, é essa a diferença, mas há sempre uma licenciatura.

**Entrevistadora:** E em seu entender acha que a empresa dá resposta então a este decreto-lei?

**Entrevistada:** Sim, sim, sem dúvida.

**Entrevistadora:** Os anos de experiência dos professores são relevantes para a escolha dos professores das Actividades de Enriquecimento Curricular, como já referiu. Aquando dessa selecção, é tido em conta o estabelecimento de ensino superior no qual o professor se licenciou?

**Entrevistada:** Não, definitivamente não.

**Entrevistadora:** E como é que é feita a supervisão das AEC's por parte da empresa?

**Entrevistada:** Dada a boa articulação que nós temos com o agrupamento e com a própria escola, porque compete à escola e ao agrupamento fazer a supervisão pedagógica das actividades, nós vamos tendo um feedback, porque são eles, de facto, que fazem os relatórios para depois serem enviados às entidades, seja para a Câmara Municipal, seja para a DREL. Mas nós obviamente vamos ao terreno, supervisionamos. O melhoramento que a própria escola já sentiu é a relação, a íntima relação entre a Associação de Pais e a escola.

**Entrevistadora:** E concorda com estas actividades para a promoção de uma Escola a Tempo Inteiro?

**Entrevistada:** Sem dúvida. Acho que é uma mais-valia, mas de facto devem ser encaradas como actividades lúdicas.

**Entrevistadora:** E no que respeita à remuneração auferida pelos Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular, consegue que a sua empresa cumpra o determinado pela lei?

**Entrevistada:** Sim, sim. Até vos posso dizer, e acho muito bem, que este ano a Câmara Municipal de Odivelas pediu-nos fotocópia do contrato dos professores, precisamente para comprovar o valor que esses professores recebem.

**Entrevistadora:** E concorda com essa remuneração?

**Entrevistada:** Acho que podia ser mais. Acho que poderiam receber mais.

**Entrevistadora:** Os professores estariam mais motivados ou não?

**Entrevistada:** E daí sim, mas não só, acho que a motivação passa muito pelo tipo de contratação. Passa mais por aí do que propriamente pelo valor. A nossa preocupação com a questão da remuneração, passa por fazermos a contratação a termo certo. Logo aí acho que os professores já vão ficar mais motivados. O valor ir-se-á manter, podendo existir até mesmo um bónus para o professor que cumpra, não falhe. Para aqueles que vão a todas as reuniões quando são convocados, participam activamente em todas as festas e em todos os outros eventos, acho que esses professores têm que ser compensados.

**Entrevistadora:** E que sugestões gostaria de dar para melhorar a implementação destas Actividades?

**Entrevistada:** Inovar um bocado estas actividades, sobretudo na criação de uma quarta actividade, na área das TIC's designada, por Armário

Tecnológico. Os meninos vão trabalhar com uns blocos da Ficha Teknik, uns legos e vão trabalhar conceitos científicos e conceitos matemáticos, mas a brincar, lá está.

**Entrevistadora:** Nessa nova área?

**Entrevistada:** Exactamente, nessa nova actividade. O que é que isso exigiu de nós? Exigiu que tivéssemos essa ideia, que eu considero ser uma mais-valia, e que criássemos um programa específico de acordo com as idades dos alunos, saber o que é que já existia no mercado e pedirmos a um engenheiro que neste momento nos está a tratar do programa, e que nos fará a coordenação dos nossos professores para eles próprios depois também poderem serem monitores destas actividades. Acho que todos vão brincar e todos vão aprender.

**Entrevistadora:** Muito Obrigada pela sua colaboração! Foi um prazer entrevistá-la.

**ANEXO XIX**  
**Síntese da Entrevista à Responsável da Empresa - E4**



**Síntese da Entrevista à Responsável pela Empresa – E4**

<b>Como faz o recrutamento dos Docentes para a Leccionação das Actividades de Enriquecimento Curricular?</b>
O recrutamento passa por um período de entrevistas e posteriormente por um período de selecção.
<b>A Associação de Pais participa na selecção dos professores das AEC's, em conjunto com as empresas?</b>
Não, no entanto, como existiu a substituição de uma empresa a meio do ano lectivo e dadas as circunstâncias, foi consultada a Associação de Pais e a escola, para se saber se manteríamos os professores das AEC'S.
<b>Qual a importância da apreciação do currículo do professor na selecção deste para a leccionação das Actividades de Enriquecimento Curricular?</b>
Tanto o currículo como a experiência são dados relevantes para a selecção. No entanto, a experiência tem maior peso. Pois, um professor de primeiro ciclo que dê música, não domina tão bem os conteúdos e não tem a experiência de um professor que tenha estudado no conservatório.

**Segundo o Despacho nº 14460/08, é obrigatório os professores das Actividades de Enriquecimento Curricular possuírem uma licenciatura na sua área de ensino. Este aspecto é analisado na altura da selecção dos professores?**

Sim. Todos os professores das AEC`S possuem uma licenciatura; sem dúvida que damos resposta ao decreto-lei.

**Os anos de experiência dos professores são relevantes para a escolha dos professores das Actividades de Enriquecimento Curricular?**

Sim. Nesta empresa dá-se relevância aos anos de experiência dos professores contratados pela mesma.

**Considera que estas Actividades estão bem estruturadas?**

Na minha opinião o despacho está muito limitado. Mas, dentro do possível temos conseguido cumprir a lei. Tentando deste modo, melhorar e inovar constantemente, introduzindo actividades mais lúdicas. Mantendo também os professores sempre actualizados, dinâmicos e com actividades bem estruturadas.

**Como é feita a supervisão das AEC's por parte da sua Entidade?**

Nós, por vezes, vamos à escola, às turmas ver como estão a decorrer as actividades. Embora, a escola, o agrupamento e a empresa com a boa relação que temos, dá-nos assim um feedback do decorrer das aulas,

**Concorda com estas actividades para a promoção de uma Escola a Tempo Inteiro?**

Sem dúvida alguma. Estas actividades devem ser mais lúdicas. Poderiam até ser do tipo das actividades extracurriculares.

**No que respeita à remuneração auferida pelos Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular, consegue que a sua empresa cumpra o determinado pela lei?**

Sim, sem dúvida. Neste ano lectivo a Câmara Municipal de Odivelas, pediu-nos a fotocópia do contrato dos professores. O que a meu ver, foi uma atitude correcta. Pois, assim podem comprovar o valor que os professores das AEC'S recebem.

**O que acha da comunicação existente entre esta Entidade e a Associação de Pais e a Escola? Há aspectos a melhorar? Quais?**

No que se refere a esta escola, poderia ser melhor. Visto que, ainda não conheço a Direcção do Agrupamento. Pois, foi tudo muito em cima da hora, tivemos uma reunião, e assim é difícil estabelecer uma boa comunicação. Mas, sei que a coordenadora desta escola passa toda a informação ao agrupamento. No entanto, gostava que a relação fosse de uma maior proximidade entre todas as entidades colaboradoras.

**Como considera a relação existente entre os professores das AEC's e os professores titulares de turma?**

Considero esta relação muito positiva.

**Na sua opinião, quais as consequências que as AEC´s trouxeram para a organização e gestão da escola?**

No que se refere aos espaços físicos, considero que a escola deveria ter mais espaços disponíveis para a realização das AEC´s.

Quanto aos tempos, existe ainda alguma confusão na organização dos horários, principalmente nas turmas que têm aulas de manhã e de tarde, ou seja horário normal.

**Que sugestões gostaria de dar para melhorar a implementação destas Actividades de Enriquecimento Curricular?**

Uma maior inovação nestas aulas, que é o que estamos a tentar fazer neste momento ao introduzirmos a quarta actividade. Mas para isto, tivemos que criar um programa específico de acordo com as idades dos alunos. Num modo geral, o que nós queremos é que todos aprendam, tanto professores como alunos de uma forma mais lúdica.

**ANEXO XX**  
**Guião da Entrevista ao Técnico do Departamento da Educação da Câmara Municipal de Odivelas - E5**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**Guião de Entrevista ao Técnico do Departamento de Educação da Câmara Municipal de Odivelas – E5**

**Tema:** Quais os critérios de selecção das Escolas para a contratação de Empresas de Actividades de Enriquecimento Curricular.

**Objectivos:**

- Perceber quais os critérios de selecção para a escolha de determinada entidade;
- Conhecer como foram realizadas essas parcerias;
- Saber se as parcerias estão ou não a ter sucesso.



### **Questões**

1. Considera que a implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular – AEC´s – contribui para a criação de uma Escola a Tempo Inteiro?
2. Considera que a implementação das AEC´s contribui para o sucesso escolar dos alunos que as frequentam?
3. De que modo é feita a articulação entre a Câmara Municipal de Odivelas e os estabelecimentos de ensino básico do 1º Ciclo do Concelho, no que diz respeito à implementação do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular?
4. Como é que a Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora, gere este Programa e como obtém as verbas necessárias para a sua concretização?
5. De que forma são contratadas as entidades parceiras deste Programa?
6. Como é feito o recrutamento dos docentes para a leccionação das AEC´s?
7. Qual a importância da apreciação dos currículos dos professores, na selecção destes, para a leccionação das AEC´s?
8. Quais os critérios aplicados na escolha das actividades a oferecer pelas escolas?
9. 9 – Considera positiva a articulação existente entre os professores titulares de turma e os responsáveis pelas AEC´s?
10. Na sua opinião, a quem compete a supervisão das AEC´s?
11. Considera positivo este modelo de planeamento e organização do Programa das AEC´s?

12. Um dos aspectos mencionados em inquéritos já passados quer a encarregados de educação quer aos professores, é o cansaço manifestado pelas crianças.
13. Qual a sua opinião sobre esta questão?
14. Estão previstas algumas alterações a este modelo, nomeadamente, nos critérios de recrutamento e selecção dos professores das AEC's?

**ANEXO XXI**

**Transcrição da Entrevista ao Técnico do Departamento da Educação da Câmara Municipal de Odivelas - E5**



**Transcrição da Entrevista ao Técnico do Departamento de Educação da Câmara Municipal de Odivelas - E5**

**Entrevistadora:** Considera que a implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular – AEC’s contribui para a criação de uma Escola a Tempo Inteiro?

**Entrevistado:** A implementação do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular tem presente, na sua génese, o esforço de implementação do conceito de “Escola a Tempo Inteiro” visando cumprir os seguintes objectivos:

- Garantir um conjunto de actividades gratuitas que contribuam para a aquisição de aprendizagens enriquecedoras e complementares do currículo dos alunos da rede pública;
- Adaptar o funcionamento da escola à necessidade das famílias, alargando o tempo de permanência na escola por parte dos seus educandos.

**Entrevistadora:** Considera que a implementação das AEC’s contribui para o sucesso escolar e para a existência de uma igualdade de oportunidades dos alunos que as frequentam?

**Entrevistado:** O sucesso escolar dos alunos trata-se de uma questão que é difícil de aferir sem que seja aplicado um instrumento de avaliação específico. A avaliação feita pelo Município de Odivelas em conjunto com os Agrupamentos de Escolas permite apenas apurar os impactos destas actividades para os alunos. Neste sentido, o principal impacto positivo identificado pelos estabelecimentos de ensino prende-se com algum aumento de conhecimentos e competências nos alunos, pelo facto de estas actividades serem leccionadas por docentes especialistas

nas respectivas áreas. Relativamente à igualdade de oportunidades, sem dúvida que as AEC's permitem uma oferta gratuita a todos os alunos.

**Entrevistadora:** De que modo é feita a articulação entre a Câmara Municipal de Odivelas e os estabelecimentos de ensino básico 1ºCiclo do Concelho, no que diz respeito à implementação do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular?

**Entrevistado:** A articulação com os estabelecimentos de ensino do Concelho estabelece--se, sobretudo, com os respectivos órgãos de gestão (Direcção dos Agrupamentos de Escolas), através de contactos frequentes, formais e informais, visando o acompanhamento e avaliação do Programa de AEC's, designadamente no que diz respeito às seguintes dimensões: alunos, docentes das AEC's, funcionamento e organização dos estabelecimentos de ensino.

**Entrevistadora:** Como é que a Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora, gere este Programa e como obtém as verbas necessárias para a sua concretização?

**Entrevistado:** Enquanto entidade promotora, cabe à Câmara Municipal de Odivelas a gestão financeira do Programa em 28 das 30 escolas do ensino básico 1º Ciclo, sendo que no ano lectivo transacto foram estabelecidas parcerias tripartidas que permitem que essa gestão seja partilhada com uma Associação de Pais ou IPSS em 11 estabelecimentos de ensino.

Quanto às restantes duas EB1, as respectivas associações de pais constituíram-se elas próprias como entidades promotoras da candidatura junto do Ministério da Educação, cabendo-lhes por isso a gestão das actividades de enriquecimento curricular.

Prevê-se que ambas se integrem numa parceria com a Câmara Municipal de Odivelas no ano lectivo de 2009/2010.

No que diz respeito à verba transferida por parte do Ministério da Educação para o Município de Odivelas, está de acordo com os montantes previstos para o financiamento das AEC's indicados no Despacho nº 14460/2008.

**Entrevistadora:** De que forma são contratadas as entidades parceiras deste Programa?

**Entrevistado:** No ano lectivo de 2008/2009, nos casos em que a gestão das AEC's é partilhada com uma Associação de pais ou IPSS, cabe a estas entidades a contratação da entidade com a responsabilidade de garantir a docência das actividades. Quando não existe esta figura da parceria tripartida, a Câmara Municipal de Odivelas selecciona a(s) entidade(s) através de um procedimento concursal que tem em conta critérios qualitativos referentes ao mérito técnico da proposta e o critério da proposta economicamente mais vantajosa. Ainda neste caso, e apenas para a actividade de Música, é o Conservatório de Música D. Dinis que, através de um acordo com o Município, assegura esta actividade.

**Entrevistadora:** Como é feito o recrutamento dos docentes para a leccionação das AEC's?

**Entrevistado:** A Câmara Municipal de Odivelas não interfere no recrutamento e selecção dos docentes. Esta função cabe às entidades contratadas.

**Entrevistadora:** Qual a importância da apreciação dos currículos dos professores, na selecção destes, para a leccionação das AEC's?

**Entrevistado:** Os termos do Despacho nº 14460/2008 regulam todo o planeamento e funcionamento do Programa das AEC's, inclusive no que diz respeito às qualificações dos docentes.

**Entrevistadora:** Quais os critérios aplicados na escolha das actividades a oferecer pelas escolas?

**Entrevistado:** A escolha das actividades cabe a cada estabelecimento de ensino e ao respectivo órgão de gestão do Agrupamento de Escolas em que se insere.

Os recursos humanos e a disponibilidade e características dos espaços físicos são critérios fundamentais no planeamento da oferta das actividades de enriquecimento curricular.

**Entrevistadora:** Considera positiva a articulação existente entre os professores titulares de turma e os responsáveis pelas AEC's?

**Entrevistado:** No entender da Câmara Municipal de Odivelas, através da unidade orgânica responsável pela implementação do Programa das AEC's, a articulação entre docentes da componente pedagógica e componente de enriquecimento curricular é fundamental para a obtenção de melhores resultados ao nível pedagógico. A Câmara Municipal de Odivelas incentiva todas as entidades envolvidas para o desenvolvimento desta articulação, que não tem de se limitar à realização de reuniões, desde que tenha sempre como linhas condutoras o Projecto Educativo de Escola, os Projectos Curriculares de Turma e o respectivo Plano Anual de Actividades.

**Entrevistadora:** Na sua opinião, a quem compete a supervisão das AEC's?

**Entrevistado:** A supervisão das actividades é da responsabilidade dos docentes titulares de turma e pode incluir diversas estratégias: programação das actividades, realização de reuniões de avaliação conjuntas com os docentes das AEC's, observação das actividades, articulação com os Projectos Curriculares, Plano Anual de Actividades e Projecto Educativo, entre outras.

O apoio ao estudo é a única actividade em que os recursos humanos necessários são disponibilizados pelo agrupamento de escolas em que um determinado estabelecimento de ensino se insere, não sendo, por essa razão, da competência exclusiva do professor titular de turma, pois poderão ser mobilizados outros docentes do agrupamento.

**Entrevistadora:** Considera positivo este modelo de planeamento e organização do Programa das AEC's?

**Entrevistado:** O modelo de planeamento e organização do Programa das AEC's é um modelo que se adequa às condicionantes inerentes à aplicação das Actividades de Enriquecimento Curricular, o que não quer dizer que seja o único possível. Contudo, as opções que vêm sendo tomadas desde a data da implementação do Programa – 2006/2007 – têm sido discutidas com os órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas de Odivelas.

**Entrevistadora:** Um dos aspectos mencionados em inquéritos já passados quer a encarregados de educação quer aos professores, é o cansaço manifestado pelas crianças. Qual a sua opinião sobre esta questão?

**Entrevistado:** As sugestões que têm sido dadas pelo Ministério da Educação, através da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, no sentido de se dar um carácter lúdico à generalidade das actividades de enriquecimento curricular e adaptá-las às características da população

escolar de cada estabelecimento de ensino poderá resultar em maior motivação dos alunos e atenuar os efeitos do cansaço provocado pela sucessão de actividades curriculares e de enriquecimento.

**Entrevistadora:** Estão previstas algumas alterações a este modelo, nomeadamente, nos critérios de recrutamento e selecção dos professores das AEC's?

**Entrevistado:** Não estão previstas alterações significativas quanto ao recrutamento e selecção de docentes das AEC's. Já no que diz respeito ao funcionamento do Programa existe a convicção de que será possível desenvolver algumas melhorias ao nível da articulação e supervisão pedagógica, desde que se assista a uma maior estabilidade no corpo docente das AEC's. A ser conseguido este objectivo, tanto o funcionamento das escolas como os resultados para os alunos poderão ter um salto qualitativo bastante evidente.

**Entrevistadora:** Quero agradecer-lhe a sua colaboração para a realização deste estudo. O meu muito Obrigada!

**ANEXO XXII**

**Síntese da Entrevista ao Técnico do Departamento da Educação da Câmara Municipal de Odivelas - E5**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

**Síntese da entrevista ao Técnico do Departamento de Educação da  
Câmara Municipal de Odivelas - E5**

**Considera que a implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular – AEC’s contribui para a criação de uma Escola a Tempo Inteiro?**

Sim, porque este Programa tem dois objectivos:

- Garantir um conjunto de actividades gratuitas que contribuam para a aquisição de aprendizagens enriquecedoras e complementares do currículo dos alunos da rede pública;
- Adaptar o funcionamento da escola à necessidade das famílias, alargando o tempo de permanência na escola por parte dos seus educandos.

**Considera que a implementação das AEC’s contribui para o sucesso escolar e para a existência de uma igualdade de oportunidades dos alunos que as frequentam?**

Contribuem para algum aumento de conhecimentos e competências nos alunos, pelo facto de estas actividades serem leccionadas por docentes especialistas nas respectivas áreas. Relativamente à igualdade de oportunidades, sem dúvida que as AEC’s permitem uma oferta gratuita a todos os alunos.

**De que modo é feita a articulação entre a Câmara Municipal de Odivelas e os estabelecimentos de ensino básico 1ºCiclo do Concelho, no que diz respeito à implementação do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular?**

Estabelece--se, sobretudo, com os respectivos órgãos de gestão (Direcção dos Agrupamentos de Escolas), através de contactos frequentes, formais e informais, visando o acompanhamento e avaliação do Programa de AEC’s, designadamente no que diz respeito às seguintes dimensões: alunos, docentes das AEC’s, funcionamento e organização dos estabelecimentos de ensino.

**Como é que a Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora, gere este Programa e como obtém as verbas necessárias para a sua concretização?**

Enquanto entidade promotora, cabe à Câmara Municipal de Odivelas a gestão financeira do Programa em 28 das 30 escolas do ensino básico 1º Ciclo, sendo que no ano lectivo transacto foram estabelecidas parcerias tripartidas que permitem que essa gestão seja partilhada com uma Associação de Pais ou IPSS em 11 estabelecimentos de ensino.

Quanto às restantes duas EB1, as respectivas associações de pais constituíram-se elas próprias como entidades promotoras da candidatura junto do Ministério da Educação, cabendo-lhes por isso a gestão das actividades de enriquecimento curricular.

No que diz respeito à verba transferida por parte do Ministério da Educação para o Município de Odivelas, está de acordo com os montantes previstos para o financiamento das AEC's indicados no Despacho nº 14460/2008.

**De que forma são contratadas as entidades parceiras deste Programa?**

A Câmara Municipal de Odivelas selecciona a(s) entidade(s) através de um procedimento concursal que tem em conta critérios qualitativos referentes ao mérito técnico da proposta e o critério da proposta economicamente mais vantajosa

**Como é feito o recrutamento dos docentes para a leccionação das AEC's?**

A Câmara Municipal de Odivelas não interfere no recrutamento e selecção dos docentes. Esta função cabe às entidades contratadas.

**Qual a importância da apreciação dos currículos dos professores, na selecção destes, para a leccionação das AEC's?**

Os termos do Despacho nº 14460/2008 regulam todo o planeamento e funcionamento do Programa das AEC's, inclusive no que diz respeito às qualificações dos docentes.

**Quais os critérios aplicados na escolha das actividades a oferecer pelas escolas?**

A escolha das actividades cabe a cada estabelecimento de ensino e ao respectivo órgão de gestão do Agrupamento de Escolas em que se insere.

**Considera positiva a articulação existente entre os professores titulares de turma e os responsáveis pelas AEC's?**

A articulação entre docentes da componente pedagógica e componente de enriquecimento curricular é fundamental para a obtenção de melhores resultados ao nível pedagógico. A Câmara Municipal de Odivelas incentiva todas as entidades envolvidas para o desenvolvimento desta articulação.

**Na sua opinião, a quem compete a supervisão das AEC's?**

A supervisão das actividades é da responsabilidade dos docentes titulares de turma e pode incluir diversas estratégias: programação das actividades, realização de reuniões de avaliação conjuntas com os docentes das AEC's, observação das actividades, articulação com os Projectos Curriculares, Plano Anual de Actividades e Projecto Educativo, entre outras.

**Considera positivo este modelo de planeamento e organização do Programa das AEC's?**

..É um modelo que se adequa às condicionantes.

As opções que vêm sendo tomadas desde a data da implementação do Programa – 2006/2007 – têm sido discutidas com os órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas de Odivelas

**Um dos aspectos mencionados em inquéritos já passados quer a encarregados de educação quer aos professores, é o cansaço manifestado pelas crianças.**

**Qual a sua opinião sobre esta questão?**

Deveria ser dado um carácter mais lúdico à generalidade das actividades de enriquecimento curricular, podendo resultar em maior motivação para os alunos e atenuar os efeitos do cansaço provocado pela sucessão de actividades curriculares e de enriquecimento.

**Estão previstas algumas alterações a este modelo, nomeadamente, nos critérios de recrutamento e selecção dos professores das AEC's?**

Não estão previstas alterações significativas quanto ao recrutamento e selecção de docentes das AEC's. Poderá ser melhorada a articulação e supervisão pedagógica, desde que se assista a uma maior estabilidade no corpo docente das AEC's.

**ANEXO XXIII**

**Despacho n.º 12591/2006 (2ª série) de 16 de Junho  
(Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular).**



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Gabinete da Ministra

**Despacho n.º 12 590/2006 (2.ª série).** — 1 — Considerando a necessidade de modificar as políticas a prosseguir e de imprimir novas orientações à gestão da Direcção Regional de Educação do Algarve, do Ministério da Educação, redireccionando a sua missão essencial no sentido de uma actuação mais eficaz e atendendo ao desajustamento do perfil profissional detido face às exigências de especialização requeridas para a prossecução dos objectivos fixados, dou por finda a comissão de serviço da licenciada Maria Isabel Marreiros Pinheiro e Rosa Bispo do cargo de directora regional-adjunta de Educação da Direcção Regional de Educação do Algarve, do Ministério da Educação, ao abrigo e nos termos da subalínea iii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º e do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e considerando as disposições conjugadas do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, e do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 9/2004, de 28 de Abril, cargo para o qual havia sido nomeada nos termos do despacho n.º 22 628/2004 (2.ª série), de 22 de Outubro.

2 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir de 1 de Junho de 2006.

22 de Maio de 2006. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

**Despacho n.º 12 591/2006 (2.ª série).** — Considerando a importância do desenvolvimento de actividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico para o desenvolvimento das crianças e consequentemente para o sucesso escolar futuro, previstas, respectivamente, em 1997 no regime geral da educação pré-escolar, criado pela Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, e em 2001 no diploma que estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular do ensino básico — o Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro;

Considerando o sucesso alcançado, no presente ano lectivo, com a implementação do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico, que assume claramente o papel de primeira medida efectiva de concretização de projectos de enriquecimento curricular e de implementação do conceito de escola a tempo inteiro;

Tendo presente que o Ministério da Educação partilha com as autarquias locais a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino pré-escolar e de 1.º ciclo do ensino básico e a necessidade de consolidar e reforçar as atribuições e competências das autarquias ao nível destes níveis de ensino;

Considerando o papel fundamental que as autarquias, as associações de pais e as instituições particulares de solidariedade social desempenham ao nível da promoção de actividades de enriquecimento curricular através da organização de respostas diversificadas, em função das realidades locais, que permitem que actualmente muitas escolas do 1.º ciclo proporcionem este tipo de actividades aos alunos;

Considerando, por último, a urgência de adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias e a necessidade de garantir que esses tempos são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas;

Em face do que antecede, e tendo presente os princípios consignados nos artigos 3.º e 4.º do regime jurídico da autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, bem como o disposto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que atribui às autarquias locais responsabilidades em matéria de ensino pré-escolar e de 1.º ciclo do ensino básico, determina-se:

1 — O presente despacho aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico e define as normas a observar no período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos bem como na oferta das actividades de animação e de apoio à família e de enriquecimento curricular.

2 — Sem prejuízo do disposto na lei quadro da educação pré-escolar e diplomas complementares, bem como da autonomia conferida aos estabelecimentos de ensino na gestão do horário das actividades curriculares no 1.º ciclo do ensino básico, são obrigatoriamente organizadas em regime normal as actividades educativas na educação pré-escolar e as actividades curriculares no 1.º ciclo do ensino básico.

3 — Para os efeitos do presente despacho, entende-se por regime normal a distribuição da actividade educativa na educação pré-escolar e curricular no 1.º ciclo do ensino básico pelo período da manhã e da tarde, interrompida para almoço.

4 — A título excepcional, dependente da autorização da respectiva direcção regional de educação e unicamente desde que as instalações não permitam em razão do número de turmas constituídas no estabelecimento de ensino por reporte às salas disponíveis, poderá a actividade curricular no 1.º ciclo do ensino básico ser organizada em regime duplo, com a ocupação da mesma sala por duas turmas, uma no turno da manhã e outra no turno da tarde.

5 — Sem prejuízo da normal duração semanal e diária das actividades educativas na educação pré-escolar e curriculares no 1.º ciclo do ensino básico, os respectivos estabelecimentos manter-se-ão obrigatoriamente abertos pelo menos até às 17 horas 30 minutos e no mínimo oito horas diárias.

6 — O período de funcionamento de cada estabelecimento deve ser comunicado aos encarregados de educação no início do ano lectivo.

7 — As actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar devem ser objecto de planificação pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas tendo em conta as necessidades das famílias, articulando com os municípios da respectiva área a sua realização de acordo com o protocolo de cooperação de 28 de Julho de 1998 celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

8 — As actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico são seleccionadas de acordo com os objectivos definidos no projecto educativo do agrupamento de escolas e devem constar do respectivo plano anual de actividades.

9 — Consideram-se actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente:

- Actividades de apoio ao estudo;
- Ensino do inglês;
- Ensino de outras línguas estrangeiras;
- Actividade física e desportiva;
- Ensino da música;
- Outras expressões artísticas;
- Outras actividades que incidam nos domínios identificados.

10 — Os planos de actividades dos agrupamentos de escolas incluem obrigatoriamente como actividades de enriquecimento curricular as seguintes:

- Apoio ao estudo;
- Ensino do inglês para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade.

11 — A actividade de apoio ao estudo terá uma duração semanal não inferior a noventa minutos, destinando-se nomeadamente à realização de trabalhos de casa e de consolidação das aprendizagens, devendo os alunos beneficiar do acesso a recursos escolares e educativos existentes na escola como livros, computadores e outros instrumentos de ensino bem como do apoio e acompanhamento por parte dos professores do agrupamento.

12 — A actividade de ensino do inglês para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade tem a duração semanal definida no regulamento anexo ao presente despacho.

13 — Na planificação das actividades de enriquecimento curricular deve ser salvaguardado o tempo diário de interrupção das actividades e de recreio e as mesmas não podem ser realizadas para além das 18 horas.

14 — Podem ser promotoras das actividades de enriquecimento curricular as seguintes entidades:

- Autarquias locais;
- Associações de pais e de encarregados de educação;
- Instituições particulares de solidariedade social (IPSS);
- Agrupamentos de escolas.

15 — Os agrupamentos de escolas devem planificar as actividades de enriquecimento curricular em parceria obrigatória com uma das entidades referidas no número anterior, mediante a celebração de um acordo de colaboração. Preferencialmente essa planificação deve ser feita com as autarquias locais, que se constituem como entidades promotoras.

16 — Os agrupamentos de escolas podem ainda planificar as actividades de enriquecimento curricular com associações de pais e de encarregados de educação ou IPSS, quando estas sejam entidades promotoras.

17 — Quando se demonstre a não viabilidade de celebração do acordo de colaboração referido no n.º 15 devem os agrupamentos de escolas planificar e realizar as actividades de enriquecimento curricular de forma isolada, assumindo-se como entidade promotora.

18 — Os termos dos acordos de colaboração referidos nos números anteriores entre as entidades em causa devem identificar:

- a) As actividades de enriquecimento curricular;
- b) O horário semanal de cada actividade;
- c) O local de funcionamento de cada actividade;
- d) As responsabilidades/competências de cada uma das partes;
- e) O número de alunos em cada actividade.

19 — A planificação das actividades de animação e de apoio à família bem como de enriquecimento curricular deve envolver obrigatoriamente os educadores titulares de grupo e os professores titulares de turma.

20 — Na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta e obrigatoriamente mobilizados os recursos humanos, técnico-pedagógicos e de espaços existentes no conjunto de escolas do agrupamento.

21 — Na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta os recursos existentes na comunidade, nomeadamente escolas de música, de teatro, de dança, clubes recreativos, associações culturais e IPSS.

22 — As actividades de enriquecimento curricular são de frequência gratuita e não se podem sobrepor à actividade curricular diária.

23 — Os órgãos competentes dos agrupamentos de escolas podem, desde que tal se mostre necessário, flexibilizar o horário da actividade curricular de forma a adaptá-lo às condições de realização do conjunto das actividades curriculares e de enriquecimento curricular, tendo em conta o interesse dos alunos e das famílias, sem prejuízo da qualidade pedagógica.

24 — Podem ser utilizados para o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular os espaços das escolas como salas de aulas, centros de recursos, bibliotecas, salas TIC, ou outros, os quais devem ser disponibilizados pelos órgãos de gestão dos agrupamentos.

25 — Além dos espaços escolares referidos no número anterior, podem ainda ser utilizados outros espaços não escolares para a realização das actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente quando tal disponibilização resulte de situações de parceria.

26 — Quando as necessidades das famílias o justificarem, pode ser oferecida uma componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico, a assegurar por entidades que promovam este tipo de resposta social, mediante acordo com os agrupamentos de escolas.

27 — A componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico destina-se a assegurar o acompanhamento dos alunos antes e ou depois das actividades curriculares e de enriquecimento e ou durante os períodos de interrupções lectivas.

28 — Na ausência de instalações que estejam exclusivamente destinadas à componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico, os espaços escolares referidos no n.º 24 devem igualmente ser disponibilizados para este efeito.

29 — Nas situações de parceria, os recursos humanos necessários ao funcionamento das actividades de enriquecimento curricular podem ser disponibilizados por qualquer dos parceiros.

30 — Excepciona-se do disposto no número anterior a actividade de apoio ao estudo em que os recursos humanos necessários à realização da actividade são obrigatoriamente disponibilizados pelos agrupamentos de escolas.

31 — Aos educadores titulares de grupo e aos professores titulares de turma compete zelar pela supervisão pedagógica e acompanhamento da execução das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.

32 — Por actividade de supervisão pedagógica deve entender-se a que é realizada no âmbito da componente não lectiva de estabelecimento do docente para o desenvolvimento dos seguintes aspectos:

- a) Programação das actividades;
- b) Acompanhamento das actividades através de reuniões com os respectivos dinamizadores;
- c) Avaliação da sua realização;
- d) Realização das actividades de apoio ao estudo;
- e) Reuniões com os encarregados de educação, nos termos legais.

33 — A planificação das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico deve ser comunicada aos encarregados de educação no início do ano lectivo.

34 — É aprovado o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação, no âmbito do programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico, em anexo ao presente despacho, de que faz parte integrante.

35 — São revogados:

- a) O despacho n.º 14 753/2005, de 5 de Julho;
- b) O despacho n.º 16 795/2005, de 3 de Agosto;
- c) O despacho n.º 21 440/2005, de 12 de Outubro.

36 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da assinatura.

26 de Maio de 2006. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

#### ANEXO

**Regulamento de acesso ao financiamento do programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.**

### CAPÍTULO I

#### Âmbito de aplicação

##### Artigo 1.º

###### Objecto

1 — O presente regulamento define orientações quanto aos requisitos de habilitação dos profissionais a afectar às actividades de enriquecimento curricular e quanto ao modelo de organização e funcionamento das actividades de enriquecimento curricular.

2 — O presente regulamento define ainda o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação, no âmbito do programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.

##### Artigo 2.º

###### Definições

Para efeitos do presente regulamento, considera-se:

- a) «Direcção regional de educação competente» a direcção regional de educação competente em razão do território;
- b) «Programa» o programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;
- c) «Entidades promotoras» as entidades que se podem candidatar ao apoio financeiro e que são as autarquias locais, as associações de pais e de encarregados de educação, as IPSS e os agrupamentos de escolas;
- d) «Regulamento» o presente regulamento de acesso ao financiamento do programa de generalização das actividades de enriquecimento curricular.

### CAPÍTULO II

#### Acesso ao financiamento

##### Artigo 3.º

###### Apoio financeiro

1 — O apoio previsto no presente regulamento consiste numa participação financeira a conceder pelo Ministério da Educação às entidades promotoras.

2 — O cálculo da participação financeira é efectuado de acordo com o critério do custo anual por aluno.

3 — A participação financeira será concedida de acordo com uma das seguintes hipóteses e montantes:

- a) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, ensino da música e actividade física e desportiva — € 250;
- b) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, ensino da música e outra actividade de enriquecimento curricular — € 180;
- c) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, actividade física e desportiva e outra actividade de enriquecimento curricular — € 180;
- d) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade e duas actividades de enriquecimento curricular que não sejam o ensino da música e a actividade física e desportiva — € 160;
- e) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade e ensino da música — € 130;
- f) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade e actividade física e desportiva — € 130;
- g) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade — € 100.

4 — Para os alunos dos 1.º e 2.º anos de escolaridade, a actividade de ensino de inglês prevista para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade no número anterior pode ser substituída por qualquer

outra actividade de enriquecimento curricular, desde que não constitua duplicação de outra já proposta.

5 — Sempre que das propostas apresentadas não resulte uma ocupação educativa dos alunos durante todos os dias da semana e pelo menos até às 17 horas e 30 minutos, cabe aos agrupamentos de escola garantir essa ocupação.

6 — A actividade de apoio ao estudo é obrigatoriamente dinamizada pelo agrupamento e não é objecto de comparticipação financeira.

7 — Quando o agrupamento de escolas, não sendo entidade promotora, disponibiliza recursos humanos para a realização de uma ou mais actividades de enriquecimento curricular, tem direito a receber, por parte da entidade promotora, e em termos a constar do acordo de colaboração, o montante correspondente à disponibilização dos referidos recursos humanos.

#### Artigo 4.º

##### Pedido de financiamento

1 — A planificação das actividades de enriquecimento curricular e respectivos pedidos de financiamento são apresentados pelas entidades promotoras junto da respectiva direcção regional de educação, a quem compete proceder à instrução dos processos e à posterior remissão à comissão a que se refere o artigo 5.º do presente regulamento.

2 — A apresentação das planificações e respectivo financiamento formaliza-se através do envio de *dossier* composto pelos seguintes elementos e documentação:

- a) Identificação da entidade promotora e respectivo parceiro, caso aplicável;
- b) Planificação das actividades de enriquecimento curricular;
- c) Número de identificação de pessoa colectiva (NIPC) de todas as entidades envolvidas;
- d) Acordos de colaboração fixados entre as entidades em causa.

3 — São liminarmente rejeitados os pedidos de financiamento que não preencham os requisitos exigidos no presente regulamento ou cuja instrução deficiente não seja suprida após recepção de notificação a emitir, para o efeito, pela direcção regional de educação competente.

#### Artigo 5.º

##### Comissão de acompanhamento do programa

1 — É criada a comissão de acompanhamento do programa (CAP), que reveste a forma e a natureza de um grupo de trabalho, com a seguinte composição:

- a) Director-geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular;
- b) Directores regionais de educação.

2 — No âmbito das actividades da CAP deve esta reunir para monitorização e acompanhamento dos projectos com as seguintes entidades:

- a) Associação Portuguesa de Professores de Inglês;
- b) Associação Portuguesa de Educação Musical;
- c) Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- d) Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP);
- e) Outras entidades que a CAP entenda convidar.

3 — Compete à CAP:

- a) Analisar, avaliar e aprovar as planificações e respectivas propostas de financiamento;
- b) Tornar público, através de lista divulgada no endereço da página electrónica do Ministério da Educação (<http://www.min-edu.pt>), o resultado da aprovação do financiamento por entidade e por tipo de actividade;
- c) Acompanhar a execução do programa;
- d) Apresentar relatórios periódicos e propostas de medidas que verifique necessário para a execução do programa;
- e) Produzir um relatório de avaliação do programa, contendo recomendações para a sua melhoria nos anos subsequentes.

4 — No exercício das competências previstas na alínea a) do número anterior, a CAP terá em conta:

- a) Os termos dos acordos de colaboração celebrados entre as entidades promotoras e os agrupamentos de escolas;
- b) A capacidade, qualidade e adequação das instalações e equipamentos educativos que são disponibilizados;
- c) A qualidade dos recursos humanos afectos;
- d) A adequação das propostas aos objectivos e critérios definidos no regulamento e no despacho que o aprovou.

5 — O apoio à CAP será assegurado pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

#### Artigo 6.º

##### Contrato-programa

1 — O montante da comparticipação concedida, o objectivo a que se destina e as obrigações específicas a que a entidade promotora fica sujeita constam de contrato-programa a celebrar entre o Ministério da Educação, através da direcção regional de educação competente e a referida entidade, a publicar na 2.ª série do *Diário da República*, tendo em vista a realização dos seguintes objectivos:

- a) Enquadrar os apoios financeiros públicos na execução do programa;
- b) Fazer acompanhar a concessão dos apoios financeiros por uma avaliação completa dos custos de cada planificação, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- c) Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios financeiros foram concedidos.

2 — O processamento da comparticipação financeira será efectuado por *tranches*, em percentagem a definir no contrato-programa e a libertar de acordo com a avaliação da execução do programa.

3 — O contrato poderá ser objecto de renegociação no caso de alteração fundamentada das condições que justifiquem uma mudança de calendário da sua realização.

#### Artigo 7.º

##### Pagamento da comparticipação

O processamento do pagamento, da responsabilidade da direcção regional de educação competente, é originado pela aprovação do acesso ao financiamento, nos termos do contrato-programa referido no artigo anterior.

#### Artigo 8.º

##### Acompanhamento e controlo financeiro

O acompanhamento da execução e o controlo financeiro ficam a cargo da direcção regional de educação competente, que informará periodicamente o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação.

### CAPÍTULO III

#### Orientações relativas às actividades de enriquecimento curricular

##### SECÇÃO I

##### Ensino de inglês aos 3.º e 4.º anos de escolaridade

#### Artigo 9.º

##### Perfil dos professores de inglês

1 — Os professores de inglês, no âmbito do presente programa, devem possuir uma das seguintes habilitações:

- a) Profissionais ou próprias para a docência da disciplina de inglês no ensino básico;
- b) Cursos de formação especializada na área do ensino do inglês no 1.º ciclo do ensino básico, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 95/97;
- c) Cursos de estudos superiores especializados (CESE) na área do ensino do inglês no 1.º ciclo do ensino básico.

2 — Os professores de inglês podem ainda deter os cursos/graus de Bachelor of Arts/Bachelor in Education/Bachelor of Science ou Masters Degree (Master of Arts/Master in Education/Master of Science) acrescidos de um dos seguintes diplomas/certificados:

- a) Certificado PGCE (Postgraduate Certificate in Education) para o ensino básico;
- b) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL CELTYL (Certificate in English Language Teaching to Young Learners);
- c) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL CELTA (Certificate in English Language Teaching to Adults) mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- d) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL DELTA (diploma in English Language Teaching to Adults) mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- e) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL TKT (Teaching Knowledge Test) mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- f) Diploma emitido pelo Trinity College;

- g) Certificado IHCTYL (The International House Certificate in Teaching Young Learners);
- h) Certificado CTBYL (Certificate in Teaching English to Young Learners) emitido por NILE, Pilgrims ou VIA LINGUA;
- i) Certificado CTEFL (Certificate in Teaching English as a Foreign Language), emitido por VIA LINGUA, mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- j) Certificado/diploma de pós-graduação — Certificate/Postgraduate diploma in Teaching English to Young Learners, emitido por universidades, Colleges of Further Education (equivalente a escolas superiores de educação do ensino superior politécnico) no Reino Unido e escolas acreditadas pelo British Council.

3 — Os professores de inglês podem deter habilitações reconhecidas a nível internacional, nomeadamente o CPE (Certificate of Proficiency in English) e o CAE (Certificate in Advanced English) de Cambridge/ALTE (Association of Language Testers in Europe).

4 — Os professores de inglês que possuam as habilitações e cursos/graus identificados nos números anteriores devem, preferencialmente, deter conhecimentos da língua portuguesa.

5 — Tendo em vista a progressiva melhoria do ensino do inglês, será ainda definido um perfil de competências, que será associado a um programa de formação de professores.

#### Artigo 10.º

##### Constituição de turmas

As turmas da actividade ensino de inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade são constituídas por um máximo de 25 alunos e podem integrar em simultâneo alunos dos 3.º e 4.º anos.

#### Artigo 11.º

##### Duração semanal das actividades

1 — A duração semanal das actividades de ensino de inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade é fixada em cento e trinta e cinco minutos.

2 — É fixada em quarenta e cinco minutos a duração diária de ensino a ser ministrado.

3 — A título excepcional, em caso de manifesta dificuldade, designadamente na disponibilização de espaços, podem ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de apenas cento e vinte minutos e uma duração diária de sessenta minutos.

### SECÇÃO II

#### Actividade física e desportiva

#### Artigo 12.º

##### Perfil dos professores da actividade física e desportiva

Os professores de actividade física e desportiva, no âmbito do presente programa, devem possuir uma das seguintes habilitações:

- a) Profissionais ou próprias para a docência da disciplina de educação física no ensino básico;
- b) Licenciados em desporto ou áreas afins.

#### Artigo 13.º

##### Constituição de turmas

1 — As turmas da actividade física e desportiva são constituídas por um máximo de 25 alunos e podem integrar em simultâneo alunos dos 1.º e 2.º anos e alunos dos 3.º e 4.º anos.

2 — As turmas são constituídas em função das áreas de actividade, nos seguintes termos:

- a) Na área da actividade física, as turmas integram alunos dos 1.º e 2.º anos;
- b) Na área da actividade desportiva, as turmas integram alunos dos 3.º e 4.º anos.

3 — Excepcionalmente, sempre que se verifique a impossibilidade do cumprimento do referido no número anterior, e desde que devidamente justificado, poderão os grupos integrar em simultâneo alunos do 1.º ao 4.º ano.

#### Artigo 14.º

##### Duração semanal das actividades

1 — A duração semanal da actividade física e desportiva é fixada em cento e trinta e cinco minutos.

2 — É fixada em quarenta e cinco minutos a duração diária de ensino a ser ministrado.

3 — A título excepcional, em caso de manifesta dificuldade, designadamente na disponibilização de espaços, poderão ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de apenas noventa minutos e uma duração diária de quarenta e cinco minutos.

### SECÇÃO III

#### Ensino da música

#### Artigo 15.º

##### Acordos de colaboração

1 — Para a execução da actividade ensino da música, as entidades promotoras devem preferencialmente celebrar acordos de colaboração com estabelecimentos de ensino vocacional ou profissional da música em contrato com o Estado (contrato de patrocínio ou de formação profissional), de forma a assegurar a leccionação, a coordenação pedagógica das actividades e a possibilitar o acesso, por parte dos alunos, à utilização dos equipamentos necessários.

2 — Onde não for possível celebrar os acordos de colaboração referidos no número anterior, as entidades promotoras podem celebrar acordos com outras instituições vocacionadas para o ensino da música, após análise e parecer pela CAP dos projectos apresentados.

#### Artigo 16.º

##### Perfil dos professores de ensino da música

1 — Os professores de ensino da música no âmbito do presente programa devem possuir habilitações profissionais ou próprias para a docência da disciplina de educação musical ou música no ensino básico ou secundário.

2 — Os professores de ensino da música podem ainda deter as seguintes habilitações:

- a) Diplomados com um curso profissional na área da música com equivalência ao 12.º ano;
- b) Detentores do 8.º grau do curso complementar de Música, frequentado nos regimes supletivo, articulado ou integrado;
- c) Outros profissionais com currículo relevante.

3 — Sempre que os profissionais a afectar sejam os referidos na alínea c), o currículo dos mesmos será objecto de análise por parte da CAP.

#### Artigo 17.º

##### Constituição de turmas

As turmas da actividade de ensino da música são constituídas por um máximo de 25 alunos e podem integrar em simultâneo alunos dos 1.º e 2.º anos ou dos 3.º e 4.º anos.

#### Artigo 18.º

##### Duração semanal das actividades

1 — A duração semanal das actividades de ensino da música é fixada em cento e trinta e cinco minutos.

2 — É fixada em quarenta e cinco minutos a duração diária de ensino a ser ministrado.

3 — A título excepcional, em caso de manifesta dificuldade, designadamente na disponibilização de espaços, podem ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de apenas noventa minutos e uma duração diária de quarenta e cinco minutos.

### SECÇÃO IV

#### Outras actividades de enriquecimento curricular

#### Artigo 19.º

##### Perfil dos professores

Os profissionais que desenvolvam actividades nas restantes actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente nas áreas das expressões, deverão possuir formação profissional ou especializada adequada ao desenvolvimento das actividades programadas.

#### Artigo 20.º

##### Constituição de turmas

O número de alunos por turma e por actividade deverá ser equacionado conforme o tipo de actividade e o espaço em que esta se realiza, não devendo no entanto ser superior a 25 alunos.

Artigo 21.º

Duração semanal das actividades

A duração semanal das actividades das outras actividades de enriquecimento curricular não deve ser superior a noventa minutos semanais.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 22.º

Orientações programáticas e material didáctico

As orientações programáticas ou referentes a material didáctico ou outras que a CAP entenda serão divulgadas no *site* do Ministério da Educação, acessível a partir de <http://www.min-edu.pt>.

Artigo 23.º

Contagem de tempo

Sempre que os profissionais a afectar a cada actividade de enriquecimento curricular disponham das qualificações profissionais para a docência dessa actividade, o tempo de serviço assim prestado conta para efeitos de concurso.

Artigo 24.º

Acidentes envolvendo alunos

Os acidentes ocorridos no local e tempo de actividade de enriquecimento curricular, bem como em trajecto para e de volta dessas actividades, ainda que realizadas fora do espaço escolar, nomeadamente no âmbito de parcerias, serão cobertas por seguro escolar, nos termos legais.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

**Despacho (extracto) n.º 12 592/2006 (2.ª série).** — Por meu despacho de 12 de Maio de 2006, proferido no uso de competência subdelegada:

José Manuel Gonçalves Ribeiro Pontes, técnico profissional de 1.ª classe da acção social escolar do quadro de vinculação de pessoal não docente do distrito do Porto — autorizado, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, o regresso ao serviço da situação de licença sem vencimento de longa duração. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Maio de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves*.

**Despacho (extracto) n.º 12 593/2006 (2.ª série).** — Por meu despacho de 12 de Maio de 2006, proferido no uso de competência subdelegada:

Pedro Baltarejo Ferreira, assistente de administração escolar principal do quadro de vinculação de pessoal não docente do distrito de Lisboa — autorizado, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, o regresso ao serviço da situação de licença sem vencimento de longa duração. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Maio de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves*.

Direcção Regional de Educação do Centro

Agrupamento de Escolas de Estarreja

**Despacho n.º 12 594/2006 (2.ª série).** — Considerando a extinção do Agrupamento Horizontal de Escolas de Estarreja e do Agrupamento Vertical de Escolas de Estarreja, por despacho do Secretário de Estado da Administração Educativa de 5 de Julho de 2003; Considerando a criação, pelo mesmo despacho, do Agrupamento de Escolas de Estarreja;

Considerando a não afectação, em ambos os agrupamentos de escolas extintos, de um chefe de serviços de Administração Escolar; Considerando a não afectação ao Agrupamento de Escolas de Estarreja de um chefe de serviços de Administração Escolar;

Nos termos do disposto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho, designo para o exercício de funções de chefia dos Serviços de Administração Escolar do Agrupamento de Escolas de

Estarreja, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, a assistente de administração escolar especialista Maria da Conceição Valente de Sousa Pereira de Almeida.

O presente despacho de nomeação produz efeitos imediatos. Ratificam-se todos os actos administrativos entretanto produzidos desde o início do efectivo exercício de tais funções, em 16 de Outubro de 2003.

29 de Maio de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Óscar Lopes Ferreira*.

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Agrupamento de Escolas da Trafaria

**Louvor n.º 500/2006.** — Paulino Adriano Sousa Vaz Almeida cessa funções como guarda-nocturno na Escola Básica 2/3 da Trafaria, por ter atingido o limite de idade.

Pelas suas elevadas qualidades humanas e profissionais, pela sua disponibilidade e pela dignidade como desempenhou as suas funções, o conselho executivo desta Escola formula público louvor e evidencia a incondicional dedicação pessoal e lealdade que sempre manifestou.

20 de Fevereiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Margarida de Almeida Goes*.

**Louvor n.º 501/2006.** — Maria Ivone Lopes de Oliveira cessa funções como encarregada de coordenação dos funcionários de acção educativa na Escola Básica 2/3 da Trafaria, por ter atingido o limite de idade.

Pelas suas excelentes qualidades humanas e profissionais e a muita dignidade como desempenhou as suas funções, o conselho executivo desta Escola formula público louvor e evidencia a incondicional dedicação pessoal e lealdade que sempre manifestou.

20 de Fevereiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Margarida de Almeida Goes*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Direcção-Geral do Ensino Superior

**Despacho n.º 12 595/2006 (2.ª série).** — O Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, prevê que os estabelecimentos de ensino superior promovam, até ao final do ano lectivo de 2008-2009, a adequação dos cursos que se encontram a ministrar e dos graus que estão autorizados a conferir à nova organização decorrente do Processo de Bolonha.

Considerando que a entrada em funcionamento de tais adequações está sujeita a registo efectuado pelo director-geral do Ensino Superior; Instruídos e analisados os pedidos nos termos dos artigos 63.º e 64.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 62.º daquele diploma:

Determino o seguinte:

1 — São registadas as adequações dos cursos e dos graus identificados na coluna «Curso objecto de adequação», do anexo a este despacho, ministrados pelo estabelecimento indicado, aos ciclos de estudos caracterizados na coluna «Ciclo de estudos».

2 — Na coluna «Curso objecto de adequação», os graus são identificados com as letras B (bacharel), L (licenciado) B+L (bacharel e licenciado), M (mestre) e D (doutor).

3 — Na coluna «Ciclo de estudos», os graus são identificados com as letras L (para o 1.º ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado), M (para o 2.º ciclo de estudos conducente ao grau de mestre) e D (para o 3.º ciclo de estudos conducente ao grau de doutor).

4 — Na coluna «Duração», é indicada a duração em semestres dos ciclos de estudos adequados.

5 — Os ciclos de estudos cuja adequação tenha sido registada nos termos do n.º 1 podem iniciar o seu funcionamento a partir do ano lectivo de 2006-2007.

6 — O órgão legal e estatutariamente competente deve promover a publicação da estrutura curricular e do plano de estudos dos ciclos de estudos adequados.

22 de Maio de 2006. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.



**ANEXO XXIV**  
**Despacho n.º14460/2008 (2ª série) de 26 de Maio**  
**(1ª alteração ao Despacho 12591/2006 - Implementação das**  
**Actividades de Enriquecimento Curricular).**

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

# A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas

23194

Diário da República, 2.ª série — N.º 100 — 26 de Maio de 2008

relevantes, assim como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações, acções de formação, seminários, etc.), com indicação da respectiva duração, datas de realização e entidades promotoras, devendo ser apresentada a respectiva comprovação através de documento respectivo.

8.3 — A não apresentação da declaração referida na alínea b) do número 8.2 do presente aviso determina a exclusão do concurso, sendo que, relativamente aos candidatos pertencentes à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Santarém, a mesma será officiosamente entregue ao júri pelo competente serviço de pessoal, sendo-lhes ainda dispensada a entrega de documentos comprovativos que se encontrem arquivados no respectivo processo individual.

9 — As falsas declarações feitas pelos candidatos nos requerimentos ou nos currículos são puníveis nos termos da lei penal e constituem infracção disciplinar.

10 — O júri poderá exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descrevem, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

11 — Publicitação dos resultados — a relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas na Divisão de Gestão de Recursos Humanos, Praceta de Damião de Góis, n.º 8 — 2.º andar, em Santarém, para além dos candidatos serem notificados nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Composição do júri — o júri do presente concurso é composto pelos seguintes elementos, todos dos Serviços de âmbito Sub-Regional da Sub-Região de Saúde de Santarém:

Presidente — Dr.ª Teresa Luísa Gonçalves Pereira da Mota Antunes Catarino — Técnica superior de 2.ª classe

1.º Vogal efectivo — Dr.ª Angelina Maria Lourenço Reis Horta Ferreira — Técnica superior de 2.ª classe

2.º Vogal efectivo — Maria Paula Silva Correia Bernardo Marques Ferreira — Chefe de secção

1.º Vogal suplente — Maria Assunção Piedade Nunes Sousa Branco — Assistente administrativa especialista

2.º Vogal suplente — Maria Isabel Reis Fróis — Assistente administrativa especialista

13 — A presidente do júri será substituída, nas suas faltas e impedimentos, pelo vogal efectivo mencionado em primeiro lugar.

14 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 de Maio de 2008. — O Director de Serviços de Administração Geral, *Carlos Manuel Marques Ferreira*.

## Hospitais Cívicos de Lisboa

### Maternidade do Dr. Alfredo da Costa

#### Aviso n.º 16047/2008

Por ter sido publicada com inexactidão, dá-se sem efeito a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90 de 09-05-2008, deliberação n.º 1366/2008 — p. 20 896.

15 de Maio de 2008. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Margarida Moura Theias*.

## Hospital Central de Faro

#### Aviso n.º 16048/2008

Por deliberação de 14.05.2008 do Conselho de Administração deste Hospital:

Ana Maria Achando Adro Pires, Técnica Profissional Principal do Quadro deste Hospital — nomeada após concurso interno geral de acesso Técnica Profissional Especialista, escalão 3 índice 295, ficando exonerada da categoria anterior à data da aceitação.

(Isento de fiscalização prévia do TC)

16 de Maio de 2008. — A Chefe de Repartição de Recursos Humanos, *Noémia Santos*.

#### Aviso n.º 16049/2008

Por deliberação de 14.05.2008 do Conselho de Administração deste Hospital:

Alexandre José Jesus Ferreira — nomeado provisoriamente, após concurso externo de ingresso Engenheiro Técnico de 2.ª classe, escalão 1 índice 295, para lugar do quadro deste Hospital (Isento de fiscalização prévia do TC)

16 de Maio de 2008. — A Chefe de Repartição de Recursos Humanos, *Noémia Santos*.

## Hospital de São Marcos

#### Despacho n.º 14459/2008

Por despacho do Presidente do Conselho de Administração de 9 de Maio de 2008:

Licenciado Hugo João Felgueiras Antas, estagiário da carreira de pessoal técnico superior em regime de comissão de serviço, nomeado definitivamente, precedendo concurso e com dispensa de frequência de estágio, nos termos do Acórdão n.º 100/98, do Tribunal de Contas, técnico superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, do quadro de pessoal deste Hospital. A presente nomeação produz efeitos a partir da aceitação na nova categoria.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

14 de Maio de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Lino Mesquita Machado*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Gabinete da Ministra

#### Despacho n.º 14460/2008

Considerando a importância do desenvolvimento de actividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico para o desenvolvimento das crianças e consequentemente para o sucesso escolar futuro previstas, em 1997, no regime geral da educação pré-escolar, criado pela Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, e, em 2001, no Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, diploma que estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular do ensino básico;

Considerando o sucesso alcançado com o lançamento em 2005 do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º Anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, primeira medida efectiva de concretização de projectos de enriquecimento curricular e de implementação do conceito de escola a tempo inteiro e o sucesso alcançado com o lançamento em 2006 do programa de generalização do ensino do inglês e de outras actividades de enriquecimento curricular;

Tendo presente que o Ministério da Educação partilha com as autarquias locais a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e ainda a necessidade de continuar a consolidar e alargar as atribuições e competências das autarquias ao nível destes níveis de ensino;

Considerando o papel fundamental que as autarquias, as associações de pais e as instituições particulares de solidariedade social desempenham ao nível da promoção de respostas diversificadas em função das realidades locais, de apoio às escolas, às famílias e aos alunos;

Considerando, por último, a importância de continuar a adaptar os tempos de permanência dos alunos na escola às necessidades das famílias e simultaneamente de garantir que os tempos de permanência na escola são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas;

Em face do que antecede e tendo presente os princípios consignados no Regime Jurídico da Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, bem como o disposto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que atribui às autarquias locais responsabilidades em matéria de ensino pré-escolar e de 1.º ciclo do ensino básico, determino:

1 — O presente despacho aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico e define as normas a observar no período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos bem como na oferta das actividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família.

# A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas

Diário da República, 2.ª série — N.º 100 — 26 de Maio de 2008

23195

2 — Sem prejuízo do disposto na Lei Quadro da Educação Pré-Escolar e diplomas complementares, bem como da autonomia conferida aos estabelecimentos de ensino na gestão do horário das actividades curriculares no 1.º ciclo do ensino básico, são obrigatoriamente organizadas em regime normal as actividades educativas na educação pré-escolar e as actividades curriculares no 1.º ciclo do ensino básico.

3 — Para os efeitos do presente despacho entende-se, por «regime normal», a distribuição pelo período da manhã e da tarde, interrompida para almoço, da actividade educativa na educação pré-escolar e curricular no 1.º ciclo do ensino básico.

4 — A título excepcional, poderá a actividade curricular no 1.º ciclo do ensino básico ser organizada em regime duplo, com a ocupação da mesma sala por duas turmas, uma no turno da manhã e outra no turno da tarde, dependente da autorização da respectiva direcção regional de educação e unicamente desde que as instalações não o permitam em razão do número de turmas constituídas no estabelecimento de ensino em relação às salas disponíveis.

5 — Sem prejuízo da normal duração semanal e diária das actividades educativas na educação pré-escolar e curriculares no 1.º ciclo do ensino básico, os respectivos estabelecimentos manter-se-ão obrigatoriamente abertos, pelo menos, até às 17 horas e 30 minutos e por um período mínimo de oito horas diárias.

6 — O período de funcionamento de cada estabelecimento deve ser comunicado aos encarregados de educação no momento da inscrição, devendo também ser confirmado no início do ano lectivo.

7 — As actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar devem ser objecto de planificação pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas, tendo em conta as necessidades dos alunos e das famílias, articulando com os municípios da respectiva área a sua realização de acordo com o protocolo de cooperação, de 28 de Julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

8 — As actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico são seleccionadas de acordo com os objectivos definidos no projecto educativo do agrupamento de escolas e devem constar do respectivo plano anual de actividades.

9 — Consideram-se actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente:

- a) Actividades de apoio ao estudo;
- b) Ensino do Inglês;
- c) Ensino de outras línguas estrangeiras;
- d) Actividade física e desportiva;
- e) Ensino da música;
- f) Outras expressões artísticas;
- g) Outras actividades que incidam nos domínios identificados.

10 — Os planos de actividades dos agrupamentos de escolas incluem obrigatoriamente para todo o 1.º ciclo como actividades de enriquecimento curricular as seguintes:

- a) Apoio ao estudo;
- b) Ensino do Inglês.

11 — A actividade de apoio ao estudo tem uma duração semanal não inferior a noventa minutos, destinando-se nomeadamente à realização de trabalhos de casa e de consolidação das aprendizagens, devendo os alunos beneficiar do acesso a recursos escolares e educativos existentes na escola como livros, computadores e outros instrumentos de ensino, bem como do apoio e acompanhamento por parte dos professores do agrupamento.

12 — A actividade de ensino do Inglês tem a duração semanal definida no regulamento anexo ao presente despacho.

13 — Na planificação das actividades de enriquecimento curricular deve ser salvaguardado o tempo diário de interrupção das actividades e de recreio não podendo contudo as mesmas ser realizadas para além das 18 horas.

14 — Podem ser promotoras das actividades de enriquecimento curricular as seguintes entidades:

- a) Autarquias locais;
- b) Associações de pais e de encarregados de educação;
- c) Instituições particulares de solidariedade social (IPSS);
- d) Agrupamentos de escolas.

15 — Os agrupamentos de escolas devem planificar as actividades de enriquecimento curricular em parceria com uma das entidades referidas no número anterior, mediante a celebração de um acordo de colaboração. Preferencialmente essa planificação deve ser feita com as autarquias locais, que se constituem como entidades promotoras.

16 — Os agrupamentos de escolas podem ainda planificar as actividades de enriquecimento curricular com associações de pais e de encarregados de educação ou IPSS, quando estas sejam entidades promotoras.

17 — Quando se demonstre a não viabilidade de celebração do acordo de colaboração referido no n.º 15 devem os agrupamentos de escolas planificar, promover e realizar as actividades de enriquecimento curricular autonomamente.

18 — Os termos dos acordos de colaboração referidos nos números anteriores entre as entidades em causa devem identificar:

- a) As actividades de enriquecimento curricular;
- b) O horário semanal de cada actividade;
- c) O local de funcionamento de cada actividade;
- d) As responsabilidades/competências de cada uma das partes;
- e) Número de alunos em cada actividade.

19 — A planificação das actividades de animação e de apoio à família bem como de enriquecimento curricular deve envolver obrigatoriamente os educadores titulares de grupo e os professores do 1.º ciclo titulares de turma.

20 — Na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta e obrigatoriamente mobilizados os recursos humanos, técnico-pedagógicos e de espaços existentes no conjunto de escolas do agrupamento.

21 — Na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta os recursos existentes na comunidade, nomeadamente escolas de música, de teatro, de dança, clubes recreativos, associações culturais e IPSS.

22 — As actividades de enriquecimento curricular são de frequência gratuita e não se podem sobrepor à actividade curricular diária.

23 — Os órgãos competentes dos agrupamentos de escolas podem, desde que tal se mostre necessário, flexibilizar o horário da actividade curricular de forma a adapta-lo às condições de realização do conjunto das actividades curriculares e de enriquecimento curricular tendo em conta o interesse dos alunos e das famílias, sem prejuízo da qualidade pedagógica.

24 — Podem ser utilizados para o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular os espaços das escolas como salas de aulas, centros de recursos, bibliotecas, salas TIC, ou outros, os quais devem ser disponibilizados pelos órgãos de gestão dos agrupamentos.

25 — Além dos espaços escolares referidos no número anterior, podem ainda ser utilizados outros espaços não escolares para a realização das actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente quando tal disponibilização resulte de protocolos de parceria.

26 — Quando as necessidades das famílias o justifique, pode ser oferecida uma componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico, a assegurar por entidades, como associações de pais, autarquias ou instituições particulares de solidariedade social que promovam este tipo de resposta social, mediante acordo com os agrupamentos de escolas.

27 — A componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico destina-se a assegurar o acompanhamento dos alunos antes e ou depois das actividades curriculares e de enriquecimento, e ou durante os períodos de interrupção das actividades lectivas.

28 — Na ausência de instalações que estejam exclusivamente destinadas à componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico, os espaços escolares referidos no n.º 24 devem igualmente ser disponibilizados para este efeito.

29 — Nas situações de parceria, os recursos humanos necessários ao funcionamento das actividades de enriquecimento curricular podem ser disponibilizados por qualquer dos parceiros.

30 — Excepciona-se do disposto no número anterior a actividade de apoio ao estudo em que os recursos humanos necessários à realização da actividade são obrigatoriamente disponibilizados pelos agrupamentos de escolas.

31 — É da competência dos educadores titulares de grupo e dos professores titulares de turma assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, tendo em vista garantir a qualidade das actividades, bem como a articulação com as actividades curriculares.

32 — Por actividade de supervisão pedagógica deve entender-se a que é realizada no âmbito da componente não lectiva de estabelecimento do docente para o desenvolvimento dos seguintes aspectos:

- a) Programação das actividades;
- b) Acompanhamento das actividades através de reuniões com os representantes das entidades promotoras ou parceiras das actividades de enriquecimento curricular;
- c) Avaliação da sua realização;
- d) Realização das actividades de apoio ao estudo;
- e) Reuniões com os encarregados de educação, nos termos legais;
- f) Observação das actividades de enriquecimento curricular, nos termos a definir no regulamento interno.

33 — A planificação das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar, bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico deve ser comunicada aos encarregados de educação no momento da inscrição e confirmada no início do ano lectivo.

34 — A frequência das actividades de enriquecimento curricular depende da inscrição por parte dos encarregados de educação. Uma vez realizada a inscrição, os encarregados de educação assumem um compromisso de honra de que os seus educandos frequentam as actividades de enriquecimento curricular até ao final do ano lectivo.

35 — Os agrupamentos devem referir em sede de regulamento interno as implicações das faltas às actividades de enriquecimento curricular, conforme o disposto no artigo 22.º da Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro.

36 — É aprovado o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação no âmbito do programa das actividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico, em anexo ao presente despacho, de que faz parte integrante.

37 — São revogados:

- a) O despacho n.º 14 753/2005, de 5 de Julho;
- b) O despacho n.º 16 795/2005, de 3 de Agosto;
- c) O despacho n.º 21 440/2005, de 12 de Outubro;
- d) O despacho n.º 12 591/2006, de 16 de Junho.

38 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

15 de Maio de 2008. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

ANEXO

**Regulamento de acesso ao financiamento do programa das actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico**

CAPÍTULO I

Âmbito de aplicação

Artigo 1.º

Objecto

1 — O presente regulamento define orientações quanto aos requisitos de habilitação dos profissionais a afectar às actividades de enriquecimento curricular e quanto ao modelo de organização e funcionamento das actividades de enriquecimento curricular.

2 — O presente regulamento define ainda o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação no âmbito do programa das actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente regulamento, considera-se:

- a) «Direcção regional de educação competente» a direcção regional de educação competente em razão do território;
- b) «Programa» o programa das actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;
- c) «Entidades promotoras» as entidades que se podem candidatar ao apoio financeiro e que são as autarquias locais, as associações de pais e de encarregados de educação, as IPSS e os agrupamentos de escolas;
- d) «Regulamento» o presente regulamento de acesso ao financiamento do programa das actividades de enriquecimento curricular;
- e) «Entidades parceiras» as entidades com quem as entidades promotoras e ou os agrupamentos de escolas estabelecem parcerias para a concretização das actividades de enriquecimento curricular.

CAPÍTULO II

Acesso ao financiamento

Artigo 3.º

Apoio financeiro

1 — O apoio previsto no presente regulamento consiste numa participação financeira a conceder pelo Ministério da Educação às entidades promotoras.

2 — O cálculo da comparticipação financeira é efectuado de acordo com o critério do custo anual por aluno.

3 — A comparticipação financeira será concedida de acordo com uma das seguintes hipóteses e montantes:

- a) Ensino do inglês, ensino da música e actividade física e desportiva — € 262,5;
- b) Ensino do inglês e mais duas actividades de enriquecimento curricular — € 190;
- c) Ensino do inglês e mais uma actividade de enriquecimento curricular — € 135;
- d) Ensino do inglês — € 100.

4 — O valor mínimo das remunerações dos professores afectos às actividades de enriquecimento curricular em horário completo não pode ser inferior ao do índice 126 da carreira dos educadores e dos professores dos ensinos básico e secundário, quando possuem habilitação igual à licenciatura e ao índice 89 nos restantes casos, devendo para os casos de horários incompletos ser calculado um valor por hora lectiva (tempo lectivo de quarenta e cinco minutos) proporcional aos indices referidos.

5 — Sempre que das propostas apresentadas não resulte uma ocupação educativa dos alunos durante todos os dias da semana e pelo menos até às 17 horas e 30 minutos, cabe aos agrupamentos de escola garantir essa ocupação, podendo ter acesso directo a financiamento.

6 — A actividade de apoio ao estudo é obrigatoriamente dinamizada pelo agrupamento e não é objecto de comparticipação financeira.

7 — Quando o agrupamento de escolas, não sendo entidade promotora, disponibiliza recursos humanos para a realização de uma ou mais actividades de enriquecimento curricular, tem direito a receber, por parte da entidade promotora, e em termos a constar do acordo de colaboração, o montante correspondente à disponibilização dos referidos recursos humanos.

Artigo 4.º

Pedido de financiamento

1 — A planificação das actividades de enriquecimento curricular e respectivos pedidos de financiamento são apresentados pelas entidades promotoras junto da respectiva direcção regional de educação, a quem compete proceder à instrução dos processos e à posterior remissão à comissão a que se refere o artigo 5.º do presente regulamento.

2 — A apresentação das planificações e respectivo financiamento formaliza-se através do envio de *dossier* composto pelos seguintes elementos e documentação:

- a) Identificação da entidade promotora e respectivo parceiro, caso aplicável;
- b) Planificação das actividades de enriquecimento curricular;
- c) Número de identificação de pessoa colectiva (NIPC) de todas as entidades envolvidas;
- d) Acordos de colaboração fixados entre as entidades em causa.

3 — São liminarmente rejeitados os pedidos de financiamento que não preenchem os requisitos exigidos no presente regulamento ou cuja instrução deficiente não seja suprida após recepção de notificação a emitir, para o efeito, pela direcção regional de educação competente.

Artigo 5.º

Comissão de acompanhamento do programa

1 — A comissão de acompanhamento do programa (CAP) reveste a forma e a natureza de um grupo de trabalho, com a seguinte composição:

- a) Director-geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular;
- b) Directores regionais de educação.

2 — No âmbito das actividades da CAP deve esta reunir para monitorização e acompanhamento dos projectos com as seguintes entidades:

- a) Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI);
- b) Associação Portuguesa de Educação Musical (APEM);
- c) Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física (CNAPPEF);
- d) Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF);
- e) Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);
- f) Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP);
- g) Outras entidades que a CAP entenda convidar.

3 — Compete à CAP:

- a) Analisar, avaliar e aprovar as planificações e respectivas propostas de financiamento;
- b) Tornar público, através de lista divulgada no endereço da página electrónica do Ministério da Educação (<http://www.min-edu.pt>),

o resultado da aprovação do financiamento por entidade e por tipo de actividade;

- c) Acompanhar a execução do Programa;
- d) Apresentar relatórios periódicos e propostas de medidas que verifique necessário para a execução do programa;
- e) Produzir um relatório anual de avaliação do Programa, contendo recomendações para a sua melhoria nos anos subsequentes.

4 — No exercício das competências previstas na alínea a) do número anterior, a CAP terá em conta:

- a) Os termos dos acordos de colaboração celebrados entre as entidades promotoras e os agrupamentos de escolas;
- b) A capacidade, qualidade e adequação das instalações e equipamentos educativos que são disponibilizados;
- c) A adequação dos recursos humanos afectos, em função dos perfis definidos neste regulamento;
- d) A conformidade das propostas face aos objectivos e critérios definidos no regulamento e no despacho que o aprovou.

5 — O apoio ao funcionamento da CAP será assegurado pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

#### Artigo 6.º

##### Contrato-programa

1 — O montante da comparticipação concedida, o objectivo a que se destina e as obrigações específicas a que a entidade promotora fica sujeita constam de contrato-programa a celebrar entre o Ministério da Educação, através da direcção regional de educação competente e a referida entidade, a publicar na 2.ª série do *Diário da República*, tendo em vista a realização dos seguintes objectivos:

- a) Enquadrar os apoios financeiros públicos na execução do programa;
- b) Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios financeiros são concedidos.

2 — O processamento da comparticipação financeira será efectuado por *tranches*, em percentagem a definir no contrato-programa e a libertar de acordo com a avaliação da execução do programa.

3 — O contrato poderá ser objecto de renegociação no caso de alteração fundamentada das condições que justifiquem uma mudança de calendário da sua realização.

#### Artigo 7.º

##### Pagamento da comparticipação

O processamento do pagamento, da responsabilidade da direcção regional de educação competente, é originado pela aprovação do acesso ao financiamento, nos termos do contrato-programa referido no artigo anterior.

#### Artigo 8.º

##### Acompanhamento e controlo financeiro

O acompanhamento da execução e o controlo financeiro ficam a cargo da direcção regional de educação competente, que informará periodicamente o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação.

### CAPÍTULO III

#### Orientações relativas às actividades de enriquecimento curricular

##### SECÇÃO I

##### Ensino de inglês

#### Artigo 9.º

##### Perfil dos professores de inglês

1 — Os professores de inglês no âmbito do presente programa devem possuir uma das seguintes habilitações:

- a) Profissionais ou próprias para a docência da disciplina de inglês no ensino básico;
- b) Cursos de formação especializada na área do ensino do inglês no 1.º ciclo do ensino básico, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 95/97;
- c) Cursos de estudos superiores especializados (CESE) na área do ensino do inglês no 1.º ciclo do ensino básico;
- d) Pós-graduação em ensino de línguas estrangeiras (inglês) na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico.

2 — Os professores de Inglês podem ainda deter os cursos/graus de *Bachelor of Arts/Bachelor in Education/Bachelor of Science* ou *Masters Degree (Master of Arts/Master in Education/Master of Science)* acrescidos de um dos seguintes diplomas/certificados:

- a) Certificado «PGCE» (*Postgraduate Certificate in Education*) para o Ensino Básico;
- b) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL «CELTYL» (*Certificate in English Language Teaching to Young Learners*);
- c) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL «CELTA» (*Certificate in English Language Teaching to Adults*) mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- d) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL «DELTA» (*Diploma in English Language Teaching to Adults*) mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- e) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL «TKT» (*Teaching Knowledge Test*) mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- f) Diploma emitido pelo *Trinity College* no âmbito do ensino do inglês a *young learners*;
- g) Certificado «IHCTYL» (*The International House Certificate in Teaching Young Learners*);
- h) Certificado «CTEYL» (*Certificate in Teaching English to Young Learners*) emitido por NILE, Pilgrims ou VIA LINGUA;
- i) Certificado «CTEFL» (*Certificate in Teaching English as a Foreign Language*), emitido por VIA LINGUA, mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- f) Certificado/diploma de pós-graduação — *Certificate/Postgraduate Diploma in Teaching English to Young Learners*, emitido por universidades, *Colleges of Further Education* (equivalente a escolas superiores de educação do ensino superior politécnico) no Reino Unido e escolas acreditadas pelo British Council.

3 — Os professores de inglês podem deter habilitações reconhecidas a nível internacional, nomeadamente o «CPE» (*Certificate of Proficiency in English*) e o «CAE» (*Certificate in Advanced English*) de Cambridge/ALTE (Association of Language Testers in Europe) e experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa.

4 — Os professores de Inglês que possuam as habilitações e cursos/graus identificados nos números anteriores devem deter conhecimentos da língua portuguesa.

5 — Outros profissionais com currículo relevante.

6 — A contratação de profissionais referidos no n.º 5 carece de autorização prévia da CAP, a quem compete analisar o currículo respectivo.

#### Artigo 10.º

##### Constituição de turmas

1 — As turmas da actividade Ensino de Inglês são constituídas por um máximo de 25 alunos e devem integrar alunos do mesmo ano de escolaridade.

2 — Excepcionalmente, sempre que se verifique a impossibilidade do cumprimento do referido no número anterior, e desde que devidamente justificado, podem os grupos integrar em simultâneo alunos dos diferentes anos de escolaridade.

#### Artigo 11.º

##### Duração semanal das actividades

1 — A duração semanal da actividade Ensino de Inglês é fixada em noventa minutos para os alunos dos 1.º e 2.º anos e em cento e trinta e cinco minutos para os alunos dos 3.º e 4.º anos.

2 — É fixada em quarenta e cinco minutos a duração diária de ensino a ser ministrado.

3 — A título excepcional, em caso de manifesta dificuldade, designadamente na disponibilização de espaços, podem ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de apenas noventa minutos.

##### SECÇÃO II

##### Actividade física e desportiva

#### Artigo 12.º

##### Perfil dos professores da actividade física e desportiva

Os professores de actividade física e desportiva no âmbito do presente programa devem possuir uma das seguintes habilitações:

- a) Profissionais ou próprias para a docência da disciplina de Educação Física no ensino básico;
- b) Licenciados em Desporto ou áreas afins.

**Artigo 13.º**

**Constituição de turmas**

1 — As turmas da actividade Física e Desportiva são constituídas por um máximo de 25 alunos e podem integrar em simultâneo alunos dos 1.º e 2.º anos e alunos dos 3.º e 4.º anos.

2 — As turmas são constituídas em função das áreas de actividade, nos seguintes termos:

a) Na área da Actividade Física, as turmas integram alunos dos 1.º e 2.º anos;

b) Na área da Actividade Desportiva, as turmas integram alunos dos 3.º e 4.º anos.

3 — Excepcionalmente, sempre que se verifique a impossibilidade do cumprimento do referido no número anterior, e desde que devidamente justificado, podem os grupos integrar em simultâneo alunos dos diferentes anos de escolaridade.

**Artigo 14.º**

**Duração semanal das actividades**

1 — A duração semanal da actividade física e desportiva é fixada em cento e trinta e cinco minutos.

2 — É fixada em quarenta e cinco minutos a duração diária de ensino a ser ministrado, devendo a actividade ocorrer em dias alternados.

3 — A título excepcional, em caso de manifesta dificuldade, designadamente na disponibilização de espaços, poderão ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de apenas noventa minutos e uma duração diária de quarenta e cinco

**SECÇÃO III**

**Ensino da música**

**Artigo 15.º**

**Acordos de colaboração**

1 — Para a execução da actividade ensino da música, as entidades promotoras devem preferencialmente celebrar acordos de colaboração com escolas do ensino especializado da música públicas, profissionais ou do ensino particular e cooperativo, de forma a assegurar a leccionação, a coordenação pedagógica das actividades e a possibilitar o acesso, por parte dos alunos, à utilização dos equipamentos necessários.

2 — Onde não for possível celebrar os acordos de colaboração referidos no número anterior, as entidades promotoras podem celebrar acordos com outras instituições vocacionadas para o ensino da música, após análise e parecer pela CAP dos projectos apresentados.

**Artigo 16.º**

**Perfil dos professores de ensino da música**

1 — Os professores de ensino da música no âmbito do presente programa devem possuir habilitações profissionais ou próprias para a docência da disciplina de Educação Musical ou Música no ensino básico ou secundário.

2 — Os professores de ensino da música podem ainda deter as seguintes habilitações:

a) Diplomados com um curso profissional na área da música com equivalência ao 12.º ano;

b) Detentores do 8.º grau do curso complementar de Música;

c) Outros profissionais com currículo relevante.

3 — A contratação de profissionais referidos na alínea c) carece de autorização prévia da CAP, a quem compete analisar o currículo respectivo.

**Artigo 17.º**

**Constituição de turmas**

1 — As turmas da actividade de Ensino da Música são constituídas por um máximo de 25 alunos e podem integrar em simultâneo alunos dos 1.º e 2.º anos ou dos 3.º e 4.º anos.

2 — Excepcionalmente, sempre que se verifique a impossibilidade do cumprimento do referido no número anterior, e desde que devidamente justificado, podem os grupos integrar em simultâneo alunos dos diferentes anos de escolaridade.

**Artigo 18.º**

**Duração semanal das actividades**

1 — A duração semanal das actividades de Ensino da Música é fixada em cento e trinta e cinco minutos.

2 — É fixada em quarenta e cinco minutos a duração diária de ensino a ser ministrado.

3 — A título excepcional, em caso de manifesta dificuldade, designadamente na disponibilização de espaços, podem ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de apenas noventa minutos e uma duração diária de quarenta e cinco minutos.

**SECÇÃO IV**

**Outras actividades de enriquecimento curricular**

**Artigo 19.º**

**Perfil dos professores**

Os profissionais das restantes actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente nas áreas das expressões, deverão possuir formação profissional ou especializada adequada ao desenvolvimento das actividades programadas.

**Artigo 20.º**

**Constituição de turmas**

O número de alunos por turma e por actividade deverá ser equacionado conforme o tipo de actividade e o espaço em que esta se realiza, não devendo no entanto ser superior a 25 alunos.

**Artigo 21.º**

**Duração semanal das actividades**

A duração semanal destas actividades de enriquecimento curricular não deve ser superior a noventa minutos semanais.

**CAPÍTULO IV**

**Disposições finais**

**Artigo 22.º**

**Orientações programáticas e material didáctico**

As orientações programáticas ou referentes a material didáctico ou outras que a CAP entenda serão divulgadas no *site* do Ministério da Educação, acessível a partir de <http://www.min-edu.pt>.

**Artigo 23.º**

**Contagem de tempo**

Sempre que os profissionais a afectar a cada actividade de enriquecimento curricular disponham das qualificações profissionais para a docência dessa actividade, o tempo de serviço assim prestado conta para efeitos de concurso de docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

**Artigo 24.º**

**Acidentes envolvendo alunos**

Os acidentes ocorridos no local e durante a actividade de enriquecimento curricular, bem como em trajecto para e de volta dessas actividades, ainda que realizadas fora do espaço escolar, nomeadamente no âmbito de parcerias, serão cobertas por seguro escolar, nos termos legais.

**Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação**

**Despacho n.º 14461/2008**

Ao abrigo dos n.ºs 8 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e em resultado do concurso aberto pelo aviso n.º 15548/2007, publicado no D.R. n.º 162, 2.ª série de 23/08/2007, nomeio, em comissão de serviço pelo período de três anos, para o cargo de Chefe de Divisão da Divisão de Desenvolvimento de Processos, desta Direcção-Geral, a Licenciada, Maria Felismina de Melo Gonçalves Afonso, professora do quadro de Escola EB 2,3, Quinta de Marrocos.



## **Índice de Quadros**

<b>Quadro n.º 1</b> ... – Organograma do Sistema Educativo Português .....	35
<b>Quadro n.º 2</b> .. – Características comuns entre a educação formal e não formal .....	117
<b>Quadro n.º 3</b> .. – Principais diferenças entre os números (6), (7) e (10) da Introdução dos Despachos n.º12591/2006 e n.º 14460/2008 .....	154
<b>Quadro n.º 4</b> .. – Principais diferenças entre os números (26) e (31) da Introdução dos Despachos n.º12591/2006 e n.º 14460/2008 .....	155
<b>Quadro n.º 5</b> .. – Principais diferenças entre os números (32) e (33) da Introdução dos Despachos n.º12591/2006 e n.º 14460/2008 .....	156
<b>Quadro n.º 6</b> .. – Inserção de novos números na Introdução do Despacho n.º 14460/2008 .....	157
<b>Quadro n.º 7</b> .. – Principais diferenças entre os artigos 1º e 2º do Capítulo I dos Despachos n.º12591/2006 e n.º 14460/2008 .....	158
<b>Quadro n.º 8</b> .. – Principais diferenças entre o artigo 3º do Capítulo II dos Despachos n.º12591/2006 e n.º 14460/2008 .....	159
<b>Quadro n.º 9</b> .. – Principais diferenças entre o artigo 9º do Capítulo III dos Despachos n.º12591/2006 e n.º 14460/2008 .....	160
<b>Quadro n.º 10</b> – Principais diferenças entre o artigo 10º do Capítulo III dos Despachos n.º12591/2006 e n.º 14460/2008 .....	161
<b>Quadro n.º 11</b> – Principais diferenças entre o artigo 11º do Capítulo III dos Despachos n.º12591/2006 e n.º14460/2008 .....	161
<b>Quadro n.º 12</b> – Principais diferenças entre o artigo 17º do Capítulo III dos Despachos n.º12591/2006 e n.º 14460/2008 .....	162
<b>Quadro n.º 13</b> – Número de Turmas por ano de escolaridade .....	189
<b>Quadro n.º 14</b> – Número de Alunos inquiridos .....	189
<b>Quadro n.º 15</b> – Número de Encarregados de Educação inquiridos .....	190
<b>Quadro n.º 16</b> – Número de Professores das AEC`s por Actividade .....	190

<b>Quadro n.º 17</b> – Número de Alunos que frequentam o Agrupamento de Escolas Avelar Brotero .....	212
<b>Quadro n.º 18</b> – Outros Espaços da E.B.1./ J.I. D. Dinis .....	225

## **Índice de Figuras**

<b>Figura n.º 1</b> .. – Fases do Desenho da Investigação .....	192
<b>Figura n.º 2</b> ... – Níveis de Triangulação da Investigação Qualitativa e Quantitativa .....	198



## **Índice de gráficos**

<b>Gráfico I</b> .....	– Sexo dos alunos da E.B.1./ J.I. D. Dinis .....	227
<b>Gráfico II</b> .....	– Alunos abrangidos pelos auxílios económicos .....	227
<b>Gráfico III</b> .....	– Distribuição dos alunos no Ensino Especial .....	228
<b>Gráfico IV</b> .....	– Alunos que usufruem de Apoio Educativo.....	229
<b>Gráfico V</b> .....	– Género dos alunos da E.B.1./ J.I. D. Dinis .....	233
<b>Gráfico VI</b> .....	– Idade dos alunos da E.B.1./ J.I. D. Dinis .....	234
<b>Gráfico VII</b> .....	– Distribuição dos alunos por ano de escolaridade .....	235
<b>Gráfico VIII</b> .....	– Número de alunos que frequentam a Actividade Física e Desportiva.....	237
<b>Gráfico IX</b> .....	– Número de alunos que frequentam o Ensino da Música .....	238
<b>Gráfico X</b> .....	– Número de alunos que frequentam a Expressão Plástica.....	239
<b>Gráfico XI</b> .....	– Número de alunos que frequentam a Expressão Dramática.....	240
<b>Gráfico XII</b> .....	– Número de alunos que frequentam o Ensino do Inglês.....	241
<b>Gráfico XIII</b> .....	– Número de alunos que frequentam o Apoio ao Estudo .....	242
<b>Gráfico XIV</b> .....	– Número de alunos que frequentam as Tecnologias da Informação e Comunicação.....	243
<b>Gráfico XV</b> .....	– Período do dia em que os alunos frequentam a Actividade Física e Desportiva .....	245
<b>Gráfico XVI</b> .....	– Período do dia em que os alunos frequentam o Ensino da Música .....	246
<b>Gráfico XVII</b> .....	– Período do dia em que os alunos frequentam a Expressão Plástica .....	247
<b>Gráfico XVIII</b> .....	– Período do dia em que os alunos frequentam a Expressão Dramática .....	248

<b>Gráfico XIX</b> .....	– Período do dia em que os alunos frequentam o Ensino do Inglês .....	249
<b>Gráfico XX</b> .....	– Período do dia em que os alunos frequentam o Apoio ao Estudo.....	250
<b>Gráfico XXI</b> .....	– Período do dia em que os alunos frequentam as Tecnologias de Informação e Comunicação.....	251
<b>Gráfico XXII</b> .....	– Contribuição das AEC´s para a aprendizagem.....	252
<b>Gráfico XXIII</b> .....	– Partilha com os colegas.....	254
<b>Gráfico XXIV</b> .....	– Convívio com os colegas .....	255
<b>Gráfico XXV</b> .....	– Respeito pelos colegas.....	256
<b>Gráfico XXVI</b> .....	– Contributo para a aprendizagem .....	257
<b>Gráfico XXVII</b> ....	– Relacionamento com os professores.....	258
<b>Gráfico XXVIII</b> ...	– Participação nas aulas.....	259
<b>Gráfico XXIX</b> .....	– Atenção às aulas .....	260
<b>Gráfico XXX</b> .....	– Respeito pelas regras da sala de aula.....	261
<b>Gráfico XXXI</b> .....	– Sentido de responsabilidade.....	262
<b>Gráfico XXXII</b> ....	– Comportamento na escola.....	263
<b>Gráfico XXXIII</b> ...	– Frequência semanal das AEC´s .....	264
<b>Gráfico XXXIV</b> ..	– Local da realização dos trabalhos de casa .....	265
<b>Gráfico XXXV</b> ...	– Escola como um espaço confortável .....	266
<b>Gráfico XXXVI</b> ..	– Importância de estar nas AEC´s .....	268
<b>Gráfico XXXVII</b> .	– Gosto pelo tempo que passa nas AEC´s .....	269
<b>Gráfico XXXVIII</b> –	Utilização das aprendizagens das AEC´s .....	270
<b>Gráfico XXXIX</b> ..	– Cansaço quando chega a casa.....	271
<b>Gráfico XL</b> .....	– Preferência em ir mais cedo para casa.....	272
<b>Gráfico XLI</b> .....	– Acompanhamento dos alunos quando não frequentam as AEC`s.....	273
<b>Gráfico XLII</b> .....	– Género dos Encarregados de Educação.....	274

<b>Gráfico XLIII</b> ..... – Idade dos Encarregados de Educação.....	275	
<b>Gráfico XLIV</b> ..... – Habilitações literárias dos Encarregados de Educação .....	276	
<b>Gráfico XLV</b> ..... – Identificação dos Inquiridos .....	277	
<b>Gráfico XLVI</b> ..... – Profissão dos Encarregados de Educação.....	279	
<b>Gráfico XLVII</b> .... – Frequência das AEC`s pelos educandos .....	280	
<b>Gráfico XLVIII</b> ... – Conhecimento dos espaços físicos das AEC´s .....	281	
<b>Gráfico XLIX</b> ..... – Tempo disponível para as AEC´s .....	283	
<b>Gráfico L</b> .....	– Grau de satisfação da frequência da Escola a Tempo Inteiro .....	284
<b>Gráfico LI</b> .....	– Conhecimento dos objectivos das AEC´s.....	286
<b>Gráfico LII</b> .....	– Tomada de conhecimento sobre as AEC´s .....	287
<b>Gráfico LIII</b> .....	– Género dos Professores Titulares de Turma.....	292
<b>Gráfico LIV</b> .....	– Idade dos Professores Titulares de Turma.....	293
<b>Gráfico LV</b> .....	– Tempo de serviço dos Professores Titulares de Turma .....	294
<b>Gráfico LVI</b> .....	– Grau de importância da realização das AEC´s .....	295
<b>Gráfico LVII</b> .....	– Horário da realização das AEC´s .....	296
<b>Gráfico LVIII</b> .....	– Tempo disponibilizado para a realização das AEC´s ...	298
<b>Gráfico LIX</b> .....	– Influência das AEC´s no comportamento dos alunos em sala de aula.....	299
<b>Gráfico LX</b> .....	– Influência das AEC`s no rendimento escolar dos alunos.....	300
<b>Gráfico LXI</b> .....	– Funcionamento geral das AEC`s.....	302
<b>Gráfico LXII</b> .....	– Género dos Professores das AEC´s.....	304
<b>Gráfico LXIII</b> .....	– Idade dos Professores das AEC´s .....	305
<b>Gráfico LXIV</b> .....	– Tempo de serviço dos Professores das AEC`S .....	306
<b>Gráfico LXV</b> .....	– Actividade de Enriquecimento Curricular leccionada....	307

<b>Gráfico LXVI</b> .....	– Qualificação para leccionar a Actividade .....	308
<b>Gráfico LXVII</b> ....	– Conhecimento do despacho nº 14460/2008 .....	309
<b>Gráfico LXVIII</b> ...	– Concordância com o despacho nº 14460/2008 .....	310
<b>Gráfico LXIX</b> .....	– Satisfação com a entidade promotora das AEC´s .....	311
<b>Gráfico LXX</b> .....	– Género do Pessoal não Docente .....	314
<b>Gráfico LXXI</b> .....	– Idade do Pessoal não Docente .....	315
<b>Gráfico LXXII</b> ....	– Tempo de serviço do Pessoal não Docente .....	316
<b>Gráfico LXXIII</b> ...	– Importância da realização das AEC´s para o Pessoal não Docente .....	317
<b>Gráfico LXXIV</b> ...	– Influência das AEC`s no horário de trabalho .....	318
<b>Gráfico LXXV</b> ....	– Condições materiais para a realização das AEC´s .....	319
<b>Gráfico LXXVI</b> ...	– Existência de trabalho extra para a arrumação dos espaços .....	320
<b>Gráfico LXXVII</b> ..	– Motivação dos alunos para a realização das AEC´s.....	321
<b>Gráfico LXXVIII</b> ..	– Valor formativo das AEC´s.....	322

## **Índice de Tabelas**

<b>Tabela I</b> .....	– Consistência Interna.....	200
<b>Tabela II</b> .....	– Género dos alunos da E.B.1./ J.I. D. Dinis .....	233
<b>Tabela III</b> .....	– Idade dos alunos da E.B.1./ J.I. D. Dinis .....	234
<b>Tabela IV</b> .....	– Distribuição dos alunos por ano de escolaridade .....	235
<b>Tabela V</b> .....	– Frequência das AEC's pelos alunos.....	236
<b>Tabela VI</b> .....	– Período do dia em que os alunos frequentam as AEC's.....	244
<b>Tabela VII</b> .....	– Contribuição das AEC's para a aprendizagem dos alunos.....	252
<b>Tabela VIII</b> .....	– Contribuição das AEC's para a aprendizagem (alunos que responderam afirmativamente) .....	253
<b>Tabela IX</b> .....	– Frequência Semanal das AEC's .....	264
<b>Tabela X</b> .....	– Local da realização dos trabalhos de casa.....	265
<b>Tabela XI</b> .....	– A escola como um espaço confortável .....	266
<b>Tabela XII</b> .....	– AEC's que mais gosta.....	267
<b>Tabela XIII</b> .....	– Importância de estar nas AEC's.....	268
<b>Tabela XIV</b> .....	– Gosto pelo tempo que passa nas AEC's.....	269
<b>Tabela XV</b> .....	– Utilização das aprendizagens das AEC's.....	270
<b>Tabela XVI</b> .....	– Cansaço na chegada a casa .....	271
<b>Tabela XVII</b> .....	– Preferência em ir mais cedo para casa .....	272
<b>Tabela XVIII</b> .....	– Acompanhamento dos alunos quando não frequentam as AEC's .....	273
<b>Tabela XIX</b> .....	– Género dos Encarregados de Educação.....	274
<b>Tabela XX</b> .....	– Idade dos Encarregados de Educação.....	275
<b>Tabela XXI</b> .....	– Habilitações literárias dos Encarregados de Educação .....	276
<b>Tabela XXII</b> .....	– Identificação dos Inquiridos .....	277

<b>Tabela XXIII</b> .....	– Profissão dos Encarregados de Educação .....	278
<b>Tabela XXIV</b> .....	– Frequência das AEC`S pelos educandos .....	280
<b>Tabela XXV</b> .....	– Conhecimento dos espaços físicos das AEC´s .....	281
<b>Tabela XXVI</b> .....	– Grau de adequação dos espaços das AEC´s .....	282
<b>Tabela XXVII</b> .....	– Tempo disponível para as AEC´s .....	283
<b>Tabela XXVIII</b> .....	– Grau de satisfação com a frequência da Escola a Tempo Inteiro.....	284
<b>Tabela XXIX</b> .....	– Implicações da frequência das AEC`S para os Encarregados de Educação.....	285
<b>Tabela XXX</b> .....	– Conhecimento dos objectivos das AEC´s .....	286
<b>Tabela XXXI</b> .....	– Tomada de conhecimento sobre as AEC´s .....	287
<b>Tabela XXXII</b> .....	– Motivação dos educandos pelas AEC´s .....	288
<b>Tabela XXXIII</b> .....	– Contacto com os Professores das AEC´s.....	289
<b>Tabela XXXIV</b> .....	– Grau de satisfação em relação ao trabalho desenvolvido pelos professores das AEC`S .....	290
<b>Tabela XXXV</b> .....	– Características mais importantes trazidas pela Escola a Tempo Inteiro .....	291
<b>Tabela XXXVI</b> .....	– Género dos Professores Titulares de Turma .....	292
<b>Tabela XXXVII</b> .....	– Idade dos Professores Titulares de Turma .....	293
<b>Tabela XXXVIII</b> .....	– Tempo de serviço dos Professores Titulares de Turma .....	294
<b>Tabela XXXIX</b> .....	– Grau de importância da realização das AEC´s .....	295
<b>Tabela XL</b> .....	– Horário da realização das AEC´s.....	296
<b>Tabela XLI</b> .....	– AEC considerada mais importante pelos Professores Titulares de Turma.....	297
<b>Tabela XLII</b> .....	– Tempo disponibilizado para a realização das AEC´s....	298
<b>Tabela XLIII</b> .....	– Influência das AEC´s no comportamento dos alunos em sala de aula .....	299
<b>Tabela XLIV</b> .....	– Influência das AEC`S no rendimento escolar dos alunos .....	300

<b>Tabela XLV</b> ..... – Grau de satisfação sobre o funcionamento das AEC`s.....	301
<b>Tabela XLVI</b> ..... – Funcionamento geral das AEC´s.....	302
<b>Tabela XLVII</b> ..... – Implicações da Frequência das AEC`s para os Professores Titulares de Turma .....	303
<b>Tabela XLVIII</b> .... – Género dos Professores das AEC´s.....	304
<b>Tabela XLIX</b> ..... – Idade dos Professores das AEC´s.....	305
<b>Tabela L</b> ..... – Tempo de serviço dos Professores das AEC`s .....	306
<b>Tabela LI</b> ..... – Actividade de Enriquecimento Curricular leccionada....	307
<b>Tabela LII</b> ..... – Qualificação para leccionar a Actividade.....	308
<b>Tabela LIII</b> ..... – Conhecimento sobre o despacho nº 14460/2008.....	309
<b>Tabela LIV</b> ..... – Concordância com o despacho nº 14460/2008 .....	310
<b>Tabela LV</b> ..... – Satisfação com a Entidade Promotora das AEC´s .....	311
<b>Tabela LVI</b> ..... – Grau de satisfação dos Professores das AEC`s sobre o funcionamento das mesmas.....	312
<b>Tabela LVII</b> ..... – Opinião dos Professores das AEC`s sobre o seu funcionamento geral.....	313
<b>Tabela LVIII</b> ..... – Implicações da frequência das AEC`s para os respectivos Professores .....	313
<b>Tabela LIX</b> ..... – Género do Pessoal não Docente .....	314
<b>Tabela LX</b> ..... – Idade do Pessoal não Docente .....	315
<b>Tabela LXI</b> ..... – Tempo de serviço do Pessoal não Docente .....	316
<b>Tabela LXII</b> ..... – Importância da realização das AEC´s para o Pessoal não Docente .....	317
<b>Tabela LXIII</b> ..... – Influência das AEC`s no horário de trabalho .....	318
<b>Tabela LXIV</b> ..... – Condições materiais para a realização das AEC´s.....	319
<b>Tabela LXV</b> ..... – Existência de trabalho extra para a arrumação dos espaços .....	320
<b>Tabela LXVI</b> ..... – Motivação dos alunos para a realização das AEC´s ....	321

<b>Tabela LXVII</b> .....	– Valor formativo das AEC´s.....	322
<b>Tabela LXVIII</b> ....	– AEC´s mais relevantes na formação geral dos alunos .....	323
<b>Tabela LXIX</b> .....	– Contribuição das AEC`s para a aprendizagem (respondido pelos alunos - Questão 6) .....	324
<b>Tabela LXX</b> .....	– Utilização das Aprendizagens das AEC`s (respondido pelos Alunos - Questão 13).....	324
<b>Tabela LXXI</b> .....	– Factores para o desenvolvimento do educando (respondido pelos Encarregados de educação - questão 11).....	325
<b>Tabela LXXII</b> .....	– Gosto pelo tempo que passa nas AEC`s (respondido pelos Alunos- Questão 12).....	326
<b>Tabela LXXIII</b> ....	– Motivação dos Alunos na realização das AEC`s (respondido pelos Encarregados de Educação - Questão 13) .....	326
<b>Tabela LXXIV</b> ....	– Rendimento escolar (respondido pelos Professores Titulares de Turma - Questão 9) .....	327
<b>Tabela LXXV</b> .....	– Contribuição das AEC`s para a aprendizagem (respondido pelos Alunos - Questão 6).....	327
<b>Tabela LXXVI</b> ....	– Tempo disponibilizado para as AEC`s (respondido pelos Professores Titulares de Turma - Questão 7) .....	328
<b>Tabela LXXVII</b> ...	– Gosto pelo Tempo que passa nas AEC`s (respondido pelos Alunos - Questão 12).....	328
<b>Tabela LXXVIII</b> ..	– Funcionamento Geral das AEC`s (respondido pelos Professores Titulares de Turma - Questão 11) .....	329
<b>Tabela LXXIX</b> ....	– Utilização das Aprendizagens das AEC`s (respondido pelos Alunos - Questão 13).....	329
<b>Tabela LXXX</b> .....	– Actividades Leccionadas (respondido pelos Professores das AEC`s Questão 4) .....	330
<b>Tabela LXXXI</b> ....	– Contacto com os Professores das AEC`s (respondido pelos Encarregados de Educação - Questão 14) .....	330
<b>Tabela LXXXII</b> ...	– Características mais importantes trazidas pela Escola a Tempo Inteiro (respondido pelos Professores das AEC`s - Questão 10).....	331

<b>Tabela LXXXIII .</b> – Características mais importantes trazidas pela Escola a Tempo Inteiro (respondido pelos Encarregados de Educação - Questão 16) .....	331
<b>Tabela LXXXIV .</b> – Funcionamento geral das AEC`s (respondido pelos Professores das AEC`s - Questão 9) .....	333
<b>Tabela LXXXV ..</b> – Funcionamento geral das AEC`s (respondido pelos Professores Titulares de Turma - Questão 11) .....	333
<b>Tabela LXXXVI .</b> – Motivação dos Alunos na realização das AEC`s (respondido pelo Pessoal não Docente - questão 8)....	334
<b>Tabela LXXXVII</b> – Motivação dos Alunos nas AEC`s (respondido pelos Encarregados de Educação - Questão 13).....	334
<b>Tabela LXXXVIII</b> – Gosto pelo Tempo que passa nas AEC`s (respondido pelos Alunos - Questão 12) .....	334

**A Implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular para a Criação de uma Escola a Tempo Inteiro – sua Implicação na Organização e Gestão de uma E.B.1. do Concelho de Odivelas**

---

## **Tábua de Abreviaturas**

<b>AEC's</b> .....	–	Actividades de Enriquecimento Curricular
<b>ANEFA</b> .....	–	Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos
<b>ANQ</b> .....	–	Agência Nacional para a Qualificação
<b>APEM</b> .....	–	Associação Portuguesa da Educação Musical
<b>APPI</b> .....	–	Associação Portuguesa de Professores de Inglês
<b>ATL's</b> .....	–	Actividades de Tempos Livres
<b>CAP</b> .....	–	Comissão de Acompanhamento do Programa
<b>CEB</b> .....	–	Ciclo do Ensino Básico
<b>Centros RVCC</b>	–	Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
<b>CEFA</b> .....	–	Cursos de Educação e Formação de Adultos
<b>CET</b> .....	–	Cursos de Especialização Tecnológica
<b>CES</b> .....	–	Conselho Económico e Social
<b>CESE</b> .....	–	Curso de Estudos Superiores Especializados
<b>CNE</b> .....	–	Conselho Nacional de Educação
<b>CPC</b> .....	–	Comissão Permanente de Certificação
<b>CPCS</b> .....	–	Comissão Permanente de Concertação Social
<b>CRP</b> .....	–	Constituição da República Portuguesa
<b>CURPIO</b> .....	–	Centro Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Odivelas
<b>DGIDC</b> .....	–	Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
<b>DGRHE</b> .....	–	Direcção Geral dos Recursos Humanos da Educação
<b>D.R.</b> .....	–	Diário da República
<b>E. B.</b> .....	–	Ensino Básico
<b>E.B.1.</b> .....	–	Escola Básica do 1º Ciclo

- ECTS** ..... – European Credit Transfer System
- E.E.**..... – Encarregados de Educação
- FCT** ..... – Formação em Contexto de Trabalho
- FSE** ..... – Fundo Social Europeu
- GAVE** ..... – Gabinete de Avaliação Educacional
- GEPE** ..... – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação
- GGF**..... – Gabinete de Gestão Financeira
- IEFP** ..... – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- IFAPES**..... – Instituto de Formação e Apoio ao Estudante
- IGE** ..... – Inspeção-Geral da Educação
- IPSS** ..... – Instituições Particulares de Solidariedade Social
- L.B.S.E.**..... – Lei de Bases do Sistema Educativo
- MCTES**..... – Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior
- ME** ..... – Ministério da Educação
- MS** ..... – Microsoft
- MTS**..... – Ministério do Trabalho e Solidariedade
- NEE** ..... – Necessidades Educativas Especiais
- OEFP**..... – Observatório do Emprego e Formação Profissional
- PAA**..... – Prova de Aptidão Artística
- PAT** ..... – Prova de Aptidão Tecnológica
- PEI**..... – Plano Educativo Individual
- PNAEBA** ..... – Plano Nacional de Alfabetização e Educação Básica de Adultos
- PRACE**..... – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
- PIB** ..... – Produto Interno Bruto
- QCA** ..... – Qualificação e Classificação de Activos

**SG** ..... – Secretaria -Geral

**TIC** ..... – Tecnologias de Informação e Comunicação

**1º CEB** ..... – 1º Ciclo do Ensino Básico